



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Ciências da Matemática e da Natureza
Instituto de Geociências – Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia



Dissertação:

**Quilombos, Abolicionismo e a cidade:
Política e simbolismo na inserção do
quilombo do Leblon na dinâmica urbana do
Rio de Janeiro do final do século XIX**

Deborah da Costa Fontenelle

Orientação: Prof.^a. Dr.^a. Lia Osorio Machado

Área de concentração: Organização e Gestão do Território

Rio de Janeiro
Abril – 2014

Deborah da Costa Fontenelle

Dissertação de Mestrado:
Quilombos, Abolicionismo e a cidade:
Política e simbolismo na inserção do quilombo do Leblon na dinâmica urbana do Rio
de Janeiro do final do século XIX

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como um dos requisitos à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território

Rio de Janeiro
2014

Folha de aprovação

Deborah da Costa Fontenelle

Dissertação de Mestrado:
Quilombos, Abolicionismo e a cidade:
Política e simbolismo na inserção do quilombo do Leblon na dinâmica urbana do Rio de Janeiro do final do século XIX

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como um dos requisitos à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: _____

Aprovada por:

Profª Drª Lia Osorio Machado (Orientadora)

Profª Drª Mariza de Carvalho Soares

Profª Drª Ana Maria Lima Daou

Profº Drº Scott William Hoefle

Para minha mãe, meu maior orgulho.

Para meu querido e saudoso orientador, sempre presente.

Resumo

Falar sobre quilombos não constitui tarefa fácil. Inúmeras são as possibilidades de tratamento da questão e, por este motivo, é necessário que o pesquisador deixe bem claro sob que ótica o tema será abordado. O presente trabalho se propõe a estudar a natureza e os significados ligados à formação de quilombos no Rio de Janeiro, na eminência da abolição da escravidão, a partir da localização geográfica e das funções exercidas por eles. Poucos foram os geógrafos que se propuseram a debater a questão e os que fizeram ficaram, predominantemente, restritos ao tratamento nos dias atuais. Nesse sentido, esta pesquisa visa contribuir com o preenchimento de uma lacuna acerca dos estudos geográficos sobre quilombos em tempos pretéritos. Considerando o quilombo como um espaço dinâmico, cuja construção é fruto de um contexto histórico próprio, este trabalho pretende oferecer a reconstrução de uma geografia do passado. Para tal, será discutida a inserção e o papel do quilombo no movimento abolicionista do Rio de Janeiro do final do século XIX. Entendido comumente como um espaço de luta negra, isolado do restante da sociedade do entorno, os quilombos que surgem na eminência da abolição apresentam características bem diferentes daqueles tidos como tradicionais. Além de estarem mais próximos da cidade, alguns se encontram mesmo no próprio tecido urbano, também verificamos uma significativa aproximação entre quilombolas e sociedade citadina, mais especificamente os abolicionistas. Esta aproximação, possibilitada pela instalação de uma moderna rede de transportes coletivos na cidade a partir da segunda metade do século XIX, levou o quilombo a assumir um papel de destaque na campanha abolicionista, fazendo parte, inclusive, dos planos da Confederação Abolicionista. Os quilombos integravam a chamada rede abolicionista, articulada com o objetivo de conceder, forçosamente, liberdade aos escravos que se encontravam em cativeiro. Atuavam na fuga, no transporte e no acoitamento dos fugitivos. Mais do que simples locais de abrigo de escravos fugidos, os quilombos constituíram uma espécie de instrumento de propaganda abolicionista apresentando também outras funções, como política e simbólica. De todos os quilombos

ligados ao movimento abolicionista o mais importante e emblemático foi o quilombo do Leblon. Frequentado e apoiado por ilustres abolicionistas, dentre eles a própria Princesa Isabel, o quilombo do Leblon teve grande importância, política e simbólica, na luta pela abolição. As camélias produzidas nesse quilombo viraram símbolo do movimento abolicionista sendo, inclusive, utilizadas pelos abolicionistas como forma de reconhecimento daqueles que apoiavam a causa. Por esta razão, o caso do quilombo do Leblon será aprofundado. Assim, espera-se, com este trabalho, demonstrar como o quilombo deixa de ser um espaço de luta e resistência negra, construído exclusivamente pelo negro, e passa a ser, na eminência da abolição, um espaço símbolo da luta pela abolição, fruto do contato entre o movimento social negro e o movimento da elite abolicionista.

Palavras-chave: quilombos; abolicionismo; cidade do Rio de Janeiro; Geografia Histórica

Abstract

It is not an easy task to talk about quilombos. There are many possibilities to deal with this issue. That's why the researcher needs to show clearly in which direction he is going to approach the topic. This study aims to investigate, from the perspective of the geographical location and the social functions, the nature and the meanings in the formation of Rio de Janeiro's quilombos on the verge of the abolition of slavery. Only few geographers have proposed to discuss the quilombos issue and those who did were predominantly restricted to today's questions treatment. In that sense, this research seeks to contribute to filling a gap about quilombos geographical studies in past times. By treating the quilombo as a dynamic space which the construction is a result of its own historical context, this study aims to provide a reconstruction of a geography of the past. For this, we will discuss the quilombo's participation and its role in the abolitionist movement of Rio de Janeiro in the late nineteenth century. The quilombos are commonly understood as a black's space of struggle, isolated from the rest of the society. However, those quilombos that arise on the verge of abolition

have different characteristics from those seen as traditional. Besides being closer to the city, some are even in the urban space itself, we also identified a significant approach between the blacks and the city society, more specifically the abolitionists groups. This nearness was permitted by the installation of a modern network of public transportation in the city since the second half of the nineteenth century and led the quilombo to assume a prominent role in the abolitionist campaign, also as part of plans of Abolitionist Confederation. The quilombos were part of the abolitionist network, in which the goal was to grant perforce freedom to slaves who were in captivity and also to work in the escape, transportation and whipping of the fugitives. More than just places of refuge for escaped slaves, the quilombos were a kind of instrument of abolitionist advertising. They also had other functions, such as political and symbolic. Among all the quilombos linked with the abolitionist movement the most important and emblematic was the Quilombo Leblon. Attended and supported by abolitionists honorable, including even the Princesa Isabel, the Quilombo Leblon had a great political and symbolic importance in the struggle for abolition. The camellias produced in this quilombo turned into a symbol of the abolitionist movement, that were used by abolitionists as a way of recognizing those who supported the cause. For this reason, the case of Quilombo Leblon will be deeply studied. Thus, through this study we expect to demonstrate how the quilombo turns from a space of struggle and black resistance, built exclusively by blacks, into a symbolic space of the struggle for abolition. This exchange was the result of contact between the black social movement and the abolitionist movement of the elite.

Keywords: quilombo; abolitionism; Rio de Janeiro's city; Historical Geography

Agradecimentos

Foi um longo caminho até aqui. Escolhas, pensamentos, dúvidas, angústias, medos, lutas, desconstruções, resgates, descobertas, andanças. Não foi fácil. Escrever é uma prática solitária. Um encontro de você com você mesmo. Talvez por isso seja tão doloroso. Uma espécie de autoconhecimento. Uma metáfora da vida.

Se escrever é um processo solitário, todo o resto é preciso dividir. Por isso, agradeço por tudo que tenho: família e amigos maravilhosos que são o alicerce da minha existência. São abrigo seguro, abraço apertado, a mão estendida. São inspiração, força, alegria e poesia. Sem eles esta construção não seria possível.

Agradeço muito a minha família, especialmente a minha mãe, pela educação que me foi dada, pelos valores passados, pelo amor e pela compreensão. Se hoje termino esta etapa, é porque vocês sempre me apoiaram. Se hoje acredito e busco um futuro melhor é porque vocês sempre me incentivaram.

Agradeço aos meus amigos, de todas as partes e de todos os momentos, pela amizade e pelo companheirismo. Por compartilhar as dores e as alegrias dessa vida. Obrigada por tornarem esta caminhada mais leve. Sem vocês nada faria sentido. Vocês dão cor e poesia à vida.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, que me deu inúmeras oportunidades para terminar esse mestrado, e ao CNPq pelo apoio financeiro. Creio que a conclusão deste trabalho comprova que vale a pena acreditar nas pessoas.

Aos professores Scott Hoefle, Ana Daou e Mariza Soares que gentilmente aceitaram participar da banca e oferecer suas contribuições ao trabalho.

A Prof^a Lia Machado, por ter me adotado como orientanda e por ter sido determinante para o fim deste processo.

Por fim, ao meu querido e saudoso orientador Mauricio Abreu, por todos os ensinamentos passados. Por meio deles, mesmo ausência sentida, se fez presente durante todo o processo. Mais do que isso, é e sempre será uma lembrança alegre e carinhosa.

Liberte-se de suas amarras!

Lista de Ilustrações

FIGURA 1: CLASSIFICAÇÃO DAS ZONAS E GRUPOS LINGÜÍSTICOS BANTU SEGUNDO GUTHRIE (1948)	19
FIGURA 2: ZONAS LINGÜÍSTICAS BANTU NO CENTRO SUL DA ÁFRICA.....	20
FIGURA 3: LOCALIZAÇÃO DA ZONA LINGÜÍSTICA K	20
FIGURA 4: INTERVALO 77-78 DA TABELA DOS BANTUÍSMOS BRASILEIROS (PRESUMIDOS)	
IDENTIFICADOS EM LWIMBI (K12A)	21
FIGURA 5: EXEMPLO DE BUSCA SELECIONADA NO SÍTIO ELETRÔNICO DA BIBLIOTECA NACIONAL .	40
FIGURA 6: EXEMPLO DE RESULTADO OBTIDO A PARTIR DA BUSCA SELECIONADA	40
FIGURA 7: EXEMPLO DE RESULTADO ORGANIZADO EM TABELA.....	41
FIGURA 8: FREGUESIAS DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX	44
FIGURA 9: COMUNIDADES QUE COMPUNHAM A REPÚBLICA DE PALMARES	53
FIGURA 10: A CIDADE DO RIO DE JANEIRO CONTIDA ENTRE OS QUATRO MORROS	75
FIGURA 11: FREGUESIAS DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX	77
FIGURA 12: POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXA DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DAS FREGUESIAS DO RIO DE JANEIRO (1821/1838/1870).....	79
FIGURA 13: LINHAS DE BONDE NO RIO DE JANEIRO AO FINAL DO SÉCULO XIX	85
FIGURA 14: LINHAS DE TREM NO RIO DE JANEIRO NO FINAL DO SÉCULO XIX	89
FIGURA 15: QUILOMBOS DE IGUAÇU	96
FIGURA 16: MAPA ESQUEMÁTICO DA REDE ABOLICIONISTA	100
FIGURA 17 TERRENOS DO JOSÉ SEIXAS MAGALHÃES NO LEBLON.....	103
FIGURA 18: PLANTA CADASTRAL DA FAZENDA NACIONAL DA LAGOA DE RODRIGO DE FREITAS, 1844	107
FIGURA 19: LOCALIZAÇÃO DO QUILOMBO DO LEBLON.....	111
FIGURA 20: CHÁCARAS DO SEIXAS NA FAZENDA NACIONAL DA LAGOA RODRIGO DE FREITAS, 1844	114
FIGURA 21: RUAS DO PAU E DO SAPÉ.....	116
FIGURA 22: CAMINHO PARA A PRAIA.....	116
FIGURA 23: MAPA CONJECTURAL DO QUILOMBO DO LEBLON	117
FIGURA 24: BOUQUET DE CAMÉLIAS OFERECIDO À PRINCESA ISABEL PELO MENINO JOÃO CLAPP FILHO	125
FIGURA 25: NEGROS OFERECEM CAMÉLIAS AO RETRATO DA PRINCESA ISABEL.....	126

Sumário

Folha de aprovação.....	i
Resumo	iii
Abstract.....	iv
Agradecimentos.....	vi
Lista de Ilustrações.....	viii
INTRODUÇÃO	12
1. O que é um quilombo?	17
1.1. Etimologia e contextualização histórica.....	18
1.2 As diferentes visões sobre o quilombo no Brasil	24
1.2.1 A perspectiva acadêmica do quilombo.....	27
1.2.2 A perspectiva dos geógrafos	31
1.2.3 O registro na imprensa	33
2. O quilombo e o Abolicionismo	48
2.1. O papel da posição geográfica	51
2.2. O papel do quilombo no movimento abolicionista	56
2.3. Uma rede de quilombos abolicionistas?	61
3. Os quilombos e a expansão urbana do Rio de Janeiro	72
3.1. A expansão urbana da cidade	74
3.1.1. A expansão urbana através dos bondes.....	82
3.1.2. A expansão urbana através dos trens	87
3.2. Os quilombos e a cidade.....	90
4. O quilombo do Leblon.....	101
4.1. Porque um quilombo no Leblon no final do século XIX.....	102
4.1.1. Posição geográfica	106
4.1.2. Construindo um mapa conjectural.....	113
4.2. A menina dos olhos do movimento abolicionista.....	118
4.2.1. Função política	119
4.2.2. Função simbólica.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133
ANEXO A – Periódico Cidade do Rio (1888-1889).....	137
ANEXO B – Periódico Diário de Notícias (1870-1890).....	148
ANEXO C – Periódico Gazeta da Tarde (1880-1889)	198
ANEXO D – Periódico Gazeta de Notícias (1876-1888)	214
ANEXO E – Periódico O Abolicionista (1881).....	314
ANEXO F – Periódico Revista Illustrada (1888-1890).....	315

INTRODUÇÃO

Segundo Andrade (2001), a formação de quilombos é um fenômeno dinâmico que ocorre de forma diferenciada de acordo com o momento histórico de sua formação. Este dinamismo se torna evidente ao nos depararmos com a dificuldade de se definir quilombo. Tradicionalmente visto como um espaço de luta, resistência e cultura negras, o quilombo foi resgatado como símbolo do movimento negro e em torno dele buscou-se construir uma identidade e uma ferramenta para se combater a discriminação racial. Todavia, a ampla gama de definições que encontramos na literatura, que reflete os diferentes significados e interesses por detrás dessas acepções, por si só, já expõe a complexidade da questão.

Desta forma, falar sobre quilombos abre inúmeras possibilidades de tratamento da temática sendo, portanto, imprescindível delimitar bem o enfoque e a problemática que serão privilegiados neste trabalho. O primeiro contato com o tema veio a partir de um jornal de bairro durante um passeio pelo Leblon. O folhetim falava sobre um tal quilombo do Leblon cujas camélias haviam sido símbolo da abolição da escravidão. O estranhamento foi imediato. Primeiramente por nunca ter ouvido falar na existência de um quilombo no Leblon, bairro que atualmente possui um dos metros quadrados mais caros do país; em segundo lugar, menos ainda por saber que este quilombo teria possuído uma importância simbólica para a abolição; e, por fim, pela localização indicada ser no Alto Leblon, a porção mais abastada e valorizada do bairro. Assim, o estranhamento logo se transformou em objeto de investigação.

Prontamente o trabalho de Eduardo Silva, *As camélias do Leblon e a abolição da escravidão: uma investigação de história cultural*, base do próprio artigo do jornal de bairro, se apresentou como leitura inicial. Nele, Silva (2003) destaca a importância não só do quilombo do Leblon como também de outros quilombos para a abolição da escravidão no Brasil, buscando diferenciá-los dos quilombos que existiram anteriormente. Para tal, o autor cunha as terminologias de quilombo-rompimento e quilombo abolicionista para se referir, respectivamente, aos quilombos tradicionais e aqueles que surgem na eminência da abolição.

Entretanto, a despeito da contribuição do trabalho de Silva (2003), responsável por abrir um novo horizonte de pesquisa até então desconhecido, algumas questões primordiais se colocaram: Como ocorreu o processo de constituição do quilombo do Leblon? Qual a participação dos quilombolas e dos abolicionistas nesse processo? Como era a dinâmica interna do quilombo? Quais as relações de produção e de trabalho estabelecidas nele?

Apesar do interesse e da vontade em responder a tais questões, acabamos por esbarrar em dificuldades concernentes à documentação para o estudo de quilombos, no qual é mesmo de se esperar uma escassez de fontes. Esta escassez nos impôs uma limitação: abordar a formação de quilombos no Rio de Janeiro oitocentista sem poder contar com os relatos dos quilombolas.

Frente a essa limitação o objetivo do trabalho teve de ser repensado. Considerando que grande parte das fontes disponíveis sobre o assunto advém do próprio movimento abolicionista, este acabou assumindo uma posição central na pesquisa. Assim, a busca pela organização interna do quilombo do Leblon deu lugar ao papel desempenhado pelos quilombos no movimento abolicionista.

Composto por intelectuais, jornalistas, estudiosos e membros da elite da sociedade civil (NABUCO, [1883]1999), o movimento abolicionista foi fundamental na luta pela abolição da escravidão e na mudança ocorrida em torno do imaginário acerca dos quilombos. Tal importância pode ser verificada ao analisarmos as relações que eram travadas entre os quilombos e os abolicionistas. Estes, mais do que entusiastas, eram patrocinadores e frequentadores dos quilombos, contribuindo, inclusive, para sua formação e manutenção.

Neste sentido, podemos dizer que a existência de quilombos na cidade do Rio de Janeiro e em seu entorno nas décadas que antecedem a abolição da escravidão esteve intimamente ligada ao movimento abolicionista. Esta estreita ligação desenvolvida na eminência da abolição contribuiu para a formação de um espaço diferenciado de luta em que, diferentemente do que é observado nos séculos anteriores, a resistência deixa de ser a principal característica atribuída aos quilombos para dar lugar à reivindicação de transformação do sistema vigente abreviada na defesa da abolição.

Por sua vez, este desejo de modificar o sistema passa pela transformação também da sociedade, o que nos leva a entender a construção desse espaço como fruto do contato entre o movimento social negro e o movimento da elite abolicionista. Desta forma, tal como a produção do espaço, o imaginário em torno do quilombo também sofre alterações neste momento o que, por sua vez, irá colaborar para a construção de uma noção de quilombo também diferenciada.

Segundo Silva (2003), o mais importante e emblemático quilombo abolicionista que existiu no Rio de Janeiro foi o quilombo do Leblon. Para o autor “o quilombo do Leblon como que resumia todos os quilombos, simbolizava o apoio de todos os quilombos ao movimento político que propunha a abolição” (Silva, p.15). Tal importância deve-se ao fato de ter sido este quilombo regularmente frequentado e patrocinado por intelectuais e membros da

sociedade civil abolicionista da época, inclusive a própria Princesa Isabel, e por terem sido nele cultivadas as camélias que se tornaram símbolo do movimento abolicionista e, posteriormente, da própria abolição da escravatura.

Sendo assim, esta dissertação se propõe a investigar a natureza e os significados ligados à formação de quilombos no Rio de Janeiro, na eminência da abolição da escravatura, levando em consideração a localização geográfica e as funções exercidas por eles. Espera-se, com esta investigação, contribuir com uma abordagem geográfica acerca do quilombo enquanto um espaço social que, de acordo com o contexto histórico, é construído e reconstruído, definido e redefinido, significado e ressignificado. Acredita-se, desta maneira, que esta pesquisa colaborará para o aprofundamento da temática acerca dos quilombos na geografia, negligenciada pela ciência geográfica, principalmente no que se refere a seu tratamento em tempos pretéritos.

A fim de atingir tal objetivo, esta dissertação está dividida em quatro partes. Na primeira busca-se resgatar os diferentes significados da noção de quilombo ao longo do tempo segundo os diversos interesses que a construíram, destacando os quilombos que surgem na eminência da abolição. Para tal, será realizada uma contextualização histórica seguida por uma incursão às origens do vocábulo *quilombo* na África. Posteriormente, será dada atenção às diferentes concepções de quilombo no Brasil, partindo das visões dos viajantes coloniais, passando pelas definições acadêmicas – principalmente as das áreas de conhecimento que privilegiaram esta noção, como a história e a antropologia – até chegar à perspectiva dos geógrafos.

Por fim, será apresentado um esforço de sistematização e análise das ocorrências de quilombo na imprensa carioca de 1870 a 1888 numa tentativa de esboçar parte do cenário em questão. Foram selecionados seis periódicos de acordo com o alinhamento político e a relevância para a cidade: *Cidade do Rio*, *Diário de Notícias*, *Gazeta da Tarde*, *Gazeta de Notícias*, *O Abolicionista* e *Revista Illustrada*.

Nestes periódicos foi feita uma busca selecionada pelas palavras “quilombo”, “quilombos” e “quilombo do Leblon/Leblond”, obtendo como resultado 235 notícias que foram transcritas e catalogadas e encontram-se em anexo. Esperava-se, com este levantamento, identificar possíveis localizações de quilombos que serviriam, posteriormente, para a confecção de um mapa de quilombos no Rio de Janeiro. Contudo, a diversidade das informações coletadas acabou por apontar outro caminho.

Estando a confecção do mapa descartada, a análise dos conteúdos das notícias foi determinante para o caminho traçado pelo trabalho. Com importantes abolicionistas a frente

de alguns dos principais jornais do período, a riqueza de algumas informações encontradas nas notícias foi decisiva para que o abolicionismo assumisse um papel de destaque na pesquisa. Mais do que isso, considerando que a formação de quilombos nesse momento é fruto do contato entre o movimento dos negros, escravos e ex-escravos, e o movimento da elite abolicionista, predominantemente branca, podemos entender que, na ausência dos relatos dos quilombolas, o movimento abolicionista poderia nos fornecer uma visão aproximada sobre como teria sido a construção desse espaço. Assim, vale salientar que, apesar de constituir uma importante contribuição, estes registros darão voz apenas àqueles cujas visões tiveram o privilégio de ficarem gravadas.

Nesse sentido, a segunda parte deste trabalho se propõe a debater a relação do quilombo com o Abolicionismo. À reflexão inicial, mais geral, se somará a tarefa de nos aproximarmos da geografia; assim, enfocaremos a questão da localização geográfica e a presença de quilombos no espaço intra-urbano carioca na segunda metade do século XIX. Ao final dessa parte será realizada uma discussão acerca da possível formação de uma rede de quilombos abolicionistas na cidade do Rio de Janeiro e em seu entorno. A proximidade entre os quilombos e o movimento abolicionista, que pode ser conferida nas ligações secretas entre as partes, demonstra que a manutenção e a articulação dos quilombos contavam com o auxílio e mesmo com o patrocínio dos abolicionistas.

Essa aproximação só foi possível graças à implementação da moderna rede de transportes coletivos na cidade do Rio de Janeiro ao final do século XIX. Por este motivo, a terceira parte da pesquisa irá averiguar de que maneira a expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro, através da instalação das linhas de trem e bonde, contribuiu para a inserção do quilombo no movimento abolicionista do final do século XIX. Para esta averiguação, em primeiro lugar, serão revisitadas a implantação e a expansão das linhas de bonde e de trem na cidade a fim de analisar a posição dos quilombos em relação à expansão do tecido urbano da cidade. A partir dessa análise, almeja-se demonstrar como o abolicionismo se valeu da rede de transportes e a contribuição desta para o desenvolvimento e fortalecimento da campanha abolicionista.

Por fim, para tornar mais palpável a discussão que põe em debate as relações entre espaço geográfico e quilombos/Abolicionismo, será apresentado o estudo de caso do quilombo do Leblon. Escolha imperativa, o quilombo do Leblon, como já apontado, assumiu papel de destaque no movimento abolicionista sendo mencionado, inclusive, por sua importância na própria abolição.

Por esse motivo, na primeira parte do capítulo trataremos da posição geográfica do quilombo do Leblon buscando verificar se esta contribuiu para seu destaque em relação aos

outros quilombos também ligados ao abolicionismo. Para tal será apresentado um mapa conjectural da área do Leblon numa tentativa de reconstrução visual do espaço que se tinha na época. Vale ressaltar que, apesar das informações apresentadas em um mapa conjectural não serem exatas, ele ainda assim constitui importante recurso no preenchimento de lacunas cartográficas deixadas de tempos pretéritos. Por este motivo o passo a passo da confecção deste mapa também será apresentado.

Na segunda parte do capítulo, finalmente, serão abordadas as funções política e simbólica do quilombo do Leblon. Frequentado por ilustres abolicionistas (até mesmo a própria Princesa Isabel), mencionado nos jornais, exaltado pelo movimento abolicionista, podemos dizer que o quilombo do Leblon era uma espécie de instrumento de propaganda abolicionista. Tal fato pode ser comprovado pela simbologia exercida por ele. As camélias produzidas no quilombo do Leblon se tornaram um símbolo da abolição. Eram referidas como as camélias da liberdade. Tão grande era a sua importância que abolicionistas adornavam suas casas, jardins e vestimentas com camélias para indicar o apoio à causa.

1. O que é um quilombo?

A concepção de quilombo se apresenta de forma dinâmica ao longo da história sendo, como já apontado anteriormente, fruto do processo histórico de sua formação (ANDRADE, 2001). Sendo assim, o desejo inicial de se trabalhar com o papel que os quilombos cariocas tiveram no movimento abolicionista assim como sua relação com a expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro nas décadas que antecedem a abolição da escravidão conduz, claramente, à investigação desta definição no contexto em que foi construída. Esta busca, que levou a uma incursão pela origem da palavra e de seus significados, acabou por demonstrar a dificuldade básica de definição do termo *quilombo*.

Tal questão pode ser explicada pela amplitude de conjunturas espaço-temporais, que construiu e reconstruiu de maneira complexa a noção de quilombo. O fato de existir múltiplas definições e conceitos demonstra as diferenças nas formas de representação, nas funções e nas relações dessa unidade espacial com o resto da sociedade. As questões referentes aos quilombos na cidade do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX serão aprofundadas nos capítulos posteriores.

Inicialmente, houve mesmo dúvida se trataríamos o quilombo como uma noção ou conceito. Em trabalho anterior (FONTENELLE, 2008), preliminar a este, escolhemos a segunda opção, que acabou por se mostrar limitante, uma vez que restringiu o número de trabalhos que puderam ser incluídos. Desta forma, optou-se pelo tratamento do quilombo como uma noção, que nos permite contemplar um número maior de trabalhos e aprofundar o debate sobre a questão. O objetivo, portanto, é reunir o máximo de descrições e definições do termo quilombo desde o que se considera sua origem até os dias atuais, passando por algumas das áreas de conhecimento que contemplaram tal noção. Desta maneira, a primeira parte do capítulo busca o resgate das origens do vocábulo na África, em que se torna pertinente uma contextualização histórica para compreender as implicações dessa transposição para o Brasil.

A segunda parte do capítulo se dedica a resgatar as diferentes visões de quilombo no Brasil. Serão, inicialmente, apresentadas as contribuições da história e da antropologia, áreas pioneiras e predominantes no que se refere ao tratamento da noção de quilombo na academia. Consideraremos ainda a grande afluência de trabalhos que, em diversas áreas, se propõem a atender a demanda colocada pela ressurgência da questão a partir da promulgação do artigo 68 da Constituição Federal de 1988, que garante terras aos remanescentes de quilombos.

Ainda na segunda parte se explorará os trabalhos realizados por geógrafos acerca do tema. A exemplo do que ocorre recentemente na Antropologia, os geógrafos têm se dedicado, principalmente, ao tratamento da noção de quilombo pós-abolição. Ainda assim, são poucos os geógrafos que se propõem a trabalhar a questão das comunidades consideradas remanescentes de quilombolas. Menos ainda, dentre nós, são os que trabalharam com a geografia histórica dos quilombos, uma lacuna significativa.

Por fim, tendo em vista que este trabalho se propõe a analisar a relação entre os quilombos e o movimento abolicionista assim como sua contribuição na expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro nas duas décadas que antecedem a abolição, a última parte deste capítulo consistirá em uma tentativa de tratar a noção de quilombo através da visão da época. Para tal, buscou-se levantar os registros de quilombos em alguns periódicos da imprensa carioca de 1870 a 1888. Espera-se, com este levantamento, contribuir para o resgate de uma visão de quilombo no contexto estudado. Esta escolha se faz ciente de que as visões apresentadas constituirão apenas uma parcela das visões existentes no período, já que serão contempladas apenas as vozes daqueles que escrevem nestes periódicos. Por mais que em alguns jornais estejam presentes integrantes do movimento abolicionista e que possamos contar com relatos de alguns abolicionistas em seus diários, a lacuna acerca da visão de quilombo cultivada por quilombolas, escravos e ex-escravos, infelizmente, não será preenchida. Ainda assim, apesar desta falta, acredita-se que este levantamento poderá contribuir para a construção de uma concepção de quilombo que reflita parte do cenário vivido pelo Rio de Janeiro às vésperas da abolição.

1.1. *Etimologia e contextualização histórica*

Segundo Kabengele Munanga (2001), em seu trabalho “Origem e histórico dos quilombos em África”, a palavra quilombo é proveniente dos povos africanos de língua bantu. Predominante na porção centro-sul do continente africano, a língua bantu foi classificada por Guthrie (1948), em trabalho que constitui referência sobre classificação de línguas africanas, em 16 zonas distintas que abrigam 78 grupos linguísticos num total de 650 línguas bantu (Figura 1 e Figura 2). A presença e o significado do quilombo no Brasil estão relacionados a alguns ramos desses povos, cujos territórios se dividem entre a Angola e a República Democrática do Congo atuais (Figura 3), que foram escravizados e trazidos para nosso país. De acordo com Silva, Nascimento e Ntongo (2011), a porção centro-leste angolana, mais precisamente, seria a região de onde teria sido capturada a maioria dos escravos bantu que foi embarcada com destino ao Brasil. Desta forma, na tentativa de

desvendar o real significado da palavra quilombo, é imprescindível que voltemos às suas raízes na África, buscando a história desses povos.

Figura 1: Classificação das zonas e grupos linguísticos bantu segundo Guthrie (1948)

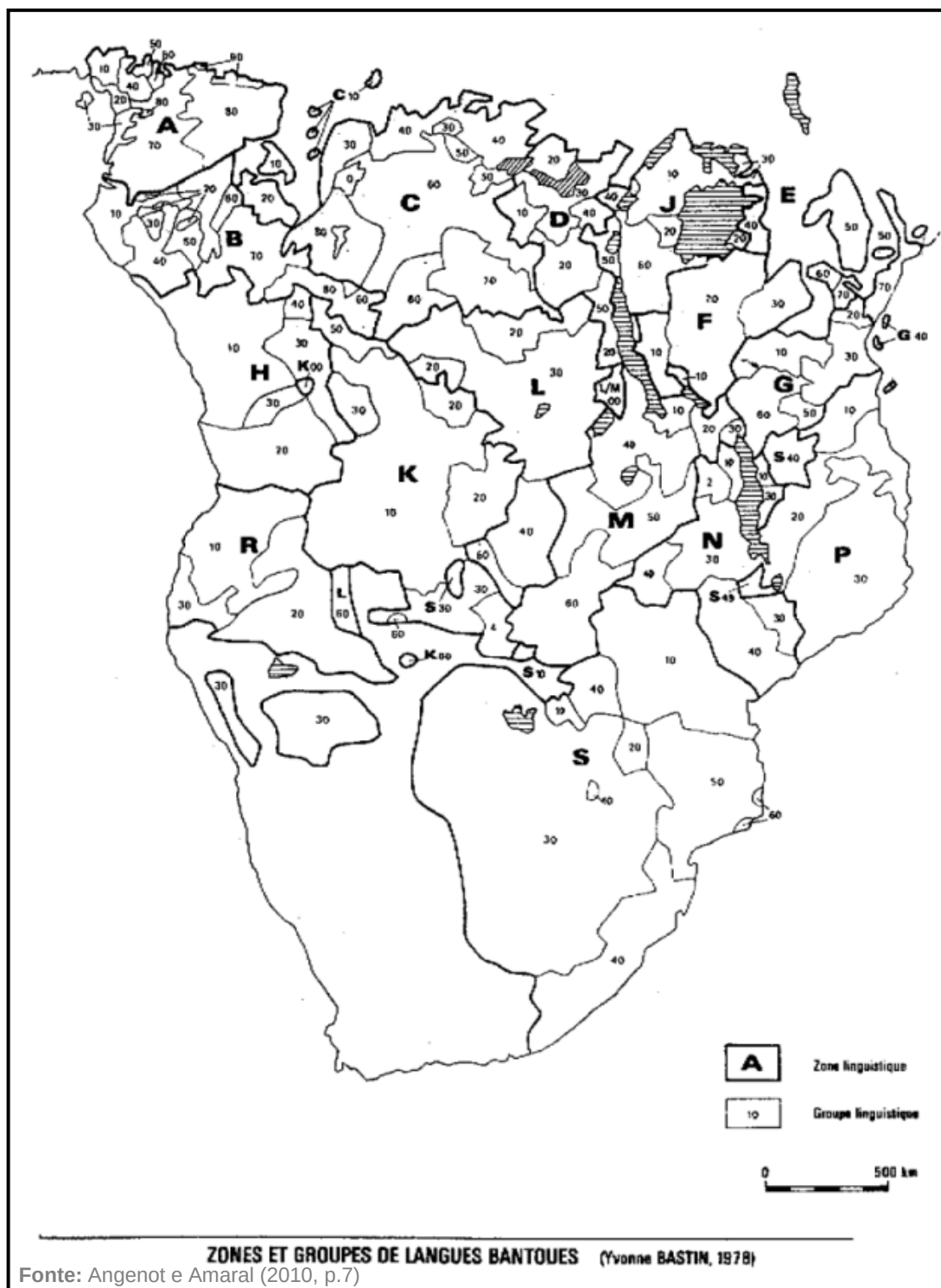


Figura 2: Zonas linguísticas bantu no centro sul da África



Fonte: Silva, Nascimento e Ntongo (2011, p.278)

Figura 3: Localização da zona linguística K



Fonte: Silva, Nascimento e Ntongo (2011, p.278)

Há cerca de dois mil anos, segundo Munanga (2001), ocorreu uma expansão dos bantu, partindo do centro da Nigéria para o sul e sudeste da África. No fim do século XVI, provavelmente, começa a história do império Luba. Segundo uma das versões, esse império era governado por KalalallungaMbidi. Quando este morreu, surgiram diversos conflitos de sucessão entre os filhos herdeiros do trono. O príncipe e caçador Kimbindallunga, filho tido como perdedor, partiu com seus seguidores em busca de um novo território. Durante a busca, pararam em uma aldeia cujo rei acabara de morrer e fora substituído por sua filha Rweej. Rweej e Kimbinda acabaram se casando. Todavia, como lembra Munanga (2001), entre os Lunda (como em todos os povos bantu), a tradição proibia a rainha de governar durante seu ciclo menstrual, pois, simbolicamente morta como a lua, ela contaminaria negativamente o país e seu povo. Eventualmente, se aproveitando desta tradição, Rweej, durante um de seus períodos menstruais, apresentou seu marido Kimbinda, Luba, como novo chefe dos Lunda. A união causou grande descontentamento entre os parentes da rainha e algumas camadas da população. Sendo assim, Kinguli, irmão da rainha Rweej, resolveu partir com seus simpatizantes para oeste, em direção a Angola.

Esta região já havia sido invadida e ocupada pelo povo Jaga durante o século XVI. Os Jaga possuíam superioridade militar. Diz-se que matavam seus recém-nascidos para não serem atrapalhados em suas campanhas militares. Em compensação, adotavam jovens

de ambos os sexos das regiões por eles vencidas e dominadas e os incorporavam a seus campos. Desta forma, o número de suas tropas crescia rapidamente (MUNANGA, 2001).

A história desses povos está diretamente relacionada à origem do quilombo. Segundo Miller (apud MUNANGA, 2001) a palavra quilombo é originalmente umbundu, porém a instituição teria pertencido aos Jaga. Etimologicamente, a palavra “quilombo”, do povo Mundombe de língua umbundu, perto de Benguela, teria o significado de campo de iniciação. No umbundu padrão, a palavra “ocilombo” se refere ao fluxo de sangue de um pênis recém-circuncidado; a palavra “ulombo”, por sua vez, está relacionada ao remédio preparado com o sangue e o prepúcio dos iniciados no campo de circuncisão e que é usado em certos ritos não especificados. Estas definições podem ser verificadas ao analisarmos a tabela dos bantuísmos brasileiros (presumidos) organizada por Silva, Nascimento e Ntongo (2011) com base em três informantes oriundos da província do Bié, em Angola. Nesta tabela, como pode ser visto na figura abaixo, aparecem as palavras quilombo e quilombola tendo, esta última, uma clara correspondência com as definições citadas acima (Figura 4).

Figura 4: Intervalo 77-78 da tabela dos bantuísmos brasileiros (presumidos) identificados em lwimbi (k12a)

77	quilombo	[ki'lõmbu]	[tʃilo:mbɔ]	refúgio de escravos
78	quilombola	[kilõmbʊle]	[tʃilo:mbʷela]?	escravo refugiado. (o informante conhece como o nome do guarda ou guia das crianças que ficam presas para serem circuncisadas)

Fonte: Silva, Nascimento e Ntongo (2011).

O quilombo surge a partir da aliança feita entre Kinguli, o príncipe Lunda, ao chegar à região do Kwango, e o povo Jaga que já a dominava. Munanga (2001) afirma que Kinguli e seu exército formado dos Lunda e aliados Jaga adotaram a instituição quilombo e formaram um exército mais poderoso constituído de bandos de guerreiros nômades conhecidos como Imbangala. Após 1610, espalharam-se por toda região Mbundu e fundaram novos estados Mbundu. Esta nova instituição proveu ao exército de Kinguli dois trunfos:

Uma estrutura firme capaz de reunir grande número de estranhos desvinculados de suas linhagens vencidas e uma disciplina militar capaz de derrotar os grandes reinos que bloqueavam sua progressão ao norte e ao oeste de Cwanza. (MUNANGA, 2001, p.25)

Sendo assim, a palavra quilombo em sua origem, nos povos bantu, tem a conotação de uma associação de homens aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. O quilombo africano amadurecido se apresenta, pois, como uma instituição política e militar transétnica, formada por guerreiros que são submetidos a um ritual de iniciação. Esta instituição, além de fornecer força específica e qualidades de grandes guerreiros, também possuía a função de unificá-los e integrá-los ritualmente. Sendo uma instituição centralizada, o quilombo possuía ainda um guerreiro-chefe.

É possível perceber que, pelo conteúdo, o quilombo brasileiro é bastante semelhante ao quilombo africano, reconstruído pelos escravos para se opor ao regime escravocrata, pela implantação de uma estrutura política onde se encontram todos os oprimidos. Pode-se dizer que, assim como o modelo africano, os escravizados no Brasil transformaram seus territórios quilombolas em uma espécie de campo de iniciação à resistência.

Todavia, antes de realizarmos uma reflexão acerca da concepção de quilombo no Brasil é necessário conceber a transposição do vocábulo e da construção do espaço em seu contexto de ocorrência, no âmbito do escravismo colonial. Podemos considerar uma sociedade como escravista quando o trabalhador escravizado é tratado como mercadoria, quando seu proprietário pode decidir onde, como e quando empregar seu trabalho, quando a totalidade do produto do trabalho pertence ao amo, e quando o status servil é vitalício e hereditário. Acredita-se que a escravidão tenha surgido há cerca de 5000 anos, na Mesopotâmia e no Egito, quando o homem se apropriou de seu semelhante com o intuito de obter uma produção acima de suas necessidades vitais permitindo-lhe, desta forma, fornecer um excedente àqueles que o dominavam (FIABANI, 2005).

No entanto, não há somente uma forma de escravidão. O escravismo clássico difere em alguns aspectos do escravismo colonial. No escravismo clássico não havia bases sociais e materiais para movimentos abolicionistas, uma vez que o trabalhador escravo questionava sua escravidão, mas não o sistema escravista. Ainda de acordo Fiabani (2005), foi somente com o capitalismo e com o desenvolvimento das forças produtivas materiais que os homens começaram a refletir sobre a possibilidade e o direito à liberdade civil plena.

Segundo Gorender (1978, p.21), “o ato de colonizar originou nas Américas modos de produção que precisam ser estudados em sua estrutura e dinâmica próprias”. Para o autor,

(...) da transformação das forças produtivas se gera a descontinuidade da história, a substituição de relações de produção já incompatíveis com o

caráter adquirido pelas forças produtivas por novas relações de produção, a sucessão dos modos de produção e das formações sociais (GORENDER, 1978, p.25).

Neste sentido, devemos estudar os quilombos e o movimento abolicionista inseridos, como defendido pelo autor, no modo de produção escravista colonial fundado na formação social escravista.

Nas Américas, a escravidão colonial envolveu cerca de 15 milhões de negros que foram traficados da África. O tráfico de escravos através do Atlântico foi um dos maiores empreendimentos comerciais e culturais que marcaram a formação do mundo moderno e a criação de um sistema econômico mundial (GOMES;REIS, 1996). No Brasil, a escravidão durou mais de três séculos e trouxe aproximadamente 40% dos escravos que foram traficados para as Américas. Gorender (1978) coloca que, se o modo de produção escravista colonial possui uma correspondência em todos os países escravistas do continente, a formação social escravista no Brasil teve peculiaridades que só serão encontradas aqui. Segundo o autor, poucos foram os países que oferecem tantos elementos para o estudo da escravidão quanto o Brasil tendo em vista que aqui o escravismo colonial teve duração e riqueza de dimensões maiores do que em qualquer outra parte.

Já nos primeiros anos da escravidão no Brasil, os escravos começaram a demonstrar formas primárias de resistência, queimando plantações e quebrando ferramentas, por exemplo. A resistência podia ser tanto individual quanto coletiva. No entanto, o recurso mais utilizado pelos negros escravos para escaparem do cativeiro foi a fuga. Esta também podia ocorrer de forma individual ou em grupo. Quando a fuga dava origem a um grupo de escravos, e estes se apresentavam em uma espécie de assentamento ou acampamento, ocorria a formação do que foi chamado no Brasil de quilombo. De acordo com Guimarães (1996), “a existência de quilombos provocou desgastes não só ao escravismo enquanto sistema econômico, mas à sociedade escravista como um todo”. Para o autor,

Os quilombos expressam uma contradição estrutural da realidade escravista, na medida em que significam:

- Retirada do escravo do processo produtivo e com isso a impossibilidade de extração do lucro do proprietário escravista;
- Impossibilidade de reposição do capital investido na aquisição do escravo, no caso de este ter sido pago no ato da compra;
- O consumo improdutivo com os gastos exigidos pela montagem de um sistema repressivo especializado;
- Prejuízos materiais em decorrência das atividades desenvolvidas por quilombolas (roubos, assaltos, incêndios etc.);

- Perda, por parte da Coroa, dos impostos que poderia receber sobre o trabalho escravo. (GUIMARÃES, 1996, p.142)

Sendo assim, o quilombo tornou-se, principalmente a partir do século XIX, alvo das atenções de diferentes estudiosos e intelectuais, sendo objeto de reflexão de estudos no Brasil e no mundo. Em nosso país, houve durante a escravidão um considerável crescimento no número de críticos à permanência do sistema escravista e à falta de liberdade dos escravos. Tratava-se principalmente de membros da sociedade civil e intelectual que se dedicavam a denunciar as deficiências deste sistema, bem como ressaltar suas formas de resistência e as possibilidades de abolição. Após a Abolição, e principalmente durante o século XX, a abordagem dada aos estudos referentes à escravidão tomou um rumo diferente. Emergiram pesquisas que resgatavam esta triste parte de nossa história e que tentavam reconstruir os quilombos em múltiplos aspectos, como: suas localizações, territórios, forma de organização interna e tipo de relações com a sociedade escravista. Recentemente, o assunto tem recebido destaque em função da promulgação do artigo 68 da Constituição Federal de 1988, cuja determinação é que "(...) aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos." Com isso, novos enfoques surgiram e passaram a ser discutidos. Questões como a ressurgência do conceito de quilombo, a existência de comunidades remanescentes e a permanência de conflitos nos antigos territórios quilombolas são aqui destacados.

1.2 As diferentes visões sobre o quilombo no Brasil

A recuperação do processo da transposição de quilombos para o Brasil é tarefa na qual não poderemos nos aprofundar como gostaríamos. Essa dificuldade é apontada por autores como Carneiro (2001, p.11), para quem:

Infelizmente, não dispomos de documentos fidedignos, minuciosos e circunstanciados a respeito de muitos dos quilombos que chegaram a existir no país; os nomes de vários chefes de quilombos estão completamente perdidos; e os antigos cronistas limitaram-se a exaltar as fadigas da tropa e a contar, sem detalhes, o desbarato final dos quilombolas. A despeito dessa vagueza de informações, é possível o estudo genérico das características e peculiaridades dos quilombos.

Fiabani (2005) também ressalta a escassez de documentação como um fator limitante para os estudos sobre quilombos. Assinala que os documentos existentes usualmente restringem-se "a relatos de viajantes, à documentação administrativa civil e, sobretudo, a relatórios das forças civis e militares que se empenharam em destruir os

quilombos” (FIABANI, 2005, p.37). Em meio a esses registros, o autor resgata dois autores coloniais para ilustrar sua visão acerca dos quilombos neste período.

O primeiro, Gaspar van Barleu, filósofo, historiador e um dos maiores poetas latinos de sua época, foi escolhido e enviado por Mauricio de Nassau ao Brasil para escrever a história dos seus feitos nos oito anos em que este administrou o Brasil holandês. Segundo Fiabani (2005), Barleu, em seu trabalho *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil*, trata dos quilombos e de alguns de seus aspectos, como religião e economia, além de fazer referência ao governo e às habitações em Palmares, especificamente. Este tratamento apresentava os quilombos como algo nocivo à sociedade da época, uma vez que estes buscariam suas raízes na África e demonstrariam uma incapacidade do negro de se adaptar aos costumes civilizados. Para Barleu (apud FIABANI, 2005, p.38), “os palmarinos seriam salteadores e escravos fugidos, ligados numa sociedade de latrocínios e rapinas, os quais eram dali mandados às Alagoas para infestarem as lavouras”. Contribuiu, ainda, com escritos acerca da organização do espaço e das relações travadas no interior dos quilombos que constituíam Palmares, mesmo sem dar maiores detalhes. Para ele a escravidão era necessária para o sucesso da lavoura de açúcar e, portanto, qualquer iniciativa que pudesse comprometer este empreendimento, como o quilombo, deveria ser rebatida e combatida.

O segundo autor resgatado por Fiabani (2005), Rocha Pita, baiano, de família nobre, foi membro da Academia Real de História Portuguesa. No oitavo livro de sua obra *História da América Portuguesa*, de 1730, Pita se dedicou a exaltar os feitos das forças escravistas contra os palmarinos. Para ele, também um defensor e reconhecedor do valor da escravidão para o sistema colonial, “os trabalhadores escravizados fugiam aos senhores de quem eram escravos, não por tiranias que neles experimentassem, mas por apetercerem viver isentos de qualquer domínio” (Pita apud FIABANI, 2005, p.40). Desta forma, defendia os castigos aplicados aos escravos que fugiam e, considerando a fuga como algo inerente ao escravo, tratava o negro fujão como ‘preguiçoso’ e ‘inimigo’ do trabalho. Em seus escritos descreveu detalhadamente o ato da fuga dos palmarinos:

Com segredo [...] dispuseram a fuga e a executaram, levando consigo algumas escravas, esposas e concubinas, também cúmplices no delito da ausência, muitas armas diferentes, umas que adquiriram, e outras que roubaram a seus donos na ocasião em que fugiram”. (Pita apud FIABANI, 2005, p.41)

Outro aspecto importante destacado por Pita é a cumplicidade dos escravos das fazendas com os escravos fugidos e, ainda mais importante, a relação travada entre os quilombolas e as fazendas. Fiabani (2005, p.41) indica que este, possivelmente, seria o

“primeiro registro de intercâmbio entre os quilombolas e a sociedade escravista que não ocorria apenas devido ao medo, como propôs o autor, mas também devido a interesses de ambas as partes”.

É possível perceber que, já nos séculos XVI e XVII, podemos observar o emprego da palavra quilombo como referência aos acampamentos formados por escravos fugidos. Como exemplificado pelos autores acima, a palavra era utilizada por cronistas coloniais em seus escritos para destacar a resistência quilombola e as dificuldades de erradicá-la. Todavia, isto era feito para enaltecer as autoridades que tentavam combatê-la. Os dois escritores citados, sendo escravistas, defenderam a escravidão e atacaram a rebeldia servil. Neste sentido, cabe ressaltar, como colocado por Abreu (2012, p.28), que

Como bem lembrou Le Goff (1990), as classes mais poderosas não apenas construíram objetos mais duráveis, como foram também as criadoras das próprias instituições de memória, não raro estabelecidas exatamente para guardar as lembranças que aqueles que as instituíram consideravam importantes. Por essa razão, os documentos que se encontram nessas instituições, e que são invariavelmente utilizados como fontes ou atestados de “memória urbana”, são eles, também, expressões de poder. Como afirmou Foucault (1969), os documentos não são uma matéria-prima objetiva. Eles expressam também o poder da sociedade sobre a memória e sobre o futuro.

Data de 1741 a primeira definição oficial de quilombo. Neste ano o Conselho Ultramarino define como quilombo “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. (SCHMITT;TURATTI;CARVALHO, 2002). Nesta definição fica clara a tentativa de definir quilombo como a mais simples aglomeração de negros escravos, sem levar em conta se há uma organização interna, ou se estes se constituem em uma espécie de movimento.

Conforme indica Almeida (1999), são cinco os elementos que são levados em consideração nesta definição: a fuga; uma quantidade mínima de fugidos; o isolamento geográfico, em locais de difícil acesso e mais próximos de uma “natureza selvagem” que da chamada civilização; moradia habitual, referida no termo “rancho”; e autoconsumo e capacidade de reprodução, simbolizados na imagem do pilão de arroz. A escolha destes elementos para a definição de quilombo foi muito criticada, principalmente por membros da Academia que defendem a escolha de outras estruturas para a criação de um conceito que atenda adequadamente à instituição quilombo de fato. Sendo assim, se faz necessário buscar auxílio em outras referências teóricas, o que será feito a seguir.

1.2.1 A perspectiva acadêmica do quilombo

Como colocado anteriormente, este trabalho irá tratar do quilombo como uma noção. Esta opção foi feita levando em consideração que o tratamento do quilombo como uma noção permite contemplar um número maior de trabalhos e, desta maneira, aprofundar o debate acerca da temática. Tradicionalmente, historiadores e antropólogos têm, de modo geral, se ocupado desta questão.

De acordo com Reis e Gomes (1996) a formação de quilombos tem sido objeto de diversos estudos em todo o continente americano. No entanto, a quantidade e a qualidade destes estudos variam de lugar para lugar. Como já apontado, a disponibilidade e variedade das fontes possibilita a realização de trabalhos mais ricos, como é o caso dos estudos dos quilombos na Jamaica e em Suriname. No Brasil foram muitos os autores que se dedicaram ao estudo de quilombos, principalmente Palmares. Segundo Gomes (2005, p.26), a maior parte da historiografia sobre escravidão no Brasil, privilegiou a abordagem sobre quilombos e revoltas. Nesse sentido, os grandes quilombos e as insurreições ganharam destaque. No entanto, reflexões mais sistemáticas referentes a quilombos aparecem apenas nos estudos afrodescendentes da década de 1930.

Os ensaios pioneiros de Nina Rodrigues, escritos entre 1890 e 1905, despontam como referências fundamentais a esses estudos. Em *Os Africanos no Brasil*, publicado apenas em 1932, o médico e antropólogo se dedicou à investigação de diferentes aspectos da existência de negros no Brasil, sobretudo sociais e culturais. São tratadas as procedências africanas dos negros brasileiros, suas línguas, artes, festas, religiões e cultos entre outros. De acordo com Gomes (2005), suas contribuições influenciaram os trabalhos da primeira corrente da historiografia considerada clássica inaugurada na década de 1930.

Adotando uma concepção culturalista, os trabalhos de Arthur Ramos (1942), Edison Carneiro (1958) e, mais tarde, Roger Bastide vão tratar o quilombo como um espaço de negação do sistema escravista, de resistência e de isolamento. Nesta concepção a formação de quilombos é vista como um esforço “contra-aculturativo”, uma resistência à “aculturação” europeia a que os escravos eram submetidos. Carneiro (1958, p.13) deixa bem clara esta visão:

(...) observaremos que, embora ocorridos em diversos pontos do território nacional, e em épocas diferentes, os quilombos apresentam uma fisionomia comum – tanto nos motivos que impeliram os negros para o recesso das matas como na organização social e econômica resultante da vida em liberdade. O movimento de fuga era, em si mesmo, uma negação da sociedade oficial, que oprimia os negros escravos, eliminando a sua língua, a sua religião, os seus estilos de vida. O quilombo, por sua vez, era uma reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos.

Ainda, é comum nesta corrente, tratar o quilombo como um projeto restauracionista, já que os quilombolas tinham o desejo de restaurar a África no Brasil. Este restauracionismo também pode ser entendido como um isolacionismo, uma vez que aqueles desejavam criar uma sociedade alternativa à sociedade vigente. Ramos (1953, p.59), em sua obra sobre o quilombo dos Palmares, exemplifica este ponto de vista:

Palmares passou à história brasileira como uma grande tentativa negra de organização de estado. Um estado, com tradições africanas dentro do Brasil. Foi uma desesperada reação à desagregação cultural que o africano sofreu com o regime da escravidão.

No final da década de 1950 e ao longo da década de 1960, com a ascensão dos movimentos de esquerda e dos movimentos negros, vemos surgir uma nova corrente na historiografia clássica que irá criticar as interpretações até então apresentadas. Emergem estudos acerca da rebeldia escrava a partir de uma perspectiva marxista. Não que esta ligação não existisse anteriormente. O próprio Edison Carneiro, socialista mestiço ligado ao Partido Comunista Brasileiro, teve dupla militância, na esquerda e no movimento negro (REIS; GOMES, 1996, p.12). Gomes (2005, p.27) chama a atenção que aquele, como tantos outros debates, “teve sua ponta de lança nos movimentos sociais de seu tempo”. A literatura historiográfica e antropológica utilizada serviu para embasar o movimento negro e em torno do quilombo buscou-se construir símbolos de uma identidade étnica. Neste sentido, diversos autores e interlocutores políticos exaltavam o quilombo como principal, e praticamente único símbolo da luta escrava no Brasil.

Assim, ao contrário da chamada “escola paulista”¹, os estudos que despontam nessa corrente irão privilegiar as diversas formas de protesto e resistência escrava colocando, desta maneira, o quilombo em voga. Destacam-se autores como Clóvis Moura, Luís Lana, José Alípio Goulart e Décio Freitas. Para Reis e Gomes (1996, p.13):

A inclinação predominante dessa historiografia era definir a resistência negra nos quilombos como a negação do regime de cativo por meio da criação de uma sociedade alternativa livre. Retornava-se, então, por outros meios, à tese da marginalização e do isolamento do quilombo, geralmente tomando por base o modelo palmarino e apontando ao mesmo tempo a incapacidade dos quilombos de propor a destruição do regime escravocrata como um todo.

Sobre as abordagens empreendidas pela historiografia clássica Gomes (2005, p.27) coloca:

¹A chamada “escola paulista”, formada por Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, relegou a segundo plano a resistência escrava ao enfatizar a coisificação do escravo.

Pensamos que tanto as abordagens que enfatizaram a resistência cultural como aquelas que destacaram a luta de classes e o “desgaste” que os quilombos imprimiram no sistema continuaram a insistir em pressupostos analíticos que marcavam quase sempre a “marginalização”.

Segundo o autor, é apenas no final da década de 1970 que a ideia de quilombo é reelaborada a partir de uma construção política consolidada. Para a militância negra do período o quilombo seria um símbolo de identidade para se combater a discriminação racial.

Os estudos envolvendo quilombos e revoltas escravas dos anos 1980 e 1990, sem abandonar o âmbito cultural e a influência marxista, foram responsáveis pela renovação das discussões. Os debates, de acordo com Reis e Gomes (1996) foram atualizados a partir de novas perspectivas da historiografia recente que procurou incorporar aspectos simbólicos e rituais da vida em sociedade. Ainda, os estudos recentes demonstram preocupação com a pesquisa documental de fontes manuscritas e orais, o que amplia o conhecimento acerca dos quilombos brasileiros.

Como nos traz Gomes (2005, p.30):

Dentre as perspectivas principais analisadas nesses novos estudos destacam-se aquelas que procuram perceber os grupos quilombolas interagindo com os mundos da escravidão. Através das complexas experiências históricas dos quilombolas se percebem, para além da resistência e dos variados aspectos das suas vidas sociais, econômicas e culturais, as transformações nas relações entre senhores e escravos. Ao contrário do isolamento, os mundos criados pelos quilombolas acabaram por afetar e modificar os mundos dos que permaneciam escravos e toda a sociedade envolvente.

Neste sentido, na historiografia recente os trabalhos passam a tratar das relações existentes entre os quilombos e a sociedade escravocrata. Guimarães (1996, p.143), aponta que essas ligações manifestavam-se principalmente por:

Relações comerciais clandestinas com contrabandistas, taverneiros, negras de tabuleiro, fazendas; Ataques a viajantes, tropeiros, fazendas, periferias de vilas e aldeias; Uma rede de informações que começava dentro das senzalas e terminava dentro dos quilombos; Relações afetivas estabelecidas entre escravos, forros e quilombolas, visto que estes comumente frequentavam as periferias dos centros urbanos ou as fazendas no meio rural.

Gomes (1996), em seu estudo sobre as comunidades de fugitivos de Iguaçu, também nos traz uma importante contribuição. Segundo o autor, nesta região formou-se o que ele próprio denominou de campo negro, em função das relações mercantis existentes entre quilombolas e taberneiros. Nestas relações estavam envolvidos, além de taberneiros e fugitivos, vendeiros e comerciantes, cativos da região, remadores de barcos e carregadores

“de ganho” na corte, responsáveis pela estiva nos portos de produtos trazidos do interior. Ainda segundo o autor, essas relações econômicas também podiam envolver caixeiros-viajantes, mascates, lavradores, agregados, escravos urbanos, arrendatários, fazendeiros e até mesmo autoridades locais. Todos esses contatos constituíram a base de uma teia de interesses e relações sociais que acabaram sendo de fundamental importância na manutenção da autonomia dos quilombolas. Esta complexa rede de relações sociais com lógica própria foi chamada por Gomes (1996, p. 278) de campo negro:

Uma rede que podia envolver em determinadas regiões escravistas brasileiras inúmeros movimentos sociais e práticas socioeconômicas em torno de interesses diversos. O campo negro, construído lentamente, acabou por se tornar palco de luta e solidariedade entre os diversos personagens que vivenciavam os mundos da escravidão.

Outro trabalho que merece destaque é o de Eduardo Silva. Em *As camélias do Leblon*, Silva (2003) nos apresenta uma divisão conceitual de quilombos: o quilombo-rompimento e o quilombo abolicionista. Em ambos os modelos às relações entre quilombo e sociedade escravocrata servem de parâmetro para a diferenciação. Pode-se dizer que no quilombo abolicionista os contatos entre as partes são mais amplos e intensos do que no quilombo-rompimento. Enquanto este último procura se isolar da sociedade a fim de garantir sua segurança o primeiro encontra-se inserido na dinâmica sócio-política da cidade. O trabalho aborda, ainda, o aspecto simbólico envolvendo a produção de camélias e o movimento abolicionista. Tornadas símbolo da abolição, as camélias eram utilizadas por abolicionistas na lapela do paletó para identificação daqueles que apoiavam o movimento. Todavia estas e outras questões serão aprofundadas no último capítulo.

Outro enfoque que ganhou destaque nos estudos mais recentes, principalmente no âmbito da antropologia, foi o tratamento da noção de quilombo a partir da existência de comunidades remanescentes. Em 1988, no contexto de comemoração do centenário da Lei Áurea, houve uma grande afluência de trabalhos que se propuseram a revisar a história da escravidão e de sua abolição no Brasil, trazendo para o debate público questões como as relações raciais e as condições sociais do negro.

Foi nesse contexto que o artigo que concede direitos de posse às comunidades remanescentes de quilombos foi incluído sem maiores discussões na Carta Constituinte. De acordo com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988). Para Andrade e Treccani (2000, p.1),

A inclusão deste preceito constitucional foi motivada pela premência de reparar uma injustiça histórica cometida pela sociedade escravocrata brasileira contra o povo negro. Uma reparação que se concretiza através do reconhecimento dos direitos das comunidades de descendentes dos antigos escravos possibilitando-lhes, finalmente, o acesso à propriedade de suas terras. (...) Desta forma, o direito dos quilombolas à terra está associado ao direito à preservação de sua cultura e organização social específica.

Neste sentido, por mais que tenha permanecido sem aplicação até 1995, o artigo 68 levou a uma mobilização cada vez mais ampla em busca de direitos o que, por sua vez, deu início a “um largo processo de recuperação e reenquadramento de memórias até então recalçadas” (ARRUTI, 2006, p.28). A própria utilização da palavra “remanescente” se mostra problemática, uma vez que esta noção, segundo Arruti (2006, p.29), tratada como uma categoria ao mesmo tempo etnológica e legal, apresenta “inegável referência à ‘temporalidade’ e ao jogo estabelecido entre continuidades e discontinuidades sociais”. É nesse momento que a antropologia é chamada a contribuir.

Segundo Oliveira *apud* ARRUTI (2006, p.32-33)

Boa parte do debate acadêmico sobre os “remanescentes”, tendo como ponto de partida não monografias acadêmicas, mas laudos periciais, tem sido marcado mais pela premência em responder às demandas sociais que pelo debate teórico, dificultando a definição de uma pauta “propriamente antropológica” sobre o tema.

Arruti (2006, p.33) ainda complementa que:

As disputas em torno da definição dos critérios de “identificação” daqueles grupos são travadas no plano local, e, fundamentalmente, no plano conceitual (antropológico, histórico e jurídico), envolvendo mediadores políticos e profissionais da área acadêmica que disputam entre si, por vezes violentamente, a palavra autorizada, a definição mais acertada e, enfim, a hegemonia sobre um campo em formação.

Sendo assim, a fim de atender a demanda colocada em função do artigo 68, a antropologia recentemente tem se dedicado ao debate em torno do reconhecimento das comunidades remanescentes. Esses estudos, através das histórias manuscrita e oral desses grupos étnicos, têm buscado resgatar o processo de formação quilombola. Para tal são investigados os processos de nominação, identificação, reconhecimento e territorialização.

1.2.2 A perspectiva dos geógrafos

Contemplados predominantemente por historiadores e antropólogos, os quilombos foram, de forma geral, negligenciados pela geografia. Poucos foram os estudiosos que se

dedicaram a abordar o tema por um viés geográfico. Muitas seriam as possibilidades de tratamento da questão: as localizações/posições geográficas dos quilombos; suas lideranças e organização interna; as relações de trabalho e produção que possuíam; as identidades e territorialidades quilombolas; o contato do quilombo com o restante da sociedade entre outras. No entanto, mesmo considerando a limitação imposta pela escassez e restrição de fontes, os geógrafos, seguindo a tendência recente colocada pelo artigo 68, têm se debruçado acerca da ressurgência do conceito de quilombo, a existência de comunidades remanescentes e a permanência de conflitos envolvendo os antigos territórios quilombolas.

Em “Do quilombo à favela: a produção do ‘espaço criminalizado’ no Rio de Janeiro”, Andreilino Campos se propõe a discutir a criminalidade atribuída às favelas no âmbito do espaço urbano dos grandes centros brasileiros. Para tal, o autor busca comprovar que essa questão tem origem no projeto colonial aqui implementado. Neste sentido, o quilombo é resgatado a fim de demonstrar que, historicamente, os espaços ligados aos negros e, posteriormente, aos afro-descendentes, estiveram relacionados a violência empreendida no imaginário da sociedade.

Seguindo a mesma linha, Carril (2006) em sua obra “Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania” busca estabelecer relações entre estes três espaços através da resistência negra no Brasil e de novas interpretações de quilombo no Brasil contemporâneo. Nas palavras da autora (p. 43):

As formulações a respeito da inserção social do negro após a abolição apóiam a compreensão da idéia de ressurgência do quilombo. Entretanto, pretendo demonstrar que não se trata de um revival e, sim, de uma linha de continuidade das relações que excluem o negro social e economicamente até o Brasil moderno.

Já o trabalho de Anjos (2006) possui uma abordagem diferente, visando auxiliar na ampliação das reflexões sobre os aspectos da geografia africana e seu reatamento na formação do território e do povo brasileiros. Através da cartografia o autor tenta trazer à luz questões geográficas que tornam as comunidades tradicionais quilombolas territórios de resgate e manutenção das heranças africanas que fazem parte do Brasil. Sobre a ressurgência dos quilombos no Brasil, Rafael dos Anjos (2006, p. 199) entende que:

O esquecimento das comunidades descendentes de antigos quilombos (...) constitui uma das questões emergenciais e estruturais da sociedade brasileira atual. É inconcebível realizarmos leituras do nosso território, de dimensões continentais e uma diversidade étnica particular, sem contemplar a geografia dos quilombos.

O recente trabalho de Luz Stella Rodríguez Cáceres (2012) nos traz uma importante contribuição para o estudo de quilombos no âmbito da geografia cultural. Para discutir o papel do lugar, das memórias e das narrativas na preservação dos quilombos, ou de seus remanescentes, na cidade do Rio de Janeiro a autora trabalha com as comunidades da Pedra do Sal e de Sacopã. A escolha se justifica pelo fato de estarem essas localidades ligadas a um discurso de preservação, tanto da memória como da natureza, sob o risco de desaparecimento. Assim, as análises de Cáceres (2012) são feitas a partir das dimensões da monumentalidade e do cotidiano entendidas como formas de mediação das relações com o espaço e de como esses lugares são vivenciados. Ainda, para melhor compreender esses significados e os laços de identidade e afetividade que são criados é realizado um trabalho de cartografia social a fim de incorporar os saberes próprios, as percepções espaciais e a memória coletiva na representação do território.

Mesmo contando com importantes contribuições, como as apresentadas acima, cabe frisar que as abordagens geográficas encontram-se, predominantemente, relacionadas à questão dos remanescentes de quilombos. Todavia, por mais considerável que seja participar do debate atual é fundamental que a geografia também se preocupe em contribuir para os estudos de quilombos em tempos pretéritos. É neste sentido que passamos agora a uma incursão pelos jornais do período em questão.

1.2.3 O registro na imprensa

Os jornais podem constituir uma importante fonte de pesquisa. Eles possibilitam ao pesquisador se aproximar do cotidiano e a se familiarizar com as ideias de determinado período como também apresentam uma visão de como os contemporâneos observavam e, porque não dizer, vivenciavam aquela sociedade. Assim, segundo Machado (2010),

os jornais podem transformar simples ocorrências em notícias que alcançam repercussão junto aos seus leitores ou, então, omiti-las, levando-as ao esquecimento. Esta facilidade em dar visibilidade aos episódios confere à imprensa um poder extraordinário, como observa Pierre Nora. (p.32)

A partir do século XVIII, especialmente na França e na Inglaterra, o poder da imprensa se tornou evidente. Os jornais eram utilizados como um instrumento de propagação de ideias e, desta forma, contrapuseram grupos em uma disputa escancarada pela opinião pública, ou seja, pelo poder. Serviram tanto ao Estado, para exaltar suas obras e feitos, como aos de oposição a esse, que buscavam divulgar suas opiniões contrárias ao governo. De acordo com Machado (2010), os jornais:

conseguiam transmitir ideias a um grupo maior de pessoas, permitindo, conseqüentemente, a ampliação da convivência social e política e a ampliação do saber, não mais restrito a um pequeno círculo, mesmo diante dos obstáculos, como o reduzido número de leitores e as limitações impostas pelo Estado. (p.34)

Neste sentido, o pesquisador que opta por se aventurar pelas notícias de jornais de tempos pretéritos buscando se aproximar do cotidiano do período estudado deve ter em mente que existem interesses distintos nas publicações. A análise dos escritos de jornais deve levar em conta, inclusive, os silêncios e as entrelinhas. Como coloca Darnton *apud* MACHADO (2010), a notícia é o relato de alguém sobre o que aconteceu e não o fato em si. Desse modo, os jornais podem ser entendidos como uma coletânea de relatos, “não se restringem a noticiar os acontecimentos pura e simplesmente, uma vez que são capazes de criar opiniões e gerar expectativas” (MACHADO, 2010, p.34).

Em função deste poder de disseminação de ideias que a imprensa possui, desde cedo ela sofre censuras. Ao contrário da maior parte dos países da Europa Ocidental, Portugal impunha restrições a atuação da imprensa em seu território e isso, obviamente, transpunha-se a suas colônias. Apesar de encontrarmos registro da circulação de alguns impressos no Peru já em 1594 e datar de 1722, no México, o primeiro jornal² latino-americano de dimensão equivalente aos europeus foi “apenas no século XIX [que] surgiram, na América Latina, jornais duradouros, com perfil informativo e periodicidade regular” (ANJ, s/d, p.1). No entanto, segundo Buarque de Holanda *apud* MACHADO (2010), enquanto na América Espanhola já se imprimiam livros no primeiro século de colonização e, já no século XVII vemos gráficas nas suas principais cidades, na América Portuguesa a primeira tipografia foi criada no Rio de Janeiro em 1747, sendo logo depois fechada por determinação real. “A Coroa Portuguesa tinha como um dos seus objetivos dificultar a circulação de escritos que pudessem hipoteticamente disseminar ideias de contestação ao seu domínio na Colônia”. (MACHADO, 2010, p.36)

Assim, segundo a ANJ (s/d), o Brasil foi o único país latino-americano a entrar no século XIX sem tipografia, jornais ou universidades. A chegada tardia da imprensa ao Brasil “tem suas origens nas dificuldades impostas pela metrópole portuguesa e nos obstáculos inerentes à organização da sociedade, de estrutura escravista” (MACHADO, 2010, p.34). Somente com a vinda da família real para o Brasil temos determinado por decreto régio de 13 de maio de 1808, a instalação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro. Todavia, o marco inicial da imprensa brasileira é alvo de controvérsias. Disputam o posto o *Correio Braziliense* e o *Gazeta do Rio de Janeiro*.

²Gazeta de México y Noticias de Nueva España.

O primeiro, dirigido e redigido em Londres pelo brasileiro Hipólito da Costa, foi lançado no Brasil em 1º de junho de 1808. Já o *Gazeta do Rio de Janeiro*, escrito por portugueses, mas produzido no Brasil, foi lançado três meses mais tarde, em 10 de setembro de 1808. Desta forma, como coloca Pinto (2006), essa peleja ilustra bem o debate acerca do conceito de imprensa brasileira e sua identidade. Nessa disputa, são levadas em consideração não só as datas como também o autor, o local de produção, a obra e o público. Assim,

uma vez integrado à imprensa brasileira pelo fato de dedicar-se aos problemas do Brasil e ter circulação direcionada a essa região, ao *Correio Braziliense* caberá o título de inaugurador (Sodré, 1999, p.22-23). Caso esse argumento não seja o mais convincente, e a força maior recaia sobre o território no qual o impresso tenha sido produzido, tal representatividade ficará a cargo da *Gazeta do Rio de Janeiro*. (Pinto, 2006, p.24)

Pinto (2006, p.24) ainda reforça que,

Nesse sentido, o reconhecimento de um jornal como manifestação da imprensa brasileira passa pelos laços desse com o espaço em questão: feito por brasileiros; em solo brasileiro; direcionado a um público brasileiro; em estreito diálogo com esse público; tratando de assuntos brasileiros.

Assim, podemos dizer que a imprensa brasileira teve início em 1808, contudo, até 1821, em função de dificuldades técnicas e de restrições impostas pelo Estado, o Rio de Janeiro não contou com outras tipografias que não a Imprensa Régia (oficial). A publicação de outros jornais que não a *Gazeta* estava submetida ao arbítrio do governo. Em 1822, com a Independência do Brasil, este cenário iria se modificar.

De acordo com Sodré (1999), com a Independência surgem inúmeros periódicos na corte e nas províncias. Entretanto, o mesmo ano também é marcado pela coroação de D. Pedro I e pelo fechamento da Constituinte o que aponta o conservadorismo empreendido na suspensão da liberdade de imprensa.

Era o primeiro retrocesso no longo e tortuoso processo da Independência; não seria o único. Como o avanço anterior não havia sido o único. Entre o fechamento da Constituinte e o movimento Sete de Abril³, decorre nova etapa, em que, gradativamente as liberdades vão sendo reconquistadas, até o episódio da abdicação, quando se abre a etapa liberal por excelência. (Sodré, 1999, p.82)

O período do segundo reinado, em que D. Pedro II encontra-se a frente do poder, foi, segundo a ANJ (s/d), de maior liberdade de imprensa tanto em comparação com países vizinhos como em relação ao período republicano que se seguiria. Esse fato se explica em função da postura tolerante de D. Pedro II frente às críticas escritas e ao deboche das

³Movimento que resultou na abdicação de D. Pedro I em 7 de abril de 1831.

caricaturas. Os jornais que defendiam a mudança da forma de governo nunca foram reprimidos por isso, diferente do observado com as publicações monarquistas, após a Proclamação da República (ANJ,s/d).

O desenvolvimento dos jornais intensificou-se na segunda metade do século XIX quando os títulos mais fortes mudaram de formato, abandonando o tamanho pequeno, característico da fase inicial, incorporaram prelos mais modernos e instalaram-se em prédios construídos especialmente para abrigá-los. (ANJ, s/d, p.5)

Do ponto de vista ideológico, o último quartel do século XIX é marcado por duas claras dicotomias que, em determinado momento, chegam até a se confundir: monarquistas e republicanos; e escravocratas e abolicionistas. Esse período, caracterizado pela crise do sistema escravista no Brasil e pelos questionamentos à ordem monárquica, constituiu fase peculiar para a atuação da imprensa brasileira. Segundo Machado (2010), principalmente a partir de 1870, os periódicos começam a priorizar temas contrários a estrutura escravista. Palavras como 'progresso', 'civilização' e 'ciência' passaram a frequentar não apenas as elites intelectuais brasileiras como também as páginas dos jornais. "As principais lideranças políticas e intelectuais debateram pelos jornais em defesa dessas causas até que (...) a monarquia escravista desse lugar à república de homens livres" (ANJ, s/d, p.6).

Vale ressaltar que o processo de urbanização, acompanhado da expansão das redes de transportes e de telecomunicações, também contribuiu para um maior alcance e disseminação das notícias.

As distâncias começaram a se tornar mais curtas com o desenvolvimento dos meios de transporte. A abertura de ferrovias, em direção à zona norte e aos subúrbios, permitiu que espaços até bem pouco tempo precariamente povoados fossem incorporados à cidade. As linhas de bonde facilitaram também a ligação com a parte sul, até então, distante do centro do Rio de Janeiro, além de mudarem substancialmente os hábitos da população. (MACHADO, 2010, p.48)

Desta forma, procurando não somente se aproximar do cotidiano da época em questão como também contribuir para a ampliação da discussão, foi feita a opção por realizar uma pesquisa em fontes primárias. Foram selecionados alguns periódicos que circulavam na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX a fim de levantar as ocorrências de quilombos entre 1870 e 1888.

Tal escolha não foi feita a revelia. O Rio de Janeiro no final do século XIX era uma cidade efervescente, passando por grandes transformações que devem ser entendidas na longa duração pela transição do modelo colonial para o modelo capitalista. Assim, essas transformações tinham como objetivo a superação dos entraves coloniais que impediam a

entrada do capitalismo e, portanto, o progresso da cidade e mesmo, por que não dizer, do país (ABREU, 2006).

Como sede do Império e ponto fundamental do comércio brasileiro, a cidade do Rio de Janeiro concentrava poder político e econômico. Todavia, o que ainda se observava era uma cidade cheia de contradições. Segundo Abreu (2006, p.36), “pouco a pouco, a cidade passa a ser movida por duas lógicas distintas (escravista e capitalista), e os conflitos gerados por esse movimento irão se refletir claramente no seu espaço urbano”.

Tal contexto é fundamental na definição de nosso recorte temporal, que se inicia na década de 1870, ano que é, segundo Abreu (2006, p.37):

(...) um marco divisório bastante adequado. A nível da forma-aparência da cidade, é neste ano (dois anos depois da entrada em funcionamento da primeira linha de carris da cidade), que a Estrada de Ferro D. Pedro II aumenta o número dos seus trens suburbanos. Trata-se, pois, do ano em que os dois elementos impulsionadores da expansão da cidade (bondes e trens) passam a atuarsincronicamente. A nível da forma-conteúdo, é a partir dessa década que o sistema escravista, mola mestra da produção nacional, entra definitivamente em colapso, caminhando celeremente para a sua superação, mas detonando, ao mesmo tempo, forças importantes de estruturação urbana, que marcariam profundamente a cidade.

Já o ano de 1888 marca o fim de nosso recorte temporal, pois em 13 de maio deste ano ocorre a abolição da escravatura. De antemão, sabemos que os eventos políticos não são necessariamente os melhores marcos para a análise espacial. Entretanto, neste caso a escolha se faz pertinente tendo em vista que o que se delineia a partir de 1888 é outra conjuntura. Por mais que as contradições não tenham sido superadas apenas com a abolição, falar em quilombos e abolicionismo pós-1888 se torna, à primeira vista, impertinente. Como já foi colocado ao longo deste trabalho, os quilombos podem sim ser objeto de estudo após a abolição da escravatura, todavia, isso foge de nosso objetivo.

Sendo assim, a opção por buscar as ocorrências de quilombos nos jornais do Rio de Janeiro do período em questão se deu, primeiramente, no sentido de verificar se a partir destas notícias de jornais conseguiríamos identificar a localização de alguns quilombos do período, dados que servirão para a confecção dos mapas que permitirão as análises espaciais acerca da expansão do tecido urbano da cidade. Combinado a isso, somaram-se as tarefas de analisar o conteúdo das notícias veiculadas e de averiguar se eram destacados aspectos da relação dos quilombos com o movimento abolicionista; por sua vez, isso nos permitirá aprofundar a reflexão acerca desta ligação neste momento. Houve, ainda, uma preocupação especial em resgatar as ocorrências sobre o quilombo do Leblon, procurando demonstrar sua importância para o abolicionismo. Para tal, foram mantidas

algumas ocorrências após 1888 apenas a mérito de ilustração dessa profunda relação entre esse quilombo e o movimento abolicionista.

Neste sentido foram selecionados seis periódicos de acordo com a linha política e/ou sua importância na cidade: *Cidade do Rio*; *Diário de Notícias*; *Gazeta da Tarde*; *Gazeta de Notícias*; *O Abolicionista* e *Revista Illustrada*.

De imediato, o *Gazeta da Tarde* foi uma escolha indispensável. Fundado por José do Patrocínio e João Clapp, reconhecidos abolicionistas, é nítido que o jornal possuía maior identificação com o movimento abolicionista. Segundo Machado (2010, p.54), “Evaristo de Moraes o situou como um verdadeiro ‘baluarte’ onde se reuniam os militantes mais agressivos”. O fato do jornal não aceitar anúncios sobre venda ou aluguel de escravos sinaliza bem seu posicionamento. A própria Confederação Abolicionista, associação que reuniu diversas sociedades antiescravistas, foi fundada em 1883 na sede da *Gazeta da Tarde*.

O Manifesto da Confederação Abolicionista, redigido por Patrocínio e André Rebouças, foi impresso na tipografia da *Gazeta da Tarde* e publicado em agosto de 1883, com as assinaturas de representantes de inúmeras associações antiescravistas. A Confederação, com o apoio integral da *Gazeta da Tarde*, desenvolvia toda uma série de ações, tais como: acoitamento de escravos, promoção de eventos visando a angariar recursos para a alforria de cativos, até o convencimento gradual dos senhores. (Machado, 2010, p.55)

O envolvimento deste jornal com o movimento abolicionista era tamanho que consta em suas prestações de contas anual uma quantia destinada a “auxílios a escravizados em certas e determinadas condições” (SILVA, 2003, p.18).

Assim como o *Gazeta da Tarde*, o *Gazeta de Notícias* e o *Cidade do Rio* também tiveram a atuação de José do Patrocínio em suas redações. Estes três são considerados por Machado (2010) como os baluartes da luta contra a escravidão. O *Cidade do Rio*, fundado em 1887 também por José do Patrocínio, apresentava um tamanho menor em relação aos outros periódicos. Suas páginas eram ocupadas por matérias concernentes a luta pela abolição. O *Cidade do Rio* seguia a linha do *Gazeta da Tarde* e não permitia a veiculação de anúncios de aluguel e venda de escravos. Este tipo de publicidade não tinha espaço nos jornais de Patrocínio.

Já o *Gazeta de Notícias* foi, de acordo com Conrad *apud* MACHADO (2010), o primeiro dos grandes jornais a abrir espaço em suas páginas para a propaganda abolicionista. Todavia, essa posição antiescravista, representada pelos editoriais de Patrocínio contra o cativeiro, contrastava com os anúncios de aluguel e venda de escravos e

das, cada vez mais frequentes, fugas. Por manter essa postura moderada em relação à emancipação ele foi, na década de 1880, superado por outros jornais de postura mais agressiva em relação ao movimento abolicionista.

Da mesma forma, *O Abolicionista* e o *Revista Illustrada* também tiveram destaque na campanha antiescravista. O primeiro, criado em 1880 pela Sociedade Brasileira contra a Escravidão, presidida por Joaquim Nabuco, responsabilizava os senhores pela manutenção de um sistema repudiado pelos povos tidos como “civilizados”. Como apontado por Machado (2010), sua preocupação primordial estava na imagem do país no exterior em função da manutenção da escravidão e não com os negros.

O *Revista Illustrada*, por sua vez, utilizava as charges, através de um tom satírico, como principal ferramenta de combate à escravidão. Fundado em 1881 por Angelo Agostini, imigrante italiano radicado no Rio de Janeiro, o *Revista Illustrada* “aproveitava as diversas notícias sobre o cativo para, através de sua pena e de uma forma irônica, transformá-las em imagens que serviam para aumentar a divulgação do abolicionismo” (Machado, 2010, p.53).

Já o *Diário de Notícias*, fundado em 2 de agosto de 1870 por A. Clímaco dos Reis, preferia assumir uma política, como ele mesmo definia, “inofensiva”. Apesar de sua criação ocorrer no momento em que temos o início da campanha republicana e a intensificação do movimento abolicionista, o jornal se colocava nas palavras de seu redator, com “indiferença absoluta ao movimento dos partidos que se gladiam” (Biblioteca Nacional, 2013). Ainda assim, se comprometia a dar conta de todos os movimentos da política, da governança e do Estado, e, por sua ampla circulação, se apresenta como importante fonte a ser investigada também.

Selecionados os periódicos teve início o levantamento de dados em si. Para realizar este levantamento hemerográfico foi feita uma pesquisa no sítio eletrônico da Biblioteca Nacional a partir da busca por periódico, período, local e palavra. Assim, foi possível fazer uma busca selecionada pelas palavras ‘quilombo’, ‘quilombos’ e ‘quilombo do Leblon’/‘quilombo Leblond’ para periódicos e períodos específicos (Figura 5). As ocorrências encontradas (Figura 6) foram transcritas e o resultado deste levantamento foi organizado em tabelas (Figura 7), que se encontram em anexo.

Figura 5: Exemplo de busca selecionada no sítio eletrônico da Biblioteca Nacional

The screenshot shows the website of the Biblioteca Nacional Digital. The main header features the logo 'Biblioteca Nacional Digital Brasil' and 'FUNDACÃO BIBLIOTECA NACIONAL'. Below the header, there are three search filters: 'Pesquisa por Periódico', 'Pesquisa por Período', and 'Pesquisa por Local'. The search results section shows a list of results with columns for 'Período', 'Local', and 'Periódico'. The search criteria are: '1880 - 1889' for the period, 'RJ' for the location, and 'O Abolicionista (RJ)' for the publication. The search results are displayed in a table format.

Figura 6: Exemplo de resultado obtido a partir da busca selecionada

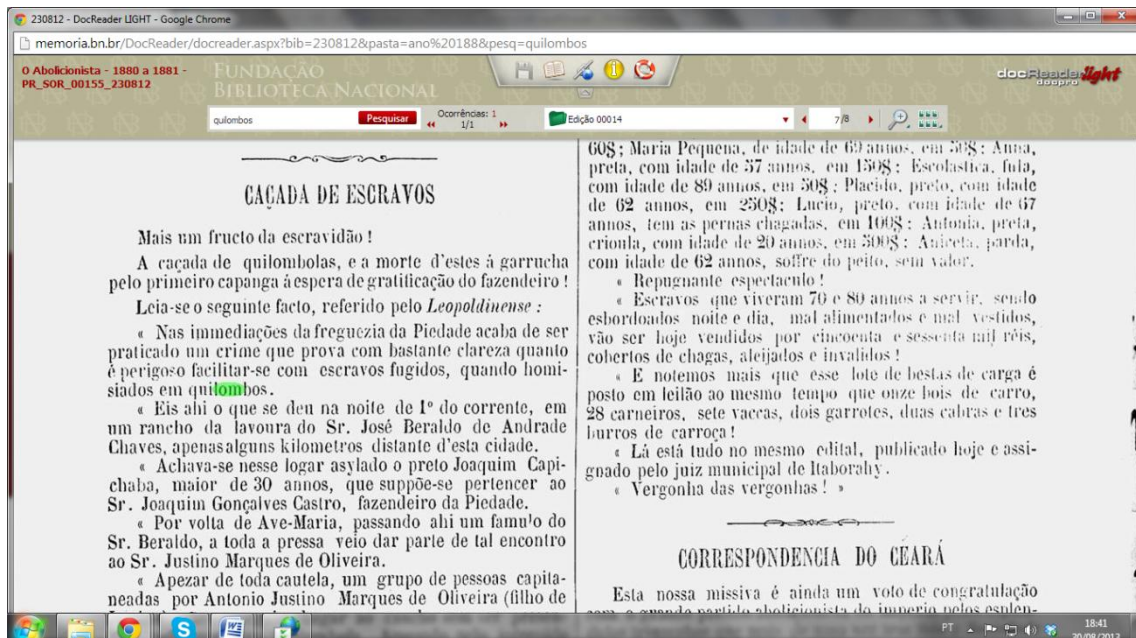


Figura 7: Exemplo de resultado organizado em tabela

O ABOLICIONISTA		
	DATA	DESCRIÇÃO
1881		
1	1 de Dezembro	CAÇADA DE ESCRAVOS Mais um fructo de escravidão. A caçada de quilombolas, e a morte d'estes à garrucha pelo primeiro capanga à espera de gratificação do fazendeiro! Leia-se o seguinte facto, referido pelo Leopoldinense: << Nas imediações da freguesia da Piedade acaba de ser praticado um crime que prova com bastante clareza quanto é perigoso-se facilitar-se com escravos fugidos, quando homisiados em quilombos. << Eis ahi o que se deu na noite de 1º do corrente, em um rancho da lavoura do Sr. José Beraldo de Andrade Chaves, apenas alguns quilômetros distante d'esta cidade. << Achava-se nesse logarasyado o preto Joaquim Capichava, maior de 30 annos, que supõe-se pertencer ao Sr. Joaquim Gonçalves Castro, fazendeiro da Piedade. << Por volta de ave-Maria, passando ahi um famu'o do Sr. Beraldo, a toda pressa veio da parte de tal encontro ao Sr. Justino Marques de Oliveira. <<Apezar de toda cautela, um grupo de pessoas capitaneadas por Antonio Justino Marques de Oliveira (filho de Justino), não conseguiu chegar ao rancho sem ser pressentido pelo matreiro quilombola. Acossado pelo intrépido mancebo, Joaquim Capichaba com uma fouce aliada quasi o matou desfechando-lhe tremendo golpe. << Sitiado e sem meios para a fuga, Antonio Justino engatilhou a garrucha e atirou sobre o feroz Capichaba, que cahio instantaneamente morto no meio do rancho. << O subdelegado de policia fez auto de corpo de delicto. >>

No total foram encontradas 235 notícias contendo a palavra 'quilombo(s)' nos seis periódicos pesquisados entre 1870 e 1888⁴. Tendo em vista que o objetivo inicial deste levantamento estava em identificar possíveis localizações de quilombos relatadas nos jornais podemos dizer que esta busca, à primeira vista, obteve sucesso. Das 235 ocorrências levantadas, 166 fazem referência a uma localidade. No entanto, os números por si só, animadores, não são capazes de refletir as dificuldades impostas pelo conteúdo dessas notícias.

Apesar do número elevado, podemos dizer que a referência de uma localidade que contenha a palavra 'quilombo' nem sempre significa a existência de um quilombo ali naquele momento. A maior parte das entradas diz respeito a uma toponímia envolvendo a palavra 'quilombo'. Vemos "Bairro do Quilombo", "Sacco do Quilombo", "Distrito do Quilombo", "Fazenda do Quilombo", "Serra do Quilombo", "Estação do Quilombo", "rio Quilombo", "Arraial de Quilombo", "Sítio do Quilombo" e "Freguesia do Quilombo". Vale ressaltar também que esses mesmos topônimos não se restringem ao Rio de Janeiro, sendo

⁴ Vale ressaltar, como já foi destacado anteriormente, que existem algumas ocorrências pós-1888 apenas a mérito de ilustrar a relação entre o quilombo do Leblon e o movimento abolicionista. Todavia, nosso recorte se finda em 1888.

encontrados também em São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará e Rio Grande do Sul.

Sabemos que as toponímias carregam consigo significados e, por este motivo, podem ser bastante elucidativas na reconstrução da história de um lugar. Assim, esses topônimos poderiam indicar que houve ali, em algum momento, um quilombo. Entretanto, sem um estudo aprofundado sobre cada localidade – o que seria extremamente interessante, porém, por ora, foge de nossa alçada – não é possível assumir que nessas localidades encontram-se quilombos. Por esta razão, foram consideradas apenas aquelas ocorrências que apontam, claramente, para a existência de um quilombo no Rio de Janeiro de então.

Sendo assim, as ocorrências analisadas ou apresentam a localização a partir da identificação dos quilombos, como visto no *Gazeta de Notícias* de 23 de agosto de 1878 (Anexo D), onde lê-se “pretos fugidos do quilombo Iguassú”, ou então indicam a localização do quilombo, como no *Gazeta da Tarde* de 12 de agosto de 1880 (Anexo C), em que se noticia uma batida num grande quilombo existente em Jacarepaguá. Desta forma, do total de 166 topônimos que envolvem a palavra “quilombo”, apenas 38 se encaixam no perfil buscado. São mencionados os quilombos do Leblon, Senna, Raymundo, Clapp, Patrocinio, Miguel Dias, Padre Ricardo, Camboim, Camorim, Loanda, da Vallado Bomba, do Bomba, de São Gabriel, do Pomba e do Iguassú, além de outros que apresentam sua localização indicada, abrangendo as localidades Centro, Leblon, Jacarepaguá, São Cristóvão, Engenho Novo, Penha, Catumbi, Iguaçu, Estrela, Campos, Niterói, Rezende e Angra dos Reis.

Vale ressaltar que os nomes apontados acima são os nomes que aparecem no levantamento, o que não significa que referem-se, cada um, a um quilombo distinto. Os quilombos, por exemplo, da Vallado Bomba, do Bomba, de São Gabriel, do Pomba e do Iguaçu, se não dizem respeito ao mesmo quilombo, parecem pertencerem ao mesmo conjunto de quilombos localizados nos municípios de Iguaçu e Estrela e identificado por Gomes (2006) como quilombos do Iguaçu.

Segundo o autor,

Os quilombos da região de Iguaçu se encontram registrados na documentação da polícia com nomes diferentes. Ora aparecem como “Quilombo de Iguaçu”, ora “Quilombo do Pilar”, ou então “Quilombo da Barra do Rio Sarapuhi”. Em meados do século XIX, esses quilombos apareceram com as seguintes denominações: “Quilombo do Bomba”, “Quilombo do Gabriel” e “Quilombo da Estrela”. (Gomes, 1996, p.269)

Assim, percebemos que as referências correspondem não só a bairros e freguesias pertencentes ao então município do Rio de Janeiro (

Figura 8), mas também a municípios vizinhos. Levando em consideração que nossa área de estudo restringe-se a cidade do Rio de Janeiro, algumas dessas localidades extrapolam nosso recorte espacial. Ainda assim, entendendo que a área de influência da cidade do Rio vai além dos limites do município, essas localidades também foram incluídas. Todavia, o tratamento desses dados será aprofundado apenas no 3º capítulo, quando serão utilizados na confecção dos mapas, servindo de base para as análises espaciais acerca da expansão do tecido urbano da cidade. No momento, seguiremos com a análise dos conteúdos dessas notícias.

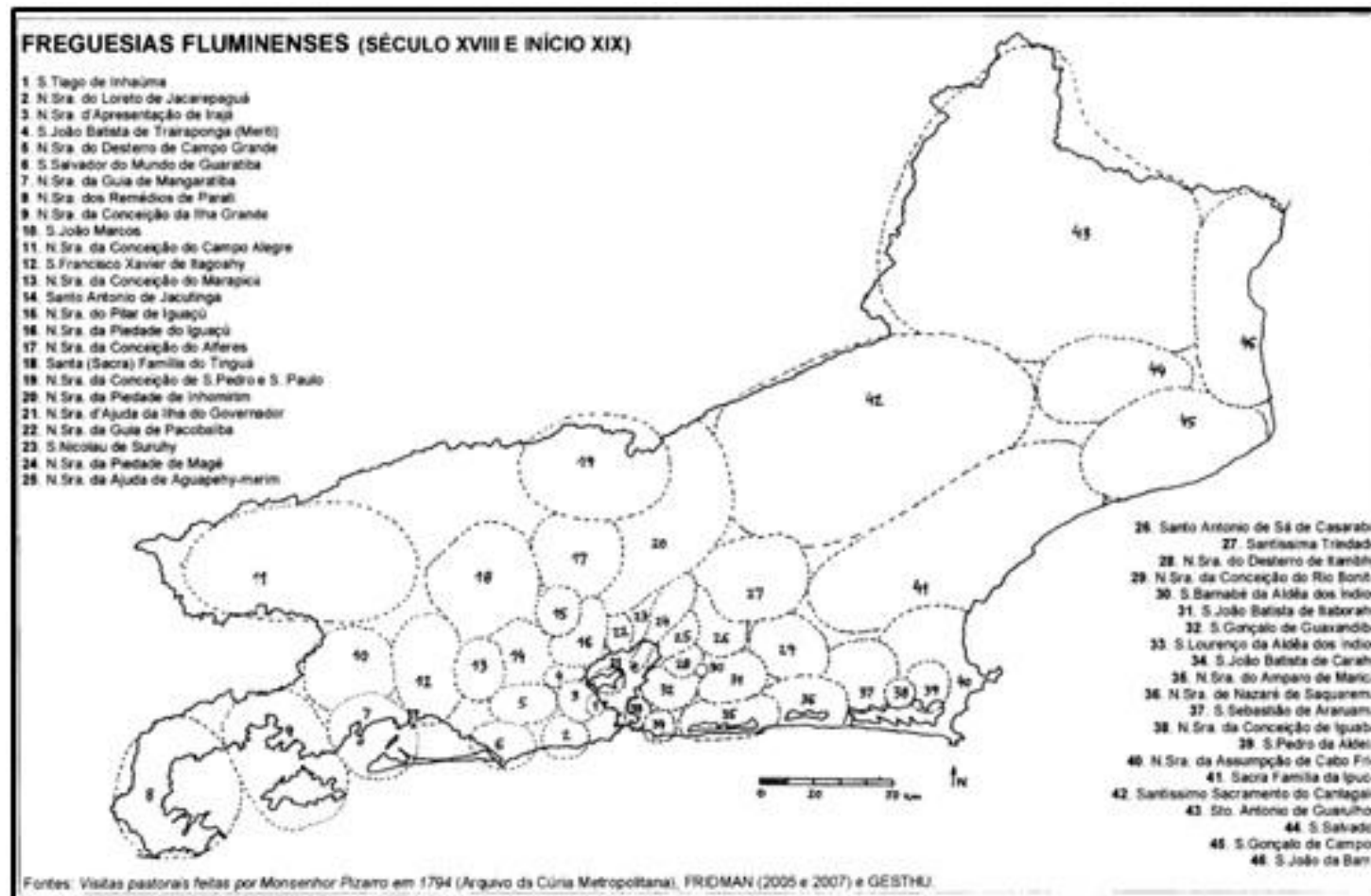
Assim, considerando os quilombos já identificados pela revisão bibliográfica preliminar, podemos afirmar que o levantamento hemerográfico não apresentou novas localizações, diferentes daquelas já conhecidas. Este fato pode ser explicado em função da formação de quilombos constituir atividade ilegal. Entretanto, vale ressaltar que, o fato de não encontrarmos novos quilombos nos jornais não denota que eles não existissem, mas, ao contrário, pode significar que sua sobrevivência dependesse de manter a localização em sigilo. Neste sentido, apesar de nosso recorte temporal compreender o período em que a luta contra a escravidão se intensifica, há de se levar em conta que encontrar anúncios de jornais que expusessem pública e explicitamente a localização de um quilombo deveria ser, no mínimo, inusitado.

Comumente, as ocorrências que apresentavam a localização de um quilombo o faziam para repreendê-lo. Já em 26 de fevereiro de 1870 o *Diário de Notícias* (Anexo B) esclarecia que “para designar o escravo fugido temos cinco nomes: Calhambola, Quilombola, Mocambo, Macamá e Fugião”. Além disso, a notícia chamava a atenção para o fato de que esses escravos fujões se ajuntavam, formando quilombos voluntariamente.

São inúmeras as notícias que atentavam, com medo, para a formação de quilombos e pediam às autoridades providências; ou que defendiam castigos dados aos negros de quilombos; ou que solicitavam a destruição de quilombos ou, ainda, a exaltavam depois de feita. As ocorrências abaixo, da *Gazeta de Notícias*, ilustram bem esta tendência. Em um primeiro momento, em 27 de maio de 1876 (Anexo D), é feito o pedido:

Os habitantes da villa de Iguassú acabam de representar no governo provincial, pedindo que seja batido o quilombo da Valla da Bomba á margem do rio, em distancia somente de duas horas de viagem da côrte. Esse quilombo está grandemente povoado de pretos fugidos, criminosos e desertores, que commettem toda a casta de crimes, sendo que ha pouco assassinaram dois escravos.

Figura 8: Freguesias do Rio de Janeiro no século XIX



Fonte: Fridman (2008)

Fica claro que o requerimento é feito a partir da visão do quilombo como um espaço constituído de homens perigosos e que, por este motivo, representa uma ameaça para aquela comunidade. Menos de um mês depois, em 23 de junho (Anexo D), vemos o resultado da solicitação:

Foram ante-hontem batidos por 40 praças do corpo de policia de Nictheroy e mais ou menos 40 cidadãos, dirigidos pelo delegado de policia da Estrella, Joaquim Alves Machado, e subdelegado do Pilar, tenente Aniceto Augusto da Costa Valle, os afamados quilombos do Bomba e S. Gabriel, no municipio de Iguassú e Estrella, sendo presos 17 escravos fugidos, dos quaes onze d'aquelles e seis d'este. Louvores ás auctoridades que fizeram esta importante diligencia.

Na realidade, este tipo de notícia era tão comum que em 17 de agosto de 1885, poucos anos antes da abolição, vemos o *Diário de Notícias* anunciar que “o chefe de polícia propoz ao presidente da província a criação de uma guerrilha para destruir quilombos e capturar escravos fugidos” (Anexo B).

Todavia, apesar deste tipo de anúncio ainda se manter até os últimos anos de escravidão, a tendência que observamos é de que, quanto mais nos aproximamos do ano de 1888, maior é o número de notícias de cunho abolicionista envolvendo quilombos. O *Gazeta da Tarde* de 14 de dezembro de 1880 traz uma interessante abordagem em que os abolicionistas, nas palavras de José Bonifácio, respondem aos fazendeiros escravocratas que defendem a manutenção da escravidão por ser o Brasil um país essencialmente agrícola:

A lavoura do Brazil, feita por escravos boçaes e preguiçosos, não dá lucros com que homens ignorantes e phantasticos se illudem. Se calcularmos o custo actual da aquisição do terreno, os capitaes empregados nos escravos que o devem cultivar, o valor dos instrumentos com que se deve trabalhar cada um d'estes escravos, sustento e vestuario, molestiasreaes e affectadas e seu curativo, as mortes numerosas, filhas do mau tratamento e da desesperção, as repetidas fugidas aos matos e quilombos, claro que fica que o lucro da lavoura deve ser mui pequeno no Brazil, ainda apezar da prodigiosa fertilidade de suas terras. (Anexo C)

Na mesma notícia vemos que José do Patrocínio, em uma de suas conferências, afirma que

Os fazendeiros intelligentes (...) comprehendem perfeitamente que é tempo de determinar-se um prazo para expurgar o solo do Brazil da escravidão e que convem-lhes ir ao encontro do partido abolicionista e propôr uma justa transacção, fixando o alludido prazo. Só os fazendeiros brutos e preguiçosos, acostumados a viver do suor do negro, temem a abolição. (Anexo C)

É possível perceber que tratam-se de notícias que, em contraste com o que foi apresentado anteriormente, exaltam as fugas e a formação de quilombos como importantes instrumentos no caminho para a abolição. O *Cidade do Rio* de 3 de abril de 1889, ao exaltar a figura de João Cordeiro como o “imortal benemérito libertador da província do Ceará”, relembra que, como estratégia de luta contra a escravidão, “elle afrontava os senhores, estabelecendo o seu quilombo em plena cidade, numa das praças mais frequentadas e tinha a coragem de dizel-o a toda a gente” (Anexo A). Mais do que isso, talvez valendo-se de já ter sido realizada a abolição, vale dizer, o jornal descreve como o abolicionista ajudava os escravos:

No fundo do seu armazem, entre as transacções commerciaes da sua casa, concebia os planos mais extraordinarios. Para furtar um escravo, fretava um trem expresso e lá ia com os seus leaes companheiros, sem se importar com o que resultaria da empreza. Nunca se furtou a sacrificios e os prejuizos que lhe causava a propaganda, considerava-os elle, a sua quota de imposto para o resgate da patria. (Anexo A)

Fica claro que a imprensa tem um papel fundamental na construção e disseminação do movimento abolicionista. Em 4 de maio de 1888, à menos de dez dias da abolição, o *Diário de Noticias* veicula a convocatória que havia feito no dia anterior para a abertura da Assembleia Geral por Sua Alteza Imperial Regente, assim como a resposta dada pelo povo. Diz que

Não se pode fazer idéa da grandiosidade e imponência com que a população fluminense de todas as classes acudio pressurosa ao convite que lhe fizemos para comparecer á festividade da abertura da assembléa geral. Desde a vespera que cerca de 10 mil cartazes foram distribuídos ao povo e affixados em todos os pontos importantes do transito publico. Pela manhã os jornaes *Gazeta de Noticias*, *Paiz* e *Época* attendendo graciosamente e gentilmente ao nosso pedido noticiaram a manifestação projetada e com o seu reconhecidissimo prestigio adheriram á nossa iniciativa. Na véspera a *Gazeta da Tarde* e a *Cidade do Rio* dignaram-se afixar em suas portas o nosso convite ao povo aderindo também á manifestação. Pelas 11 horas da manhã o povo começou a affuir ao campo da Aclamação junto ao edificio do senado onde bandas de musica populares tocavam lindos trechos. (Anexo B)

Uma semana depois, em 11 de maio de 1888, o *Cidade do Rio* noticia a aprovação do projeto de abolição da escravidão na câmara. Na saída, a população presente, pessoas de todas as classes sociais, saiu em festa e cortejo pelas ruas Primeiro de Março e do Ouvidor, parando em frente aos principais jornais de onde discursaram alguns abolicionistas e nomes importantes da causa.

Desta forma, é evidente a relação existente entre os quilombos e o abolicionismo. Os quilombos são vistos como peça fundamental na construção do movimento abolicionista.

Destaque para o quilombo do Leblon que aparece em 18 das 38 ocorrências consideradas. Contudo, tanto a relação do quilombo com o movimento abolicionista, quanto o papel que teve o quilombo do Leblon para esse movimento, serão aprofundados mais a frente, nos capítulos 2 e 4, respectivamente.

2. O quilombo e o Abolicionismo

Após esta incursão pela origem e pelos significados da palavra quilombo e pelas diferentes visões empreendidas a ele passaremos agora a estabelecer as relações entre este espaço e o movimento abolicionista. Ao fim do capítulo anterior foi possível perceber que nas duas décadas que antecedem a abolição vemos um Rio de Janeiro dividido. As notícias de jornais são um bom termômetro desta divisão. Como já apontado, temos duas dicotomias que, em determinado momento, inclusive, se confundem, entre monarquistas e republicanos e entre escravocratas e abolicionistas.

Segundo Machado (2010), apesar de divergências nas formas de encaminhamento da abolição, existia, no Rio de Janeiro, uma estreita ligação entre abolicionistas e republicanos.

Supondo que a República seja a forma natural da democracia, ainda assim, o dever de elevar os escravos a homens precede a toda arquitetura democrática. O abolicionismo num país de escravos é para o republicano de *razão* a República oportunista, a que pede o que pode conseguir e o que mais precisa, e não se esteriliza em querer antecipar uma ordem de coisas da qual o país só pode tirar benefícios reais quando nele não houver mais *senhores*. (NABUCO, [1883]1999, p.15)

Conforme coloca Nabuco ([1883]1999), a primeira oposição nacional à escravidão foi direcionada apenas ao tráfico. Acreditava-se que com a proibição da importação de novos escravos a diminuição do elemento servil ocorreria gradualmente pela morte. Assim, após a determinação de extinção do tráfico negreiro, através da Lei Eusébio de Queiróz de 4 de setembro de 1850, houve um período de calmaria em relação à luta contra a escravidão.

A segunda grande oposição a esta instituição veio, mais uma vez, não de forma a atacar suas bases, mas sim de restringir sua atuação. Em 28 de setembro de 1871 é promulgada a Lei do Ventre Livre que liberta os nascituros, reconhece o direito dos escravos à autocompra e institui e torna obrigatórias a matrícula geral dos escravos e a criação de um fundo para a emancipação gradual (Mattos, 2000). Porém, na prática, os ingênuos só seriam de fato livres ao alcançarem os 21 anos e o governo não se fazia cumprir a lei.

Apenas a partir de 1879, segundo Nabuco ([1883]1999), é que começamos a ver surgir uma terceira grande oposição à escravidão e, “dessa vez, (...) diretamente contra suas posses, contra a legalidade e a legitimidade de seus direitos” (p.6). De acordo com o autor,

Foi na legislatura de 1879-80 que, pela primeira vez, se viu dentro e fora do Parlamento um grupo de homens fazer da *emancipação dos escravos*, não

da limitação do cativo às gerações atuais, a sua bandeira política, a condição preliminar da sua adesão a qualquer dos partidos. (NABUCO, [1883]1999, p.5)

O abolicionismo corresponde a este último movimento, único capaz de resolver realmente o problema dos escravos ao garantir-lhes sua própria liberdade. Ainda, o abolicionismo seria um protesto contra a triste perspectiva de deixar à morte a solução do problema quando, na realidade, trata-se de uma questão de justiça e consciência moral que exige providências políticas (NABUCO, [1883]1999).

Sendo assim, para Joaquim Nabuco, que escreve em 1883, período de efervescência do abolicionismo, para o movimento não basta ser advogado do escravizado. A libertação dos escravos e de seus filhos é apenas a tarefa imediata do abolicionismo. Está presente no autor a preocupação com o futuro quando será necessário apagar todos os efeitos desse regime de mais de trezentos anos, assim como dar conta da severa estratificação provocada por ele. Para Nabuco ([1883]1999, p.8),

(...) enquanto a nação não tiver consciência de que lhe é indispensável adaptar à liberdade cada um dos aparelhos do seu organismo de que a escravidão se apropriou, a obra desta irá por diante, mesmo quando não haja mais escravos.

Desta forma, para o autor a luta deve ficar a cargo da população livre uma vez que os escravos e ingênuos não têm meios de reivindicar seus próprios direitos. Assim, ainda segundo Nabuco ([1883]1999, p.29),

A propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos. Seria uma covardia, inepta e criminosa, e, além disso, um suicídio político para o partido abolicionista, incitar à insurreição, ou ao crime, homens sem defesa, e que a lei de Lynch, ou a justiça pública, imediatamente haveria de esmagar.

Talvez este fato sirva para explicar o porquê de só encontrarmos uma única ocorrência com a palavra quilombo n'O *Abolicionista*, jornal presidido por Joaquim Nabuco. Já que a propaganda não se dirige aos escravos, também não é de se esperar que exalte os feitos desses.

De acordo com Moura (1987), a posição de Nabuco foi a que predominou entre os abolicionistas tradicionais e moderados. Entre estes, segundo o autor, o negro era visto como um bárbaro selvagem e, por este motivo, não tinha capacidade de atuar politicamente contra o estatuto que o oprimia. O negro, como agente histórico, estava excluído do processo emancipatório pelos próprios abolicionistas (MOURA, 1987).

É nesse sentido que, comumente, vemos as lutas dos escravos serem tratadas como simples manifestações de homens insatisfeitos com sua condição ao invés de entendê-las como atos políticos. José Honório Rodrigues (1968) *apud* MOURA (1987) afirma que, “como reação ao sistema escravocrata, a rebeldia negra, insurreição racial, foi um processo contínuo, permanente e não esporádico, como fez ver a historiografia oficial”.

Segundo Moura (1987), essa chamada “rebeldia negra” antecede em muito o movimento abolicionista.

Enquanto a primeira desde o século XVII já se consubstanciava em um fato histórico tão relevante como a República de Palmares, o movimento abolicionista somente se manifestará, organizada e politicamente, quando o sistema escravista entra em sua crise irreversível do final do século XIX. É exatamente a este movimento tardio que se deseja dar o mérito da Abolição. Ao contrário. Se méritos devem ser computados deverão ser creditados à rebeldia negra. Se houve limitações imperdoáveis elas devem ser computadas aos tímidos abolicionistas que a concluíram. (p.81)

O fato é que desde os primeiros anos de escravidão observamos reações de insatisfação por parte dos escravos. Estas reações podiam se manifestar na forma de quebrar ferramentas, incendiar plantações até as fugas que poderiam levar a formação de quilombos. Moura (1987) afirma que nunca antes houve um entrosamento entre essas lutas e o movimento abolicionista como o observado nas décadas que antecedem a abolição. Esse entrosamento pode ser verificado pelas relações travadas entre os quilombos e o movimento abolicionista.

Neste sentido, a primeira parte deste capítulo irá discutir a importância da posição geográfica na formação e sobrevivência dos quilombos ao longo do tempo. Busca-se, com esta discussão, demonstrar que o entrosamento observado entre o movimento abolicionista e os quilombos é acompanhado por uma aproximação também física desses com a cidade.

Tendo em vista essa aproximação física e os contatos cada vez mais frequentes entre quilombolas e abolicionistas, a segunda parte se propõe a debater o papel do quilombo para o movimento abolicionista. Pelo que foi, brevemente, apresentado pelas notícias de jornais já foi possível perceber que havia mais do que um simples entrosamento. O movimento abolicionista tinha o quilombo como peça fundamental de seus planos na luta contra a escravidão.

Tamanha era a importância do quilombo para o movimento abolicionista que este auxiliava, inclusive, na fuga e acoitamento de escravos. Desta forma, a última parte do capítulo oferece um questionamento: pelas relações verificadas entre os quilombos e o movimento abolicionista é possível falar em uma rede de quilombos abolicionistas?

2.1. O papel da posição geográfica

Como já apontado no primeiro capítulo, a escassez de documentação se apresenta como um fator limitante para os estudos sobre quilombos. Por este motivo, é difícil precisar quando surgiu o primeiro quilombo no Brasil. No entanto, podemos afirmar que não demorou muito até que o escravo se rebelasse por sua condição buscando na fuga e na formação de quilombos um meio de escapar desse sistema e, até mesmo, de sobrevivência. “Fenômeno inerente à produção escravista, o quilombo surgiu com o início da escravidão e terminou apenas com a abolição” (FIABANI, 2005, p.258).

Assim, já nos séculos XVI e XVII, com a chegada dos primeiros escravos africanos, o que ocorreu em meados do século XVI, temos a formação de quilombos. Esses primeiros quilombos eram mais isolados da sociedade, o que não significa que eram necessariamente mais distantes do que aqueles existentes no século XIX. Na verdade, é preciso relativizar esse isolamento tendo em vista que as distâncias pareciam maiores do que realmente eram devido ao desconhecimento do território, à falta de estradas e às dificuldades de comunicação.

Esses e outros fatores eram levados em consideração na escolha da posição geográfica do quilombo, que deve ser feita de acordo com suas necessidades e possibilidades. Desta maneira, esses quilombos têm no isolamento uma estratégia de sobrevivência. Por isso, escolhiam sítios que favorecessem seu esconderijo e sua subsistência e dificultassem a sua identificação e repressão, como florestas densas e montanhas escarpadas, com presença de rios, pântanos e mangues.

Nesse sentido, a posição geográfica pode ser decisiva para a existência do quilombo já que, na condição de fugitivo, os quilombolas precisavam contar com uma localização favorável. Segundo Gomes (2006, p.38), a localização geográfica foi fator fundamental para a sobrevivência e autonomia das comunidades de escravos fugidos, na maioria das regiões onde elas se estabeleceram no Brasil – e mesmo em outras partes das Américas, como Jamaica e Guianas.

Entretanto, como Guimarães (1988) *apud* FIABANI (2005, p.255) ressalta, “o quilombo não se define a partir do local, mas a partir do elemento humano que o integra”. Podemos acrescentar que as relações travadas também contribuem para a sua *definição*. Assim, ao contrário do que se poderia pensar, os quilombos nunca foram grupos fechados.

Mesmo distantes fechados na mata, os quilombos podiam manter relações com a sociedade externa. Em 1866, Malheiro contrariava Barleu, Pita e Handelsmann – que “definiram quilombo como agrupamento distante da sociedade oficial” (FIABANI, 2005, p.51)

–, ao afirmar que “as trocas praticadas entre os quilombolas e, sobretudo, a sociedade escravista acompanharam o fenômeno desde sua existência” (FIABANI, 2005, p.51).

Todavia, como visto no primeiro capítulo, esta é uma perspectiva recente na historiografia brasileira. Até a década de 1980 o que encontramos é um tratamento do quilombo no Brasil como um espaço marginal ao sistema. Neste sentido, vale ressaltar, como coloca Gomes (2005, p.30),

que o problema não eram as fontes ou a falta delas, mas sim o olhar lançado sobre elas. Talvez muitos historiadores (e por tabela os antropólogos) que analisaram os quilombos se colocaram diante de um problema-solução, e não diante de um problema-problema. Talvez tanto os culturalistas quanto os materialistas tenham ido procurar nas fontes aquilo que já sabiam.

Carlos Magno Guimarães, em 1988, abordou o modo como os quilombos mineiros podiam estabelecer relações econômicas e sociais com o restante da sociedade escravista. No entanto, o autor destacava que este seria o “caráter contraditório do quilombo” (Gomes, 2006). Mesmo constituindo avanço nos estudos referentes às relações entre quilombos e sociedade escravista, Guimarães não se afasta do paradigma da marginalização.

Ainda assim, as pesquisas que emergem no final da década de 1980 e início da década de 1990 procuram abrir novos caminhos para o entendimento das relações entre senhores e escravos de forma mais profunda. De acordo com Gomes (2005, p.30),

destacam-se aquelas que procuram perceber os grupos quilombolas interagindo com os mundos da escravidão. (...) Ao contrário do isolamento, os mundos criados pelos quilombolas acabaram por afetar e modificar os mundos dos que permaneciam escravos e toda a sociedade envolvente.

Tido como o maior quilombo da história do Brasil, Palmares é um bom exemplo desse contato. Surgido no início do século XVII, não tardou para que o quilombo logo sofresse suas primeiras represálias. Muitas foram as expedições que tentaram destruir Palmares que, em contrapartida, só fazia crescer. Foi quase um século de investidas até que, em 20 de novembro de 1695, Zumbi, tido como seu líder, fosse capturado e executado simbolizando o fim do quilombo.

Palmares era, de acordo com Moura (1987), uma confederação de quilombos composta por onze comunidades quilombolas: Amaro, Acotirene, Tabocas, Zumbi, Dambrabanga, Alquatune, Subupira, Osenga, Macaco, Porto Calvo e Andalaquituche. Estas

comunidades estavam espalhadas por uma vasta superfície que abrange os atuais estados de Alagoas e Pernambuco, como pode ser observado na Figura 9⁵.

Figura 9: Comunidades que compunham a República de Palmares



Palmares era considerado como um verdadeiro estado negro: a República de Palmares. Todavia, conforme coloca Reis e Gomes (1996), é sabido que além de negros africanos e nascidos no Brasil, em Palmares também viveram brancos, mestiços e índios. O trabalho de Funari (1996) sobre a arqueologia de Palmares é bastante elucidativo neste sentido. A partir do estudo arqueológico dos sítios de Palmares, Funari espera poder encontrar aspectos diferentes daqueles vistos na documentação convencional – produzida, diga-se de passagem, por aqueles que tentavam reprimir o quilombo – que indiquem novos caminhos para os estudos de quilombos.

De fato, os estudos iniciais apontaram para a existência de objetos de cerâmica que podem indicar uma presença indígena maior do que se considerou até então. Esta presença, por sua vez, corroboraria com a afirmação de que os quilombos não estariam

⁵ Nota-se que os nomes observados na figura 9 são diferentes daqueles apresentados por nós. Quanto à isso cabe ressaltar que as toponímias apresentavam alterações. Nesse sentido, apesar de não serem exatamente os mesmos nomes dizem respeito à mesma localidade.

isolados. Contudo, é necessário ressaltar que a presença desses objetos, por si só, não comprova ou dimensiona o contato entre quilombolas e indígenas durante o período de existência do quilombo. Algumas questões são levantadas por Reis e Gomes (1996, p.14) que, a depender da resposta, podem implicar em uma reinterpretação do quilombo em seu contexto, como:

Teriam índios e caboclos representado uma parte substancial – digamos trinta, quarenta ou mais por cento – da população palmarina? Ou o que a cerâmica revela são apenas influências da cultura indígena sobre a cultura material dos negros palmarinos? E essa cerâmica é palmarina ou pós-palmarina?

A respeito da presença branca, Barleus (1974) *apud* Funari (1996) afirma que Bartolomeu Lintz, homem branco, e seus companheiros, viveram entre os quilombolas em meados do século XVII, tendo conhecido seus lugares e modos de vida. Segundo Funari (1996, p.31),

Talvez a perseguição a minorias étnicas, como judeus, mouros e outros, além do combate às bruxas, heréticos, ladrões e criminosos possa explicar o fato de que ao menos alguns brancos tivessem decidido viver em Palmares e, aparentemente, tivessem sido aceitos pela comunidade rebelde.

Desta forma, fica claro que os quilombolas de Palmares não constituíam comunidade completamente isolada da sociedade. Pela Figura 9 é possível perceber que a maioria das comunidades que compunham Palmares está localizada afastada do litoral, em área de serra. Algumas ainda se encontram próximas a rios. Esta posição geográfica está de acordo com as necessidades de esconderijo e sobrevivência impostas pela fuga, mas também não impede a possibilidade de contato. Ainda, verificamos que Porto Calvo, fugindo dessa tendência, encontra-se, conforme pode ser observado na Figura 9, em área de planície e próxima do litoral.

Assim como Palmares, outros quilombos servem de exemplo dos contatos estabelecidos entre os quilombolas e a sociedade envolvente. Em seu trabalho, Gomes, procurando alargar horizontes teóricos, (2006, p.21) analisa:

de que maneira as organizações sociais de determinados quilombos, as práticas econômicas desenvolvidas, as estratégias de enfrentamentos, o *modus vivendi* e, enfim, as relações complexas que mantinham com o restante da sociedade escravista constituíram uma das faces da gestação de um campesinato, do qual participavam escravos, quilombolas, libertos, pequenos lavradores, taberneiros etc., durante o século XIX, principalmente no Rio de Janeiro.

De acordo com Gomes (2005), uma das características fundamentais de grande parte dos quilombos foi o desenvolvimento de uma economia de base camponesa. Desta forma, era imprescindível para a comunidade se fixar em locais não muito distantes, onde as trocas mercantis pudessem ser efetuadas. Assim, “mesmo quando procuravam refúgios em longínquas florestas, não permaneciam isolados” (GOMES, 2005, p.33).

Conforme aponta Gomes (2006, 38),

A maior parte das comunidades de fugitivos, sempre que possível, se estabeleceu em locais não totalmente isolados das áreas de cultivo, fossem exportadoras ou não, e dos pequenos centros de comércio e entrepostos mercantis circunvizinhos. Essa proximidade, entre outras funções, garantia as trocas mercantis frequentes entre quilombolas, escravos nas plantações e vendedores locais. Contudo, se os locais eram escolhidos levando em conta expectativas mercantis, também deveriam oferecer refúgios seguros contra as investidas policiais.

Neste sentido, para Gomes (2006, p.34), “a geografia de Iguaçu – com uma extensa planície com riachos e pântanos – contribuiu para a formação e o desenvolvimento de comunidades de escravos fugidos”. Segundo o autor, ali, os quilombolas encontravam refúgios seguros. Esta característica é reafirmada por denúncias de jornais e pela correspondência policial. Nestas, a localização em áreas pantanosas e, portanto, de difícil acesso, aparece, ao lado da cumplicidade de comerciantes, taberneiros, cativos das plantações vizinhas e escravos remadores, como justificativa para o fracasso das ações que buscavam destruir quilombos.

Em 1859, como assinala Gomes (2006, p.38), o delegado de Iguaçu, ao reportar-se ao chefe de polícia, aponta a localização como uma das dificuldades enfrentadas pelas diligências:

Estando reconhecida a dificuldade, se não impossibilidade, de extinguir-se o quilombo existente no mangue do rio Iguaçu, pelos meios comuns e combinados de cerco com força armada para prender e apreender os quilombolas, visto não poder penetrar-se no lugar dos ranchos ainda desconhecido, não obstante os esforços para isso de longa data constantemente empregados pela polícia, por estarem as avenidas e entradas tortuosas dos mangues impedidas e obstruídas de estrepes venenosos, ou envenenados, segundo informam os práticos incumbidos do exame da topografia do lugar.

Deste modo, constata-se que a posição geográfica dos quilombos atuava como grande aliada dos quilombolas em seus enfrentamentos com a polícia. O estabelecimento de quilombos em locais de difícil acesso permitia, inclusive, que os quilombolas pudessem abandonar os ranchos em tempo hábil no caso de investidas policiais. Como apontado

acima pelo delegado de Iguaçu, os quilombolas também tinham estratégias para tornar o sítio ainda mais inóspito.

A colocação de estrepes (espécies de espinhos que podiam ser naturais ou feitos com madeiras ou pedaços de bambu e cana verde) envenenados, falsas picadas abertas no meio da mata e outras armadilhas eram feitas visando a atrasar as marchas de tropas nas florestas, muitas vezes fatigando-as à exaustão. Alguns mocambos eram fixados em locais montanhosos e íngremes. Assim, colocavam vigias e preparavam emboscadas contra as forças de repressão. (GOMES, 2006, p.39)

Assim, podemos afirmar que a posição geográfica não só oferecia abrigo aos quilombolas como também a possibilidade de desenvolvimento de atividades econômicas que os integrariam à economia local. Esta integração socioeconômica clandestina conferia aos quilombos proteção por parte de taberneiros, pequenos lavradores e de escravos de determinadas regiões. Em muitas, quilombolas e grupos fugitivos acabaram quase reconhecidos como camponeses, como aconteceu com a comunidade quilombola de Iguaçu, no Rio de Janeiro, que participou do comércio de lenha daquela região ao longo de quase todo o século XIX (GOMES, 2005).

Apesar de sempre terem existido relações entre quilombos e a sociedade do entorno, como demonstra os exemplos de Palmares e Iguaçu, podemos observar que, conforme nos aproximamos das décadas que antecedem a abolição, elas se tornam mais evidentes. Essa aproximação também é observada espacialmente, uma vez que os quilombos passam a se encontrar mais próximos das cidades, em seu espaço peri-urbano. Talvez, o melhor exemplo dessa proximidade esteja nas relações travadas entre os quilombos e o movimento abolicionista no Rio de Janeiro no final do século XIX.

2.2. O papel do quilombo no movimento abolicionista

Se as relações entre os quilombos e a sociedade envolvente sempre existiram, inclusive comerciais, podemos afirmar que o que se delineia nas duas décadas que antecedem a abolição é uma conjuntura em que escravos, quilombolas e abolicionistas se encontram na mesma luta, conjugando suas ações em prol de um mesmo objetivo: o fim da escravidão. Como resposta aos abolicionistas tradicionais e moderados, que excluía o negro do processo, o que vemos na última etapa da escravidão é o avanço de um abolicionismo radical que considera o escravo e o quilombola como partes fundamentais da luta pela abolição.

Ao contrário dos conservadores, que acreditavam que a insurreição negra representava uma ação “bárbara e selvagem” de homens que viviam “ao nível de animais”,

os abolicionistas radicais defendiam a rebeldia dos escravos como uma reação que deveria ser exaltada. De acordo com documento firmado por Raul Pompéia, Enéias Galvão, Alberto Torres, Raimundo Correia e Augusto de Lima,

a Humanidade só tem a felicitar-se quando um pensamento de revolta passa pelo cérebro do oprimido dos rebanhos operários das fazendas. A ideia da insurreição indica que a natureza humana ainda vive. Todas as violências em prol da liberdade – violentamente acabrunhada – devem ser saudadas como vinditas santas. A maior tristeza dos abolicionistas é que estas violências não sejam frequentes e a conflagração não seja geral. (MOURA, 1987, p.83-84)

Em Campos, na província do Rio de Janeiro, o avanço do abolicionismo radical se deu a partir de um posicionamento diferente do recomendado por Nabuco. Como coloca Moura (1987, p.84), “naquela cidade fluminense abolicionistas e escravos rebeldes conseguiram unir-se politicamente”. De acordo com Moraes (1986, p.195),

Naquela próspera cidade da província do Rio de Janeiro, deram-se todos os incidentes possíveis e imagináveis da tremenda luta; ela revestiu, ali, todas as formas; foram nela empregadas, de uma e de outra parte, todas as armas: - a palavra, os atos de administração, os meios judiciários, a violência oficial e a violência privada.

A fundação do jornal *Vinte e Cinco de Março*, sob a direção do abolicionista Carlos Lacerda, assim como a adoção de medidas mais radicais, como os sucessivos incêndios dos canaviais, demonstram a intensificação da luta naquela cidade a partir da aproximação de abolicionistas e escravos. A luta foi aguçada e quilombos foram organizados. Todavia, como resposta, Carlos Lacerda sofreu um atentado e seu jornal foi empastelado. Ainda, diversos abolicionistas foram levados aos tribunais para serem julgadas por suas ações, consideradas ilegais.

Segundo Moura (1987, p.83), “não sendo possível influir no parlamento, os abolicionistas radicais recorrem a outros meios, como a imprensa, o discurso em praça pública e a ligação com os próprios escravos”. Percebe-se o papel fundamental da imprensa no movimento, como já ressaltado no capítulo anterior.

Considerando que trata-se de uma sociedade marcada pelo analfabetismo⁶, o alcance das notícias era bem restrito. Por este motivo, era imprescindível que, na luta pela abolição, os jornais conseguissem propagar as ideias abolicionistas de outras maneiras. Era comum a leitura dos textos em voz alta a fim de que as ideias fossem difundidas mesmo

⁶ De acordo com Machado (2010), o censo de 1872 revelou que, em um universo de 9.930.478 habitantes, no Brasil, havia 1.510.806 escravos e 8.419.672 livres. Na Corte, eram 226.033 livres e 48.939 escravos, num total de 274.972 habitantes. Entre a população livre brasileira apenas 1.563.078 eram alfabetizados, isto é 18,5%, e na Corte em torno de 50%.

entre analfabetos. Assim, de acordo com Machado (2010), a atuação dos jornais na campanha abolicionista serviu tanto como instrumento de pressão por mudanças na sociedade, como também contribuiu para o surgimento de uma nova cultura política pautada no abolicionismo.

A ligação da imprensa com a campanha abolicionista era tão estreita que muitos abolicionistas estavam presentes, e até a frente, nos jornais mais importantes da cidade. Mais do que isso, suas redações eram utilizadas como locais de encontro de grupos abolicionistas. Era o caso do *Gazeta da Tarde* que cedia seu espaço para as reuniões da Confederação Abolicionista.

Segundo Moraes (1986), em três anos tinham se multiplicado as sociedades abolicionistas. Por este motivo,

Pensou-se em reunir as do Município Neutro e as de Niterói em vasta associação, sem quebra da autonomia de cada uma. Com este fim foram convocados para uma reunião na sala principal da redação da GAZETA DA TARDE, no dia 10 de maio de 1883, os representantes das seguintes agremiações: Brasileira contra a Escravidão, Emancipadora da Escola Militar, Libertadora Pernambucana (da mesma Escola), Clube dos Libertos de Niterói, Centro Abolicionista Ferreira de Menezes, Clube Bittencourt Sampaio, Sociedade Abolicionista Cearense, Clube Abolicionista Guttemberg, Caixa Libertadora José do Patrocínio, Caixa Libertadora Joaquim Nabuco. A essas sociedades se juntou o Grande Oriente Brasileiro (Maçonaria), que, desde o tempo da presidência do Visconde do Rio Branco, tinha tomado ativa parte na campanha libertadora. Propôs José do Patrocínio, e foi aceito, que todas as sociedades aludidas e outras que quisessem aderir formassem a CONFEDERAÇÃO ABOLICIONISTA. (MORAES, 1986, p.46)

Tal ligação também pode ser conferida no *Cidade do Rio* de 11 de maio de 1888, já mencionado anteriormente, quando a aprovação do projeto de abolição na Câmara leva o povo a sair em cortejo pelas ruas parando em frente às redações dos principais jornais da cidade. Na porta do *Revista Illustrada*, “o cidadão Clapp, presidente da Confederação Abolicionista, falou sobre os quilombos, apresentando ao povo, por essa ocasião Senna e o Sr Seixas de Magalhães” (Anexo A), idealizadores dos quilombos Senna e do Leblon, respectivamente. Ainda, ressalta que “os pretos fugidos, que se achavam entre o povo, saudaram o orador e subiram á redacção da Revista para abraçai-os e assim demonstrar o reconhecimento”.

Desta forma, o que se observa a partir da década de 1880 é uma intensificação e radicalização do movimento abolicionista que não só procura dar voz à rebeldia negra como, de certa maneira, se associa a ela para atingir seu objetivo. Segundo Silva (2003, p.8), “sem

a adesão franca dos cativos, manifestada pelas fugas em massa, a ‘avalanche negra’, o projeto abolicionista não teria a mínima chance de êxito”.

Neste sentido, podemos afirmar que a rebeldia dos escravos associada à formação de quilombos serviram, inclusive, como instrumento de propaganda abolicionista. Tamanha era a importância dos quilombos na campanha abolicionista que muitos intelectuais do movimento, como jornalistas, médicos, advogados e estudantes, costumavam frequentá-los. De acordo com Silva (2003, p.19), “em meados da década de 1880, um jovem moderno, abolicionista ou republicano, não podia deixar de conhecer, pelo menos, um quilombo abolicionista⁷”. E assim faziam, como apontam diversos relatos de renomados abolicionistas, como Brício Filho e Silva Jardim, descrevendo suas idas a determinados quilombos.

Além de frequentarem os quilombos, os abolicionistas também auxiliavam os escravos nas fugas e no acobertamento desses. Mais do que isso, os abolicionistas encaminhavam os fugitivos para quilombos, onde consideravam estarem mais seguros. Essa ajuda aparece no *Cidade do Rio* de 2 de junho de 1888 onde Raymundo Pereira de Souza é saudado por ocasião de seu aniversário. Segundo o jornal, “durante a propaganda abolicionista ninguém prestou mais relevantes serviços aos miseros foragidos, que se vinham collocar sob o agasalho da Confederação” do que Raymundo (Anexo A).

O periódico descreve Raymundo como um homem sempre disposto a amparar os escravizados. Independente da hora ou do tempo ele ajudava os fugitivos a encontrarem um lugar onde pudessem se abrigar. Para ele era uma “missão sagrada dar pousada aos peregrinos” (Anexo A). Assim, muitas vezes foi visto correndo após o trabalho a dizer:

- Adeus, adeus: não me posso demorar, tenho de ir receber uns pobres de Deus em Cascadura e levai-os para Jacarepaguá, ou Santa Cruz, ou á Gavea. (Anexo A)

Nota-se que as localidades que ele menciona, para onde pretende levar os “pobres de Deus”, provavelmente dizem respeito a quilombos. Podemos supor que na localidade de Jacarepaguá trata-se do quilombo Camorim enquanto que na Gávea estaríamos diante do quilombo do Leblon.

Por estes motivos Raymundo é considerado pelo *Cidade do Rio* como um herói abolicionista. Preocupado, visitava os quilombos também para ouvir as queixas e remediar os infortúnios. De acordo com o jornal,

⁷ Eduardo Silva trabalha com a terminologia quilombo abolicionista, em contraposição ao quilombo-rompimento, para se referir aos quilombos que estão inseridos na dinâmica sócio-política da cidade. Todavia, aqui, utilizaremos abolicionista apenas como um adjetivo, remetendo aos quilombos ligados, de alguma forma, ao movimento abolicionista.

por haver-se oferecido, do trabalho da internação, o Raymundo foi a pouco e pouco entristecendo, perdendo a maneira jovial; a dor dos captivos doeu-lhe tanto que elle envelheceu. Hoje, rapaz de trinta e poucos annos, tem os cabellos inteiramente brancos, o rosto enrugado, a physionomia tristonha. O dia em que se decretou a lei, o Raymundo passou-o a chorar como um hysterico, como si quizesse espremer pelos olhos toda a angustia que havia passado. Agora, anda a cantarolar como um passarinho e acha que tudo está divino, que vivemos num ceu aberto. (Anexo A)

À parte aos exageros e romantismos empregados no texto, fica claro o papel dos quilombos como peça integrante dos planos da campanha abolicionista para libertar escravos. Por isso, articulavam-se os abolicionistas para retirar os escravos das fazendas, para que conseguissem refúgio e, posteriormente, para conduzi-los aos quilombos. Este fato demonstra que as ações da fuga e do esconderijo não cabem mais exclusivamente aos escravos. Agora vemos uma ação conjunta para que aqueles conseguissem alcançar a liberdade de seus senhores nos quilombos.

Segundo Moura (1987, p.82), com a decadência do sistema escravista em São Paulo, a partir da expansão das forças produtivas, surge o movimento dos Caifazes, liderado por Antonio Bento, que “preconiza a violência dos oprimidos à repressão dos opressores”. “Era para o reduto de Quintino de Lacerda que Antonio Bento, através da sua rede Caifazes, mandava escravos fugidos” (MOURA, 1987, p.90). O reduto em questão trata-se do quilombo do Jabaquara, outra grande referência para o movimento abolicionista em termos de proximidade entre quilombolas e abolicionistas.

Essa rede de articulação ocorria em maior escala englobando também outras províncias. No Rio de Janeiro, a partir de sua criação, a Confederação Abolicionista passou a dirigir quase toda propaganda libertadora. Promovia conferências, quermesses, benefícios teatrais e concertos, entre outros, a favor da libertação dos escravos. Segundo Moraes (1986, p.48) “era ela que, junto aos poderes públicos, reclamava contra os abusos do Cativo, e, perante a Justiça, pleiteava ou protegia a causa dos escravos”.

Todavia, não só por meios legais atuava a Confederação Abolicionista, suas ações extralegis também eram bastante notáveis. Seus membros auxiliavam na fuga dos escravos e, posteriormente, em seu acoitamento e transporte até quilombos. Assim, aos poucos, foram sendo conhecidas as casas e os cidadãos que ofereciam proteção e asilo aos fugidos.

As escancaradas relações entre a Confederação Abolicionista e os quilombos ficam marcadas no desfile de comemoração de dois anos do 13 de maio. Segundo o *Diário de Notícias* de 02 de junho de 1890, na ocasião

Como promotora das festas, a Confederação Abolicionista não podia deixar de apresentar-se ao pretexto de um modo perfeitamente brilhante e correto. O seu primeiro carro era uma alegoria vivaz e commovente. Ali estava a Republica ricamente vestida, tendo n'uma das mãos um ramo de oliveira e apoiando a outra no globo estrellado, com a divisa – Ordem e progresso – globo sustentado por um poderoso leão, symbolo da força. Aos pés da Republica, abertos em leque e n'um plano inclinado, todos os gloriosos estandartes das associações abolicionistas; no estrado inferior, sobre um montão de camelias e de ferros empregados para castigo dos ex-escravizados – as figuras da imprensa e da abolição sentadas e abraçadas, tendo por diadema um arco de flores. Nas fraldas do carro, em oito escudos enramados de louros e saudades, liam-se os seguintes nomes de abolicionistas mortos: Senna Madureira, Alice Clapp, Joaquim Serra, Luiza Regadas, José Bonifácio, Ferreira de Menezes, Rio Branco e Euzebio de Queiroz; liam-se também os nomes dos principaes quilombos, entre os quaes apenas pudemos tomar nota d'estes: quilombo Leblon, quilombo do Cupim, quilombo Carlos de Lacerda, quilombo Patrocinio e quilombo Clapp. (Anexo B)

Desta forma, podemos afirmar que nos últimos anos de escravidão toma forma um abolicionismo radical que não se contenta mais em apenas ajudar na fuga e na acomodação dos fugitivos em quilombos. As ações do movimento abolicionista, agora associado ao movimento negro, pedem por uma mudança no sistema vigente, pedem pela abolição. Assim, podemos afirmar que o movimento que se delineia nas duas décadas que antecedem a abolição apresenta um caráter diferenciado daquele observado antes. Não só quilombolas e abolicionistas conjugam suas ações como estas também se refletem no espaço, com a aproximação dos quilombos da cidade. Como se lê no *Diário de Notícias* de 03 de abril de 1889, “a extincção do elemento servil foi, *no sentido mais stricto da palavra, uma conquista popular*” (Anexo B).

2.3. Uma rede de quilombos abolicionistas?

Como demonstrado até o momento, a aproximação dos quilombos com o movimento abolicionista sugere a formação de possíveis redes de comunicação e articulação entre escravos, quilombolas e abolicionistas. Todavia, bem antes da campanha abolicionista, logo no século XVII, já é admissível falar na existência de determinadas redes envolvendo quilombos apenas ou, ainda, abrangendo a sociedade do entorno também. Essas redes podiam assumir caracteres distintos, como político ou comercial, por exemplo.

A ocorrência dessas redes pode ser observada na própria constituição do quilombo dos Palmares. Como já apontado acima, este era, segundo Moura (1987), uma confederação de quilombos composta por onze comunidades diferentes que se comunicavam, sendo a do Macaco capital. Contudo, para Price (1996 p.54), esta

organização política consistia em “um sistema quase monárquico, que fazia sentido para holandeses e portugueses (que pensavam em termos de modelos europeus) e para historiadores de meados do século XX (que vislumbraram modelos africanos)”. Segundo o autor, o que as pesquisas realizadas em outros países, como no Suriname, onde os estudos acerca dos quilombos encontram-se mais avançados, é que esta suposta centralização de poder fora exagerada pelos brancos.

Com base em seus estudos sobre os saramakas no Suriname, comunidades de dimensão e organização comparáveis a Palmares, Price (1996) afirma que as expedições empreendidas contra este quilombo foram responsáveis pela criação de um imaginário de organização política que fora adotado pela maioria dos estudiosos. Para o autor, “a real autoridade política era bem mais dispersa do que acreditavam os brancos, existindo diversos líderes rivais de comunidades (ou grupos de comunidades) geograficamente dispersas, constantemente manobrando para aumentar seu poder” (PRICE, 1996, p.54). Ainda, ressalta que da mesma forma que os nomes de muitos líderes podem ser desconhecidos para nós – já que, como estratégia de sobrevivência, as verdadeiras lideranças não eram reveladas aos brancos –, também os nomes dos quilombos tal como conhecemos podem ser diferentes daqueles utilizados pelos palmarinos.

Desta forma, percebemos um debate acerca da organização política de Palmares. Entretanto, estando o poder centralizado ou não no Estado negro, não há como negar as relações travadas entre as comunidades, não só políticas como também militares e comerciais. Neste sentido, seria cabível falar em uma rede de quilombos em Palmares? E esta rede englobaria apenas os quilombolas?

Como apontado anteriormente, além das relações existentes entre as comunidades de Palmares, ainda destacam-se as interações com as populações vizinhas. Essas interações entre quilombos e sociedade envolvente também aparecem no caso de Iguaçu, no Rio de Janeiro do final do século XIX, e, comumente, dizem respeito a transações comerciais. De acordo com Gomes (2005, p.33),

Por meio de negócios com taberneiros e vendeiros locais e de relações com escravos das fazendas circunvizinhas e até mesmo com cativos remadores, das embarcações que navegavam os rios daquela área, e/ou escravos urbanos, os quilombolas conseguiam que seus produtos, no caso sobretudo a lenha, chegassem até a corte.

As relações comerciais eram tão significativas que as autoridades utilizavam a existência dessas transações mercantis entre fugitivos e taberneiros para justificar o fracasso nas tentativas de destruição dos quilombos de Iguaçu. Por esses contatos tão profundos, que extrapolam uma simples relação econômica, que Gomes (1996) afirma

estarmos diante de um verdadeiro campo negro. Para o autor, “essa complexa rede de relações sociais adquiriu lógica própria, na qual se entrecruzavam interesses, solidariedades, tensões e conflitos” (GOMES, 1996, p. 278).

Conforme já destacado no capítulo anterior, essa complexa rede social podia envolver, inclusive, em determinadas regiões, inúmeros movimentos sociais. É o que observamos em algumas cidades como São Paulo, Santos, Campos e Rio de Janeiro. Em São Paulo, segundo Moura (1987), a incorporação da classe operária ao movimento conferiu a este caráter popular e influenciou na adoção da proposta que defendia a participação do escravo no processo.

Foi o aparecimento da ala radical do abolicionismo, o que ocorria de forma concomitante em diferentes cidades negreiras brasileiras. Ainda mais, o que se vê é uma articulação entre essas cidades. No Rio de Janeiro, a criação da Confederação Abolicionista em 1883, na década de intensificação da campanha, é bastante representativa nesse sentido. A Confederação, através da comunicação com abolicionistas de diversas províncias, articulava fugas, assegurava abrigo e garantia transporte e estadia em um dos quilombos a ela ligados. Sendo assim, será que podemos falar em uma rede de quilombos abolicionistas?

Há de se ressaltar que a palavra *abolicionista* aqui é empregada como um adjetivo em referência aos quilombos envolvidos na suposta rede de quilombos atrelados ao movimento abolicionista. Bem diferente faz Silva (2003) ao utilizar *quilombo abolicionista* como uma terminologia que contrapõe *quilombo-rompimento*. Para o autor, esta corresponderia aos quilombos tradicionais, que tem no esconderijo e no segredo de guerra estratégias de sobrevivência e, por este motivo, se apresentam isolados da sociedade. Já a terminologia de quilombos abolicionistas, para Silva (2003), diz respeito aos quilombos cujos entusiastas e lideranças são bem conhecidos, pertencentes, inclusive à elite, e, assim, são quilombos que já se encontram inseridos na dinâmica sócio-política da cidade. Aqui, por ora, nos interessa apenas discutir a possível formação de uma rede de quilombos ligados ao movimento abolicionista.

Segundo Santos (1996), as definições e conceituações acerca das redes são múltiplas. No entanto, “pode-se admitir que se enquadram em duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o dado social” (SANTOS, 1996, p.262), e que é, ainda, política, em função das pessoas, mensagens e valores que a frequentam. Assim, o autor coloca que, apesar de sua materialidade, sem o dado social, a rede é uma mera abstração.

Para Santos (1996, p. 262),

A noção de um espaço reticulado (*espace maillé*) que tanto encontramos num psicólogo como G. N. Fischer (1980, p.28), como num geógrafo como Claude Raffestin (1980, pp.148-167), vem dessa construção deliberada do espaço como quadro de vida, pronto a responder aos estímulos da produção em todas suas formas materiais e imateriais. Mediante as redes, “a aposta não é a ocupação de áreas, mas a preocupação de ativar pontos e linhas, ou de criar novos” (DURAND, LÉVY, RETAILLÉ, 1992, p.21).

Nesse sentido, o autor afirma que toda a rede é, primordialmente, virtual. Ela só se torna “realmente real, realmente efetiva, historicamente válida, quando utilizada no processo da ação” (SANTOS, 1996, p.277). Ainda, a propósito de suas intrínsecas ambiguidades, coloca: as redes são técnicas e sociais, materiais e viventes, estáveis e dinâmicas, fixos e fluxos, globais e locais, unas e múltiplas, concentradoras e dispersoras, condutoras de forças centrípetas e de forças centrífugas. As redes integram e desintegram, destroem e criam recortes espaciais. Desta forma, é possível verificar que as redes, vistas em um conjunto, revelam a superposição de vários sistemas lógicos e a mistura de várias racionalidades.

De acordo com Dias (2006, p.148), “os fluxos, de todo tipo – das mercadorias às informações – pressupõem a existência das redes. A primeira propriedade das redes é a conexidade – qualidade de conexo –, que tem ou em que há conexão, ligação”. Neste sentido, considerando as estreitas ligações apresentadas no decorrer deste trabalho entre quilombos e abolicionismo, não seria de todo estranho pensar na formação de uma rede.

Como já apontado, o movimento abolicionista se articulava para auxiliar escravos fugidos. Atuavam de diversas formas: nas fugas das fazendas, no acoitamento dos fugidos, no transporte e no direcionamento para quilombos. Por este motivo, a Confederação Abolicionista, sediada no Rio de Janeiro, se mantinha em constante correspondência com abolicionistas de outras províncias. De São Paulo, Antônio Bento e outros nomes, como Gaspar da Silva e Raul Pompéia, ficavam responsáveis pelo envio dos escravos fugidos ao Rio de Janeiro. Antes, porém, o envio era comunicado por telegrama, onde vinha escrito: “*Segue bagagem trem.*” (MORAES, 1986). De acordo com Moraes (1986), uma vez chegados ao Rio, quem geralmente recebia os escravos fugidos na Central era Serpa Júnior, gerente da *Gazeta da Tarde*.

A rede dos Caifazes de Antônio Bento, em São Paulo, envolvia diversas partes da sociedade e demandava articulação. Para obter sucesso, mantinham ligações com os ferroviários para viabilizar a fuga dos escravos das fazendas. De acordo com José Maria dos Santos *apud* Moura (1987, p.84), “não havia trem de passageiros no qual um negro

fujão não encontrasse meios de esconder-se, como não havia estação onde diretamente alguém o não recebesse e orientasse”.

Vale ressaltar que essas ligações não se restringiam ao eixo Rio-São Paulo, apesar do fluxo significativo entre essas duas cidades. Para a Confederação Abolicionista,

Quando, aqui se tornava impossível libertar algum escravo, procedente de S. Paulo ou das duas províncias negreiras (Minas e Rio de Janeiro) – era enviado para o Norte, principalmente para o Ceará, entregue aos cuidados de João Cordeiro, ou dos Drs. Frederico Borges, Justiniano Serpa, Antônio Pinto de Mendonça e João Lopes; para Pernambuco, com recomendação a João Ramos; para o Maranhão, “consignado” ao comendador Augusto Marques. (MORAES, 1986, p.49)

Nota-se que o João Cordeiro acima citado é o mesmo que aparece no *Cidade do Rio* de 3 de abril de 1889, apresentado no capítulo anterior, como o “imortal benemérito libertador da província do Ceará”. O abolicionismo nesta província alcançou feitos tão significativos que José do Patrocínio, no *Gazeta da Tarde*, em 1883, realiza comparação afirmando que “Ceará é o herói da abolição, S. Paulo é o castelo forte do hediondo do escravagismo”. Segundo Moraes (1986), a pronta adesão dos cearenses a campanha abolicionista liderada, entre outros, por João Cordeiro a partir da fundação da Libertadora Cearense, levou Patrocínio a condecorar esta província com o título de “Terra da Luz”. Os feitos realizados em 1884 fazem jus a tal alcunha.

Como se sabe, nos últimos anos, com a abertura dos mercados negreiros de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, vinha sendo grande a exportação de escravos do norte para o sul. No Ceará, jangadas eram utilizadas no transporte dos cativos do continente até os navios que os levariam ao seu destino. Assim, de acordo com Moraes (1986), dirigidos por Francisco do Nascimento e sob influência de João Cordeiro e José Corrêa do Amaral, os jangadeiros resolveram impedir o embarque, recusando a tarefa. “Por outro lado, ajudavam os chefes do movimento a dar fuga aos escravos escapos dos senhores e os escondiam no meio do seu pessoal” (Moraes, 1986, p. 187). Por este motivo, no Ceará a jangada tornou-se símbolo abolicionista.

Assim, gradualmente, como coloca Moraes (1986, p.187-188), “a, relativamente, pequena população escrava da província foi sendo libertada com animação, por maneira a se poder afirmar, entrando o ano de 1884, não mais haver cativo no Ceará. Para solenizar o fato, fixou-se o dia 25 de março”. A repercussão foi enorme, chegando rapidamente a Corte, onde foram promovidas festas comemorativas, e até em Paris, onde se encontrava José do Patrocínio. Este dirigiu uma carta a Victor Hugo, poeta francês engajado na causa,

comunicando que, graças aos esforços de associações abolicionistas, uma província brasileira estava liberta do cativeiro e obteve resposta exaltando o feito.

Para Moraes (1986), a libertação do Ceará deve ter tido forte impacto sobre todos os políticos visto que era a primeira comprovação de eficiência da campanha abolicionista. Segundo o autor, este fato pode ser percebido no relatório apresentado por Afonso Pena, ministro da Agricultura do gabinete Lafayette, em maio de 1884:

Cabe-me o prazer de registrar que uma província do Império conseguiu emancipar todos os escravos existentes em seu território. Desde o dia 25 de março último, o Ceará viu alforriados todos os seus escravos, sendo solenizado o grato acontecimento por mostras de júbilo, não só na mesma província, mas em outras e nesta capital. Enquanto de outro modo não houver por bem providenciar o poder legislativo, as taxas provinciais, de 1:500\$000 sobre a entrada de cada escravo e de 100\$000 anuais sobre os serviços de cada um são garantias eficazes de que a propriedade servil jamais se mostrará no solo daquela circunscrição do Império. (MORAES, 1986, p.189)

Neste episódio, é clara a importância da comunicação entre jangadeiros e abolicionistas na execução de ações em prol da liberdade dos escravos. Como se lê no *Cidade do Rio* de 03 de abril de 1889, “depois de impedir a exportação de escravos da província, a *Libertadora* resolveu proibir que desembarcassem escravos de outras províncias no Ceará” (Anexo A).

Neste sentido, se, de acordo com Dias (2006), a rede seria o instrumento que viabiliza a circulação e a comunicação, seria plausível considerar estarmos diante de uma rede abolicionista. Como demonstrado, os abolicionistas se articulam em diferentes escalas a fim de auxiliar escravos fugidos a alcançarem a liberdade, seja forçada, obtida nos quilombos, seja por direito, com a determinação da abolição.

O papel dos quilombos nesse processo é fundamental. Atuavam como verdadeiros baluartes, locais para onde os abolicionistas poderiam enviar os escravos fugidos sem preocupação. Muitas casas de abolicionistas foram feitas de “quilombos temporários”, uma espécie de refúgio momentâneo até que os fugitivos pudessem ser enviados para os quilombos ligados a Confederação Abolicionista.

O *Cidade do Rio* de 08 de julho de 1889 representa um formidável registro da participação dos quilombos nos planos do movimento abolicionista. Lê-se no periódico:

Organisada a liga patriótica da internação, dos retirantes da escravidão, pelo modo por que já descrevemos, tratou a Confederação Abolicionista de cuidar no estabelecimento dos quilombos que deviam recolher essas pobres victimas do secular crime. Esses heroicos refugios, mantidos com os fracos recursos dos membros das humanitarias sociedades que viviam sob a

protecção da Confederação, multiplicavam-se por toda esta vasta capital e por seus arrabaldes. Nas casas das familias abolicionistas, nos escriptorioscommerciaes, nas redacções dos jornaes, nos hotéis, nas padarias, nas grandes fabricas, nos quarteis, nas typographias, por toda a parte em que houvesse uma alma de abolicionista, encontrava-se um abrigo seguro para guardar a pobre gente. Pelas notas que pudemos recolher, vamos offerecer aos nossos leitores, e ao futuro historiador da abolição dos escravizados do Brasil, uma breve noticia d'esta importante phase da propaganda libertadora, tão perseguida e tão diffamada pelos mantenedores da torpe instituição, morta e sepultada no glorioso dia 13 de maio de 1888. Mencionaremos apenas os mais notaveis quilombos fluminenses, para que o publico possa avaliar qual a somma de sacrificios empregada na homérica luta. (Anexo A)

Como se observa claramente na notícia o autor do texto, ciente da importância das informações oferecidas, e por que não dizer tomado pela emoção e envolvimento com a causa, aponta, até mesmo, para o valor do que relata para aqueles que no futuro estudarão a abolição. E continua relatando os nomes dos principais quilombos, para a Confederação Abolicionista. Foram citados os quilombos: do Leblon, Senna, Raymundo, Clapp, Patrocinio, Miguel Dias, Padre Ricardo e Camorim.

A lista só é completada na edição do dia 11 de julho. Junto a cada nome de quilombo vinha uma breve descrição, contendo informações como localização e quem os mantinham. Após, ainda arremata:

Estes quilombos foram sempre perseguidos pelos fazendeiros da vizinhança e pela policia. Ahi se travaram sempre conflictos sérios, não conseguindo os perseguidores d'esse baluarte intimidar os seus habitantes e o bravo militar. Além destes quilombos que funccionavam sob a protecção e vigilancia da Confederação Abolicionista, existiam em varios pontos da cidade e nos arrabaldes um grande numero de refugios estabelecidos nas casas das familias abolicionistas e em varios estabelecimentos. A Typografia Central, pertencente ao benemerito Evaristo Rodrigues da Costa, sita á rua Nova do Ouvidor, tinha constantemente as suas officinas povoadas de retirantes da excravidão. O modesto operario da abolição, AntonioIgnacio de Faria, e sua digna esposa foram talvez os primeiros a abrigar em sua casa os desventurados da sorte, que ahi nesse pobre refugio encontravam o caridoso agasalho, filho das boas almas. O refugio mantido pela benemerita senhora D. Ida Doelinger da Graça, era um dos mais frequentados, porque os refugiados encontravam tanto agasalho ahi, que difficilmente queiram sahir para outro ponto. O honrado portuguez Guilherme Pinheiro recolheu sempre em seu estabelecimento, á rua da Misericordia, um grande numero de escravizados que lhe eram entregues pelo presidente da Confederação. Esteves Junior, o incansavel batalhador das grandes lutas, prestou-se por vezes a receber em sua casa os escravizados que vinham recommendados á Confederação. A casa de João de Pinho, o companheiro que já não pertence ao numero dos vivos, foi um dos mais prestimosos refugios. (Anexo A)

Nota-se que quase todos os quilombos citados carregam consigo os nomes de seus mantenedores, que são também apresentados como suas lideranças. O quilombo

Raymundo, por exemplo, leva o nome de Raymundo Pereira de Souza, abolicionista aqui já mencionado por seu grande envolvimento na fuga, transporte e acomodação de escravos. Sobre este quilombo o jornal diz:

Situado no Engenho-Novo, com sucursaes por toda a cidade, heroicamente e com o Maximo sacrificio mantido pelo enexcedivel abolicionista o bom Raymundo Pereira e Souza⁸, que de 1883 a 1888 contava os dias pelo numero de escravizados, aos quaes restituia a liberdade!... Raymundo de Souza arriscou com o maximo desprendimento a sua posição de empregado de uma secretaria de estado. Este heroe da abolição, quando o presidente da Confederação, para as provincias, ou de as remover de um refugio suspeito para outro; elle, com a sua habitual calma evangelica, agradecia o momento que lhe proporcionava o chefe, para provar o seu devotamento e a sua lealdade pela grande causa. Consta que o ramal de Ouro-Preto será inaugurado definitivamente no dia 20 do corrente. Antes d'esse dia dizem-nos que, a titulo de experiencia, teremos trens expressos da Côrte para a capital mineira e vice-versa. (Anexo A)

É interessante perceber que não só as casas dos abolicionistas eram consideradas quilombos como também os escritórios e redações dos jornais. Além disso, alguns quilombos eram compostos por mais de uma localidade. Eram os casos dos quilombos Clapp e do Patrocinio. De acordo com o *Cidade do Rio* (Anexo A), este “compreendia a casa da familia e as redacções da antiga Gazeta da tarde e da Cidade do Rio” (Anexo A). Já o primeiro

era realmente duplo: no escriptorio da Confederação, onde raras vezes se entrava sem encontrar, na sala interior escravizados com a sua classica trouxa; e em S. Domingos de Nichtheroy, na casa de residencia do chefe abolicionista João Clapp, onde elle e sua dedicada esposa, com o beneficio auxilio dos filhos e filhas, acolhiam os infelizes com a infinita ternura e carinho da familia brasileira. (Anexo A)

Assim, se faz necessário refletir sobre o papel desempenhado por esses quilombos abolicionistas que nos são apresentados no *Cidade do Rio*. Mesmo fazendo o jornal uma separação entre os quilombos e os refúgios para nós não parece haver diferença. Talvez por sua relevância para o movimento ou pela frequência em que esses locais são utilizados, esses possam ter sido considerados quilombos. Neste sentido, vale pensar na função exercida pela localidade.

Não seria exagero chamar de quilombo o local cuja função é abrigar escravos fugidos por determinado tempo até que fossem enviados para localidades em que permaneceriam permanentemente? Reconhecemos a importância desses locais nos planos da Confederação Abolicionista como pontos intermediários fundamentais para o

⁸ Não sabemos se por erro de digitação ou grafia diferente o sobrenome de Raymundo aparece como Pereira e Souza, no entanto, não há dúvidas de se tratar do mesmo Raymundo Pereira de Souza citado no início do capítulo.

funcionamento da rede abolicionista. Apenas contestamos se poderíamos tratá-los como quilombos. Para nós, refúgio seria, de fato, mais adequado.

Assim, os quilombos seriam aqueles que constituem pontos finais nessa rede, abrigos permanentes dos escravos fugidos. Parece ser o caso do quilombo Padre Ricardo. Segundo o *Cidade do Rio*, “em uma grande fazenda na Penha, funcionava o quilombo mantido pelo audaz abolicionista o padre Ricardo da Silva. Para ali eram remetidos de preferência os escravizados da corte”.

Nesse sentido, cabe refletir que essa preferência pelo envio dos escravos fugidos para a fazenda de Padre Ricardo pode estar relacionada à posição geográfica apresentada pelos quilombos em relação aos refúgios. Estes, por se encontrarem no espaço intra-urbano, estariam às vistas da sociedade, sendo mais difícil manter os escravos fugidos sem que fossem percebidos. Ainda assim, devemos apontar que com a construção da Estrada de Ferro Leopoldina em 1886, como veremos no próximo capítulo, a Penha, assim como outros núcleos semi-urbanos do entorno que também passaram a ser servidos pela linha, se desenvolveu velozmente, sendo necessário relativizar sua posição na rede em função de uma mudança na posição geográfica do núcleo em relação à própria cidade.

Há de se reconhecer que o periódico *Cidade do Rio*, ao falar do quilombo Clapp, afirma ser difícil não encontrar um escravo fugido no escritório da Confederação, o que poderia passar a ideia de ser o fato de amplo conhecimento. Contudo, também se faz necessário considerar que a sala interna do escritório da Confederação Abolicionista deveria ser de frequência restrita aos membros do movimento. Ainda assim, os abolicionistas acreditavam que fora do burburinho da cidade os agora ex-escravos estariam mais seguros.

Tal fato pode ser comprovado pelo caso do quilombo do Jabaquara, em Santos. Em 1882, pensando dar conta das ondas sucessivas de cativos que fugiam, os abolicionistas constataram

a necessidade de ser criado um reduto, fora da cidade, a fim de abrigar as centenas de escravos que vinham para Santos. Isto evitaria que os refugiados ficassem escondidos em porões, quintais de casas particulares ou outros locais, além do que dificultaria a ação dos capitães-do-mato. (MOURA, 1987, p.88-89)

A fundação do quilombo do Jabaquara também é citada por Osório Duque-Estrada jovem abolicionista ligado à Confederação Abolicionista como sendo um feito desta. Segundo o autor *apud* Silva (2003, p.17),

Para esconderijo dos escravos fugidos ou roubados pelos abolicionistas, fundaram-se dous grandes quilombos: um na Chácara do Leblon, na

Gávea, dirigido pelo Seixas Magalhães, e o de Jabaquara, em Santos, pelo negro carregador de café Quintino de Lacerda, por Santos Garrafão [também português como o Seixas, e segundo homem do quilombo do Jabaquara] e os jornalistas Galeão Carvalho e Gastão Bousquet.

Como se pode notar, os quilombos do Jabaquara e do Leblon apresentam-se como importantes pontos na estruturação e organização do movimento abolicionista. Silva (2003, p.24) chega a afirmar que o quilombo do Leblon seria “a menina dos olhos do abolicionismo radical.” No entanto, os motivos que explicam esse destaque serão alvo do último capítulo, quando será apresentado um estudo de caso sobre o quilombo do Leblon.

Por ora, resta responder a questão colocada inicialmente: podemos falar em uma rede de quilombos abolicionistas? Parece-nos que seria mais adequado falar em uma rede abolicionista, na qual alguns quilombos estão inseridos. Como parte da campanha pela abolição os abolicionistas radicais, cansados de apenas esperar por resultados legais no parlamento, faziam com as próprias mãos.

Assim, articulados em rede, atuavam nas diversas etapas do processo de libertação do escravo: auxiliavam na fuga das fazendas; arranjavam o transporte; se necessário, refúgios eram providenciados; até direcionavam a um dos quilombos ligados ao movimento. Esse poderia, inclusive, ter sido criado pela própria Confederação Abolicionista com este fim.

Nesse sentido, também consideramos equivocado falar em uma rede de quilombos abolicionistas já que não há indícios de relações travadas entre esses quilombos de forma independente do movimento abolicionista. Mais uma vez, vale dizer, tal fato não significa que essas relações não existissem, apenas que não encontramos registro delas.

Também se faz necessário esclarecer que acreditamos que os quilombos abolicionistas constituíam mais do que simples depositários de escravos resgatados. Além da função de abrigar os agora quilombolas, os quilombos que mantinham relação com o movimento abolicionista também possuíam importantes papéis político e simbólico. Todavia, essas questões também serão abordadas somente no último capítulo.

Desta forma, assumindo os quilombos como pontos integrantes de uma rede abolicionista, articulada pelo movimento abolicionista, podemos afirmar que trata-se de uma rede geográfica. De acordo com Kansky *apud* Corrêa (1997, p.306), a rede geográfica constitui um conjunto de “localizações articuladas entre si por vias e fluxos”. Para o autor, “é através de redes geográficas (...) que as interações espaciais efetivamente se realizam a partir dos atributos das localizações e das possibilidades reais de se articularem entre si” (CORRÊA, 1997, p.306).

Ainda, para Corrêa (1997, p.306),

Construções sociais, as redes geográficas são historicamente contextualizadas, constituindo-se em parte integrante do longo e cada vez mais complexo processo de organização espacial socialmente engendrado. Pois as localizações, vias e fluxos são elementos essenciais e insubstituíveis da própria existência e reprodução social.

Assim, devemos entender que as comunicações e deslocamentos realizados entre os pontos da rede abolicionista contavam com o suporte de redes técnicas como a telegráfica e a malha de transporte. No Rio de Janeiro, a intensificação e radicalização do movimento abolicionista, no final do século XIX, são acompanhadas pela ampliação das linhas de trem e de bonde da cidade. É o início da expansão da cidade que, por quase três séculos, ficara contida entre os quatro morros⁹.

Segundo Silva (2003, p. 19), “a boa rede de comunicação e transporte facilitou muito a articulação dos quilombos ao movimento político abolicionista”. Além dos abolicionistas, também “sabiam os quilombolas tirar vantagem da moderna rede de transportes urbanos que se implantou na segunda metade do século XIX” (SILVA, 2003, p.19). Desta forma, se torna pertinente investigar a contribuição, para o movimento abolicionista, da expansão da rede de transportes no Rio de Janeiro no final do século XIX. É o que faremos a seguir.

⁹ Refere-se aos morros do Castelo, de Santo Antônio, de São Bento e da Conceição.

3. Os quilombos e a expansão urbana do Rio de Janeiro

É comum pensar nos primeiros quilombos como espaços mais distantes da cidade, isolados do restante da sociedade. Tal pensamento tem origem na concepção de quilombo como um espaço de fuga e que, portanto, tinha no esconderijo uma estratégia de sobrevivência. Neste sentido, seria natural que os quilombos procurassem localizações mais afastadas para se instalarem. Escondidos por entre as matas, os quilombolas estariam mais seguros, dificultando as investidas de policiais e capitães do mato que buscavam recapturar escravos fugidos.

No entanto, como já foi apontado anteriormente, o dito isolamento que os primeiros quilombos apresentavam em relação às cidades e à sociedade envolvente era relativo. Isto se deve, em certa medida, à ausência de redes técnicas, como as de comunicação e transporte, que tornava as distâncias relativas. Assim, o próprio desconhecimento do espaço do entorno podia conferir à sociedade citadina a sensação de isolamento por parte dos quilombos – por mais que, vale lembrar, as relações entre quilombos e sociedade tenham existido desde o princípio.

Ao passo que o desenvolvimento técnico é aprimorado esse cenário se modifica. A abertura e ampliação das redes de comunicação e transporte serão responsáveis por mudanças significativas não só no tecido urbano da cidade como também nos hábitos da população (MACHADO, 2010). As distâncias se tornam mais curtas uma vez que essas redes possibilitam e facilitam o contato da cidade com partes mais distantes.

No Rio de Janeiro, a implantação da malha de transportes coletivos começou a ocorrer em meados do século XIX a partir da construção das primeiras linhas de trens e bondes. No entanto, sua expansão só se intensificou na década de 1870, quando a cidade passou por grandes transformações inseridas, como apontado por Abreu (2006), na transição do modelo colonial para o modelo capitalista.

Nesse sentido, como já colocado, a escolha do ano de 1870 como marco inicial de nosso recorte temporal, se apresenta como a mais adequada. É nesse período que, segundo Abreu (2006), a cidade passa a ser regida por duas lógicas distintas, a escravista e a capitalista, que serão responsáveis por conflitos e transformações refletidos no espaço urbano. Essas transformações são percebidas tanto a nível da forma-aparência, a partir da expansão das linhas de bondes e trens, quanto a nível da forma-conteúdo, já que é a partir dessa década que a escravidão, sistema sustentador da produção nacional, entra, definitivamente, em colapso (ABREU, 2006).

É nesse contexto de expansão da cidade do Rio de Janeiro, encurtamento das distâncias e decadência do sistema escravista que verificamos, também, a intensificação do abolicionismo. Não há como negar o papel fundamental exercido pela rede de transportes na aproximação entre quilombos e movimento abolicionista. Os abolicionistas, assim como os quilombolas, faziam uso da moderna e ampla rede de transportes que se instalou na cidade no final do século XIX na articulação e execução de suas ações.

Podemos observar que as relações travadas entre as partes se tornam cada vez mais frequentes e escancaradas nesse período. Tal fato pode ser entendido dentro da própria dinâmica do abolicionismo que, vivendo já há algumas décadas a expectativa frustrada da abolição, assume um caráter mais radical, em que o negro é inserido no processo de luta do branco.

Contudo, há de se ressaltar que esta radicalização do movimento, que coloca os quilombos em contato com o abolicionismo, contou com um grande aliado: as redes de transportes. Através de sua ampliação, a ligação da cidade com partes mais distantes foi facilitada, o que, por sua vez, contribuiu para a intensificação das relações entre quilombos e movimento abolicionista. Assim, este capítulo irá discutir a relação da expansão dos transportes na cidade do Rio de Janeiro com a inserção do quilombo no movimento abolicionista a partir da década de 1870.

Na primeira parte a expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro será revisitada. Busca-se demonstrar como a implementação de uma rede de transportes coletivos na cidade que, até então, andava praticamente a pé provocou mudanças significativas no seu tecido urbano. A construção das linhas de bonde e trem possibilitou o deslocamento daqueles que não tinham poder de mobilidade e a ocupação de áreas afastadas do centro. No entanto, considerando que bondes e trens assumem papéis diferenciados nessa expansão, esses vetores serão trabalhados separadamente.

Já na segunda parte do capítulo, buscaremos discutir a posição geográfica dos quilombos em relação a essa expansão do tecido urbano. Pretende-se, com esta discussão, demonstrar como o abolicionismo se valeu da moderna malha de transportes para a formação de sua rede abolicionista, que incluía refúgios e quilombos. Espera-se, ainda, avaliar de que forma essa rede contribuiu para o desenvolvimento e fortalecimento da campanha abolicionista.

3.1. A expansão urbana da cidade

O primeiro sítio da cidade do Rio de Janeiro foi constituído, como apontado por Bernardes (1987), entre os morros Pão de Açúcar e Cara de Cão, na Praia Vermelha, no atual bairro da Urca. A fundação da cidade veio como uma reação à França Antártica – tentativa francesa de estabelecimento de um núcleo de ocupação na Guanabara que teve duração de uma década. Foi somente a partir da ameaça francesa que os portugueses, preocupados em perder seu território colonial, se sentiram estimulados a formar um povoamento na área. Assim, em 1º de Março de 1565, foi fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, tendo início o processo de ocupação da Guanabara.

No entanto, uma vez expulsos os franceses e fundada a cidade, percebeu Mem de Sá que o local escolhido, que se apresentara como o mais adequado para a luta contra os franceses, não servia para o estabelecimento de um núcleo permanente. De acordo com Bernardes (1987, p.19), seguindo a “tradição portuguesa e diante da função eminentemente defensiva que deveria ter a aglomeração, impunha-se o sítio em acrópole”. Deste modo, não atendendo às novas necessidades da povoação, transferiu-se a cidade de Vila Velha, como ficou conhecido o núcleo primitivo, para o morro de São Januário, mais tarde chamado de morro do Castelo.

Segundo Bernardes (1987, p.19),

Se ótimas eram as condições do sítio para a implantação de um núcleo fortificado, logo elas se tornaram um entrave ao desenvolvimento da cidade quando esta, ultrapassada a fase militar de fixação, ganhando a praia e a planície, precisou recorrer a obras de aterro e drenagem e palmo a palmo foi conquistando o atual espaço urbano.

Assim, durante quase três séculos, a cidade cresce de forma limitada, ficando contida entre os morros do Castelo, de São Bento, da Conceição e de Santo Antônio¹⁰ (Figura 10). Para além deles, apenas alguns tentáculos corriam aos sertões do sul, do oeste e do norte. O sítio da cidade, composto por brejos e mangues, tinha de ser arduamente conquistado através de obras, como construção de pontes, dessecamentos e aterros. Podemos afirmar que o desenvolvimento técnico na área da construção civil permitiu que o tecido urbano se expandisse, ultrapassando, desta forma, os quatro morros e mudando, significativamente, a cara da cidade.

¹⁰ Vale ressaltar que dos quatro morros apenas São Bento e Conceição continuam de pé. Os morros do Castelo e de Santo Antônio foram total ou parcialmente derrubados.

[illegible]

Poucos eram os trabalhadores livres, e reduzidíssima a elite administradora/militar/mercantil que lhe dirigia política e economicamente. A falta de meios de transporte coletivo e as necessidades de defesa faziam com que todos morassem relativamente próximos uns aos outros, a elite local diferenciando-se do restante da população mais pela forma – aparência de suas residências do que pela localização das mesmas. (ABREU, 2006, p.35)

75

necessidades materiais que atendam não só aos anseios dessa classe, como facilitem o desempenho das atividades econômicas, políticas e ideológicas que a cidade passa a exercer” (ABREU, 2006, p.35).

Todas essas transformações, como já apontado, estão inseridas no contexto de mudança do modelo colonial para o modelo capitalista. Além da chegada da família real em 1808, o Rio de Janeiro ainda viveria nas primeiras décadas do século XIX a independência política, alcançada em 1822, e o início do ciclo do café o que gerou uma nova fase de expansão econômica.

Até esse momento, a modesta cidade do Rio de Janeiro restringia-se, essencialmente, às freguesias¹¹ da Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana (Figura 11)¹², o que corresponde, basicamente, as atuais regiões administrativas do Centro e Portuária. As demais freguesias eram predominantemente rurais. Todavia, já era possível notar uma tênue diferenciação entre as cinco freguesias urbanas.

As classes dirigentes ocupavam, preferencialmente, as freguesias da Candelária e São José. Seguindo os passos da rainha Carlota, que morava em Botafogo, as classes mais abastadas, ainda tinham como opção as chácaras recém abertas ao sul da cidade, nos atuais bairros da Glória e do Catete.

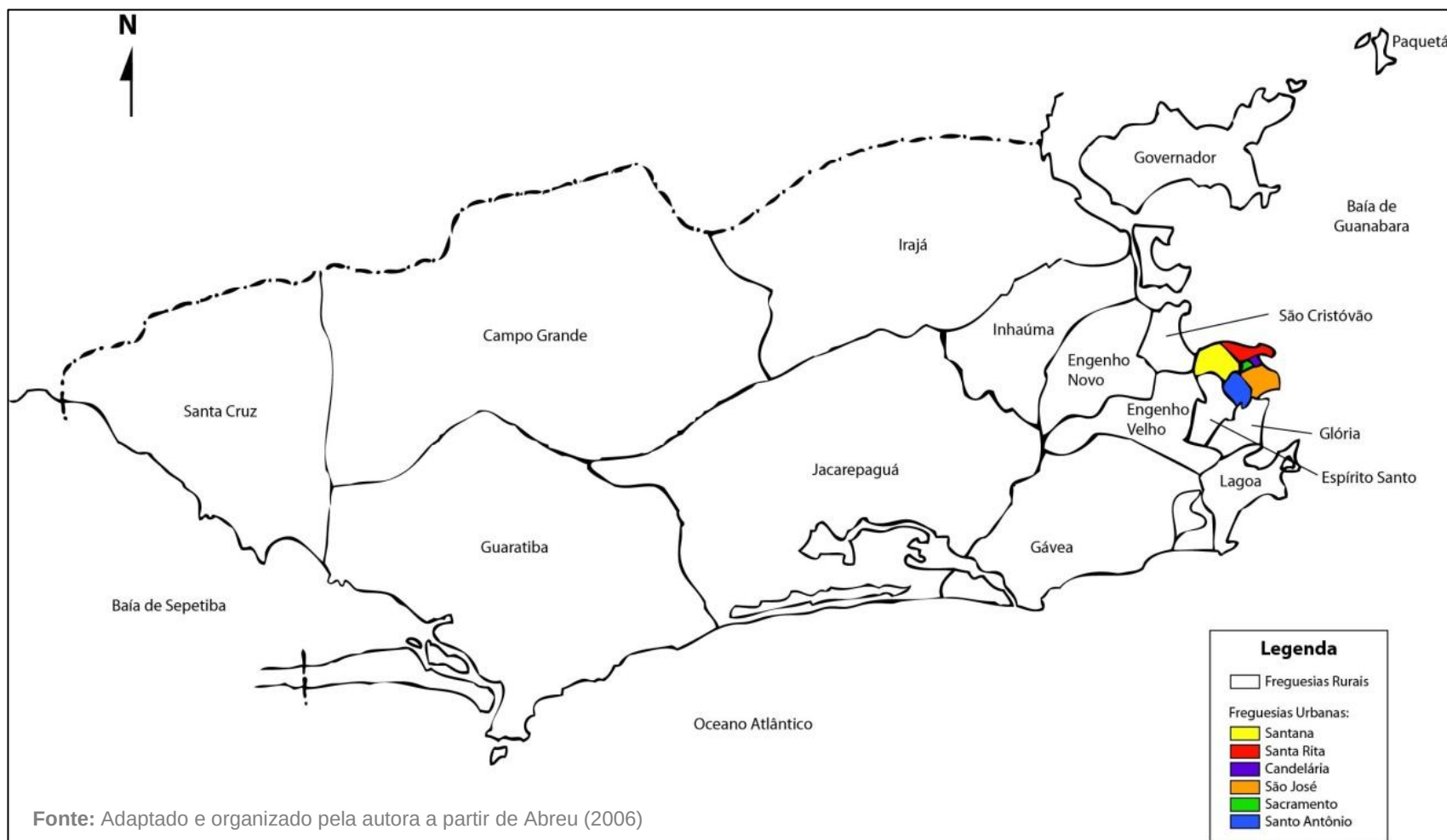
Já as demais classes,

com reduzido ou nenhum poder de mobilidade, e não podendo ocupar os terrenos situados a oeste da cidade devido à existência das áreas de mangue do Saco de São Diogo (Cidade Nova), adensavam cada vez mais as outras freguesias urbanas, especialmente as de Santa Rita e Santana, dando origem aos atuais bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa. (ABREU, 2006, p.37)

¹¹ Segundo Fridman (2008, p.2), “a freguesia, designação portuguesa de paróquia, é um território submetido à jurisdição espiritual de um cura que também exerce a administração civil”. Assim, devemos entender a freguesia como uma divisão eclesiástica adotada também pelo poder civil em vistas da administração do território.

¹² Nota-se que no mapa aparecem seis freguesias como urbanas e não cinco como é indicado no texto. Isso se deve ao fato da freguesia de Santo Antônio ter sido criada apenas 1854, desmembrada das freguesias de São José, Santana e Sacramento. Desta forma, pode-se entender que os terrenos da futura freguesia de Santo Antônio no início do século faziam parte do grupo das freguesias urbanas. Por este motivo a freguesia de Santo Antônio também foi incluída no mapa como freguesia urbana.

Figura 11: Freguesias do Rio de Janeiro no século XIX



As freguesias rurais também apresentavam diferenciação entre si. As mais distantes do centro mantinham o caráter exclusivamente rural e atuavam como fornecedoras de gêneros alimentícios à Corte. Enquanto isso, aquelas mais próximas das freguesias urbanas eram anexadas como área de expansão do tecido urbano. Assim, tiveram, gradativamente, suas fazendas retalhadas e transformadas, inicialmente, em chácaras de final de semana das classes mais abastadas. Posteriormente, com a instalação de meios de transporte coletivo, essas chácaras foram transformadas em residência permanente, o que, inclusive, contribuiu para a criação de novas freguesias.

Foi desta maneira que em 1834 foi criada a freguesia da Glória, desmembrada da freguesia de São José a partir do adensamento populacional cada vez maior dos atuais bairros de Laranjeiras, Catete e Glória. Destaca-se também, no mesmo período, o intenso crescimento verificado no atual bairro de Botafogo. À época, arrabalde da freguesia da Lagoa, Botafogo se apresentava como um dos principais vetores de expansão da cidade. São Cristóvão, arrabalde do Engenho Velho onde residia a família real, também despontava como local de preferência das classes dirigentes¹³.

Assim, conforme aponta Abreu (2006, p.37),

Já no final da primeira metade do século, o Rio de Janeiro apresentava, então, uma forma diferente daquela que tinha prevalecido até o século XVIII. Beneficiadas pela ação do poder público, que abria e conservava as estradas e caminhos que demandavam os arrabaldes da cidade, as classes de renda mais alta, as únicas com poder de mobilidade, puderam se deslocar do antigo e congestionado centro urbano em direção à Lapa, Catete e Glória (freguesia da Glória), Botafogo (freguesia da Lagoa), e São Cristóvão (freguesia do Engenho Velho).

É possível verificar o crescimento dessas freguesias na tabela abaixo (Figura 12). Além do adensamento das freguesias mencionadas acima também percebemos um aumento populacional na freguesia de Santana. Esta, juntamente com a de Santa Rita, como já apontado, abrigava as populações urbanas de baixa renda. Trabalhadores livres e escravos de ganho que, sem poder de mobilidade, “precisavam estar próximos ao centro, onde o trabalho era buscado diariamente” (ABREU, 2006, p.39)

De acordo com Abreu (2006, p.37),

a partir de 1850 a cidade conhece um novo e importante período de expansão, caracterizado não só pela incorporação de novos sítios à área urbana, como também pela intensificação da ocupação das freguesias periféricas, notadamente a da Lagoa.

¹³ Entretanto, isso só foi possível depois do aterramento de parte do Saco de São Diogo que ligava o centro à Quinta da Boa Vista.

Figura 12: População residente e taxa de crescimento demográfico das freguesias do Rio de Janeiro (1821/1838/1870)

POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXA DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DAS FREGUESIAS DO RIO DE JANEIRO (1821/1838/1870)					
Freguesias	População Residente			Taxas de Crescimento	
	1821 ¹	1838 ²	1870 ³	1821-1838	1838 – 1870
Freguesias Urbanas	79.321	97.162	191.002	22	97
Candelária	12.445	10.113	9.239	- 19	- 9
São José	19.881**	14.410	20.220	- 27	40
Sta. Rita	13.744	14.557	23.810	6	64
Sacramento	22.486	24.256	24.429	8	1
Glória	—	6.568	18.624	—	184
Santana	10.835	15.773	32.686	46	107
Sto. Antônio	—	—	17.427	—	—
Espírito Santo	—	—	10.796	—	—
Eng. Velho	4.877*	8.166*	13.195	67	62
Lagoa	2.125*	3.319*	11.304	56	241
São Cristóvão	—	—	9.272	—	—
Gávea	—	—	—	—	—
Eng. Novo	—	—	—	—	—
Freguesias Rurais	33.374	39.916	44.289	20	11
Irajá	3.757	5.034	5.746	34	14
Jacarepaguá	5.841	7.302	7.633	25	5
Inhaúma	2.840	3.091	7.190	9	133***
Guaratiba	5.434	9.385	6.918	73	-26
Campo Grande	5.628	7.519	9.593	34	27
Sta. Cruz	—	3.677	3.445	—	-6
Ilha do Governador	1.695	2.391	2.504	41	5
Ilha de Paqueta	1.177	1.517	1.260	29	17
Total	112.695	137.078	235.291	22	72

* Incluída no Censo de 1821 como Freguesia Rural.
 ** Inclui o distrito da Glória.
 *** Aumento populacional devido à instalação de unidades militares na Freguesia, ver LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, *op. cit.*, vol. 1, p. 252.

Fontes:

1 Brasil. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império, Sessão Ordinária*. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1839. Apud LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, vol. 1, p. 135.

2 *Ibid*, p. 136.

3 *Ibid*, p. 360.

Fonte: Abreu (2006)

Nesse processo de expansão a intensificação dos trabalhos de aterro no Saco de São Diogo foi fundamental. A partir dessa iniciativa novos sítios puderam ser incorporados. Como ressalta Noronha Santos (1965), eram áreas que, convenientemente aterradas, tornavam-se excelentes logradouros públicos. Assim, a cidade foi ganhando chão.

Essa “cidade nova” que nascia envolvia, além da Cidade Nova dos dias de hoje, os atuais bairros do Estácio, Catumbi, Rio Comprido, Lapa e Santa Tereza. Com a ocupação de novas áreas, novas freguesias também eram criadas. Foi assim que surgiu, em 1854, a freguesia de Santo Antônio, desmembrada das freguesias de São José, Santana e Sacramento, abrangendo os atuais bairros do Catumbi, Estácio, Santa Teresa e parte da Lapa.

Da mesma forma, em 1865 foi criada a freguesia do Espírito Santo, “desmembrada de terrenos pertencentes às freguesias de Santo Antônio, Engenho Velho, Santana e São

Cristóvão (esta criada, por sua vez, em 1856)” (ABREU, 2006, p.41). Esta nova freguesia englobaria os atuais bairros do Catumbi, Estácio, Rio Comprido e parte de Santa Teresa.

Simultaneamente ao surgimento da Cidade Nova, as antigas fazendas e sítios da freguesia do Engenho Velho começavam a ser retalhados. Nesse período já temos descrições da existência de numerosos solares na Tijuca, no Engenho Velho, no Andaraí e até mesmo no Engenho Novo que, apesar de ainda não terem adquirido função urbana residencial, já eram servidos pelos ônibus de tração animal desde 1838.

Ao mesmo tempo, o vetor de expansão da zona sul, especialmente Botafogo, que se consolidava como local de residência permanente da aristocracia, passou a contar, entre 1843 e 1867, com serviços de barcas ligando a área a outras partes da cidade. Tamanho era o dinamismo do bairro de Botafogo que logo populações não-aristocráticas, principalmente imigrantes portugueses, passaram a se instalar em terrenos menos valorizados, como os situados nos arredores do Cemitério de São João Batista, inaugurado em 1852.

Enquanto isso, conforme coloca Abreu (2006, p. 41-42),

As freguesias centrais, por sua vez, embora pouco tivessem modificado a sua forma-aparência durante o período, passaram a partir de 1850, a sofrer inúmeras transformações. Para isso contribuíram tanto o Estado como o capital estrangeiro, que pouco a pouco obtinha concessões do Governo Imperial para a provisão de serviços públicos. As atividades produtivas aí localizadas foram, assim, as primeiras a se beneficiar das benesses urbanísticas modernas.

Como resultado dessa nova fase de expansão econômica, observamos uma crescente participação de trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros, na economia do país. Da mesma forma, a partir de meados do século, também verificamos a entrada de vultosos capitais estrangeiros à procura de novas formas de reprodução. A cidade colonial, atrasada frente às novas necessidades do capitalismo, se apresenta, nesse sentido, como um palco promissor para o capital em expansão. Este procurará se reproduzir a partir do próprio crescimento da cidade, não é à toa que iremos encontrá-lo aplicado no setor de serviços públicos, como transporte, esgoto e gás, através de concessões feitas pelo Estado.

Assim, em 1854, a freguesia da Candelária, de acordo com Abreu (2006, p.42), “o verdadeiro centro da cidade, onde se localizava grande parte do comércio importador e exportador, as grandes casas comerciais, vários consulados, bancos e companhias de navegação”, teve suas ruas calçadas com paralelepípedos. No mesmo ano é inaugurada, também no centro, a iluminação a gás por iniciativa de Mauá. Todavia, vale ressaltar, a produção e distribuição em âmbito industrial só iriam ocorrer, efetivamente, em 1865. Em

1862, o centro da cidade passa a contar também com o serviço de esgotos sanitários concedidos à empresa inglesa *Rio de Janeiro City Improvements Company Limited*. Com esta iniciativa o Rio de Janeiro passa a ser a quinta cidade do mundo a contar com esse serviço.

Agora sede de modernidades urbanísticas, como aponta Abreu (2006, p.42),

o centro, contraditoriamente, mantinha também a sua condição de local de residência das populações mais miseráveis da cidade. Estas, sem nenhum poder de mobilidade, dependiam de uma localização central, ou periférica ao centro para sobreviver. Com efeito, para muitos, livres ou escravos, a procura de trabalho era diária, e este era apenas encontrado na área central. A solução era então o cortiço, habitação coletiva e insalubre e palco de atuação preferencial de epidemias de febre amarela, que passam a grassar quase que anualmente na cidade a partir de 1850.

Assim, podemos afirmar que a cidade passa a ser movida por duas lógicas distintas, a escravista e a capitalista, o que será responsável pela geração de conflitos e contradições refletidos no espaço urbano. A cidade que se apresenta moderna, alvo dos investimentos estrangeiros, quinta do mundo a possuir um serviço de esgoto sanitário é a mesma cidade arcaica, apertada, que não tem para onde enviar seus pobres e, por isso, vive a proliferação dos cortiços. Neste sentido, a superação dessas contradições, que ocorrerá, de fato, apenas no início do século XX,

só será possível porque, no decorrer do século XIX, são lançados no espaço os elementos que a possibilitam, dentre eles a separação, gradual a princípio, e acelerada depois, dos usos e classes sociais que se amontoavam no antigo espaço colonial. (ABREU, 2006, p.36)

De tal modo, de acordo com Abreu (2006, p.43),

O período que se estende de 1870 a 1902 representa, para a história do Rio de Janeiro, não só a primeira fase de expansão acelerada da malha urbana, como também a etapa inicial de um processo em que esta expansão passa a ser determinada, principalmente, pelas necessidades de reprodução de certas unidades do capital, tanto nacional como estrangeiro.

Neste sentido, o ano de 1870 se apresenta como um importante marco no processo de expansão da cidade e, conseqüentemente, como apropriado recorte temporal. Tal fato se explica tanto em função da expansão da cidade, através da implementação de uma rede de transporte coletivo, como pelo colapso do escravismo, também verificado pela intensificação e radicalização do abolicionismo. Como coloca Abreu (2006), é no ano de 1870 que bondes e trens, os dois elementos impulsionadores da cidade, passam a atuar sincronicamente.

Deste modo, o que se verifica a partir do século XIX é a construção de uma cidade que teve sua forma urbana radicalmente transformada. A diferenciação social, antes restrita

a forma-aparência das moradias, em função do baixo ou quase nulo poder de mobilidade da população, agora, com a implantação de meios de transporte coletivo, irá adquirir um caráter espacial. Neste processo, as linhas de bonde e de trem assumem papéis qualitativamente diferentes.

De acordo com Abreu (2006, p.36-37), “os usos e classes “nobres” tomam a direção dos bairros servidos por bondes (em especial aqueles da zona sul), enquanto que para o subúrbio passam a se deslocar os usos “sujos” e as classes menos privilegiadas”. Conforme coloca o autor,

Controlados em grande parte pelo capital estrangeiro, trens e bondes tiveram um papel indutor diferente no que toca à expansão física da cidade. Os primeiros passaram a servir áreas ainda fracamente integradas à cidade, que se abriram então àqueles que podiam se dar ao luxo de morar fora da área central mas não podiam arcar com os custos, já elevados, dos terrenos da Glória, Botafogo ou Tijuca; os bondes permitiam o êxodo cada vez maior dos que podiam arcar com esse ônus, mas mantinham-se no centro por falta de meio de transporte rápido e regular. (ABREU, 2006, p.43)

Desta forma, ao servirem áreas e públicos diferentes da cidade, as linhas de bondes e trens serão responsáveis pela estratificação espacial das classes sociais. Por este motivo, estes dois vetores serão trabalhados separadamente.

3.1.1. A expansão urbana através dos bondes

A primeira linha de veículos sobre trilhos a tração animal foi implantada em 1859 ligando a atual Praça Tiradentes ao alto da Tijuca. No entanto, por insolvência financeira, foi extinta em 1866. Por este motivo, costuma-se atribuir ao ano de 1868 o início do serviço de carris no Rio de Janeiro.

Foi nesse ano que foi outorgada à *Botanical Garden Railroad Company*, posteriormente Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico, a primeira concessão para o serviço de bondes de burro. A primeira linha, inaugurada em 09/10/1868, ligava a rua Gonçalves Dias ao Largo do Machado, servindo, desta forma, à freguesia da Glória, já importante área residencial das classes abastadas.

Pouco depois, em 01/01/1871, a Companhia Jardim Botânico estendeu suas linhas até o Largo das Três Vendas (atual Praça Santos Dumont), atendendo, assim, a Jardim Botânico e Botafogo, também importante bairro aristocrático, como já apontado. Ainda no mesmo ano foi inaugurado o ramal de Laranjeiras e em 1872 foi a vez do ramal da Gávea, precedendo a criação desta freguesia, que ocorreria no ano seguinte. Anualmente, a companhia já transportava em suas linhas mais de 3.000.000 de passageiros.

De acordo com Abreu (2006, p.44), “o sucesso da Companhia do Jardim Botânico logo levou à criação de empresas similares, que obtiveram concessões para atuar em outras partes da cidade”. De tal modo, em 1870 a empresa *Rio de Janeiro Street Railway Company*, futura Companhia São Cristóvão, inaugurou linhas servindo aos bairros de São Cristóvão, Andaraí Pequeno (Tijuca), Saúde, Santo Cristo, Gamboa, Caju, Catumbi e Rio Comprido. Nesse mesmo ano os bondes dessa companhia também já transportavam mais de 3.000.000 de passageiros por ano, principalmente as linhas de São Cristóvão e Tijuca.

Seguindo o caminho da modernidade, em 1872, João Baptista Vianna de Drummond, o Barão de Drummond, conseguiu permissão junto ao governo para estabelecer linhas ligando o Centro aos bairros do Andarahy Grande (Andaraí, Grajaú e Maracanã), São Francisco Xavier e Engenho Novo. Foi o início da Companhia Ferro Carril de Vila Isabel, que teve sua primeira linha inaugurada em 1873 ligando o Centro a Vila Isabel. As demais linhas foram inauguradas apenas em 1875. A demora entre a concessão e a inauguração das linhas se deveu às numerosas obras de aterro e construção de pontes necessárias na área do Mangue.

Como destaca Abreu (2006), Vila Isabel é um ótimo exemplo da associação entre bonde e loteamento. O Barão de Drummond, dono da Companhia Ferro-Carril de Vila Isabel, também era proprietário da Companhia Arquitetônica, responsável pelos loteamentos. Pode-se dizer que trata-se de associação perfeita para a reprodução do capital.

Já em 1878 é criada a Companhia Carris Urbanos, como “resultado da agregação de várias empresas de pequeno porte que já serviam ao centro comercial e à zona portuária” (ABREU, 2006, p.45). Assim, conforme aponta Abreu (2006),

enquanto a Companhia Jardim Botânico possibilitava a intensificação da ocupação da freguesia da Lagoa pelas classes abastadas, as demais integravam à área central da cidade, não só os bairros proletários das freguesias de Santana e Espírito Santo (Santo Cristo, Gamboa, Saúde, Catumbi), como também os ricos bairros de chácaras da zona norte (Tijuca, Andaraí), que agora também estavam fadadas a desaparecer.

Vale ressaltar que na disputa por principal área residencial das classes abastadas São Cristóvão foi perdendo status em relação a Botafogo. Mesmo antes da proclamação da República Botafogo já era, incontestavelmente, o bairro mais procurado pela aristocracia estrangeira ou pela alta burocracia brasileira para moradia. Além do fato de São Cristóvão ter perdido o status de abrigar a família real, cada vez mais indústrias o procuravam para sua instalação em função da localização próxima aos eixos ferroviários, ao porto, e ao centro da cidade.

Mas o mais importante [fator] – e com efeitos não apenas em São Cristóvão, mas sobre toda a cidade – foi, sem dúvida, a difusão da ideologia que associava o estilo de vida “moderno” à localização residencial à beira mar. Atrás desse movimento estavam as mais variadas unidades do capital, destacando-se aí a Companhia Jardim Botânico, interessada em estender o território sobre o qual tinha monopólio de transporte. (ABREU, 2006, p.47)

Assim, em meados da década de 1880 a Companhia Jardim Botânico já tinha pretensão de estender suas linhas até Copacabana, naquela época, um grande areal. Desta forma, estando próximo do fim da concessão, em 1890, a companhia solicitou permissão para estender suas linhas até Copacabana. Era uma obra de grande porte que demandava, inclusive, a abertura de um túnel no Morro do Barroso.

No entanto, nessa época, a cidade passava por uma séria crise de transportes. Os equipamentos estavam desgastados em função do intenso uso, já que as áreas servidas por bondes não paravam de se adensar, precisando urgentemente serem renovados. Assim sendo,

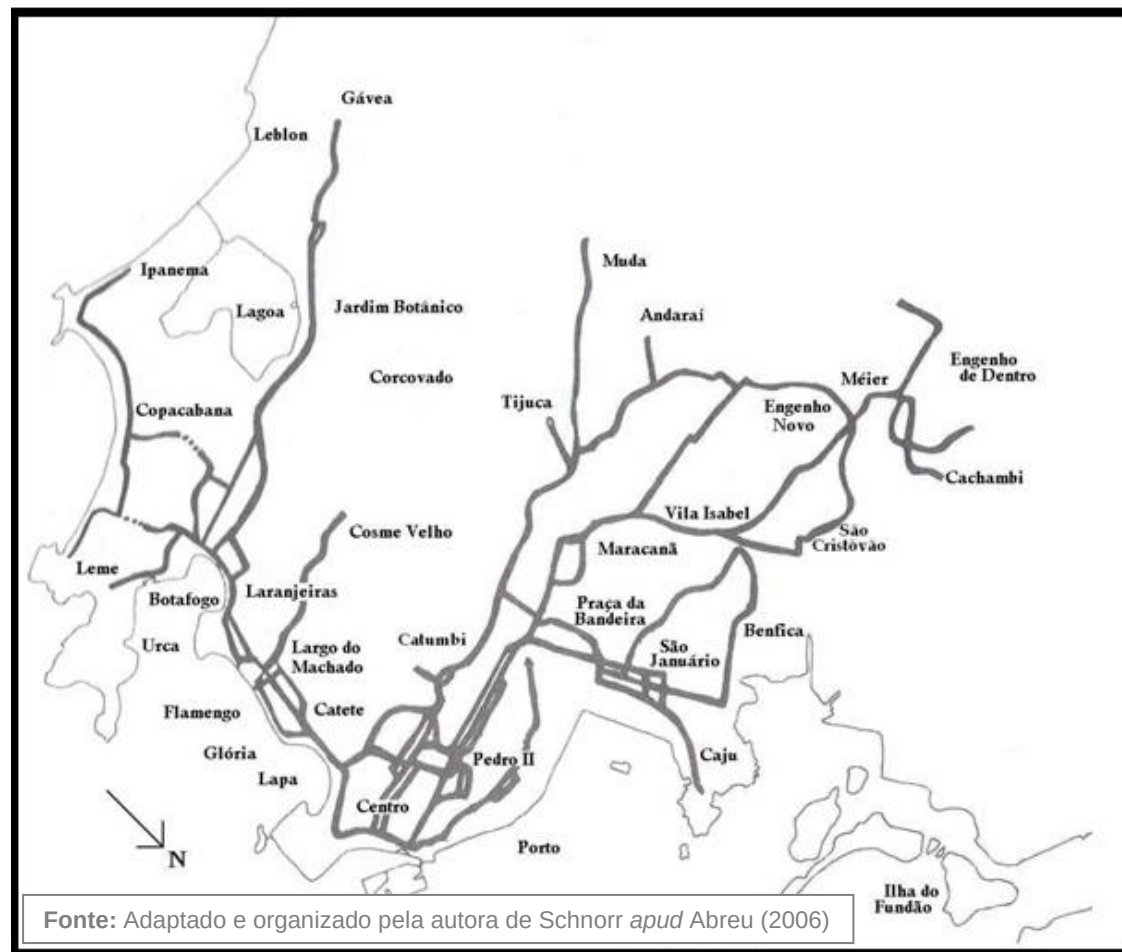
Para forçar a melhoria do serviço já existente, o intendente indeferiu o requerimento de criação de novas linhas. Entretanto os interesses em jogo eram bastante poderosos, dentre os quais os planos dos que loteavam Copacabana (Companhia de Construções Cíveis, Barão de Ipanema, dentre outros) e o interesse da própria companhia, que desejava obter monopólio de área sobre local potencialmente tão lucrativo. (ABREU, 2006, p.47-48)

Com a pressão sobre o governo Municipal e a, talvez nem tão coincidente, substituição do intendente responsável os contratos de renovação da exploração de bondes das companhias Jardim Botânico e São Cristóvão foram então renovadas em 30/08/1890. Assim, em 1892 foi inaugurada a primeira linha para Copacabana, passando pelo atual túnel Velho, e chegando até a rua Barroso (atual Siqueira Campos). Por termo aditivo ao contrato, dois anos mais tarde, em 1894, foram abertas, a partir desse ponto, mais duas linhas: até ao Leme e até à Igreja (atual posto 6). Desta forma, ao final do século XIX, observamos a malha de bondes no Rio de Janeiro conforme exposto na figura 13.

A abertura das linhas contribuiu diretamente para ocupação da área. Todavia, alguns acionistas viam como um erro estender suas linhas até uma área deserta. Em resposta a companhia, segura de sua estratégia, afirmava:

Não podemos duvidar da acção civilizadora dos nossos *tramways*, que têm levado aos bairros afastados e desertos o gosto e o conforto na edificação de prédios, a vida e o progresso, dilatando assim o seu percurso, com aumento de renda. (NORONHA SANTOS, 1996, p.342)

Figura 13: Linhas de Bonde no Rio de Janeiro ao final do século XIX



De fato, como aponta Abreu (2006, p.48-49), “a estratégia de “preparar” áreas da zona sul para posterior revenda tinha se revelado bem sucedida, e não havia razão para duvidar do sucesso do empreendimento”. Assim, depois de Copacabana, foram ocupados Leme e Ipanema, numa ensaiada conjugação das empresas de loteamento e infra-estrutura. Algumas linhas foram eletrificadas e túneis abertos. Em 1901 a linha foi estendida de Igrejinha até Vila Ipanema, sendo ocupado assim o bairro de Ipanema, que, já loteado, mesmo antes de habitado, também já contava com iluminação elétrica. Agora só faltava o Leblon, o que iria acontecer apenas na década de 1920.

Enquanto as novas áreas cresciam vertiginosamente sob a orientação do capital privado e do Estado, poucas foram as transformações nas áreas centrais. Contudo, desde 1875 o Estado já era aconselhado pela Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro (primeiro plano conjunto da cidade) a realizar melhorias na área central, como alargamento e retificação de ruas e abertura de praças a fim de melhorar as condições de higiene e salubridade.

No entanto, essas transformações, só ocorreriam a partir de 1903 com a Reforma Passos. Até essa data, vemos o adensamento contínuo das freguesias centrais, com exceção da Candelária, que já constituía centro de negócios. Esse adensamento ocorria, ainda, em função da necessidade da população de baixa renda, tanto livre quanto escrava, de se localizar próxima aos locais de trabalho. A solução encontrada foi o cortiço.

Como coloca Abreu (2006, p.50), “a proliferação dos cortiços na área central (e mais valorizada) da cidade já há algum tempo preocupava as autoridades públicas, que os combatiam principalmente através de um discurso sanitarista”. No entanto, de todas as recomendações feitas pelo Conselho Superior de Saúde Pública para resolver o problema dos cortiços – que incluíam removê-los para arredores da cidade em pontos onde passam trens e bondes e expropriar os cortiços, destruí-los e construir casas individuais – a única que foi seguida foi a de expropriação dos cortiços.

Assim, em 1893 o prefeito Barata Ribeiro empreendeu uma verdadeira guerra aos cortiços, entre eles o Cabeça de Porco. Começava aí um processo de intervenção direta do Estado sobre a área central da cidade, intensificada a partir do início do século XX. Esse processo, responsável pelo aumento da estratificação social do espaço, também contou com a atuação dos trens, como veremos a seguir.

3.1.2. A expansão urbana através dos trens

Como bem destacado por Abreu (2006), bondes e trens tiveram papéis bastante diferentes no que diz respeito à expansão física da cidade. Enquanto os primeiros atuaram nos eixos de crescimento das áreas que já vinham sendo retalhadas em chácaras e atenderam àqueles que podiam arcar com o ônus de morar fora do centro, mas não o faziam por falta de transporte; os trens serão responsáveis pela transformação de freguesias, até então, rurais em urbanas atendendo, assim, à população que pode se dar ao luxo de morar fora da área central mas não podia arcar com os valorizados terrenos das freguesias servidas por bondes.

A primeira ferrovia aberta foi inaugurada em 1858. Tratava-se do primeiro trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II, que ligava a freguesia de Santana a Queimados (distrito do atual município de Nova Iguaçu). Ainda nesse mesmo ano foram inauguradas as estações de Cascadura e Engenho Novo (no Rio de Janeiro) e de Maxambomba (atual distrito sede de Nova Iguaçu).

Em seguida, em 1859, foram inauguradas as estações de São Cristóvão e Sapopemba (atual Deodoro), e em 1861 foi a vez da estação de São Francisco Xavier. “Sapopemba e Maxambomba eram, nessa época, pequenos núcleos isolados que serviam à uma população rural esparsa” (ABREU, 2006, p.50). Por sua vez, Cascadura e Engenho Novo já mantinham relações com as freguesias centrais. Para esses núcleos, a instalação de trens até Cascadura contribuiu bastante para a consolidação dessas relações.

Assim, como coloca Abreu (2006, p.50),

A existência de uma linha de subúrbios até Cascadura incentivou, de imediato, a ocupação do espaço intermediário entre esta estação e o centro. Antigas olarias, curtumes, ou mesmo núcleos rurais, passaram então a se transformar em pequenos vilarejos, e a atrair pessoas em busca de uma moradia barata, resultando daí uma elevação considerável da demanda por transporte e a conseqüente necessidade de aumentar o número de composições e de estações. Na década de 60 foram inauguradas então as estações de Riachuelo e Todos os Santos.

A partir de 1870 a linha de Cascadura passa a ser servida por dois trens diários, ajustados à entrada e à saída dos trabalhadores do emprego. Tal fato pode ser considerado como o início, efetivamente, do sistema suburbano de transportes. Consequentemente, a faixa suburbana até Cascadura foi ocupada, levando a abertura das estações de Engenho de Dentro, Piedade, Rocha, Derby Club, Sampaio, Quintino, Méier, Mangueira e Encantado e, já em 1890, da estação de Madureira.

Para Abreu (2006, p.50),

O processo de ocupação dos subúrbios tomou, a princípio, uma forma tipicamente linear, localizando-se as casas ao longo da ferrovia e, com maior concentração, em torno das estações. Aos poucos, entretanto, ruas secundárias, perpendiculares à via férrea, foram sendo abertas pelos proprietários de terras ou por pequenas companhias loteadoras, dando início assim a um processo de crescimento radial, que se intensificaria cada vez mais com o passar dos anos.

Na década de 1880 também foram inauguradas duas novas ferrovias fundamentais para o crescimento dos subúrbios: a Estrada de Ferro Rio D'Ouro, na Baixada Fluminense e a *Rio de Janeiro Northern Railway Company* ou Estrada do Norte (futura Leopoldina). A primeira, aberta em 1883 em caráter provisório para o transporte de material para as obras de construção da nova rede de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro, ligava a Quinta Imperial do Caju à represa do Rio D'Ouro. Lá, eram captadas águas dos mananciais da Serra do Mar, em Tinguá e Xerém. Atravessava as freguesias de São Cristóvão, Engenho Novo, Inhaúma e Irajá, desenvolvendo-se, ao longo de suas linhas, os pequenos núcleos de Inhaúma, Vicente de Carvalho, Irajá, Colégio, Areal (atual Coelho Neto) e Pavuna.

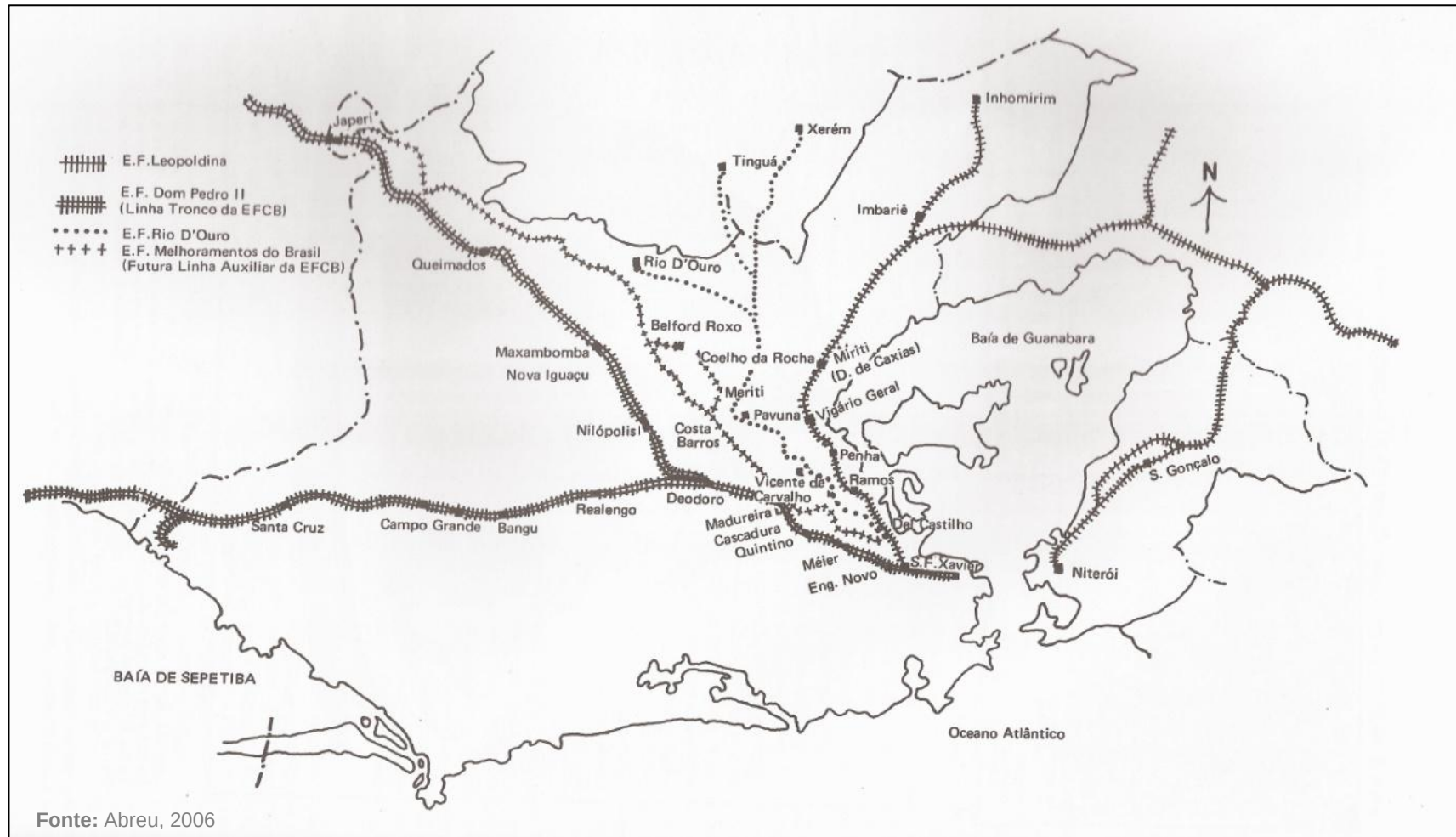
Já a Estrada Leopoldina, aberta em 1886, ligava São Francisco Xavier a Mirim (atual Duque de Caxias). De papel muito mais atuante que a Rio D'Ouro, essa ferrovia foi responsável por interligar os núcleos semi-urbanos como Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Brás de Pina, Cordovil, Lucas e Vigário Geral. Em função da grande acessibilidade provocada pela criação da ferrovia, esses núcleos passaram a se desenvolver velozmente.

Pouco mais tarde, em 1893, foi inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro Melhoramentos do Brasil que, posteriormente, em 1903, seria incorporada como Linha Auxiliar à Central do Brasil. O trecho ligava Mangueira a Sapopemba (atual Deodoro), que já integrava a rede da Central. As estações de Vieira Fazenda, Del Castilho, Magno e Barros Filho seriam abertas em 1898, completando as ferrovias e estações abertas até o final do século XIX, como observado na figura 14.

Desta forma, a década de 1890, para Abreu (2006), assistiu ao crescimento dos principais subúrbios do Rio de Janeiro atual, à época, simples núcleos dormitórios que não existiam sem o Centro da cidade. De acordo com o autor,

A ocupação dos subúrbios é exemplificada, ainda, pela movimentação de passageiros nas estações da Central do Brasil, que atingiu, no período 1886-1896, um total de quase 30 milhões de passageiros. Este número, se é insignificante quando comparado ao total de passageiros transportados pelos bondes (estes transportaram, em um único ano – 1896 quase 73.000.000 pessoas), já representava, entretanto, uma demanda acima da capacidade de oferta.

Figura 14: Linhas de Trem no Rio de Janeiro no final do século XIX



Tal afirmação é feita com base em Noronha Santos *apud* Abreu (2006, p.53) que ao falar da crise dos transportes no Rio relata que

A crise de transportes não ficou circumscripção ao *bond*. Nos trens de subúrbios constituía, já naquela época, verdadeiro martyrio, viajar pela manhã ou à tarde. O povo acotovelava-se nas estações principais, debatendo-se em horas de maior affluencia de passageiros, como se fosse um bando de lutadores offegantes, para alcançar um lugar no trem, onde se apinhava gente de toda casta.

Desta forma, percebemos como bondes e trens tiveram atuações diferenciadas no que concerne à expansão da cidade. Os bondes, voltados para o atendimento das classes mais abastadas serviram, inicialmente, aos bairros onde aquelas classes possuíam chácaras de fim de semana como Glória, Catete e Botafogo. Estando o centro cada vez mais saturado, esses bairros foram se tornando locais de moradia fixa. Desta forma, logo as companhias de bondes viram neste fato uma oportunidade de lucro e, em parceria com a prefeitura, passaram a atuar na criação de novos bairros, como Copacabana, Ipanema e Leblon.

Já os trens foram atender a população que podia morar fora da área central, mas não tinham como arcar com os altos custos das freguesias como Glória, Botafogo e Tijuca. Desta forma, os trens promoveram o crescimento dos subúrbios do Rio, transformando as antigas freguesias rurais em bairros dormitório. Tal processo de expansão da cidade através das linhas de bondes e trens pode ter contribuído para a inserção dos quilombos no movimento abolicionista.

3.2. Os quilombos e a cidade

Com a implantação das linhas de transporte coletivo no Rio de Janeiro novas áreas foram ligadas ao centro que, à época, constituía, basicamente, a cidade. Enquanto as linhas de bondes atendiam às classes mais abastadas tornando, de grosso modo, chácaras de final de semana em residência permanente, os trens, direcionados para a população de baixa renda promoveram o crescimento dos subúrbios do Rio, transformando antigas freguesias rurais em bairros dormitórios. Assim, o tecido urbano da cidade foi sendo ampliado.

Esta ampliação, que se verificou de forma gradual no decorrer do século XIX, se intensifica a partir da década de 1870. Como já apontado, foi a partir deste ano que bondes e trens passaram a atuar de forma sincrônica, transformando significativamente a aparência

da cidade. Ao incorporar novas áreas ao tecido urbano, a instalação dessa rede de transporte provocou, também, uma mudança na perspectiva espacial.

Com a expansão das linhas de bondes e trens áreas afastadas, até então de difícil acesso ou mesmo tidas como isoladas viram, de repente, o contato com o centro ser possibilitado e/ou facilitado. Neste sentido, podemos afirmar que essas localidades sofreram uma mudança em relação a sua posição geográfica a partir do momento em que passaram a ser servidas por redes de transporte.

De acordo com Corrêa (2004), a posição geográfica de uma cidade é sempre uma localização relativa. Seria a posição da cidade em relação a outros aspectos externos, como recursos naturais, produção, demanda, acessibilidade entre outros. Segundo o autor, esta lógica espacial, própria de cada localidade, é resultado de necessidades e possibilidades existentes no momento de nascimento da cidade, sendo as necessidades as funções que se espera que ela exerça enquanto que as possibilidades são as condições que irão possibilitar a realização daquelas funções.

Desta forma, como coloca Corrêa (2004, p.318)

A posição geográfica da cidade precisa ser contextualizada. Uma dada localização relativa pode ser extremamente importante em um dado momento histórico e não o ser mais em outro. A este respeito o conjunto de transformações econômicas e tecnológicas verificadas no século XIX alterou a posição geográfica das cidades.

Do mesmo modo que a posição geográfica das cidades foi alterada a partir das transformações econômicas e tecnológicas do século XIX, em menor escala, na intra-urbana, também verificamos mudanças na posição geográfica dos espaços que a compõem. A instalação do meio de transporte coletivo leva ao adensamento do local o que, por sua vez, leva a criação de novas freguesias; antigas freguesias rurais são transformadas em urbanas; chácaras de final de semana se tornam residência permanente; remotos subúrbios rurais são tornados núcleos dormitórios. Toda a cidade é reorganizada. Novos espaços são criados, enquanto antigos são valorizados ou mesmo desvalorizados frente à nova concorrência. Foi o caso de São Cristóvão.

Pelo fato de abrigar a família real, o velho arraial de São Cristóvão se tornou, no início do século XIX, alvo dos que tinham poder de mobilidade. Todavia, como ressalta Abreu (2006, p.37), “isso só foi possível depois que a Câmara Municipal mandou aterrar a parte do Saco de São Diogo vizinha ao Caminho do Aterrado, ou das Lanternas (no atual lado par da Av. Presidente Vargas), que ligava o centro à Quinta da Boa Vista”. Quando este

problema de acessibilidade foi resolvido, rapidamente se multiplicaram as moradias abastadas na área.

Mais tarde, como já apontado, São Cristóvão acabaria perdendo status como área preferencial da aristocracia. Contribuiu para tal fato, além da perda do status de abrigar a família real, a procura, cada vez maior, do bairro para a instalação de indústrias. A posição geográfica do bairro, próximo aos eixos ferroviários, ao porto e ao centro do Rio, foi determinante na construção dessa nova identidade. Entretanto, vale reforçar, o principal fator que contribuiu para o preterimento de São Cristóvão foi a difusão do novo estilo de vida, moderno, que estava associado à moradia à beira mar.

Assim, podemos afirmar que as transformações do século XIX promoveram mudanças na perspectiva espacial em diferentes escalas. Do mesmo modo como a cidade se insere de outra maneira na rede urbana, na escala intra-urbana também é possível observar mudanças na posição geográfica de freguesias e bairros. E o mesmo vale para seu entorno.

Enquanto áreas peri-urbanas eram anexadas ao tecido urbano com a interferência do capital estrangeiro, como ocorreu com os areais de Copacabana e Ipanema, áreas mais distantes, rurais, se tornavam mais próximas do tecido urbano. Tal fato provocou a mudança na posição geográfica de algumas freguesias rurais, que agora já se inseriam/constituíam como parte da faixa peri-urbana.

Neste sentido, levando em consideração a discussão já realizada sobre a localização dos quilombos em relação às cidades, podemos dizer que esses também sofreram variações significativas na sua posição geográfica a partir das mudanças econômicas e tecnológicas, e porque não dizer políticas, ocorridas no século XIX. Frente às transformações ocorridas em função da implantação dos meios de transporte coletivo, muitos quilombos tiveram sua posição geográfica alterada. Ou ainda mesmo, valendo-se da nova malha de transportes e do novo contexto político-econômico, os quilombos passaram a procurar por novas posições geográficas que atendessem à suas novas necessidades.

Assim, um dos objetivos iniciais deste trabalho estava pautado em levantar possíveis localizações de quilombos, através da revisão bibliográfica preliminar e da pesquisa hemerográfica realizada, a fim de organizar um mapa que os situasse espacialmente em relação às linhas de trem e bonde e ao tecido urbano da cidade. No entanto, diante dos resultados encontrados, tal objetivo teve de ser repensado, sendo considerado mais adequado trilhar outro caminho.

Após o levantamento bibliográfico e hemerográfico constatou-se que poucos foram os quilombos que conseguimos obter a localização exata. Em muitos casos temos apenas menção à existência de um quilombo em determinada localidade, como ocorre no *Diário de Notícias* de 29 de janeiro de 1886 (Anexo B), em que fala-se na destruição de um quilombo em Campos. Já em outros é possível chegar a uma localização um pouco mais aproximada, como aparece no *Gazeta de Notícias* de 21 de outubro (Anexo D) onde diz-se que “na serra do Picú, em zona pertencente á freguezia de Campo Bello, município de Rezende existe um grande quilombo”.

Desta forma, não sendo possível identificar a localização exata dos quilombos não pareceu pertinente a confecção do mapa previamente pensado. Entendemos que o pretendido mapa ofereceria tipos de informações distintas: alguns quilombos com localizações exatas; outros com localizações aproximadas, como no caso de estarem situados em uma serra; enquanto outros teriam localizações mais abrangentes, sendo possível afirmar apenas que estariam contidos em uma freguesia, o que poderia significar uma ampla área de possibilidades – vale ressaltar que freguesias rurais, devido a baixa densidade demográfica, apresentam maior área.

Frente a essas questões, consideramos que o mapa, além de apresentar inconsistências, seria confuso, não exercendo, assim, sua função de comunicação ao leitor. Neste sentido, optamos por oferecer uma discussão acerca das localizações levantadas, exatas ou não, procurando relacioná-las com as linhas de bonde e trem e, consequentemente, com a expansão do tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro. Para tal, é fundamental nos apoiarmos nos mapas já apresentados das freguesias do Rio no século XIX (Figura 11), e das linhas de bonde entre 1870 e 1888 (Figura 13) e linhas de trem no final do século XIX (Figura 14).

Como já foi explicitado no primeiro capítulo, listar os quilombos existentes no Rio de Janeiro, em qualquer época, não é tarefa simples. Contamos com algumas importantes contribuições de autores que destacam essa enorme parte de nossa história. Contudo, há de se levar em consideração que cada autor confere uma abordagem diferenciada à questão, tratando o quilombo sob uma ótica particular.

Além disso, também devemos considerar que as próprias denominações dadas aos quilombos não são as mesmas. É comum encontrarmos diferentes nomes fazendo referência ao mesmo quilombo. Tal fato, como ressaltava Gomes (1996), está ligado à documentação existente. Não sabemos se os nomes conhecidos eram dados pelos próprios quilombolas ou pelas autoridades e habitantes do entorno fazendo, desta maneira, alusão à

localização e/ou aos seus líderes. Assim, a sistematização dos quilombos que aparecem na bibliografia se torna complexa.

Nesse sentido, vale destacar novamente que a pesquisa sobre quilombos, sendo uma pesquisa histórica, esbarra em dificuldades como a falta de documentação. Também devemos reforçar que a documentação existente, escrita pelas classes dominantes, conta uma história enviesada. A memória é, desta forma, construída por apenas um lado da história, apresentando uma intencionalidade. Nesse processo, muitas preciosas informações acabam se perdendo, principalmente quando tratamos de um período remoto em que os atores já não estão mais entre nós.

No caso dos quilombos, a existência de remanescentes pode ajudar no desenvolvimento de uma memória oral, passada de geração em geração, o que contribuiria para o preenchimento dessa lacuna. No entanto, nem todo quilombo apresenta remanescentes e, mesmo quando existem, seu estudo implica na realização de uma discussão inserida em contexto próprio.

Por ora, cabe apenas listar as comunidades existentes no estado do Rio de Janeiro (certificadas ou em processo de certificação) a mérito de conhecimento. De acordo com a Fundação Cultural Palmares são elas: Santa Rita Bracui em Angra dos Reis; Sobara em Araruama; Boa Esperança em Areal; Rasa e Bahia Formosa em Armação de Búzios; Preto Forro, Botafogo, Maria Joaquina e Maria Romana em Cabo Frio; Aleluia, Batatal, Cambucá e Conceição de Imbé em Campos dos Goytacazes; Maria Conga em Magé; Ilha de Marambaia em Mangaratiba; Cruzeirinho em Natividade; Cabral e Campinho da Independência em Parati; Tapera em Petrópolis; Santana em Quatis; Machadinha em Quissamã; Alto da Serra em Rio Claro; Família Pinto (Sacopã) e Pedra do Sal no Rio de Janeiro; São Benedito em São Fidélis; Deserto Feliz e Barrinha em São Francisco do Itabapoana; Caveiras/Botafogo em São Pedro da Aldeia; e São José da Serra em Valença.

A respeito dessa lista não é possível afirmar que os nomes correspondem aos quilombos citados pelos autores e periódicos consultados. Todavia, vale destacar que algumas localidades aparecem como recorrentes. Fica, assim, a tentativa de reconstrução de uma geografia do passado com os elementos que possuímos, obtidos na revisão bibliográfica e no levantamento hemerográfico.

De acordo com Gomes (2005, p.345),

As principais áreas de formações quilombolas na Capitania do Rio de Janeiro (...) foram Campos dos Goitacazes, Cabo Frio, Parati e as diversas áreas do recôncavo da Guanabara, destacando-se Macacu, Saquarema, Maricá, Santo Antônio de Sá, Itaboraí, Magé e Iguaçu.

Conforme apontado no primeiro capítulo, a pesquisa hemerográfica em seis periódicos selecionados, no período de 1870 a 1888, resultou em 235 ocorrências contendo a palavra 'quilombo(s)'. Dessas, 166 diziam respeito a uma localidade, mas apenas 38 indicavam uma localização no estado do Rio de Janeiro, sendo 18 relativas somente ao quilombo do Leblon. Desta maneira, excetuando-se as referências que tratam do quilombo do Leblon, que será alvo do último capítulo, temos 20 referências a outros quilombos e localidades.

Aparecem os quilombos Senna, Raymundo, Clapp, Patrocínio, Miguel Dias, Padre Ricardo, Camboim, Camorim, Loanda, da Valla do Bomba, do Bomba, de São Gabriel, do Pomba e do Iguassú além de outros que não possuem denominação mas que têm sua localização indicada. Assim, temos indícios de quilombos nas localidades Centro, Jacarepaguá, São Cristóvão, Engenho Novo, Penha, Catumbi, Iguassú, Estrella, Campos, Niterói, Rezende e Angra dos Reis¹⁴.

Como já assinalado, os nomes dos quilombos apresentados acima não representam, necessariamente, quilombos distintos. Os quilombos da Valla do Bomba, do Bomba, de São Gabriel, do Pomba e do Iguassú, ao que parece, se não constituem o mesmo quilombo fazem parte do mesmo conjunto de quilombo, os quilombos de Iguaçu. Quanto a isso Gomes (2006, p.36-38) explica que

os quilombos de Iguaçu apareciam na documentação policial e no noticiário da imprensa com denominações diferentes. Ora era o “quilombo de Iguaçu”, “quilombo do Pilar”, ou então “quilombo da Barra do rio Sarapuí”. Na segunda metade do século XIX, tais quilombos apareceriam com os nomes de “quilombo do Bomba”, “quilombo do Gabriel” e “quilombo da Estrela”. Quanto aos nomes dados aos quilombos da região de Iguaçu, é possível supor que estivessem relacionados a suas localizações geográficas. A palavra “Bomba”, por certo, significava Maxambomba, uma localidade dessa área (nome inclusive de um engenho de açúcar na região desde o século XVII.). Já “Gabriel” era o nome de um riacho local, importante afluente dos rios Iguaçu e Sarapuí.”

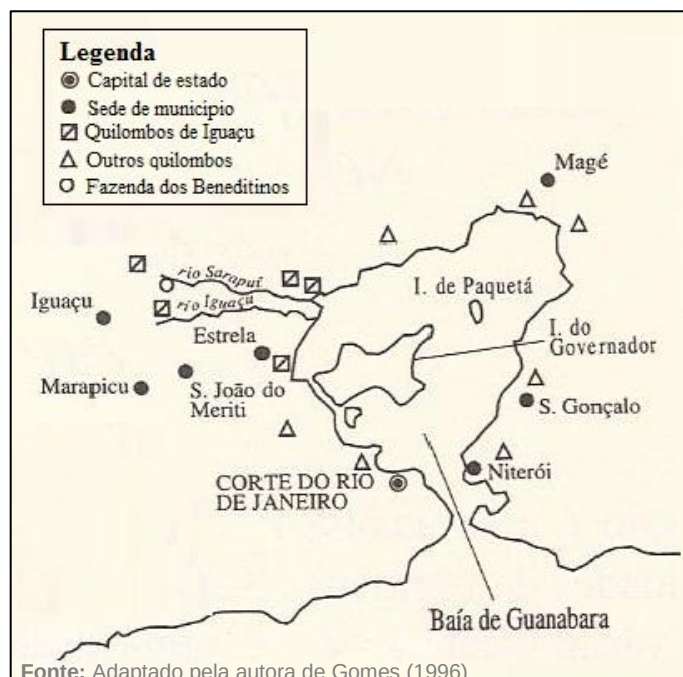
No *Gazeta de Notícias* de 19 de março de 1880 encontramos uma referência a localização de um desses quilombos:

Informam-nos de que no quilombo do Bomba, estabelecido em terras da freguezia de Santo Antonio da Jacotinga, entre os rios Sarapuy e Iguassú, em dias da semana passada teve logar um horrendo sacrificio de um suhdito rebelde. (Anexo D)

¹⁴ Estamos cientes de que essas localidades constituem escalas diferentes, no entanto, elas representam, justamente, o nível de detalhamento das informações obtidas pelo levantamento.

Desta forma, podemos perceber que a região de Iguaçu e Estrela era conhecida por abrigar diversos quilombos próximos uns dos outros (Figura 15). Por este motivo, Gomes (1996, p.278) refere-se à área como um verdadeiro campo negro em função da complexa rede social, com lógica própria, “que podia envolver em determinadas regiões escravistas brasileiras inúmeros movimentos sociais e práticas sócioeconômicas em torno de interesses diversos”.

Figura 15: Quilombos de Iguaçu



Esta complexa rede, segundo Gomes (1996, p.278) era formada por “quilombolas, escravos nas plantações, taberneiros e remadores, (...) caixeiros-viajantes, mascates, lavradores, agregados, escravos urbanos, arrendatários, fazendeiros e até mesmo autoridades locais (muitas das quais donas de fazendas)”. Essas relações são explicitadas no *Gazeta de Notícias* de 03 de março de 1880 onde “informam-nos que há em Iguassú um temível quilombo denominado Bomba, onde se acoutam talvez 40 escravos fugidos que são protegidos por uns libertos, moradores na ilha do Rio Sapucahy” (Anexo D).

Nesse sentido, levando-se em consideração que temos indícios da existência de quilombos na região de Iguaçu até final da década de 1870 e início da década de 1880, e que a inauguração da estação de trem de Maxambomba data de 1858, não seria totalmente infundado pensar que os atores dessa rede pudessem fazer uso da linha de trem para atender seus interesses e necessidades. No entanto, vale ressaltar, não possuímos documentos que comprovem esta hipótese.

Em compensação, o levantamento hemerográfico realizado evidencia a importância da região de Iguaçu como área quilombola de destaque. Das 20 notícias consideradas 10 fazem menção aos quilombos de Iguaçu. Encontramos cinco referências ao quilombo do Bomba, duas ao quilombo São Gabriel, uma ao quilombo da Valla da Bomba, uma ao quilombo do Pomba e uma ao quilombo de Iguassú. Cabe apontar que todas essas notícias, presentes no *Gazeta de Notícias* (Anexo D), abordam o quilombo através de sua repressão e/ou destruição, como é verificado no dia 24 de março de 1877 onde se lê:

Foram ante-hontem julgados pelo jury do termo da Estrella os pretos Jeronymo e Matheus, accusados como assassinos do escravo Felipe, do Sr. barão de Quandú, e como chefes do quilombo do Pomba que foi destruido haverá um anno pelo Dr. Gonçalo de Faro o coronel Joaquim Alves Machado. (Anexo D)

Além dos municípios de Iguaçu e Estrela, que representam metade das notícias consideradas, a freguesia de Jacarepaguá, no município do Rio de Janeiro, também se destaca com quatro referências sobre quilombos. Em duas notícias vemos menção à existência de um quilombo na localidade. Na primeira, do *Gazeta da Tarde* de 12 de agosto de 1880 (Anexo C), aparece que “deve seguir amanhã á noite, para Jacarepaguá, o Sr. Dr. 2º delegado acompanhado de officiaes de diligencias e praças do corpo de policia, afim de fazerem uma batida num grande quilombo que alli existe” (Anexo C). Na segunda, vista no *Gazeta de Notícias* de 02 de abril de 1979 (Anexo D), fala-se na existência de um quilombo nas proximidades da fazenda Camorim, na freguesia de Jacarepaguá.

As outras duas notícias acerca de Jacarepaguá referem-se, especificamente, aos quilombos Camboim e Camorim¹⁵. No *Gazeta de Notícias* de 04 de junho de 1880, lemos que “na freguezia de Jacarepaguá, alguns escravos fugidos, aproveitando-se do abandono em que se acha a fazenda denominada Camboim, alli haviam formado um quilombo que ia progressivamente, augmentando com desertores e criminosos” (Anexo D).

Já no *Cidade do Rio* de 11 de julho de 1889, em notícia em que o movimento abolicionista é exaltado, são apresentados ao leitor, e aos futuros estudiosos da abolição, os mais notáveis quilombos estabelecidos pela Confederação Abolicionista com o objetivo de “recolher” os escravos salvos pelos abolicionistas. Dentre os quilombos mencionados está o quilombo Camorim. Fala-se sobre ele:

Situado na serra d’esse nome e rio Iguassú, mantido pelo intrepido capitão Gabriel Cruz. Estes quilombos foram sempre perseguidos pelos fazendeiros da visinhança e pela policia. Ahi se travaram sempre conflictos sérios, não conseguindo os perseguidores d’esse baluarte intimidar os seus habitantes

¹⁵ Apesar da grafia e sonoridade similares, o que poderia, equivocadamente, levar à suposição de que se trata do mesmo quilombo, estamos diante de duas localidades distintas em Jacarepaguá.

e o bravo militar. Além destes quilombos que funcionavam sob a protecção e vigilância da Confederação Abolicionista, existiam em varios pontos da cidade e nos arrabaldes um grande numero de refugios estabelecidos nas casas das familias abolicionistas e em varios estabelecimentos. (Anexo A)

Além do quilombo Camorim ainda compõem a lista da Confederação Abolicionista os quilombos do Leblon, Senna, Raymundo, Clapp, Patrocínio, Miguel Dias e Padre Ricardo. Como já foi ressaltado no segundo capítulo, chama a atenção o fato de que dos oito quilombos citados seis possuem nomes de abolicionistas. Quanto a isso, na própria notícia fica claro que as casas dos abolicionistas eram tratadas como quilombos. O quilombo Patrocínio, por exemplo, “compreendia a casa da familia e as redacções da antiga Gazeta da Tarde e da Cidade do Rio” (Anexo A). O mesmo acontecia com o quilombo Clapp, que era considerado “realmente duplo: no escriptorio da Confederação, (...) e em S. Domingos de Nichtheroy, na casa de residencia do chefe abolicionista João Clapp” (Anexo A).

Desta maneira, podemos dizer que dos quilombos apontados pela Confederação como integrantes do movimento abolicionista, pelo menos seis se encontravam em áreas urbanas. Seriam eles, além do quilombo Patrocínio¹⁶, os quilombos Senna, Raymundo, Clapp, Miguel Dias e Padre Ricardo localizados, respectivamente, em São Cristóvão, no Engenho Novo, no Centro, no Catumbi e na Penha.

É interessante notar que todas essas áreas, na década de 1880, já eram servidas por linhas de bonde ou trem, que é o caso da Penha. Também vale atentar para o fato de que os seis quilombos urbanos referem-se, justamente, aos quilombos constituídos nas casas de abolicionistas e nos escritórios ou redações dos jornais abolicionistas. Desses, apenas o quilombo Padre Ricardo na Penha localiza-se numa grande fazenda.

Assim, podemos perceber que os quilombos do Leblon e Camorim, são os únicos da lista da Confederação que não possuíam o nome de um abolicionista. No entanto, apesar de tal fato, esses quilombos também estabeleciam relações com a Confederação e, inclusive, eram liderados por membros do movimento. Enquanto o quilombo Camorim era mantido pelo “intrépido capitão Gabriel Cruz” (Anexo A), o quilombo do Leblon tinha como líder o comerciante português José Seixas Magalhães.

Quanto à localização geográfica, os quilombos do Leblon e Camorim são também os únicos que se localizam em freguesias rurais. Na realidade, podemos entender que nesse momento ao menos o Leblon já se encontrava em faixa de expansão do tecido urbano,

¹⁶ Vale ressaltar que não possuímos referência de onde se localizava a casa de José do Patrocínio e, por este motivo, não podemos afirmar que encontrava-se em uma freguesia urbana, apesar de se esperar que sim. No entanto, tendo em vista que este quilombo é considerado duplo constituído, além da residência de Patrocínio, pelas redações do Gazeta da Tarde e do Cidade do Rio que localizavam-se no Centro da cidade, podemos considerá-lo como um quilombo urbano.

estado próximo ao ponto final da linha de bonde. Entretanto, a posição geográfica particular do quilombo do Leblon será tratada no último capítulo.

Desta forma, podemos considerar que a localização dos quilombos do Leblon e Camorim estava ligada à necessidade de abrigo dos quilombolas mais afastados da cidade. Entendiam os abolicionistas que distantes dos olhos da cidade os agora ex-escravos estariam mais seguros. Nesse sentido, podemos afirmar que esses quilombos constituíam, na rede abolicionista, pontos finais, para onde os abolicionistas desejavam enviar os quilombolas de forma permanente. Por sua vez, os quilombos urbanos constituíam pontos intermediários, transitórios, servindo como refúgios temporários dos abolicionistas até que fosse possível enviá-los para os quilombos mais distantes onde ficariam permanentemente.

A Figura 16 representa o mapa esquemático da dita rede abolicionista. É possível verificar nela que os refúgios estão localizados bem próximos das linhas de transporte, inseridos mesmo no tecido urbano, enquanto que os quilombos do Camorim e do Leblon localizam-se não tão próximos como os refúgios, mas não tão distantes que não possam usufruir dessa rede técnica. Após saltar do bonde ou do trem era necessário andar um pouco ou, ainda pegar um bonde puxado a burro no caso do quilombo Camorim.

Para melhor entender o funcionamento dessa rede e a posição geográfica dos quilombos que a compunham, realizaremos, no próximo capítulo, um estudo de caso do quilombo do Leblon. Espera-se também, através desse estudo, demonstrar como o quilombo do Leblon assumiu um papel de destaque não só na rede mas também no movimento abolicionista.

The map illustrates the geographical distribution of the abolitionist network in Rio de Janeiro. A legend in the top right corner defines the symbols: a thick grey line for 'Linhas de transporte' (transport lines), a green dot for 'Refúgios' (refuges), and a red dot for 'Quilombos' (quilombos). The map shows a dense network of transport lines connecting various parts of the city, including the center, the bay, and the surrounding hills. Three green dots mark the locations of refuges: Catumbi, Centro, and São Cristóvão. Two red dots mark the locations of quilombos: Leblon and Jacarepaguá. The map also labels numerous neighborhoods and landmarks, such as Ipanema, Copacabana, Corcovado, and the bay area. A north arrow is located in the bottom left corner.

Fonte: organizado e adaptado pela autora a partir de SCHNORR (1975) *apud* ABREU (2006); SILVA (2003); *Cidade do Rio* (1889)

4. O quilombo do Leblon

No arrastado processo de luta pela abolição, os escravos viveram a longa espera pela liberdade em diferentes capítulos. Primeiro foi extinto o tráfico negreiro, através da Lei Eusébio de Queiróz de 1850. Depois, em 1871, a Lei do Ventre Livre concedeu alforria aos nascituros, que só seriam efetivamente livres aos 21 anos. Já em 1885, a Lei Saraiva-Cotegipe libertou os escravos sexagenários até que em 1888, finalmente, fosse decretada a abolição da escravatura.

A longa expectativa pela liberdade foi gerando inquietação e revolta não só por parte dos negros mas também entre os brancos. Frente a esse cenário, a luta pela abolição foi se intensificando e assumindo outras formas. Os abolicionistas, cansados de esperar por resultados pelos meios legais, passam a fazer com as próprias mãos aquilo que acreditavam caber ao estado: a libertação dos escravos.

Surge assim, na década de 1870 e mais intensamente na década de 1880, o abolicionismo radical. Este, além de levar suas ações para fora do parlamento ainda incluiu o negro no processo de luta do branco. Tal fato irá conferir ao movimento abolicionista um caráter diferente daquele observado anteriormente. Agora vemos as ações de brancos e negros conjugadas em prol de um mesmo objetivo: a abolição.

A conjugação dessas ações será responsável pela formação de uma rede abolicionista. Nela, abolicionistas de todas as partes se articulavam com quilombolas e escravos na libertação destes. A rede atuava auxiliando na fuga dos escravos das fazendas, no transporte desses até refúgios providenciados pelo próprio movimento onde os fugitivos encontravam abrigo temporário (como nas casas de abolicionistas ou em escritórios e redações de jornais alinhados à Confederação), até que fossem enviados a quilombos onde estariam seguros.

Desta forma, os quilombos assumem importante papel no abolicionismo, constituindo peça fundamental na rede abolicionista. Tão importante era a importância dos quilombos para o movimento que os próprios abolicionistas, cientes da necessidade de locais fora da cidade para abrigar os escravos que ajudavam a fugir, tomavam a iniciativa de criarem seus próprios quilombos, como foi o caso do quilombo do Jabaquara em Santos.

No Rio de Janeiro, a Confederação Abolicionista podia contar com os quilombos do Camorim e do Leblon. Este último, em especial, desempenhava um papel de destaque não só na rede abolicionista, mas também no abolicionismo como um todo. De acordo com Silva (2003), o quilombo do Leblon sintetizava o apoio de todos os quilombos ao movimento abolicionista. Tal fato deve-se às funções política e simbólica que este quilombo exercia.

Idealizado e liderado pelo comerciante português José de Seixas Magalhães, o quilombo do Leblon era frequentado por diversos abolicionistas ilustres, como João Clapp e José do Patrocínio, “fundadores e principais sustentáculos da Confederação Abolicionista” (SILVA, 2003, p. 16). Até mesmo a própria Princesa Isabel possuía ligações com o quilombo do Leblon. Em sua famosa batalha das flores, as preferidas da princesa eram, justamente, as camélias produzidas no quilombo do Leblon e que, posteriormente, virariam símbolo da abolição.

Assim, este capítulo irá discutir a importância do quilombo do Leblon para o abolicionismo, tanto por sua localização como pelas funções que desempenhava. Neste sentido, na primeira parte nos debruçaremos sobre a posição geográfica deste quilombo a fim de responder à pergunta: por que um quilombo no Leblon? Para tal, iremos realizar uma reconstituição da área do Leblon na década de 1880 através da confecção de um mapa conjectural, procurando relacionar a posição geográfica do quilombo com a linha de bonde.

Já a segunda parte do capítulo se propõe a discutir o papel do quilombo do Leblon no movimento abolicionista. Considerando que o quilombo do Leblon era tido como a “menina dos olhos do abolicionismo radical” (SILVA, 2003, p.24) iremos apresentar as características que o distinguiam dos outros quilombos. Na luta pela abolição o quilombo do Leblon assumiu um papel de destaque no movimento, tanto político quanto simbólico, como veremos a seguir.

4.1. Porque um quilombo no Leblon no final do século XIX

Para melhor entender as proposições do movimento abolicionista, a inserção dos quilombos abolicionistas na dinâmica da cidade e sua própria dinâmica, será utilizado o estudo de caso do quilombo do Leblon. Seu idealizador, ou chefe, era o comerciante português José de Seixas Magalhães, que se dedicava à fabricação e ao comércio de malas e objetos de viagem. Homem de idéias avançadas, Seixas era dono da chácara onde se situava o quilombo do Leblon (Figura 17).

Figura 17 Terrenos do José Seixas Magalhães no Leblon



Fonte: adaptado e organizado pela autora do Acervo do Núcleo de Pesquisas de Geografia Histórica – NPGH/UFRJ

Todavia, Seixas não era o único homem de idéias avançadas no quilombo. Além dele, muitos outros membros da sociedade civil e intelectual frequentavam e patrocinavam este quilombo. Pessoas como João Clapp, presidente da Confederação Abolicionista; o jornalista José do Patrocínio, representante da imprensa abolicionista e diretor do jornal abolicionista *Gazeta da Tarde*; Coelho Netto e Osório Duque Estrada, ambos também muito ligados à Confederação Abolicionista; o estudante de medicina Brício Filho; o republicano Silva Jardim; e o engenheiro André Rebouças, tesoureiro da Confederação. Até a Princesa Isabel era uma ilustre frequentadora do quilombo do Leblon. O próprio Seixas era uma espécie de procurador da Confederação Abolicionista.

O quilombo teria sido formado em suas terras na zona sul, mais precisamente em sua chácara no Leblon onde cultivava flores com o auxílio de escravos fugidos. Segundo Silva (2003, p.13), “Seixas ajudava os fugitivos e os escondia na chácara no Leblon, com a cumplicidade dos principais abolicionistas da capital do Império, muitos deles membros proeminentes da Confederação Abolicionista”.

Cabe ressaltar que o *auxílio* mencionado acima causa inquietação. Que tipo de relações seriam travadas Seixas e os escravos fugidos que abrigava? Quais seriam as relações de produção no quilombo do Leblon? Em que regime de trabalho os fugitivos abrigados auxiliariam na produção de camélias? Todas essas são perguntas que gostaríamos de responder. No entanto, não dispomos de documentos que permitam isso. Também não havendo remanescentes no local, o que se sabe sobre o quilombo do Leblon advém das fontes dos abolicionistas. Contamos com relatos de abolicionistas que frequentavam o quilombo e com notícias de jornais alinhados ao movimento.

Das 235 notícias consultadas, 18 fazem menção ao quilombo do Leblon. Este número parece pequeno, mas se levarmos em consideração que ele corresponde a metade das ocorrências sobre quilombos no Rio de Janeiro este número se torna bastante significativo. Dos seis periódicos consultados apenas dois não apresentam referência ao quilombo do Leblon: o *Gazeta da Tarde* e *O Abolicionista*.

Inicialmente, nos causou estranhamento que justamente esses dois jornais não fizessem menção ao quilombo do Leblon. Na realidade, em relação ao *O Abolicionista*, o estranhamento foi anterior frente ao fato de que este jornal apresenta apenas uma ocorrência sobre quilombos. Todavia, após chegarmos ao conhecimento de que o periódico era dirigido por Joaquim Nabuco, abolicionista que adotava uma linha mais conservadora e legalista, esta escassez, de certa forma, se justificou.

Já em relação ao *Gazeta da Tarde*, principal jornal abolicionista, com profundas relações tanto com a Confederação Abolicionista como com o quilombo do Leblon, o estranhamento permanece. Uma hipótese é que esta ausência esteja relacionada com a necessidade de proteção das informações sobre suas articulações e sobre o próprio quilombo do Leblon.

Desta forma, as 18 ocorrências estão distribuídas no *Cidade do Rio*, com cinco; no *Diário de Notícias*, também com cinco; no *Gazeta de Notícias*, com duas e no *Revista Illustrada*, com seis. Cabe ressaltar que algumas dessas ocorrências extrapolam o término de nosso recorte temporal, em 1888, em nome da relevância das informações apresentadas.

Outro aspecto interessante de ser destacado em relação às 18 notícias sobre o quilombo do Leblon diz respeito ao seu conteúdo. Como apontamos no primeiro capítulo, as notícias sobre quilombos se dividem entre aquelas que o tratam como uma ameaça para a sociedade, buscando, assim, reprimi-los, e aquelas que apontam o quilombo como um espaço importante da luta negra. Nenhuma das 18 notícias sobre o quilombo do Leblon o aborda de forma a depreciá-lo. São quase que exclusivamente para exaltá-lo.

É justamente das notícias de jornais que obtivemos uma pequena, mas importante contribuição sobre como poderia ser a dinâmica interna do quilombo do Leblon. De acordo com o *Cidade do Rio* de 08 de julho de 1889, “quem dirigia este quilombo era a heroica senhora franceza Mme. Elisa Betzba, que sacrificava a tranquilidade de seu lar pela devoção de fazer o bem” (Anexo A).

O papel exercido por Mme. Betzba também é ressaltado pelo *Diário de Notícias* de 02 de maio de 1889 onde se lê:

Completa hoje mais um anno de idade a disticnta abolicionista Mme. Seixas, esposa do nosso bom amigo, o incansável Seixas, do Leblon. Estrangeira, fez-se brasileira e poz-se ao lado dos escravizados, abrigando-se em sua casa e tornando-se sua verdadeira amiga. Não fôra Ella, que não existiria o famoso quilombo, onde uma infinidade de infelizes iam buscar conforto e consolação aos seus soffrimentos, cultivando sob a sua direcção as famosas camélias que se tornaram históricas. Cumprimentamol, recordando-lhes as suas glorias passadas. (Anexo B)

Assim, percebemos que apesar de muito se falar no Seixas, aparentemente sua mulher também possuiu um papel importante na constituição e manutenção do quilombo do Leblon. Entretanto, diante das limitações das informações obtidas, pouco se pode afirmar quanto a isso, assim como sobre as outras questões que gostaríamos de responder. Fica,

desta forma, a tentativa de reconstrução do quilombo do Leblon a partir das informações que dispomos.

4.1.1. Posição geográfica

Falar na existência de um quilombo no Leblon pode causar grande estranhamento nos dias atuais. Famoso pelas novelas de Manoel Carlos, o bairro do Leblon destaca-se por possuir um dos metros quadrados mais caros do país e, conseqüentemente, por abrigar uma população de classe média/alta e alta assim como lojas de grifes. Essa estranheza só aumenta quando sabemos que a localização do quilombo seria no Alto Leblon, a porção mais valorizada do bairro.

No entanto, em meados do século XIX, o Leblon era praticamente o “fim do mundo”. Enquanto a cidade se restringia ao centro, estando contida entre os quatro morros, o Leblon constituía área afastada, pouco habitada, composta apenas por algumas chácaras pertencentes à antiga Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas (Figura 18). Com a expansão da cidade, através da implantação da rede de transportes coletivos, o Leblon foi, pouco a pouco, sendo inserido na sua dinâmica, embora a ocupação efetiva do bairro só viesse a acontecer a partir de 1918.

Considerando que nessa época ainda não havia túneis que levassem a essa parte da cidade, a extensão da linha de bonde¹⁷, em 1871, do Largo do Machado até o Largo das Três Vendas (atual praça Santos Dumont) possibilitou a ligação rápida do Centro a esta quase desabitada parte da cidade. Desta forma, o “fim do mundo” passava a ser o “fim da linha”, o que representou uma mudança significativa na perspectiva espacial. Situado, agora, próximo ao ponto final da linha de bonde, o Leblon assumiu uma nova posição geográfica na cidade.

Esta nova posição geográfica foi de grande importância para o surgimento e desenvolvimento do quilombo do Leblon, assim como para as relações travadas entre ele e o movimento abolicionista. Com a chegada da linha de bonde até o Largo das Três Vendas o deslocamento e a comunicação foram facilitados. Silva (2003) destaca que tanto os quilombolas como os abolicionistas sabiam tirar vantagem da moderna rede de transportes recém-instalada.

¹⁷ Vale lembrar, como já explicitado no primeiro capítulo, que essa extensão veio complementar a primeira linha efetiva de bonde instalada na cidade do Rio de Janeiro (licenciada para a *Botanical Garden Railroad Company*, chamada mais tarde de Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico) que ia da rua Gonçalves Dias, no Centro, até o Largo do Machado. Com esta extensão o bonde passou a servir também aos atuais bairros de Botafogo e do Jardim Botânico.

Figura 18: Planta Cadastral da Fazenda Nacional da Lagoa de Rodrigo de Freitas, 1844



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Para o autor,

não é certamente por acaso que tanto o quilombo do Jabaquara, na cidade portuária de Santos, como o quilombo do Leblon, na periferia da cidade do Rio de Janeiro – os dois quilombos abolicionistas clássicos – surgiram exatamente nas proximidades de estações de bondes puxados a burro. A boa rede de comunicação e transporte facilitou muito a articulação dos quilombos ao movimento político abolicionista.” (SILVA, 2003, p.19)

Assim, podemos notar que as novas necessidades de comunicação e transporte relacionadas à formação da rede abolicionista levaram os quilombos a assumirem uma posição geográfica diferenciada daquela verificada até então. Diante da necessidade de constante articulação entre quilombos e movimento abolicionista, seja para arquitetura ou execução dos planos, o quilombo, tradicionalmente tido como um espaço distante, de esconderijo, irá se aproximar da cidade.

Mais uma vez, vale ressaltar que esse distanciamento entre quilombos e a sociedade do entorno era relativo. Relações entre as partes existiram desde os primeiros anos da escravidão. Todavia, o que se observa neste momento é uma aproximação tanto espacial quanto política. Constituindo peça fundamental nos planos da Confederação Abolicionista, os quilombos se vêem agora inseridos não só no movimento como também na própria dinâmica da cidade.

Desta forma, enquanto os primeiros quilombos procuram locais mais isolados para se instalarem, no meio de matas e próximos de rios que garantissem sua segurança e seu sustento, os quilombos abolicionistas, que surgem na iminência da abolição, se apresentam inseridos no tecido urbano. Diferente daqueles que tinham na distância e no esconderijo uma estratégia de sobrevivência, os quilombos abolicionistas, pelo contrário, têm no contato com a sociedade citadina sua garantia de existência. É, inclusive, pelas mãos dos abolicionistas que vemos a formação e manutenção desses quilombos.

Nesse sentido, podemos perceber que a função exercida pelos quilombos ao longo da história parece não ter mudado muito. Grosso modo, assim como os quilombos tradicionais, os quilombos abolicionistas tinham como função primordial abrigar escravos fugidos. Todavia, quando lançamos um olhar mais atento à questão notamos que a forma para se chegar a esse objetivo é que se modificou.

Os primeiros quilombos podem ser entendidos como produto do processo de luta do negro escravo, que busca sua liberdade a partir da fuga e da formação de quilombos. Cabia exclusivamente ao negro este processo. Já conforme nos aproximamos da abolição o que vemos é o surgimento do quilombo como um espaço fruto da conjugação do movimento dos negros, escravos e ex-escravos, e do movimento dos brancos abolicionistas.

Isto fica claro quando analisamos a rede abolicionista e os quilombos que a integravam. A rede abolicionista, como apresentado no capítulo anterior, se articulava para atuar em diversas fases do processo de libertação de escravos do cativeiro. Composta por abolicionistas, quilombolas e escravos, a rede planejava e participava desde a fuga dos escravos das fazendas até sua acomodação em quilombos cuidando, ainda mesmo, do

transporte. Neste caminho era necessário, eventualmente, providenciar refúgios temporários para abrigar os fugitivos.

Foi assim que as casas dos abolicionistas e os escritórios e redações dos jornais se tornaram verdadeiros quilombos. No entanto, devemos apontar, estes tidos quilombos pelos abolicionistas possuíam um caráter diferenciado daqueles que se costumava ver. Em primeiro lugar, estes quilombos eram urbanos estando localizados em áreas já densamente povoadas da cidade, inclusive no centro. Por isso mesmo, esses quilombos também possuíam caráter temporário, abrigando os fugidos apenas até que pudessem ser enviados para outros locais. Por este caráter temporário talvez fosse mais adequado chamá-los de refúgios em contraposição com os locais para onde eram enviados posteriormente.

Estes sim, pouco mais afastados da cidade, tinham a função de receber os escravos fugidos de forma permanente. Na realidade, esse maior afastamento não levaria os quilombos para muito longe, apenas até a área peri-urbana. Essa localização vem atender a necessidade da rede possuir um local mais afastado do burburinho da cidade, mas nem tão distante que dificultasse o transporte e a comunicação. Justamente por este motivo, esses quilombos constituíam abrigos permanentes.

Sendo assim, podemos identificar dois tipos de quilombos pertencentes à rede abolicionista: os que podemos chamar de refúgios, por seu caráter urbano e temporário, e os que, efetivamente constituem quilombos, de caráter peri-urbano e permanente. Nesse sentido, considerando o caminho percorrido pelo escravo fugido desde a fazenda, passando pelo refúgio, até chegar ao quilombo, podemos dizer que o primeiro constituiria um ponto intermediário nessa rede abolicionista enquanto o segundo seria o ponto final.

Desta forma, a partir da lista oferecida pelo *Cidade do Rio* de 08 de julho de 1889 em que aparecem os nomes de oito quilombos que integravam o movimento abolicionista com algumas informações sobre cada um, é possível afirmar que os quilombos Patrocínio, Senna, Raymundo, Clapp, Miguel Dias e Padre Ricardo constituem pontos intermediários enquanto que os quilombos do Camorim e do Leblon seriam os pontos finais. A posição geográfica destes dois quilombos evidencia seu papel na rede.

De acordo com Silva (2003, p.22-23),

O quilombo do Camorim, na zona rural de Jacarepaguá, sabia tirar vantagem da moderna rede de transportes implantada na segunda metade do século XIX. Um escravo em fuga para o quilombo do Camorim podia pegar o trem a vapor onde é hoje a estação Central do Brasil e seguir até a estação de Cascadura, que já existia desde 1858. Em Cascadura descia do trem e pegava discretamente o bondinho puxado a burro da Companhia Ferro-Carril de Jacarepaguá, que existia desde 1875, e era só seguir em frente até um lugarejo chamado Nossa Senhora do Loreto de Jacarepaguá.

Aí descia e fazia a baldeação para o ramal da ponte da Taquara, que seguia até o fim da linha. Depois, como no Leblon e no Jabaquara, tinha que seguir a pé, por uma trilha, até o esconderijo.

Para chegar ao quilombo do Leblon, como apontado por Silva (2003), não era muito diferente. Utilizava-se o bonde até seu ponto final, no Largo das Três Vendas, na atual praça Santos Dumont, na Gávea. Depois era preciso seguir a pé pela rua do Sapé (atual Bartolomeu Mitre) que levaria a uma bifurcação: pela esquerda, o caminho para a praia, e pela direita a rua do Pau (atual Dias Ferreira). Seguindo a rua do Pau, chegaríamos a uma ladeira, a atual rua Igarapava, onde já estaríamos na Chácara Leblon e, conseqüentemente, na área do quilombo (Figura 19).

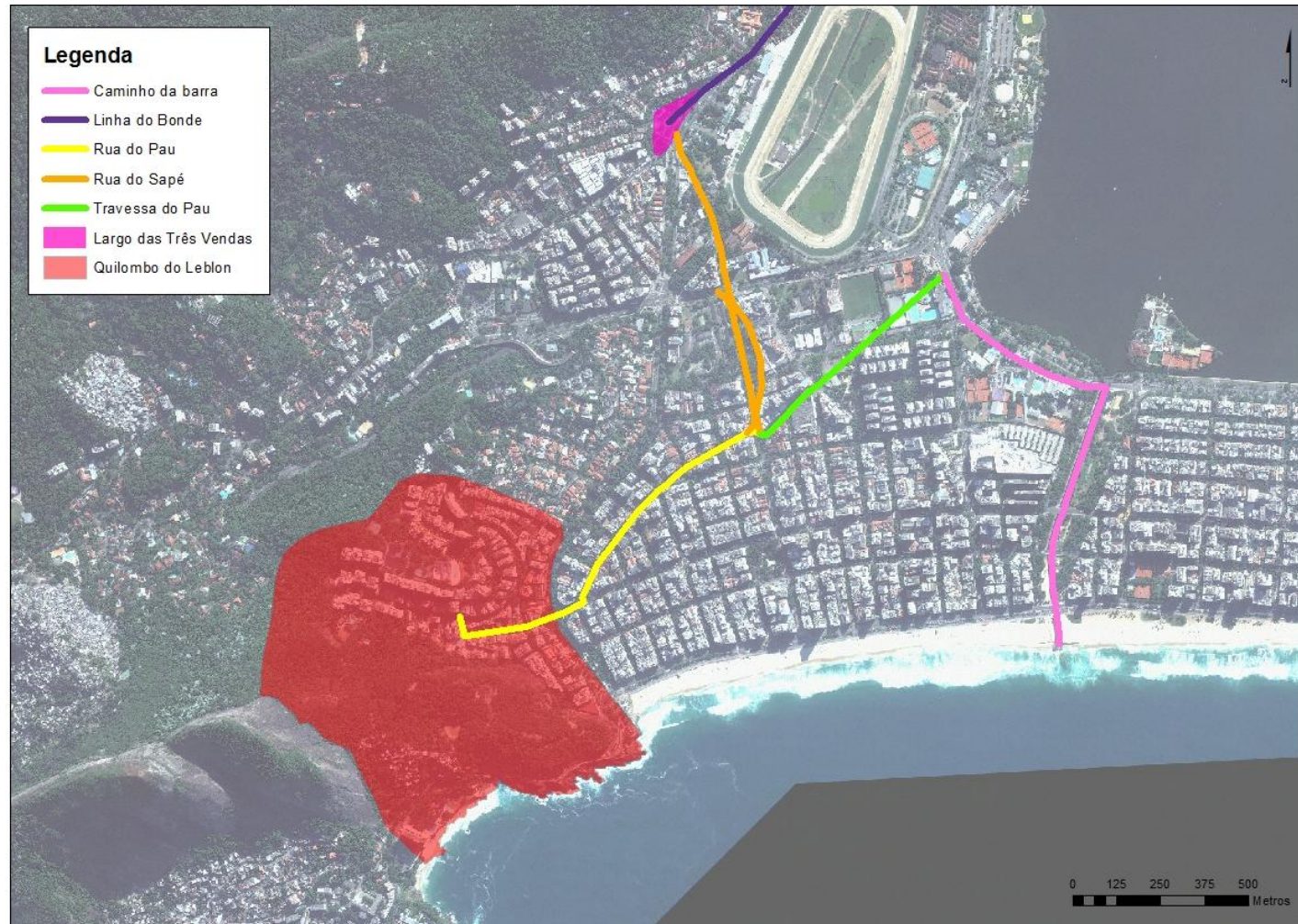
A figura nos oferece a possibilidade de visualizar os caminhos existentes no Leblon na década de 1880, assim como a área aproximada do quilombo do Leblon, em correspondência com os elementos existentes na área nos dias atuais. No entanto, a paisagem que se tinha na época em questão era bem diferente da observada na imagem. De acordo com Silva (2003), uma vez no Largo das Três Vendas, estaríamos diante da movimentada rua Marquês de São Vicente. No entanto, se olhássemos para a esquerda, em direção a Lagoa Rodrigo de Freitas, avistaríamos uma

vasta praia oceânica, área naquele tempo quase despovoada, coberta por brejos, vegetação nativa e alguns poucos sítios e chácaras. A praia oceânica – hoje área privilegiada – era a parte mais distante e isolada da Freguesia da Gávea, frequentada apenas por pescadores, fugitivos e aventureiros. Não existia ainda a avenida Niemeyer, e a pedra Dois Irmãos era a barreira final, só permitindo passagem, muito penosamente, ao contornar o cabo dos Dois Irmãos com uma pequena embarcação. (Silva, 2003, p.75)

Assim, uma vez no quilombo do Leblon, a paisagem que se tinha não era muito diferente. Segundo o estudante de medicina e abolicionista Brício Filho *apud* Silva (2003, p.78), o quilombo do Leblon constituía “um dos lugares mais aprazíveis do Rio de Janeiro”. É do próprio Brício Filho a única descrição interna que possuímos do quilombo do Leblon, segundo ele, um

sítio encantador, de cujo *plateau* se descortinava um dos mais belos e dos mais empolgantes panoramas, abundante em caulim de fina qualidade para fabricação de porcelana, cortado por um riacho, sussurrante entre seixos e taiobas, com magnífica fonte de excelente água potável, com variada plantação de árvores frutíferas, das de melhor espécie, com extenso corte em cujo meio vicejam camélias brancas, aparecidas nas festividades promovidas com escopos libertatórios. (SILVA, 2003, p.78)

Figura 19: Localização do quilombo do Leblon



Fonte: adaptado e organizado pela autora do Google Earth

Infelizmente não encontramos registros imagéticos do quilombo. Todavia, pelo que é indicado no material pesquisado, eles existiram. O *Diário de Notícias* de 10 de setembro de 1889, ao noticiar a exposição de pintura do paisagista Francisco Joaquim Gomes Ribeiro no Atelier Moderno, apresenta como um dos destaques o quadro que retrata o quilombo do Leblon:

Há quadros na belíssima galeria que merecem menção especial e entre eles não poderei deixar de citar o *Quilombo do Leblon*, pagina de pedra aberta no livro da *Redempção dos captivos*. Era para esse recanto onde a escravidão não pode levantar os seus arraiaes, que José de Seixas Magalhães, um homem que honra Portugal, sua pátria, levava os escravos em boa hora roubados aos captiveiros. Os abolicionistas, parodiando os antigos quilombos deram ao logarejo um título e as levas de escravos para lá enviados, transformavam-se em livres, respirando o ar puro às canções do mar os homens negros, como a noite que lhes encheu de sombras a existência. E, quantas vezes, naquelas almas, naquelas consciências brancas, na frase de Gerra Junqueiro, não entrou a esperança, iris adamantino, coando-lhes no coração a saudade dos que gemiam ainda? Há tons alegres, efeitos de sol, no Leblon, e o Seixas, amador entusiasta, não podia consentir que a tela passasse para outro, que não elle: - recebeu a também... Também, que diabo! se roubou-nos a praia de Leblon, onde, senhor feudal, levantou os minaretes do seu pequeno castello como o estatuario que arranca de um bloco uma Venus, elle deu justamente ao liberto, como uma vingança, o direito de dormir cantando no mesmo porto aberto out'ora ao desembarque de escravos criminosamente importados. Contraste esplendido! o curioso, que fôr examinar a tela, não será capaz de ver no jardim artisticamente riscado que recorta o terreno, á frente da pitoresca vivenda onde crescem os lilazes e as dahlias abrem se voltadas para o nascente, um só traço que demonstre que alli gemeram e choraram as suas desgraças os evadidos da sorte, incapazes de dizer, de affi(?)r mesmo, se o mar, na sua estrophe feita com os versos soluçados pelas vagas, era maior do que a dor que elles sentiam. (Anexo B)

O *Revista Illustrada* também destaca a exposição e o quadro em sua edição de 21 de setembro de 1889, onde se lê que o Atelier Moderno tem estado em constante festa “onde o distinto paysagista Francisco Ribeiro pôz em exposição uns bellos quadros, de entre os quaes destaca-se o do historico Quilombo Leblon, quadro que constiue os cuidados do nosso amigo Seixas” (Anexo F). Em 28 de setembro de 1889 o quadro é novamente citado no mesmo periódico ao falar “das difficuldades que o paysagista teve de vencer, para nos dar, a um tempo, a cópia fiel de certo lugar historico e um quadro razoavelmente artistico” (Anexo F).

Desta forma, apesar da indicação de que o quadro estaria aos cuidados do Seixas, não foi possível encontrá-lo. Nesse sentido, não possuindo imagens do quilombo ou mesmo da área do Leblon na época em questão, se torna pertinente realizar uma tentativa de reconstituição da área do período a partir das informações levantadas ao longo da pesquisa. Assim, a seguir, apresentaremos as etapas dessa reconstrução que contribuiu para a confecção de um mapa conjectural.

4.1.2. Construindo um mapa conjectural

A construção de um mapa conjectural, como é ressaltado por Abreu (2005), visa contribuir para o preenchimento de lacunas existentes acerca das representações cartográficas de determinado tempo pretérito. A partir de informações coletadas em documentos e mapas disponíveis é possível tentar reconstruir uma determinada geografia do passado. Neste sentido, vale dizer, as informações contidas em um mapa conjectural podem não ser exatas, mas, ainda assim, constituem importante contribuição para os estudos do passado

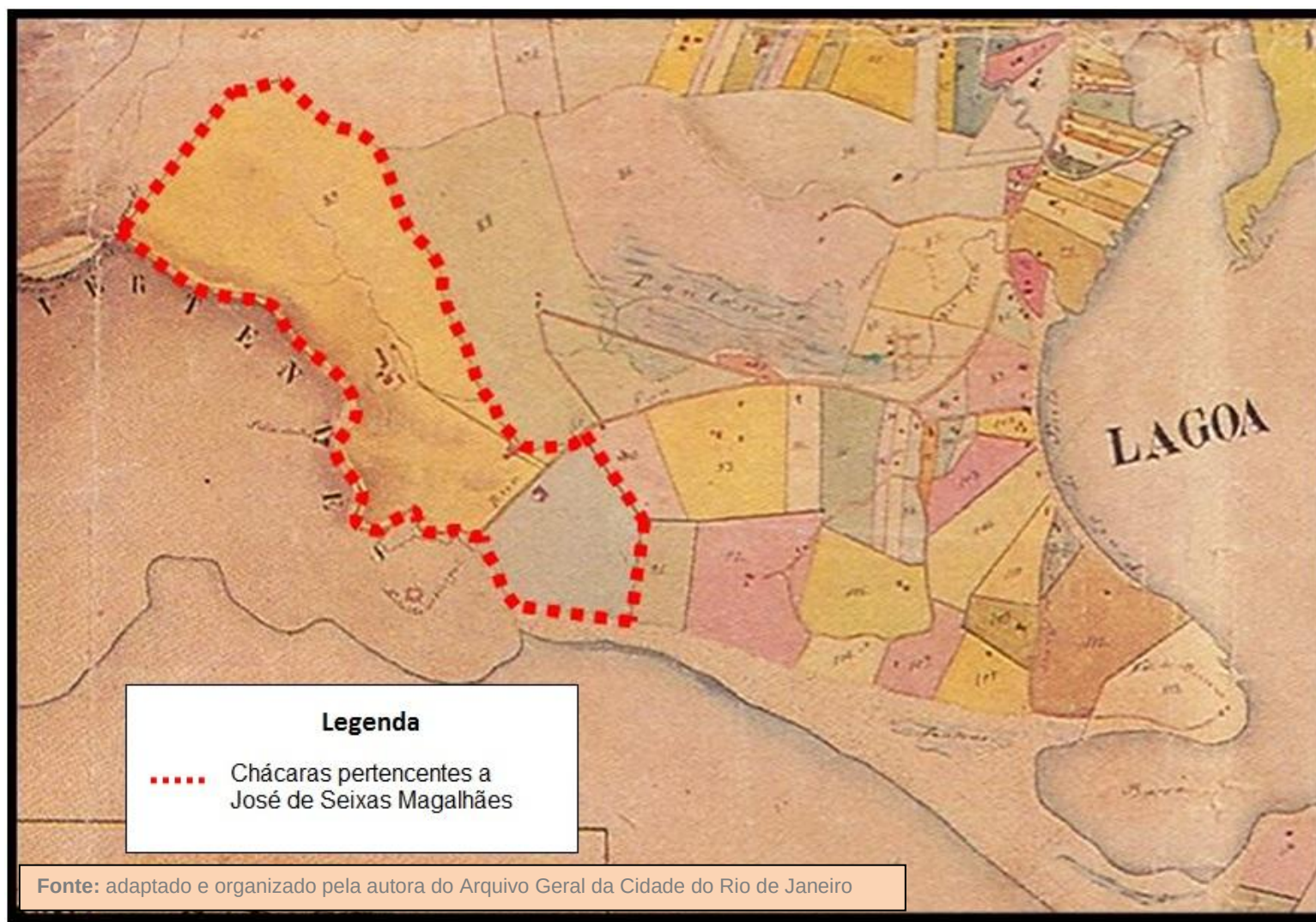
Por este motivo, o mapa conjectural se apresenta como um importante recurso na área de Geografia Histórica. Para a reconstrução da área do Leblon na década de 1880, com ênfase ao quilombo e aos caminhos que existiam até então, foram utilizadas informações colhidas em documentos referentes à localidade em questão e ainda contamos com o auxílio de três plantas, como será explicitado a seguir.

Como mostra a escritura de doação *in solutum* a José de Seixas Magalhães, em 1881, as terras do comerciante português abrangiam duas chácaras situadas na Freguesia da Lagoa, sendo uma com casa, que tinha o número oitenta e nove e depois passou a ser o número seis da rua do Pau, e a outra, contígua a essa primeira, era denominado Sítio do Céu. Segundo este mesmo documento que dava a Seixas a posse das duas chácaras, estas possuíam os seguintes limites e dimensões:

situadas ambas outrora na Freguesia da Lagoa, e hoje na Gávea, é a primeira situada na Rua do Pau número seis, com casa de vivenda, dependências, árvores frutíferas, mata virgem, água nascente que a divide por um lado com José Pereira das Neves e pelos fundos com a chacara que foi do finado Vigário de Santa Rita, e aí tem duzentos e vinte braças, e vertentes, chegando de frente até o mar. Todo o terreno é reunido à Fazenda Nacional. É a segunda contígua à primeira, consistente em terrenos os quais são próprios e denominado Chácara do Céu, confrontando pelo lado da Lagoa de Rodrigo de Freitas em terra da chacara acima descrita, principiando no mar até encontrar a grande pedra chamada Dois Irmãos pela cerca nativa que existe nesta divisa com terras de Felicidade Perpétua de Jesus, tendo esta chacara apenas algumas árvores frutíferas, mata, água nascente, sem outra alguma benfeitoria. (SILVA, 2003, p. 85)

Sabendo por documento oficial os limites e dimensões das chácaras, foi possível localizá-las na Planta Cadastral da Fazenda Nacional da Lagoa de Rodrigo de Freitas (Figura 20). Levando em consideração que não é possível delimitar a área exata do quilombo do Leblon, assumiremos a área das chácaras de Seixas como a área limite de ocorrência do quilombo.

Figura 20: Chácaras do Seixas na Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas, 1844



Em seguida, para compor os caminhos existentes naquele distante Leblon de 1880, podemos acompanhar a reconstrução feita por SILVA (2003, p.76):

Se quisermos fugir para o quilombo do Leblon, a primeira coisa a fazer é encontrar a velha rua do Jardim botânico. A partir daí podemos nos imaginar deslizando calmamente em direção ao largo das Três Vendas, sentados em nosso bondinho puxado a burro (...) O largo das Três Vendas foi transformado em Praça Santos Dumont. (...) Até 1888, quem quisesse fugir para o quilombo do Leblon tinha de pegar o único caminho existente, que era a modesta rua do Sapé, hoje a movimentada avenida Bartolomeu Mitre, e ir penetrando uma paisagem tipicamente rural, quase desabitada. Seguindo sempre pela rua do Sapé, atravessamos a precária ponte sobre o rio Preto, depois a precária ponte sobre o rio Branco, que hoje não existem mais, e vamos cortando por ali afora, evitando sempre os buracos e poças, até chegar ao largo da Memória. (...) devia, depois do largo da Memória, pegar o caminho da direita, que todos na época conheciam como rua do Pau, mas hoje melhor conhecem como rua Dr. Dias Ferreira, e ir por ali afora (...) a partir do canal, subindo a rua Igarapava, pode parecer que estamos penetrando um bairro de classe média alta, mas, historicamente, já estamos pisando em solo do quilombo do Leblon.

Através desta reconstrução é possível buscar em plantas que retratem a época em questão, as ruas e largos conforme se dispunham em 1880. Sendo assim, através da Figura 21, temos as antigas ruas do Pau e do Sapé, e através da Figura 22 podemos visualizar o antigo caminho da barra ou caminho para a praia¹⁸.

Assim, a partir da combinação de todas estas informações coletadas, foi possível construir um mapa conjectural que representa o que seria, provavelmente, a área do Leblon na década de 1880, com os caminhos existentes e a área onde o quilombo estava inserido (Figura 23).

¹⁸ Vale ressaltar que a difícil visualização da figura 21 reflete o real estado em que ela se encontra. Mesmo com dificuldade é possível extrair informações importantes. Por este motivo, até para que essa dificuldade seja de conhecimento do leitor, optamos pela utilização da imagem.

Figura 21: Ruas do Pau e do Sapé

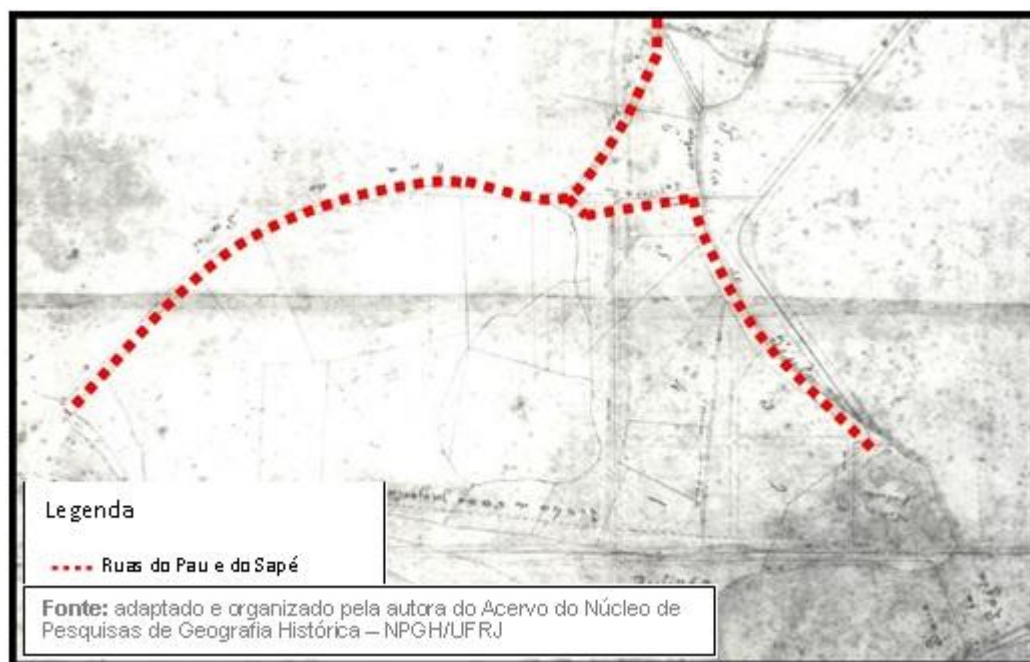
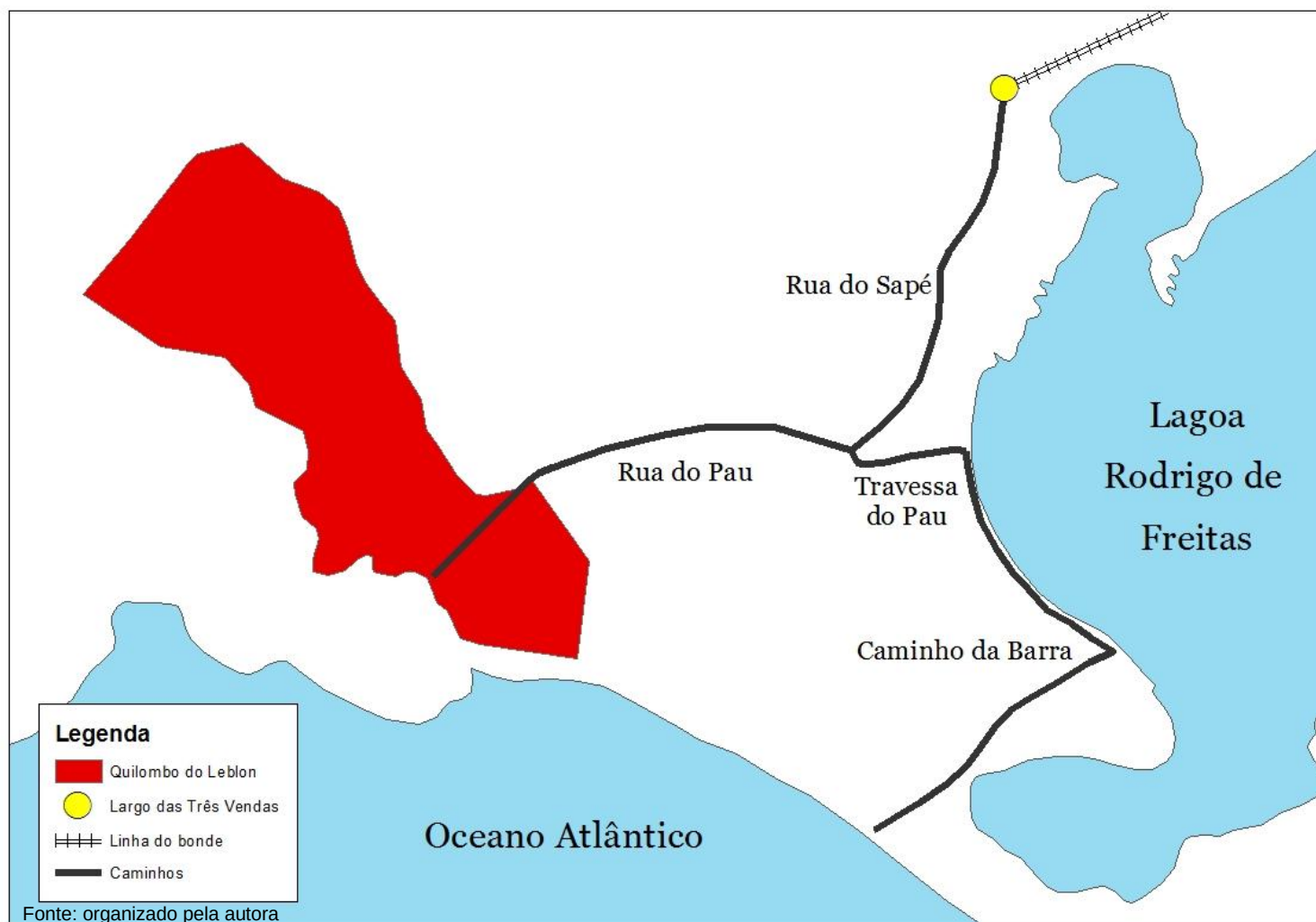


Figura 22: Caminho para a praia



Figura 23: Mapa conjectural do quilombo do Leblon



4.2. A menina dos olhos do movimento abolicionista

Como já demonstrado, os quilombos que surgem na iminência da abolição, apresentam um caráter diferenciado daqueles que existiram ao longo do período escravista. Não que eles apresentassem função muito diferente dos primeiros. Essencialmente, os quilombos continuaram constituindo um espaço cujo principal objetivo era abrigar os escravos que fugiam.

Todavia, como apontado acima, a forma para se chegar a esse objetivo irá mudar. Apesar de continuarem exercendo a função de abrigo dos escravos fugidos, a formação de quilombos deixa de ser um fenômeno realizado exclusivamente pelo negro e passa a ser produto da convergência do movimento do negro, escravo e ex-escravo, com o movimento do branco.

Assim, esse caráter diferenciado que observamos vai além da mudança de atores participantes do movimento. Este procura não apenas auxiliar o escravo a alcançar a liberdade forçosamente por meio da fuga e da formação de quilombos. O movimento que surge na década de 1870 e se acentua na década de 1880 intensifica a luta dentro e fora do parlamento em busca da abolição imediata e sem indenização aos proprietários.

Desta forma, é possível verificar que na luta pela abolição, os quilombos irão assumir outras funções que apenas a de abrigar escravos fugidos. Não que os primeiros quilombos, os ditos tradicionais, não apresentassem outras funções. Como já foi apresentado em capítulos anteriores, alguns quilombos, em constante contato com a sociedade do entorno, exerciam funções econômicas bastante importantes para o desenvolvimento da economia local, como foi o caso de Iguaçu. No entanto, o que se observa nesse momento, é que o contexto de crescente expectativa pela abolição irá gerar nos quilombos novas funções diferentes daquelas observadas até então.

Como vimos, com a formação da rede abolicionista os quilombos assumem uma posição geográfica diferente. Localizados dentro do tecido urbano ou na faixa peri-urbana, os quilombos agora se vêem inseridos na dinâmica da cidade. Não só isso, mas também na dinâmica do próprio movimento abolicionista. Neste sentido, podemos dizer que, além do papel fundamental que exerciam na rede abolicionista, os quilombos irão assumir funções política e simbólica.

Tal fato fica evidente quando olhamos, especificamente, para o quilombo do Leblon. De acordo com Silva (2003, p.15),

O quilombo do Leblon era uma espécie de ícone do movimento abolicionista, uma de suas melhores bases simbólicas e um de seus trunfos para a negociação política. Para o movimento abolicionista, o quilombo do Leblon como que resumia todos os quilombos, simbolizava o apoio de todos os quilombos ao movimento político que propunha a abolição imediata e sem indenização de espécie alguma aos proprietários.

De tal modo, é admissível afirmar que o quilombo do Leblon, assim como os outros quilombos que integravam a rede abolicionista, era utilizado pelo abolicionismo radical como um instrumento de propaganda abolicionista. O destaque assumido pelo quilombo do Leblon advém das funções política e simbólica exercidas por ele. Por este motivo, elas serão trabalhadas a seguir. É necessário dizer, muitas vezes essas funções se confundem. Todavia, por questões didáticas, elas serão tratadas separadamente.

4.2.1. Função política

Como peças fundamentais na rede abolicionista, os quilombos assumem uma função política importante no movimento. Mais do que abrigos, temporários ou permanentes, os quilombos marcavam uma posição política. Demonstravam a vontade dos abolicionistas de que os escravos fossem livres a qualquer custo. A própria posição geográfica denuncia essa vontade. O fato dos quilombos se localizarem na cidade ou na faixa peri-urbana desta comprova que os abolicionistas agiam quase que de forma escancarada.

Isto fica claro quando analisamos a descrição oferecida pelo *Cidade do Rio* de 08 de julho de 1889 sobre o quilombo Clapp, um dos quilombos que integravam a rede abolicionista. Segundo o periódico o quilombo era duplo, tomando lugar além de na casa do chefe abolicionista João Clapp também “no escriptorio da Confederação, onde raras vezes se entrava sem encontrar, na sala interior escravizados com a sua classica trouxa” (Anexo A).

Assim, podemos perceber que havia uma naturalidade no ocorrido. Na realidade, as vésperas da abolição eram muitas as pessoas que defendiam a causa e, por esse motivo, se envolviam nela. O mesmo *Cidade do Rio* de 08 de julho de 1889, ao falar do movimento abolicionista, relata este fato:

Organisada a liga patriotica da internação, dos retirantes da escravidão, pelo modo por que já descrevemos, tratou a Confederação Abolicionista de cuidar no estabelecimento dos quilombos que deviam recolher essas pobres victimas do secular crime. Esses heroicos refugios, mantidos com os fracos recursos dos membros das humanitarias sociedades que viviam sob a protecção da Confederação, multiplicavam-se por toda esta vasta capital e por seus arrabaldes. Nas casas das familias abolicionistas, nos escriptorios commerciaes, nas redacções dos jornaes, nos hoteis, nas padarias, nas grandes fabricas, nos quarteis, nas typographias, por toda a parte em que

houvesse uma alma de abolicionista, encontrava-se um abrigo seguro para guardar a pobre gente. (Anexo A)

Entretanto, toda essa naturalidade tem de ser relativizada. A presença de negros na cidade não era de todo estranho. Pelo contrário, como coloca Abreu (2006), a cidade novecentista era de população majoritariamente escrava. No entanto, a movimentação para abrigar escravos fugidos nas casas, redações e jornais abolicionistas podia parecer, no mínimo, suspeita.

Nesse sentido, há de se levar em conta que mesmo na cidade havia uma preocupação em esconder os refúgios utilizados pela Confederação Abolicionista. Afinal, mesmo que o sistema escravista já estivesse em colapso, a escravidão ainda constituía atividade legal e, em contrapartida, a formação de quilombos atividade ilegal. Não é a toa que a própria rede abolicionista se preocupava em constituir quilombos na periferia da cidade, pois acreditavam que fora do burburinho da cidade os escravos fugidos estariam mais seguros.

Para tal, como já apontado, eram utilizados os quilombos do Camorim e do Leblon. Segundo Silva (2003), a existência do quilombo do Leblon, um quilombo simbólico, produtor das camélias símbolo do movimento abolicionista poderia parecer muito romântico, mas, se pararmos para pensar, na realidade era um escândalo público. A relação do quilombo com o movimento abolicionista possibilitava uma sensação de “segurança” e de permissividade maior aos quilombolas, uma vez que a presença de membros da sociedade civil impedia que os fugitivos fossem duramente rechaçados.

Quanto a isso, podemos dizer que o fato de ilustres membros da sociedade civil frequentarem o quilombo fez com que as investidas policiais fossem menos frequentes já que havia um constrangimento com a presença de pessoas notáveis da sociedade. A combinação destes dois ramos sociais, os escravos fugidos e os abolicionistas da elite, fez com que esse espaço fosse ressignificado e acabou contribuindo para a sua permanência apesar do escândalo. Sem a presença de membros da sociedade talvez a manutenção de um quilombo nestes moldes, nesta área, não fosse possível.

Graças a esse fato, era comum a ocorrência de festas, confraternizações e batucadas no quilombo que varavam a madrugada e desciam o morro na maior algazarra até o Largo das Três Vendas, de onde se pegava o ponto final do bonde na época, sem que fossem reprimidos. Como coloca Silva (2003, p.15-16), os abolicionistas promoviam no quilombo do Leblon

ótimas festas de confraternização, batucadas memoráveis, dentro de todo o respeito, como aquela que aconteceu, por exemplo, no dia 13 de março de

1887, aniversário de Seixas. A turma abolicionista passou a noite toda na farra do Leblon e só lembrou de voltar para casa altas horas da noite. E vinham eles em animada cantoria pelo caminho, os quilombolas na maior folga do mundo, alguns armados, outros tocando suas violas, e os abolicionistas aos gritos de “Vivam os escravos fugidos!”. Isso durante todo o percurso a pé, do quilombo até chegar no largo das Três Vendas (...).

Também é importante destacar a profunda relação entre a Confederação Abolicionista e o jornal *Gazeta da Tarde*. Os fundadores do jornal, João Clapp e José do Patrocínio, eram também os principais sustentáculos da Confederação Abolicionista. O próprio Seixas era uma espécie de “procurador” da Confederação. Entretanto, os laços entre as duas instituições não terminavam aí.

As reuniões da Confederação Abolicionista ocorriam na própria sala de redação da *Gazeta da Tarde*. João Clapp reconhecia a concessão do espaço em seus relatórios presidenciais. Além disso, as ligações entre os quilombos abolicionistas, dentre eles o do Leblon, e a Confederação Abolicionista estão registradas em passagens de obras de jovens abolicionistas mais envolvidos, como Coelho Netto e Osório Duque-Estrada.

Em seu romance, *A conquista*, Coelho Netto expõe a relação do quilombo do Leblon com a Confederação Abolicionista quando diz que

Justamente nesse tempo a campanha abolicionista chegara à sua maior intensidade. À luz do sol, nas ruas, concitava-se a revolta; para os lados da Gávea, em frente ao mar, havia um quilombo mantido pela Confederação Abolicionista e, no escritório da *Gazeta da Tarde*, que era o grande homizio de Cã, negros e negras sentados melancolicamente fumavam esperando que lhes dessem destino. (Coelho Netto *apud* SILVA, p.17)

A ligação é reforçada por Osório Duque-Estrada:

Para esconderijo dos escravos fugidos ou roubados pelos abolicionistas, fundaram-se dous grandes quilombos: um na Chácara do Leblon, na Gávea, dirigido pelo Seixas Magalhães, e o de Jabaquara, em Santos, pelo negro carregador de café Quintino de Lacerda, por Santos Garrafão [também português como o Seixas, e segundo homem do quilombo do Jabaquara] e os jornalistas Galeão Carvalho e Gastão Bousquet. (Osório Duque-Estrada *apud* SILVA, p.17-18)

Assim, podemos dizer que a *Gazeta da Tarde* funcionava com um órgão oficial da Confederação Abolicionista, ajudando a organizar e manter a rede de quilombos abolicionistas articulada por ela. Esta ajuda também era financeira e estava explicitada já na primeira prestação de contas anual (1883-84) da Confederação Abolicionista: “nada mais nada menos que 2:612\$280, sob a estranha e evasiva rubrica de ‘auxílios a escravizados em certas e determinadas condições’” (SILVA, 2003, p.18).

O próprio Seixas aparece no *Diário de Notícias* de 05 de outubro de 1890 na qualidade de tesoureiro da Confederação Abolicionista depositando “no Banco do Povo, a

quantia de dous contos novecentos e cincoenta e seis mil réis, 2:956\$000, produto de subscrições e donativos” (Anexo B). Entre os contribuintes estão o *Cidade do Rio*, o *Revista Illustrada*, João Clapp, João Clapp Filho, Maria Clapp e o Quilombo do Leblon.

Percebe-se, desta forma, o destaque que tem o quilombo do Leblon no movimento abolicionista. Tãmanha era sua importância que seu nome aparece assinando diversas listas, como se o quilombo do Leblon se tratasse mesmo de uma instituição equivalente aos jornais *Cidade do Rio* e *Revista Illustrada*. O mesmo acontece no *Revista Illustrada* de 13 de maio de 1888 quando, por ocasião da abolição da escravidão, realiza-se uma “subscrição popular para oferecer uma penna de ouro à princeza imperial afim de assignar a lei da Abolição” (Anexo F). De acordo com o periódico,

Honrado a nobre arrebatadora ideia, proposta pelo Dr. Luiz Pedro Drago, à redação do Paiz, para por meio de uma subscrição popular, com donativos de 500rs. por pessoa, se adquirir uma penna de ouro, para S. Alteza a Regente assignar a lei da libertação do Brasil; abrimos tambem, em nosso escriptorio, uma subscrição para esse patriotico fim. Em nossa opinião, cada casa de família do Rio de Janeiro devia trazer o seu concurso, abrangendo todas as pessoas, tornando-se esta manifestação eloquentíssima. (Anexo F)

Da mesma forma como ocorre no *Diário de Notícias*, o *Revista Illustrada* também apresenta os nomes daqueles que contribuíram na subscrição. Novamente aparece o nome do quilombo do Leblon entre os contribuintes. Mais uma vez chama a atenção que o quilombo do Leblon encontra-se no meio de renomados abolicionistas como Ângelo Agostini, fundador do *Revista Illustrada*. Aparece, inclusive, o nome de José Seixas Magalhães, o que indica que constituem contribuições separadas.

Cabe ressaltar, ainda, que dentre todos os nomes que aparecem na lista, o “Quilombo Leblond” é o único que não constitui uma pessoa física. Nem mesmo os jornais abolicionistas, tão presentes na luta, são citados. Tal fato evidencia o papel diferenciado exercido pelo quilombo do Leblon não só no movimento abolicionista como na própria conquista da abolição.

Quanto a isso, Silva (2003, p.7-8) afirma que o quilombo do Leblon

exerceu papel fundamental para o êxito da campanha abolicionista. (...) Podemos dizer que a própria ideia de abolição imediata e incondicional, tal como se concretizou historicamente no Brasil, nasceu (ou teve o seu primeiro ensaio) no quilombo do Leblon e outros quilombos aliados ao movimento abolicionista.

Tal fato deve-se não apenas à função política desempenhada por ele, mas também à simbologia que ele possuía. Segundo o autor, o quilombo do Leblon “era, digamos, um

quilombo simbólico, feito para produzir objetos simbólicos” (Silva, 2003, p.13). Por este motivo, a função simbólica do quilombo também será alvo de investigação.

4.2.2. Função simbólica

Como já apontado anteriormente, não dispomos de muitas informações sobre a dinâmica interna do quilombo do Leblon, como suas relações de trabalhos e produção, por exemplo. No entanto, sabemos que ele era um quilombo especializado na produção de camélias e que, estas, por sua vez, se tornaram um símbolo do movimento abolicionista. Para Silva (2003, p.7), “durante a campanha, nos tempos ásperez, nada podia se comparar à força simbólica das camélias do Leblon, também conhecidas como ‘camélias da Liberdade’” (SILVA, 2003, p.7).

É difícil dizer exatamente de onde vem a simbologia das camélias. Entretanto, de acordo com Silva (2003), a *Camellia japonica* era uma flor rara no Brasil, introduzida no Rio de Janeiro há cerca de sessenta anos e, tal como a liberdade pretendida, se encontrava em processo de adaptação. Segundo o autor, a camélia era “uma flor que requeria ambiente mais civilizado, relações de produção capitalistas, técnicas modernas de cultivo e cuidados muitíssimo especiais. Para o cultivo das delicadas camélias, somente um trabalhador livre de todas as amarras.” (SILVA, 2003, p.14).

Nota-se que apesar de não possuímos registros das relações de trabalho existentes no quilombo do Leblon acerca da produção de camélias, o autor leva a entender que elas estariam de acordo com as *relações de produção capitalista*. Nesse sentido, destaca-se a indicação de que para o cultivo das camélias era preciso *um trabalhador livre de todas as amarras*.

Desta forma, é necessário refletir sobre o que significa essa liberdade indispensável imposta pelo cultivo das camélias. Eram os quilombolas, seguindo os novos ares capitalistas, trabalhadores livres assalariados contratados pelo Seixas? Ou a liberdade alcançada resumia-se ao trabalho do quilombola na produção de camélias ser realizado em troca de casa e comida? Se assim fosse, não constituiria essa relação uma forma de escravidão?

Quanto a isso, Moura (1987) afirma que no quilombo do Jabaquara, o outro grande quilombo abolicionista, no bojo das relações entre ex-escravos e abolicionistas, surgiu uma série de contradições. Segundo o autor,

Joaquim Xavier Pinheiro – o abolicionista inspirador da fundação do quilombo –, embora tivesse ajudado até com dinheiro o movimento, explorou o trabalho dos quilombolas em proveito próprio. Possuidor de uma caieira, empregava-os sem remuneração naquela empresa de sua

propriedade a troco de comida e esconderijo. Os demais abolicionistas, sabedores do fato, achavam que não deviam tomar nenhuma providência no caso, pois sua contribuição à causa justificava aquele comportamento. (MOURA, 1987, p.92)

Sendo assim, por falta de documentação mais específica, podemos considerar ambas as hipóteses como válidas. Não é possível afirmar que tipo de relação de trabalho os quilombolas do Leblon possuíam com Seixas. Contudo, romantismos e incertezas à parte, o fato é que as camélias do Leblon se tornaram um importante símbolo da Abolição.

Tamanha era a importância das camélias que estas eram utilizadas no reconhecimento dos abolicionistas. Para identificar um abolicionista, bastava observar a existência de uma camélia na lapela do paletó. Aqueles que apoiavam a causa usavam com orgulho a flor estampada no peito. Nesse sentido, as camélias também representaram o apoio da Princesa Isabel ao projeto abolicionista. Em sua famosa batalha das flores, as camélias eram sempre oferecidas à Princesa Regente e constituíam suas favoritas.

Tal fato pode ser verificado quando analisamos as ocorrências levantadas sobre o quilombo do Leblon. Das 18 notícias, oito fazem menção ao simbolismo da camélia, aparecendo em quatro dos seis periódicos consultados: *Cidade do Rio*, *Diário de Notícias*, *Gazeta de Notícias* e *Revista Illustrada*. Em todas elas é possível perceber a importância das camélias não só para o movimento abolicionista, mas como também na conquista da Abolição.

Por ocasião das comemorações do 13 de maio no ano de 1890, tanto o *Diário de Notícias* como o *Revista Illustrada* relatam o cortejo que tomou as ruas da capital. De acordo com o *Diário de Notícias* de 05 de junho de 1890, promovido pela Confederação Abolicionista, o cortejo era composto por oito pomposos carros, sendo que

O seu primeiro carro era uma allegoria vivaz e commovente. Alli estava a Republica ricamente vestida, tendo n'uma das mãos um ramo de oliveira e apoiando a outra no globo estreallado, com a divisa – *Ordem e progresso* – globo sustentado por um poderoso leão, symbolo da força. Aos pés da Republica, abertos em leque e n'um plano inclinado, todos os gloriosos estandartes das associações abolicionistas; no estrado inferior, sobre um montão de camelias e de ferros empregados para castigo dos ex-escravizados – as figuras da imprensa e da abolição sentadas e abraçadas, tendo por diadema um arco de flores. (grifo nosso, Anexo B)

No mesmo carro constavam os nomes de abolicionistas mortos e dos principais quilombos que integravam o movimento, dentre eles o quilombo do Leblon. Mais adiante, anunciava o *Revista Illustrada* de 15 de maio de 1890, “um dos filhos do sr. Clapp empunhava o pavilhão nacional e uma duzia de crianças de côr jogavam flores sobre o povo” (Anexo F).

Os filhos do abolicionista João Clapp eram presenças marcantes nas ações simbólicas do movimento. Em três notícias aparecem os rebentos a oferecerem camélias para a Princesa Isabel em dois momentos diferentes. Na primeira ocasião, quando da abertura da Assembléia Geral, em 03 de maio de 1888, já às vésperas da Abolição, se lê no *Cidade do Rio* que

O povo prorompeu em vivas calorosos e foram atiradas petalas de flôres sobre a princesa imperial, quando sua altesa se dirigia á entrada do edificio. O povo, sob um sol de rachar, engrossava de momento a momento, e com grande difficuldade os bonds conseguiam transitar. Em nome dos negros do quilombo da praia do Le Blon, foi offerecido á princeza imperial pelo menino João Clapp Filho, um rico bouquet de camélias brancas, cultivadas pelos mesmos quilombolas. (Anexo A)

O mesmo acontecimento é também relatado no *Gazeta de Notícias* de 04 de maio de 1888, onde se afirma que

Logo que S. A. a Princeza Imperial Regente terminou a leitura da Falla do Throno, rebentou dentro do recinto do senado uma verdadeira explosão de enthusiasmo. Os representantes da nação e o povo que alli se achava, bateram palmas, e durante mais de quinze minutos cahiu sobre SS> AA. Imperiaes uma verdadeira chuva de flores. Dentro do edificio do senado recebeu S. A. s Princeza Imperial Regente muitos ramos de flores naturaes, entre elles dois por parte da redacção e compositores do *Diario de Noticias*, e um de camélias, que lhe foi entregue pelo menino João Clapp Junior, em nome dos escravos homisiados no quilombo do Le Blon. (Anexo D)

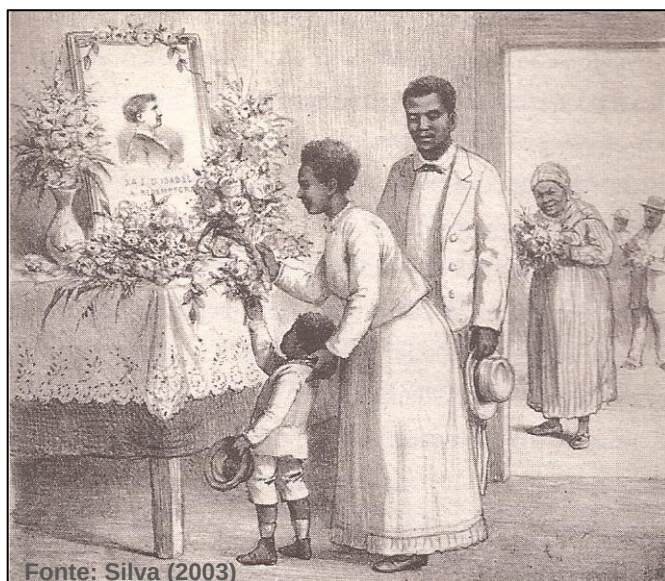
Quase um ano depois, em 04 de abril de 1889, o *Cidade do Rio* relembra que “as camélias do Quilombo Leblon foram offertadas á Princeza Imperial, no paço do senado a 3 de Maio de 1988, pelos filhinhos benemerito presidente da Confederação Abolicionista João Clapp” (Anexo A). O fato é também retratado nas figurasFigura 24 eFigura 25.

Figura 24: Bouquet de camélias oferecido à Princesa Isabel pelo menino João Clapp Filho



Fonte: Silva (2003)

Figura 25: Negros oferecem camélias ao retrato da Princesa Isabel



A própria Princesa Isabel, em sua casa em Petrópolis, cultivava camélias em seu jardim. De acordo com o *Cidade do Rio* de 04 de abril de 1889, Rui Barbosa afirmava que “da sensibilidade com que a sereníssima princeza se adereçava, em Petropolis, com as flores cultivadas nos valhacoitos de escravos fugitivos, concluis que ella adoptára o abolicionismo” (Anexo A).

Tal fato também é exaltado pelo *Diário de Notícias* de 10 de março de 1889 onde se lê que

A nação inteira declarava-se acoitadora dos fugidos. A lei espuria e infame de 1885 convertera-se no maior dos triumphos para a propaganda abolicionista, que do stygma de ladra, forjado contra ella, soube fazer o mais glorioso dos florões, e obrigou a realza, nas festas de Petropolis, a penitenciar-se da sua obra adereçando-se com as camélias do quilombo de Leblon. (Anexo B)

Segundo Silva (2003), a Princesa Isabel também acoitava escravos fugidos em sua casa em Petrópolis. A afirmação é feita com base nas anotações de André Rebouças em seu diário onde no dia 04 de maio de 1888 ele registra que “almoçaram no Palácio Imperial catorze africanos fugidos das fazendas circunvizinhas de Petrópolis”. A própria Princesa, ao que parece, cuidou da fuga e do alojamento dos fugitivos.

Por esse motivo, a Confederação Abolicionista chega a tratar o Palácio Imperial como uma espécie de quilombo abolicionista. Pelas características apresentadas, talvez seja mais adequado referir-se a ele como um refúgio. O fato de a princesa participar do esquema de fuga de escravos, dando abrigo e comida no próprio Palácio Imperial, em Petrópolis, se tornou, na reta final da abolição, de conhecimento público, sendo

reconhecido, inclusive, em discursos de seus críticos mais ferrenhos, como Silva Jardim e Rui Barbosa.

No entanto, segundo Silva (2003), Silva Jardim questionava o porquê deste abrigo se, na condição de princesa, teria Isabel o poder para libertá-los de uma vez por todas. Já Rui Barbosa acreditava que não havia generosidade na ação de Isabel e que seu posicionamento foi um reflexo da pressão imposta pelo movimento abolicionista.

Juntos, abolicionistas e escravos – principalmente escravos – forçaram a “evolução” da princesa na direção da abolição imediata e incondicional. Para Rui Barbosa, a atitude firme dos escravos, as fugas em massa e a formação dos quilombos abolicionistas jogam papel verdadeiramente fundamental para a mudança de atitude da princesa. (SILVA, 2003, p.30)

Ainda de acordo com SILVA (2003), tanto Rui Barbosa como seu opositor, o barão de Cotegipe, parecem acreditar em alguns momentos que a princesa estaria fazendo jogo duplo, atuando de uma forma em São Cristóvão e de outra em Petrópolis.

Desta forma, por mais que o negro tenha constituído peça importante no processo de abolição contribuindo com fugas em massa para o projeto, podemos dizer que foi o movimento abolicionista que se desenvolveu nas duas décadas que antecederam a abolição que deu voz ao movimento dos negros. O quilombo, desta forma, pode ser entendido como um símbolo recriado e ressignificado por esse movimento que se caracteriza pela associação das ações de brancos e negros.

Assim, segundo Silva (2003, p.13), o quilombo do Leblon “era, digamos, um quilombo simbólico, feito para produzir objetos simbólicos”. Tal afirmação reforça a ideia de que o movimento abolicionista, através da criação de seus próprios objetos simbólicos, deu voz à causa da abolição. Neste sentido, podemos afirmar que o quilombo do Leblon funcionou como o maior instrumento de propaganda abolicionista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pôde ser percebido no decorrer deste trabalho, falar sobre quilombos não constitui tarefa simples. Tal fato se justifica pela própria diversidade de definições encontradas na literatura assim como pelas múltiplas abordagens possíveis acerca da temática, realizadas e ainda por realizar. Entendido como um espaço dinâmico, construído a partir do contexto histórico de sua formação, não é possível chegar a uma conclusão única e definitiva sobre o que é um quilombo. Por este motivo, cabe ao pesquisador que se propõe a trabalhar com o tema deixar bem claro a abordagem e a problemática adotadas por ele.

Esta pesquisa se propôs a investigar a natureza e os significados ligados à formação de quilombos no Rio de Janeiro, na eminência da abolição da escravidão, levando em consideração a localização geográfica e as funções exercidas por eles. Para tal, se tornou necessário, inicialmente, resgatar os diferentes significados relacionados à noção de quilombo ao longo da história, procurando destacar a particularidade dos quilombos que surgem durante o período de intensificação do movimento abolicionista no Rio de Janeiro no final do século XIX.

Com este resgate, foi possível notar que a concepção de quilombo sofreu diversas alterações desde sua origem na África até chegar aos dias atuais. Entre viajantes e autoridades que trataram da questão nos primeiros séculos de escravidão colonial prevalece a visão simplista, que vê o quilombo como mera aglomeração de escravos fugidos. Esta trivialidade em definir quilombo está pautada na necessidade e no interesse que as autoridades tinham em combatê-lo, apresentando-o, desta forma, como um espaço que deveria ser reprimido.

Já as concepções acadêmicas acerca da questão, pensadas predominantemente por historiadores e antropólogos, levam em consideração outros elementos na definição de quilombo. O aspecto cultural ganha força. O quilombo é visto como um espaço de resistência e de cultura negras, de negação do sistema escravista e de isolamento, sendo o desejo dos quilombolas restaurar a África no Brasil, criando uma sociedade alternativa à sociedade vigente.

A partir da década de 1980 os estudiosos ultrapassam a concepção culturalista e passam a tratar do quilombo a partir das relações que esse possuía com a sociedade envolvente. Ao contrário do que era defendido até então, os quilombos não eram espaços totalmente isolados. É claro que há de se levar em consideração que as distâncias eram relativas em função do desconhecimento do território e da ausência de redes técnicas.

Todavia, as relações entre quilombos e a sociedade do entorno existiram desde os primeiros anos de escravidão, tanto sociais quanto econômicas.

Chama a atenção nos estudos acadêmicos que não foram muitos os geógrafos que se propuseram a tratar da questão quilombola, principalmente em tempos pretéritos. Os poucos que abordaram o tema o fizeram com base em uma perspectiva da ressurgência do conceito de quilombo, assim como diversos antropólogos, a partir da promulgação do artigo 68 da constituição de 1988 que garante terras aos remanescentes de quilombos. Assim, a realização deste trabalho vem contribuir para o preenchimento de uma lacuna acerca dos estudos geográficos sobre quilombos no passado.

Nesse sentido, tendo em vista que é preciso compreender a formação de quilombos em seu contexto histórico, foi feito um levantamento hemerográfico em seis importantes jornais do Rio de Janeiro, selecionados de acordo com o alinhamento político e o prestígio na cidade, entre 1870 e 1888. O objetivo não era só tentar reconstituir um pouco do cenário que se tinha na época, mas também buscar possíveis localizações de quilombos que pudessem contribuir para a confecção de um mapa de quilombos no Rio de Janeiro.

Este objetivo, como foi apontado ao longo do trabalho, não pôde ser concretizado. Esta opção se deu com base na diversidade das informações que encontramos. Em função dos diferentes níveis de detalhamento teríamos um mapa com informações de naturezas distintas, com algumas localizações precisas enquanto outras seriam bastante vagas. Isso tornaria o mapa confuso e de difícil leitura, por isso optamos por sua não realização.

A despeito deste fato, o conteúdo das notícias permitiu uma análise muito mais profunda acerca da relação dos quilombos com o abolicionismo. Enquanto parte das notícias tratava o quilombo como uma ameaça para a sociedade e que, por esse motivo, devia ser combatido, outra parte exaltava sua importância na luta pela abolição. Visto que grande parte dos abolicionistas estava presente ou mesmo a frente de alguns dos principais jornais do Rio de Janeiro, encontramos diversas notícias bastante esclarecedoras em relação ao papel desenvolvido pelos quilombos no movimento abolicionista.

Assim, verificamos que apesar de terem sido muitos os quilombos que mantiveram relações com outras parcelas da população, inclusive de cunho econômico, as relações estabelecidas entre quilombos e o movimento abolicionista no Rio de Janeiro do final do século XIX apresentam um caráter diferenciado. Os contatos são tão profundos que mesmo a existência de alguns quilombos estava atrelada ao movimento abolicionista.

Foi possível perceber pela análise das notícias que muitos quilombos eram criados pela própria Confederação Abolicionista a fim de atender suas demandas de esconderem

escravos fugidos. O abolicionismo radical, cansado de esperar por soluções legais, resolve solucionar o problema forçosamente, libertando com as próprias mãos os escravos do cativeiro. Para tal, os abolicionistas articulavam uma espécie de rede abolicionista da qual os quilombos faziam parte. A rede atuava nas diversas etapas de libertação dos escravos, auxiliando desde a fuga, passando pelo transporte, até chegar aos locais que abrigariam os fugitivos.

Diferente do que se observava até então, os quilombos que integravam a rede abolicionista apresentavam uma posição geográfica diferente daqueles tidos como tradicionais. Enquanto os primeiros quilombos tinham no afastamento da sociedade do entorno uma estratégia de sobrevivência, os quilombos que faziam parte da rede tinham no contato com a sociedade abolicionista seu próprio sentido de existência.

Sendo assim, o afastamento e a aproximação mencionados acima também são verificados espacialmente. Enquanto os quilombos tradicionais encontravam-se distantes da cidade, os quilombos abolicionistas localizavam-se muito próximos dela, na faixa peri-urbana, às vezes mesmo inseridos no tecido urbano. Quanto a isto, vale destacar que as notícias dos periódicos deixam bem claro que para o movimento abolicionista, as casas de abolicionistas e escritórios e redações de jornais eram consideradas como quilombos.

De fato, se pensarmos na função exercida por esses locais, a de abrigar escravos fugidos, poderíamos mesmo considerá-los como tais. Contudo, ao analisarmos a fundo o papel que esses “quilombos” têm na rede abolicionista em comparação aos outros quilombos que a compunham, constatamos algumas diferenças essenciais entre eles.

Os “quilombos” que tomavam lugar em casas, escritórios e redações possuíam um caráter de abrigo temporário. Justamente por se localizarem no próprio tecido urbano, no meio do burburinho da cidade, sujeitos aos olhares atentos e repressores da sociedade, esses locais funcionavam como pontos intermediários da rede abolicionista, abrigando temporariamente os fugitivos até que eles pudessem ser enviados para quilombos mais distantes da cidade, onde estariam mais seguros.

Esses quilombos, por sua vez, por estarem mais distantes da cidade, representavam um ponto final na rede abolicionista, onde os escravos fugidos encontravam abrigo permanente. Por este motivo, talvez seja mais adequado chamar esses abrigos temporários, os pontos intermediários da rede, de refúgios. Aos locais mais distantes, pontos finais da rede que serviam de abrigo permanente para os escravos fugidos, mantemos a alcunha de quilombo.

Quanto a esses ditos “quilombos mais distantes”, se faz necessário relativizar as distâncias. Em comparação aos refúgios, que se encontram inseridos na cidade, os quilombos abolicionistas estariam mais distantes. Todavia, considerando a posição geográfica dos quilombos tradicionais em relação à cidade, esses “quilombos mais distantes” estariam, na realidade, bem mais próximos.

A instalação de uma moderna rede de transportes na cidade do Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XIX foi um fator de suma relevância para essa mudança na posição geográfica dos quilombos. Isso porque ela também foi responsável por facilitar, ou até mesmo possibilitar, o contato entre quilombolas e abolicionistas, entre quilombos e o movimento abolicionista.

Não é a toa que os quilombos que faziam parte da rede abolicionista se localizavam na faixa peri-urbana, próximos do acesso às redes de transporte coletivo. Era o caso do quilombo Camorim, localizado na zona rural de Jacarepaguá, de onde se podia pegar um bonde puxado a burro até a estação de Cascadura de onde se tomava o trem até a Central do Brasil; e o caso do quilombo do Leblon, localizado na freguesia da Gávea, a uma caminhada não muito distante do ponto final da linha de bonde no Largo das Três Vendas.

Para além da posição geográfica favorável, os quilombos que compunham a rede abolicionista eram mais do que simples depositários de escravos fugidos, eram uma espécie de instrumento de propaganda abolicionista. O melhor exemplo do papel que os quilombos podiam desempenhar no movimento abolicionista está no caso do quilombo do Leblon. Este quilombo exercia funções política e simbólica que foram de grande importância na luta pela abolição.

Fundado nas terras do comerciante português José de Seixas Magalhães, o quilombo do Leblon era mantido com o auxílio da Confederação Abolicionista e mencionado pelos abolicionistas como maior símbolo da abolição. As camélias produzidas no quilombo do Leblon ficaram conhecidas como camélias da liberdade e viraram um símbolo da abolição da escravatura. A presença da flor enfeitando vestimentas e casas representava o apoio do cidadão à causa abolicionista.

Tal fato se aplicava, inclusive, a própria Princesa Isabel. Em suas famosas batalhas das flores a Princesa Regente sempre tinha como preferidas as camélias vindas do quilombo do Leblon. Elas ornamentavam os jardins de sua residência em Petrópolis, de onde também acoitava escravos fugidos. Até frequentar o quilombo do Leblon em eventuais ocasiões, como o aniversário do Seixas, a princesa frequentou.

Na realidade, era comum a presença de abolicionistas no quilombo do Leblon. Apesar de não termos documentos que exponham a dinâmica interna do quilombo – o que, por si só, já constituiu uma limitação para a pesquisa –, alguns relatos de abolicionistas e até mesmo notícias de jornais comprovam o fato. A presença de abolicionistas ilustres, pessoas de grande influência na sociedade, pode ajudar a explicar o porquê da existência de um quilombo tão próximo da cidade, de conhecimento geral, inclusive do chefe de polícia, sem que fosse reprimido e destruído. Os contatos com o movimento abolicionista, neste sentido, garantiam a sua existência.

Enfim, podemos considerar que, grosso modo, a função exercida pelos quilombos ao longo da história parece não ter mudado muito. Até os últimos anos de escravidão esse espaço se constituiu basicamente para abrigar escravos fugidos. Entretanto, é possível afirmar que a forma para se chegar a esse objetivo se alterou significativamente com o surgimento do abolicionismo radical. Símbolo de resistência e luta negras, o quilombo, espaço construído exclusivamente por negros, passa a ser, conforme nos aproximamos do fim do sistema escravocrata, um símbolo da luta pela abolição, produzido a partir do contato entre o movimento social negro e o movimento da elite abolicionista. Nesse processo, o quilombo acaba por assumir outras funções importantes também, como a política e a simbólica, o que demonstra que esse espaço, apresentado como símbolo da abolição, foi, até que se atingisse o objetivo almejado, utilizado como um instrumento de propaganda abolicionista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião: Mapas conjecturais do Rio de Janeiro do século XVI. In.: **Revista Cidades**, 2005, vol 2, nº4. p. 189-220, 2005.
- _____. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2006.
- _____. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner. Os quilombos e as novas etnias. In: LEITÃO (org.) **Direitos territoriais das comunidades negras rurais**. São Paulo: instituto Socioambiental, 1999.
- ANDRADE, Lúcia & TRECCANI, Girolamo. Terras de quilombo. In: LARANJEIRA, Raimundo (Org.), **Direito Agrário Brasileiro – Hoje**. Editora LTr, São Paulo, 2000.
- ANDRADE, M. Geografia dos quilombos. In: MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil** – Maceió: EDUFAL, 2001.
- ANGENOT, Geralda de Lima Vitor; AMARAL, Gustavo Gurgel do. CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA E GENEALÓGICA DAS LÍNGUAS AFRICANAS. **Revista Eletrônica Afros e Amazônicos**, v. 1, n. 01, 2010.
- ANJ. **Imprensa brasileira – dois séculos de história**, s/d
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. “Cartografia étnica: a África, o Brasil e os territórios dos quilombos” In: SILVA, José Borzacchielloda; LIMA, Luiz Cruz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Orgs.) **Panorama da geografia brasileira II**. São Paulo: Annablume, 2006.
- ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.
- BERNARDES, Lysia. **Função defensiva do Rio de Janeiro e seu sítio original**. In: Rio de Janeiro: cidade e região. Biblioteca Carioca, 1987.
- BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. In.: **Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: maio de 2012.

- BUARQUE DE HOLANDA, Sergio. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras, 1995.
- CÁCERES, Luz Stella Rodríguez. **Lugar, memórias e narrativas da preservação nos quilombos da Cidade do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- CAMPOS, Andrelino. **Do quilombo à favela: a produção do "Espaço Criminalizado" no Rio de Janeiro**. Bertrand Brasil, 2005.
- CARNEIRO, Edison. **O quilombo dos Palmares**. Companhia Editora Nacional, 1958.
- CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: **Explorações geográficas**. Bertrand Brasil, 1997.
- _____. Posição Geográfica de Cidades In.: **Revista Cidades**, 2004, vol 1, nº2. p. 317-323.
- DIAS, Leila Cristina. Redes In: **Geografia: conceitos e temas**. Bertrand Brasil, 2006.
- FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532–2004)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- FONTENELLE, Deborah da Costa. **O quilombo abolicionista como um espaço diferenciado de resistência negra: o caso do quilombo do Leblon no final do século XIX**. Monografia (Graduação em Geografia) – Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- FRIDMAN, Fania. Freguesias do Rio de Janeiro ao final do século XVIII. In: **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, vol.10, n.1, 2008
- FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: **Liberdade por um fio**. Companhia das Letras, 1996.
- GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. In: Reis, J.J. e Gomes, FS (Orgs.). **Liberdade Por um Fio: História dos Quilombos no Brasil**. Companhia das Letras: São Paulo, p. 263-331, 1996.
- _____. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)**. Livraria UNESP, 2005.
- _____. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. Companhia das Letras, 2006.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. Editora Ática, 1978.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Mineração, quilombos e Palmares: Minas Gerais no século XVIII. In: Reis, J.J. e Gomes, FS (Orgs.). **Liberdade Por um Fio: História dos Quilombos no Brasil**. Companhia das Letras: São Paulo, p. 139-163, 1996.

GUTHRIE, Malcolm. **The classification of the Bantu languages**. Pub. for the International African Institute by the Oxford Univ. Press, 1948.

MACHADO, Humberto Fernandes. **A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil**. Revista IHGB, 2010.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Zahar, 2000.

MORAES, Evaristo de. **A campanha abolicionista, 1879-1888**. Editora Universidade de Brasília, 1986.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. Brasiliense, 1987.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico dos quilombos em África. In: MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil** – Maceió: EDUFAL, 2001.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. **As freguesias do Rio Antigo**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

_____. **Meios de transporte no Rio de Janeiro: história e legislação**. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1996.

PESSANHA, Andréa Santos. A imprensa é o espelho da civilização: representações sobre os jornais e os jornalistas na cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos da escravidão. In: **III Simpósio de História do Maranhão oitocentista**, 2013.

PINTO, Ana Flávia. **De pele escura e tinta negra: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)**, 2006.

PRICE, Richard. **Palmares como poderia ter sido**. In: **Liberdade por um fio**. Companhia das Letras, 1996.

RAMOS, Arthur. **A aculturação negra no Brasil**. Companhia Editora Nacional, 1942.

REIS, João José; GOMES, Flávio Dos Santos (Ed.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. Companhia das letras, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Edusp, 1996.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 1-10, 2002.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravidão: uma investigação de história cultural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Oziel Marques; NASCIMENTO, Antônio Elias; NTONDO, Zavoni. A língua bantu angolana lwimbi [k12a] e a busca etimológica dos bantuísmos brasileiros. **PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, v. 21, n. 2, p. 277-289, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**, 1999.

ANEXO A – Periódico Cidade do Rio (1888-1889)

	DATA	DESCRIÇÃO
1888		
1	13 de Janeiro	O Sr. José Estanislau do Amaral, no bairro do Quilombo, na mesma cidade, deu liberdade a todos os seus escravizados com a clausula de serviços até o fim da proxima colheita, fasendo-lhes salario desde já.
2	16 de Março	Sabem o que é o Lar? Sabem o que é O Quilombo? Um premio a quem decifrar os dois enigmas. Caliban.
3	21 de Março	Ma outro romance annunciado – O Quilombo – é o seu auctor Coelho Netto. O Quilombo... (credo! Até parece coisa contra o senhor Coelho Bastos!) é o romance dos escravos. A historia dos captivos dá para um milhão de livros, qual delles o mais valente, qual delles o mais vibrante; entretanto, como muito bem disse Valentim Magalhães no seu ultimo numero das Notas à Margem: - << E' notavel que até hoje não tenha ella inspirado entre nós uma obra em prosa realmente na altura do assumpto. >> Não sei si o livro promettido está à altura do assumpto, mas o que posso garantir (posso garantir porque sou intimo do auctor) é que elle tem posto na execução da sua obra muito amor e muita observação. Si eu pudesse, dizia umas tantas coisas do livro, mas não posso... não me convem... e... fica feio para mim que... sou muito, mas muito amigo do auctor. Ariel
4	3 de Maio	SESSÃO IMPERIAL O aspeto da rua do Areal hoje, por por occasião de cerimonia da abertura da Assembléa, era imponente. Diante do edificio do Senado uma grande massa de povo esperava a chegada dos ministros e, mal um carro apparecia à distancia, voltavam-se todos e era um vai-vem insupportavel, abalroadas, empurrões. A chegada do conselheiro João Alfredo, presidente do conselho de ministros, o povo levantou um viva entusiastico. As ruas adjacentes estavam ornadas de bandeiras e galhardetes e sementeas de folhas; das sacadas de algumas casa do campo da Acclamação pendiam colchas de seda vistosamente bordadas. Em grande o concurso de povo nas immediações. O 7º batalhão de infantaria, em grande gala, deu o guarda de honra. Uma banda de musica tocava no jardim, perto da cascata. A' 1 hora é um quarto, chegaram SS. AA. A Regente e seu serenissimo esposo o senhor Conde d'Eu. O povo prorompeu em vivas calorosos e foram atiradas petalas de flòres sobre a princesa imperial, quando sua altesa se dirigia á entrada do edificio. O povo, sob um sol de rachar, engrossava de momento a momento, e com grande difficuldade os bonds conseguiam transitar. Em nome dos negros do quilombo da praia do Le Blon, foi offerecido á princeza imperial pelo menino João Clapp Filho, um rico bouquet de camélias brancas, cultivadas pelos mesmos quilombolas. O Diario de Noticias por intermedio do Sr. Regadas, offereceu dois ricos ramos á princesa.

5	11 de Maio	A extinção dos escravos Foi hontem approved em terceira discussão, e quasi unanimemente, o projecto extinguindo a escravidão no Brazil. Fallaram contra o projecto, justificando os votos respectivos, os deputados Lourenço de Albuquerque e Pedro Luiz. Outros oradores que se achavam inscriptos desistiram da palavra para não demorar a passagem da lei, cuja redacção foi approved em seguida. A requerimento do deputado Joaquim Nabuco, foi levantada a sessão. ‘O recinto da cama estava litteralmente cheio de pessoas, representantes de todas as classes sociaes, sendo extraordinario o numero de senhoras que se achavam nas tribunas. Terminada a votação, que foi symbolica, das tribunas e das galerias choveram flores sobre os ministros e os de deputados. O entusiasmo explodiu freneticamente, os vivos reboavam, e todos que têm contribuido para o grande acontecimento nacional ouviram o seu nome victoria pela multidão. A Confederação Abolicionista, penetrando no salão, offereceu um primoroso ramo de flores artificiaes ao Sr. presidente desembargador Lucena. O deputado Affonso apresentou um projecto propondo fosse considerado dia de festa nacional o dia da promulgação da lei. Temos quasi certesa de que o parlamento (...ilegível) A’ sahida da camara, todos ministros foram victoriados pelo povo com o mais vivo entusiasmo. Precedidos de uma banda de musica e dos victoriosos estandartes das Sociedades Abolicionistas, a grande multidão que se postara diante da camara e nas immediações seguiu pela rua Primeiro de Março e rua do Ouvidor parando em frente á redacção d’O Paiz de onde fallaram os deputado Joaquim Nabuco, Affonso Celso Junior e barão de Jaceguay. Em seguida de nosso escriptorio dirigiram a palavra ao povo os senhores seguintes: O deputado Joaquim Nabuco, que pronunciou um discurso eloquentissimo, o reverendo doutor Castello Branco, Dr. Ennes de Souza, capitão Serzedello e o joven academico Ataliba de Lara. Do Diario de Noticias fallou o Dr. Ribeiro de Freitas, sendo a Confederação Abolicionista victoriada pela redacção do symphatico jornal e coberta de flores. Em seguida o povo, acompanhando a manifestação, dirigiu-se a Revista Illustrada usando a palavra por essa occasião Angelo Agostini que se congratulou com o povo. Seguiu-se com a palavra o talentoso moço Bricio Filho que saudou a patria e o povo pelo grande acontecimento nacional. O cidadão Clapp, presidente da Confederação Abolicionista, fallou sobre os quilombos, apresentando ao povo, por essa occasião Senna e o Sr Seixas de Magalhães. Os pretos fugidos, que se achavam entre o povo, saudaram o orador e subiram á
---	------------	---

		redacção da Revista para abraçai-os e assim demonstrar o reconhecimento. Fallou o Sr. capitão Serzedello, em nome do exercito, saudando-o povo e a patria livre. Um operario de uma fabrica de fundição usou tambera da palavra pintando em phrases sinceras e commovidas o seu enthusiasmo. O cidadão Clapp propoz ao povo que guardasse a mesma attitude energica sempre, até que o Senador faça verdadeira a lei desejada. Em seguida dispersou-se o presbitero, havendo sempre a maior ordem e o mais estrepitoso enthusiasmo.
6	2 de Junho	O Raymundo É hoje o aniversario natalicio do nosso bom e illustre amigo Raymundo Pereira de Souza. Durante a propaganda abolicionista ninguem prestou mais relevantes serviços aos miseros foragidos, que se vinham collocar sob o agasalho da Confederação. O Raymundo nunca teve difficuldades para amparar o escravizado. Não tinha relógio para medir o tempo. De madrugada, ou de noite, ao sol, ou á chuva, lá ia o Raymundo, com a bocca cheia de sorrisos, agradecendo o trabalho que se lhe distribuia, descobrir um lugar onde o evadido do captivo se pudesse abrigar. Como era natural, o seu foi coberto de baldões, o seu character injuriado. Mais de uma vez foi chamado á policia, inventaram contra elle varios processos, e o Raymundo, sereno, impertubavel, continuava na sua missao sagrada de dar pousada aos peregrinos. A historia deste intrepido heroe do abolicionismo não pode ser contada nos estreitos limites de uma noticia, tanto são os episodios, ora dramaticos, ora comicos em que elle foi o principal personagem. A esmerada educação de Raymundo Pererira de Souza dá-lhe um exterior de brandura, um certo tom de apathia que não traduzem a sua energia inquebrantavel, a sua actividade prodigiosa. De volta da sua repartição, em vez de ir descançar, quantas vezes, encontrando-o, elle nos dizia: - Adeus, adeus: não me posso demorar, tenho de ir receber uns pobres de Deus em Cascadura e levai-os para Jacarepaguá, ou Santa Cruz, ou á Gavea. De quando em quando, o Raymundo, como um missionario, fazia a visita dos quilombos, para ouvir as queixas, para remediar os infortunios, para decidir as questões. Entrou para a propaganda abolicionista nos primeiros tempos, logo nos primeiros dias. Era então um rapaz de physionomia aberta, muito elegante, meticoloso mesmo no trajar. Incumbido, porém, por haver-se offerecido, do trabalho da internação, o Raymundo foi a pouco e pouco entristecendo, perdendo a maneira jovial; a dor dos captivos doeu-lhe tanto que elle envelheceu. Hoje, rapaz de trinta e poucos annos, tem os cabellos inteiramente brancos, o rosto enrugado, a physionomia tristonha. O dia em que se decretou a lei, o Raymundo passou-o a chorar como um hysterico, como si quizesse espremer pelos olhos toda a angustia que havia passado. Agora, anda a cantarolar como um passarinho e acha que tudo está divino, que vivemos num ceu aberto. Ao Raymundo, os nossos parabens.
7	28 de Julho	Os maias Os nossos illustres collegas e amigos da Gazeta de Noticias, não nos levaram a

		bem o termos deixado de parte as nossas doutrinas de propriedade litterario, encelando a publicação do bellissimo romance de Eça de Queiroz OS MAIAS. É preciso distinguir, entretanto. Publicando OS MAIAS quizemos antes de tudo condecorar as nossas columnas, com os diamantes da prodigiosa imaginação do coruscante estylo de Eça de Queiroz, e por outro lado dar na selecção artistica do romance ao escriptor portuguez a mesma distincção que aos seus iguaes de França. Os nossos leitores têm visto que nos esforçamos sempre por dar em nossa folha trabalhos de Catulie Mendès, Zola, Daudet, todos os grandes escriptores francezes. Porque, havendo em Portugal espiritos de igual quilate, havemos de condemnal-os ao exilio de nossa publicidade, quando os presamos igualmente? Si não publicassemos OS MAIAS haviamos de publicar outro romance, uma traducção franceza, que não teria, antes de tudo, o merito da pureza do estylo. Respeitamos hoje, como hontem, o direito de propriedade literaria e estamos promptos para a campanha em favor delle. Mas, enquanto o mercado de livros for obstruido por todos os modos, é impossivel que sacrificemos romances nacionaes de grande valor. E' assim que na nossa redacção nada menos de tres romances estao recebendo os ultimos cuidados e labores para virem a publico. São elles: O QUILOMBO de COELHO NETTO ICARIAL de PARDAL MALLET A BARONEZA de JOSÉ DE PATROCINIO Não foi, pois, por simples especulação industrial, como parece, mas em homenagem a Eça de Queiroz que publicamos OS MAIAS. O que nossos illustres collegas reconhecem e é o importante, o que elles confessam, é que fizemos uma bella escolha e presentemos como principes os nossos leitores publicando OS MAIAS.
8	8 de Novembro	Effectuou-se, no dia 4 do corrente, a assembléa geral extraordinaria da companhia Rio Claro, com o numero de accionistas exigido pelos estatutos. Foi approvada uma proposta da respectiva companhia modificando tres artigos dos mesmos estatutos e elevando o capital social de 5 a 7.000.000\$000. Depois foi approvada outra proposta da mesma directoria para que o dinheiro proveniente desse accrescimo fosse applicado á construcção do prolongamento da araracoara a Jaboticabal e um ramal que, partindo de São Carlos do Pinhal, e passando pelo bairro da Agua Vermelha ou do Quilombo, como mais convier, e dentro da zona privilegiada da companhia. Foi tambem auctorisada a directoria a mandar estudar outros ramaes, de interesse da companhia.
1889		
9	3 de Abril	João Cordeiro Acha-se entre nós o benemerito libertador da provincia do Ceará, o immortal João Cordeiro. Na historia do abolicionismo brasileiro, nenhum personagem avultou mais. João Cordeiro é o typo da previsão, da actividade, da coragem e da dedicação do chefe.

	Para elle nunca houve difficuldade. Presidente da <i>Libertadora Cearense</i>, chefe laureado dos 12 homens do povo, que se reuniram para dar combate á escravidão na provincia, João Cordeiro fez sua, a sorte do captivo. Intelligencia prompta, secundada pela energia bronzea de José do Amaral, coração generoso, chegou até a prodigalidade para conservar sempre basteada a bandeira da causa sacrosanta. No fundo do seu armazem, entre as transacções commerciaes da sua casa, concebia os planos mais extraordinarios. Para furtar um escravo, freatava um trem expresso e lá ia com os seus leaes companheiros, sem se importar com o que resultaria da empreza. Nunca se furtou a sacrificios e os prejuizos que lhe causava a propaganda, considerava-os elle, a sua quota de imposto para o resgate da patria. Em vão os adversarios procuravam entristecei-o, fechando-o num circulo de discredito. A alma de João Cordeiro não se deixava nublar e irrompia em uma explosão de pilherias, que levavam o desespero aos arraiaes contrarios. Não havia como acobardal-o. Vestido com um paletot de casimira alvadia; o seu olhar de aguia, escondido n'um pince-nez de aço, chapéu redondo, calças a ingleza, quasi sempre escuras, João Cordeiro estava em toda a parte. Era preciso dar a batalha naval dos jangadeiros: lá estava o homem a dirigir em chefe o combate, e a combinar planos com o José do Amaral, o general do dia, que obteve, com Francisco do Nascimento, a victoria. Não ha um incidente, por insignificante que seja, sem o nome de João Cordeiro. Quilombista como José e Isaac Amaral, e o bravo Antonio Bezerra, elle afrontava os senhores, estabelecendo o seu quilombo em plena cidade, numa das praças mais frequentadas e tinha a coragem de dizel-o a toda a gente. Nada mais assombroso do que um episodio da sua vida, com relação ao trafico inter-provincial. Como é sabido, depois de impedir a exportação de escravos da provincia, a <i>Libertadora</i> resolveu proibir que desembarcassem escravos de outras provincias no Ceará. Um senador maranhense, porém, julgando-se muito forte pela sua posição, quiz ostentar seu desconceito ao prestigio e força abolicionistas. João Cordeiro sabe que o senador vai desembarcar uma escrava e immediatamente manda raptal-a pelos jangadeiros. Alarma-se a policia, dá-se cerco em todos os quilombos, revolve-se a cidade. A escrava se havia soterrado. Não foi possivel descobril-a. Passam-se mezes, é publicado o obito da escrava, dizendo-se que ella, sentindo-se gravemente enferma, recolhera-se á Misericordia e alli fallecera. Grande escandalo. Eis ahi o que faziam os abolicionistas; seduziam os escravos alheios e em seguida os abandonavam, deixando-os morrer à mingoa. Os proprios libertadores acham que houve erro da parte do chefe. João Cordeiro cala-se e sabe, para voltar dentro em pouco acompanhado de uma preta. Sabe-se então que a escrava do senador era viva e que João Cordeiro havia conseguido que na Santa Casa da Misericordia se desse o nome da mulher perseguida a uma indigente, que alli morrerá. Será impossivel a narração exacta da historia da abolição do Ceará, pela sua
--	--

		grande feição dramática e humorística. Os libertadores trabalhavam, rindo-se e aproveitavam-se até das próprias physionomias, para caricaturas das auctoridades e agentes dellas. Occorre-nos um desses episodios de infinita graça. Marrocos, o jornalista a cujo talento deveu o Libertador nos seus principios, parecia-se muito com um guarda urbano. Era preciso roubar uma escrava em certa rua. João Cordeiro consegue que seja destacado para alli o urbano, e mais ainda, que elle se presta a alugar a farda ao Marrocos. E, com o maior desprante, como o senhor houvesse reclamado uma praça para conduzir a rapariga para fóra da cidade, é enviado o urbano Marrocos para essa diligencia. João Cordeiro é um heroe, que nunca teve o sobrolho carregado pela preocupação. Poucos neste paiz são da tempera desse homem extraordinario. Tendo sacrificado a fortuna na propaganda, João Cordeiro, pai de familia, encolheu philosophicamente os hombros, dizendo: Não é nada; a terra já está livre; ella me restituirá tudo quanto gaste em estrume para fecunda-la com a liberdade.
10	4 de Abril	As camelias do Quilombo Leblon Pela segunda vez o Sr. Ruy Barbosa citou em falso um dos episodios mais caracteristicos da propaganda abolicionista. No artigo de fundo de hontem, 3 de Abril, disse: << Da sensibilidade com que a serenissima princeza se adereçava, em Petropolis, com as flores cultivadas nos valhacoitos de escravos fugitivos, concluis que ella adoptára o abolicionismo. >> Que isso é anachronismo flagrante. As camelias do Quilombo Leblon foram offertadas á Princeza Imperial, no paço do senado a 3 de Maio de 1888, pelos filhinhos benemerito presidente da Confederação Abolicionista João Clapp. Essas camelias ogerisaram ao Sr. de Cotegipe, que as citava a todo proposito; são um dos itens da accusação dos fazendeiros, e parecem pertencer já ao credo dos neophytos do fazenderismo republicanisante.
11	4 de Junho	QUILOMBO DO LEBLON O nosso bom amigo e conhecido negociante desta praça José Seixas Magalhães, proprietario da chacara Leblon, que nos ultimos tempos da campanha abolicionista adquiriu immenso renome sob a denominação de – Quilombo Leblon – acaba de ser victima de um attentado inqualificavel, que patentêa claramente o mais deslavado menospreço ao legitimo direito de propriedade. Passemos aos factos. Os Srs. José e João Neves, proprietarios de uma chacara que está situada na circumvisinhança da Leblon, movidos talvez por interesses inconfessaveis de esclavocratas abatidos, têm ultimamente feito uma guerra à outrance ao nosso

		amigo, pretendendo a todo o momento atacar a sua propriedade, para saciar a sede da vingança negreira. Ante-hontem á tarde, chegando o Sr. Seixas á sua casa de residencia, e, como era natural, indo percorrer em visita minuciosa os seus terrenos, encontrou um certo lugar o seu rancoroso inimigo a destruir-lhe uma cerca. Diante de semelhante attentado, o nosso amigo não perdeu de todo a calma e com maneiras delicadas e attenciosas fez vêr ao seu adversario que não podia proceder daquelle modo, atacando a sua propriedade. O barbaro, ou que melhor nome tenha, não quiz attender as razões. A sua viclima então justamente indignada e, prara fazer valer os seus direitos, chamou os empregados e tratou de defender-se. Nesta occasião retirou-se o audacioso aggressor, voltando poucos momentos depois, acompanhado de um sargento e de suas preças do destacamento, que ainda deram carradas de razão ao homem, intimado o offendido, a quem não julgavam com direito a possuir aquillo, que lhe tinha custado o seu rico dinheiro. Nestas circumstancias, o Sr. Seixas dirigiu-se ao subdelegado da freguezia da Gavea, o Sr. Calazans, a quem deu parte do occorrido. O subdelegado, comparecendo ao lugar para verificar a occurencia e fazer o corpo de delicto, não reconheceu, como devia, a legitima posse do Sr. Seixas, dizendo que aquilo era uma rua, acoroçoando desta fórma o attentado inqualificavel de que era victima o nosso amigo. E assim succedeu, pois os atrevidos invasores da propriedade alheia aproveitaram essa como annuencia da auctoridade aos seus desmandos, para dirigir os maiores insultos á faámilia, depois de terem esgotado as mais acerbas injurias do seu calão de marujo sobre o Sr. Seixas. Está, pois, palento o andacioso attendado contra o direito de propriedade de uma chacara, de cuja posse tem o nosso amigo a deriva escriptura; acrescendo que ella tambem pertence ao Sr. Ricardo Witchmann, subdito americano. Escusado se torna pedirmos energicas providencias contra os auctores de semelhante barbaridade, que só podia ter lugar lá para os confins do Grão Mogol ou de Passa Quatro.
12	8 de Julho	MOVIMENTO ABOLICIONISTA III Organisada a liga patriotica da internação, dos retirantes da escravidão, pelo modo por que já descrevemos, tratou a Confederação Abolicionista de cuidar no estabelecimento dos quilombos que deviam recolher essas pobres victimas do secular crime. Esses heroicos refugios, mantidos com os fracos recursos dos membros das humanitarias sociedades que viviam sob a protecção da Confederação, multiplicavam-se por toda esta vasta capital e por seus arrabaldes. Nas casas das familias abolicionistas, nos escriptorios commerciaes, nas redacções dos jornaes, nos hoteis, nas padarias, nas grandes fabricas, nos quarteis, nas typographias, por toda a parte em que houvesse uma alma de abolicionista, encontrava-se um abrigo seguro para guardar a pobre gente. Pelas notas que pudemos recolher, vamos offerecer aos nossos leitores, e ao futuro historiador da abolição dos escravizados do Brasil, uma breve noticia d'esta importante phase da propaganda libertadora, tão perseguida e tão diffamada pelos mantenedores da torpe instituição, morta e sepultada no glorioso dia 13 de maio de

		1888. Mencionaremos apenas os mais notaveis quilombos fluminenses, para que o publico possa avaliar qual a somma de sacrificios empregada na homerica luta. Quilombo Leblon, que hoje faz parte da historia official da abolição, pelas referencias a elle feitas no senado e na camara dos deputados. Era mantido pelo devotado abolicionista José de Seixas Magalhães, negociante portuguez, e procurador da directoria da Confederação Abolicionista. A séde deste celebre quilombo era na praia do Leblon, além do Jardim Botânico, e o refugio a elle filiado era á rua de Gonçalves Dias n. 50. Quem dirigia este quilombo era a heroica senhora franceza Mme. Elisa Betzba, que sacrificava a tranquillidade de seu lar pela devoção de fazer o bem. Por vezes foi este quilombo cercado por espiões da policia negreira. Pertencem tambem á historia as camelias brancas, offerecidas a 3 de maio de 1888, no senado, á princeza imperial Regente, em nome dos quilombolas de Leblon, pelo menino João Clapp Filho, o mais moço dos filhos do presidente da Confederação Abolicionista. – QUILOMBO SENNA Situado em S. Christovão, nos limites da Quinta Imperial. Era mantido pelo denodado capitão Senna, e dirigido com o maior carinho por sua digna esposa a Sra. D. Henriqueta de Senna. Esse quilombo foi por vezes honrado com protegidos do imperador. Soffreu tambem varios ataques da policia escravista, e os repelliu heroicamente. – QUILOMBO RAYMUNDO Situado no Engenho-Novo, com sucursaes por toda a cidade, heroicamente e com o maximo sacrificio mantido pelo enexcedivel abolicionista o bom Raymundo Pereira e Souza, que de 1883 a 1888 contava os dias pelo numero de escravizados, aos quaes restituia a liberdade!... Raymundo de Souza arriscou com o maximo desprendimento a sua posição de empregado de uma secretaria de estado. Este heroe da abolição, quando o presidente da Confederação, para as provincias, ou de as remover de um refugio suspeito para outro; elle, com a sua habitual calma evangelica, agradecia o momento que lhe proporcionava o chefe, para provar o seu devotamento e a sua lealdade pela grande causa. Consta que o ramal de Ouro-Preto será inaugurado definitivamente no dia 20 do corrente. Antes d’esse dia dizem-nos que, a titulo de experiencia, teremos trens expressos da Côte para a capital mineira e vice-versa.
13	11 de Julho	MOVIMENTO ABOLICIONISTA IV QUILOMBO CLAPP Este quilombo era realmente duplo: no escriptorio da Confederação, onde raras vezes se entrava sem encontrar, na sala interior escravizados com a sua classica trouxa; e em S. Domingos de Nichtheroy, na casa de residencia do chefe abolicionista João Clapp, onde elle e sua dedicada esposa, com o beneficio auxílio

	dos filhos e filhas, acolhiam os infelizes com a infinita ternura e carinho da familia brasileira. QUILOMBO PATRICINIO *** Este quilombo compreendia a casa da familia e as redacções da antiga Gazeta da Tarde e da Cidade do Rio. Quando os escravizados (... ilegível) lançar-se aos pés do imperador, elle dizia commovido – Homem! Eu não posso fazer estas coisas... mas vai ter com o Patrocinio... El'e mora ali perto! QUILOMBO MIGUEL DIAS Situado em Catumby, em casa do denotado abolicionista Miguel Antonio Dias, o inolvidavel iniciador da propaganda contra o torpissimo mercado de carne de escravos, importados da Bahia, de Pernambuco, do Ceará e do Maranhão! Horrores da ganancia escravocrata que ainda hoje nos arrepiam as carnes!... QUILOMBO PADRE RICARDO Em uma grande fazenda na Penha, funcçionava o quilombo mantido pelo audaz abolicionista o padre Ricardo da Silva. Para ahi eram remetidos de preferencia os escravizados da côrte. O padre Ricardo repartia com esses infelizes os poucos recursos de que podia dispôr. QUILOMBO CAMORIM Situado na serra d'esse nome e rio Iguassú, mantido pelo intrepido capitão Gabriel Cruz. Estes quilombos foram sempre perseguidos pelos fazendeiros da visinhança e pela policia. Ahi se travaram sempre conflictos sérios, não conseguindo os perseguidores d'esse baluarte intimidar os seus habitantes e o bravo militar. Além destes quilombos que funcçionavam sob a protecção e vigilancia da Confederação Abolicionista, existiam em varios pontos da cidade e nos arredores um grande numero de refugios estabelecidos nas casas das familias abolicionistas e em varios estabelecimentos. A Typografia Central, pertencente ao benemerito Evaristo Rodrigues da Costa, sita á rua Nova do Ouvidor, tinha constantemente as suas officinas povoadas de retirantes da excravidão. O modesto operario da abolição, Antonio Ignacio de Faria, e sua digna esposa foram talvez os primeiros a abrigar em sua casa os desventurados da sorte, que ahi nesse pobre refugio encontravam o caridoso agasalho, filho das boas almas. O refugio mantido pela benemerita senhora D. Ida Doelinger da Graça, era um dos mais frequentados, porque os refugiados encontravam tanto agasalho ahi, que deficitamente queiram sahir para outro ponto. O honrado portuguez Guilherme Pinheiro recolheu sempre em seu estabelecimento, á rua da Misericordia, um grande numero de escravizados que lhe eram entregues pelo presidente da Confederação. Esteves Junior, o incansavel batalhador das grandes lutas, prestou-se por vezes a receber em sua casa os escravizados que vinham recommendados á Confederação. A casa de João de Pinho, o companheiro que já não pertence ao numero dos vivos, foi um dos mais prestimosos refugios.
--	--

14	24 de Julho	COMEDIAS DO DIA Se eu não tivesse lido na Gazetilha, naquelles periodos em que se sentem as dobras methodicas do lenço da seda barrado e o cheiro da mistura do Areia Preta e do Meuron; se eu não tivesse lido o que vou contar, narrado nesse tom boa pessoa, do Jornal, palavra que o tinha como pilheria de máo gosto. Mas é o despretencioso patriarcha da imprensa quem o conta, muito chãmente, com a rubrica – arbitrariedade, aquilo mesmo que já hontem haviamos dado. A Gavea tem seu subdelegado, mesmo porque é uma freguezia. Em geral os subdelegados da Gavea são uns pimpões de cabelo na venta. Diga-o o Seixas, que ainda hoje paga a audacia do Quilombo Leblon, santo refugio de escravizados martyres. Ora o actual subdelegado da Gavea, que pelo nome não perca, não quiz ficar atrás dos seus antecessores e vai entendeu de si para si que era um attendado contra a vara e as intuições alguem dar baile, sem lhe pedir licença! Sabendo que os operarios da fabrica de tecidos D. Castorina estavam em baile, á rua do Marquez de S. Vicente, entrou pela casa dentro e prendeu dez pares e mais uma dama, ao todo vinte uma pessoas. Teve-as sob a sua acção policial durante algum tempo e afinal mandou embora vinte dos presos, mas como despoje opimo da sua façanha guardou a Sra. Valeria Philomena da Costa Ferreira, que vai assignar termo de bem viver, porque o Sr. subdelegado entende que ella não tem occupação. Que lhes parece, heim? Á mim se afigura que entre a Sra Valeria e Sr. subdelegado ha coisa... Será a rapariga uma dessas dengosas mulatinhas, que peneiram os miolos do proximo, quando bambolem redondas de onda, sobre tacões Luiz XV? Em tempos, d'El-rei Nosso Senhor foi prohibido, por alvará, que as mulatas augmentassem os naturaes encantos, com arrebiques e adereços; tal era o perigo da concurrencia feita á parte côr de neve e rosa do bello sexo. Srá a Sra. Valeria uma dessas crioulinhas, de dentes muito alvos, de seios que emmalham ebano em alvura de renda, e vão repicando lascivia com os chinelinhos bicudos? Dessas que podem dizer como a rainha de Sabá – nigra sum, sed formosa- sou negra, porém formosa? Dessas a quem os peraltas de esquina, quando as veem passar, mordicam o cigarro e resmungam: - Machuca, rosa de ouro? Porque diabo, reconhecendo o Sr. subdelegado que o baile era de gente honesta, gente que trabalha, havia de inferir que a Sra. Valeria, só por não estar empregada, devia assignar termo de bem viver? Se a encontrasse em má companhia, podia o regulo da Gavea, armado com o sabio proloquio – dize-me com quem andas, decretar a pena imposta á Sra. Valeria. Mas o Sr. empata-bailes da Gavea foi o primeiro a reconhecer que a rapariga estava em sociedade de gente; que trabalha e condemnal-a ao termo de bem viver, é tanto como aconselhai-a a que para o futuro só se metta em roda de vagabundos. Cá no meu fraco bestunto entre a Sra Valeria e o Sr. subdelegado ha uma pessoa, que deve assignar termo de bem viver, mas esta é o homem do fitão.
----	-------------	---

		Um subdelegado que vai assim provocar cidadãos, que tem como attestados da sua morigeração os honrados callos do trabalho, é um perigo social, e dá tanto para comedia como para protagonista de conflictos serios. Que pena vamos tendo do Sr. Dr. Basson; não é possível ser juiz com taes mordomos. Um dia é o homem das laranjas; outro dia é o homem da Sra. Valeria. Que desespero, que praga! E, apuradas as cousas, vão ver que esses papões de parochia não dispoem nem do proprio voto!
15	24 de Julho	Lemos no numero de 21 d'O Phorel, da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais: << Informam-nos que o districto do Quilombo, municipio de Barbacena, existe um casal de macrobios, que ainda se mostram fortes e bem dispostos. << O homem, que goza de todas as suas faculdades mentaes, chama-se Francisco Vital de Oliveira, e a mulher Anna Antonia, contando elle 110 annos e ella 99. << Francisco lembra-se perfeitamente de factos antiquissimos e graceja sempre que lhe perguntam sobre a sua idade, dizendo que se não dá mais ao trabalho de contar os annos que passam. << Anna, ás vezes, reconhece difficilmente as pessoas que a procuram, mas occupa-se ainda com serviões domesticos e faz trabalhos de agulha, alguns bem delicados e que exigem boa vista e paciencia. Este casal tem 11 filhos e grande numero de netos, bisnetos e tataranetos. >>

ANEXO B – Periódico Diário de Notícias (1870-1890)

	DATA	DESCRIÇÃO
1870		
1	6 de outubro	Diz uma folha de Porto Alegre, que o tufão que ali (eahin) na tarde do dia 8 produziu uma grande desgraça no lugar denominado Sacco do Quilombo, na Bahia. O Sr. Padre Belissario Luiz da Costa Prates, que d alli seguira em um bote às 10 horas para ir fazer um casamento nos Três Rios morreu afogado ao voltar por só haver virado o bote, percebendo também um menino sacristão que o acompanhava, e salvando-se as outras três pessoas que vinham também. O corpo do infeliz padre Belisário foi encontrado nas ilhas fronteira, sendo conduzido para a cidade, e celebrando-se a encomendação á tarde. O padre Prates era ainda moço e natural do Rio de Janeiro foi com o primeiro bispo d'esta diocese, o Sr D. Feliciano, seu parente, que arrendada pelo juiz de órfãos.
2	6 de outubro	A força armada que se dirigiu aos quilombos no Pará, para virificar a captura de alguns escravos da fazenda – Pernambuco-, pertencente á ordem carmelitana fluminense, preencheu o seu fim, sem que acontecimento lamentável contraminasse a deligencia.
3	26 de fevereiro	Vocabulos indígenas e outros INTRODUZIDOS NO USO VULGAR CALHAMBOLA, QUILOMBOLA, MOCAMBO Para designar o escravo fugido temos cinco nomes: Calhambola, Quilombola, Mocambo, Macamáo e Fugião. O alvará de 3 de março de 1741, primeira peça oficial em que se trata destes, diz... os insultos que no Brasil commeteram os escravos fugidos a que vulgarmente chamam <<calhambolas>> passando a fazer o excesso de se ajuntarem em quilombos, estando nelles voluntariamente, etc. Calhambola é corrupção do Guarany <<cãnybora>>, fujão. Quilombola, é composto do vocábulo da língua bunda <<quilombo>>, e a desinência portuguesa <<ola>>. Mocambo, usado no Maranhão, não é termo mais moderno, pois que com a mesma significação foi empregado por D. Diogo de Menezes em 1612 na Razão do Estado do Brasil, e é de origem arabica. Mocamáo, é alteração do mocambo. Fugião ou Fujão, é termo comum portuguez, e foi empregado para designar negros fugidos nos sermões do clássico Paiva.
1885		
4	6 de julho	Na freguesia de Guarulhos foram presos os escravos Apolinário e Sebastião que faziam parte do quilombo do travessão em Campos e que estavam ocultos na senzala da fazenda de Satyro da Cruz. Na ocasião do cerco policial, Apolinário com uma garrucha oppoz tenaz resistência, e só depois de receber um tiro se entregou preso, sendo recolhido à cadeia. Suspeita-se ter sido elle o autor da morte de Jose França, feitor da Fazenda de Vargem Grande.

5	17 de agosto	O chefe de policia propoz ao presidente da província a criação de uma guerrilha para destruir quilombos e capturar escravos fugidos.
6	19 de agosto	Ordem N 3.471 Desmembra a fazenda do Quilombo em Ponta Negra.
7	2 de outubro	N: 3.471 desmembra a fazenda do Quilombo da Ponte Nova e S. Fidellis para a Magdalena.
8	7 de outubro	N. 3471 Passando a freguesia da Ponte Nova para a da Magdalena a fazenda do Quilombo, propriedade do Martinho Machado.
9	9 de dezembro	São Paulo Do Sopé, escrevem a província de São Paulo que no quilombo, município de Lençóis, os três irmãos Antonio, Manoel e José Rizada, assassinaram barbaramente a João Lucas. Foi preso nas Lavrinhas o famigerado assassino Antonio Rodrigues de Souza vulgo Antonio Bocca. A renda da administração do correio de S. Paulo, no mês findo, foi o seguinte: Renda de Administração Importância Total.....34.4447.740
10	13 de dezembro	Caros companheiros: Reina a boa ordem no vosso immrtal poeiro entre vós, valha a verdade, tudo é luz, vida e animação. Não acontece o mesmo nas regiões funerárias: Os carapicus definham a olhos vistos, victimasda tuberculose que lhes roeu a alma de carnavalescos – a inveja . Olha é commigo: vede que natureza morta! - Aquelle corpo apalitado é o symbolo da fome; aquelles olhos vidrados – as lâmpadas da morte ... tudo denota tísica e falta hervas homerianas. Tristes Democratas!!! A tumba do Gary, que tantas vezes dobrou silenciosa a Esquina, terá em breve de fazer alto a porteira do Quilombo para em seu bojo receber aquella presiosa caixa thoraxica e conduzi-La á galilé dos sujos, se não aos juncas da índia! – Já estou ouvindo a charanga sacra contratada para o acompanhamento fúnebre... Não ouvis _ Começa o fanhoso concerto! É o ultimo sopro, o ultimo gemido do héptico que tomba de fraqueza!... Ahi vão elles para a viagem eterna: em vez de trombetas famosas abre a marcha o guiso e o chocalho rouquenho de um sachrista pancacio!... Onde te escondes falstaff ??? - Camaradas! Salvemos cm o estrepitar de mil gargalhadas o cortejo lúgubre que passa!... Desmorono-se a casa sublime: desapareceu no lado a falsa democracia levando consigo a águia de há muito morimbuda!... - E' nossa a Victoria! ... seu Maciel

		Toca a musica !! Abafe com o ruído de nosso imenso Poleiro abrem-se hoje de par em par! Como sempre, a entrada é franca para vós: para eles... varre- fora como disse o meu colega: alem aguardar-os o logradeiro público d"onde vos poderão ver ... por um óculo! –Prometto –vos mil atenções: vinde, pois formosas, vinde a nossos braços.
11	21 de dezembro	Um Quilombo Os Moradores de Capivary Assustados! Escrevem – nos lapa de Capivary pedindo providencias contra um quilombo que ultimamente tem se tornado o terros da população pacifica e laboriosa que a todos os momentos vê se ameaçada em sua vida e propriedades. Ainda há dias, os escravos, em números superiores a 25, assaltaram a casa de um prestimoso lavrador de Jutiranahyba, com o fim de roubar o. A população vve alarmada receiando os assaltos e rapinas dos faccineras que procuram subsistir violentando a propriedade alheia a certos de que não podem receiar a resistência por parte da força publica . Ao Sr. Dr chefe de policia da providencia compete prover nos meios d dar caça aos quilombolas para que renasça a tranquilidade de espírito dos moradores de Capivary e mesmo para prevenir quasquer consequências funestas que se possam dar.
1886		
12	20 de Janeiro	Diziam os antigos "...casa onde não tem pão todos gritam e ninguém tem razão'. E quem quisesse certificarse d'esta grande verdade, dosse escutar o infernal berreiro que houve ontem lapela esquina. Onde o bacalhau e a sardinha provocaram indigestão medonhas! Após não sei quantos meses d"uma pindahyba dieta tiveram um dia fato e não admira que por isso tanto arrotassem os porcos! O refrescado heróe do Rocio, o desfrutável Rigoletto, sempre bostifero e sendeiro, discursou sobre o CEREBRO DE CAMBRONE e apontando-nos como uma visão do valente militar, nos honrou muito, visto que lá para o Quilombo ele reservou os cambrones sem cérebro que são sempre as muzas inspiradoras das quatro patas perdão dos quatro. SECRARIOS da espelunca onde escamoteação é tão vil, que os empalmadores de hoje anunciam que não deve nada, sem garantirem aos cadáveres que eles são os ANPLANOS CORTE --- REASES de agora, e por isso os responsáveis pelas ligeirezas dos PEDROS HESPANHOES de todos os tempos, e que sempre encontrarão n'aquellas ruínas os esconderijos escuros, onde fugissem a policia e a justiça!
13	29 de Janeiro	Provincia do Rio A Exma. Sra D. Idalina Maria Dourado, resedente em S. Lourenço de Niteroy, libertou os seus escravos Vicente e Rafhael. Foi nomeado carcereiro da cadeia Valença Bernardo da Silva Machado. O coronel Joaquim Mariano Alvares de Castro e José Bento de Araujo requereram à presidência baixa na "fiança" que prestaram a favor do ex chefe do trafego e thesoureiro da estrada de ferro de Cantagalo, engenheiro Jão Candido Murtinho, tendo e despacho que esperem a tomada de contas de seu afiançado. Mandou-se para a cômrua que compete ao padre Luiz Marques de Brito, vigário da paróchia de Nossa Senhora da Conceição da Boa Esperança. Foram sorteados para a primeira sessão ordinária do júri de Nitheroy,

		convocada para o dia 10 de março, os seguintes cavalheiros: 1º distrito – Freguesia de S. João Baptista: Arnaldo Leão Brito, bento Nunes Pinto Rosca 2º distrito - S. Domingos: D Antonio Aydano Conçalves de Almeida, Candido Alves de Siqueira Sobrinho..... 3 distrito – Santa Rosa: Bernardo Luiz da Silva. Freguesia da Jurujuba: Antonio Fortes de Bustamente Sá, João King e Pedro Jorge da Silva Vidal. Foi autorizada a companhia E.F. de Santa Izabel do Rio de Preto a abrir ao trafego mais 14 kilometros de linhas e estação da Forquilha. Ao ministério do Império foram remetidas as contas na importância de 9:043\$370 da despesa feita pela câmara de Campos com socorros prestados a indigentes atacados de varíola, nos anos de 1882 a 1885. Foram concedidas ao professor da escola de Paraty, Eduardo Saraiva de Carvalho, mais 200\$000 anuaes de ordenado, por ter completado 25 anos de efetivo exercício no magistério. Associação religiosa e Caritativa do Asylo de Santa Izabel, de Petrópolis teve da presidência a sanção à lei oisentado das décimas das casas da rua de D. Januária, que constituem as dependências do prédio do Asyio. O delegado da capitania do porto demitido o escrivão d'essa repartição, em São João da Barra, José Antunes Moreira e Souza. A's casas de caridade de campos Itaguay, Paraty, Barra Mansa , Resende, Angra dos Reis e S. João da Barra recomendou o governo a remessa das informações exigidas em portaria de novembro ultimo sobre organização do trabalho da distribuição dos quotas as loterias destinadas a auxiliar o seus custeio. Esta marcada para o dia 8 do mês próximo o concurso para os lugares de amanuenses da administração provincial. O Sr. Tenente coronel Costa, delegado de policia de Campos, fez seguir para São João da Barra, á requisição do delegado local, uma praça para coadjuvar na destruição de um quilombo que tem servido de teatro dos maiores atentados, já se atrevendo os seus moradores a raptar mulheres brancas que encontram nas suas excursões. Os Srs. Clovis Arrault e Antonio Martins resolveram estabelecer em Campos aulas de desenho gratuito para senhoras, num edificio cedido pelo Sr. Dias Junior. Ante ontem as 11 horas da noite foi preso pelo Sr. Dr. Candido Borges delegado de policia de Niterói, Luis Nieira, casado, morador na Rua do Príncipe, indo em sua companhia uma menor que tinha raptado no Baldeador em Niterói. A moça foi depositada em casa de uma família e ele recolhido a detenção para se proceder na forma da lei. O movimento sanitário do hospital de S. João Baptista de Niterói e enfermarias anexas em 27 de janeiro foi o seguinte: Existiam 196 Entraram6 Sahio1 Faleceram200 N.B – A falecida dói de gangrena
14	24 de março	São Paulo No Rio Claro acaba de falecer uma criancinha de 10 meses mordida em três lugares por uma enorme cobra jararacussú. A inditosa mãe da pequenina atribui a cobra um sono forçado de que sentia se presa todas as noites sem poder reagir, provavelmente enquanto o asqueroso reptil sugava lhe o leite. O pai da infeliz criança conseguiu matar a cobra que tinha refugiado para baixo da cama.

		Em vista da representação do bispo diocesano e informação da camara do amparo designou-se o edificio d'ela para os actos eleitoraes. O três da linha itiuana que no dia 16 devia chegar as 4 horas e 50 minutos a Jundiahy retardou a chegada por causa de uma grande pedra que encontrou nos trilhos entre as estações de Quilombo e Itupeva. Em consequência do desastre havido na estrada de ferro Mogyaua faleceu o empregado do trafego João Theodoro da Silvia Junior A companhia Moyana mandou proceder a exploração do Rio Grande, desde o Jaguará até ao porto da Espinha, com o fim de estabelecer navegação a vapor entre esses dois pontos. A irmandade de S. Benedito vai mandar construir na igreja matriz de casa Branca um altar cuja execução esta confiada ao arquiteto espanhol Lourenço Pereira Peres.
15	2 de abril	Foi nomeado professor substituto da 3ª cadeira publica do Rio Claro, o cidadão Julio Xavier Leite O capitão Manoel Theodoro em regosijo ao casamento de sua filha concedeu carta de liberdade a dous de seus escravos Foi lido na assembleia provincial um projecto da comissão de justiça elevando a 20 \$ diários no exercício de 1888 a 1889 o subsídios dos deputados e a 400 rs. Por kilometros a indenização das despesas de ida e volta para aqueles que residirem fora da capital. Por conta do fundo de emancipação foram libertados no município de Tieté 11 escravos pela quantia de 5:419\$910 ou 493 por escravos. Em audiência especial do Dr Juiz de órfãos de Belém do Descalvado foram declarados livres os escravos maiores de 60 anos existentes naquele município em numero de 72. Esta exercendo interinamente os cargos de chefe e delegado de policia o Sr. Dr Carlos Reis Consta que algumas senhoras de melhor sociedade campineira estão tratando de iniciar e levar avante a feliz ideia da fundação de um recolhimento para órfãos pobres. Diz –se que a Camara Municipal de S. Paulo vai dentro em breve enviar uma representação à Assembleia Provincial pedindo que seja votada uma verba para a construção de um edificio onde possa funcionar o tribunal do juri e onde se deem audiências e se affectuem os demais trabalhos do foro. O trem da linha férrea Ytuano de vendo alcançar o da Paulista teve um desarranjo na machina pelo que chegou fora da hora. O desarranjo deu-se entre as estações de Itupeva e Quilombo. Corre que em S. Jose do Rio Pardo a Ordem Publica se acha alterada devido a ser um preso tomado da policia. O delegado de policia de Campinas recebeu telegrama de S. Paulo mandando-o despachar 10 praças para aquela vila por ordem do chefe de polícia.
16	3 de junho	Hospedes e Viajantes Estão n'esta corte os seguintes senhores: Franz Rudio, da firma Franz, Meyer & C e Luiz Lopes de Siqueira Escobar da colônia Santa Leopoldina, Espírito Santo, João Manoel de Almeida Cunha Junior de Monte Verde, Braz Magaldi e Nicolas False do quilombo, Pedro Vieira da Veiga da estação da cachoeira, Antonio Totti da ponte nova e Adalberto Leão da firma Avila & eão do Abre Campo; Domingos Antonio da Costa Magé. - Chegou de Juiz de Fora o importante fazendeiro Ludovino Martins Barboza. - Esta na corte o Dr. Francisco de Salles Pederneiras, Clinico da estação de cordeiro.

		- Chegaram ontem pelo expresso os Srs. Augusto Ferraz de Carvalho, Pedro Antonio Chorpinel e João Guilherme de Souza, de S. Jose do calçado Espírito Santo. - Acha-se nesta corte o Sr. Comendador Augusto Cezar dos Santos distinto negociante da cidade de Vassouras. - Regressou ontem de Petrópolis com sua Exma. Família o Sr. Comendador Jose João Martins de Pinho presidente do Lyceu Literario Portuguez
17	3 de agosto	Eleição Senatorial. Apuração dos colégios acima e mais os de Antonio Dias, Ouro preto, S, Bartholomeu, Casa Branca, Rio das Pedras, Itabira do Carmo, Congonhas, Paraopeba, entre Rios, S. Braz de Suassuhy, Queluz, Capela Nova, Itaverava, Catas Altos, Lamim, Santo Amaro, Morro do Chapeo, Mariana, Conceição do Camargo, Sumudouro, s. Caetano, do Ribeirão , cachoeira, do Brumado, Furquim, Paulo Moreira, Barra Longa, ponte Nova, Escalvado, bicudos, Abbe Campo, Itabira, Santa Barbara, S. Gonçalo, Itabira, Santa Barbara, S. Gonçalo do Rio Baixo, Morro Grande, Cocaes, Piracicaba, Cattas Altas do Mato Dentro, Conceição, Morro do Pilar, Oliveira do Itambé, Suassuhy, Raposos, Pilar de Congonhas, Santo Antonio do rio Acima, Curral Del Rei, Contagem venda Nova, Caethe, Roças Novas Taquarussu, Santa Luzia S. João d el Rei, Nazareth, S. José e el rei, Prados, Carandahy, Lages Dourada, Lage, Bom Sucesso, Oliveira Bonfim Itataiossi Dores de Caonquista piedade dos Geraes Barbacena Barroso Conceição de Ibitipoca, Santa Rita de ibitipoca Quilombo João Comes, Remédios, Desterro do Melo, Turvo, Bom Jardim, S. Vicente, Madre de Deuz, Conceição de Carrancas, Piranga, Calambao, conceição do turvo, S. Caetano do Chopotó, Piedade da Boa esperança, Guaraciaba, Santo Antonio do Bacalhao, Ubá Rio Branco, Sapé, Bagres, Tocantins, Pomba, Guarany, Mercês do Pomba, Porto de Santo Antonio, Bomfim do Pomba, Taboleiro, Dores do Turvo, Viçosa, Araponga, Santa Luzia do Carangola, Leopoldina, Piedade, Conceição da Boa Vista, Rio Pardo
18	5 de agosto	ELEIÇÃO SENATORIAL PASSOS Soares 90 Leopoldina 89 Brétas 62 C. Affonso 47 Alvim 43 C. Oliveira 41 E. Veiga 31 Calmon 1 VENTANIA (14° districto) Soares 28 Leopoldina 27 Brétas 25 Alvim 2 C. de Oliveira 2 C. Affonso 2 E. Veiga 2 CARMO DO RIO CLARO (14° districto) Soares 41 Brétas41 Leopoldina21

	E. Veiga 19 C. Alvim 21 C. Affonso 22 C. de Oliveira 20 MELLO DO DESTERRO E. Veiga 8 Brétas 7 Leopoldina 4 Soares 3 Xavier da Veiga 2 RETIRO Alvim 12 C. de Oliveira 11 C. Affonso 11 Soares V..... 9 E. Veiga 8 Brétas 8 Leopoldina1 DOURADINHO Soares 21 Brétas 20 Leopoldina 19 Veiga 3 AREADO E. Veiga 21 Brétas 17 Soares 11 Leopoldina 9 C. Affonso 2 C. d'Oliveira 1 Alvim 1 SETE LAGÔAS C. de Oliveira 55 C. Affonso 54 Alvim 52 E. Veiga 26 Calmon 22 Brétas 16 Soares 7 Leopoldina 1 S. MIGUEL DO ANTA (Viçosa) Alvim 12 C. Affonso 12 C. Oliveira 12 Vaz de Mello 7 Felicio 6 Affonso Penna 4 Penido 2
--	--

		Veiga 1 Soares 1 S. GONÇALO DA PONTE (Bomfim) Veiga 35 Calmon 32 Leopoldina 29 C. Affonso 17 C. Oliveira 17 Alvim 16 Soares 14 Brétas 5 Apuração dos collegios acima, e mais os de Antonio Dias, Ouro Preto, S. Bartholomeu, Casa Branca, Rio de Pedras, Itabira do Campo, Congonhas, Paraopeba, Entre Rios, S. Braz de Suassuby, Queluz, Capella Nova, Itaverava. Cattas Altas, Lamim, Santo Amaro, Morro do Chapéo, Mariana, Conceição do Camargo, Inficcionado, Sumidouro, S. Caetano do Ribeirão, Cachoeira do Brumado, Furquim, Paulo Moreira, Barra Longa, Ponte Nova, Escalvado, Bicudos, Abre-Campo, Itahira , Santa Barbara, S. Gonçallo do Rio Abaixo, Morro Grande, Concaes, Piracicaba, Cattas Altas do Matto Dentro, Conceição do Pillar, Oliveira de Itambé, Suassuhy, Angustura, Chiador, Sarandy, Sabará, Raposos, Pilar de Congonhas, Santo Antonio do Rio Acima, Curral d'El Rei, Prados, Carandahy, Lagôa Dourada, Lage, Bom Sucesso, Oliveira, Bomfim, Itatiaiaossú, Dolores de Consquita, Piedade dos Geraes, Barbacena, Barroso, Conceição de Ibitipoca, Santa Rita de Ibitipoca, Quilombo, João Gomes, Remedios, Desterro do Mello, Turvo, Bom Jardim, S. Vicente, Madre de Deus, Conceição de Carrancas, Piranga, Calambá, Conceição do Turvo, S. Caetano do Chopotó, Piedade da Boa Esperança, Guaraciaba, Santo Antonio do Bacalháo, Ubá, Rio Branco, Sapé, Bagres, Tocantins, Pomba, Guarany, Mercês do Pomba, Porto de Santo Antonio, Bomfim do Pomba, Taboleiro, Dolores do Turvo, Viçosa, Araponga, Santa Luzia do Carangola, Leopoldina Piedade, Conceição da Boa Vista, Rio Pardo, Pirapetinga, Cataguazes. Capivara, São Paulo de Muriahé, Cachoeira Alegre, Patrocinio de Muriahé, S. Sebastião da Matta, Gloria, Limoeiro, Mar de Hespanha, Espirito Santo, Dolores de Monte Alegre, Além Parahyba, Juiz de Fôra, Chapéo d'Uvas, Chacara, S. Francisco de Paula, S. José do Rio Preto, S. Pedro de Alcantara, Rio Novo, Piao, S. João Nepomuceno, Rio Preto, Santa Rita de Jacotinga, Pouso Alto, Picú, Passa Quatro, Capivary, Virginia, Itajuba, Pirangussú, S. Caetano da Vargem Grande, Soledade de Itajuba, S. José do Paraizo, Cachoeiras, Turvo, Consolação de Capivary, Sapucahy Mirim, Christina, Carmo, Pedra Branca, Santa Catharina, Baependy, Encruzilhada, S. Thomé, Conceição do Rio Verde, Ayuruoca, Bocaina, Livramento, Passa Vinte, Pouso Alegre Jaguary, Extrema, Campanha, Aguas Virtuosas, Lambary, Rio Verde, Mutuca, S. Gonçalo, Alferes, Machado, Carmo da Escaramuça, Tres Pontas, Vargem, Varginha, Lavras, Carmo da Cachoeira, Perdões, Formiga, Boa Esperança, Diamantina, Chapada, Rio Preto, Mendanha, Curimatahy, Gouveia, Datas, Montes Claros e Serro, Itapecerica, Aventureiro, Santa Rita de Sapucahy, Jacotinga, Ouro Fino, Monte Sião, Campo Mystico, Cabo Verde, Cachoeira de Campo, Piedade dos Geraes, S Bento de Itapecerica, S. João Nepomuceno de Lavras, Conceição da Barra, Santo Antonio de Muriahé e Santa Barbara do Monte Verde: Alvim C. Affonso 5.268
--	--	---

		C. d'Oliveira 5.021 Soares 4.553 Leopoldina 4.453 Veiga 4.339 Brétas 2.676 J. Calmon 1.776
19	15 de outubro	O diário oficial de ontem publica os decretos que concedem um ano de licença, com ordenamento ao bacharel Manuel do Nascimento Teixeira, juiz de direito de Iméos, e igual tempo ao desembargador da relação de S. Paulo Marcos Rodrigues de Souza. Assembleia Provincial Sessão em 14 de outubro de 1886 Presidência do Sr. Paes Leme A's 11 horas, achando-se presentes apenas 19 Srs. Deputados, Le-se o: Expediente- Requerimento de Américo Maximo Barbosa, arrematante da reconstrução da ponte sobre o rio Magé, pedindo uma indenização. Abre-se a sessão. A's 11 ½ comparecem mais 17 Srs. Deputados. Abre se a sessão e é lida a ata e aprovada. Projetos : São julgados objeto de deliberação os seguintes projetos: Loterias para calçamento de Niterói. Pedindo para serem reunidas em uma só loteria de 6.000.000.000 rs, as 10 de 600.000.000 rs cada uma que a lei n. 2,805 de 19 de novembro autorizou a presidência para conceder acamara municipal de Niterói a presidência para conceder a câmara municipal de Niterói para ocorre despesas de calçamento das ruas de Niterói por proposta de Carlos Candido Gomes . Classificação de estrada: Autorização a classificar como de 1º ordem a estrada da estação de Monerat na E F de Cantagallo na freguesia da conceição das duas Barras despendendo a somma de 5:135\$842 rs. Pareceres: São aprovados os seguintes pareceres: Concedendo 20:000\$000 rs, para canalização de água potável de Ipiabas em Valença. Concedendo quantia necessária para melhoramentos da estrada que do córrego do Prata vai ao Quilombo, no Carmo. Consignando 20:000\$000 r. para a construção da cadeia de Macahé. A comissão é de parecer que entre na ordem do dia o projeto sobre colonização apresentado pelo Sr. Pedro Luiz. Aprovou a redacção do projecto a. 3,791 que fica sobre a mesa. O Sr. Cyrillo de lemos apresenta e justifica um requerimento dos moradores da freguesia da conceição de gaviões pedindo o restabelecimento da lei n. 2,949 de 1 de outubro de 1887 com alterações. O Sr. Oliveira Pinto pede para entrar em ordem do dia o projeto sobre a estrada de Santa Izabel do Rio Preto a S. Joaquim.
20	20 de outubro	Ordem do dia O Sr. Antonio Leite requer a inversão da ordem do dia para ser discutido o projeto do Sr. Pedro Luiz sobre colonização – E apoiado e aprovado. Entra em discussão o projeto n. 4903 sobre colonização. – É aprovado com dispensa de interstício, a pedido do Sr Antonio Leite. 2ª parte Procede-se à votação do titulo do projeto de orçamento com as emendas. O Sr Baena manda uma declaração do voto contra todas as emendas que tenham por fim aumentar as despesas. Seguio-se a discussão do titulo 3ª das disposições geraes e são apoiadas varias emendas e artigos aditivos que entram em discussão. O Sr Coelho faz largas considerações geraes sobre o orçamento provincial. O Sr presidente marca a seguinte

		Ordem do dia para hoje 1ª parte até 1 hora – continuação da 3ª discussão do projeto n. 3,875 sobre aposentadorias. O resto da matéria dada e mais depois do projeto n 3,669 a 2ª discussão do projeto: N 3,503 gratificação ao porteiro e continuo da mesa provincial e no fim mais. 3ª discussão dos projetos N 3,702 alterado vencimentos de empregados da camara de Itaborai. N 3,704 codigo de posturas de Itaborai. N. 3,471 passa para Santa Maria Magdalena a freguesia do Quilombo. 1ª discussão: 3,221 (não sancionado) fieis pagadores. 2ª parte de 1 hora em diante: continuação do titulo 3º do orçamento provincial. 3ª discussão do orçamento municipal.
21	26 de outubro	Ordem do dia- Primeira parte Foram aprovados os seguintes projetos: Em 2 discussão. 3,854 officio de araruama o Sr. Frões fala contra o Sr.Mello Cunha faz considerações e termina pedindo o encerramento da discussão que foi aprovado. 3,888 sobre empregados municipais. 3,887 sobre cartórios de Magé. 3,884 posturas do Carmo. 3,751 estrada de ferro Macahé a campos. O Sr Pedro Luiz apresenta uma emenda. 3,702 altera ordenados de empregados e divisão de districtos de Itaborahy 3,70? Posturas da camara de Itaborahy 3,471 passando para Santa Maria Magdalena a fazenda do Quilombo 2,567 cemiterio em Carapebús O Sr. Vigário Cruz apresenta uma emenda; em vez de 8:000\$ diga-se: 5:000\$000 1ª dos de ns: 3,905 estrada de Monerat

		3,876 classificação de estradas 2ª dos de ns: 3,774 estrada de Paraty a Ubatuba 3,798 ponte sobre o ribeirão das Lages 1ª do de n: 3,863 concerto da igreja de Miracema 3ª dos de ns: 3,878 novação do contrato com Diniz de Noronha Castro O Sr. Pedro Luiz apresenta a seguinte emenda: Autorisando a presidência a renovar o contrato com Diniz Noronha sobre o ramal que pretende construir desde o rio Bonito até Macahé, para conceder-lhe que os pagamentos sejam feitos em prestações mensaes, na razão dos serviços executados e materiaes importados, verificados e attestados pelo engenheiro fiscal, ficando porém 10% da importância d'estes trabalhos nos cofres provinciaes, para a garantia da boa execução do contrato. 1º o contratante terá direitoa metade da renda liquida na estação de Macahé pelo tempo que antecipar o prazo para a conclusão das obras até a cidade de Macahé. 2ª PARTE Procede-se a votação em 2ª discussão das emendas offerecidasao título 3º das disposições geraes do orçamento provincial e classificadas pela mesa, sendo approvadas. EMENDAS É lida e apoiada a seguinte emenda: Ao artigo 1º accrescente-se – de Itaborahy, elevando a 1:000\$ o ordenado do fiscal da freguezia da villa e a 450\$ o da freguezia d'Itambi. Ao art. 6 accrescente-se – de Santo Antonio de Padua creando o lugar de fiscal do districto de Miracema com 350\$000 rs. Altere-se a numeração das propostas, passando a 3ª a 4ª e assim por diante. ARTIGOS ADITIVOS A CAMARA DE Cantagallo nomeará um guarda para cada cemitério de S. Sebastião do Parahyba, da Conceição no Bomjardim, com o vencimento de 240\$ annuaes. Extinguindo o logar de amantiense do cemitério de Maruhy e creando um logar de amanuense para auxiliar o secretario da camara, com o ordenado de 1:000\$, que vence o amanuense do cemitério e mais a gratificação do secretário quando o substituir. A camara de Sant'Anna de Macacú fica autorisada a nomear um guarda para o cemitério das Cachoeiras de Macacú com o vencimento de
--	--	--

		200\$000. Vae a mesa uma emenda, que é remetida a comissão municipal, aprovando a proposta da camara de Friburgo, que cria o logar de administrador de cemitério com 600\$ e approva o projecto com a emmenda da comissão. Foram retiradas as emendas classificadas sob os ns 14 e 19. Foram rejeitadas todas as emendas, isto é, classificadas sob os ns 2, 7, 9, 10, 13, 15, 17 e 25 havendo votação nominal, sendo a favor 15 e contra 21. O projecto emendado em 2ª discussão e aprovado para 3ª, vae a comissão de fazenda para apresentar a respectiva redacção. Vae a mesa a declaração de terem votado a favor do augmento do imposto de gado e contra a reduccção do imposto de compra e venda de escravos, os Srs. Fróes, Alves da Silva, Lacerda, Virgilio, Duque Estrada, Halfeld, Rodolpho Leite, Pinto Ribeiro, Vieira da Fonseca, Madeira, Pedro Gordilho e contra, os dous últimos. O Sr. Benevides declara votar a favor do imposto de 50\$ sobre compra e venda de escravos. Continua a 3ª discussão do orçamento municipal. O Sr. Briggs faz considerações. São apoiadas varias emendas, entre ellas uma do Sr. Dr. Canto, auxiliando o Lyceu de Artes e Officios de Campos com 500\$000 rs. A discussão fica adiada. ORDEM DO DIA PARA HOJE 1ª parte Continuação da 3ª discussão do projecto n. 3,878 – Diniz Noronha 3ªa discussão dos projectos ns: 3,874. Créditos, 3,332, 3,757, 3,858, 3,806, 3,797, 3,887. 2ª com character de 3ª: 2,954 (não sancionada) 3,764 e 3,876 1ª do de n. 3,915 2ª dos de ns. 3,893 e 3,909 3ª dos de ns. 3,690, 3,856 e 3,665 2ª do de n. 3,669 3ª dos de ns. 3,471 e 3,567 2ª do de n. 3,905 3ª dos de ns. 3,774 e 3,798 2ª parte Orçamento municipal
--	--	--

22	20 de novembro	Sim meninas, com o regresso de meu Primo e Senhor, o xarque e o bacalhao subiram de preço, deixando muito por baixo e affectada da pleura o do bofe interno toda a legião funerária... Um roda, pois, aos faustos do quilombo, o eterno despreso a esse chinchillas, e vinde a entreter-vos com a gente de roupa branca núns prelúdios á milanese... Vinde, que o vosso já mais careca e bisonho
23	5 de dezembro	RETRATOS Habitante do Quilombo, Auns dois annos ou mais, Media verso do Perú, Louvando cousas taes... Eo Perú (que máo peccado!) Tratando amores com elle Odeixa sempre gelado l... (... ilegível) (Continúa) E por hoje, gentis alados, faço ponto... (ilegível). Agora. Aos pinchos do kan-kan! Ao seio das Julietas! COLIBRI
24	24 de dezembro	Foi preso no sabbado e conduzido para a cpital o quilombola Cassiano, escravo do Sr. Major João Franco de Andrade, e cheio de quilombo que foi debellado ultimamente, pela força publica. Este escravo exercia grande ascendencia sobre os seus companheiros, porque, dizia elle, tinha uma grande devoção com as almas, e além d'isso fazia varias feitiçarias, que não impediram de ir elle dar com os ? na cadêa.
1887		
25	8 de outubro	Lavouras de café e Cana Província do Rio Escrevem-nos em data de 3 do corrente de S. José do Ribeirão: Estão se tornando optimos para lavoura do café parte dos terrenos d'esta freguesia outrora considerados frios, em frios em vistude de uma posição alta assim como pela razão inversa tem piorado muito a mesma lavoura do café à margem dos rios Parahyba, Rio Grande e Rio Negro de certa parte para baixo nos logares denominados Aguaquente Piáo, estrada Nova e S. Fidelis onde outrora prosperava o café, sendo hoje completamente extinta essa lavoura que se alguma tem resistindo ais rigores di sol vae succumbindo aos ataques da praga que nos referidos logares tem assolado ultimamente de modo desanimado. Felizmente para essa zona onde a cana atinge grande desenvolvimento em virtude da boa qualidade dos terrenos montaram-se dous magníficos engenhos centraes- Rio Negro e pureza – estabelecimentos de primeira ordem nesse gênero. Estão eles fomentando o plantio da cana que na zona em questão vae dando mais valor aos terrenos depreciados e abandonados em consequência da mortandade do café. Nos terrenos altos de Cantagalo , Nova Friburgo e Santa Maria Magdalena, como sejam duas barras, Rio Negro (até santa Rita), Quilombo, Bom Jardim, Penna, Macuco, S. José do Ribeirão, Amparo, Barra Alegre, Cachoeiras de Macahé, Corrego do Prata, S. Lourenço, Almas, S. Francisco de Paula, Imbé, Macabú, e outros lugares que como dizia eram considerados frios são terrenos que tem se tornado superiores para a cultura do café sobre tudo para o Jara espécie apropriada aos terrenos frios. De passagem e para citar um nome refiro-me

		ao Sr. Jão Emerick verdadeiro e caprichoso lavrador d'esta freguesia no lugar denominado córrego sem ponte, tem este senhor a mais bela lavoura possível de café não podendo se admitir melhor isto devido ao trabalho do lavrador ajudado pela qualidade do terreno.
26	12 de outubro	Serra de Cantagalo Escrevem- nos da vila do Carmo em data de 7 do corrente: Falecem homem em sua fazenda da Boa Lembrança, situada na vizinha freguesia da Conceição de Duas Barras município de Cantagalo o tenente Saturnino de Souza Werneck vitima de moléstia do coração complicada com incômodos de fígado. O finado foi hoje sepultado no cemitério de sua freguesia sendo o seu corpo acompanhado até a ultima morada por numeroso prestigio de amigos e parentes. O tenente saturnino pertencia a numerosa e importante família Werneck muito conhecida em vários municípios da província do Rio de janeiro . Era geralmente estimado e bem quisto pelo seu caráter sério e honesto muito jovial no trato. Tinha sempre uma novidade ou uma anedota para entreter a sociedade onde estivesse o que dava logar a dizer-se que ninguém podia estar triste junto do tenente Saturnino. De seu primeiro matrimonio deixa dois distintos filhos, o sr João Werneck fazendeiro em S. José do Rio Preto sapucaia e o dr Paulino Werneck médico n'essa corte que veio prestar a seu venerando pae os recursos da ciência que foram impotentes diante da gravidade do mal. No segundo consorcio contrahido com a Exma. Sra. D. Marianna Monnerat Werneck deixa viúva e sete filhinhos menores. O falecido era um dos atuas vereadores da câmara municipal do Cantagalo sendo para esse cargo eleito pelo partido conservador. Propala-se por aqui, porem , em confidencia que peço aos leitores guardem a noticia de que é bem possível a companhia Leopoldina fazer a sua ligação com a estrada da bela Joana a Monnerat pelo córrego do prata, serra do Quilombo, Taquara, ao ponto denominado Boeiro dos paulinos, n' aquella estrada isto segundo um longo artigo publicado no Jornal do Cmércio, há pouco tempo pelo Exm. Barão de Cantagalo. Resumem-se estes boatos e conservas no seguinte: a ligação deve ser feita pelo ponto mais conveniente aos interesses da estrada e não pelo ponto mais curto.
27	14 de outubro	Assembleia Provincial Sessão em 13 de outubro Prendência do Sr Manuel Cardoso (2ª vice presidente) As 11 horas da manha acham-se presentes os Srs. Cardoso, Benevidentes, Américo Brasileiro, Leitão da Cunha, Ohveira Pinto Belisario, Bernardo Vasconcellos, Candido Drumond, Bulhoes Sayão, Carneiro maia, Pimenta vigário Cruz, canto Coitinlio, Modesto de Mello Gordilh, Mello Cunh, Rufino Furtado e Briggs. O Sr. 1º secretario procede a leitura do EXPEDIENTE. Requerimento do bacharel, Antonio Augusto Cezar de Azevedo, promotor publico de Macahé, pedindo decretação da verba de 57\$500 de custas judiciais, - A' comissão de fazenda municipal. Ficam sobre a mesa as redações dos projetos seguintes: Despendendo 10: 000 \$ para auxilio das obras de uma igreja em Miracema, em Santo Antonio de Padua. Ficando pertencente a freguesia da conceição de cordeiros a data de terras anexas a fazenda de itahytendiba, município de Itaborahy, pertencente a D. Francisca Alvarenga. Mandando pagar 286\$810 de guizamentos ao padre Rogério Vigario de Guapimirim em magé. A's 11 ½ comparecem os Srs. Alberot Figueira, Alvaro de Lacerda, Augusto Santos, Cyrillo, Gomes de Mattos, Pinto Ribeiro, Coelho Barroso, Vieira da

		Fonseca, Madeira, Varady, Santiago e Almeida Pereira. O Sr. Presidente abre a sessão, é lida e aprovada a ata. São julgados objetos de deliberação os seguintes projetos: Concedendo 2:00 para melhoramento das serra do quilombo, na estrada que partindo do kilometro 14 da estrada de ao córrego da prata e a cidade de Cantagallo. Autorizando a pagar a D. Leopoldina Maria de Araujo Lessa Borges, os juros de mora de 6 % . Despendendo 5:00\$ para auxiliar a construção da igreja da Divisa freguesia do Espírito Santo na Barra Mansa. Creando uma escola feminina da Sede da freguesia de Cebolas no logar Bruno da Lages. Creando uma escola nas duas Barras em San Anna de Macacu. Manda-se pedir informações. Continua a discussão do requerimento adiado do Sr. Presidente pede ao Sr. Carneiro Maia que ocupa a tribuna para ser lido um requerimento do Sr. Gomes de Mattos, pedindo prorrogação da hora por 30 minutos para continuar a discussão do Sr Gomes de Mattos. Prossegue a discussão que fica adiada pela hora. O Sr omes de Mattos manda a mesa o seguinte requerimento: Requeiro preferência para a discussão do presente requerimento afim de que entre amanhã na 1 parte da hora do expediente. Apoiado , é rejeitado. 1ª parte da ordem do dia. Entra em 1ª discussão o projeto n. 3915 criando o 3 tabellionato em vassouras. A discussão fica adiada por ter dado a hora de passar-se a 2ª parte da ordem do dia. Continua a 1ª discussão do projeto n. 3964 da força publica orando o Sr. Alvaro de Lacerda contra, e o Sr. Carneiro Maia a favor. A discussão fica encerrada e reservada a votação para a sessão seguinte n. 3.964 da força publica, orando o Sr. Alvaro de Lacerda contra e o Sr. Carneiro Maia a favor. A discussão fica encerrada e reservada a votação para a sessão seguinte por falta de numero. Entra em 1ª discussão o projeto n.3969, do orçamento municipal.
28	9 de novembro	Colheita de Café Escrevem-nos da linha da estrada de ferro Leopoldina: Tem sido muito boa no geral a carga do café para a colheita vindoura. Em alguns pontos espera-se ainda uma florescência que acudirá dentro d'este mês, porem as eventualidades contrarias estão também aparecendo a todo momento. Como é sabido e notório houve a 25 de setembro uma saraivada acompanhada de chuva e vento. Agora, a 24 do mês findo no reforço do mês mal fez-se sentir estendendo-se por muitos pontos e prejudicando muito a referida colheita futura. Diversos fazendeiros importantes de porto velho do cunha córrego do prata S. Sebastião do Parahyba, Rio Negro, Quilombo etc tiveram graves perdas nos cafezais.
29	10 de novembro	ASSEMBLÉA PROVINCIAL Sessão em 9 de Novembro Presidencia do Sr. Bneevides, suplente de secretario A's 11 horas, feita a chamada, acham-se presentes os Srs. Benevides, conego Goulard, Briggs, Canto Coitinho e Virgilio Pessoa, O Sr. 1º secretaio declara não haver expediente. A's 11 ½ comparecem os Srs. Pimenta, Vieira da Fonseca, Pedro Luiz e Rodolpho Leite. O Sr Presidente, declara que por falta de numero não há sessão, e que sendo hoje a eleição senatorial, marca para ordem do dia 14 a seguinte: 1º parte, (atè 1 hora da tarde),- Eleição de um membro para comissão de redação. Continuação da 3º discussão do projecto n. 3,953, E. de F. Barão de Araruama. - 1º discussão de projectos:

		N. 4,002, créditos. N. 4,001, licença a empregados provinciaes. N. 3,935, auxilio ao cemitério do Rio Bonito. N. 4,000, E. de Rezende a Sant'Anna dos Tocos. N. 3,970, taxa predial de Campos. 3º discussão: N. 3,811, matriz de Bemposta. 1º, n. 3,917, interpretação da lei n. 2,591. 2º, n. 3,383, matriz de Correntezas. 1º, n. 3,943, capella de S. João Baptista. 2º, n. 2,566, escola do Triumpho. 3º n. 3,813, hospital de Macahé. 1º n. 4,027, posturas do Rio Bonito. 3º n. 3,803 (bis), ponte do Rio Murihaé 1º n. 3,860, ponte do Rio Aldeia Velha. N. 3,976 cemiterio do Pilar. N. 3,972, agua para Iguassú. 3º n. 3, 807, estrada do Arrozal á Luiz. 2º n. 3,048, matriz do Jocotinga. 2º n. 3,936, posturas de Padna. N. 3,708, estrada da Limeira. 3º n. 3,862, desobstrucção da Lagôa Feia. N. 3.741, matriz do Rio Bonito. 2º n 3,,819, regimento da camara de Campos. 3º n. 3,302, registro de penna d'agua. N. 3,902, matriz do Turvo. 2º N. 3,915, tabelião de Vassouras. 1º N. 3,518, vencimentos dos empregados da camara de Vassouras. N. 3,471, fazenda dos Quilombos a Magdalena. N. 3,732, posturas do Macahé. N. 3,830, matriz de Valença. 3º dicussão: N. 3,859, cadêa de Macahé. N. 3,947, eleva Friburgo a cidade. N. 4,055, cria empregos na camara de Rio Bonito. N. 4,019, fechamento de portas em S. Fidelis. N. 4,008, iluminação de Magé. N. 3,942, limpeza do canal de Campos. N. 3,961, reparos da matriz de Araruama. N. 3,677, ponte de Saquarema. 2º discussão: N. 3,821, ponte de Araruama N. 3,978, entrada de Friburgo a Sebastiana. 1º discussão: N. 4,011, igreja do Cordeiro, em Cantagallo. N. 3,668, annexa os partidores de Campos. 1º discussão do artigo destacado do orçamento de 1887, não sancionado. Pretensão de engenheiros. 2º parte – Votação encerrada dos projectos: N. 3,964, força policial. N. 3,969, orçamento municipal. 1º discussão: N. 4,035, orçamento provincial.
--	--	--

30	2 de dezembro	Estanque de Tabaco Ilm. Sr. – Salvador Troise, sucessor da viúva, participa a V.S. que, a datar de hoje, 1 de setembro do corrente anno ficam reuzidos aos seguintes os antigos preços das diversas qualidades de tabacos que continuam a ser preparados pelo mesmo e especial systema da casa a saber. Amostrinha clara commum 1,8100 Dita misturada commum 1,8100 Dita clara de 1a qualidade 1,8500 Dita escura idem 1,5600 Simonte claro especial 1,5800 Dito escuro idem 2,8000 S. José 2,5000 Autostrinha Bahia 3,5600 Tabaco Viuva para arcar dentes 2,8400 Canjica de todas as qualidades e legitima do quilombo em garrafa e a kilo por preços diversos em garrafa e a kilo por preços diversos. Rapé Paulo Cordeiro e Arêa preta (Meuron) de todas as qualidades e pelos preços da tala das fabricas com o desconto de 5% para quantidades de 16 libras. Tambem o comprador de 10 kilos de tabaco terá o abatimento de 5 % nos preços marcados e os freguezes da casa terão caderneta, onde de cada vez serão lançadas as comprar afim de bonificar no fim de cada semestre o desconto de 5 % sobre a totalidade das comprar efetuadas no decurso do semestre qualquer que seja a quantidade. As vendas são feitas a dinheiro a vista sem exceção. Os pedidos para a corte e arrabalde poderão ser feitos por cartão postal, sendo prontamente satisfeitos e entregues. Sem mais a comunicar-lhes apresenta-lhe seus respeitosos cumprimentos quem tem o prazer de crer-se. De V. Mee. Att . Ven. Crd. Salvador Troise. Rua do Carmo n. 47 Novembro-1887
31	3 de dezembro	Eleição de Minas 1º distrito - - - 7 distrito Barbacena, barroso, Quilombo, João Gomes, Santa Rita de Ibitipoca, Remedios, L. Duarte, Turvo, Bom Jardim,, S. Vicente Ferrer, Madre de Deus, Carancas , Piranga< Pinheiro, Calambaú, Porto Seguro, Conceição do Turvo, Bacalhao, Guaraciaba. Cesario Alvim.....653 Carlos Afonso.....560 Fidelis Botelho.....560 Leopoldina.....256 Soares.....526 Calmon.....54 Santa Helena.....208 Faltam Melo do Desterro, conceição de Ibitipoca, Oliveira da Piranga, S. C Do Chopotó, S. J . do Chopotó P. da Boa esperança. 8º distrito - - -

		- 20º distrito
32	5 de dezembro	Eleição de Minas Tendo sabido nos diversos jornais apurações visivelmente erradas inclusive a que publicamos porque muitos dos resultados são enviados truncados, procedemos a um minucioso exame de todos os resultados que nos foram diretamente enviados pelas mesas eleitorais. A apuração que abaixo damos foi cuidadosamente feita conforme acima dissemos Eil-a: 1º distrito... 2º distrito ... 3º distrito... 4º distrito 5 distrito 6 distrito... 7 distrito Barbacena, Barroso, Quilombo, João Gomes, Santa Rita de Ibitipoca, Remédios, L. Duarte, Turvo, Bom jardim, S. Vicente Ferrer, Madre de Deus, Carrancas, Piranga, Pinheiro, Calambaú, Porto Seguro, Conceição do Turvo, Bacalhão, Graraciaba. Cesario Alvim653 Carlos Afonso560 Fidelis Botelho560 Leopoldina256 Soares526 Calmon54 Santa Helena208 Faltam: Mello do Desterro, Conceição de Ibitipoca, Oliveira da Piranga, S. C. do Chopotó, S.J do Chopotó P. da Boa Esperança. 8º distrito 9 º distrito 10 º distrito 11º distrito 12º distrito 13º distrito
33	6 de dezembro	1º distrito 2º distrito 3º distrito 4º distrito 5º distrito 6º distrito 7º distrito Barbacena, Barroso, Quilombo, João Gomes, Santa Rita de Ibitipoca, Remédios, L. Duarte, Turvo, Bom Jardim, S. Vicente Ferrer, Madre de Deus, Carrancas, Piranga, Pinheiro, Calambaú, Porto Seguro, Conceição do Turvo, Bacalhão, Guaraciaba, Piedade da Boa Esperança, Conceição do Ibitipoca, Mello do Desterro, Dores do Rio do Peixe, Oliveira da Piranga, S.C do Chopotó e S. J do Chopotó. Cesario Alvim717 Soares632 Fidelis Botelho623 Carlos Affonso621 Leopoldina366

		Calmon.....54 8º distrito 18º distrito
34	17 de dezembro	Assemblea Provincial Sessão em 16 de dezembro Presidencia do Sr. Carneiro Maia Às 11 horas da manhã acham-se presentes 28Srs deputados. O Sr. 1o secretario declara que não ha expediente. Às 11 ½ comparecem mais 13 Srs. Deputados. Faltam com causa os Srs Antonio Leite, Dias da Rocha e Luis Alves e sem causa os Srs. Alberto Figueira, Augusto Santos , Gomes de Matos, Pinto Ribeiro, Porciuneula, Froes da Cruz e Vieira da Fonseca. É aberta a sessão e approva-se a acta. São julgados objectos de deliberação os seguintes projectos: Levando em conta aos professores publicos para todos os effectivos que dependem de antiguidade o tempo em que tiverem em servido de adjuntos substitutos, provisorios ou subvencionados, desde que provem perante a administração que possuem titulos de habilitação para o exercicio do magistério, conferidos pelas municipalidades ou pela escola normal da provincia ao tempo que serviram _Salvador Benevides.- À commissão de justiça, legislação e fazenda provincial. Consignando 12 contos para desseccamento da Lagôa do Vigarro, em Santo Antonio dos Guarulhos, em campos. Approva-se a redação do projecto n 3,862. Fica sobre a mesa a aredação do projecto n. 2,554, creando a freguezia de S. José do Ivahy, tendo por sede o arraial da freguezia da Natividade de Carangola. O Sr. Baena justifica o seguinte requerimento: Requeiro que, por intermedio da presidencia, sejam prestadas informações sobre a importancia actual do patrimonio de cada um dos hospitaes e casa de caridade que recebem auxilio dos cofres provinciaes_ Apoiado, entra em discussão e é aprovado sem debate. 1a parte da ordem do dia Continua a 3a discussão do projeccto n. 3,903 sobre colonisação com substitutivo, apoiado, que foi discutido largamente pelo Sr. Pedro Gordilho. As discussão fica adiada pela hora e passa-se á 2a parte da ordem do dia Continua a 3adiscussão do projecto de orçamento municipal com substitutivo apoiado. São apoiadas varias emendas, discutindo o projecto. O Sr. Pedro Gordilho apresentou hontem o seguinte: 1a As municipalidades estabelecerão em cada freguezia registro obrigatorio para todos os individuos, qualquer que seja seu sexo, maiores de 18 annos, que não provarem contribuir para as rendas publicas mediante impostos estabelecidos em lei, ou possuir titulos de renda ou propriedade. 2a No acto da matricula perante o juiz de paz em exercicio, respectivo escrivão e fiscal da municipalidade, entrega-seha ao matriculado um caderneta que contenha seu nome, idade, logar do nascimento, signaes e profissão que exercer. 3a O matriculado pagara 500 rs. Pela caderneta e registro. 4a Para todas as matriculas o – visto – do juiz de paz se fará duas vezes por anno, nos mezes de Janeiro e Julho. 5a Os individuos, não tendo patrão nem domicilio certo, serão obrigados a mensalmente fazer visar suas cadernetas pelo subdelegado de policia e a

		provarem qual o emprego util de seu tempo. Se não se confirmarem com esta prescrição, serão considerados vagabundos, e como taes sujeitos ás penas estabelecidas no codigo criminal. 6a As municipalidades expedirão regulamentos para a execução d´esta lei podendo impor multa de 30rs a 60rs, ou pena de prisão até 8 dias quando for ella infrinvida. O Sr. Mello Cunha justifica o seguinte requerimento: Requeiro adiamento por 48 horas da discussão do orçamento municipal, afim de que a comissão respectiva considere diversas reclamações das municipalidades. – Mello Cunha. É apoiado e posto a votos é aprovado, e vae á comissão de fazenda municipal. Volta-se á 1a parte da ordem do dia e prosegue-se na discussão do projecto sobre colonisação. Falla contra o Sr. Oliveira Pinto, ficando a discussão adiada pela hora. O Sr. Presidente da a seguinte ordem do dia: A mesma e mais, no fim da 1a parte: 1a discussão dos projectos: N. 4,058, aposentadoria do porteiro de Campos N. 4,063, aposentadoria do ex-colletor de Cabo-Frio, João Anastacio. N. 3,937, limites entre Campos e Magdalena. N. 3,771, fazenda dos Quilombos, da Magdalena.
35	22 de dezembro	Assembléia Provincial Presidência do Sr. Carneiro Maia. As 11 horas da manhã acham se presentes 18 deputados. O Sr. 1 { secretário lê o seguinte. Expediente Oficio do governo devolvendo informação o requerimento de Lnz Jose Cardozo Junior, professor, pedindo que se lhe mande contar o tempo que esteve na escola da boa esperança em Marica. A comissão de justiça e legislação. As 11 ½ comparecem mais 14 Srs. Deputados. Abre –se a sessão e lê se a acta da antecedente. Entraram em discussão e são aprovados as redações dos projetos em S. discussão, ns.: 4,089 tabelinato de Vassouras. E Aprovado o substituto e vae a comissão de redação ficando prejudicado o primitivo. Vae à mesa a declaração de terem votado contra o tabelionato de vassouras os Srs. Rodolpho Leite, Madeira, Virgilio Pessoa, Pedro gordilho, Rufino, Pinto Ribeiro e Carlos Halfeld. São aprovados em 3ª e vão a comissão de redações os projetos n. 3,839, reparos da matriz de Valença, n 3,978 estrada de Friburgo a Sebastiana em 1º o de n. 3937 limites de campos a Magdalena em 3º ,3,608 partidores de Campos que apoiada entra em discussão com a seguinte emenda: dos atuantes partidores será contado o mais antigo em nomeação e distribuidor mais moderno. – Coelho Barrozo. Encerrada a discussão e aprovada emenda com o projeto é remetida a comissão de redação. E aprovado em 1º o projeto n. 4,079 relativo a secretaria da assembleia, são aprovados em 2º o de n 3, 724 pretenseão do tenente Nobrega, n 3,976 reconstrução do cemitério da posse na estrella n, 3,518 vencimentos do fiscal dos médicos e vacinador de Vassouras 3.929 bis pretensão professor Leopoldino Lopes dispensado de interstício e 3,943 reparos na capella da barra de s. João n3,936 codigo de posturas de Santo Antonio de Padua com dispensa de interstício a pedido do Sr. Mello Cunha 3,935. Augmento do cemitério da vila do Rio Bonito e conclusão das obras do paço municipal com dispensa de interstício a pedido do Sr. Benevides e n 3,824 reparos da ponte de Saquarema. São

		aprovados em 1º discussão os projetos ns. 4,052 reforma do maior Pedro Jeronymo com dispensa de interstício a pedido do Sr. Briggs: 4,022 conclusão da matriz de Merity 3,996 construção do cemitério de Indaiassu; 4,046 auxilio a camara da Sapucaia nas obras do saneamento 4,017 auxilio a camara da Parahyba do Sul nas obras de que carece o paço municipal; 4,007 concertos da capella do Bananal; 4,005 pretensão da viúva Vereza sendo dispensado de interstício a pedido do Sr. Virgilio pessoa; 4,067 desliga o município de Mangaratiba e anexa o de Itaguahy freguesia de Santana de Itacurussa; 3,161 concertos da matriz de Nazareth; 4,034 licença a professora Freitas Guiot e outras; 4,037 licença a professora Josephina Rivial com dispensa de interstício a pedido do Sr. Briggs 4,073 licença a professora Carolina Alves; 3,971 escola do riação com dispensa de interstício a pedido do Sr. Bulhoes Sayao; 3,961 reparos da capela de São Vicente de Paulo, 3,965 escolas em Niterói em dispensa de interstício a pedido do Sr. Briggs 4,015. criação de lugares na camara de Rio Bonito com dispensa de interstício a pedido do Sr. Varady; 4,072 licença ao engenheiro Gama Bentes ; 4,064 criação de inspetores do cemitério do Carmo com dispensa de interstício a pedido do Sr. Varady, 3,339 reforma do sargento Zigno com dispensa de interstício a pedido do Sr Varady; 3982 conclusão da igreja da povoação da divisa sendo dispensado de interstício a pedido do Sr. Santiago ; 3,690 desobstrução do Rio S. João em Gavioes sendo dispensado de interstício a pedido do Sr. Cyrillo; 4,077 anexa ao 2º o 1º cartório de Angra dos Reis sendo dispensado de interstício a pedido do Sr. Augusto Teixeira. São aprovados em 2º discussão o projeto n. 4,058 aposentadoria do porteiro de Campos com dispensa de interstício a pedido do Sr. Pimenta. E aprovado em 3º discussão e vae a comissão de redação o projeto n. 4011 construção da matriz de cordeiro em Cantagalo. E aprovado em 1 discussão o projeto n. 4063 aposentadoria de João Anastácio Lopes. São aprovados em 2º discussão o projeto n. 4,049 escolas em monnerat e cordeiro sendo dispensado de interstício a pedido do Sr. Modesto de Mello n. 4,042 construção da igreja de Cambucy com dispensa de inersticio a pedido do Sr. Mello Cunha. E aprovado em 1º discussão o de nº 4,019 fechamento de portas em São Fidelis com dispensa de interstício a pedido do Sr. Virgilio Pessoa. E aprovado em 3º discussão o de n. 4,076 melhoramento da estrada de rodagem de Itatiaia e Itaipava. E aprovado a seguinte emenda: autoritarismo a presidência a despende 20:000\$000 com a estrada de rodagem que comunique Petrópolis a Theresopolis e melhorando alguns caminhos existentes- Candido Drumond. E apovado em 3º discussão o de n 3,909 e vae a comissão de redação o projeto de esgoto de Niterói . Vão a mesa as seguintes declarações de voto. Declaro que voto contra o projeto que passa a freguesia de Itacurussa a Mangaratiba para a de Itaguai Alves da Silva. Declaro que voto contra o projeto de aposentadoria do Colletor Anastacio Lopes Vieira da Fonseca. O Sr. Presidente declara esgotadas as matérias da ordem do dia e ficam sobre a mesa as seguintes indicações: creando o tabelionato de Vassouras. Passand a fazenda do Quilombo de propriedade do Sr. Martiniano da Silva Machado. Autorizando a despende 20:00\$ para compra de uma casa em Macahé para servir de candeia. Despendendo 33:087\$153 para a construção da matriz do amparo em correntezas. Despendendo 10:000 para a matriz da Gloria Valença.
1888		
36	10 de janeiro	Província do Rio Escrevem-nos de Niteroi pedindo ara chamarmos a atenção do Sr.

		Presidente da província para algumas faltas que se estão repetindo do hospital de S. João Baptista de Niteroy com a distribuição de medicamentos trocados dados aos doentes como ainda a semana passada foi vitima um que preferiu abandonar o tratamento n'esse hospital. Reclamam também a respeito da redução para um pão ao almoço aos doentes quando eram concedidos dois. A serem verdadeiros estes fatos que devem ser verificados pela administração convém providenciar para não se repetirem. Acha-se desde o dia 7 do corrente no Macuco o Sr Dr Antonio da Rocha Fernandes Leão presidente da província. A presidência negou sanção a seguinte lei. Os professores provisório terminado o tempo de sua recondução serão declarados efetivos quando o requererem e obtiverem informação favorável do conselho de instrução servindo de base a esta informação o resultado dos exames nas escolas que eles houverem regido e os termos de visita as mesmas lavrados pelo inspetor geral e não consta do archivo da diretoria de instrução informação em desabono da conduta dos mesmos professores: revogadas as disposições em contrario. Nego a sanção: volte a assembleia legislativa provincial. Sem a prova de capacidade profissional dada perante a escola Normal da província alem de outros requisitos não é possível conceder efetividade aos professores públicos. Art. 120 e 123 do regul. De 16 de Dezembro de 1876. Este preceito tem o seu fundamento na boa razão e na sanção que tem tido ele nos regulamentos das academias e escolas de alunos mixtos quanto aos diplomas de professores. Esta prova de capacidade não é dada pelos professores provinciais que conquanto sujeitos a concurso neste não são examinados nas matérias d programa da escola normal. Assim igualar os professores provisórios aos professores publico efetivos só porque aqueles exercem por algum tempo o magistério e criar uma disposição de prova que vae ofender direitos adquiridos alem de que semelhante disposição vae de todo nulificar a escola normal da província por esta mantida como uma necessidade para serem bem preparados os professores públicos. Por estes motivos denego sanção. Pela mesma presidência foram sancionadas as seguintes leis: N. 2,942. Autorizando a presidência a desligar a fazenda denominada Quilombo da propriedade de Martiniano da Silva Machado da freguesia da Conceição da Ponte Nova em S. Fidelis. Fica pertencendo a Freguesia da Magdalena. N. 2,943 aprovada a deliberação da presidência que reformou o capitão do corpo policial Pedro Jeronimo da Silva no posto com o soldo de capitão ficando-lhe porem concedido o beneficio do art. 15 n 2.143 de 9 de dezembro de 1875 isto é o solo major. Lei n. 2.944 autorizando a despender até a quantia de 2:000\$ com a quisição de 400 exemplares do dicionário de nomes próprios organizado por João Hilário de Menezes Drumond para uso das escolas publicas. Lei n. 2,944 autorizando a despender até a quantia de 2,000\$ com a aquisição de 400 exemplares do dicionário de nomes próprios organizado por João hilário de Menezes Drumond para uso das escolas publicas. Lei n. 2,945 autorizando a presidência a contratar a construção uso e goso de uma estrada de ferro de bitola de um metro com Luis Jacome de Abreu e Souza entre a cidade de Angra dos Reis e a Grota Grande sem ônus para a província sendo lhe concedidos os favores da lei. Lei n. 2.946 autorizando a presidência a entrar em acordo com a companhia Campos Syndicate Limited acerca da taxa dos esgotos na cidade de Campos afim da dita companhia tornar taxa menos onerosa aos cofres da província e fornecer água a população por preço razoável. Lei n. 2.947 autorizando a iniciar contrato com a companhia Melhoramento Urbanos de Niteroi para o abastecimento de água potável a cidade de Niteroi.
--	--	---

		Lei n. 2.948 sobre o selo de heranças e legado e o imposto sobre transmissão de bens a titulo de sucesso legitima em testamentaria sobre a transmissão aos herdeiros necessários que continuará a ser gratuita. Lei n. 2.949 autorizando a camara de Campos a conceder aposentadoria ao seu porteiro Tito Ferreira Tiburcio conforme a proposta da mesma Camara. Na Volta Redonda em barra Mansa foi recolhido a cadea Gabriel Ferreira Ribeiro por tentar ferir o negociante Francisco Gonçalves de Andrade. – esta pronunciado em Barra Mansa por estelionatário João Veríssimo de Souza que conforme noticiamos falsificou diversas firmas. – por ordem da policia de Niteroi foi novamente desorganizado o destacamento da freguesia de quatis em Barra Mansa. – Vae ser creado na freguesia de S. Joaquim em Barra Mansa um destacamento policial.
37	21 de feveireiro	Província do Rio Serviço especial Graças aos esforços, zelo e atividade do Sr. Dr. Espinola, digno chefe de policia da província acham-se já recolhidos a casa de detenção os facionoras Miguel Pena condenado pelo jury de Itaguaí preso na linha da estrada de ferro em Vila Nova quando procurava ir para a vila de iguassu pela escolta que estava emboscada na matta. Damião pardo liberto condenado a pela ultima pelo jury de Valença por crime de morte. Onofre preto fulo liberto condenado a Gales perpetuas por crime de morte pelo jury de Macaé. João preto liberto condenado a Gales perpetuas por crime de morte pelo jury de Mangaratiba. Firmo pardo liberto condenado a Gales perpetuas por crime de morte pelo jury de Cantagalo. E conhecido na detenção de Niterói pelo seu mal comportamento estado ainda armado com refle que tinha levado da casa de detenção. Rubens preto condenado a Gales perpetuas pelo jury de campos por crime de morte. Apresentando-se na venda de Henrique pestana de Castro mandou este chamar força ao posto d Barreto e o furriel Porfirio de castr mandou este chamar força ao posto do Barreto e o furriel Porfirio e o aspeçada Américo o conduziram para a detenção. Os primeiros réos vieram a estrada sahido do matto e pedirão de comer em uma casa na freguesia do cordeiro. Desconfiando o dono da casa que eles eram os evadidos mandou chamar o inspetor de quarterão e este reunindo paisanos e auxiliado pelo fazendeiro comendador Alvarenga subdelegado da localidade efetuou a prisão quando eles já sabiam dessa casa e entravam em uma venda para beber cachaça achando-se já um d'eles bastante embriagado. Todos já estavam sem as correntes nem as calcetas tendo as quebrado na montanha. Declararam estar sendo perseguidos pelas escoltas em todos os logares em que queriam sair para a estrada nas matas das setes pontes. As escoltas que estavam em todos os pontos eram de 5 praças alem de muitos paisanos e caçadores que se prestaram a ajudar o Sr. Coronel Machado e major fiscal que sempre estiveram nas matas durante 5 dias. Estas diligencias devidas ao bom tino do Sr. Dr. Chefe de policia ao zelo do Sr. Coronel Machado e de sua officialidade e dedicação das praças deram em resultado serem todos os Gales presos. O furriel Heitor Guinchaval e João Augusto Ribeiro tornaram-se dignos da comissão que tiveram conseguindo a prisão dos 4 primeiros coadjuvados pelas praças Augusto Ribeiro, Alberto Abreu e João Baptista da Silva. Foram elogiados pelo comandante. A policia dos diferentes municípios estava também alerta para a captura dos criminosos. – O Sr. Dr Espinola a vista do ferimento do carcereiro Baptista e do seu estado declarou que nenhuma deliberação ainda tinha tomado sobre sua punição até poder ser interrogado pela falta que cometera. Acham-se já residindo no palácio Ingá o Sr. comendador Joaquim Leite Ribeiro de Almeida presidente da província. As 5 horas da tarde de 11 do corrente na fazenda de ouro fino sita no córrego da prata pertencente ao Sr. João Chrysostomo dos reis cahio um raio em um aceiro

		na plantação de café próxima ao pasto e queimou uma capoeira que media mais de 20 metros de comprimento por 5 a 6 de largura. Segundo nos informou o próprio proprietário da fazenda acima referida as 11 horas da manhã de 12 ainda não se podia estar próximo a queimada por causa do forte cheiro de enxofre que d'ella vinha. No dia 14 do corrente deu-se um fato lamentável e lutuoso no Quilombo. José Quaresma Bruno Junior filho de José Quaresma Bruno estando no seu quarto sentado na beira da cama a limpar com um canivete uma espingarda carregada distrai-se de tal forma segundo dizem que a arma disparou empregando-se toda a enorme carga que continha no lado esquerdo do ventre de sua mulher que nessa ocasião se penteava perto de uma janela do mesmo quarto. Segundo uns o tiro foi casual e a infeliz morreu assassinada por aquele que mais amava, segundo outros o tiro foi proposital pois muitas desintelligencia se deram entre os dois consortes poucos dias antes deste deplorável acontecimento.
38	4 de maio	Diário de Notícias. Não se pode fazer idéa da grandiosidade e imponência com que a população fluminense de todas as classes acudio pressurosa ao convite que lhe fizemos para comparecer á festividade da abertura da assembléa geral. Desde a vespera que cerca de 10 mil cartazes foram distribuídos ao povo e affixados em todos os pontos importantes do transito publico. Pela manhã os jornaes <i>Gazeta de Noticias</i>, <i>Paiz</i> e <i>Época</i> attendendo graciosa e gentilmente ao nosso pedido noticiaram a manifestação projetada e com o seu reconhecidissimo prestigio adheriram á nossa iniciativa. Na véspera a <i>Gazeta da Tarde</i> e a <i>Cidade do Rio</i> dignaram-se afixar em suas portas o nosso convite ao povo aderindo também á manifestação. Pelas 11 horas da manha o povo começou a affuir ao campo da Aclamação junto ao edificio do senado onde bandas de musica populares tocavam lindos trechos. Cerca de 1 hora da tarde havia no logar mais de 8 a 10 mil pessoas imapacientes pela chegada da Serenissima Princeza Imperial Regente. Dentro do paço do senado o espetáculo era imponentissimo. Galerias e tribunas repletas de tudo quanto a corte conta de mais distinto e elegante. O corpo diplomático devida a dignamente representado sendo as honras officiais da recepção exercida pelo moço fidalgo dr. José de Carapebús. Logo que a imperial comitiva appareceu na esquina da rua Visconde de Itaúna o povo moveu-se enthusiasicamente e começou a affluir para as entradas do paço subindo ao ar innumer as gyrandolas. Logo que suas altezas a Sereníssima Princeza Imperial Regente e seu augusto esposo o Sr. Conde d'Eu chegaram as proximidades da casa da moeda o povo prorompeu em ardentes e enthusiasicos vivas e aclamações. Na ocasião em que Suas Altezas transpunham o limiar do paço do senado, o povo que se achava á entrada pelas escadas e galerias acompanhou enthusiamado os vivas que foram levantados pelos representantes do <i>Diário de Notícias</i>, que se achavam juntos a entrada. Logo depois, sendo recebidas com as formalidades do estylo, Suas Altezas tomaram assento no lugar competente junto ao throno imperial e depois que assentaram os Srs. Senadores e deputados, leu Sua Alteza Imperial

	Regente a Falla que adiante publicamos. Ao terminar a Falla o povo, as senhoras, todos enfim que enchiam o recinto, as galerias e tribunais proromperam em aclamações á Regente, á liberdade, á nação e as Suas Magestades, sendo Suas Altezas victoriadas entusiasticamente pelo povo dentro e fora do edificio. Das galerias e tribunais um verdadeiro dilúvio de flores cahio sobre Suas Altezas, sendo de notar que na occasião em que cahiam as flores a nossa Excelsa Princeza dignou-se apanhar alguns cravos e guardal-os dando assim uma clara demonstração do apreço em que teve a espontânea manifestação do povo da corte. Todo trajeto do salão á porta da entrada foi feito entre vivas e flores. No Sopé da escada a commissão do <i>Diario de Noticias</i> composta dos Srs. Dr. B. Ribeiro de Freitas (redactor), Theotonio Regadas (1º reporter) e Gaspar de Souza (chefe da corporação typografica) tiveram a honra de entregar o 1º a Sua Alteza a Serenissima Princeza Regente um lindo ramo de flores artificiais com a seguinte inscripção: A sua alteza Imperial Regente - o povo diário de Noticias em nome do povo. O 2º um ramo igual a Sua Alteza o Sr. conde d'Eu com a seguinte inscripção: A Sua Alteza o Senhor Conde D'Eu - o Diario de Noticias em nome do povo. O 3º, um ramo de cravos e violetas naturaes com a seguinte inscripção: A sua Alteza Imperial Regente – o pessoal do Diário de Noticias. Sendo também n'essa occasião entregues a Suas Altezas exemplares do <i>Diário</i>, impressos em papel de Hollanda, em caracteres dourados. Além da commissão, achavam-se presentes os Srs. J. de Carapebús, barão de Canindé e Dr. Fernando Mendes (redator-chefe), membros da firma social proprietária do <i>Diario</i>, Drs. C. Mendes e Gregório de Almeida (redatores), Terencio Pimentel (administrador), Balthazar e Abelio (reporteres) e quasi todo o pessoal de composição revisão, impressão e administração do <i>Diário</i>. Á sahida do senado, Suas Altezas foram delirantemente saudadas pelo povo que atirava fores a mancheias sobre Excelsa Regente. Pode dizer-se que as flores formavam um tapete e um docel a benemérita Princeza Regente, tal era a profusão de flores e palmas que juncavam o chão e cruzavam-se sobre as cabeças dos príncipes. Alem das flores atiradas, Suas Altezas receberam <i>bouquets</i> offerecidos pelos abolicionistas, Confederação Abolicionista, quilombo da praia Le Blon (pelo joven João Clapp Filho), etc , etc. A entrada no coche de Estado ouviu-se uma voz forte e commovida, que bradou: Viva o Anjo do Brazil! E então um indescreptível e entusiastico viva echoou entre os sons festivos do hymno nacional e o estronderar dos foguetes e salvas reais!
--	---

		Em todo o percurso Suas Altezas foram victoriadas enthusiasicamente. - O <i>Diario de Noticias</i> agradece profundamente o acolhimento que do benemérito povo fluminense recebeu o seu convite. É escusado dizer que do <i>Diario</i> apenas partio a iniciativa; tudo quanto se fez estava resolvido no coração do povo, na grande alma nacional. O MINISTERIO Á chegada do Sr. Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, presidente do conselho, o povo prorompeu em vivas e enthusiaslicas aclamações e fez alas para passar aquelle em quem há muito esse mesmo povo depositou as suas maiores esperanças. Em seguida appareceram os outros membros do ministério, que foram também saudados. O POVO A massa compacta de povo que estacionava em frente do senado esperava anciosa a sahida dos membros do governo para de novo saudalos. Ao sahirem os Srs. Conselheiros João Alfredo, Ferreira Vianna, Vieira da Silva, Thomaz Coelho e Rodrigo Silva, foram de novo acclamados com grande enthusiasmo. Em seguida o povo desfilou pela praça da Acclamação, vindo até á rua do Ouvidor. O SR. SENADOR DANTAS Quando terminou a sessão e depois de ter sahido a comitiva imperial, o povo, reunido ao redor do paço do senado, chamou o Sr. Senador Dantas, que, chegando a uma das janellas, recebeu uma bem significativa e justa manifestação. Respondendo ás acclamações do povo, disse Sr. Ex. que acompanharia o Sr. Presidente do conselho no seu trabalho sobre a abolição, pois que todos os partidos deveriam se unir para isso. O SR. DR. NABUCO Também foi saudado o Sr. Dr. Joaquim Nabuco quando appareceu em uma das janellas do senado. * Os <i>bouquets</i> de flores artificiaes entregues a Suas Altezas Imperiaes foram fabricados no estabelecimento orphanologico da rua do Passeio, de propriedade do cansável industrial Sr. Ribeiro de Carvalho, que apresentou um trabalho que faz honra áquelle conceituado estabelecimento e a industria nacional.
--	--	--

		AS RUAS As ruas pelas quaes devia Sua Alteza Imperial Regente passar, achavam-se imponentemente adornadas por um sem numero de bandeiras, colchas de ricos estofos, folhagens, etc, etc. destacavam-se entre ellas, a do Senador Euzébio e Visconde de Itaúna, que offereciam um aspecto verdadeiramente deslumbrante. * Algumas das casas da rua do Ouvidor alçaram os seus estandartes, illuminando as suas frentes, entre ellas a em que se acham estabelecidas as nossas officinas e redacção. A IMPRENSA E A MANIFESTAÇÃO A <i>Gazeta de Noticias</i> transcreveu em entrelinhado no noticiário o nosso boletim. O Paiz disse: “O nosso colega <i>O Diario de Noticias</i> affixou hontem, em diversos pontos da cidade, um boletim convidando o povo, as associações populares e os clubs abolicionistas, a comparecerem hoje, às 11 horas da manhã, no campo da Acclamação, junto ao edificio do senado, para, depois da abertura da assembléa geral, acompanharem Sua Alteza Imperial Regente, por começar neste dia uma nova era gloriosa de liberdade.” A <i>Epoca</i> publicou o seguinte: “MANIFESTAÇÃO A SUA ALTEZA IMPERIAL O nosso colega do <i>Diario de Noticias</i> espalhou hontem pelas ruas da cidade um convite ao povo para reunir se junto do paço das sessões do senado, afim de fazer a Sua Alteza Imperial Regente uma manifestação solemne, acompanhando-a depois da abertura da assembléa geral. Acompanhamos com igual enthusiasmo esta grande prova de veneração a quem muito e muito d’ella se torna credora. A aurora da liberdade foi sempre saudada pelas mais expansivas manifestações da alma, e a augusta mão que em poucos dias irá firmar o mais solemne documento d’essa era de luz e de vida para a nossa pátria, não é só digna de empunhar o sceptro da realeza de um grande povo, como carece de palpar as intimas pulsações do enthusiasmo da nação que lhe rasga o preito da sua vassalagem e do seu amor.” A <i>Gazeta da Tarde</i>: “O <i>Diario de Noticias</i> publicou hoje uma edição especial em letras douradas e nitidamente impressa em homenagem a Sua Alteza Imperial a Serenissima Princeza Regente. Applaudimos o seu acto e nos associamos a tão justa manifestação.” O <i>Novidades</i>: “Os nossos collegas do <i>Diario de Noticias</i> offereceram-nos um exemplar da
--	--	---

		sua folha de hoje, impressa em papel especial e a tinta de ouro. Agradecidos pela fineza dos collegas.” * A Falla do throno foi toda transmitida telegraphicamente para <i>La Prensa</i>, de Buenos-Ayres.
39	31 de maio	SEMANAES - A critica- O Atheneu, de Raul Pompéia apareceu por estes dias em livro. Já esta concluída a impressão do Supplício de uma mulher de Ferreira Leal. Horácio de Carvalho deu começo aos trabalhadores ty. Pograpficos do Chromo. Esta prompto e é de esperar que a cidade do Rio publique brevemente em folhetins o Quilombo, do coelho Netto. Da Europa devem vir não so dois livros quase novos e quase desconhecidos de Aluizio Azevedo. – o Coruja e o Mulato – como também o Cortiço do mesmo e a carne de Julio Ribeiro. Alcindo Guanabara procura editor para vencildo. E tudo isto sem falar em outros prometidos livros que estão se elaborando e os quais mais ou menos já tem sciencia o publico. Acentua-se pois e de mais para mais o anunciado movimento romancista no ano da graça de 1888 que já figura gloriosamente nos anes políticos do Brasil e que deverá acupar posição saliente na história inicial da na literatura.
40	30 de junho	Província do Rio (serviço especial) Pela presidência foi nomeado domingos Manuel Dias depositário publico de Petrópolis- Pela presidência foram removidos os professores: Domingos José Enéas da escola do Desengano em Valença para a da armação em Cabo Frio. D. Rita Albertina dos Reis Caldas a seu pedido da escola Mixta da freguesia da Guia na estrela para o do Rodeio freguesia do Tinguá em Vassouras. A presidência despachou as seguintes petições. D. Elizarda Lima de Almeida Campos professora da escola particular subvencionada do retiro em Araruama pedindo para mudar a escola para o logar Quilombo município de Saquarema.- como requer. A irmandade de Nossa Senhora do Rosario erecta da cidade de Paraty pedindo entrega da quantia votada no parágrafo único do art. 28 da lei n. 2.922 de 31 de dezembro de 1887 para as obras de que carece a respectiva igreja. – não pode ser atendida. José Antonio Fernandes arrematante da conservação dos jardins públicos de Niterói pedindo relevação da multa que lhe foi imposta pela diretoria das obras. – reduzo a importância da multa ao grão médio. – José Victor Pereira Monteiro professor da escola particular subvencionada do logar denominado Capelinha freguesia de Santo Antonio do Rio Bonito em Valença pedindo para passar a regência da escola a Paulinho Cezar pereira Monteiro como seu substituto. Não pode ser atendido. Luiz Manuel da costa professor da escola particular subvencionada do logar porto real freguesia da cidade de Rezende pedindo para mudar a escola para o lugar em que estabelecido o engenho central da companhia União agrícola- deferido. – a presidência comunicou a deretoria da instrução ter autorizado a deretoria das obras a mandar executar pelo orçamento de 1:050\$75 os reparos e melhoramentos de que carece a sala do prédio acupado pela Escola Normal para poder nela trabalhar a escola anexa e fornecer a mobília precisa a sala do 1 ano da mesma escola. E um relevante serviço prestado aos alunos dessa escola tão reclamado pela imprensa. Folgamos ver S. Ex attender assim as justas reclamações que por mais de uma vez temos feito.

41	11 de outubro	Eleição Senatorial - Minas – São conhecidas as votações de mais os seguintes colégios: S. Gonçalo de Ubá(Furquim), Conceição da Ibitipoca, S. Caetano Ribeiro Abaixo, Bom Jesus do Furquim, S Roque do Caratinga, Sacramento, S Gonçalo do Rio Abaixo, Santo Antonio de Rio Acima, Congonhas de Sabará, Bonfim, Rio manso, Bom Sucesso, Lages, Lima Duarte, Quilombo, Mercedes do Pomba, S. Francisco da Gloria, Guarany, Rio Pardo Alagoa de ayuruoca, Soledade de Itajuba, Santa Rita de Cassia Passos dores de Aterrado, S. Sebastião do jaguary, Monte Santo, Caldas, Campestre, Santa Rita de Caldas Santa Izabel, Sant’Ana de sapucahy, Alfenas, Nossa Senhora da Piedade do Retiro e Mercedes de Arassuahy.
1889		
42	21 de fevereiro	No Quilombo, termo de Garanhuns, João de Araujo disparou uma arma de fogo contra João Lopes da silva que sendo atingido pelo tiro faleceu no imediato. Araujo apresentou –se a polícia.
43	10 de março	10 de março O ministerio cuja formação assignala esta data, nasceu das entranhas da questão militar, que mezes depois escapou de tragal-o, e de que elle soube desvencilhar-se por um artificio de prestigiação tão simples quanto bem succedido. A reacção do gabinete 20 de agosto levára ao paroxysmo a crise, em que a propriedade servil arquejava desde o ministerio 6 de junho. Complicada com o conflicto abertamente travado entre o exercito e o governo, com as humilhações a que este confessamente se agachára, com subalternidade que aquelle lhe impuzera, com a dispersão incruenta mas geral e definitiva, dos captivos em S. Paulo, a agonia do escravismo chegára ao estertor, desesperada e impallivel. O genio da abolição annunciava á alma popular a hora da consagração suprema das suas aspirações; porque a resistencia desaparecera com prestigio da autoridade nas capitulações successivas do ministerio Cotegipe, sob a solidariedade do senado, ante o quero da espada impaciente dos generaes. E quando o exodo da raça escravizada, propagando-se já pela provincia do Rio de Janeiro, mostrou ao poder que, para demorar os dias da escravidão, seria mister recaptivar homem por homem a massa innumeravel dos evadidos, e guardar cada fazenda mediante uma companhia de sicarios fardados, pois o soldado brasileiro repellia a missão ignobil,- as exigencias d’essa conjuctura, decisiva em relação a toda a ordem social no pais, encontram a corôa e o executivo tremulos, quasi supplices, aos pés do exercito agitado ao calor da grande conflagração, e fraternizando publicamente com ella. Logo que o escravo se fez homem, pela consciencia de que era, e o <i>non possumus</i> militar desarmou a reivindicacão dos proprietarios, a abolição estava de facto promulgada. Ninguem se illudio a esse respeito, senão os diretamente interessados em eternisar a escravidão, e, d’entre esses mesmos apenas os menos intelligentes ou os mais apaixonados. O tropel longinquo do povo negro debandando-se pelos serros paulistas, murmurava aos nossos ouvidos. Entre as emoções, que traziam suspenso o espirito publico, dir-se-hia que, no escuro azulado das montanhas que se recortam no horizonte d’esta cidade, a imagem da raça levantada projectava a sua sombra pela imaginação do povo, como se o Cubatão estedesse por sobre os Orgãos a cabeça coroada pela insurreição pacifica do escravos. A nação inteira declarava-se acoitadora dos fugidos. A lei espuria e infame de 1885 convertera-se no maior dos triumphos para a

		propaganda abolicionista, que do stygma de ladra, forjado contra ella, soube fazer o mais glorioso dos florões, e obrigou a realeza, nas festas de Petropolis, a penitenciar-se da sua obra adereçando-se com as camelias do quilombo de Leblon. A policia, hostilizada pela tropa e sequestrada nos quarteis a bem da ordem, perdera toda a acção sobre as ruas electrizadas da capital cujos movimentos tanta vez tem mudado a politica do imperio. Tratava-se, portanto apenas de saber que ministerio viria assignar o acto da nação. O throno não deliberou, senão quanto á escolha pessoal dos referendatarios. Não deliberou o gabinete, que, tendo oscillado, até á vespera, entre projectos de emancipação mais ou menos indemaizada em serviços, vio-se obrigado, á ultima hora, pela pressão publica a subscrever o golpe immediato. Não deliberou a camara, onde a liberdade foi decretada por servilismo, e as forma regimentares desapareceram no alvoroço. Não deliberou o senado, cujo voto a corôa reduziu á condição de formalidade subentendida, annunciando-lhe, pelos seus ministros, a sanção antes do debate final. Não deliberou a regencia que, compromettendo-se, por essa manifestação official, antes de receber o autographo legislativo, confessou a sua coacção de animo; unica explicação admissivel para essa manictação prévia da autoridade do poder moderador, prescindindo abertamente da ultima palavra parlamentar. A lei de 13 de maio constitue, pois, um trophéo revolucionario; trophéo em que não ha sangue, porque foi arrancado ás inconsciencias da politica imperial desarmada, pela rebeldia incruenta dos escravos, com o apoio da opinião publica e do exercito brasileiro. Não representa um beneficio dos partidos, nem uma liberalidade da corôa, mas a mais estrondosa submissão d’ esta á intransigencia de forças indisciplinadas e extra-legaes, e a mais inaudita decepção por que aquelles ja passaram – um, vendo envolvidos os seus creditos conservadores na mais radical de todas as ousadias, o outro achando-se redusido a protestar contra uma usurpação, que vinha merecidamente punir os seus conluios recentissimos com o escravismo. O ministerio, que se organisasse para oppor veto a essa torrente, cujas represas estoiravam, teria desaparecido na catadupa como despresivel casca de nos, e com elle o principe que o sustentasse. Quebrando os laços de partido, como R. Peel, a evolução do sr. João Alfredo foi a parodia por antithese da do grande estadista inglez. Este reformou, desagradando ao throno, perdendo o poder, e renunciando ás insignas de chefe conservador. S. ex., pelo contrario, esposou a revolução para alcançar o poder, estar bem com a corôa, e dignificar-se chefe dos chefes na mesma parcialidade. Se a sua consciencia tivesse então a palavra, a linguagem de s. ex. aos seus amigos teria sido mais ou menos esta: “ Nos Estados nominalmente constitucionaes, o maximo dever dos partidos consiste em governar durante o mais largo periodo possivel, seja sob que bandeira fôr. N’ este nosso jogo de equilibrio, em que o menor piparote da corôa zomba dos mais habeis volantins_ chefes de homens, isto é, de interesses, não tem a faculdade de sacrificar o poder a principios. Eu, que hontem contestava aos mais adiantados sapadores liberaes o direito de emanciparem os escravo sexagenarios, ja não tenho duvida nenhuma em levantar contra a propriedade sacrosanta do homem sobre o homem a mão do partido conservador, desde que o exercito nos ameça com o braço armado pela abolição, e a escravaria decreta a sua propria liberdade. Paira no ar uma corôa de loiro, á espera da primeira cabeça que se lhe enfie entre as palmas. Porque havemos de renunciar em proveito dos nossos adversarios, essa gloria, com as bemaventuranças annexas? Reacção sem
--	--	---

		bayonetas não pode havel-a; e as baynetas estão com o abolicionismo, que abrio as senzalas, e despovoo as fazendas. Referendemos, pois, a reforma ja irrevogavelmente sellada nos quilombos e nos clubs militares; e o partido conservador estará no seu posto, estando com a pólvora, as balas, o facto consummado e o bel prazer da monarchia.” Eis, cá no nosso humilde entender, a philosophia histórica da lei de 13 de maio. É a maior de todas as nossas leis, a segunda constituição do imperio. Diremos mais: é a verdadeira constituição da nossa nacionalidade; porque tudo é provisorio e embryonario em um Estado, que assenta na escravidão. Mas attribuir-lhe o merecimento á corôa seria esbulhar a nação, a <i>verdadeira redemptora</i>, a que alentou a propaganda abolicionista, inflammou o brio aos seus soldados, communicou a sua vida ao coração dos escravos, e levou de tropel leis, camaras, ministros e hesitações da realeza. Eis, ao nosso ver, <i>o ponto de vista abolicionista</i>. Perdõem-nos os nossos correligionarios nessa luta, em que fomos o minimo dos combatentes. Essa opinião nossa é antiga, é a que redactor-chefe d’ esta folha defendia quinze dias antes do 13 de maio perante um <i>meeting</i> abolicionista na Bahia. “ O merito da politica regencial”, dizia elle, “consiste em ter aberto os olhos a evidencia, e não chicanar mais com o facto consumado. Reconheçamos-lhe esse mérito; mas não deliremos. Preservemos a memoria justa: saibamos descer ás origens moraes, e exercer o discernimento das responsabilidade. Não ha hosannas que entoar aos deuses, mas confiança que cobrar em nós mesmos.” Isto no tocante ao preterito. Quanto á politica imposta pelas necessidades da nova éra, diremos o que nos parece <i>o ponto de vista abolicionista</i>. Não comprehendemos que a abolição possa transformar-se em manto de misericordia par fraqueza dos que assignaram essa medida. Pelo contrario, a honra da posição assumida por esses consiste em não haverem estremecido ante os deveres novos e centuplicados que ella lhes creava; a sua deshonra, em terem ficado abaixo d’esses deveres. Abolicionismo, já uma vez o dissemos, é organização radical do futuro; abolicionismo é renascimento nacional. Os que fizeram esta campanha, assumiram para com a patria um compromisso, que está por saldar; a eliminação progressiva das instituições servis; por outra: das instituições que viveram pelo consorcio com a escravidão, que se nutriram dos seus vermes, e agora extinto o captiveiro negro, hão de conspirar tenazmente pela eternidade do captiveiro branco. E ha seriamente que possa esperar taes reformas d’este gabinete septicco e estafado? A escravidão, resumo de todos os crimes, suppressão organizada do sentimento moral pela covardia e pelo roubo, avesa os povos á promiscuidade habitual com ignorancia, a miseria, a violencia, a malversação. O governo que extingue essa prostituição legal de uma sociedade inteira, acorda a consciencia publica; e o primeiro a quem ella ha de pedir conta d’ahi em diante, é elle. Se essas contas o não justificarem, ella nunca lhe perdoará o tel-a despertado, para envergonhal-a A medida será, de então avante, mais estricta, a syndicancia mais vigilante, o melindre civico mais sensivel. Que tem feito, para se sabir escoimado do novo tribunal o ministerio conversador, condecorador e contratador? <i>O ponto de vista abolicionista</i> é precisamente o que o fulmina.
--	--	--

44	14 de março	Hontem, aniversário natalício do nosso amigo e disticnto commerciante Sr. José de Seixas Magalhães dirigiram-se diversos amigos á sua residência na Gávea significativamente conhecida pelo cognome de Quilombo Leblon, afim de lhe levarem a felicitação, em nome da amisade e do abolicionismo, pela victoria do qual elle tanto se interessou e combateu. Associando-nos a esse regozijo d'aqui lhe enviamos nossos parabens.
45	23 de março	RIO-SANTOS APPELLO Á IMPRENSA Não há sinal mais expressivo da civilização de um povo do que a sua solidariedade na tradição e no desenvolvimento nas aspirações e nas ideias nas sympatias e nos dissabores na resistência aos males do governo ou na luta contra as calamidades da natureza. Nos tempos de hoje a imprensa encerra em si o órgão mais ativo dessa tendência organizadora que difunde e reconstituir incessantemente as forças da nação pondo em comum ela corrente intelectual todas as utilidades todas as energias todos os princípios esparsos de vida renovando a hematose moral do paiz. Esses grandes agregados humanos afirmam a sua personalidade a sua existência orgânica a sua razão distinta orgânica a sua razão distinta de ser menos pela imponência das instituições e pelo aspecto dos recursos materiais do que pela delicadeza de sensibilidade do seu sistema nervoso em transmitir instantaneamente a todos os pontos da periphéria nacional as fortes impressões populares as contrações do sofrimento as largas expansões generosas ou as melancolias do puto público. Quando a pátria pede um homem de eleição um desses filhos cujo logar não se supre na lareira da mãe comum há em cada celular humana entre os seus compatriotas uma fibra que estala um minúsculo vaso que se rompe e sagra com se o dor devesse ter uma expressão dilacerante em cada molécula viva. Que será quando é uma grande comunidade que desapaarece homem a homem família a família as dezenas as centenas aos milhares de vitimas sob o céu que incendeia sobre a terra que envenena ante a indiferença ou a morosidade do estado que sepulta entre os clamores dos orphanados que tresvariam estendendo os braços a piedade arredia impotente desconsolada? Santos, a grande metrópole commercio da opulência paulista despovoando-se ao sopro de uma longa lufada de morte que enche os túmulos como os ventos máos de inverso despem as arvores e amarellecem o chão de folhas perdidas da aos nossos corações magoados o espectáculo trágico da extineção de uma cidade debatendo-se meio viva contra a mortalhe entre a serrania carregada e o morno estuário lodoso. Aqui, de cada casa, ao ler dos periódicos matutinos gritos de aflição das mulheres das crianças dos velhos exhalam a anciedade das lamas como se assistíssemos de longe desarmados ela distancia a um naufrágio infineto sobre o vasto oceano escuro e implacável. Cada um de nos os desta maruja que labuta na imprensa amarrados ao posto do dever enquanto a vaga murmura as agonias dos que vão desaparecendo na catástrofe levanta quotidianamente pelo que vão pelos que sobrevivem pelos que periclitam no vértice do abismo o brado implorativo da caridade ao poço e ao poder aos indivíduos e as forças

		coletivas. Mas quer parecer-nos que não cumprimos de todo esse amargo e lutuoso dever a caital do império não estará na altura da sua responsabilidade enquanto não estiver em santos no meio dos que sofrem expiram e lutam. Para casa uma das entidades do jornalismo fluminense há ali um logar vasio cujo silencio nos exprobra. Os que não faltam nas alegrias nos triumphos nas celebrações festivas não poderiam faltar nos dias dolorosos da aflição e do desalento. Santos é um dos centros brasileiros onde pulsa mas vigoroso o corção da pátria santos precursora da abolição Santos a que laureon o tumulo de José Bonifácio com a redenção dos captiovos Santos a terra do quilombo do Jaguara, oagina indelével da epopeia abolicionista, Santos, berço prospero de um povo de yankees da liberdade e do trabalho . Que cada um de nós, os (?) fluminenses, designe o seu (?) e formemos todos uma (?) imprensa para ir levar ao (?) da grande cidade (?????) (...) ao mesmo tempo, uma guarda de vigias fieis, para acompanhar a prestação dos soccorros á população afflicta, fiscalizando, em nome da humanidade, esse serviço, para evitar ou reprimir os abusos, que a publicidade afugenta, ou cohibe. Relevem-nos os nossos collegas a ousadia da iniciativa. Não a aventamos, senão porque a sua simplicidade nos autorisa e a sua expressão generosa nos protege.
46	3 de abril	NOSSA VERACIDADE A espada vingadora da justiça historica, que a illustre redacção da <i>Gazeta de Noticias</i> desembainhou ante-hontem contra nós, em defeza das glorias abolicionistas da regencia, dez dias depois do artigo que agora nos expõe a este desgosto, suscitando esse protesto, não chega a magoar, cá em baixo, a nossa cabeça; porque outra mais alta, a de um réo eminente, nos aparou o reves da lamina, recebendo-o em cheio. A <i>Gazeta de Noticias</i> é quem defende o <i>Diario</i> contra a <i>Gazeta de Noticias</i>. Esta com effeito, aos 16 de março do corrente anno, dava a prélo a seguinte sentença: “ D’aqui a algum tempo, quando os entrelinhistas tiverem de celebrar as glorias do ministerio 10 de março, ao lado da lei de 13 de maio, que estava feita, que <i>tanto podia ser decretada por estes homens como por outros quaesquer</i> designados pela corôa, para approvarem A OBRA QUE A NAÇÃO TINHA QUASI LEVADO AO CABO...” N’este lance, pois affirmava o nosso honrado amigo: Que, antes do ministerio João Alfredo, a lei de 13 de maio estava feita: Que essa lei tanto podia ser decretada pelos sete membros d’este gabinete, <i>como por outra quaesquer</i>; Que ella foi <i>obra da nação</i>; Que, ao oganizar-se o governo actual, a <i>nação já a tinha quasi levado ao cabo</i>. Que, em summa, a corôa não fez mais do que <i>desigar os homens</i>, para lavrarem o decreto. Ora, tal respeito no mereceram sempre as opiniões do nosso judicioso collega, que nos acontece a miudo archivar-lhe os escriptos, entre os nossos papeis preciosos, como documentos de intelligencia, estudo e

		civismo; de sorte que, quando a 22 de março, lançamos ao papel o nosso edictorial <i>Politica de ingratidão</i>, tínhamos dentro em nós a luz, sempre accesa, da consciencia, e ante os olhos, na mesa de trabalho, a autoridade, sempre segura, da <i>Gazeta</i>. Havíamos ruminado seis dias esse veredictum; e foi com a vista e a reflexão fixadas n'elle que, acoroçoado pelo apoio de tão irrecusavel mestre, mais confiadamente do que nunca pronunciámos o nosso antigo juizo. Suppunhamos, pois (e o publico dirá se com fundamento, ou não), desenvolver apenas o pensamento do contemporaneo, quando escrevemos: “A extincção do elementos servil foi, <i>no sentido mais stricto da palavra, uma conquista popular</i>, arrancada ás vacillações e repugnancias da regente emancipação geral da provincia de São Paulo e pois crise militar nas ruas do Rio de Janeiro.” “Mostrem-nos, entre esses factos, a iniciativa, ou, sequer, a <i>interferencia determinate da corôa</i>. Ja não restava a regencia alternativa, a não ser entre o sr. João Alfredo e o partido liberal. Mas, ou fosse com este partido, ou com aquelle homem politico, excluida a hypothese insensata de novo retrocesso ao escravismo, cotegipista, só remanesciam duas soluções possiveis ao problema servil: a abolição atempada por um termo de dois ou tres annos e a abolição immediata. A primeira já não se podia assizadamente ensaiar, desde que, na ebolição em que refervia o animo dos escravos, ninguém descobriria meios humanos de contel-os durante o tirocinio de serviço forçado. A emancipação a prazo acarretaria de facto a abolição instantanea, com a desvantagem das lutas que o direito legal dos senhores, por um lado, e, por outro, a avidez natural dos escravos travaria por toda parte. Entre a emancipação immediata pela desordem e a abolição immediata pelo parlamento, a corôa preferio esta; não tendo, portanto, que optar senão entre duas formas, uma pacifica, outra tumultuosa, da abolição immediata. Onde, portanto, <i>a gloria, a heroicidade, a virtude em se submeter ao que não podia evitar?</i>” Extrahindo d'este topico as theses, que d'elle resaltam, vel-as-hemos avultar nas proposições seguintes: <i>A extincção do elemento servil foi estrictamente uma conquista popular. A corôa não tem nella iniciativa, nem interferencia dominante. Não reconhecemos a regencia imperial gloria, heroicidade, virtude; por isso que não as ha em se submeter ao que não podia evitar. A regencia cedeu, mas depois de vacillar, e repugnar.</i> D'estes quatro assertos, o unico que se não encontra explicitamente exarado na <i>Gazeta</i> de 16 de março, é o que se refere ás <i>vacillações e repugnancias</i> da princeza regente. Note, porém, o publico: nós não dissemos que a regencia vacillou, e repugnou até o dia 13 de maio. Pelo contrario, expressamente consignámos que já ao ministerio Cotegipe, no seu periodo terminal, principiára a fallecer o amparo da regencia, derradeiro e futil esteio a que ainda se arrimava a escravidão: mas isso por influxo de uma conjuração aulica, e sob a pressão irresistivel de acontecimentos, que apertavam a regencia n'este dilemma: promulgar a abolição, ou promulgar-a sempre, com os conservadores, ou com os liberaes. Eis as nossas palavras: “O eminente chefe conservador encontrou invariavelmente no throno o apoio mais firme á resistencia servil: e quando lhe escasse essa força, não foi por incompatibilidade entre as suas tendencias e as do sceptro, mas em consequencia da inflexibilidade de sua tempera ao cortezanismo que
--	--	---

		principia a governar-nos.” E ainda: “Carecente de tino para calcular as consequencias das suas deliberações, a regencia, que não cogitava senão em cevar a sua vindicta contra a altivez de um ministro rebelde ao dominio dos galões brancos, alienára do throno a confiança do elemento conservador. Ascendendo ao poder em tese circumstancias, desautorado no seu partido, o ministerio 10 de março <i>não poderia literalmente viver, sendo arriando-se á agitação abolicionista</i>, que já emancipara a provincia de S. Paulo, que espalhava em todos os sentidos o rastilho incendiario na provincia do Rio, que desorganizava o trabalho escravo na provincia de Minas, apertando d’est’arte n’uma cinta de ferro inflammado a côrte do imperio, e sacudindo no seio d’esta o brandão das coleras militares” Não nos impugna, pois, em coisa nenhuma a <i>Gazeta de Noticias</i>, quando, pretendendo demonstrar que a dictadura escravista do 20 de agosto não teve o mais amplo beneplacito da regencia imperial, oppõe nos testemunho do proprio barão de Cotegipe. Diz nosso brilhante antagonista: “ Foi este illustre homem de Estado quem, ao abrir-se a sessão parlamentar do anno passado, declarou que por vezes a regencia <i>insinuára que era preciso tratar da questão servil</i>. “Foi elle quem, em conversa com os seus intimos, se queixou <i>da propaganda que faziam os meninos principes no correio imperial</i>, e da parte activa, ostensiva, <i>que a regente tomára á frente da propaganda abolicionista em Petropolis.</i>” O que ahi está, n’esse trecho do nosso gentil amigo, já nós o disseramos: com differença de que o que o <i>Gazeta</i> assoalha em honra da regencia, nós o apontamos em seu desabono. A <i>propaganda dos meninos principes</i> e o patrocínio das kermesses abolicionistas em Petropolis eram dois elementos palpaveis de um d’esses conluos palacianos, que a boa moral politica sempre verberou na monarchia constitucional, e de que não ha necessidade, nem se colhe proveito, nas causas populares. Se a regencia já não pactuava com o ministerio Cotegipe, o unico meio legitimo de convencer d’isso a nação e a historia, era retirar lhe formalmente a confiança, e chamar para logo outros estadistas, que déssem corpo e autoridade official á reacção contra o captiveiro. Mas conservar esse gabinete, deixal-o perpetrar contra o abolicionismo todos os arbitrios apraziveis á escravidão, autorizando, ao mesmo tempo, a propaganda antiministerial dos imperiaes bambinos, e associando-se ás expansões libertadoras na capital de estio do nosso high-life, era desconhecer o primeiro de todos os deveres de um chefe de Estado para com os seus ministros, de um principe para com os seus conselheiros da corôa e a lealdade aos primeiros cidadãos que com a responsabilidade dos seus nomes cobrem a irresponsabilidade do sceptro. O redactor chefe do <i>Diario de Noticias</i> nunca teve applausos para essa attitude bifronte, para esses tramas do mais perigoso palacianismo. Antes, mais de uma vez se referio ao espectáculo da princesa ataviada com as camelias dos quilombos, em expressões de trasparente reparo, denunciando n’essa duplicidade uma tergiversação e n’essa conculcação publica, pela regente imperial, da imperialissima lei de 1885 a imagem viva do abolicionismo nacional esmagado sob o peso de suas forças a resistencia do throno. Demittir o ministerio Cotegipe seria obra de um aceno. Demittido estava elle pela sua impopularidade. Porque o sustentava a princeza regente?
--	--	---

		Porque o manteve nove mezes contra a vaga das coleras populares? Seria porque a regencia quizesse a abolição? Ou, pelo contrario, porque <i>repugnava</i> em lhe abrir os braços? Seria porque houvesse esposado o abolicionismo, ou, pelo contrario, porque o temia, e vacillava em lhe dar a mão? Não estão ahi, colhidas em flagrante, as <i>repugnancias</i> e as <i>vacillações</i>, que affirmámos? Da sensibilidade com que a serenissima princeza se adereçava, em Petropolis, com as flores cultivadas nos valhacoitos de escravos fugitivos, conclusis que ella adoptára o abolicionismo. Mas da firmeza com que a regencia continuava a armar de poder absoluto o ministerio 20 de agosto, para perseguir abolicionistas, e trucidar os escravos, não quereis inferir que a regencia era escravista! Que dialectica então é essa? O recto espirito do nosso collega, que ora empunha a balança de Themis, onde estão sendo pesadas a oiro e fio as nossas humildes palavras, ponha lhe n'uma concha os beneficios da kermesse ponha lhe no outra o martyrologio abolicionista sob o ministerio Cotegipe, uma e outro factos e actos da regencia, e diga-nos: para onde se inclina o fiel? Que é o que elle indica no quadrante: abolição, ou escravismo? Quereis ser benevolo? Havei então de colligir abolicionismo e escravidão ao mesmo tempo. A regencia era simultaneamente escravista e abolicionista. Condescendia com a escravidão, e os osculava a abolição. Conspirava contra a escravidão no paço e sustentava a escravidão no governo. Logo, hesitava entre os dois extremos. Como, porém, o governo pesava mais do que kermesses, obvio é que a abolição era sacrificada á escravidão Mas a regencia insinuára ao gabinete Cotegipe que “era preciso tratar da questão servil” Até onde? Em que sentido? Não se sabe. Tambem o sr João Alfredo não só insinuára, mas declarára, em 1884, a urgencia de resolver, mesmo pelos conservadores, a questão servil; e, quando o ministerio liberal do sr. João Alfredo adjerio á escravidão contra elle. O proprio barão de Cotegipe, nos últimos dias de 1887, prometteu aos seus correligionarios estudar a solução do problema, abonçando com o oleo d'essa esperanças as ondas minazes do senado na moção Silveira da Motta: e ninguem inferio d'ahi tendencias abolicionistas n'esse homem de Estado. A lavoura mesma, toda a grande lavoura, queria que <i>se tratasse da questão servil</i>: e ninguem a imaginou convertida ao abolicionismo. Não presumam, pois, enleiar alguém em taes nugas. A questão é esta: Estava, ou não estava, <i>feita</i> a abolição, quando a princesa chamou a si o sr. João Alfredo? Se estava feita, como a <i>Gazeta de Noticias</i> affirmou, ha quinze dias, _quem fez? A nação, disse, ha quize dias, a <i>Gazeta</i>. Prescindamos, porém, do argumento <i>ad hominem</i>. Se não foi a nação, quem seria? O Imperador? Esse gerou apenas o ministerio Cotegipe. Mas durante essas administração todas as forças governativas requintaram em opposição ao abolicionismo. Se, pois, não obstante essa exacerbação da resistencia official, a abolição se consummou no espirito publico sob o esse gabinete mesmo, claro está que foi a despeito d'elle. Teria, porém contribuido para ella o concurso da regencia? Como? Se as primeiras veleidades abolicionistas da regente não se manifestaram senão depois de debandada a escravaria paulista e repellida pelo exercito a missão, que lhe commettera o ministerio regencial, de banhar o Cubatão no sangue dos escravos? Mas diz o nosso illustre amigo que se sua alteza quizesse aguentar a
--	--	---

		reação escravista, personificada no gabinete 20 de agosto, <i>o povo teria sido mais uma vez embrulhado</i>. Não, não teria: não poderia ter sido. Quem o diz? Nós? Não. O nosso collega mesmo. Mexemos, com veneração, o nosso escriptorio de prezadas reliquias, e lá se nos depara, nas <i>Coisas Políticas</i> de 8 de agosto de 1887, esta passagem: “Só ha dois meios de dominar a opinião: captando-a pelos bons serviços prestados ao paiz, ou vencendo a pela força. A primeira hypothese não é o caso do actual governo. <i>Na questão servil</i>, o governo está em desaccordo com a <i>maioria do paiz, mesmo com grande parte dos senhores de escravos</i>... Falta, pois, ao governo, o apoio da opinião desinteressada. <i>Para dominal-a pela força, setia preciso que o governo pudesse contar com o exercito</i>. “ACREDITA O SR. BARÃO DE COTEGIPE PODER DISPOR D’ESSA FORÇA?” O tom d’esta pergunta envolve, evidentemente, uma resposta negativa. Já em 1887, portanto, nos primeiros dias de agosto; tres mezes antes do não do exército a ordem de partir em perseguição dos captivos, o abolicionismo na opinião do nosso illustre collega, triumphára na maioria da nação, e, para o embargar, faltava á regencia o unico recurso efficaz, ao ver do contrmporaneo: a adhesão dos nossos soldados. A esse tempo, entretanto, ainda a regencia não pusera ao seio a primeira camelia do nosso amigo Seixas. Repitamos pois: a abolição é uma victoria popular, cujos instrumentos foram o escravo e o exercito brasileiro. E appellemos da <i>Gazeta</i> de hoje para a <i>Gazeta</i> de hontem, melhor informada, porque mais visinha dos factos.
47	2 de maio	O DIA DE HOJE PARABENS Fazem annos hoje as exmas. Sras. : D. Henriqueta Andrade de Souza, D. Maria Adelaide Celestina Pinto, D. Christina Augusta Cupertino, E os illmos. Srs. : Capitão Numa de Azevedo Vieira, Horacio Veiga, Euclides de Paula Barros, Antonio Monteiro da Silva, Carlos, filho do dr. Carlos Teixeira. * Completa hoje 11 annos de idade, a menina Dioguima, filha do pharmaceutico Antonio da Costa Moraes. * Completa hoje mais um anno de idade a disticnta abolicionista Mme.

		Seixas, esposa do nosso bom amigo, o incansável Seixas, do Leblon. Estrangeira, fez-se brasileira e poz-se ao lado dos escravizados, abrigando-se em sua casa e tornando-se sua verdadeira amiga. Não fôra Ella, que não existiria o famoso quilombo, onde uma infinidade de infelizes iam buscar conforto e consolação aos seus soffrimentos, cultivando sob a sua direcção as famosas camélias que se tornaram históricas. Cumprimentamol, recordando-lhes as suas glórias passadas. * Faz hoje annos a exma. Sra. D. Eriphila Rosa Pamplona, virtuosa e exemplar esposa do popular e digno Sr. Commendador Ichrerico Narbal Pamplona, proprietário d'esta praça.
48	13 de maio	Antes e Depois Era apenas um (?) filete d'água crystallina. Cercava-o a matta selvagem(?) da nossa esplendida natureza. E dir se hia que somente animaes ferozes habitavam-na . Viam alli erguido o colo da serpente, seduzindo a boa Eva. Um quilombo de bárbaros e assassinos perversos. A seita de Jack estripador. Não eram filhos de Deus. Alli estava a alma damnada de Lucifer. Espantinho da grandeza e o terror da realza, bem poucos d'ellas se approximavam. E esses recebiam logo estigma de bandidos. Eram homens que não tinham nada a perder. Temiam o seu contacto. Acreditavam estarr alli o vírus pestilento da lepra, que tenderia a infeccionar o meio social. Hydra horrifera. - - - Mas cresceu, avolumou-se e fez o maior rio da pátria – o Amazonas do abolicionismo. E as vagas do mar, bravias e poderosas, bramiam sempre e sempre – os governos monarchicos. Ergueram-se grossas muralhas, levantaram-se enormes bastilhas e colunas fortes de ferro. A luta foi leonina. Plácido, risonho, deslisava o rio da luz, o rio sagrado, o rio divino. Por fim, em cataractas, o Amazonas despenha-se com ímpeto e estrondo medonho. E as ondas oceânicas, constituídas de elementos estranhos, impuros e damnosos – precipitam-se á foz do rio brilhante, majestoso, enorme.

		Falto de glórias, sequioso de pureza, o mar então as vagas escancara, para suavisar o amargo de suas águas, antes que por cima jorrem as correntes impetuosas da abolição. E a realeza veio tragar o veneno que lhe repugnára sempre. O brilhante curso do santo rio termina na foz. E é ahi que as águas se confundem e polluem-se as do glorioso rio pela junção das vagas assassinas de sempre.
49	14 de maio	RAPIDAMENTE Em Santos – a gloriosa mãe dos captivos – deram-se interessantes episódios no tempo da campanha abolicionista. Vou contar um. * Os chefes abolicionistas eram tidos pelos negreiros em conta de uns perversos de homens sem entranhas, capazes de matar gente como quem mata uma mosca. – O Santos Pereira, diziam, tem uma capangada feroz. – Os pretos do quilombo do Quintino são uns tigres, diziam outros. E punham se a contar uns casos horrorosos, descrevendo com as mais negras cores as atrocidades que diziam ser praticadas pelos ladrões de escravos. Chegava do interior um fazendeiro qualquer ou algum capitão de matto, a buscar o preto ou os pretos que lhe haviam fugido. Contava a coisa ao comissário de café, seu correspondente, ou a alguma outra pessoa. – O que! Exclamava ao ouvi-lo. O senhor sabe o que vae fazer? Não se metta com essa gente do Santos e do Quintino. Uns bárbaros! E o caixeiro da casa – os caixeiros representaram um bellíssimo papel, auxiliando os abolicionistas com informações acerca dos planos dos caipiras – o caixeiro da casa acrescentava: – Nem o senhor pense n'isso. Matam-no ahi em qualquer esquina. Volte para S. Paulo. É bom conselho. Olhe que em elles sabendo quem o senhor é, não precisa mais nada era uma vez... O homem arregala os olhos. * Um bello dia o Santos estava em seu armazém com uma roda de amigos, á espera de um matuto a quem queriam pregar uma peça. Eis senão quando, em vez do que esperavam, appareceu um fazendeiro chegado n'esse mesmo dia. Andava a passeiar e entrou para fazer umas compras, mal sabendo onde se tinha ido metter. O chefe olhou para os companheiros e sorriu. O caipira encaminhou se para o fundo do armazém. Nem bem virou as costas, foram fechadas as portas da rua.

		– O que é isto? Perguntou, assustado. O proprietário da casa berrou-lhe: – Saiba que está em frente do Santos... – Virgem Nossa Senhora! Murmurou o fazendeiro a tremer. Os amigos do Santos estavam imperturbáveis, com umas caras muito amarradas. – Suba! Trovejou o chefe, apontando lhe a escada que levava ao pavimento superior. O typo, a tremer, foi subindo os de grãos e os trocistas o acompanharam. Na sala de cima encontrou uma grande mesa e á frente d'ella umas poucas de cadeiras. – O senhor está diante de um tribunal! Prevenio o Santos, sentando-se á mesa. Os companheiros separaram uma cadeira e mandaram: – Sente-se no banco dos réos... E occuparam as outras cadeiras. O fazendeiro, de amarello que estivera, fora se tornando verde, depois vermelho. – Então o senhor veio a esta cidade para pegar os seus escravos que aqui estão? Confesse! – Vim, sim senhores... – Pois bem! Gritou o Santos, erguendo se, accendendo o olhar, soltando um murro sobre a mesa, engrossando a voz. Pois bem! Está condemnado á morte... Á morte... O senhor vae morrer... O caipira juntou as mãos implorando piedade. – Não! Disseram todos. Vae morrer... Está condemnado... O homem teve um arripio. Estremeceu dos pés á cabeça. Tinha os dentes cerrados pelo medo. O Santos tornou a sentar-se, coçou a barba, coçou o cabello. – Está bom... Vá lá... disse com um gesto de generosidade. Perdoamos-lhe. Ah! Mas é com uma condição... – Qual? Interrogou elle, ancioso. – A de retirar-se amanhã da cidade... Volte para a fazenda... Parta... Vá embora... Porque senão... – Sim ... sim... * No dia seguinte o fazendeiro tomava o trem e deixava os pretos muito socegadinhos em Santos.
--	--	---

50	20 de agosto	PROVÍNCIA Á VENDA Quem, fóra de interesses de partido, ao clarão fiel das idéas, segue, com olhos anciosos, por entre a noite d'estes tempos, onde a administração accende a luz falsa das suas lanternas chinezas, a direcção da vida official, no turbilhão de malefica actividade, que a regira, não póde furtar-se a um arripio quasi de terror. Dir-se-hia a liquidação do espolio de um indifferente, ou a partilha soffrega de um grande cadaver, no ampo, entre as aves famintas do céu. Tal o espectáculo do imperio. A luta eleitoral poz tudo em almoeda. O eclipse da vontade do Imperador, que hoje não passa de um dominado, removeu todos os obstaculos ás cobiças protegidas. A grande feira, onde tudo se alborca, vicia com os seus engodos o sentimento politico em todas as parcialidades. As conversões, cujo preço se traduz em concessões opulentas do Estado, transigem se ás escancaras, até na metropole, onde influencias locaes, ainda ha pouco declaradamente votadas ás candidaturas republicanas, conduzem agora, entre os porcariços do governo á custa de favores trocados na praça, o rebanho pachorrento dos amigos, quase deixam negociar como gado em pé na balança dos votos. Uma pesada atmosphaera de oppressão abafa a lealdade, e patriotismo, as convicções resistentes. Se ha alegrias, são de appetites satisfeitos. E ao exemplo dos grandes poderes do Estado, todos os que dispõem de uma parcella de autoridade independente, dão-se pressa em entrar na grande exploração, que abre a sua garganta de báraithro sobre o paiz. N'esse quadro, onde os pormenores caracteristicos se multiplicam ao infinito, a assembléa provincial de Minas, nas sessão que acaba de encerrar se deixou um episodio, em que o industrialismo corruptissimo dos nossos dias assume dimensões fabulosas. Visitada pelas mais graves necessidades nas suas finanças, essa grande provincia, onde se esperanças dos amigos da nação enxergam um dos centros do nosso renascimento moral, careceu ainda ha pouco, de recorrer ao credito, para acudir a compromissos, para satisfazer a dividas vencidas, para occorrer até aos juros dos seus compromissos. D' esta situação anomala e dolorosa da sua fazenda a prova está na lei provincial n 3,713, de 7 do corrente mez, cujo artigo unico dispõe: “ Fica o governo autorizado a emitir apolices, bonds, ou fazer qualquer outra operação de credito mais vantajosa, no paiz ou fóra d' elle, não excedendo de sete mil contos, para occorrer aos serviços extraordinarios especificados na vingente lei do orçamento, <i>do que pelos mesmos serviços se ficou a dever no exercicio de 1888, e para solver o debito com Banco do Brazil</i>, ampliadas para este effeito as autorizações do §6 6ª parte e §2ª do artigo 3º da citada lei: revogadas as disposições em contrario.” D' estas circumstancias resultava, incontestavelmente, para o seu governo o dever restricto, inflexivel, supremo, da parcimonia mais sustera no uso das responsabilidades financeiras. Abstenção de todo o dispendio inutil; vigilancia implacavel na distribuição do crédito provincial; estudo escrupulosissimo no exame das pretenções sapirantes á generosidade do legislador em materia de isenções, de privilegios, de garantias ligadas ao Thesoiro. Mui longe d' isso, porém, a recém-encerrada sessão da assembléa-provincial foi o jubileu de todas as voracidades de guela hiante á protecção administrativa. Dir-se hia ter-se convertido aquella instituição n' uma bomba immensa de aspirar ao pé de uma montanha de oiro, n' uma sanguessuga rabelaisiana, applicada contra uma plethora apopletica de riqueza. Um louco de verania furiosa da prodigalidade não procederia de outro modo, se confiassem á sua gerencia as minas da California cunhadas em moeda corrente.
----	--------------	--

		Só em proposições já sancionadas <i>emquanto simplesmente a vias ferreas</i>, tem publicado a folha official as seguintes: “Lei n 8,706 – de 27 de julho de 1889: “Autoriza á concessão de <i>privilegio por 50 annos e garantia de juros de 7% sobre 2,000,000\$</i> para construcção de uma estrada de ferro que, partindo de Aventureiro, passando pela cidade de Mar de Hespanha, vá terminar a catação de S.Pedro. “Lei n. 3,707- da mesma data: “Autoriza a <i>concessão de privilegio</i> (tempo indeterminado) e <i>garantia de juros de 6%</i> sobre 5,400,000\$, para construcção de dois ramaes de estrada de ferro que, partindo de João Gomes, sigam: um pela freguezia de Dores do Parahybuns e Quilombo, a terminar na cidade Lima Duarte; e outro pelas freguezias do Livramento, Arraial Novo, Mercês do Pomba, procurando (textual) a cidade do Pyranga e d´ahi <i>em busca</i> (textual) da freguesia do Guaraciaba, pelo rio Pyranga. “ Lei n 3,708, - da mesma data: “ <i>Concede privilegio</i>, nas condições do contrato da estrada do Valle Sapucahy (?) e <i>garantia de juros</i> sobre 6,000,000\$, durante 30 annos, 7% pelo tempo da construcção e 4% depois, para uma estrada de ferro que, entroncando-se na Mogyana, no municipio do Sacramento, se dirija á cidade do Patrocinio. “Lei n 3,709 - da mesma data: “Art. Unico.- Fica concedida á companhia estrada de ferro Juiz de Fóra e Piau, nos termos da concessão primordial d´esta companhia, ou a quem melhores vantagens offerer, o privilegio para construir, usar e gozar de um ramal entre a estação da estrada de ferro Juiz de Fóra e Piau, denominada Lima Duarte, ou outra mais conveniente, e o districto da Nossa Senhora da Conceição do Formoso, passando pela povoação do Piau (Divino Espírito Santo do Piau) <i>tomando o preço de vinte e cinco contos de réis para cada Kilometro aberto ao trafego, para a effectividade da garantia de juros.</i> “Lei n. 3,710- da mesma data: “ Art. 1. É o governo autorizado a contratar com a companhia Oeste de Minas a construcção, uso e gozo de uma linha ferrea de setenta e seis centímetros ou um metro de bitola, que, partindo do ponto mais conveniente do ramal de Lavras, da estrada de ferro Oeste de Minas, passando pela cidade de Lavras do Funil e pela freguezia do Carmo da Cachoeira, vá terminar no ponto mais conveniente da estrada de ferro Minas and Rio, concedendo os seguintes favores: §1. <i>O privilegio por cincoenta annos sobre uma zona de trinta kilometros para cada lado do eixo da linha.</i> §2. <i>Garantia de juros de 7%, durante vinte annos, sobre o capital maximo de dois mil e setecentos contos de réis.</i> §3. Todos os mais favores permitidos pelas leis e regulamentos em vigor sobre o serviço de viação ferrea.” “Lei n.7,711 – da mesma data: Art. unico. Á empresa da via-ferrea de bitola estreita da cidade de Marianna ao municipio de Ponte Nova, contratada a vinte e quatro de setembro de mil oitocentos e oitenta, é concedida a <i>garantia de juro de sete por cento</i> sobre o capital maximo de cinco mil contos de réis, devendo, a estrada passar pela parochia da Barra Longa, cidade da Ponte Nova, tendo como ponto terminal o arraial da Conceição do Casca; revogadas as disposições em contrario.” O capital garantido por estas seis concessões eleva-se a cerca de vinte e dois mil contos de réis.
--	--	---

	Ha, porém, outras muitas proposições, já publicadas, que se acham pendentes da sanção provincial. Eil-as: “N. 3,314- Autoriza concessão de <i>privilegio por 50 annos</i> e garantia de juros de 7% sobre 25:000\$ por kilometro, pelo prazo de 20 annos, não excedendo de 15,000:000\$ e outros favores, ao tenente-coronel José Antonio de Almeida ou á companhia que organizar, para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro, que partindo de Patos, e passando por Paracatú, vá aos limites da provincia de Minas com a de Goyaz. “Em eguaes condições, com as mesmas garantias, autoriza ao concessionario a a abrir uma estrada entre o porto do Capetinga, no rio Grande, ponto terminal da navegação do rio Grande, passando por Piumhy até o ponto mais conveniente do rio S. Francisco, porto navegavel, não excedendo a garantia de 2,000:000\$000.” “N. 3,315 – Autoriza o governo a contratar com o dr. Ernesto da Silva Braga, por ei ou por companhia que elle organizar a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro, que, partindo do ponto terminal da Oeste de Minas, no alto S. Francisco, vá, pelos pontos mais convenientes, ás margens do Parahyba, divisas de Goyaz, prevalecendo a mesma garantia de juros, favores e onus e concessões de contrato colebrado com a Oeste de Minas e sobre capital máximo de 13,000:000\$000.” “N. 3,316- Autoriza a conceder ao engenheiro Manuel Augusto da Neves, ou, a quem melhores condições offerecer, <i>privilegio por 50 annos com garantia de juros</i> de 5 por cento sobre o capital empregado, não excedendo o custo de <i>cada kilometro</i> a 30:000\$, para construcção, uso e gozo de um ramal ferreo que partindo da estrada de ferro do Musambinho, no seu ponto inicial, na divisa d’esta provincia ou do ponto mais conveniente na mesma estrada, passando a nascente do ribeirão da Canoas e entre as freguezias de Monte Santo e Guaxupé, em direção a S. Sebastião do Paraizo, vá terminar a 5 kilometros de Jacuhy. “ Privilegio de zona, preferencia para introdução de immigrantes, etc. <i>E bem assim a garantir juros de 6% sobre o capital que for despendido com a construcção desde as immediações de Jacuhy a S. Sebastião do Paraizo</i>, nunca excedendo a 30:000\$ <i>por kilometro.</i>” “N. 3,318– Modifica a bitola da estrada concedida pela lei n 3,652 para a bitola de 0,90. Autoriza a substituição do termo de desistencia negada pelo governo. Concede ao concessionario a garantia de 7% sobre 500:000\$ por 20 annos. “ N. 3,319- Autoriza a contratar com a estrada de ferro Oeste de Minas o prolongamento do ramal de Itapecerica para Formiga mediante garantia de 7% sobre 1,000:000\$000” “N. 3,320- <i>Garante juros de 7% sobre</i> 300:000\$ para uma estrada de ferro bitola estreita ou bound a vapor, de Santa Barbara, termo de S. João Nepomuceno á estação do Rochedo do ramal da Serraria.” “N. 3,321- <i>Privilegio por 50 annos</i>, juros de 3% sobre 700:000\$ pelo mesmo prazo a José de Moura Neves, ou quem melhores condições offerecer, para construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro que, da estação da cidade de Leopoldina, vá ao Rio Pardo, com um ramal que dos Thubas vá á Piedade.” “N. 3,322- Autoriza a contratar com Augusto Carlos Grey Tavares, ou companhia por elle organizada, para estrada de ferro de Sabará ao Serro. Capital 7,500:000\$, <i>juros 7% privilegio por 50 annos.</i> “N. 3,323- Garantia de juros sobre 1.460:000\$ para uma estrada de ferro do porto do Pontal ao Paracatú. “N. 3,324- Concessão a Alfredo Quene, de privilegio (?) e <i>garantia de 7% sobre</i> 12.810:000\$ para uma estrada de ferro entre a cidade do Serro e
--	---

	Aymorés, dividida em secções, etc. “N. 3,329- Privilégio por 30 annos garantia de 7% sobre 200:000\$ para uma estrada de ferro entre a estação de Viçosa e a cidade do mesmo nome.” “N. 3,330- Concessão a Thephilo B. Ottoni: <i>privilegio por 50 annos garantia 7% por 20 annos</i>, capital 6.000:000\$ para uma estrada de ferro do ponto terminal da <i>Bahia e Minas</i>, em Minas Novas, e que vá ter montes Claros.” “N. 3,331- Concede a Augusto Carlos da Sila Telles e Godofredo Escragnoille Taunay uma estrada do Carangola a Santa Barbara, juros 7% sobre 7.000:000\$ “N. 3,333- Concessão á <i>Bahia e Minas</i>: <i>garantia de juros e privilegio</i> igual á já concedida á mesma, sobre capital de 5.000:000\$ para prolongamento desde o Pontal até S. Francisco. Essas dezesseis autorizações perfazem uma somma, cuja importancia passa de 74,000:000\$, que adicionados aos 22,000:000\$ da primeira série, apresentam um total de 96,000:000\$. E segundo a illustre redacção da <i>Provincia de Minas</i>, onde colhemos estes dados, que dir-se-hiam os commemorativos de um accesso de delirio deliberante, ha ainda, por sommar, varias outras proposições, votadas este anno, mas ainda não trasidas á Imprensa, no valor de trinta a quarenta mil contos. A enormidade sobe, pois, a cerca de CENTO E TRINTA MIL CONTOS. Não fallando nas immunições mercês addicionaes, na vasta extensão dos prazos, na liberalidade dos privilegios de zona, um dos quaes abrange <i>trinta kilometros</i> a cada um dos lados da estrada. Ora, ao começarem os trabalhos legislativos, já o <i>Diario de Minas</i>, outro importante órgão de publicidade, mostrára, com elementos positivos, bebidos na exposição official do estado do Thesouro, ser tão monstruosa a responsabilidade da provincia, nas <i>concessões decretadas até aquella data</i>, que, se viesse a realizar-se, “<i>infallivelmente a levaria á banca-rota</i>”. Essa responsabilidade, só no tocante á sua viação ferrea, orçava em 91,834:913\$701, ou, digamos, noventa e dois mil contos. O erario provincial, demais a mais, <i>suspendera, desde junho</i>, o comprimento das suas obrigações mais de preceito, <i>deixando, até de pagar aos funcçionarios os seus vencimentos</i>, como attesta a <i>Provincia</i>, e aos deputados os seus subsidios, as suas ajudas de custo, <i>por falta de dinheiro em caixa</i>. É n’estas circumstancias, com uma das mãos estendida ao credito por um emprestimo projetado de <i>sete mil contos</i>, com as vertebbras derreadas á carga das concessões approvadas em annos anteriores, <i>afóra muitas outras garantias de juros votadas este anno mesmo, a beneficio de outras empresas, no valor de milhares de contos</i>, que o thesoiro mineiro á <i>couer léger</i>, com esta derrama de via ferreas, toma aos hombros, ainda, o fardo inaudito de um abono de juros ao patial de cento e trinta mil contos de réis. Reunidos aos <i>noventa e dois mil</i>, que a oneravam, completam elles a somma de DUZENTOS E VINTE E QUATRO MIL CONTOS, ou a 7% em juros annuaes, quinze mil seiscentos e oitenta contos. Quasi o quántuplo da renda provincial. Mas é um phrenesim de alagadores furiosos! São os convulsionarios da prodigalidade estes legisladores. Possuem lhes, diante os saldos colossaes do orçamento americano, e elles o sumiriam, em poucas horas de rhetorica, na voragem das pretenções particulares. Sabia essa legislatura o que fazia? Envidou sequer os meio de sabe-lo? Ponderou conscienciosamente esses projectos, que a ganancia da industria particular fez lampejar aos seus olhos em falsas esperanças? Não. Deixou-se involuntaria ou voluntariamente, fascinar pela habilidade
--	--

	pintoresca dos pretendentes. A politica dos melhoramentos materiaes é util, é sabia, é essencial ao nosso desenvolvimento. Mas cumpre que seja reflexiva, pratica, estudiose, severamente investigadora, escrupulosamente limpa. Apoie a administração os cometimentos da previsão individual, mas quando ella, technicamente assenta em bases seguras, não aventurar a sacrificios estereis e gravosos encargos a penuria afflictiva das nossas finanças, condemnadas a uma existencia alternativa de expedientes e desastres. Na deficiencia extrema de dados geodesicos, na inexactão grosseira das cartas com que se luta em todas as nossas provincias sem cadastro, sem estatisticas, sem orientação oficialmente determinadas á viação publica, as concessões da linhas ferreas devem estribar-se em certas condições imprecindiveis a consciencia do legislador, para não cahir ineptamente nos laços que lhe arma a rapacidade dos especuladores. Só em presença de ante-projectos instruidos com estudos minuciosos e authenticos sobre os raios de curvatura, as curvas de nivel, a configuração do terreno, os perfis, os planos geraes de obras de arte, os typos e medida das construcções, o calculo das excavações, dos transportes, dos alinhamentos, das declividades, as operações topographicas e astronomicas, a natureza e os recursos da zona, a direcção da via, a situação das estações, o orçamento da despesa com as suas verbas descriminadas – se deveria render, esclarecido e convencido, o poder legislativo. <i>O meio efficaz, pois, de evitar assaltos ao Thesoiro e alçapões á boa fé adminitração seria limitar a estudos as primeiras concessões, e sobre esses, depois, quando concludentes, autoriza a construção das estradas.</i> Mas o que se está fazendo, é garantir estradas de ferro em debuxo, que ou não passarão do primeiro negocio então o concessionario e o capitalista illudido, locupletando os paes e padrinhos da invenção, ou, se forem levadas a effeito, representarão onus pesadissimo ao contribuinte, por longos periodos de annos, se não determinarem a fallencia das provincias concumicamente com o Estado. A immoralidade que se acaba de passar se, na assembléa provincial de Minas, toca os limites do phantastico. Se ella se consummou, até certo ponto, ao que nos parece, com alguma cumplicidade das opposições, não é menor por isso a responsabilidade do governo. Os votos dos seus amigos bastariam, para evitar essa bachanal financeira; e a docilidade providissima d’elles não se desmentiria n’este caso, se o ministério empenhasse em atalhar o escandalo a minima dóse d’essa vontade de aço empregada nas tyrannias da cabala. Estamos assistindo a uma phrenetica superaxcitação de appetites, promovida, em parte, pelo alvoroço natural dos interesses despertados á nascença de uma situação anhelantemente almejada, em parte pela política eleitoral do governo. Este, em vez de moderar os baixos instinctos da indigencia e de avidez exacerbadas, foi precisamente quem, pela sua fatal concepção dos <i>auxílios a lavoura</i>, pura cilada aos lavradores e ao Thesoiro, deu com estrepito o signal da corrida aos balcões, que o Estado abrio, e onde se sacca sobre as candidaturas ministerialistas. E d’esta liga de presentes, de permutas, de promessas se está fundindo o metal da unanimidade parlamentar, de cujo cimo o gabinete espera troveja as suas glorias. Como se fosse alheio ao accesso de megalomania, a que deixou entregar-se sem freio a assembléa provincial, a presidencia, nas mãos de um cidadão eminente, honrado, mas fraco e incompetente em administração, acaba de nomear uma commissão especial, para consultar sobre as
--	---

		resoluções votadas. Entretanto, estilo já sancionadas concessões, que abrangem um capital superior a vinte e dois mil contos, o que não é nenhuma bagatela para um thesoiro de provincia encravilhada, e, accrescendo aos <i>noventa e dois</i> já garantias, elevavam a cento e quatorze mil a responsabilidade provincial por garantias a essa casta de empresas, <i>Cento e quatorze mil contos</i> de principal, a 7% representam 7.980:000\$ em premio annual. Suppondo que as especulações favorecidas rendam metade desse juro, ahi está, para a despeza da provincia, só em garantias a linhas ferreas, um onus orçamentario de tres mil novecentos e noventa contos, quantia superior a receita provincial. Noticiando a nomeação d'esses commissario, o <i>Liberal Mineiro</i> de 13 do corrente confessa que essa deliberações da assembléa traziam e trazem apavorada a provincia. O presidente, porém, não o soube, não o vio, senão depois de praticado pela assembléa o mal, que elle podia cortar, e não cortou. E agora investe um junta de empregados subalternos a administração na fucção descommunalmente insolita de julgar os actos da legislatura provincial. Confessa, pois, a administração, d'est' arte, a sua incompetencia; e, ao mesmo tempo, mediante este processo de joeiragem, que annuncia, sobre as resoluções approvadas, reforçando a sua acção sobre as dependencias creadas pelos favores da assembléa, tem-n'as suspensas do seu arbitrio durante o periodo eleitoral, trazendo assim <i>pelo beíço</i>, permittam-nos a phrase, a massa enorme de mercantilismo, que ellas representam. No fim, quem não póde deixar de perder, é a provincia, é a autoridade da administração, abdicada no seus subordinados, são as leis da jerarchia constitucional, sacrificadas n'essa inversão. Quem não pode deixar de ganhar, é o governo, que tem nas mãos a faca e o queijo, para talhar, depois do escrutinio, a benevolencia ou a severidade. N'esse meio tempo, tudo é comprar e vender, tudo dar e receber, tudo ajustar e esperar; porque a democracia da regeneração parece haver moldado os seus sentimentos no grito mendicante de Cléon, o demagogo, na comedia de Aristóphanes: "Pelo amor de Deus"
51	10 de setembro	FOLHETIM UM PAYSAGISTA Vimol-a, também, a – <i>Exposição de pintura</i>, de F. Ribeiro, no <i>Atelier Moderno</i> e, francamente, quando entramos no salão, levávamos a plena certeza de que, embora conhecendo o talento do sympathico e alegre cavalheiro, não seriam grandes as impressões que nos ficariam da visita feita, atravez do nosso <i>pince nes</i>, aos palácios, mágicos jardins e cascatas turbilhonantes, que, a golpes de pincel, gravou elle em auas brilhantes telas. Todos os quadros de uma correcção admirável, denotando o artista, attrahem o espectador, ou quando representam uma tarde serena, ou quando, colorindo o céu, irrompe a sua explosão de ouro uma das nossas madrugadas alegres, acordar de sol em que a sahyra côncava do céu, cheia de brilhos, desdobra-se sobre a cameralda do mar tremendo a alvura de suas espumas na coroa das ondas. - Há quadros na belíssima galeria que merecem menção especial e entre eles não poderei deixar de citar o <i>Quilombo do Leblon</i>, pagina de pedra aberta no livro da <i>Redempção dos captivos</i>. Era para esse recanto onde a escravidão não pode levantar os seus

		arraiaes, que José de Seixas Magalhães, um homem que honra Portugal, sua pátria, levava os escravos em boa hora roubados aos captiveiro. Os abolicionistas, parodiando os antigos quilombos deram ao logarejo um titulo e as levas de escravos para la enviados, transformavam-se em livres, respirando o ar puro ás canções do mar os homens negros, como a noite que lhes encheu de sombras a existência. E, quantas vezes, naquelas almas, naquelas consciências brancas, na phrase de Gerra Junqueiro, não entrou a esperança, iris adamantino, coando-lhes no coração a saudade dos que gemiam ainda? Há tons alegres, efeitos de sol, no Leblon, e o Seixas, amador entusiasta, não podia consentir que a téla passasse para outro, que não elle: - recebeu a também... Também, que diabo! se roubou-nos a praia de Leblon, onde, senhor feudal, levantou os minaretes do seu pequeno castello como o estatuario que arranca de um bloco uma Venus, elle deu justamente ao liberto, como uma vingança, o direito de dormir cantando no mesmo porto aberto out'ora ao desembarque de escravos criminosamente importados. Contraste esplendido! o curioso, que fôr examinar a tela, não será capaz de ver no jardim artisticamente riscado que recorta o terreno, á frente da pitoresca vivenda onde crescem os lilazes e as dahlias abrem se voltadas para o nascente, um só traço que demonstre que alli gereram e choraram as suas desgraças os evadidos da sorte, incapazes de dizer, de affi(?)r mesmo, se o mar, na sua estrophe feita com os versos soluçados pelas vagas, era maior do que a dor que elles sentiam. - A <i>Praia da Itapuca</i> póde ser também apreciada pelo curioso que não quizer tomar a barca para is a S. Domingos. Tudo no quadro que a representa, falla ao coração do poeta e á alma do artista. Ha uns tons suaves no granito appellido pelos índios: - <i>Itapuca (pedra furada)</i> e, no quadro, por uam perfeita illusão de óptica, parece que há movimentos de mar, ascillações de oceano, gritos de cólera nas ondas que espumarejam o dorso mudo do granito, como que tentando vencel-o, que recuam, cobrindo o de alj(?)fa(?)ES, para depois ataca-o de novo, subindo-lhe pelo dorso orientaes (?), ro(?)ejando o de rutilos diamantes. E deixa-se o quadro, ainda, as reti(???)eridas pelo que elle tem de grandioso, para se apreciar uma bella <i>Manhã de maio</i>, quando o astro rei, rolando pelos espaços, afasta os reposteiros da noite, e, em espreguiçamentos de luz, atira coroas de ouro sobre o cabeça das montanhas, as phantasticas atalayas erguidas, como silenciosas guardas do nosso porto. A <i>Maré baixa</i>, em Angra dos Reis, e a <i>Ilha dos Coqueiros</i> poderiam perfeitamente parodiar a que o poeta fez emergir da Atlantida, no poema com que cantou os feitos heróicos dos navegantes intemeratos: - Luiz de Camões.
1890		
52	13 de Maio	O REFUGIO BEMDITO Vejo te d'aqui, rainha boa, minha amadissima terra, Santos, bemdito

		refugio dos escravos em bando, - como te vi ha dois annos louca, inteiramente louca do entusiasmo santo dos grandes combatentes no momento da Victoria. E vendo te d'aqui, minha boa, minha amadissima terra, ai que saudade! Ai que sauadde me vae pelo coração a dentro. Ha dois annos o Jabaquára ficou vasio; apenas se deixaram estar, a cuidar dos filhos, as mães que tinham crianças pequeninas. O grande bando negro abandonou o quilombo e entrou na cidade ao som victorioso dos tambaques tocados febrilmente e dos brados de alegria erguidos por centenaes de boccas. E o bando misturou se com o povo em delírio que se derramava pelas ruas, acenando com lenços, acclamando beneméritos, ruidoso e sublime. E á noite, quando na cidade em festa se ouviam aqui e alli as cantigas dos pretos dansando ao som da musica africana dos seus instrumentos selvagens, parecia que o Monte Serrat se sumira e o Jabaquára se estendera até o porto, unindo n'uma grande expansão de lagrimas e abraços os negros e os brancos, os que desciam ensanguentados o Cubatão e os que lhes curavam as chagas e lhes davam a doce alegria do trabalho livre. Ha dois annos... Ha dois annos... Como me lembro saudoso de ti, n'este dia, minha adorada terra, refugio sagrado dos escravos em bando! E longe de ti, n'este dia, quero que tu não fiques esquecida, quero que tu tenhas a tua parte na grande festa da pátria. E longe de ti, reclamo hoje para ti todas as bênçãos que tu mereces e todas as bênçãos que merecem os teus heróes. GASTÃO BOUSQUET.
53	5 de Junho	FESTAS Sobrepujou a todas a promovida pela Confederação Abolicionista para festejar o 13 de maio. Depois de uma sessão imponente, localizada no vasto, elegantíssimo e luxuoso pavilhão, expressamente mandado construir pela benemerita associação – solemidade honrada com a presença do chefe do governo, do corpo diplomático e do ministerio, desfilou pelas ruas d'esta capital, brilhantemente ornamentadas e concorridas, um grandioso prestito civico, o maior e o <<mais bem disciplinado>> que se tem visto – na phrase do illustre folhetista domingueiro do <i>Jornal do Commercio</i>. Descrever esse prestito é tarefa a que não nos abalancaremos, porque não logriamos dar uma pallida idéa da impressão que elle produzio no animo publico. Exercito e imprensa, theatros, corporações de todas as classes, associações de todos os generos, tudo, emfim, quanto póde realçar uma festa civica, fez se representar da maneira a mais brilhante e a mais expressiva. Impossivel nos seria discriminar quaes os pontos do prestito que conquistaram maiores applausos, porque de principio a fim desfilou em meio de palmas calorosas. Como promotora das festas, a Confederação Abolicionista não podia deixar de apresentar-se ao prestito de um modo perfeitamente brilhante e correto. O seu primeiro carro era uma allegoria vivaz e commovente. Alli estava a Republica ricamente vestida, tendo n'uma das mãos um ramo de oliveira e apoiando a outra no globo estreallado, com a divisa – <i>Ordem e progresso</i> – globo sustentado por um poderoso leão, symbolo da força.

		Aos pés da Republica, abertos em leque e n'um plano inclinado, todos os gloriosos estandartes das associações abolicionistas; no estrado inferior, sobre um montão de camelias e de ferros empregados para castigo dos ex-escravizados – as figuras da imprensa e da abolição sentadas e abraçadas, tendo por diadema um arco de flores. Nas fraldas do carro, em oito escudos enramados de louros e saudades, liam-se os seguintes nomes de abolicionistas mortos: Senna Madureira, Alice Clapp, Joaquim Serra, Luiza Regadas, José Bonifácio, Ferreira de Menezes, Rio Branco e Euzebio de Queiroz; liam-se também os nomes dos principaes quilombos, entre os quaes apenas pudemos tomar nota d'estes: quilombo Leblon, quilombo do Cupim, quilombo Carlos de Lacerda, quilombo Patrocinio e quilombo Clapp. O conjuncto d'este carro era verdadeiramente impressionador. Seguia se outro não menos bello, que levava o riquissimo presente offerecido ao generalissimo Deodoro. No centro de dois triangulos erguia-se uma bonita columna e sobre ella a rica estatua de bronze, representando uma africana. Um dos filhos do sr. Clapp empunhava o pavilhão nacional e uma duzia de crianças de côr jogavam flores sobre o povo. A pintura, de muito effeito, dava a este carro um aspecto brilhante e caracteristico. Os benemeritos directores da Confederação precediam os dois carros, montado em soberbos cavallos e trazendo ao peito uma larga fita de gorgorão branco, franjada a outro. Quem mereceu as referencias de todos os nossos collegas, foi o Club dos Fenianos, que fechava o enorme prestito, esmolando fervorosamente para a fundação da <i>crèche</i>. Os bravos carnavalescos, os homens da folia, conquistaram mais uma victoria com a sua proveitosa idéa. - A <i>Revista Illustrada</i> não podia ser indifferente á grande commemoração do 13 de maio e mandou fazer um estandarte, que só por modéstia não dizemos ter sido coberto de applausos á sua passagem pelas ruas da cidade. Também, só por modéstia, deixamos de dizer que a fachada da nossa casa foi profusamente enfeitada de bandeiras, galhardetes, flammulas, escudos, festões de folhas e de flores, parasitas e globos venezianos; e, outrosim que durante a passagem do prestito fizemos uma evação para corresponder ás amáveis saudações que nos dirigiam. - Aproveitamos o ensejo para agradecer ao distincto cidadão Sr. Carvalho, proprietário da fabrica de flores Orphanologica, a sua valiosa dádiva; ao nosso amigo Gustavo, da casa de brinquedos, e ao préstimo artista Soucasaux, que graciosamente offereceu o grande lápis para o nosso gentil porta-bandeira. (Da <i>Revista Illustrada</i>)
54	5 de Outubro	CRECHES O sr. José de Seixas Magalhães, na qualidade de tesoureiro da Confederação Abolicionista, depositou hontem em conta corrente, no Banco do Povo, a quantia de dous contos novecentos e cincoenta e seis mil réis, 2:956\$000, produto de subscrições e donativos, uns já publicados

		e outros que abaixo se publicam, a saber: Capital o juros na casa dos srs. Fonseca & Cunha (já publicada) 1:315\$620 Recebido da redacção da <i>Cidade do Rio</i> (já publicado) 507\$700 Recebido da directoria do Derby-Club 1:000\$280 Recebido do exm. Sr. Dr. A. J. de Macedo Soares. 16\$000 Subscrição aberta pelo sr. Fritz Harling, da <i>Revista Illustrada</i> Agricola Bethlém 2\$000 João Clapp 2\$000 João Clapp Filho 2\$000 Francisca Celestina Lobo Bothlém 2\$000 Quilombo Leblon 20\$000 A.C. Loureiro Dias 10\$000 Padilha & Teixeira 10\$000 A.F.A Pereira 2\$000 Paulo Robim & C 10\$000 Margarida do Pinho 2\$000 Julia de Pinho 2\$000 Luiz da Fonseca 5\$000 Dr. Sabino Pessoa 5\$000 Maria Clapp 2\$000 Fritz 2\$000 Elvira Machado 18\$000 Antonio J. Correia 5\$000 José de Oliveira Gomes 5\$000 D.J. de Oliveira 1\$000 Pereira Netto 2\$000 Anonymo 1\$000 Macedo & Irmão 5\$000 Luiz de Andrade 10\$000 Total 2:956\$000
--	--	---

ANEXO C – Periódico Gazeta da Tarde (1880-1889)

	DATA	DESCRIÇÃO
1880		
1	15 de julho	No quilombo Loanda, em Campos, o delegado de policia capturou 53 escravos e apresionou o armamento e munições alli existentes.
2	12 de agosto	Deve seguir amanhã á noite, para Jacarepaguá, o Sr. Dr. 2º delegado acompanhado de officiaes de diligencias e praças do corpo de policia, afim de fazerem uma batida num grande quilombo que alli existe.
3	09 de outubro	No dia 6 do corrente apresentou-se ao delegado de policia de Campinas, João Miguel, conhecido por João Telheiro auctor da morte de Antonio Francisco Carlos do Nascimento, que se dera a 26 de Setembro em Quilombo d'aquella cidade. O criminoso declarou que se apresentara á justiça para evitar as suas perseguições.
4	18 de novembro	IRAS DE JOVE... O Club de Campina anda aprehensivo com os phenomenos celestes, que, ha dias, o astrônomo Liai nos mostra na face de Jupiter. Campinas crê que um franzir de sobranceiras do Pae do Deuses não é de bom agouro para aquelles que se atrevem a enrugar a olympica serenidade. As manchas de papa Piter parem aos escravocratas do Club mór da Lavoura um prenuncio de calamidades. O Club tem razão: as cousas não andam muito boas lá por cima. Parece que a trovoada de marmelleiros tem produzido a evaporação de muitas lagrimas de sangue e muito suor das bestas de carga. Esses vapores chegaram ás alturas, condensaram-se, e d'ahi as manchas na face de Jupiter, segundo a definição technica do Sr. Liai. O Senhor do Olympo não vê com bons olhos o que fazem os senhores daqui debaixo, e naturalmente prepára compensações aos opprimidos. E' a conclusão do Club de Campinas, e o Club conclue com algum criterio. Vejamos essas cousas magnas por meio do grande telescopio. O africano, que desde 1831 não podia ser trazido de seus dezertos, onde Othello queria morrer desconhecido, para este oasis das surras, onde o Sr. Martim Francisco quer viver muito conhecido: o africano continuou a ser introduzido, surrado, matriculado, e crucificado em editaes de praça. O moleque, que de então em diante nascia nas fazendas do Paty e Barra Mansa, em vez de ser um cidadão com tão bom direito de voto, com o Sr. senador José Bento, continuou a engraxar as botas, dizendo sum-Christo, e tomando a benção ao Sr. conselheiro Moreira de Barres. O liberto que o Sr. barão de Cotegipe diz que degradará o senado com sua presença, porque tem o mesmo ferrete do galé e do facinora, em vez de receber a proteção das leis existentes, foi considerado fora d'ellas e somente bom para ser recrutado e mandado para o Sul, ou catrafilado e reduzido á escravidão em Jacarehy. O ingenuo de 28 de Setembro que devia receber a instrucção que lhe foi promettida com garantia da Constituição do Imperio, foi corrido das escolas publicas como cousa sahida das senzalas, sendo que muitos delles abriram os olhos na roda dos engeitados, ou não abriram de todo nos esgotos da cidade! E durante esse tempo as casas de comissão funccionavam; os aluguéis cresciam; os latifundios eram poucos; os juros do Banco eram excessivos; as gargalheiras estouravam; as contas correntes duplicavam; o bacalháu bramia

		espumante; o café amadurecia; as bestas de carga procuravam os quilombos; o guarda-campestre recebia gorjetas; e o azul do céu não era menos transparente o divinal. Todavia a atmospheria conturbou-se e a negra mancha lá foi reflectir nas faces brilhantes do rei dos astros, na physionomia refulgente de Jupiter! Os astrônomos denunciaram o phenomeno, e o Club de Campinas compulsou as ephermerides da escravocracia, que são o martyrologio de muitos e degradados filhos de Jupiter... E todos comprehenderam as iras do Tonante, e o Sr. Gavião declarou ao paiz, que os tempos da reparação e do castigo se avizinham. Podera! Jupiter, por isso mesmo que é o pae dos deuzes e dos homens, não podia ver impassivel esse constante espisinhar da lei e do direito, essa horrenda traficaria do suor alheio, sem comprehender que elle seria, perante o universo, o unico responsavel de tamanho crime! Jupiter franzio o sobr'ôlho, e a limpida face de Jove velou-se triste e envergonhada. Signaes do tempo! bradou o Sr Liais. Signaes do tempo! repete o côro de mortaes. Ignotus.
5	26 de novembro	Sob a rubrica <i>Interessante achado</i>, lemos na <i>Gazeta de Porto Alegre</i>: “No alto do Morro da Canastra (Mundo Novo) descobriram os caçadores um terreno juncado de esqueletos humanos; falla-se em centos de esqueletos. Esse achado confirma uma versão que há muito corre entre os antigos habitantes do lugar e vem a ser, que há longos annos, houve no alto do Morro da Canastra, um quilombo de escravos fugidos, que em certa occasião fora surpreendido por uma tribu de selvagens, que matou todos os quilombeiros, com excepção de tres, que juntamente haviam baixado para as terras habitadas, afim de fazerem compras. Voltando só tres acharam todos os seus camaradas mortos, mas tambem um grande numero de cadaveres de bugres, mortos no ataque. Esta versão, que corria no povo, achou agora plena confirmação pela descoberta que acaba de ser feita.”
6	14 de dezembro	UBERABA A Gazeta de Uberaba, folha que alimenta-se de adulações aos conservadores e de doestos aos liberaes, tornou-se organ escravocrata. Em um artigo sem logica e sem senso condemnou a propaganda abolicionista qualificando Joaquim Nabuco, José do Patrocinio, Ferreira de Menezes e os outros sacerdotes da ideia emancipadora de – pseudo philanthropos. Os argumentos da Gazeta são os empregados pelos fazendeiros indolentes, estupidos, e resumem-se na chapa: -O Brazil é um paiz essencialmente agricola. O Correio Uberabense, filiado á cruzada abolicionista, respondeu em um artigo do qual reproduzimos alguns periodos: << Attender aos interesses e á indolencia dos fazendeiros estupidos, sacrificando a justiça e o progresso, é uma verdadeira miseria. << Os abolicionistas não podem como affirma o Dr. Thomaz, a extincção immediata da escravidão, porque sabem quaes seriam as consequencias de tal medida; reclamam apenas a fixação de um prazo curto. << Oito ou dez anno não é tempo bastante para preparar a substituição do braço escravo pelo braço livre? << Os fazendeiros intelligentes, disse José do Patrocinio em uma das suas brilhantissimas conferencias, comprehendem perfeitamente que é tempo de determinar-se um prazo para expurgar o solo do Brazil da escravidão e que

		convem-lhes ir ao encontro do partido abolicionista e propôr uma justa transacção, fixando o alludio prazo. << Só os fazendeiros brutos e preguiçosos, acostumados a viver do suor do negro, temem a abolição. << No proximo numero do Correio continuaremos a responder ao Dr. Thomaz, concluindo hoje com a reproducção das eloquentes palavras do grande José Bonifacio: << A lavoura do Brazil, feita por escravos boçaes e preguiçosos, não dá lucros com que homens ignorantes e phantasticos se illudem. Se calcularmos o custo actual da aquisição do terreno, os capitaes empregados nos escravos que o devem cultivar, o valor dos instrumentos com que se deve trabalhar cada um d'estes escravos, sustento e vestuario, molestias reaes e affectadas e seu curativo, as mortes numerosas, filhas do máu tratamento e da desesperção, as repetidas fugidas aos matos e quilombos, claro que fica que o lucro da lavoura deve ser mui pequeno no Brazil, ainda apezar da prodigiosa fertilidade de suas terras. >> << Eis uma boa resposta aos que sustentam a escravidão – por ser o Brazil um paiz essencialmente agricola. >> O Correio, em artigos anteriores, defendeu com energia o direito dos escravos e está resolvido a proseguir. Seus proprietarios, o venerando major J. J. de Oliveira Penna e o distincto moço José Augusto de Paiva Teixeira, sacrificam de boa vontade os interesses pecuniarios á propaganda emancipadora. - Esteve imponente a sessão funebre da loja Amparo da Virtude II, em homenagem ao visconde do Rio Branco. O templo achava-se todo coberto de crepe; ao centro erguia-se um cenotaphio preparado expressamente para a sessão. Muitos bouquets, com largas fitas, foram collocados junto ao retrato do egregio brasileiro. O panegyrico proferido por Gaspar da Silva, vae ser impresso em folhtetos. O tronco de beneficiencia produzio avultada quantia, que foi distribuida pelos pobres que estavam á porta. Assistiram muitas pessoas e entre ellas bastante senhoras. - O signo juiz de direito da comarca absolveu os Drs. Thomaz Pimentel de Ulhôa e João Caetano, no processo de responsabilidade que soffreram. (Do correspondente).
1881		
7	07 de abril	O Sr. Francisco Augusto da Costa que esta actualmente encarregado de procurar nos archivos da secretaria da presidencia da provincia de Pernambuco documentos relativos á historia patria, enviou ao <i>Jornal do Recife</i> os seguintes que tem relação com o elemento servil: (...) Alvará com força de lei, de 3 de março de 1741 – Determinou que todos os negros que fossem achados em quilombos, estando nelles voluntariamente se lhe puzesse com fogo uma marca na espadua com a letra F – que para nesse fim haveria nas camaras e se, quando se fosse executar essa pena se achasse já com essa marca, se lhe cortasse uma orelha, tudo por simples mandado do juiz de fora, ou ordinario da terra ou do ouvidor da camara, sem processo algum, e só pela notoriedade do facto, logo que fosse tirado do quilombo, e antes de entrar para a cadeia. << A C. R. de 27 de Fevereiro de 1711 determinou que os negros exportados desta capitania para outra qualquer, sendo de Angola, pagassem cada um 6\$, e

		se fossem da Costa da Mina pagassem 3\$, por serem mais inferiores e de menor serviço. << De conformidade com a C. R. de 10 de Janeiro de 1699, rendeu o contrato dos direitos os escravos que vinham da Costa de Mina, por entrada alfandega no anno de 1746, a quantia de 1.743\$000. << Creando o governo uma feitoria do porto de Ajuda; a qual foi confiada ao governador geral do Brazil, afim de facilitar o trafico, ordenou o respectivo governador Vasco Fernandes Cezar de Menezes, por acto de 25 de Junho de 1722, que se pagasse mais 1\$ por negro importado, cujo imposto era applicado ás depezas da conservação da dita feitoria. << O seguinte documento tambem é muito interessante a historia da escravidão no Brazil. << Illm. E Exm. Sr. – Recommendando-me o governador e capitão general da Angola, por carta de 2 de Outubro do anno proximo passado, o transporte e subsistencia de seis pretinhos que á real princeza conduz do reino do congo o padre missionario frei Rapahel do Castello de Vide, para serem instruidos, de sorte que algum dia possam ser ministros dos seus compatriotas, conforme as instrucções de sua magestade, que lhe foram communicadas em aviso expedido pela secrateria de estado dos negocios do reino na data de 24 de Março e 1784, fiz embarcar nesta fragata S. João Baptista que é commandante José Maria de Medeiros, os ditos religiosos e pretinhos recommendando-lhe muito boa passagem, e assistindo lhe pela real fazenda com o necessario para a dita viagem, o que participo a V. Ex. para plenamente ficar inteirado da origem desta remessa. Deus guarde a V. Ex muitos annos. << Recife de Pernambuco, 5 de Fevereiro de 1786 – D. Thomas José de Mello. Ill. E Exm. Sr. Martinho de Mello Castro. >>
8	02 de julho	Em S. José do Rio Preto, no lugar denominado <i>Quilombo</i>, na madrugada de 24 do passado, em uma reunião em casa da viúva Couto & Filho quando festejavam S. João, João José Francisco desastradamente cahio da escada da entrada resultando da queda a morte, por fractura da base do craneo. Foi geral a consternação; terminando assim tão alegre festa com a dôr e o pranto. Era João José Francisco, chefe de família e pobre.
1882		
9	23 de maio	No dia 4 do corrente, depois de um forte vento que destelhou algumas casas, cahiu nas visinhanças do rio Quilombo, próximo do Parahyba municipio de Cantagallo, uma chuva de pedras, que apesar de sua pouca duração, priduziu alguns estragos deixando abaixo algum café, abatendo feijoaes e dilacerando as plantações de canna e fumo. Felizmente foi de pequena extensão o espaço percorrido pelo temporal.
10	27 de junho	A CHRONICA GERAL DO IMPERIO E O GOVERNO DO BRAZIL REINADO DE D. AFFONSO VI – REGENCIA E REINADO DE D. PEDRO II DE PORTUGAL A Hespanha festejou a morte de D. João IV, e em seguida mandou forças para as fronteiras de Portugal, e a lucta entre as duas corôas começou. D. Affonso VI, filho de D. João IV herdeiro do throno, ficou com 13 annos, e sob a tutela de sua mãe, a regente D. Luiza de Gusmão. Portugal soffreu muito; e a rainha desgostoza pelos desatinos de seu filho, em consequencia da opposição que experimentava dos validos do rei seu filho, amargurada entrega-lhe o governo e a auctoridade. Era D. Affonso VI de espirito vil, genio sombrio, e de tal indocilidade que não ouvia os conselhos dos ministros. O seu prazer era viver entre gente canalha, ordinaria, e com ela corria as ruas de

	Lisboa, insultando a todos que tinham a infelicidade de se encontrar com elle. O seu valido Antonio Conti, aggregou ao throno portuguez a mentira e a lisonja; e o reino se não perdeu foi porque o ministro, conde de Castello Melhor, o amparou visto que el-rei D. Affonso, entregando-se a todos os excessos, indispoz a nobreza, os homens sabios e notaveis do tempo contra si. A rainha D. Luiza de Gusmão, que por seu valor havia posto a corôa na cabeça do seu pusilanime marido, desesperada pelos desatinos do filho, entra para o convento de Xabregas e alli morre. A guerra com a Hespanha continuava. O Brazil nenhum beneficio tinha obtido em recompensa dos estragos que lhe deixou a guerra hollandeza; ao contrario foi sobrecarregado com o terrivel imposto do Tabaco, que subiu a milhões de cruzados em proveito da corôa. Convindo casar o rei D. Affonso VI, para dar sucessão ao throno, ajustou-se o casamento com D. Maria Francisca Izabel, duqueza de Saboya e Aumalle, na côrte de França, e chegando ella á Lisboa no dia 2 de Agosto de 1666, indo a bordo o rei, e o irmão Infante D. Pedro, veio com elles a rainha para a cidade, que encaminhados para a igreja receberam el-rei D. Affonso VI, e a rainha D. Maria Francisca, a abenção nupcial do bispo de targas, mais tarde de Lamego. O que de revoltante se passou depois, nos bastidores dos Paços reaes de Lisboa, entre D. Affonso, a mulher e o irmão, contam as historias do tempo, e mais accentuadamente o auctor do Gabinete Historico. O rei começou a temer o Infante D. Pedro II, e a odia-lo horriavelmente; seguindo-se o divorcio, e o casamento da rainha com o cunhado D. Pedro. Convocadas as côrtes dos tres estados na nação, por instancias do Senado da Camara de Lisboa, D. Affonso VI abdica o poder e é jurado o regente do reino o Infante D. Pedro em 1668, e, por morte do rei D. Affonso VI, em 12 de Setembro de 1685, foi acclamado e jurado rei de Portugal e regente, com a denominação de D. Pedro II. Bem que o seu reinado fosse de luctas com a Hespanha, referem os chronistas que D. Pedro II era generoso, affavel e justo na distribuição da justiça, e concorreu com o seu patriotismo para a felicidade do povo portuguez. Dizem que estimava os homens sabios, e os ouvia com attenção, agasalhando o merecimento dos seus vassallos. Sempre applicado aos cuidados da administração, e ouvindo aos ministros e aos homens praticos e instruidos deu paz ao reino, e incremento á nação. No seu tempo começaram-se a descobrir as minas de ouro do Brazil, e principalmente as frotas á conduzir grande quantidade desse precioso metal, e diamantes para os cofres reaes e para os particulares. Protegeu o commercio nacional, não consentindo que os estrangeiros se estabelecessem no reino com prejuizo dos naturaes de Portugal Protegeu as fabricas, e deu a mão aos proprietarios dellas, fazendo que outras se estabelecessem, para dar emprego e trabalho aos seus vassallos. Mandou recunhar a moeda, dando-lhe novo padrão, com prejuizo do Erario régio, com o fim de inutilisar a moeda falsa, que appareceu na circulação. Mandou cultivar o bicho da sêda no Alemtejo e na Beira, em proveito das fabricas portuguezas, que as bafejava com a sua protecção. Promulgou leis sabias, economicas e uteis aos povos. Também não se descuidou do Brazil, porque mandou que os seu naturaes occupassem os postos da milicia e os beneficos ecclesiasticos, dizendo em 3 de Agosto de 1669, <i>que o que representava o Procurador do Brazil lhe parecia justo.</i> Em 1673 mandou povoar o territorio das Alagôas e fortificar o porto de Maceió, com o fim de prevenir o contrabando de páu brazil, mui frequente na costa do mar. Protegeu a casa dos expostos em Pernambuco, mandando em 9 de Dezembro de 1676, annualmente dar a quantia de 49\$700. elevou o bispado da Bahia á primazia de metropoli, e as prelasias de Pernambuco e Rio de Janeiro a
--	--

		bispados, obtendo-a Bulla de 16 de Novembro de 1676; e no anno seguinte de 1677 foi creado o bispado do Maranhão. Nomeando em 8 de Outubro de 1679 governador D. Manuel Lobo para a capitania do Rio de Janeiro, e das mais terras do sul do Brazil, lhe ordenpu que na margem esquerda do rio do Prata se fundasse uma colonia, o que effectivamente em 1680, fundou D. Manuel Lobo, com a denominação de colonia do Sacramento. Mandou em 1681 fundar Missões em proveito da civilisação dos indios. Pelas crenças do tempo ordenou a fundação de vários conventos no Brazil; e para segurar a entrada do Amazonas auctorisou a Antonio de Albuquerque Coelho a construção da <i>Fortaleza do Macapá</i>, perto do Cabo do Norte, sobre as ruínas da do Camaú, fundada pelos hollandezes, tomada aos inglezes e demolida em 1632 por Feliciano Coelho. Elevou a condado a capitania do Rio Grande do Norte. Deu instrucções a Antonio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho para promover a lavoura no Brazil em proveito dos povos e do commercio. Pela carta regia de 28 de Janeiro de 1691 mandou libertas os indios do Rio Grande do Norte e Ceará, que estavam captivos. Recommendou ao governador Caetano de Mello e Costa que empregasse os meios de acabar com o Quilombo do Palmares, o que teve logar em 1691; e por carta de lei de 8 de Março de 1694, mandou estabelecer na Bahia uma corôa de moeda, a pedido do Senado da Camara daquella cidade. Fez com Felipe V um tratado em 18 de junho de 1701, pelo qual ficava a margem esquerda do rio do Prata como o limite do Brazil, e restituída a colonia do Sacramento ao dominio da casa de Portugal. El-rei em D. Pedro II em Outubro do mesmo anno mandou fundar uma povoação no mesmo logar onde é hoje a cidade de Montevideú, e ordenou que dois padres da companhia para alli fossem para administrar os Sacramentos; mas esta função não se realisou no mesmo anno. (Continúa). DR. MELLO MORAES.
1883		
11	08 de fevereiro	Está em arrematação, por ordem da directoria da companhia Ituana, a abertura de uma estrada que ligue a estação do Quilombo ao bairro Caplyany, no municipio de Campinas, orçada em 4:955\$000.
12	11 de maio	A LIBERTADORA CEARENSE O Sr. Deputado Rodrigues Junior tomou hontem a palavra na fixação de forças de terra e aproveitou o ensejo para calumniar irresponsavelmente a homens, a quem S. Ex. deve os maiores favores e cujos nomes são gloria da provincia que S. Ex., pela sua nullidade e pelo seu character deshonra. Eis um periodo, que synthetisa a baixa calumnia do Sr. Rodrigues: << A camara conhece a direcção inconveniente que por parte da Sociedade Emancipadora tem tido no Ceará a questão grave da emancipação dos escravos, já pretendendo evitar que os escravos sahissem da provincia, já pregando a revolta dos escravos, já dando couto a escravos fugidos, constituindo verdadeiros quilombos. Entretanto, a autoridade nada podia fazer, porque a força publica estava connivente com a Libertadora, á qual se havia associado com a criação do Club Militar, do qual foi eleito presidente um dos directores d'aquella sociedade, o qual por esse motivo recusou aquelle cargo. >> A emancipação do Acarape, da Pacatuba, de S. Francisco, do Icó e Baturité e a proxima emancipação da capital do Ceará desmentem redondamente o deputado insolente que no Ceará não tem coragem de articular uma unica palavra contra a Libertadora.

		E' preciso que o publico conheça a historia da Libertadora e dos seus homens. Nós nos incumbiremos desse glorioso trabalho. Devemos, porém, hoje mesmo dar o motivo do odio do Sr. Rodrigues contra a Libertadora. A propaganda começou no Cearense, orgam dirigido pelo Sr. Rodrigues. No Cearense se publicaram os primeiros boletins, inclusive aquelles que animaram ao povo para fechar o porto do Ceará. Neste tempo, João Cordeiro, o intrepido, o invencivel chefe abolicionista, era a força dos Paulas convertidos hoje em ripardos, a alma, a vida desse grupo, hoje completamente esphacelado e desmoralizado. Para vingarem-se de João Cordeiro, os ripardos não só tentaram fechar a casa commercial do denotado negociante, mas tambem procuraram todos os meios de calumnial-o pelas costas. Eis o movel do Sr. Rodrigues. Nós o havemos de desmascarar e demonstrar que este senhor é um covarde, que no Ceará é incapaz de levantar a voz contra a Libertadora. Quanto a não haver negreiros no Ceará, não é tão exacto como diz S. (...ilegível). O Sr. Rodrigue fez espalhar que não daria uma sua escrava por menos de um conto e quatrocentos, n'uma terra em que se forram escravos a cem mil réis. Voltaremos ao assumpto, não por que a Libertadora careça de defesa, mas para dar ás nossas columnas a honra de se condecorar inscrevendo este glorioso nome, honra do nosso tempo, de affronta da humanidade.
13	13 de junho	Na colonia da fazenda denominada Monte-Serrate, entre as estações de Itupeva e Quilombo, na linha Ituana, em S. Paulo, no dia 6 do corrente, ás 5 horas da tarde, segundo informam á Gazeta de Piracicaba, deu-se um horrivel incendio que reduziu a cinzas o madeiramento de dez casas de habitação de colonos. O informante dessa folha, que viajava pelo trem para essa cidade, diz que era horrivel o espetaculo que apresentavam as pequenas casas ardendo em chammass, e os pobres moradores afflictos por salvar os trastes de dentro, o que ao todo não conseguiram.
1884		
14	21 de maio	Na camara: <i>(Presidencia do Sr. Moreira de Barros)</i> A' hora regimental, abres-se a sessão. Lê-se e approva-se a acta. Lê-se o expediente. O Sr. Severino Ribeiro: - Não ha muitos dias, dous dignos deputados se levantaram para ler dous telegrammas enviados de Campos, dos quaes se dizia que alli, naquella cidade, havia correrias abolicionistas. Mais tarde, um próprio telegramma do chefe de policia para alli enviado, declarava qua havia encontrado a cidade em plena paz. O movimento abolicionista tem sido feito de um modo benefico, e o paiz inteiro está vendo como, a esse movimento invencivel se quer por barreiras. Podiam se tornar graves e sérios os factos que se deram em Campos; mas toda a responsabilidade delles cahiria sobre os que contrariam o movimento generoso. Referindo-se aos motivos que deram lugar ás denunciadas correrias, o orador diz que ha um órgão abolicionista em Campos, como os ha em todo o imperio e que denunciou um facto – a existencia de um quilombo. A gazeta que fez tal denuncia é a redigida pelo Sr. Carlos de Lacerda. A policia foi para lá. José Franco, escravo de José Arêas foi até a redação provocar o redactor do jornal, que deu noticia minunciosa do facto, bem como do apparecimento de uma infeliz rapariga, de côr preta, com um ferro ao pescoço, mendigando pelas ruas a protecção publica.

		Esta escravizada si bem que vista pela frente parecesse preta, as costas estavam brancas devido as feridas já cicatrizadas. O Sr. Carlos de Lacerda requereu a certidão de baptismo da rapariga e esta não appareceu.
15	26 de setembro	ASSASSINATO Foi assassinado no sabbado ultimo, ás 4 ½ horas da tarde, no logar denominado Quilombo, na freguezia dos Garrulhos (Campos), com um tiro de espingarda, Ignacio da Silva Vianna, chefe de numerosa família. Ignora quem seja o auctor de tal crime: desconfia-se, porém, que a origem do delicto fosse duvidas havidas por causa de animaes. O subdelegado do 2º districto daquella freguezia, capitão João Rangel de Almeida, compareceu na segunda-feira ao logar do acontecimento e mandou proceder ao respectivo corpo de delicto no cadaver. O delegado em exercicio officiou áquella auctoridade, pedindo-lhe informações quanto ás providências que tem dado para a descoberta do auctor de tão barbaro attentado.
16	7 de novembro	HONTEM, HOJE, AMANHÃ Imagina-se, acaso, o que seria o Brazil, há cerca de meio seculo, com os poderes do Estado vacillantes e accomodaticious, as grandes fortunas em mãos dos negociantes de escravos, o commercio enfeudado(?) no trafico africano, a idéa de liberdade sem nenhuma força expansiva e a instrucção(?) publica mil vezes mais problematica do que hoje. Nenhum escriptor nos deixou uma pagina, flagrante e tragica, dessa época triumphal da escravidão. Para recompor esse período luctuoso(?), no qual a miseria humana se ostentou em toda a sua nudez, seria preciso recorrer a muitos trechos esparsos, accrescentar-lhes o que a timidez ou o pudor nacional impediu de photographar, e, desses subsidios, como dos dentes e das vértebras de um ser ante-diluviano ressuscitar o truculento megatherium, que, há quatro seculos, espalha a dor e a ruina ao longo do nosso territorio. O horror que nos inspiraria esta (?)liada do trafico, servir-nos-hia, ao menos, para que dobrassemos o joelho ante a memoria redemptora desses herões, estremecidos avôs, que nos salvaram de um opprobrio sem nome, erguendo-se, quaes chancelleres de aço, e promulgando essas leis, eternamente bellas, e cada vez mais effectivas, que deram caça as esquadras veleiras do trafico, que ensanguentavam os nossos mares. Elles, que sofreram o primeiro e mais formidavel embate da escravidão poderosa e consagrada, virgem, ainda, de qualquer golpe, deveriam ser de uma tempera, hoje ignorada, para renovarem no mundo a scena dos trabalhos de Hercules. Altivos e serenos, fortes só pela inspiração do direito, conscios de que a própria fraqueza é onnipotente quando deveras quer, atiraram o guante de ferro aos banqueiros que na Africa enriquecia, e arrajavam á face dos almirantes do trafico (?pahete) de piratas. A ousadia era tão grande, que foi desdenhada e que mereceu, talvez, um sorriso de compaixão. Tudo continuou como (d'estes?), mas o exemplo estava dado, e, em breve, a letra morta dos decretos fez-se obedecer, arrancando um grito de desespero ás commanditas sinistras, que escravizavam o homem a 80\$000 por cabeça! Embora aspleaçadas(??) pelas justas humilhações de <i>bill Albeerdeen</i>, ainda assim das sombras do passado se desenham essas musculaturas de gigantes, travando o combate singular com o minotauro que se alimentava do sangue rubro e c(???) dos africanos em plena adolescencia. Sem esses protestos, sem essas leis, de uma magnitude proporcional aos crimes que reprimiam e á época luctuosa que illuminavam, teriamos recebido o nome

		brazileiro, atrozmente conspurcado, emergido da historia em um crepusculo sangrento, desenhando só (???) de monstros, e contornando phantasmas banhados em sangue homicida. As leis de 31 e 50, os regulamentos diversos, as repulsas ás ameaças e ao ouro e a altivez heroica d'esse punhado de benfeitores, salvam-nos do opprobrio que a palavra flammejante de Demosthenes exprobrava aos athenienses. É por isso que hoje, já nos declives do século, nos curvamos ainda, ante a memoria d'esses estadistas, que corresponderam entre nós, aos cerebros geniaes de periodo romantico, em todo mundo, legando-nos grandes obras e grandes exemplos. É por isso que a sua intrepidez precisa ser invocada, para que ella inspire aos continuadores d'essa reforma, que já traz o estadio de meio seculo, uma attitude que honre as nossas tradições! Ainda assim, o opprobrio fora descommunal, se não tivessemos que recuar 50 annos, para julgar esses réus que lesa-humanidade! O que era a viagem de um navio negreiro, para nós que apenas conhecemos os rumorosos tombadilhos dos paqueres, à sombra dos brancos toldos de linho, sobre as cadeiras austriacas em (???) na alegre convivencia das damas e dos amaveis companheiros de viagem, diz-nos bem uma pagina tragica e horrivel, que o acaso nos poz sob as vistas, e que extraimos do livro <i>O Brazil</i>, do distincto escriptor A. de Carvalho: durante o primeiro quarto (refere o Sr Hill, interprete do navio negreiro <i>Progreso</i> – escandalosa antiphrase – aprisionados pelos cruzeiros inglezes), navegamos com um mar tranquillo, impellidos por uma leve brisa que variava de rumo. Os negros dormiam ou estavam estendidos sobre o convez. De tal maneira se enlaçavam uns com os outros em um pequeno espaço, que, á luz incerta do luar mais pareciam um montão confuso de braços e pernas do que corpos humanos. Pela 1 hora depois da meia-noite, começou o céu a cobrir-se de nuvens, e o horisonte escurecia na direcção do vento. Um aguaceiro corria sobre nós; cahiram algumas gottas de água, e, de repente, principiou uma scena, cujos horrores não é possível descrever. Obrigados a obedecer immediatamente á voz de <i>ferrar o panno</i>, os marinheiros embaraçados pelos negros estendidos nos convéz, não poderam manobrar como convinha. - Façam descer os negros! Gritou o capitão e assim se fez. Mas o tempo estava pesado e quente e esses 400 infelizes amontoados em um espaço de 12 toezas de longo e 7 de largo, com 3 PÉS E MEIO apenas, de alto, em breve começaram a forcejar para voltar ao convéz e respirarem o as livre. Repellidos, fizeram segunda tentativa. Foi preciso fechar-lhes as escotilhas de ré e (???) uma especie de grade de madeira na de prôa. Então, os negros principiaram a amontoar-se junto d'esta escotilha por ser a única abertura que os deixava comunicar com o ar. Suffocavam, e, ainda estimulados, talvez, por algum terror panico, entraram de juntar-se por tal forma, que impediram completamente a ventilação. Por toda parte por onde pensavam encontrar passagem, faziam os maiores esforços para sahir; e alguns sahiram, effectivamente, por espaços que tinham cerca de 14 polegadas de longo e 6 de largo. No dia 13 de abril de 1843, quinta-feira santa acharam-se no porão 54 cadaveres que foram lançados ao mar. alguns d'esses infelizes tinham perecido de moléstias, porem, muitos dos cadaveres estavam machucados e cobertos de sangue. Antonio (um hespanhol de bordo da presa), contou-me que foram vistos alguns, já prestes a morrer, estrangulando-se ou apertando as gargantas uns dos outros. Um, por tal forma, foi comprimido que as entranhas lhe sahiram para fora do corpo!
--	--	--

		A maior parte d'elles tinham sido calcados aos pés no delírio e soffreguidão com que buscavam ar que respirassem. Horroroso espetáculo era vêr, arrojados ao mar, esses corpos, inteiriçados, manchados de sangue e de excremento. ----- Fica-se attonito diante de tantos horrores. Parece, na realidade, que a civilização fez um eclipse, manchando para sempre a humanidade com uma nodoa indelevel. E nós compartilhamos de tudo isso, avidos do dinheiro que as victimas de tantos horrores, ainda produziam ao desembarcarem, famintas e maceradas, para serem entregues ao chicote dos feitores, aos troncos, ao ferro em brasa e ás mutilações de toda a especie! Tudo era licito! Um alvará de 3 de Março de 1741 diz que: logo que for preso algum escravo fugido de qualquer quilombo, se lhe imprima a marca – F – com um ferro em brasa, que para isso haverá nas camaras. E, se na ocasião de executar-se esta pena for o escravo já achado com a marca sobredita, se lhe cortará uma orelha, procedendo-se em tudo por simples mandado do juiz de fora, ou do ordinario da terra, ou do ouvidor da comarca, sem processo algum e só pela notariade do facto. >> etc. Em 1872, ainda, o <i>Diario do Rio de Janeiro</i> publicou um annuncio, prommetendo 200\$ de gratificação, a quem apprehendesse o escravo Camillo. E, entre os signaes que dava do desgraçado, vêm este: “Lettreiro na testa e nas chaves das mãos que diz: - ESCRAVO DE D. FORTUNATA, - trazendo sempre, para occultar o lettreiro da testa, uma carapuça ou lenço na cabeça.” O nosso território era, assim, infestado pela barbaria. Ah! é preciso corar, ainda tanto annos decorridos, pelas inolvidaveis tragedias de que foram theatro os mares brasileiros, as brancas praias acoutadoras das nossas enseadas, e as risonhas paysagens, frementes de canticos, que serviam de abrigo seguro a esses bandidos e de tumulto ignorado a essas legiões de martyres indefesos. É preciso que o sangue nos suba ás faces, por esses crimes que brandam aos céus, por essas maldições estridentes que ainda erram pelas nossas florestas e que nos ensombram as fontes. E esses manes errantes, perdidos nos mysterios da natureza, supplicam-lhe que se torne esteril, que só produza a ci(?)uta e a mandragora, que transforme o humus em saibro; que esconda os veios de ouro e as jazidas de diamantes ás mãos cupidas dos seus algozes e que torne a terra regada com as suas lagrimas e o seu sangue innocente em solo maldito como esses em que se deu a evaporação do sal e que só produzem espinhos. É preciso mais, que curvemos o joelho ante a memoria santa d'esses homens que gritaram ao crime triumphante: Alto d'aqui não faltarás! E a occasião é bem própria, quando, meio seculo depois, ainda essa lei é um espectro que perturba, n'este dia, as digestões pacificas do esclavagismo, atterrado e levando-o, como único recurso a da-la como revogada. Desejariamos, bem, vêr, com um illustre orador, que um navio negreiro aportasse hoje ao nosso territorio. De certo, as auctoridades correriam a apprehende-lo; não resta duvida alguma. Perguntariamos, então, em virtude de que lei. Ellas teriam de invocar, fatalmente, a lei de 1831. Uma simples hypotese basta para o seu elogio historico. Durmam em paz esses herões. Seus tumulos ignorados ainda hão de ter as peregrinações piedosas, da posteridade! Elles bem mereceram da patria. JULIO VERIM
--	--	--

1885		
17	16 de janeiro	Entregou-se a prisão, em Campinas, José Joaqui de Toledo Piza, autor do espancamento na pessoa de José do Pique, bairro do Quilombo.
18	4 de setembro	DENUNCIA Á HISTORIA E' este o titulo de um poemeto do illustre poeta Mathias Carvalho, escripto sob a pressão da dôr moral que sentiu ante o procedimento arbitrario do presidente da provincia do Espito Santo Alpheu Monjardim, que ordenou a creação de uma guerrilha, com o fim de perseguir escravizados fugidos e destruir quilombos. O poemeto é escripto em vigorosos versos endecassyllabos rimados e á sua leitura sente-se a magoa e a indignação do poeta. Agradecendo o folheto, que nos foi enviado cumprimentamos o distincto moço cujo merecimento poetico já foi consagrado pela critica litterarario brasileira e cujo talento, illustração e sentimentos alliam-se para apontar a seus contemporaneos e á historia o acto arbitrario de um D. Quixote, que recebeu do governo impercial a investidura de administrar aquella provincia e cuja intenção para ser avaliada basta citar o facto que no poeta inspirou tão másculos versos.
1886		
19	5 de agosto	O DESCONTENTAMENTO DAS CLASSES Apezar de interino, desde o dia 13 do mez passado, nem por isso o gabinete se esforça, em seus ultimos momentos, por dar qualquer satisfação ao espirito publico, justamente revoltado! E, se o presidente do conselho, pelo estado de sua saúde, tem obtido um certo armisticio da opposição patriotica que sublevou, como em 1878, o resto do ministerio, para que se empenha com tornar a sua quêda o unico acto verdadeiramente popular da sua passagem pelos conselhos da corôa. A sorte dos governos de reacção é sempre a mesma. Passam durante mezes, uma vida ingloria e torturada, em lucta intestina com as ambições dos seus proprios amigos, em franca hostilidade com a opinião publica, até que um dia tropeçam na propria accumulção dos erros commettidos e cabem rodeados de maldições deixando na memoria publica, por longo tempo, uma recordação deprimente e luctuosa. Não ha ainda um anno que ao estourar dos folguetes, se fez a reabilitação politica de alguns chefes convservadores, e todavia já o ministerio por elles organizado está reduzido á condição de resto. A attenção publica converge para outros estadistas, o vacuo faz se em redor da situação, e sente-se que os ministros só procuram pretexto, para uma retirada airosa. Ao descontentamento indeciso da opinião, vieram juntar-se, um a um, os motivos de queixa de todas as classes sociaes, formando, afinal, um côro unisono, conhecido na nosso legislação criminal, pelo nome do clamor publico. A primeira decepção pertenceu aos proprios amigos do governo, que contavam, pare se fortalecerem, com um ministerio do genero do de 7 de Março, profundamente inspirado nos mais vehementes desejos do paz, e caminhando de accôrdo com elle. Quando viram que, quinze annos, depois de Rio Branco, os politicos especulavam com as desgraças dos escravos, esses foram os primeiros a voltam as costas á situação. A classe dos lavradores, a quem faremos sempre a justiça de confessar que se mostrou mais adiantada na questão do elemento servil, do que os politicos de profissão, comprehendeu que estava sendo atraioada, pelos que se inculcavam como seus deffensores intransigentes. Um prazo fatal, ainda que logo, foi marcado á escravidão, e o regulamento conferiu aos abolicionistas o direito de

		constituirem os quilombos legais. Os proprietários, que tinham seus haveres em títulos do governo, viram que lhes extorquia 16 por cento, dos seus rendimentos, não em benefício das urgências do estado, mas para fazer face aos juros de um novo empréstimo, contratado em Londres, tirando assim mais de 3.000 contos, por anno, às economias do país, para os transferir a banqueiros europeus. Os funcionários públicos, também não foram mais felizes. Seus parques ordenados, tiveram o importo dos 5% adicionais, além das muitas reduções que lhes foram feitas, ou que estão para se realizarem. Os produtores de toda a ordem viram a alta artificial do câmbio, deprimir-lhes o valor dos productos agrícolas e industriais, acarretando-lhes prejuizos incalculáveis, e desanimando-os completamente. Os homens políticos de prestigio e valor conheceram também, por sua vez, que não havia mais nenhuma especie de garantia incólume; e que, quando os suffragios os aclamavam representantes da nação, o governo mandava roubar-lhes os diplomas, nas encruzilhadas parlamentares. Estabelecimentos de credito, fiscalizados pelo governo, foram invadidos por commissões de inquerito, mais n'um fim diffamatorio, do que por qualquer exigencia dos interessados ou da legislação. Finalmente, á propria marinha chegou a hora das provações, vendo um ministro procurar conflicto com as suas maiores glorias, e alguns officiaes, e generaes que nos tinham conduzido á victoria, quasi que atiravam com os seus galões á face de certos parvenus. E, como se tudo isso não fosse sufficiente para as sinistras illustrações de um sudario de alguns mezes, agora, os brios militares e a honra dos officiaes é posta em prova, deixando que se insulte publicamente um coronel do exercito brasileiro, e punindo o com dous dias de prisão, por ter acudido muito correcta e legalmente, em defeza da sua reputação! Depois de desgostar a massa geral dos cidadãos, com medidas vexatorias, o ministerio desde ás minudencias, separa as classes e para cada uma d'ellas, forja um opprobrio, um insulto ou uma traição, exasperando-as a todas. Dir-se-hia que o dilirio da perdição incita esse ministerio reaccionario, desde o dia em que um aceno imperial o elevou aos conselhos da corôa, para nos levar, a todos, quasi aos limites de uma guerra civil. E' em d'essa conflagração, só vemos a auctoridade amesquinhada pelos seus arbitrios, as instituições mais decadentes do que nunca, a lei sem o menor prestigio e as garantias do cidadão só amparadas pela força de que cada um possa dispôr! Se o governo quizesse pagar com a mais negra ingratidão as blandicias da corôa, não podia escolher uma norma de procedimento mais comprometedora, pois que, é a propria monarchia, já de si tão frouxa na America, que elle põe em jogo, fazendo-lhe perder o debil prestigio que ainda gosava, e expondo-a, assim, n'essa sublime indifferença pelos attentados de toda a ordem, insensivel ás perseguições dos livres e cúmplice no martyrio dos escravos! Tambem, se o presente não ganha muito em progresso, o futuro, ao menos, está tendo bons collaboradores! E' assim que se preparam as revoluções lentas e efficazes.
1887		
20	11 de janeiro	ATAQUE A UM QUILOMBO MORTES E FERIMENTOS A <i>Gazeta de Campinas</i> narra da seguinte forma um assalto a um quilombo próximo a Vallinhos: “Diligência policial – Ante- hontem 7, pelo trem do meio dia seguiu para Vallinhos

		uma força de 10 praças commandada pelo furriel Americo Cezar, afim de dar busca em uns quilombolas que naquelles arredores existiam. Chegada alli a força, juntou-se a ella uma outra composta por paizanos devidamente armados, seguindo todos para as proximidades da fazenda Rio da Prata, pertencente ao Sr. Coronel Manoel Elpidio P. de Queiroz, onde deviam encontrar os ditos quilombolas. Hontem as 4 ½ horas da madrugada dirigiram-se a um rancho junto ao rio Capivary, e aí chegando, um dos paizanos, José de Godoy, avançou affeitamente para o logar onde um pequeno cão ladrava. Era o rancho, cuja entrada achava-se interceptada por cipós, folhagens, etc. neste momento, despertando os quilombolas do somno em que jaziam, um deles deu um tiro em Godoy que immediatamente cahiu morto. Em seguida, outro paisano, Benedicto de tal atirou sobre um dos quilombolas, o qual retribuiu, prostrando da mesma forma o infeliz Benedicto. Em vista disso a força de paisanos deu uma descarga sobre os refugiados, resultando a morte do preto Ignacio, escravo de Antonio Dias de Almeida, o qual cahiu n'agua não apparecendo o cadaver até agora. Outro ficou gravemente ferido, e ainda outro com um ferimento ao braço esquerdo além de um ferido levemente, pertencendo o primeiro a João Vieira da Silva Pompeu, d'este municipio, e os outros a Francisco A. de Paula Vianna. Foi preso mais um de nome Roque, pertencente ao mesmo Viana. Dous cadaveres e os feridos foram conduzidos à estação de Louveira, onde o commandante da escola telegraphou ao delegadfo de policia d'esta cidade para ir busca-los, à 1 ½ hora da tarde em trem especial. O Sr. Damaso Xavier da Silva, acompanhado do alferes Sr. João Braga e do subdelegado Sr. Antonio Procopio, dirigiu-se para alli e lá fez recolher ao trem os cadaveres e os feridos, seguindo viagem para esta cidade. Chegando a Vallinhos, o respectivo chefe da estação recebeu ordem telegraphica do Sr. Hammond, inspector geral, para fazer o trem voltar para Louveira em rasão de requisição do delegado de policia de Jundiahy. Chegado a Louveira, recebeu nova ordem de seguir para Jundiahy, onde teve de esperar mais de uma hora pelo delegado, o qual chegou, recebeu os cadaveres, os feridos e os presos, e fel-os, seguir para o quartel, acompanhados das praças, procedendo em seguida ao respectivo corpo de delicto e ás mais diligencias. O trem especial que fôra a essa diligencia voltou ás 7 ½ da noite trazendo as auctoridades, diversas pessoas e o representante desta folha.”
21	21 de agosto	Chonica politica Prestou o illustrado senador Silveira da Motta grande serviço à santa causa da abolição e ao progresso geral deste paiz pronunciando, a 19 de agosto, um importante discurso sobre as escandalosas relações do governo imperial com o Banco do Brazil e com a lavoura. Esse discurso terminou por um pedido de informações, dividido em tres paragraphos, sendo o último deste theor: - Qual o numero e valor dos escravos, <<comprehendidos nas hypothecas, feitas ao Banco do Brazil, e se estes foram dados à matricula da lei de 28 de Setembro de 1885, em nome do Banco ou dos devedores por si ou seus legitimos representantes?! *** Há muita cousa escandalosa neste imperio; as é irrecusavel que o Banco Siamezdo Tesouro Nacional gosa do ineffavel privilegio de ser um escandalo de marca-maior. Hoje, principalmente, sua situação é singularmente excepcional. O ministro da fazenda, seu fiscal e seu superior hierarchico, é um ex-director de um devedor (ou ex-devedor) hypothecado em condições tão anormaes, que nos obrigaram a longa discussão em Setembro de 1885.

		Dous actuais directores são deputados do partido reinante, predilectos do presidente do conselho, e seus companheiros de voltarete. Compreende-se que, dessa arte, não é mais um <i>banco</i>; mas sim um <i>throno</i> inacessível ao commum dos mortaes. *** Esse banco ou esse <<throno>> é também o castello feudal do escravagismo. O Sr. senador Silveira da Motta computa em 40000 o numero de infelizes que trabalham para pagar juros e amortisação aos acionistas! A censura theatral, em Pariz, rejeitou o drama, em que ZOLA representava operarios mineiros em greve fuzilados pelas tropas. Na scena final um grupo desses miseraveis cahe aos tiros dos soldados. Alguém pergunta: - Quem os matou? - Os accionistas! <<Les actionnaires!>> Se ZOLA descrevesse as surras, as caçadas de negros, as cremações, os ataques aos quilombos, matando mulheres e crianças, e se tivesse de apontar o causador de tantos horrores, responderia: - <i>O Banco do Brazil</i>. *** O escravo de um Banco ou de uma Companhia Anonyma é o mais infeliz dos infelizes. O peor dos fazendeiros, ou dos senhores de engenho, têm, por força, alguma sensibilidade no coração; é accessível ao remorso. Em uma noite de insomnia, pergunta a si mesmo – Será justo o que eu faço? - Não será uma atrocidade pagar com trabalhos perpetuos, com galés, a esses infelizes, que me deram tudo quanto possuo; que me permittiram educar os filhos e dotar as filhas? Mas um Banco ou uma Companhia Anonyma não tem entranhas, não tem coração, não sofre insomnias; é incapaz de um acto de consciência; inacessível ao remorso, ao arrependimento e aos impulsos generosos, que estão produzindo as libertações em massa em S Paulo e Pernambuco. *** O que se passa na Inglaterra para com os Irlandezes é perfeitamente analogo ao que se esta dando neste emporio em relação aos Africanos. O mais feroz inimigo de <i>Gladstone</i> e de todos os amigos da Irlanda é o <i>Times</i>; o órgão da (??); da <i>gentry</i> da <i>City</i>. Os mais atroses Landlords são as corporações de Londres; são os credores, que adquiriram terras hypothecadas na Irlanda. Não há escravocratas comparaveis aos do Banco do Brazil e da rua dos Benedictinos. São elles que açulam o escravagismo dos deputados e dos senadores; que vão ao parlamento ficalisar as votações; que compram votos, nos momentos criticos, como na exp(o?)liação da cadeira de deputado a JOAQUIM NABUCO em 1884. As questões, suscitadas pelo distincto senador Silveira da Motta, são, pois, da maior importância para a sacrosanta causa da Abolição. - Foram ou não foram matriculados os 40000 infelizes hypothecados ao Banco do Brazil? - Houve, ou não houve, procurações em forma, como exige a lei? - Estarão os desgraçados livres, como seus 13.000 irmãos de Campos?
22	8 de novembro	No bairro do Quilombo, em S. Carlos do Pinhal, S. Paulo, dicisa desse municipio com o de Belem do Descalvado, trata-se de fundar uma nova povoação, havendo já diversos donativos para a erecção da capella.
1888		
23	8 de fevereiro	CURIOSIDADE HISTORICA Eis como, no tempo colonial, se punia o escravo, cujo único crime era fugir ao captiveiro:

		Alvará de 3 de Março de 1741 <<Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem, que sendo-me presentes os insultos que no Brasil commettem os escravos fugidos, a que vulgarmente chamam calhambolas, passando a fazerem o excesso de se juntarem em quilombos; sendo me preciso acudir com remedios que evitem esta desordem: - hei por bem que a todos os negros, que forem achados em quilombos, estando nelles voluntariamente, se lhes ponha com fogo uma marca em uma espadua com a lettra – F – que para este effeito havera nas camaras, e se quando se for executar essa pena, for achado já com a mesma marca, se lhe cortará uma orelha, tudo por simples mandado só juiz de Fora, ou ordinario da terra ou do ouvidor da comarca, sem processo algum e só pela notoriedade do facto, logo que do quilombo for trazido, antes de entrar para a cadeia.>>
24	28 de março	Acabamos de receber <i>O Lar</i>, avigorado trabalho do Sr. Pardal Mallet. A julgar pelos precedentes trabalhos deste escriptor, prevemos que <i>O Lar</i> é uma produção de valor litterario. No reverso da capa do livro vem indicado o movimento litterario do naturalismo no Brazil, distinguindo-se: Aluizio Azevedo, Antonio Zaluar, Araripe Junior, Coelho Netto, Dermeval da Fonseca, Domicio Gama, Emmanuel Carneiro, G. Hartmann, Duque-Estrada, Bilac, Pardal Mallet, Raul Pompéa, Valentim Magalhães e V. Guimarães, que activamente trabalham para produzir trabalhos de merecimento. Eis os títulos de alguns d'elles: <i>O cortiço</i>, <i>Força Velha</i>, <i>O Quilombo</i>, <i>Psychose</i>, <i>Cabeça de Turco</i>, <i>A Bodega de Mafalda</i>, <i>Tio Lotherio</i>, <i>Scarial</i>, <i>A Vacca do Orçamento</i>.
25	4 de setembro	TELEGRAMMAS SERVIÇO ESPECIAL DA GAZETA DA TARDE Santos, 4 Foi muito concorrido o banquete offerecido pelo negro Quintino de Lacerda, chefe do Quilombo Jabaguara, ao Dr. Silva Jardim e aos republicanos. A festa foi muito concorrida, a ella comparecendo a imprensa.
1889		
26	4 de janeiro	Vencer pelo terror É esta a epigraphe de um telegramma publicado na <i>Tribuna Liberal</i> de 25 de Dezembro findo, contra o qual protesto, visto ser elle mais um dos costumados acervos de falsidades atiradas habilidosamente contra caracteres já firmados pelo consenso geral como incapazes da vil calumnia que agora lhes é attribuida. Foi preciso que a provincia da Bahia tivesse a desgraça de conhecer as <i>gentilezas de um mysterioso desterrado</i>, para que o fazendeiro Cerqueira Lima encontrasse, pela primeira vez, um audacioso calumniador que tentasse ferir sua reputação honrada e nobre e que a boa fé da <i>Tribuna Liberal</i> fosse illudida para que publicasse tamanho absurdo! Indague-se da verdade e, se a <<Tribuna Liberal>> prescrutar das causas que determinam taes telegrammas, e o Sr. Ministro da justiça se fizer conhecedor do que se passa em Ilhéus, só terão um alvitre a tomar urgentemente: garantir a propriedade e a vida daquella infeliz povoação, hoje atacada por uma horda de salteadores e até criminosos de morte, occultos ás vistas da justiça em uma fazenda abandonada pelo dono e convertida em negregado quilombo, sobre o qual urge cahir a acção brusca e desapiedada da policia correccionaria. Rio, 4 de janeiro de 89. DR. SOUZA DIAS
27	17 de	Cerca de trezentos homens de côr se reuniram no Jabaquara, e ensthusiasticamente votaram a seguinte MOÇÃO

	janeiro	<< Os homens de côm residentes neste cidade, e hoje reunidos em assembleia especial, declaram: 1.º Que reconhecem a abolição da escravatura no Brazil como feita pelos esforços populares, que se impuzeram energicamente á corôa; 2.º Que se consideram do povo e pelo povo em todas as suas manifestações tendentes á reorganisação da patria: E PROTESTAM contra aqueles que alliciam os seus irmãos de raça, formando uma verdade farça a que intitua <<Guarde Negra>>, em qualquer parte que ella seja formada, porque enxergam nessa infamia o inicio de uma guerra civil produzida pelo odio de duas raças. Nestes termos se declaram solidarios. Santos, 13 de Janeiro de 1889.>> - Grande massa de povo assistiu á reunião. - Era primeiro signatario do convite aos homens de côm Quintino de Lacerda, o famoso chefe do Jabaquara, o legendario organisaor desse quilombo que fez a abolição. Na reunião, elle salientou todos os bens que os pretos alli presentes e seus irmãos deviam a liberdade ao povo, não ao governo. A' monarchia, disse elle, nós devemos a conservação da escravidão por tres seculos: devemos-lhe as ballas com que ella mandou espingadear alguns aqui presentes na celebre jornada do Cubatão. Nós nos fizemos livres, auxiliador pelo povo que nos sustentava contra as forças do governo. - Entre os presentes estavam alguns dos heróes de Capivary que venceram a tropa nas immediações do Cubatão. - Fallou tambem Eugenio Wonsuit, um preto muito intelligente, ex-militar, com quadro annos de campanha no Paraguay. Bateu o recrutamento com que o governo quer conservar os ex-escravisados, nas fazendas, e concitou os companheiros á revolta contra mais essa escravisação. - Reinou grande enthusiasmo.
28	23 de janeiro	Requerimento despachado pelo ministerio do imperio: Augusto (...ilegível). – Apresente novas amostras, em maior quantidade e em condições que garantam a perfeita conservação de aguas das fontes de Quilombo e Rosa, na provincia de S. Paulo, cuja analyse o applicante requereu.

ANEXO D – Periódico Gazeta de Notícias (1876-1888)

	DATA	DESCRIÇÃO
1876		
1	22 de março	JURY DA CORTE Os ladrões e gatunos que pela rua do Mattoso andam em quantidade, trazendo sempre os moradores sobressaltados, já não esperam pela noite para commetterem suas audaciosas tropelias. Ainda hontem, entre 3 e 4 horas da tarde, na travessa do Dr. Araujo, foi assaltado o gallinheiro da casa em que reside o Sr. Fernando Pinheiro, d'onde furtaram seis gallinhas e, se mais não levaram, foi por que um preto da mesma casa os perseguiu. Este facto não é isolado, pois que, ha algum tempo, d'aquella mesma casa, entre 11 e meio-dia, penetrando os gatunos em um quarto d'ella, tiraram roupas, joias, etc., e ainda uma grande bacia de cobre. Pedem os moradores ao Sr. chefe de policia as mais energicas providencias, muito principalmente quando se sabe que existe um quilombo em uma matta que está nas proximidades da mencionada travessa.
2	14 de abril	Foram capturados no quilombo de Curuá, provincia do Pará, 2º districto de Alenquer 135 negros, pelo Sr. major Luiz de Oliveira Martins, sem emprego algum da força publica. Dos 135 pretos, 115 foram baptisados nos dias 21 e 22 de março ultimo.
3	27 de maio	Os habitantes da villa de Iguassú acabam de representar no governo provincial, pedindo que seja batido o quilombo da Valla da Bomba á margem do rio, em distancia somente de duas horas de viagem da côrte. Esse quilombo está grandemente povoado de pretos fugidos, criminosos e desertores, que commettem toda a casta de crimes, sendo que ha pouco assassinaram dois escravos.
4	16 de junho	GRANDE DESORDEM Seriam 11 horas de noite de antehontem, quando os rondantes que se achavam de serviço na praça das Marinhas, viram atracar uma canôa tripolada por três negros. Causando-lhes suspeita a apparencia dos negros, trataram de pedir explicações que não só não lhes foram dadas, como serviram de origem a um grave conflicto. Os pretos não só se recusaram a acompanhar os urbanos á estação, como os aggrederam, chegando a servir-se de uma pistola. Alguns catraeiros foram em socorro da policia e estão travou-se uma ronbida luta, conseguindo os urbanos, depois de forte resistencia, levar os pretos para a estação. O preto que puxou pela pistola declarou chamar-se Matheus e ser escravo de D. Gertrudes Maria Ambrosino, dizendo mais que ha dois annos se acha fugido com mais cinco companheiros. Matheus é um negro de fórmias herculesas. Parece que estes pretos fazem parte do quilombo do Bomba que anda lá para o lado da Estrella. A bordo da canôa foram encontrados os seguintes objectos: dois machados, duas foices, uma capada velha e duas lutas de polvora.
5	23 de junho	Foram ante-hontem batidos por 40 praças do corpo de policia de Nictheroy e mais ou menos 40 cidadãos, dirigidos pelo delegado de policia da Estrella, Joaquim Alves Machado, e subdelegado do Pilar, tenente Aniceto Augusto da Costa Valle, os afamados quilombos do Bomba e S. Gabriel, no municipio de Iguassú e Estrella, sendo presos 17 escravos fugidos, dos quaes onze d'aquelles e seis

		d'este. Louvores ás auctoridades que fizeram esta importante diligencia.
6	28 de agosto	Na Casa do Acaso(?), situada no largo de S. Francisco de Paula n. 2, vende-se a afamada cangiquinha do Quilombo de S. Sebastião, assim como o verdadeiro tonico oriental para o cabelo, e a verdadeira agua florida de Murray e Lamann.
1877		
7	22 de janeiro	Na provincia do Maranhão foram presos 113 escravos no quilombo do Tury e conduzidos á capital por uma força de linha.
8	12 de março	Comunicou-se á presidencia do Pará, em relação aos escravos apprehendidos no quilombo Curuá, termo de Alemquer, abandonados pelos seus senhores, e julgados libertos pelo juiz de orphãos da capital: 1° Que, declarados libertos os escravos abandonados por seus senhores, na fôrma do art. 6° parágrafo 1° da lei de 28 de setembro de 1871, ficam durante cinco annos sob a inspecção do governo, devendo contractar seus serviços, sob a pena de serem constrangidos, no caso de viverem vadios, a trabalhar nos estabelecimentos publicos, constrandimaneto que aliás cessa, sempre que exhibam contracto como dispõe referido art. 6° parágrafo 5°, e o art. 79 do regulamento que baixou com o decreto n. 5135 de 13 de novembro de 1872. 2° Que, declaradas libertas as mais dos ingenuos, estes devem acompanhá-las ficando desde logo sujeitos á legislação commum, de accôrdo com a doutrina do art. 1° parágrafo 4° da lei, que dá á mulher escrava, que obtiver liberdade, o direito de levar comsigo, os filhos menos de 8 annos.
9	24 de março	Foram ante-homtem julgados pelo jury do termo da Estrella os pretos Jeronymo e Matheus, accusados como assassinos do escravo Felipe, do Sr. barão de Quandú, e como chefes do quilombo do Pomba que foi destruido haverá um anno pelo Dr. Gonçalo de Faro o coronel Joaquim Alves Machado. O jury condemnou Jeronymo a galés perpetuas, o Matheus a 200 açoites. Presidiu o tribunal o Dr. Gonçalo de Faro, juiz municipal o qual, na fôrma da lei, appellou para a Relação da sentença de Jeronymo.
10	23 de abril	O Dr. João Florentino Meira do Vasconcellos, juiz de direito do Pará, julgou por sentença careadores de acção e condemnados nas custas, o Srs. Barão de Santarém, José Joaquim Pereira Macambira, Maurício José Pereira Macambira e Mathias Affonso da Silva, na qualidade de herdeiros da finada D. Maria Margarida Pereira, auctores no processo de escravidão contra 62 escravos apprehendidos no quilombo de Curuá, termo de Monte Alegre, mandando o mesmo juiz que os ditos escravos sejam manumittidos em sua liberdade e relaxados da prisão em que se acham.
11	19 de dezembro	PUBLICAÇÕES A PEDIDO Roubo da alfandega de Santos Não tenho tempo para entreter polemicas pela imprensa e nem dinheiro inutil ou facilmente adquirido para as despesas consequentes. Agradecendo do fundo d'alma as palavras lisongeiras, que a meu respeito appareceram no Jornal do Commercio de 29 de novembro ultimo, rogo-lhe, Sr. redactor, haja de publicar no seu conceituado jornal, por ora, a denuncia do D. promotor publico, em Santos, conta os Sr. Antonio Eustaquy Largacha, Antonio Justino de Assis e João Baptista de Lima o primeiro como auctor do roubo simulado dos cofres da alfandega, de que era thesoureiro (na phrase da promotoria), os segundo e terceiro como cumplices do extravio verificado, na qualidade de inspector e chefe de secção da mesma alfandega. Foi esse documento official e outros que publicados, e que não são simples

		depoimentos destacados e adrede alterados, alguns dos quaes provenientes de causas que não procuro inganar, poderão os que não me conhecem apreciar a perversidade e cynismo d'aquelles que tentam, mas felizmente ?, ferir a minha reputação. LUIZ MANUEL DE ALBUQUERQUE GALVÃO Rio de Janeiro, 12 de Dezembro de 1877. Illm. Sr. Dr. Juiz de direito. – o bacharel Luiz Manuel de Albuquerque Galvão precisa que se lhe mande passar por certidão o parecer do Exm. Sr. conselheiro Furtado, ex. chefe de policia interno da provincia de S. Paulo, e a denuncia dada pelo Dr. Promotor publico em virtude d'este parecer relativamente ao desfalque encontrado nos cofrers da alfandega d'esta cidade – E. R. M – Santos, 28 de novembro de 1877. Luiz Manuel de Albuquerque Galvão. Despacho. Como requer, sem prejuizo do andamento do processo. Santos, 28 de novembro de 1877. – Bezamat. Certidão. – Antonio Luiz Ribeiro, escrivão do juiz de direito n'esta cidade de Santos, etc., etc: Certifico que revendo os autos crimes do roubo da alfandega d'elle consta a peça que se extrahe aqui por certidão, em virtude da petição e despacho retro, a qual é do theor seguinte: Denuncia. – Illm. Sr. juiz de direito. – O promotr publico da comarca vem perante V. S. denunciar Antonio Eustaquio Largacha, Antonio Justino de assis e João Baptista de Lime, o primeiro thesoureiro, o segundo inspector da alfandega d'esta cidade, e o terceiro chefe da 2° secção, pelos factos que passa a referir. Na noite de 17 para 18, ou no correr d'este dia, ou na noite de 18 para 19 do mez de fevereiro de corrente anno, na occasião em que pelos empregados foram abertas as portas alfandegas, verificou se ter sido violado o cofre forte, onde eram guardadas as rendas da mesma alfandega e as estampilhas de diversos valores. Communicada a occorrença ao Sr. Dr. Juiz municipal, este, sem demora acompanhado pelo seu escrivão, compareceu ao logar do crime, onde alguns minutos depois a elles se reuniu o promotor da comarca. Procedeuse ao respectivo exame, tanto no exterior como no interior do edificio, e igualmente no cofre forte. Nenhum signal de violencia foi pelos peritos encontrado, a não ser a remoção de algumas telhas de uma goteira, que se acha n'um dos declives do telhado, do lado de um pequeno pateo interior, de cuja gotera desce uma escadinha que conduz ao corredor por onde se entra para o salão em que está situado o biombo do sofre forte. Chamados á requisição da promotoria, dois habeis serralheiros, um de S. Paulo, outro d'esta cidade, por estes foi declarado, depois de (...ilegível) exame, que << nem os instrumentos encontrados podiam prestar se ao arrombamento ou abertura do cofre, nem a peça principal, a fechadura, havia sido violentada >> porque nenhum indicio de que n'ella fôra empregada força puderam descobrir, e que o cofre fôra aberto << ou pela propria chave ou por uma (... ilegível) por ela molada. >> O que fica dito está provado no corpo de delicto de fl. A fl. Do exame fiscal a que se procedeu verifica-se o desaparecimento de 185:6508679 a saber: 177:031879 em moeda e 8:1198400 em estampilhas << extraviadas pelo primeiro denunciado, que era quem tinha a chave, e a cujo cargo estava na sua qualidade de thesoureiro, o dinheiro e as estampilhas >>, tendo concorrido para o extravio os segundo e terceiro denunciados, como se verá pelas razões seguintes em que se funda a convicção da promotoria. Em relação ao 1° denunciado: 1.° Grande quantidade de oleo foi espalhado pelo assoalho do biombo do cofre forte, nos espelhos d'este, nas suas portas e no orificio externo da fechadura por onde penetra a chave (vide o auto de exame). Não era, portanto, provavel, póde-se mesmo dizer possivel, que o auctor do crime tivesse as mais complemente
--	--	---

		limpas, tendo com tanta prodiga ? usado usado oleo e d'esta maneira, ao menos, uma << leve ? deveria deixar nos papes em que tocasse, maxime nas estampilhas >>, cujo papel é algum tanto transparente, e tem no verso do desenho uma camada de gomma que o faz artificialmente aos dedos. No exame a que se procedeu verificou-se, porém, que estampilhas tiradas no cofre e encontradas exparsadas pelo chão << estavam completamente limpas e sem ? alguma >>, sendo ainda mais para admirar este facto, quando as estampilhas emmassadas collocadas umas sobre as outras e formando um forte volume, << foram rasgadas conjunctamente, e por consequencia com o emprega da força, devendo a pressão exercida sobre ellas facilitar a marca dos dedos>>. Parece assim << que oleo foi empregado depois de aberto o sofre e só com o fim de simular auxilio ao pretenso arrombamento>>. E quem poderia abrir o cofre sem violencia senão <<aquelle que tinha a chave?>>. 2° Foram deixados no soalho muitos pingos de sebo, o que parece indicar que o facto o criminoso deu-se á noite. Entretanto sobre a mesa do biombo <<nem um signal existia de que sobre ella tivesse sido collocada a vela>>. E, o que é mais, a soleira de tijolos de uma porta do salão onde estava o cofre, e sobre o qual penetrava o trinco inferior que se quiz <<fazer cre que fôra levantado com auxilio de um ferro>, nem um signal ou pingo de sebo apresentava quando seria indispensavel collocar-se horizontalmente a vela para que esse ferro pudesse ser visto pela lado de fóra e por uma pequena fenda que existia entre a soleira e a parte inferior nas folhas da porta (vide o auto de exame). A necessidade de simulação por quem poderia ser reconhecida senão <<pelo empregado que tinha a chave do cofre?>>. 3° Dentro da caixa da fechadura do sofre forte, foram encontrados alguns pedaços de pontas de Pariz e de gazúas, mas as chapas internas, de metal, <<não soffreram móssa alguma>> o que não poderia acontecer se porventura esses instrumentos, alguns de aço, se quebrassem com o esforço de encontro a essa chapas. Os peritos declararam que esses pedaços de ferro <<foram introduzidos propositalmente na fechadura e depois de aberto o cofre (vide o auto de exame)>>. A simulação não nas violencias <<é clara e manifesta, e só podia ser d'ella auctor quem tinha a chave do sofre. 4° O denunciado (o primeiro) recebeu em partilha, em 1851, por fallecimento de seu pai 6:900\$864, como se vê a fl. 517. Casando, por matrimonio dotal, trouxe sua senhora apenas <<duas casas (fl. 382 e 480). Falliu em seu negocio em 1861, com prejuizo de 40:930\$ do qual foram salvos 15:500\$ do dote, como se vê de fls 394 e 405>>. Deu-lhe sua mãe 20:000\$ para pagar aos credores, aos quaes, como consta á fl 389, offereceu 15%. Deu-lhe mais o sitio do Quilombo, e que faz parte da fiança á fazenda publica, em cujo processo figurou como procurador fiscal João Baptista de Lima (fls. 39 a 459v.). Por morte de sua mãe recebeu 12:285\$800; em dinheiro, pequena quantia e o mais em escravos, metade de uma casa, e em divida propria ao acervo (fl. 405). << Em julho de 1868 >> tomou posse do cargo de thesoureiro, com fiança de <<50:000\$>>, e os seus ordenados, deste então até fevereiro do anno corrente montam em em trinte e nove conto e tantos mil réis>>. Constituiram a fiança somente uma <<casa n. 15 á rua de Santo Antonio, uma dita á rua Antonina n. 24, um armazem em o n. 47 á rua de S. Leopoldo, o sitio do Quilombo e uma sorte de terra na Bertioga>>, Vê-se mais dos autos de inquerito que o rendimento dos bens do denunciado e de sua senhora, desde que se casaram, não passaram de <<sete contos, os quaes reunidos aos ordenados, subiam a dez ou onze contos>>, D'este não podiam ser economisadas senão uma pequena parte
--	--	---

		porque o denunciado tem familia numerosa, muitas relações, frequenta sociedades, e educa os filhos, e muitas despesas feitas com os reparos de mais propriedades. E' assim mesmo que, depois de 1870; gastou com a reconstrução do predio da rua do Rosario n. 76 7:000\$, tendo ele sido comprado por sua senhora pela quantia de 1:273\$200, na reconstrução de dois armazens na rua de Martim Affonso outros 7:000\$; reedificação de um outro á rua de S. Leopoldo n. 47, 1:300\$, na de duas casa do pateo do Carmo ns 40 e 42, 4:000\$. Na da casa á rua de Santo Antonio n.15, 1:500\$; na construcção de um chalet em S. Vicente e, 12:000\$ <<além de mais dois chalets portateis de madeira, e de uma lancha a vapor e das despesas com a serraria montada no Quilombo.>> Apezar d'estas despesas capazes <<de cobrir os seus rendimentos juntos aos de sua senhora>>, pois que montaram em seis annos, perto de <<40:000, no exercicio de 1870 a 1871>>, consta do lançamento de imposto sobre predios que o denunciado possuia duas casas <<á rua Aurea ns 153 e 154; uma dita << á rua Direita n. 70>> uma dita << pa rua do Rosario n. 76>>; uma dita <<á rua de Santo Antonio n. 15>>, uma dita á rua do Consulado n. 13>>; uma dita <<á rua Antonina n. 24>>; duas ditas <<á rua do Carmos ns 40 e 42>>; e dois armazens <<á rua Martim Affonso>>, Destas casas, duas sómente fazem parte da fiança do denunciado, mas em compensação fez << mais uma a de S. Vicente>>. Com 10:000 por anno << parece não ser possivel fazer-se face ás despesas indispensaveis, edificar, reedificar, montar serraria e ainda accumular-se capital para compra de casas>>; notando-se que o livro de lançamentos não consta que << a senhora do denunciado tenha predios n'esta cidade desde 1873>> (vide fl. 546). Se o augmento da fortuna do denuncia o não tem outra explicação, <<forçosamente ha de conhecer que o facto constitue indicio vehemente de que, como thesoureiro, o denunciado desviou do sofre a seu cargo os fundos necessario ou para esse augmento, ou para as suas despesas. Ao exposto accresce que o denunciado sabendo <<ha seis ou sete annos), que uma commissão de syndicancia tinha de ser enviada pelo thesouro nacional á alfandega d'esta cidade, ficára incommodado e pedida aos seus amigos que escrevessem para a côrte pedindo que o avisassem com antecedencia da partida da commissão, porque estava alcançado nos cofres da alfandega por causa de emprestimos a amigos e collega fls 480, 489 e 490), além dos favores que fazia a algumas casas commerciaes, como se vê á fls 258, 259, 368, 387 e 409. A simples exposição dos factos faz nascer a convicção << de que o thesoureiro denunciado é o auctor do extravio dos dinheiros existentes no cofre da alfandega, á cargo do mesmo denunciado >>, convicção que mais se rebustece ao ler-se e o artigo do seu advogado José E. R. Campos, assim como o seu depoimento. Com effeito, a 21 de fevereiro dizia um advogado << que tendo sido encarregado da defesa do denunciado, se abstivera de discussões pela imprensa >>, por estar pendente o processo de averiguações; mas que, em vista do telegramma publicado no Jornal do Commercio, mudava de resolução. Portanto << sendo o aritgo de escripto a 0, no dia em que se descobriu o crime, e sem que houvesse a commissão, já o denunciado se reputava criminoso, ou pelo menos reconhecia a existencia <<de indicios contra si, pois já tratava de defender-se. E isto ainda mais evidente se torna com o depoimento referido; o advogado fôra também ajustado para a formação da culpa, isto é para defender o denunciado de um crime. Quem accusava antes do telegrama? << Porque antes d'este já tratava de defender-se?...>> (Extrahido do processo Cartorio do escrivão Ribeiro.) (Continúa).
12	22 de dezembro	CONTINUAÇÃO DO PARECER DO CONSELHEIRO FURTADO 30° (trabalhadores), que o Dr. José Emilio Ribeiro Campos não respondeu o officio em que se lhe pediam os nomes dos operarios que depois da subtracção na alfandega se haviam retirado para Portugal, indo alguns para Viseu (fl. 278); << e

		provou-se que nem um dos operarios despedidos ou que se despediram do serviço da alfandega, de 19 de fevereiro até 16 de abril proximo passado, foi para Portugal (fl. 324 v.) >>. 31°. (operario pedreiros), que não existiu nas obras da alfandega pedreiro algum que tambem fosse serralheiro, << e que como tal tivesse tido parte nas danificações feitas no cofre (fl. 484 v.). >> 32°(Roberto), que costumava elle com assiduidade ir fallar com seu patrão o thesoureiro Largacha na alfandega, indo o logar em que este se achava, isto é o biombo do cofre (f. 345 v., 347 v. 354 v.m 364 v., 365 v., 384 v., 440, 441 e v., 451 v., 454., 461, 473 e 494) que é rapaz, vivo, espero, intelligente, fiel ao seu patrão e trabalha na machina de serrar madeiras no sítio do Quilombo (fl. 486, 499 e 500); que com quanto trabalhasse na machina vinha á cidade d'ella voltava com assiduidade, sendo para notar-se que quem deu a noticia dos acontecimentos na alfandega, quatro ou cindo dias depois d'elles, foi um camarada pardo << de nome Antonio e não Roberto que estava no sitio >> quando constou a noticia nao se sabendo a quantos dias antes (fl. 498 v., 499 v., e 500); e não menos é bastante de notar-se que era elle << entendido no serviço de parafusos, >> e que as chaves d'elles não appareceram nos inversos, instrumentos encontrados na alfandega (fl 500). 33° (Largacha), que nas informações prestadas ao juiz municipal disse, que verificou achar-se na gaveta do seu guarda-roupa a chave do sofre aa d'aquella no bolso do collete collocado em um cabide aos pés da cama (f. 69v.); que mandára chamar o inspector da alfandega ficando á porta principal d'ella até á chegada do mesmo e do juiz: que fôra o empregado das capatazias Francisco das Chagas, conhecido por Caxias, quem fôra mandado abrir o salão em que se acha o biombo do cofre (fl. 70 e.v) que retirou-se da alfandega do dia 17 de fevereiro, ás 3 horas, fechando o cofre ás 2 horas e 50 minutos, como de costume, nunca estando só quando o fazia (fl 71). Verificando que o deixava fechado, depois de findo o expediente, que costumava voltar para cima, para encobrir a fenda da fechadura, a chapa do << espelho, que conservava pendente durante o serviço (fl. 71 v.) que no dito dia, havendo pouco expediente, occupou-se em contar e enmaçar dinheiro, << auxiliado pelo seu ? Manuel Geraldo Forjaz >>, que desatando o atilho, e ás vezes sem fazel-o, verificava os maços (fl. 72 v.) tendo já contado 120:000\$; como o inspector nada lhe houvesse dito a respeito do quantum, e o vapor sahia sempre depois do meio-dia, parou, porque << se quizesse mais havia tempo para apromptar se>> (fl 720); <<que se não recordava de haver dito ao inspector que cento e vinte já estavam promptos e só que elle fallava na remessa de 150:000\$>> (fl. 74): que a 18 veio á alfandega por duas vezes para a dita remessa, porque fôra avisado da chegada do vapor Rio Grande, mas <<encontrando a alfandega fechada>>, retirou-se, depois que Manuel Luiz Ferreira apontou o filho do inspector, que dizia <<ter ido seu pai para barra, visto não ser possivel a remessa n'esse dia, em razão de subir a vapor ao meio dia>> (o que o fiel confirma a fl. 104); que o vapor partia depois da dita hora, e os caixões e latas existentes no biombo do cofre eram bastantes para contar a remessa do dinheiro (fl. 75 e v.); que uma e meia hora era insufficiente para contar a emmaçar mais 30:000\$, encaixotar e lacrar os caixões, não incluindo o trabalho de repartição, extranho ao thesoureiro; que se no dia 18 quando o viera á alfandega, <<ás 10 horas da manhã a tivesse achado aberta podia-se ter preparado a remessa; que nunca esquecem parte alguma a chave dita a seu fiel, que há resitituiu no dia seguinte>>; havia 12 dias, tendo o dito empregado entrado em exercicio no 1° de fevereiro (fl. 75 v.76), o que o fiel confirma a fl 103 verso, que <<não pôde explicar o facto de ter sido violado o cofre>>, que desde que começaram as novas obras, tinha estado <<sobresaltado
--	--	---

	pela facilidade>> que ella dava ao penetrar-se no edificio velho, e que os trabalhadores d'ella viam perfeitamente o logar do cofre, e tanto que havia poucos dias vira-se obrigado a correr uma cortina de janella para evitar que o vissem estar contando dinheiro (fl. 76 verso, 99 e v. e 100), <<que entregara no dia 16 fl 139) <<de fevereiro a quantia de 2:089\$425 a João Bernardete Pereira, guarda-livros de Bento Thomas Vianna para entregal-a ao procurador da camara ultimamente eleita, José Antonio Vieira Barbosa, proveniente de tratamento de ? (fl. 107 v. 108, 130 v., 139, 140, 141), que o empregado Sebastião Carlos Navarro de Andrade que viera do Rio Grande do Sul, não trouxera boas recomendações e elle Largacha o conhecia perfeitamente e por << elle fôra denunciado de fazer pagamento antes das ordens e devido processo>> (fl. 108) que o Dr. José Emilio Ribeiro Campos declarou que no dia 19 de fevereiro um seu amigo, cujo nome não podia precisar>> mas depois disse ser Bento Thomaz Vianna), fôra perguntar-lhe se no caso de Largacha necessitar seu patrocínio como advogado pelos acontecimentos da alfandega poderia contar-se vencido>>. No que respondera affirmativamente tanto para defeza feral como especial << e na formação de culpa, e teve sciencia da tarde do mesmo dia, de ter sido escolhido para advogado, e no dia immeditado entrou em accordo, ficando compromettido como seu advogado. >> (f. 99 149 e 160); e que mesmo Largacha escrevêra o apontamento do dinheiro ? a 17 de fevereiro (fl 99 e 129); que o fiel do thesoureiro Manuel Geraldo Forjaz, declarou ter contado parte de 120:000\$ no dia 17 de fevereiro, os quaes foram emmaçados, não podendo precisar quando ficára de dinheiro para contar, sendo, porém, bastante, verificando o thesoureiro estar a somma contada às ? horas da tarde dizendo achar-se cansado; que por momentos (5 minutos) ? um como outro alternadamente costumavam deixar seu logar no biombo; vao sahindo, porém da repartição, não sabendo se o cofre ficára fechado; que viu o thesoureiro fechar e experimentar o cofre e se ?, nunca viu o thesoureiro esquecer se da a chave do cofre que durante as horas do serviço guardava no bolso, poucas vezes deixava na fechadura e no dia 18 compareceu na alfandega a chamado do thesoureiro para auxilia-lo na remessa do dinheiro para o thesouro (fl. 102 v. e 104v.) que Largacha reagira por seu advogado contra o telegramma constante de n. 19 a fl. 149 a fl 152 v, 267 v. 189 v. a 190, 206 a 245, 288 narrando, porém << circumstrancias especiaes por maneiras diversas do que os exames de ns. 5, 6 e 7>>; que entre Largacha e Galvão havia relações (vide o n. 25), que Galvão nem entrou no biombo de Largacha (vide o n. 25); que Roberto costumava <<assiduamente procurar o seu patrão>> (vide n. 32); que tinha no cofre da alfandega 800\$ em ouro seus para servir seus collegas na repartição que necessitassem, afim de não recorrerem a outras pessoas (fl. 347 v. 349v.) pondo-se em duvida se pertencia tal quantia ao cofre>> (fl 490 v.) que a chave da fechadura do biombo em que se achava o cofre n'ella ficava <<pela parte de fóra>> (fl. 366v.); que ha seis para sete mezes constando a Largacha que estava para vir da côrte uma commissão de syndicancia do thesouro, ficára muito incomodado e pedira a diversos empregados da repartição, para não irem pedi-los a outras pessoas, sendo depois embolçado no acto de pagamentos (f. 499 e v. a 490)>>, que se attribuia a Largacha a subtracção na alfandega porque <<fazia muitas despesas e favores a casas commerciaes>> e empregados da repartição, e tinha serraria de madeiras a vapor, dizendo se que é movida por água, adquirida por herança de seus pais (fl. 258 v. a 259. 386 v. 387, 419, 415 v.); que Largacha é fiador de si mesmo com bens que juntos aos hypothecados para fiança de thesoureiro da alfandega tem valor muito superior ao da mesma fiança (fl. 215, 551 v.); que os rendimentos annuaes de Largacha e sua concorte em relação a predios de ambos são de 7:000\$ (fl 499) mostra-se, porém, mais, que Antonio Eustachio Largacha, por falecimento de seu pai José Maria Largacha
--	--

	a 5 de novembro de 1835, recebeu em partilhas a 11 de março de 1851 a quantia de 6:900\$864 (fl 547 v.); que, casado por matrimonio dotal com com D. Adelaide Umbelina Soares, trouxe essa em predios apenas duas casas (fl 382, 480); que a 14 de agosto de 1861 falliu em o commercio que tinha com prejuizo de 40:930\$ (fl. 384, 415), não comprehendida a quantia de 15:500\$, pertencentes ao dote de sua consorte, sendo que em seu beneficio sua mãe D. Gertrudes auctorizou a venda de suas propriedades, que produziu 28:000\$, de que ella lhe fez, com o assentimento dos demais herdeiros, doação pura e simples, para paga a seus credores, aos quaes offereceu 15% (d. 389 e v.) e ainda depois deu-lhe o sitio Quilombo para fiança fiscal, em que figura como procurador da fazenda João Baptista de Lima (fl. 390 e 459 v.); que por fallecimento de sua mai recebeu em partilha 12:285\$800, sendo 4:000\$ e a metade de uma casa 3\$600\$; que devia á testadora, 1:283\$ em dinheiro e resto em escravos (fl. 450 v.); que nomeado thesoureiro da alfandega em 27 de março de 1867, tomou posse a 17 de julho de 1868, sendo de 50:000\$000 a fiança constituida em o sitio Quilombo casa n. 24 á rua Antonina, dita n. 15 á de Santo Antonio, armazem n.47 á de S. Leopoldo, e n'uma sorte de terra do rio Bertioga; que de 17 de julho de 1868 a fevereiro de 1877 percebeu de orientado e quotas a quantia de 39:878\$674; que no lançamento de imposto municipal sobre predios apparecem como <<pertecendo a Largacha em 1870 a 1871 na rua Aurea as casas ns. 153 e 154; Direita n. 70, Rosario n75, Santo Antonio n. 15. Consulado n 13, antonina n.24 da quaes <<só comprehendidas na hypotheca>> as de Santo Antonio e Antonina (fl. 407 e v. 410, 546): que <<comquanto se diga pertecerem á consorte de Largacha as duas da rua Direita>> as duas ruas do Rosario, Consulado e aures, além de duas de ns. 40 e 42 no largo Carmo, o armazem á rua Martim Affonso, dos livros de lançamento <<não consta que d. Adelaide Umbelina Soares tenha predios em Santos fl. 546; que há sete annos até o presente D. Adelaide a 12 de dezembro de 1870, comprou a casa da rua do Rosario n. 76, despendendo <<1:273\$200>> e <<Antonio Largacha gastou na sua reconstrucção pelo menos>> 7:000\$; na construcção de dois armazens e seis portas á rua Martim Affonso <<outros 7:000\$>>. Na de um armazem á rua de S. Leopoldo n. 47 <<1:500\$>> na reedificação de suas casas no Pátio do Carmo ns 40 e 42 <<1:000>>; na da rua de Santo Antonio n. 15 <<1:500>>; na construcção de um chalet a preço de dois chalets de madeira portateis em cumja promptificação esteve occupado o carpinteiro Manuel Pereira, e o da lancha a vapor, sendo que o chalet em S. Vicente ? a menos de um anno, e por outros é avaliado em 15 a 20 contos>>: somma o conhecido <<43:273\$200>> segundo o parecer de mestres e obras conhecedores dos predios e jurados (fl 505, 511 v. 591 v 497, 485 v 510); quanto ao inspector Antonio Justino de Assim.>> 34° Diz elle em suas informações ao Dr. juiz municipal, que ninguem, excepto o continuo, penetrou no edificio da alfandega antes da chegada do dito juiz, que mandára chamar, não se lembra por que; que não está certo a que horas se retirára da alfandega no dia 17 de fevereiro; se ás 2 ou 3, e se passára a inspecção ao chefe da 1° ou 2° secção (fl. 55 v.) nem a que horas se retirára o thesoureiro; que ao administrador das capatazias, incumbio o fecho do salão do ? acompanhando os empregados que o fazem, devendo n'esse dia 17 como tal o fiel do armazens Gabriel da Silva Oliveira, indicado por aquelle, quando impedido (fl. 56 v.); que a porta para a escadinha que vai ter ao forro onde existe a gateira fôra despregada havia mais de tres mezes (vide o contrario em o n 10) para concertos do telhado, que sempre eram feitos pelo pedreiro Antonio Pereira; que não sabia quanto continha o cofre no dia 17: que não era obrigado verificar diariamente; que o thesoureiro lhe dis será ás 11 horas da manhã estar contada a
--	--

		somma de 120:000\$ (vide o contrario a fl. 102 v.) e só faltarem trinta para a remessa a 19 (fl. 58); que no dia 18, pouco depois das 8 horas da manhã, viu entrar o valor Rio Grande, e foi á agencia e mandou á bordo Luiz Venancio da Rosa saber quanto partia, tendo em resposta que ao meio dia (declararam o commandante do valor e o agente que <<não foi solicitada a demora, que poderia ser até 4 horas da tarde>> (fl 186 v., 188 a 189 v. 344 v.) e vendo assim não haver tempo para effectuar a remessa do dinheiro retirou-se para a chacara, pedindo a Rosa que, se o valor transferir-se a viagem, avisasse ao continuo Freitas, seu visinho fronteiro, para previnir ao thesoureiro para a remessa (fls. 58 v.); que o agente Pereira dos Santos lhe dis será que o vapor adiantára um dia a viagem, por ser o mez de 28 dias; que na manhã do mesmo dia <<havia a porta da alfandega>> Gabriel da Silva Oliveira (o que este nega a fl 97) e mais tres empregados que não reparou quem eram, por ir com pressa vêr o vapor, sendo elles de descarga; constando-lhe depois que o thesoureiro apparecêra, o que esta pela tarde lhe confirmára; e que passára por casa do funileiro, e perguntára-lha se havia tempo de preparar lata para a remessa (fl. 60); que deviam saber a somma contada os dous empregados que trabalharam dentro do biombo com o thesoureiro, Manuel de Jesus Couto e Manuel Gerlado Forjaz; que fazia verificações do cofre conjunctamente de tres em tres mezes (o contrario se verá infra) porque em virtude das remessas de dinheiro ao thesouro nacional, quantia pequena ficava em cofre, inferior á fiança do thesoureiro << e pela confiança que merecia e merece este, ficava tranquilo (fl. 61); sobre entrada pela gateira, vide a 16>>; que a remessa de dinheiro era proveniente, não de ordem especial mas das geraes para enviar se mensalmente até 300:000\$000; que os paquetes subvencionados têm viagens regulares; que tinha ordenado a remessa estavam ara ella promptos 120 contos, e a contagem de << mais 30 podia fazer-se>> em duas horas ou menos e o trabalho de escripta em meia hora (contrario se verá infra) e só se fazia de vespera, quando o dia da remessa era santo ou domingo (fl. 63); que tal promptificação só <<em tres horas e meia e acceleradamente se podia>> fazer (fl 63); se os caixões de folha encontrados no biombo podiam contar a remessa, dependia da qualidade das notas (fl 64): no telegramma ao ministro dos negocios da fazenda a 18, havia o mesmo inspector dito que não fôra a remessa feita, porque em quatro horas não podiam contatos 150:000\$ e no officio de 21 do mesmo mez a mesma auctoridade dá a dita quantia por conta da emmaçada, á chegada do vapor ás 8 ½ horas da manhã, accrescentando que comparecera a tal hora na alfandega, encontrara o pessoal necessario para o embarque, fôra á agencia, onde soube que o valor partia ao meio dia, e não effectuara a remessa por necessitar 3 ½ horas para conferencia e preparos de segurança, tanto mais vendo-se timorato pelo mau estado de segurança da alfandega (fl. 116 a 123 v., 280 a 289) mostra-se mais que o livro de receita e despeza estava atrasado em dua escripturação por diversas causas (fl 338 v., 339); que o inspector não ficalisava semanalmente o estado do cofre (fl. 340, 341, 343, 348 v., 349 356v., 357 v., 368 v., 494v.); <<que em épocas que não eram de pagamento recebia dinheiros do thesoureiro (fl 491)>>; que em agosto ou setembro do anno proximo passado, no unico balanço desde essa época até 17 de fevereiro, dado ao cofre, querendo o empregado encarregado de auxiliar o chefe interino da 2° secção João Baptista de Lima contar o dinheiro dos maços, o inspector emquanto isso se fazia, por vezes appareceu e dizia <<não ser preciso darem-se ao trabalho da contagem, e que era mera formalidade, ignorando-se o valor correspondia ao saldo escripto nos livros, sendo que o balanço anterior tivera logar a 12 de março de 1876 (fls. 491 v., 492, 494 v.); que na alfandega se deram extravios de dinheiros publicos, sobre os quaes houve representações ao inspector, que não foram attendidas; algumas das quaes, se devem achar archivadas entre livros (fl. 493).
--	--	--

		35°, que não assistira elle á retirada do cofre pelo thesoureiro, da quantia de 2:089\$425, que por este foi entregue a José G. Antonio Vieira Barbosa, por intermedio de João Bernardes Pereira (fls. 20v 33) nem a contagem e emmaçamento do dinheiro existente em sobre a 17 de fevereiro (fl 21); que a escripturação de estampilhas era feita mensal e não diariamente (fl. 21); e depois oficialmente disse que verificar diariamente, e ainda em 17 de fevereiro o dinheiro que existia em cofre (fls. 285 286) ; não porém, no dia 17 aos <<150:000\$>> que deviam seguir para a côrte, pois que o saldos anteriores correspondem á ecripturação (fls. 287, 343), provando-se o contrario dos depoimentos (fls. 338 e v, 340 341v., 348v., 351 v., 353v., 355 357, 368 v., 372, 494v., 495). Quanto ao chef da 2° secção João Baptista de Lima: Quanto ao fiel Manuel Geraldo Forjaz: 36° Vide n. 33 Quanto ao porterio Manuel Pereira Jorge: 37. Que não podendo elle, por incomodos de saude, comparecer ás 7 horas da manhã na alfandega, confiava uma das chaves da porta principal, a seu cargo, a empregado de sua confiança, comparecendo meia hora, mais ou menos, depois (fl. 96v.) e só guardava essa chave; (fl. 226 v.) que as chaves do interior do edificio ficavam fechadas na gaveta do dito porteiro, ficando a já dita chave principal em seu poder e outra na do administrador das capatazias (fl. 97v., 98); que a chave da porta que do corredor dá para a ante sala da em que estava o biombo do cofre ficava na fechadura pelo lado de fora (disse o porteiro que de dentro dl 385v.) sendo este o costume usado anteriormente; e o da outra porta de ferrolho grande que dá para outro corredor que vai ter ao salão do biombo do sofre ficava até o outro dia guardada por Francisco das Chagas, não se sabendo onde (fl. 366 v.); sendo que essa dita porta que tem bandeira de vidro até o dia dos acontecimentos se descobrira era de uso geral (fl. 371 v.); que Victorino Proost de Souza de ha muito fazia as vezes do porteiro Manuel Pereira Jorge, porque este havia mais de quatro mezes por doente não ia á alfandega (fl. 374, 376 v. e 384 v.); que a chave do ferrolho grande ficava em um prego atrás da porta principal como refere Caxias, declarando que na manhã de 19 de fevereiro entrando pela porta do ferrolho grande, no salão do cofre, abrindo as janellas do lado esquerdo, ao entrar no salão vendo aberta as portas do biombo do cofre, immediatamente voltou para traz pelo mesmo caminho dizendo ter visto unicamente o que viu e não o que se acha nas primeiras informações (fl. 81 e 82 v.) e que se attribue a fl. 96 e que por equivoco confirmou com juramento a fl. 165, e 376 v., 377 e 378 v., 385 v.; que passada a dita porta de ferrolho grande para ir-se ao salão do cofre só havia outra que ficava com a chave na fechadura a fl. 457. Quando a Amalia escrava de Largacha: 38°, que dormindo essa no quarto de seus senhores, conta ella ao seu mancebo, que é caixeiro, nada provou-se a fl. 173 nos exames fiscaes feitos na alfandega, consta a fl. 530 etc. 39°, primeiro que foi encontrada em atraso de janeiro até 17 de fevreiro a escripturação dos livros de receita e despesa geral, de depositos e de estampilhas (vide fl. 540, 545); 2°, que o saldo deveria existir em cofre e a 17 de fevereiro devia ser de 205:061\$919, sendo 185:790\$699 da renda geral, 1:557\$220 de depositos, 17:717\$ em estampilhas, sendo encontrados 10:316\$640 em moeda corrente e 9:057\$600 em estampilhas e o desfalque sendo de 185:650\$679, sendo 177:031\$279 moeda corrente, e 8:619\$400 em estampilhas; 3°, que devendo ser remettido ao thesouro 150:000\$, não foram allegando o inspector só ter o vapor entrado a 18 de fevereiro, quando esperado a 19 sem attender que, sendo o mez
--	--	--

		de 28 dias, o vapor adiantava um dia, deixando de providenciar sobre a remessa que podia fazer-se por estarem contados 120:000\$ e só faltarem 30:000, ter o vapor entrado ás 8 ½ e sanir depois do meio-dia, e promptos os caixotes e latas, o que importa negligencia, se dinheiro existir em cofre; 4°, que o inspector e chefe da 2° secção não procederam como termina os arts. 105, 820, 112, parágrafo5° do regulamento n 6,277 de 1876, sendo que a verificação tinha logar em periodo de 3 a 4 mezes e as diarias semanaes e mensaes pelas notas particulares do thesoureiro, isto porque <<o inspector e dito chefe de secção merecia muita confiança o thesoureiro>>, sendo que a verificação anteriormente a 17 de fevereiro teve logar em setembro do anno proximo passado; 5°, que o thesoureiro << tirou do cofre certa importancia de dinheiro contra a lei, sem sciencia do inspector e chefe de secção >>; 6°, que ficou provado ter sido o cofre no dia 19 de fevereiro encontrado aberto, declarando os peritos vindos de S. Paulo ter-se dado este facto com a propria chaveou com instumento a ella muito semelhante, por não apresentar o cofre undicios de violencias, e nem os instrumentos encontrados junto d'esse prestar prestar-se a abril-o. Conclusão: do exposto resulta a não existencia do crime do art. 229 do codigo penal, parece, porém, existir co-auctoria do art. 178 para simular aquelle: se se dão os dos arts. 170 a 172 á auctoridade judiciaria cumpre conhecer. Extrahidas tres cópias do presente remetta-se uma ao archivo da repartição, outra ao governo da procincia e a ultima ao inspector da thesouraria de fazenda da provincia, em satisfação ao officio a 573, o que se faça pela secretaria. Hei por publicado o presente em mão do escrivão que vai entregar os autos e objectos apprehendidos ao Dr. promotor publico da comarca de Santos, lavrando termo de remessa de tudo e cobrando recibo para a sua descarga. – Secretaria de policia de S. Paulo, aos 17 de maio de 1877 – Furtado de Mendonça. Está em tudo conforme a presente certidão ao seu orinal ao qual me reporto em meu poder e cartorio, de que dou fé foi ella estrahida em virtude da petição do bacharel Luiz Manuel de Albuquerque Galvão e despacho do Dr. juiz de direito d'esta comarca – Santos, 4 de dezembro de 1877. – O escrivão, Antonio Luiz Ribeiro. (Extrahido do processo.)
1878		
13	18 de janeiro	Magdalena Consta que o escriptorio da companhia da estrada de ferro Barão de Araruama é na freguezia de Macabá, em Macahé, e que todas as estações, inclusive a do Quilombo, pertencem a Macahé. Chama-se a attenção dos Srs. directores, presidente e thesoureiro. Um accionista.
14	20 de janeiro	Magdalena Consta que o escriptorio da companhia da estrada de ferro Barão de Araruama é na freguezia de Macabá, em Macahé, e que todas as estações, inclusive a do Quilombo, pertencem a Macahé. Chama-se a attenção dos Srs. directores, presidente e thesoureiro. Um accionista.
15	21 de abril	Informam-nos que nas proximidades de João Paulo, na serra de Sant'Anna, se está formando um quilombo de desertores. Já invadiram uma vez os pastos da fazenda do Sr. veador Paes Leme, mataram uma rez e roubaram duas. Os visinhos estão muito assutados e alguns já abandonaram as suas situações. Esperam providencias.
16	11 de maio	FOLHETIM

	O REINO ENCANTADO Chronica Sebastianista por T. A. ARARIPE JUNIOR (...) IX UM CORAÇÃO PARTIDO Bernardo de Vasconcellos, enquanto coriam estas scenas da fazenda das Porteiras, dirigia-se a Pau Ferro no intuito de reprimir a insurreição e, com a força moral em que confiava, obrigal-os a entrar no bom caminho. Ao sahir de casa um presentimento curle apertou-lhe o coração e quiz desistir da viagem; mas, reagindo contra o que elle suppunha ser fraqueza, tocou o cavallo para a frente e buscou banir as ideias negras que o assaltavam. Um mal entendido calculo o affastava de casa. Suppondo que sem isto toda aquella gente iria engrossar o quilombo porventura em via de fomração, não quiz perder tempo em sujeital-os a um castigo exemplar com o qual os tratantes mudariam de pensar, e resolveu ir a Pau Ferro como medida indispensavel. Alem d'isso, quando acaso os quilombolas apressassem-se em depredar Porteiras, elle confiava em Manuel Velho, já provado por longos annos de dedicada feitoria, para obrigal-os com sua gente a manterem-se em respeitosa distancia. Com estas e outras illusões foi o fazendeiro se embalando até que chegou ao ponto terminal de sua viagem. Apenas apeou-se veiu segurar-lhe as redeas um velho escravo que fazia alli as vzezes do feitor. Notando logo o silencio que reinava alli e o isolamento do vaqueiro, perguntou afficto: - Que é d'esta gente? E' a primeira vez que aqui vindo não se me apresenta logo a escravatura!... - Ah! Sinhô velho, respondeu o ancião. Tudo fugido... bem pouco tem que fazer aqui... Não vê como está tudo calado?... Nefro do mato... só agora em Páu Ferro morador do sitio... Pai Luiz já não tem força e não póde com vida de gente doida... Assim mesmo... assim mesmo... se preto fiel não corre para longe, estava nhô Bernardo sem o escravo que o viu nascer. - Então quer isto dizer, ponderou o fazendeiro fulminado, que não ha mais gente para o serviço? Está a fazenda abandonada? - E' assim mesmo!... sim senhor... tornou o preto mastigando uma marca de fumo de Garanhuns que lhe sahia do canto da bocca. Vaqueiro, com medo de gente endiabrada, fugiu para villa de Flôres e agora só capitão de matto póde arranjar um negocio com a canhambolada. E' assim mesmo... sim senhor... ...- Julguei vir a disse comsigo o fazendeiro desolado, e não encontro senão o deserto. B7 O que fazer n'estas conjucturas? O mal estava irremediavel. Só o que restava lhe era egressar quanto antes a Porteiras. O arrependimento e a desmoralisação deram ás feições de Vasconcellos uma expressão de angustia que não escapou ao proprio escravo. Lançou os olhos desconsolados para as senzalas vacias, e, atirando-se em um banco para descansar o corpo alquebrado pela viagem forçada que o impossibilitava do montar incontinente, disse volvendo-se para o feitor: - E o gado, Luiz? Vi os curraes tão vacios de vaccas! - Iche! Nhô Bernardo! Exclamou o velho, convolvendo a bocca em um muchocho. Este negocio é que eu não sei mesmo dizer... Vampiro tem dado em cima do
--	--

	novilho; todo o dia tres, quatro, mortos dentro do curral... No campo mubica e mamotesinho é só tiba... Diz morador que é mau olhado: mas pai Luiz que n]ao é tolo está vendo vampiro de dois pés sangrar o marruá para levar sangue em cuia grande, não sei p'ra fazer que feitiçaria... - Mas tu tens bem certeza, inqueriu ancioso Vasconcellos, olhando fixo para o negro, tens bem certeza do que estás dizendo? - Se tem certeza? Tanta certeza como Deus estar nos céus! Pai Luiz olha de noite escondido, e apanha negro fugido a esgravatar no pescoço dos bichinhos como quem tira leite... - Para que quererão os malvados tanto sangue assim aparado? Pensou o fazendeiro. Não... isto não é só perversidade. Em tudo isto anda uma grande dóse de superstição. Ah! Frei Simão... Frei Simão... Calou-se e um calafrio percorreu-lhe todo o corpo. A7 Os escravos da escolta que conversavam do lado de fóra ergueram a voz e o tropel de um cavallo annunciou que alguém chegava. Vasconcellos levantou-se para verificar quem vinha e viu apoar-se esbaforido um escravo de Porteiras. - O que será? Murmurou elle com o coração a voar-lhe pela bocca. - A senhora... foi dizendo o recém-chegado ainda afrontadp da carreira, a senhora... mandou chamar! - Houve por lá alguma desgraça. - Gente desconhecida em roda da fazenda... Nhã Mariquinha quasi morta... Está tudo assombrado! O fazendeiro sentiu a voz quasi embargada, quiz fallar, e de seus labios sahiram uns brados desconnexos, de doido, de allucinado. - Não me mentia o coração! Andem... sem mais demora venha o cavallo! E a galope!... Em um abrir e fechar de olhos, tinha elle tomado a sella, e, sempre acompnhado dos seus famulos, partiu n'uma carreira vertiginosa. Oito leguas o separavam da familia. As horas tinham se passado rapidas, e, já tarde, era necessario apressar a marcha o mais possivel, para chegar em Porteiras em horas vivas. A sua montaria não perdia por lerda, e o fazendeiro apertando os acicates fez o animal voar com velocidade incrível. O caminho entre as duas situações não era dos mais desiguaes e isto concorreu para que o cavalleiro devorasse n'um momento as primeiras leguas. O sólo retinia debaixo das patas do quadrupede produzindo um som monótono, e o vento, perpassado-lhe pelo chapéu e pelas vestes, desferia sons que pareciam gemidos. A principio elle, só preocupado com devorar o espaço e a vencer distancias, a nada mais dava attenção; mas por fim, crescendo-lhe a ancia na proporção da approximação, começou a impressionar-se com aquelles caprichos do vento e a julgar em sua cegueira que ouvia dobres de finados. Por ultimo na desfilada horrivel havia chegado a um alto que marcava o meio do caminho. Ainda quatro leguas se interpunham entre elle e a mulher. Eram quatro seculos que se lhe figuravam na mente. O cavallo dava signaes de fadiga, e Vasconcellos viu-se forçado a estacar, e a medir com a vista a estrada que tinha a percorrer. Os escravos menos bem montados deixavam-se ficar atraz, de sorte que o fazendeiro estava alli só como uma estatua equestre no deserto. O sol lançava os seus ultimos raios sobre a terra que saudava o seu disco rubro, côm de sangue, com os surdos clamores das feras que sahiam dos seus covis para cevarem seus bestiaes instinctos nos castos e innocentes bichinhos que se abrigam no seio das florestas. Os touros bravios perdidos na mata, acaso presentinho o jaguar ou desafiando o adversario, lançavam ao ar os seus urros
--	--

		rouquinhos e aflautados, que, repercutindo de quebrada em quebrada, iam perder-se além. Este scenario fez mal ao coração do angustiado fazendeiro; e ainda mais cresceu-lhe o pavor quando, olhando para a frente, viu sua sombra colossal derribar-se pela falda da colina como um funebre pensamento. Tudo em sua imaginação escandescida se lhe afigurava tenebroso; as côres violaceas de que se tingiam as arvores e as nuvens, o alarido dos brutos, a sua propria sombra, tudo tomava proporções assombrosas que se transformavam logo em sangue, lagrimas e brados de soccorro. A superstição do amor conjugal e paterno tem estas singularidades, que ás vezes o acaso se encarrega de justificar. Como dissemos tinha elle parado no cimo da colina, e, reanimando, o rocim ia continuar na desfilada, quando um vulto que se retrahia por traz de uns arbustos de repente apresentou-se no meio da estrada, assustou o animal e fêl-o dar uma volta rapida sobre as patas trazeiras. Com o brusco movimento por pouco não perdeu Vasconcellos as estribeiras. Comtudo, refreando a cavalgada, pôde na mesma mansão sacar dos coldres uma pistola e engatilhá-la. O que o levára a este acto fôra ter reconhecido n'esse indiviuo um dos escravos fugidos de Pau Ferro, que em outros tempos tivera sido alvo constante de suas impertinencias senhoris. Decididamente aproveitava a occasião para tomar vinganças. A acção não aproveitou-lhe, porque o negro, apanhando-o pelas costas, atirou-se sobre o cavallo e cravou-lhe um ferro nos ilhaes. A pobre alimaria soltou um relincho agudo, e, cabrando-se, ergue-se de tal modo, que o fazendeiro não conseguiu mais guardar a sella. Cahiu, mas felizmente em pé, e poz-se em guarda contra o agressor. O negro audaz e vingativo encarou o senhor com um odio atroz. Sem embargo d'isto o fazendeiro, cuja força moral nunca se desmentira, avançou para elle com o latego em um das mãos e arma de fogo na outra, e ameaçou feril-o. - Não, nhô Bernardo! Gritou o escravo agachando-se como uma panthera e formando salto. Tenha paciencia... aqui não ha mais senhor e escravo. O campo é de todos ou d'aquelle que for mais corajoso... Vasconcellos sentiu-se tremerem-lhe as carnes de raiva em vista de tanta audacia; não conteve-se mais e, arrojando-se sobre o preto, flaegellou-lhe a face com uma tremenda chicotada. O escravo deu um gemido de dor e recuou dominado pela coragem do senhor. - Anda! Levanta-te, desgraçado!... exclamou Bernardo, para acabares de soffrer o castigo que mereces... (Continua)
17	14 de Maio	FOLHETIM O REINO ENCANTADO Chronica Sebastianista por T. A. ARARIPE JUNIOR (Continuação) XI ERGUE-SE A PONTA DO VEU Grande celeuma causára o acontecimento de <i>Porteiras</i> na pequena povoação de

	Serra Talhada. O terror se espalhara por toda a população e, ligando os insoneiros esse facto atroz a outros successos anteriores, dava-lhe cada um a mais engenhosa explicação. Pela maior parte acreditavam que uma legião de demônios assenhoreara-se(?) de Serra Fomosa e para alli conduziam as suas victimas, não podendo haver mais duvida de que ahi se propagava uma verdadeira succursal do inferno. Segundo esta versão, não tardaria muito em acabar-se o mundo!... Calcule-se o pânico que se apoderem d'essa pobre gente. Sempre alerta e julgando-se assaltados pelos monstros, raro se afastavam os moradores do povoado de suas casas, e apenas anoitecia (???)ravam se n'ellas com o credo na bocca e invocando o santo de sua maior predilecção. A verdadeira causa do phenomeno seria acaso pelo amior numero desconhecida, e muito menos comprehendida. Compunha-se o povoado, como todos os do sertão, de um recinto de casas inipadas mal construídas, em cuja face do nascente via-se uma pequena igreja que servia de matriz. Fora disto encontravam-se três ou quatro ruas desiguaes, de exóticos pardieiros cobertos de palha aos quaes mal se concederia o nome de habitações civilisadas. Em torno d'estes pardieiros havia alguns sítios e engenhocas circumscriptas por grotas e serrotes que separavam essas vivendas do objecto de seus esconjuros – a Serra Formosa. Na principal rua da Serra Talhada, que era a adjacente ao (?) da matriz, um dia depois dos successos que narramos, via-se ao cahir da tarde, sentados em uma calçada que precedia uam edificação de aspecto mais nobre doq eu as outras e seria pertencente sem duvida ao magnata da terra, dois indivíduos que conversavam com vivacidade A avaliar pelos gestos descomunes e (???)tiva da palavra, uma grande impressão os dominava. Um trajava a farda dos antigos milicianos e, pela firmeza com que se exprimia, ladicava ser auctoridade n'aquelles centros. O outro era sacerdote e trazia a clássica samarra e o exótico chapéu de três bicos, que usavam os vigários dos bons tempos em que não existia o <i>Sylla</i>(???) Fallava em tom de severidade e com uma tal ou qual uncção própria do seu character religioso. - Pois é, o que lhe digo, meu reverendíssimo, dizia o militar erguendo a voz: estamos as voltas com os mais destemidos bandidos de que rezam as tradições. É incrível que, n'um paiz tão novo ainda como ste, se imagine uma quadrilha de salteadores... Quantos sítios não tem os ladrões assaltado? Nunca pensei porém que o arrojo e perversidade chegassem a tanto!... Attrahir-se escravos de uma fazenda e com elles próprios, roubar-se, devastar-se, matar, incendiar-se como se estivéssemos n'uma guerra, não o acreditaria, se o facto não estivesse tão patente! - É verdade, meu amigo, commissario, tudo isto é exactíssimo, horrível, lamentável! Mas o que se há de fazer? Onde impera a superstição, afoga-se a religião, e todos os sentimentos que elevam e embrandecem a bruteza animal desaparecem. O que (ilegível) se vos dissessem: - em Serra Talhada existe um bando de tigres e de leões? Se vos afiguraria logo a devastação e a morte! Não é assim? Pois é oq eu acontece... Não serão tantos talvez para tamanha maldade: mas Satanaz embebeu-se-lhes no coração e tanto basta para dar-lhes essa coragem diabólica, essa crueldade sem limites que apavora os povos do sertão. A pessoa que estas palavras proferia era um missionário denodado, conhecido
--	--

	em todo o centro de Pernambuco por suas virtudes, o que por mais de uma vez fora alli chamado para a cathechese e instrucção do povo. Grato ainda hoje á memória dos habitantes de Villa Bella, o padre Correia tornara-se um heróe n'esses empervios sertões, e o seu nome bem dito por todos symbolizava a massidão e o apostolado vangelico. O seu interlocutor era o commissario do districto de Serra Talhada, homem sizudo e honesto, que conhecendo a gravidade do caso imprevisto socorria-se das luzes do ministro de Jesus, e cogitava em um meio de livrar seus jurisdictionados do terrível flagello que os perseguia. N'estes tempos não existiam ainda as entidades políticas denominadas delegados e subdelegados, que tão (???)nosa celebridade depois adquiriram. Em virtude de uma lei peculiar áquella província, as funcções policiaes eram exercidas por prefeitos e commissarios que na jerarchia administrativa correspondiam ás afamadas auctoridades que hoje conhecemos. Ommensa cordialidade havia entre o missionário e o commissario que em in(??) pratica procuravam os meios de debellar o perigo que se lhes antolhava com cores tão terrificas. - Em todo caso, continuou o militar, entendo que as providencias a tomar devem ser com a máxima brevidade. O negocio toma proporções assustadoras e qualquer demora dará logar a novas atrocidades. Como bem pondera, Sr. Reverendo, temos diante de nos uma (ilegivel) de fanáticos, que ultrajam provavelmente os mysterios de nossa santa relião, e gente assim não recua ante nada, antes ganha cada dia nova coragem para o mal. - Bem desejaria eu que já e já se extinguisse a horda infame; mas a força que temos é tão diminuta que arriscarmo-nos com Ella seria talvez apressar nossa ruína. Vejamos a resposta que nos envia o próprio que mandamos ir ter com o Sr. Prefeito de Flôres. - Este só estará aqui amanha; e até lá o que não acontecerá? - Ponhamps os olhos na misericórdia divina e esperemos! Em tempo não nos apontou Deus o mal? - Além do mais, Reverendíssimo, é preciso ter em costa o tempo que se há de perder batendo toda a serra; porque não se pode saber positivamente o esconderijo d'essa maldita gente. Os mesmos vaqueanos andam ariados, para não dizer assombrados. - Todo se há de fazer, ponderou o padre, com a ajuda de Deus e de Maria Santissima... N'este momento o sino da parochia soou tristemente tocando trindades. O commissario e o sacerdote levantaram-se e descobriram-se murmurando as suas preces. Depois cumprimentaram-se e iam recolher-se quando no extremo da rua appareceram alguns cavalleiros cobertos de poeira. Pelo aspecto estafado das cavalgadas era de presumir que viessem de longe. Vagarosamente se approximaram os recém-chegados da casa do commissario, e um grito de espanto partiu ao mesmo tempo da bocca de ambos. - Bernardo de Vasconcellos!
--	---

	Com effeito, era o desventurado pai de Maria que chegava. Duas circumstancias tinham impressionado principalmente aos dois amigos: primeiro o seu estado lastimoso, depois a sua inesperada apparição, porque julgavam-o também perdido, tendo-lhes as noticias sido transmitidas pelos escravos escapos á carnagem. Vasconcellos vinha desfigurado. Sua robustez desaparecera: as faces se tinham e(?)côvado profundamente e os olhos arroxeados pelo soffrimento davam-lhe ao semblante uma feição cadaverosa. Dois dias de torturas foram bastantes para reduzi-lo ao estado de mûmia. A estima de que elle gosava em Serra Talhada, como um dos fazendeiros do logar mais ricos e bondosos, subia de posto em face do martyrio. Lançando-se nos braços do padre Correia, Vasconcellos não pode fallar emquanto não desafoou o pranto. “ Não me julgues fraco, meu amigo, disse elle em soluços. A fortaleza humana tem limites. A desgraça que me acabrunha é tamanha que não há expressões bem elouquentes para pintal-a. tudo teria perdido se a esperança não viesse segredar-me palavras de consolação. - Comprehando a vossa magoa, filho, respondeu o padre. Imcompreensíveis são os desígnios da Providencia!... Quem os pode perscrutar?... Talvez quizesse Deus experimentar-vos... Fortifique-vos o exemplo de Jo(?)... Dizeis bem: esperança e resignação!... A misericórdia d’aquella que tudo vê e sonda os nossos (ilegível) é infinita... - Acredito n’isso... e as palavras de um sacerdote devem ser um balsamo para esta alma alquebrada por tão grande padecer. Por um momento, diante das ruínas de minha casa, crendo ver por entre as chammas as sombras de Clemencia e de Mafia, rebellei-me contra o credor e blasphemei. Tinha enlouquecido... Não custou, porem, esse mesmo Deus, que eu em minha insânia repudiava, a chamar-me a si, porque alli mesmo fui punido, sendo obrigado a reconhecer minha cegueira... Do desespero o mais atroz passei á mais completa confiança em seu poder... - Assim devia fazer uma alma christã! - O Omnipotente não me abandonou... Clemencia e Maria vivem! Maior se tornou ainda o pasmo dos dois amigos. - Como!? Exclamou o bondoso sacerdote. Como?! Pois os bárbaros não incendiaram tudo, não assassinaram, não queimaram, não destruíram tudo? Bernardo então, para satisfazer-lhes a (ilegível), referiu-lhes todos os antecedentes da catastrophe, a sua volta em má hora, e a sua triste situação diante dos destroços. Dalli tinha elle sahido depois a bater o mato em roda da casa até a manhã d’aquelle dia infructiferamente, até que chegára a descobrir alguns dos seus escravos que se conservavam por perto do sitio da catastrophe. Um d’elles certificara-o do captiveiro da senhora, e criara-lhe no espirito as mais serias suspeitas de que Maria fora arrebatada da mesma sorte. - Não está emfim tudo acabado! Concluiu elle. O Senhor pode ainda favorecer-nos e fazer-me resurgir do sepulchro em que já conservo-me em vida.
--	--

	- Sim, Bernardo! Tornou o missionário. Ora fervorosamente, porque os assassinos não estão longe de ser punidos. O grupo pesaroso conservou-se por algum espaço em completo silencio. Por ultimo o fazendeiro interrompendo-o, disse: - Entretanto, não descansarei enquanto não me for restituída a felicidade, ou tiver esgotado o calix até às fezes. Dizei-me, padre Correia... dizei, meu amigo, Sr. Major, o que se sabe acerca do sitio cede param os terríveis quilombolas? Como conseguiram elles illudir a vigilância da policia? Não estaremos acaso todos entregues á sua sanha?... - Quilombolas! Retorquiu o commissario um tanto confundido com a inj(?)neção que lhe era referente. Antes o fossem!... - Trata-se então de cousa ainda mais hedionda? - Das informações hoje colhidas, e das conjecturas a mim suscitadas, accrescentou o padre, tenho quase certeza de que vamos perseguir não um quilombo de escravos ruins, mas uma seita de fanáticos! - Uma seita, murmurou o fazendeiro ancioso por ouvir o resto. - Sim uma seita. Tantas têm existido, que não era para admirar que appareça uma nova extravagância. Estou cabalmente convencido de que tudo isto é obra do famigerado João Antonio. - Ah! Agora lembro-me... Não é este o nome de um embusteiro(?) que andou por aqui há tempos imbuindo o povo de não sei que idéias? Mas não desapareceu? - É verdade: porém o monstro faz reviver hoje as suas insânias, e infelizmente agora de um modo atroz. Não estareis esquecidos de que há dois annos fui chamado a Flôres pelo Ver. Vigário d'esta freguezia que sempre distinguui-me com sua confiança. Achava-me eu então nos confins de Pernambuco: o objecto d'esse appello era uma missão para afastar o povo da perversão moral a que o arrastavam. Fraco julgava-me para tão árdua missão; mas Deus é grande e ajudou-me. - Vossa palavra sempre foi ouvida com as vozes do Senhor. - Aqui chegando, encontrei esta gente completamente desvairada. Inquiri das causas e não tardei em descobrir que aquelle impostor, instruído n'umas extravagantes legendas bebidas em um velho alfarrábio, andava a mostrar aos incautos e innocentes umas pedras falsas a que dava nome de brilhantes, inculcando possuir o segredo de uma portentosa mina. Com estas e outras historietas embala o povo que maravilhado chegou a convencer-se de que este homem tinha em si alguma coisa de extraordinário! O que é certo é que não tardou que i miserável, a troco de promessas que se haviam de realizar muito breve, ia conseguindo o seu intento que era fazer-se cercar de uma corte de idiotas que o admirassem. Com este prestigio, obteve então dos que tinham alguns bens de fortuna dinheiro, bois e cavallos. - Tenho presente tudo isto, interrompeu o fazendeiro; e ainda me lembro de que o tal sujeito appareceu-me muitas vezes em <i>Porteiras</i> cm essas historias sem importância. - Sem importância, não! Tornou o sacerdote, porque o povo, coitado, tomou-as ao serio como logo veremos. Indignado por tamanho desfaçadamente fui ter logo ao logar onde mais commumente o impostor levava as suas predicas, e, graças a algumas missões, consegui persuadir ao mais sizudos de que tudo aquillo não
--	--

		passava de patranhas para apanhar o dinheiro dos papalvos. Fez então que encontrei-me com o tal João Antonio que me pareceu inteligente, astuto e um inexcusável maganão. Convenci-o, e, apesar de suas evasivas e do aferramento do apostolado, arditamente formado em torno de si, e cujos mais distintos membros eram o pai do referido impostor, um seu irmão de nome Pedro Antonio, um certo João Pilé e toda a família Vieira, cheguei a dissolver a congregação obtendo d'esse traficante a promessa de retirar-se do paiz. Ao passo que estas coisas succediam despercebidas para muita gente, João Antonio, satisfazendo meu pedido, refugiava-se para os Inhamins. Concebi serias esperanças de completa extirpação do mal; mas como me enganava! Quando mal nisto pensava soube que João Antonio, certo de que sua gente não o abandonava, depois de estendido o proselitismo sorateiramente pelo Piancó, Cariry e roargeas, do S. Francisco, enviara á serra Formosa um som acolyto de nome João Ferreira, por mim bastante conhecido. Tremeram-se as carnes, logo que me deram esta noticia e convém em que as acenas que presencemos teria de realizar-se. Esse homem, cujo character por meu ministério conheço a fundo, é a fera mais terrível, o espírito mais obcecado, o fanático de imaginação mais desvairada que percorre estes sertões. João Ferreira, sanguinário, louco mesmo pelo sangue como é, de posse do animo da gente do seu amigo, será capaz de cousas estupendas! E ahi estão os factos demonstrando-o... Não resta duvida para mim... o monstro começou a sua obra... Estas revelações do caridoso missionário entraram fundo no espírito de Vasconcellos, que abaixara a cabeça desolado, Quando ergueu-a perguntou-lhe: - E clemência? E a minha adorada e innocente Maria? - Tudo se há de fazer, disse o commissario, no sentido de apressar a diligencia. Esperamos recursos do prefeito; mas sem embargo d'elles vou tratar já e já avisar todos os nossos amigos para porem em pé de guerra toda a gente que tiveram. (Continua)
18	16 de Maio	FOLHETIM O REINO ENCANTADO Chronica Sebastianista por T. A. ARARIPE JUNIOR (Continuação) XII A BATIDA Em ordem a satisfazer a justa impaciência do fazendeiro, resolveu-se, na mesma noite de sua chegada, tudo quanto era preciso fazer para o acommettimento dos quilombolas. Umas das maiores difficuldades que se antolhavam era a de um guia. Existindo sobre a serra mui poucos moradores, e ainda não tendo sido esta desbravada por caminhos transitáveis, quase impossível seria atravessal-a e muito menos dar caça aos visionários sem o auxilio de pessoa a quem fossem familiares as suas veredas. A muito custo descobriu-se um rastejador afeito a caçadas por aquelles sítios que se propôz a leval-os ao esconderijo dos malvados.

	Isto assentado, não descansaram enquanto não se proveram do armamento necessário e instantes avisos foram expedidos aos fazendeiros vizinhos que se viam ameaçados e deviam ter mor interesse na extinção do fatal quilombo. Toda a noite foi consumida n'este trabalho árduo, de sorte que, mal surgiu a aurora, uma troça de cavalleiros se achou postada no pateo da igreja, encartuchada, embalada e equipada como lhe permittiam as forças, e de gente disposta para o que desse e viesse. É a essa troça que pouco mais ou menos oito horas da manhã vamos encontrar em descanso, depois de haver transposto as águas de um pequeno rio que interpunha-se entre o povoado e Serra Formosa. O caminho que seguiam, era n'esse ponto desigual e escabroso. Em distancia via-se o vulto sombrio da celebre montanha, cujo aspecto ainda mais soturno se tornava, graças ao estado de anciedade em que se achavam os espíritos d'aquelles homens que, embora fortes, sentiam-se abalados ao marcharem para um verdadeiro mundo desconhecido. A um dos lados da trilha divisava-se um rancho, para o qual se tinham recolhido os principaes da caravana, estofados pela precipitação com que faziam a jornada. No oitão mordiam o freio as cavalgaduras, de cujos flancos gotejava o suor em abundancia. Ahi estavam o missionário, o major Manuel Pereira, e o Vasconcellos. No semblante d'este último, de envolta com duvidas e receios, transluziam uns assomos de impaciência enfiada, talvez o antegosto da vingança; O padre Correia conversava para um canto, e o commissario dirigia a palavra a um caboclo rôlho e baixo, em quem pelos ademanos via-se logo um homem de hábitos silvestres. Era o rastejar já alludido. - Então, João Vital, o que me dizes de tudo isto? Perguntava-lhe o major. Temos que esperar o reforço de Santa Rita, mas, antes que cheguem é preciso saber o que vamos fazer... Vejo tantas entradas para a serra que não imagino como possas desenrolar essa meada! É verdade que os instinctos de tua raça nunca se desmentiram. Caboclo tem fôlego de gato e faro de cachorro!... Ora, dize-me, onde pensas que mais acetadamente devem estar os quilombolas?... - No chapadão, respondeu Vital com uma frieza e indifferença sem iguaes. De onde veio-te essa tão súbita idéa? Explica-me lá o teu systema? Porque é preciso que hajas feito um ente de razão para chegares a tamanho resultado! - O índio nasce com estas coisas na cabeça; não sabe dizer qual a força que o conduz. Dá-lhe a cabeça para um lado e vão ver que há de ser certo. Acaso sabe a jandahira como fabrica o mel? - Adeus... Ahi vens tu com razões de cabo de esquadra, tornou o commissario chacoteando. O caso é sério e faz-se de mister que tudo seja de antemão bem discutido. Não queremos perder tempo nem andar pelo mato ás tontas, como carangueijo ao atar. Olha que se te descobrimos manha, estás bem aviado! É só passar-te um relho no pescoço e pôr-te ahi n'um galho de arvore a tomar fresco por toda a eternidade... - O branco falla atôa... Diz que não quer perder tempo e está a gastar palavras. O tapuyo não é assim. Fica calado; quando todos riem-se elle vai olhando; logo qu
--	--

	salta o negocio está filiado... Ahi tem... - Está bem... Este palavreado, sim, me agrada mais. Queres dizer com isto que não te sentes disposto a errar o bote. Bom: pois Deus o ajude e praza aos céus que a canalha só acorde quando todos nós lhe estivermos na piugada!... O caboclo calou-se e com um olhar sempre dissimulado foi collocar-se á sombra do oitão a pitar o seu cachimbo. Quem reparasse nos seus gestos sorrateiros verificaria entretanto que, a par d'aquella indolência apparente, havia uma immensa vivacidade de pensamentos, que, trahida pelos olhos, tudo acompanhava não perdendo um único movimento. O missionário aproximando-se dos dous amigos disse-lhes ao ouvido: - Não estou gostando das lérias d'este sucio. Isso é gente boa quando fiel; mas logo que dão para a sonseira requintam-se os seus instinctos na finura, e não há quem possa vencel-os na trapaça. Cuidado, commissario, muito cuidado! - Permitta, reverendíssimo, que ache infundadas suas suspeitas. Este homem, é conhecido e há quem o garanta. Porque havemos de crear suspeitas antes de tempo! - Veremos... - Nem permitta Deus mais esta desgraça. - Olho no bicho!... Pertengo ao confissionario, e tenho razão de sobra para conhecer a correspondência que existe entre os caracteres e a physionomia. Deixe que falle a minha immidestia... Raro tem me falhado esse acto divinatório. - Oh! Padre Corrêa! Se nos vier a faltar este homem estamos perdidos! - Paciencia! Deus nos inspirará melhor alvitre! Não havia o digno sacerdote concluído a phrase; o ruído de uma cavalgata que chegava a trote largo veio arrematar-lhe o discurso. - A gente de Santa Rita! Gritaram os de fora. O padre, o commissario e Vasconcellos correram para o meio do caminho e viram aproximar-se um novo e luzido troço, capitaneado por um moço de apparencia cavalheiresca. Sejam bem vindos! Exclamou o missionário. Já tardavam... - Deus os tenha em sua guarda, disse o moço, cumprimentando-os afavelmente. - E como vem a tua gente? Perguntou o major examinando o pessoal. - É tudo madeira de lei, respondeu o recém-chegado, que pelo trato parecia passoa intima do commissario Manuel Pereira. - Neste caso, não há tempo a perder, meu mano... Partamos já a todo o galope! Em um instante galgaram todos os seus rocins e a caravana, erguendo uma nuvem de poeira pela estrada, abriu carreira a toda brida. Seriam onze horas, e um sol ardentissimo dardejava sobre suas cabeças, quando, depois de uma vertiginosa, passagem atravez de tombadores, grotas e ribeiros, atingiram a raiz da serra. Os corações de todos acceleraram-se e as respirações supprimiram-se. Alli ia começar a verdadeira caça aos scleratos e a serra erigindo-se tétrica e cheia de
--	---

	assombramentos, diante de seus olhos, seria ou não o golfo escuro onde deveriam perder suas esperanças! Florestas enormes e ensondáveis a cobriam, e, ao ver-se aquelle matagal espesso, não sabiam elles mais de onde e como teria de se lhes apresentar o perigo. A um signal do commissario, o rastejado tomou o seu lugar, e a expedição, entrando em uma vereda, começou a subir pela falda de um dos contrafortes da montanha que mais entravam na planície. Até certa distancia foi a travessia fácil e suave; o caminho dava espaço ao franco movimento das cavalgadas. De meia serra em diante, tudo, porém, mudou de figura. A vegetação sendo mais exuberante tomava a impraticabilidade desses logares sensibílissima. Compunha-se essa vegetação de unhas de gato e gequirizeiras tão embastodas que mal deixavam atravessar pelas picadas o quadrúpede afeito a isto. Para obviar esse inconveniente, os escravos de Vasconcellos passaram para a frente armados de facões e foram, com a rapidez possível, desobstruindo as passagens mais difficeis. A batida cada vez portanto fi-se tornando mais penosa e demorada. Até seguramente quatro da tarde levaram os nossos expedicionários a suportar os rigores de um clima abrazador, ora subindo, ora descendo despenhadeiros medonhos, sempre por péssimos caminhos, muitas vezes perdidos na matta virgem, sem sequer depararem com uma casa que lhes offerecesse repouso e abrigo por alguns instantes. Quase extenuados, feridos todos pelos espinhos, com os cavallos estropiados e alguns já desmontados, alcançaram por fim um immenso plaino que fez-lhes conceber esperanças de repouso. Não apparecia, porém, alli viva alma. Volvendo-se então o major para o caboclo perguntou-lhe: - Chegamos ou não chegamos ao chapadão? - Estamos no meio d'elle, respondeu o índio a custo, - E que é dos signaes dos quilombolas? - Deixe estar o branco que não tarda se mostrarem. O povo está cansado e é preciso preparar as armas. O caboclo fará o resto. Sendo justa, pelo menos apparecia, a reflexão de João Vital, concordaram em fazer alto n'aquelle sitio e tomarem alimentos, pois que desde manhã nada comião. Foram em seguida arriados os alforjes e a comitiva atirou-se ao seu conteúdo com uma avidez immensa. Consistia essa refeição em pedaços de carne frita cortidos e envolvidos em farinha de mandioca. Dão a isto o nome de <i>comboieiro</i> e os sertanejos em sua frugalidade apreciam mais este manjar do que quantos acepipes sabem preparar os nossos mestres culinários. Todos os mantimentos foram devorados n'um momento, e depois, empunhadas as borrachas de couro, desalterada a sede que os devorava. Só o padre Corrêa deixou de tomar parte activa na collação. Embora velho, era talvez a alma mais forte que alli existia. Seus membros, um tanto alquebrados, seriam mais resistentes porventura do que o corpo juvenil de qualquer um dos
--	---

	outros companheiros. Acostumara-o a isto a sua vida árdua de missões e catechese. - Acode-me ao pensamento uma Idea, padre-mestre, reflectio o major. - Dizei... - Dar-se-há caso que o caboclo se tenha ariado? Desde onze horas que batemos serra e nada: entretanto me parece que em igual tempo teríamos podido percorrel-a de um extremo a outro, guiados por vaqueano certo! - A mim também já vae se afeiçoando a Idea de que o tal rastejados não fareja caça, e que nós estamos tão longe dos quilombolas como estávamos quando sahimos do povoado. Quem sabe se estão no extremo opposto da serra?... - Pois dirijamo-nos ao caboclo e ponha-o o padre mestre em confissão. In continenti foi chamado o rastejador, mas como não respondesse aos gritos do commissario e não o vissem logo no campo, os escravos lançaram-se em diversas direcções em busca do tratante... Inúteis tornaram-se as pesquisas. João Vital tinha desaparecido. - Bem o desconfiava eu! Exclamou o sacerdote. - E agora, padre Correia, o que fazemos nós? Perguntou Manuel Pereira. Ficamos com a diligencia perdida? - Vejamos!... Antes de tudo verifiquemos em que altura nos achamos. Depois tratar-se-há do mais. Achando todos judiciosissimas as reflexões do missionário, após ordenarem a maior parte do sequito se conservasse a postos, o commissario, Vasconcellos e o padre procederam a uma exploração. Em roda da aberta, onde tinham feito alto, o mato consistia em hervas baixas e transitáveis, de maneira que não lhes foi penoso abrirem caminho. Dados uns trezentos passos logo adiante, sentiram-se embaraçados por um talhadeiro enorme, que, descendo a pique, ia findar na raiz da montanha. D'ahi contemplava-se a planície toda em um só lance de vista. O dia estava claro e todos os occidentes do scenario estampavam-se aos olhos dos espectadores inundados da luz tropical. - Não avistam acolá ao longe o povoado? Perguntou o commissarioo com visível impaciência. - É sem duvida... o povoado! Accrescentaram os outros. Lá estão as torres da matriz. - Mas então nós estamos a umas dez léguas de Serra Talhada! - O índio bigodeou-nos... - Mas... com que interesse? - Quem lá sabe! - N'este caso deveria elle ter-nos afastado do nosso objectivo...
--	---

		- Seguramente... E se este é o telhadeiro do mocosal, como me parece não chegamos mais aos quilombolas, porque toda a região d'este lado é impossível para a vida mesmo selvagem, e a existirem na serra os malvados, deverão ter buscado o lado opposto, onde se encontram outros recursos. Essa opinião era fundada, porquanto, seguindo em sua exploração os nossos expedicionários, verificaram que estavam em uma espécie de cone de granito impraticável por todos os lados, e apenas acessível por uma grota ínvia e coberta de mato, onde embocava a chapada que lhe servia de repouseiro. Convencidos pois de que não havia outro recurso senão irem orientar-se em sitio emnos abrupto, levantaram o acampamento e regressaram por ahi. Mal não tinham porém descido a grota, novas dificuldades se lhes antolharam. A trilha estava perdida e insensivelmente tinham passado de uma explanada, de onde ao menos vião a planície, para um fojo natural do qual, por entre pedras e uma vegetação embastida, mal podião lobrigar uma nesga do firmamento. O acaso ou a perfídia do caboclo encerrára-os em um recinto profundíssimo, escuro e humido, de onde não sahiriam senão depois de longos esforços ou por auxilio estranho. Um regato sussurrava no fundo do abysmo, produzindo um som rouco e cavernoso. Viveiro de serpentes e morcegos, aquelle antro pareceu á destemida gente o primeiro passo na via dolorosa que iam percorrer. (Continúa.)
19	31 de Maio	FOLHETIM O REINO ENCANTADO Chronica Sebastianista por T. A. ARARIPE JUNIOR XVI A EX-RAINHA (Continuação) - A mulher do amo não, corrigiu a mameluca. Só vi a filha... a pobresinha... E quando me lembro que tudo isto se faz por desprezo a mim! Ah João Ferreira tenho desejos de trincar-te o coração... Deixas-me estar aqui, porque tens medo... não é assim?... Pois olha: não hás de viver com vinte e trinta mulheres, sem vergonha, descarado, infame, abandonando aquella que recebeste á face da igreja! Estas phrases proferidas com fogo foram um conforto para o vaqueiro desalentado. Em boa hora haviam-n'o as circumstancias guiado para alli. Mas quem seria aquella mulher singular que tão perto dos quilombolas ousava assim ameaçar o próprio chefe da cabilda? la Manuel Velho insinuar uma pergunta que o esclarecesse; mas reflectindo que Justina estava sem soccorro, fingiu nada ter percebido, e renovou as instancias. A mameluca por fim determinou-se a prestar seus bons officios, sempre exaltada aproximou-se outra vez da mulata, e, com o rapaz, despiu das roupas

	encharcadas d'água; depois precedeu a uma fricção com cachaça no peito, na testa, nas costas e, revestindo-a com as roupas suas, enrolou-a n'uns pannos, que sacou de uma caixa tosca de pinho. Isto feito suspenderam-n'a os dois envolvida nas pelles que forravam o girau, e, calçando o solo com o que foi encontrado na choça, estenderam-n'a n'esse improvisado leito com os pés bem juntos á fogueira para receber o calor. Manuel cada vez mais solícito acocorou-se ao lado, e esperou pelo resultado. - A rapariga está só estatelada, resmungou a mulher. D'aqui a um instantinho volta a si... O dia clareava e a tormenta esvaecia-se. Quando os primeiros raios do sol douraram as cumiadas de <i>Pedra Bonita</i>, Justina deu signal de vida; abriu os olhos, puchou a mão do amante, encostou-a ao rosto, e, como dominada pela volúpia, recahiu e, soinnolencia. Satisfeito, Manuel Velho ergue-se e foi espreitar o arraial. N'este acto ouviu um grito; voltou-se Justina, de pé espantada, esfregando as pálpebras como para certificar-se de que não sonhava, afastava-se da mameluca cujo senho turvo carregava-se de ameaças. - Está me vendo! Exclamou esta abalando ironicamente a cabeça. Ande, vá... depressa... que o devasso... o patife já deve esperal-a... - Onde me botaram? Murmurou a rapariga tremula. Quem trouxe Justina para aqui? Dando entretanto com a vista em Manuel correu a ter com elle, e, a despeito dos esforços empregados para contel-a, poudo alcançar a porta e lançar-se fora do alvergue. - Mas o que é isto Justina? De que tens medo? Não estarei acaso aqui melhor do que em qualquer outra parte? Não! Não! Balbuciou a rapariga angustiada. Manuel falla assim porque não sabe tudo... Quem ouvir esta mulher está perdido! Em <i>Pedra Bonita</i> toda gente foge de Josepha. Ninguém tem coragem de entrar onde Ella mora. - Razão para eu ficar. - Mas perdes o reino!... - Porque? - Logo te digo, Manuel. Não te demores... Josepha envenena quem escuta as suas fallas. - Não há de ser tanto... O vaqueiro tem força para derrubar o touro, como não terá para resistir a uma mulher. Descança... - Não mates a mucama de nhazinha! Se Manuel soubesse que Josepha é a mulher que o nosso rei João Ferreira despresou por causa de suas maldades, não se metteria a olhar para Ella nem um instantinho: - Seja o que quizeres, disse o rapaz, comprehendendo pouco mais ou menos a situação da mameluca entre os quilombolas; porém attende: Se atravessar agora pelo covil onde tinhas-me escondido podem ver-me, e depois... que
--	---

		succederá?... A colisão em que se via a mulata parecia extrema. Indecisa ficou a balançar-se entre as duas hypotheses de arriscar a sorte do vaqueiro ou deixal-o entregue a mameluca, quando esta vindo surrateiramente collocar-se por traz dos dois, prorompeu em improperios. - Não te ponhas ahi a enganar o outro. Safa-te... cascavel... safa-te! E, dirigindo-se ao vaqueiro, accrescentou: - Não acredite voc~es no que Ella diz. O desgraçado enfeitiçou-a... Está tudo com o demo nos coiros! Não vá se metter com a corja.,, - Fecha os ouvidos, Manuel, exclamou a mulata de longe, Josepha tem parte com o demo! João Ferreira excommungou-a! Esta injucção fez recrescer a raiva da mameluca, que não se tendo mais diante d'aquella que a verberara com a odiosa classificação, fechando os punhos tentou perseguil-a montanha abaixo. Justina amedrontada precipitou-se em direcção a uma porteira que dava accesso ao quilombo, gritando para que o vaqueiro a ouvisse: - Valha o <i>Encoberto</i> ao meu escolhido! Desgraçada de Josepha se a nhazinha quizesse ser a rainha!
20	8 de Junho	Chegara no dia 21 á capital do Maranhão, no <i>Odorico Mendes</i>, a expedição que ultimamente d'alli partira ao mando do capitão do 5º batalhão de infantaria, Sr. Feliciano Xavier Freire Junior, afim de bater o quilombo do <i>Limoeiro</i>, situado nas immediações de Montes Aureos. Vencendo mil difficuldades e tendo encontrado o mocambo quase em abandono, por terem os pretos aviso da entrada da força, conseguiu o referido official capturar pelos matos, ora aqui, ora alli, 78 escravos, entre estes o celebre Estevão, chefe do mocambo, auctor de 18 mortes, 17 perpetradas por sua ordem em companheiros seus e uma por que está pronunciado no Turyassú. Todos estes escravos acham-se já recolhidos á cadeia por ordem da presidência da provincia.
21	22 de Junho	O presidente da provincia do Maranhão providenciou para que seguissem cerca de 400 retirantes cearenses até Vizeu, os quaes vão estabelecer uma colônia no logar <i>Limoeiro</i>, onde foi abatido um quilombo que alli existia. Está encarregado do estabelecimento d'essa colônia o capitão Feliciano Xavier Freire Junior que já havia sahido para o referido logar.
22	22 de junho	O BRAZIL DURANTE O PRIMEIRO SEculo DA SUA HISTORIA A MEMORIA DE ROCHA LIMA. – O AUCTOR DA << CRITICA E LITERATURA>>; IRMÃO DE LAÇOS DO CORAÇÃO E AFFINIDADES DA INTELLIGENCIA; ENTRE QUERIDO E PURO-MORTO NA FLOR DOS ANNOS. La vrale existence N'este elle pas celle qui So continue pour nous Au (ilegível) do ceux qui Nous aiment? RENAN. Quem, sob o ponto de vista sociologico, estuda o Brasil do seculo XVI, não pode deixar de perceber o isolamento mutuo em que se achavam as capitánias.

		Causavam-no circumstancias differentes, que tanto por mar como por terra, difficultavam e quazi impediavam as communicações. Em terra erguiam-se montanha de accesso muita vezes impossivel; estendiam-se rios, aqui muito largos e profundos para serem vadeados, além inçados de cachoeiras para serem percorridos, corriam terrenos, ora paludosos e atoladiços; ora privados absolutamente de agua; perfilavam-se mattas densas e cerradas como uma serie de demonstrações mathematicas; chocalhavam reptis venenosos; rugiam animaes ferozes e o tapuia esperava os usurpadores do solo e conculcadores da liberdade, aramado de flechas que não podiam errar o alvo, pois feriam o peixes que um momento, á flôr da agua, boiava as escamas reluzentes. Condições correspondentes ocorriam no mar. As costas mal estavam exploradas. Impossivel se tornava evitar recifes e escólhos, cuja posição ora conhecida de modo vago. Os naufragios davam-se frequentes, a sorte de Ayres da Cunha, Sardinha, Cardoso de Barros, Luiz de Mello, desenhando-se ao espirito, recalavam os elances aventureiros. Os ventos, unico motor, sopravam por vezes a largos intervallos; as monções tinham o caprichoso da mulher hysterica. E armadores normandos, consarios inglezes, piratas franceszes, bandidos portuguezes, infestavam o oceano, votando-se uma guerra de exterminio, estabelecendo o reinado do terror. Tal era o terror na população costeira que, diz um escriptor contemporaneo, mal avistavam uma nau grande << entrouxavam o fato para se recolher para o mato. >> As difficuldades que encontravam as communicações seriam, entretanto, vencidas se houvesse incentivos para a empreza. Ora incentivos, tanto de ordem utilitaria como de ordem desinteressada, faileciam quasi interamente. Os incentivos desinteressados arrastavam para a metropole, ? sagrada que transluzia ataviada de todas as poesias do passado, harmoniosa de todas as cantilenas frementes do coração. Como sentir sympathia por uma terra sem historia, sem hontem, sem amanhã, logar de degredo, espécie de sentina para onde a mãe patria atirava as fezes? Ha uma obra que lança muita luz sobre o estado do espirito então dominante, a Historia da Conquista da Parahyba, não ha muitos annos publicada na Revista do Instituto. O Auctor, Jeronymo Machado, segundo o visconde de Porto Seguro, ou outra jesuita ainda desconhecido, como me parece mais provavel, falla do paiz com um desdem e denegrimto incrível. Nega até que o solo seja fertil. E não se póde dizer que expremia opiniões pessoaes. A leitura mostra claramente n'elle uma d'essas intelligencias femeas, incapazes de gerar uma idéa, só susceptiveis de servir de deposito aos conceitos e paixões alheias. Para reunir os factos basta lembrar que ter nascido no Brazil era um labéo, estygmatizado com o epitheto de ?. Brasileiro, segundo a feliz suggestão do auctor da Historia Geral, indicava simplesmente uma profissão: a dos que se empregavam no commercio do páu-brazil. Accresce que a devisão em capitancias não só era impropria para originar a noção de cooperação e colleguismo, como era o germen donde bifurcavam sizanias e scisões, devidas á multiplicidade de interesses, ao desencontro de esforços e tentames, á incerteza de limites e sobretudo ao direito de somisio, exercido por donatarios pouco escrupulosos, como Vasco Fernandes Coutinho e o representante do Pero Lopes em Itamaraca. E assim, ao passo que as discordias e ciumes locaes eram motivo para a falta de communicações, a falta de communicações e o intercurso raro d'ahi resultantes, eram motivos sempre activos para odiedades, ciumes e discordias. Era ainda para a metropole que arrastavam os incentivos interessados. D'ella vinham trigo, vinhos, grande parte da alimentação, armas, munições, estofos, objectos, necessarios e artigos de luxo. Nem podiam ser fornecidos pelas capitancias. Mesmo succedendo que o governo portuguez ultrapassasse o seculo
--	--	---

	permitindo liberdade industrial; mesmo concedendo possível a organização industrial, - e que não era ver-se-ha brevemente; os productos encontrariam venda? É lícito duvidar, attendendo a que, ainda hoje, para ser comprado muito artefacto nacional precisa de passar por europeu. Se Portugal era o mercado obrigatorio para o consumo, não menos era para a producção. Os productos eram, pouco mais ou menos, identficos nas diferentes capitanias; não havia vantagem em transportal-os de umas para outras. Admittamos que não houvesse identidade; que não houvesse as difficuldades de communicações já enunciadas; ainda o commercio intercapitania existiria difficilmente: havia grande falta de dinheiro. Não havia quasi dinheiro – affimam-no o historiador da Consquita da Parahyba, o auctor do Dialogo da Grandesa do Brasil, e muitos outros chronistas. O governo metropolitano tentou remediar o mal, levantando o valor ás moedas, porém os descontentamentos, os moltins o, mais que tudo, a introducção da moeda ? obrigaram-no a recuar. Eque providencias uteis poderia tomar? Mesmo se concedesse o direito de cunhagem a donatarios o governadores; mesmo se fundasse casa de moeda só mais tarde estabalecida (1694); mesmo se as minas, já fracamente exploradas para o sul, despejassem os thesoursos que fluiram nos seculos seguintes; como poderia impedir que, no meio do luxo que reinava com o desenfreio que mostram as paginas de Cardim, grandes sommas fossem para Portugal ou n'elle ficassem? Grande parte dos pagamentos eram feitos em generos. Em uma carta escripta para a côrte em 1560, o proprio governados, o respeitavel Men de Sá, queixa-se de receber os honorarios em mercadorias que para nada lhe serem. Ora, é evidente que em ambito de tal estreiteza, a energia ficaria breve gasta, e agorentada: os pulmões melhor constituidos estafavam fatalmente respirando em athmosphera tão pesada. Dissemos acima que a organização industrial era impossivel. Proposição intuitiva, se reflectirmos que o primeiro estabelecimento, a edificação de fabricas, a monta de aparelhos, exigiam grandes despesas, e não havia com que lhe fazem face. Já no seculo passado Frei Gaspar da Madre de Deus indicou uma das consequencias d'este estado de cousas: a gana que grassava pelos empregos da igreja e da Justiça, onde vinha parar o pouco dinheiro que existia. Ha uma consequencia mais importante que este desenvolvimento de classes improductivas, ou antes, segundo a terminologia de Spencer, regulativas. Aquelles pobres que não podiam pertencer a ellas tinham muito pouco excitantes para o trabalho. E ao mesmo tempo que a consciencia da inutilidade de esforços, o acanhado dos horisontes mergulhavam no Asphaltite da indolencia; a terra acenava com as suas seduccões, - peixes que coalhavam os rios; aves que vergavam as arvores, veados, catetus, pacas, que o solo atirava do seio com a prodigalidade desdenhosa do perdulario; minas ainda pouco conhecidas, mas cujo pressentimento e tradição esvoaçavam no ambiente. Os Inglezes, os Francezes, afeitos ao regimen industrial, concientes de que se o trabalho concatenado offerece riqueza segura, poderiam talvez resistir. Os portuguezes, amolados ao regimen militar, fominados pelo ideal da idade média, que, no dizer de tane, só admitte duas encarnações honrosas e legitimas – o monachismo e a cavallaria; os Portuguezes, que ouviam elevarem-se do regaço das florestas os murmurejos suspirosos que os impelliram pelo mar a dentro, não souberam lutar. Desde então começaram a apparecer homens que viviam ao deus dará, sem occupaões, sem preoccupaões, casta de B?duinos semi-cultos,- sertanejos, sertanistas, capitães do mato – sustentando-se de caça, mel, pesca; travando-se luctas contra os indios, muitas vezes descendo abaixo d'elles; o que só vinham aos povoados para vender, por pouco mais que nada, pelles, pennas, cousas curiosas, grangeadas em suas correrias ou para condensar a escuma
--	---

	esverdinhada que aljofrava o paul humano. Procurou-se remedio para a crise na escravatura Remedio insufficiente. Ou comprados ou conquistados, os escravos traziam accrescimos na divida. Além de que, originarios da Africa ou da America, tinham de sujeitar se a uma aprendizagem penosa; pois os antepassados eram moldados por uma fôrma que muito differeia da sociedade colonial, e assim não tinham elles absorvido pela herança as virtualidades fecundas designadas com o nome de instincto de trabalho. Junta-se a população era muito limitada. A de origem portugueza por que a introdução era recente e a immigração, embora ainda livre dos empecilhos que depois sobreviveram, pouco abundante. E' certo que a polygamia penetrava nos costumes, e muito poderoso da epoca poderia revalisar com os Mormons actuaes; entretanto, embora ajudasse, não substituiu a acção do tempo. A de origem africana não só porque fôra introduzida mais tarde, como tambem pelos máus tratos inauditos a que estava sujeita; pelos quilombos que começavam a surgir e chegaram no seculo seguinte ás proporções dos Palmares; pelos suicidios á fome muita vezes consummados; pelos abortos e infanticidios, ultimo recurso que lançavam mão as mais desesperadas. A populão de origem tupinambá era mais numerosa: constituia dois terços da massa. Todavia as tres parcellas reunidas da dão talvez um total inferior á população do Espirito Santo ou rio Grande do Norte. No meio dessa população rara, esparsa indolente, arrastada por correntes diversas, o homem que quizesse viver era obrigado a exercer diferentes profissões. A Bibliotheca Nacional possui uma collecção manuscripta de cartas dos jesuitas coetaneos, ainda em parte ineditas e estudadas incompletamente, collecção onde se encontram dados que muito esclarecem o ponto em questão. O padre V. Rodrigues diz em uma carta escripta de Porto Seguro que os officios apprendidos nessa terra sobrar-lhe-iam para ganhar a vida em qualquer outra. De um mais illustro que este – de José de Anchieta, sabemos que em S. Paulo era ao mesmo tempo mestre de meninos; copista, porque não havia livros; barbeira, porque não havia physicos; carpinteiro, carregador de lenhas, sapateiro ou antes alpargateiro, pregador e autor de comedias.- E, diz-me ao lado um amigo, não esqueça que nos intervallos elle adivinhava os pensamentos, explicava sonhos, fazia milagres, e um dia, no Rio de Janeiro, na execução de um herege mostrou ao carrasco dosazado como se devia haver. Se um só homem tinha de exercer muitos officios; - um órgão, isto é, segundo a definição admiravel de Ilerbet Spencer, um grupo de homens que se reúnem para satisfazer uma necessidade social -, um só órgão tinha que exercer muitas funcções. Poderia mostrar o facto comprovado pela companhia de Jesus, não só como ella existiu na realidade, mas qual a traçou o pensamento vasto de Ignacio de Azevedo, cuja expedição infelizmente mallogrou, porém cujo plano agora pôde ver-se em Simão de Vasconcellos. Prefiro tomar como typo outro órgão mais caracteristico e geral – o engenho. Então não servia sómente para o preparo do assucar: era uma villa, onde havia officinas de ferreiro, carpitinho, tecelão; olarias, escolas, capellas, estaleiros, cortumes, boladeiras, prensas, fornos, curraes e criação de gado. Comparar o engenho de Garcia d'Avila e o engenho central de Araruama, é ver em que tem consistido e em que consistirá o progresso de nossa patria; em um extremo, uma structura incoherente, indefinida, destinada uma infinidade de misteres; em outro um organismo consistente, definido, plasmado para um só fim, que attinge com toda a plenitude e com a vantagem que separa o empirismo a concepção scientifica. Se um só tinha de exercitar funcções, de substituir outros órgãos por conseguinte,
--	--

		um systema, iso é, uma reunião de órgãos correlatos tinha de fazer o trabalho de outros systemas. Nada mais patente do que este facto durante todo o seculo que nos occupa, de sorte que a difficuldade está em escolher na messe que pullula. Tomarei dois exemplos, ambos fornecidos pelo reinado de D. João III, o espirito que com o padre Ignacio de Azevedo mais claramente apanhou os caracteristicos sociologicos do novo organismo que nascia. Na divisão do Brazil em capitánias e nos amplos poderes concedidos aos donatarios – é palpavel não só que o systema regulativo faz as vezes do systema operativo , mas ainda que o absorse quasi inteiramente. Porque o donatario, ao mesmo tempo que era chefe do governo, era o dono de um grande territorio que os compromissos tomados para com o rei, não menos que os seus interesses mais vitaes, obrigavam-no a cultivar constituindo-se o chefe e o centro dos esforços industriaes. Mais tarde vemos ainda o systema regulativo intervindo em objectos que, hoje que correm tempos mais normaes, e a sociedade attingio a um gráo de desenvolvimento mais adiantado, pertencem ao systema operativo e distributivo. Refiro-me á expedição de Thomé de Souza (1540), em que pagos pelo governo, por conguinte como empregados publicos e membros do governo, vieram boticario, mestre de fazer cal, pedreiro e muitos outros officiaes, - tanto que, segundo o Visconde de Porto Seguro << o numero total dos que se embarcavam vencendo ordenados subia a trezentas e vinte pessoas. >> E note se que a expedição constava de pouco mais de mil, das quaes 400 soldados, naturalmente não contemplados no calculo. Se agora, antes de penetrar no amago d'essa sociedade, quizermos medir o caminho percorrido, podemos reunir os resultados a que chegamos em poucas palavras. A sociedade brasileira do seculo XVI era um organismo de typo inferior. Era pouca a massa; não definida a estrutura; não diferenciadas as funcções; não estremados os órgãos. O systema operativo tinha um jogo muito restricto. O systema distributivo quasi não existia. Só o systema regulativo se desenvolvera consideravelmente, tanto que auxiliava o systema operativo em muito de seus misteres, e substituia o systema destrutivo ainda envolto. D'aqui póde immediatamente por deduzida a caracteristica dos phenomenos em cujo estudo mais detido vamos agora entrar. Tambem se póde deduzir em que consistirá a evolução sociologica brasileira, e em que o seculo XIX ou XXIX se distinguirão do seculo XVI. A immigração, o crescimento lento augmentarão a massa; a estrutura se tornará mais definida e heterogenea; a diferenciação funccional caminhará com a localisação organica. O systema operativo augmentará de importancia. O systema regulativo diminuirá de actividade ao mesmo tempo que ha de ficar mais simples. O systema distributivo assumirá vida independente; pondo em communicação os dois outros systemas, ha de fortalecel-os, ha de fortalecer-se. E o organismo social se ha de elevar do typo. Mas isso é um desideratum para o qual marchamos lentamente, - do qual estamos mais proximos hoje do que hontem. Do qual nos separará menos distancia amanhã. A natureza, como diz ?, dispondo do tempo pouca o esforço. Nós, ao contrario, como dispomos do esforço devemos poupar o tempo, e, atirando a ideal mais vasto, aspirando a uma luz mais pura, encurtar aos nossos succesores o estagio que, como nós, fatalmente atravessarão. Situação fatal, que enche de tédio os impacientes, que desespera os desanimados, que o sociologista estuda com melancolia, porém com coragem. As scenas que avista não o sorprendem – esperava-as, predisse as; e quando ouve queixas, quando ouve que esperam a instituições industriaes, litterarias,
--	--	---

		scientificas ou quaesquer outras aqui implantadas, os mesmos fructos que na Inglaterra, por exemplo, a sua impressão é igual a do botanico, a quem o patriota russo, para mostrar a desidia do povo que agora arqueja sob o pesadelo horrivel do ?, ? : mandam buscar o café no Brazil, quando tão facilmente poderia cultivar-se nas vastas campinas que lampejam no territorio imenso da Siberia. J. CAPISTRANO DE ABREU.
23	17 de Julho	O presidente da província do Maranhão encarregou o capitão reformado do exercito Antonio José da Fonseca, mediante a gratificação mensal de 150\$, de fundar no lugar do extincto quilombo S. Sebastião, no Turyassú, uma colônia com emigrantes cearenses, devendo para alli partir quanto antes.
24	23 de Agosto	Escrevem-nos de Paquetá: “Ante-hontem á noite desembarcaram em Paquetá alguns pretos que se tornaram suspeitos. Avisada a auctoridade e tomadas algumas providencias de momento, não foi possível obstar a que os laráprios roubassem três canoas de pescaria e alguma roupa que encontraram em coradouros ao relento. Desconfia-se que sejam pretos fugidos do quilombo Iguassú, e é de esperar do zelo do Sr. Subdelegado de Paquetá que tome as providencias para que não se repitam esses factos, fazendo policiar a ilha durante a noite, visto que de dia póde a policia dormir muito a seu gosto.
25	12 de Dezembro	O roubo da alfândega de Santos E O RELATORIO DO EX-INSPECTOR DA THESOURARIA DE S. PAULO III No firme propósito de negar a existência do roubo da alfândega, o Sr. Lucas Antonio Ribeiro Bhering, occupando-se do augmento da fortuna do meu constituinte, depois das mais requintadas falsidades, assim conclúe: - se o augmento da fortuna do thesoureiro não tem outra explcação, forçosamente se há de reconhecer que o facto constitue indício vehemente de que, no exercício de seu emprego, desviára do cofre a seu cargo, ou para este augmento, ou para as suas despesas, algumas quantias. Em outro paiz que não o nosso o procedimento do Sr. Bhering seria a base para as pesquisas necessárias a bem do descobrimento dos autores do roubo havido, a parcialidade que se nota em seu relatório, as infidelidades de que lança são, e a calculada reserva que faz de certos e determinados factos, aliás de subida gravidade, bem claro deixa ver que o Sr. Bhering, licenciado como estava, voltou ao exercicio do cargo para prestar um serviço relevante, mostrando-se assim agradecido a seus protectores. Logrará o seu intento; mas há de ser julgado pela sociedade, conseguirá arrancar os bens de meu constituinte; mas não maculará a sua honra quer como simples particular quer como empregado publico que foi. Para que se não duvide da sinceridade de meus assertos, começarei por transcrever o que a respeito da fortuna de meu constituinte aventa o Sr Lucas Bhering e em seguida offerecerei a devida contestação. Verá o publico que grande mysterio existe, que especial era a missão do auctor do celebre relatório, e que a haver justiça e a precisa energia da parte do governo o Sr. Bhering não poude continuar a ser empregado publico no Brazil, assim mesmo não lhe foi concedido continuar na posição de inspector da thesouraria de

	S. Paulo. O Ver. Vigário Seipião Junqueiro Ferreira Goularte ao encerrar-se seu depoimento declarou que – aqui notou e era publica a intimidade em que vivia (com terceira epssoa, cujo nome declinou), o inspector da thesouraria Lucas Bhering, quando era aquelle um dos indigitados como complicado no roubo da alfândega, e o inspector achava-se n'esta cidade em intelligência para descobrir o criminoso, segundo disse a elle testemunha; e que em S. Paulo a mesma intimidade se deu porque o Dr. João Bernardo da Silva (???)tou-a com estranheza, segundo communicou a elle testemunha. A testemunha referiu o nome do ex-engenheiro Dr. Luiz Manuel de Albuquerque Galvão. Falle o ex-inspector a respeito da forma de meu constituinte: 1º, Que o thesoureiro recebeu em par(???) em 1851 por fallecimento de seu (???) 6:900\$864, casando por matrimonio (???), trouxe de sua mulher apenas duas (???). Fallindo em seu negocio com o (???)juízo de 40:930\$ foram salvos somente (???) do dote. Deu-lhe sua mai (???) para pagar aos credores; aos (???) offereceu 15%. Deu-lhe mais o sitio do Quilombo, que faz parte da fiança á fazenda publica, no processo da avaliação, (???) qual figurou como agente fiscal o men(???) João Baptista de Lima. Por morte de sua mãe recebeu em partilha 12:285\$; (???) dinheiro pequena quantia, e o mais (???) escravos, metade de uma casa e em(???) prorpia do acervo. 2º Que em Julho de 1869 tomou posse (??) emprego de thesoureiro, com fiança (??) 50:000\$ constituída somente com uma (??) n.15 á rua de Santo Antinio; uma (???) á rua Antonina n.24; Um armazém (???) á rua de S. Leopoldo, o sitio do Quilombo e uma sorte de terras na Ber(???), tudo no município d'esta cidade. 3º Que os seus ordenados e porcentagem desde que timou posse até fevereiro de 1877 montam a 39:878\$674 a (???) (...) Que o rendimento dos bens do thesoureiro e de sua mulher, desde que se (???), não passavam de 7:000\$000, que (???) aos ordenados, subiram a dez (???) contos de réis. D'estes não podia (???) economisada senão uma pequena (???), porque o thesoureiro tem família poderosa, muitas relações, frequênta so(???), educa os filhos e tem muitas(???)ezas, além das que fazia com os (???)ros de suas casas e propriedades. (???)sim que, depois de 1870, gastou com a construcção do prédio da rua do Ro(???) n.76, 7:000\$000, tendo elle sido (???)ado por sua mulher pela exígua (???) de 1:273\$000; na reedificação (???) outro á rua de S. Leopoldo n.47 (???); na de duas casas do pateo do (???) n.40 e 42 4:000\$000; na da casa (???) de Santo Antonio n.15 1:5000\$000; construcção de um chalet em S. Vi(???) 12:000\$000; além de mais dous (???) portáteis de madeira, de uma (???) a vapor e das despesas com a ser(???) montada no Quilombo. Que, apezar d'estas despesas, ca(???) dwe cobrirem os seus rendimentos e (???) sua mulher, pois que montavam em (???) a mais de 40:000\$ no exercício (???) a 1871 consta do lançamento do (???) sobre prédios, que o thesoureiro possuía – duas casas á rua Aureans 153 e 154, uma á rua Direita n. 70, uma á rua do Rosario n. 76, uma á rua de Santo Antonio n. 15, uma á rua do Consulado n. 13, uma á rua Antonina n.24, duas aruá do Carmo ns. 40 e 42 e dois armazéns á rua de Martim Affonso. D'estas casas duas somente fazem parte da fiança;
--	---

	mas, em compensação, fez mais uma, a de S. Vicente. Com dez a doze contos de réis de rendimento por anno, em uma cidade como a de Santos, onde tudo é tão caro, parece não ser possível fazer-se face ás despesas indispensáveis, edificar, reedificar e montar uma serraria, comprar uma lancha a vapor e ainda accumular-se capital para a compra de casas, notando se que do livro de lançamentos não consta que sua mulher tenha prédios nesta cidade desde 1873. 6. Que, se o augmento da fortuna do thesoureiro não tem outra explicação, forçosamente se há de reconhecer que o facto constitue indício vehemente de que, no exercício de seu emprego, desviava do cofre a seu cargo, ou para esse augmento ou para as suas despesas, algumas quantias.” Fallarei agora eu, e verá o publico co que coragem em uma peça official se falta á verdade. Eis que pó que há a respeito das heranças que teve o major Antonio Eustachio Largacha, ex-thesoureiro da alfândega de Santos, e a receita e despesa durante 8 ½ annos que foi empregado publico. Com seria que muitos outros podessem fazer inventario de sua vida como acontece a meu constituinte. Attendam os leitores; o que abaixo segue-se já foi publicado no n.3(?)9 do <i>Jornal do Commercio</i> de 17 de fevereiro de 1877. “Começaremos por demonstrar que no anno de 1842 recebeu por deixa de seu tio, o fallecido tenente Antonio José da Silva Bueno, a quantia de 2:702\$163, conforme consta do inventário do mesmo. Como consta da denuncia, recebeu de seu pai em 1861 6:900\$864. Diz a denuncia que sua mulher trouxe duas cassa, casando com separação de bens. Dos inventários de seu finado pai o Dr. Manuel Joaquim Soares, e de sua avó D. Emerenciana da Purificação Nebias, se prova o contrário, e consta que só em propriedades trouxe sua mulher o seguinte: Uma casa de sobrado á rua Direita n. 60 Duas ditas dito á rua da Praia. Duas ditas térreas á rua Aurea. Uma dita de sobrado á rua de Santa Catharina. Uma dita dito á rua do Consulado. Duas ditas dito á rua do Carmo. Um terreno com frente para a rua Aurea. Metade de um sobrado á rua Direita. D’estas propriedades sua mulher vendeu, tempos antes de ser seu marido thesoureiro, as duas casas de sobrado á rua Direita e os terrenos e frente para a rua Aurea. Depois, quando já era então empregado, vendeu a casa térrea á rua de Santa Catharina, por 2:000\$ e um terreno á travessa da Coroação, por 3:000\$ e as demais existem até hoje.
--	---

	Em 1861 soffreu prejuízos occasionados por João Octavio Nebias (tio de sua mulher) deu-lhe então sua mai 28:000\$ para pagar aos seus credores. Em 1867, por morte de sua mai, recebeu 12:285\$800 como consta do inventario. Em Julho de 1868 tomou posse do logar de thesoureiro com uma fiança propriamente sua de 50:000\$ e seus ordenados desde então até fevereiro do corrente anno, montaram a 39:000\$, mais ou menos. Constituíram a fiança os bens seguintes: 1 casa de sobrado á rua Antonina. 1 dita assobradada á rua de Santo Antonio. 1 armazem grande á rua de S. Leopoldo. 1 sitio denominado Quilombo. $\frac{1}{4}$ parte do sitio denominado Canavieiras. 1 sorte de terras no rio Bertioga. Em 1870 foi comprado por sua mulher o prédio á rua do Rosario, por um conto duzentos e tantos mil réis, foi com effeito reconstruído, que importou em 3:500\$, sendo empreiteiro o mestre de obras João Gonçalves Amaro. É sem fundamento a denuncia quando diz que foi despendido na reconstrução de dous armazéns á rua de Martim Affonso 7:000\$, porque não possui alli taes armazéns, somente sua mulher alli possui um pequeno armazém de uma só porta, que foi reconstruído pelo mesmo metre João Gonçalves Amaro pela quantia de 6000\$000. O armazém á rua de S. Leopoldo n.47 soffreu reparos somente no vigamento do telhado, algumas tapagens de taboas, vários pilares novos, sendo empreiteiro da obra de carpinteiro Bento Antonio Machado, pela quantia de 600\$, e a de pedreiro 200\$, feita por Antonio Pereira da Silva. Á rua do Carmo somente uma das casas a de n. 40, soffreu pequenos reparos como fossem assoalho novo na pequena sala de jantar e parte do corredor da rua, caiação e concerto no telhado, sendo estes reparos feitos a jornal, importante em cerca de 250\$000. Com a construcção do prédio de S. Vicente, despendeu sua mulher cerca de 6:500\$ com operários, inclusive toda a obra de pedreiro, porque todas as madeiras empregadas foram do sitio Quilombo e foi essa a única propriedade que fizeram durante o tempo que são casados. É destituído de fundamento, porque é falso, no que diz a denuncia sobre a construcção de dous chalets portáteis de madeira. A pequena lancha a vapor, empregada em serviço do sitio Quilombo, importou em 2:800\$, que foi paga na Europa por seu cunhado D.Salvador Vidal. Diz a denuncia que – apesar de taes despesas capazes de cobrir os rendimentos seus e de sua mulher, pois que montavam em seis annos perto de 40:000\$, no exercício de 1871 consta do lançamento sobre prédios que o thesoureiro possuía: 2 casas á rua Aurea ns.152 e 154. Estas duas casas pertencem a sua mulher, e constam do inventario de seu pai.
--	---

	1 casa á rua Direita n. 70. Também pertence a sua mulher e consta do mesmo inventario. 1 casa á rua do Rosario n.76. Também pertence a sua mulher por compra que fez, como já foi demonstrado. 1 casa á rua do Consulado n.13. Também pertence a sua mulher e consta do mesmo inventario. 2 casas á rua do Carmo ns. 40 e 42. Também pertencem a sua mulher e constam do mesmo inventario. 1 casa na rua de Santo Antonio n. 15. Esta pertence ao thesoureiro e faz parte da sua fiança o que prova que já a possuía antes de tomar posse do emprego. 1 casa á rua Antonina n.24: Esta pertence ao thesoureiro e faz parte da sua fiança, o que prova que já a possuía antes de tomar posse do emprego. Os 2 armazens á rua de Martim Affonso: Ignora-se quaes elles sejam, porque não os possue. Vem a restar somente a casa de S. Vicente, única que, como se disse, edificaram durante o tempo que são casados. Em meados de 1872 foi montado o engenho de serra do Quilombo, e sua despesa de custeio tem regulado cerca de 3:800\$ por anno, esqueceu se a denuncia de calcular o seu rendimento, que nos primeiros seis mezes somente produziu 769\$260, e nos últimos annos tem regulado o termo médio de 7:200\$ por anno, por conseguinte sendo a sua receita total 22:369\$260 abatendo de despesas 13:300\$, fica o rendimento liquido de 9:069\$260. Parece que os bens de ambos dando o rendimento de 7:000\$ annual (conforme na própria denuncia foi calculado) em 8 ½ annos que foi o thesoureiro empregado, monta o seu total a 59:500\$ quem juntando com os seus ordenados na importância mais ou menos de 39:008\$, mais o priducto das vendas que fez 5:000\$, e mais o rendimento liquido de seu estabelecimnto no sitio Quilombo 9:069\$260, forma a receita total de 112:569\$260. Como despesas temos a mencionar o seguinte: Dinheiro despendido por compra feita por sua mulher do prédio á rua do Rosario. 1: 273\$200 Idem despendido com sua reconstrucção 3:500\$000 Idem despendido com a reconstrucção do armazém se uma só porta á rua de Martim Affonso 600\$000 Dinheiro despendido com reparos feitos no armazém á rua de S. Leopoldo800\$000 Idem feitos na casa da rua do Carmo n. 40250\$000 Idem com a construcção do Predio em S. Vicente6:500\$000
--	---

	Idem com uma pequena lancha a vapor2:800\$000 Idem no sitio Quilombo em 1872, quando foi collocado o engenho de serra10:000\$000 Dinehiro que faltou mencionar com a collocação de gaz, água e pintura no prédio á rua Antonina n.24, importando cerca de 2:000\$000 27:723\$800 Parece que tendo de receita total 112:565\$860, e abatendo aquella despeaz de 27:723\$200, fica um saldo de 84:846\$060 mais que sufficiente para suas despezas indispensáveis durante 8 ½ annos que foi empregado, accrescendo que mora em casa própria e com escravos para o seu serviço. Santos, 9 de julho de 1877. – <i>Antonio Eustachio Largacha.</i> -- Illm. Sr. Dr. Juiz de orphãos. – O abaixo assignado requer a V. S. que sirva-se mandar que o escrivão de orphãos revendo o respectivo inventario lhe passe por certidão o seguinte: Quaes os bens de raiz que tocaram em partilha á sua mulher Adelaide Umbelina Soares Largacha como herdeira de seu pai Manuel Joaquim Soares, fallecido em 1844. E por ser de direito pede a V.S. se digne deferir na fórma requerida. – E. R. M. – Santos, 16 de julho de 1877. – <i>Antonio Eustachio Lagarcha.</i> – Estava uma estampilha de 200 re., inutilizada na fórma da lei. – Sim. Santos, 16 de julho de 1877. – <i>Bezamat.</i> – Antonio Moreira de Sampaio, escrivão vitalício de orphãos e ausentes n'esta cidade de Santos e seu termo, etc., etc. certifico que revendo os autos findos de inventario a que por este juízo se procedeu no anno de 1844, por fallecimento de Manuel Joaquim Soares, dos mesmos consta que os bens que tocaram á esposa do supplicante, D. Adelaide Umbelina Soares Largacha, são os seguintes: Uma morada de casa sita á rua da Praia d'esta cidade, avaliada em 3:600\$000. Uma morada de casa sita á mesma rua, avaliada por 3:000\$000. Uma morada de casa sita á rua Aurea, em frente ao caminho da Barra, avaliada por 300\$000. Uma casa muito velha, sita á rua de Santa Catharina, avaliada por 200\$000. Uma casa térrea sita no largo da Cadêa Velha, com 1 porta e 1 janella, avaliada em 300\$000. Uma casa térrea no pateo da Cadêa Velha, com 2 portas de frente e contigua áqeulla, avaliada por 350\$000. Uma casa térrea no becco do Inferno, com 1 porta e 1 janella, avaliada por 200\$000. Um terreno á rua Aurea, com frente e n'ella 6 portas para o lado d'esta rua, e do outro lado com 3 e fundos correspondentes, avaliado por 600\$000. Uma morada de casa de sobrado á rua Direita, avaliada por 3:000\$. Uma casa térrea á rua Aurea, que faz frente para o becco denominado das Dôres, avaliada por 350\$. É oq eu consta do dito inventario, relativamente ao pedido na petição retro, de que dou fé. Santos, 18 de julho de 1877. Eu, Antonio Moreira de Sampaio, escrivão, que a escrevi e assigno. – <i>Antonio Moreira de Sampaio.</i> –
--	---

	Estava uma estampilha de 209 rs, devidamente inutilizada. Illm. Sr. Dr. juiz de orphãos. – O abaixo assignado requer a V. S. que sirva-se mandar que o escrivão de orphãos, revendo o respectivo inventario, lhe passe por certidão o seguinte: Quaes os bens de raiz que tocaram em partilha a sua mlher Adelaide Umbelina Soares Largacha, como herdeira de sua avó D. Emmerenciana da Purificação Nebias, fallecida em 1854. E por ser de direito, pede a V. S. que digne-se deferir na fórmula requerida. – E.R.M. – Estava uma estampilha de 200 rs. Inutilizada na fórmula da lei. – <i>Antonio Eustachio Largacha</i>. – Sim. – Santos, 16 de junho de 1877. – <i>Besamat</i> – Antonio Moreira de Sampaio, escrivão vitalício de orphãos e ausentes n'esta cidade de Santos e seu termo, etc., etc. certifico que revendo os autos findos de inventario a que por este juízo se procedeu, no anno de 1854, por fallecimento de D. Emmerenciana da Purificação Nebias, dos mesmos desde (?). 33 até 34 v., consta o pagamento feito á herdeira D. Adelaide, e d'elle vê-se que a referida herdeira D. Adelaide teve bens de raiz sómente o seguinte: Haverá mais Ella mencionada herdeira, para este pagamento, metade da casa de sobrado que foi avaliada a (?). 14 d'estes autos de inventario por 8:000\$ da se-lhe a quantia de 4:000\$, com cuja quantia á margem se sahe (a casa é sita á rua Direita). Nada mais consta relativamente ao pedido na petição retro, e ao referido inventario me reporto e dou fé. Santos, 18 de julho de 1877. Eu Antonio Moreira de Sampaio, escrivão a escrevi e assigno. – <i>Antonio Moreira de Sampaio</i>. – Estava uma estampilha de 200 rs. devidamente inutilizada. Illm. Sr. Dr. juiz de orphãos. – O abaixo assignado requer que sirva-se mandar que o escrivão de orphãos, revendo o respectivo inventario, lhe passe por certidão o seguinte: Quaes os bens de raiz que tocaram ao supplicante como herdeiro de seu tio o tenente Antonio José de Souza Bueno, fallecido no anno de 1842. E por ser de direito, pede a V. S. que digne se deferir na fórmula requerida. E. R. M. Santos, 16 de julho de 1877. – <i>Antonio Eustachio Largacha</i>. – estava uma estampilha de 200rs devidamente inutilizada. Certifique. Santos, 16 de julho de 1877. – <i>Besamat</i>. – Antonio Moreira de Sampaio, escrivão vitalício de orphãos e ausentes n'esta cidade de Santos e seu termo, etc., etc.: Certifico que, revendo os autos do inventario a que por este juízo se procedeu no anno de 1842, por fallecimento do tenente Antonio José de Souza Bueno, dos mesmos consta que os bens de raiz que tocaram ai supplicante são os seguintes: Uma quarta parte de uma morada de casa térrea, sita á rua de Santo Antonio d'esta cidade, por 150\$000. Uma quarta parte de uma morada de casa de sobrado, sita á rua Direita d'esta cidade, por 800\$000. Uma quarta parte do sitio denominado Canavieiras, por 62\$500. O referido é verdade, e dou fé, reportando-me ao respectivo inventario, em meu cartório. Santos, 18 dfe julho de 1877. Eu Antonio Moreira de Sampaio, escrivão que o escrevi e assigno. – <i>Antonio Moreira de Sampaio</i>. – Estava uma estampilha de 200rs inutilizada na fórmula da lei. Illm Sr. Dr. juiz municipal. – O abaixo assignado requer a V. S. que sirva-se
--	---

	mandar que o escrivão respectivo, revendo o inventario feito, lhe passe por certidão o seguinte: Quaes os bens que lhe tocaram em partilha como herdeiro de sua finada mai D. Gertrudes Largacha, falecida no anno de 1857. E por ser de direito, pede a V. S. sirva-se deferir na fôrma requerida. E. R. M. Santos, 16 de julho de 1877. – <i>Antonio Eustachio Largacha</i>. – Estava uma estampilha de 200 rs inutilisada na fôrma da lei. – Sim. Santos, 16 de julho de 1877. – <i>Besamat</i>. – Antonio Luiz Ribeiro, escrivão do juízo municipal n'esta cidade de Santos, etc., etc.: Certifico, em virtude da petição e despacho retro, que revendo os autos a que se refere a mesma petição n'elles encontrei o seguinte: Pagamento ao herdeiro Antonio Eustachio Largacha: Haverá metade de uma morada de casa de sobrado de três portas á rua Antonina, avaliada por 8:000\$, a qual dividida em duas partes iguaes pelos dous herdeiros Antonio Eustachio Largacha e D. Salvador Vidal, toca a cada um 4:000\$. Haverá uma escrava crioula de nome Claudina, avaliada por 400\$. Haverá uma escrava crioula de nome Amelia, avaliada por 800\$. Haverá uma escrava crioula de nome Thereza, avaliada por 600\$. Haverá um escravo crioulo de nome Roberto, avaliado por 1:200\$. Haverá um escravo africano de nome Vicente, avaliado por 590\$ haverá um escravo africano de nome Antonio, avaliado por 150\$. Haverá para seu pagamento a importancia que o mesmo herdeiro é devedor á herança de 3:600\$. Haverá para seu pagamento 300 braças de terra no rio Bertioga, no lugar denominado Bomjardim, entre a Ponta Grossa e as Pedrinhas. Haverá mais para uçtimação d'este pagamento em dinehiro 1:035\$800. Esta conforme ao seu original, ao qual me reporto em meu poder e cartório, de que dou fé. Santos, 23 de julho de 1877. – Eu, Antonio Luiz Ribeiro, escrivão a subscrevi, conferi e assigno. – O escrivão Antonio Luiz Ribeiro – Conferido. – <i>Ribeiro</i>. Paga 200 rs de sello. – <i>Ribeiro</i>. Santos, 23 de julho de 1877. – <i>Ribeiro</i>. Estava uma estampilha de 200 rs devidamente inutilisada. Illm. Sr. administrador da mesa de rendas da província – O abaixo assignado requer a V. S. sirva se mandar que lhe seja certificado o seguinte: 1º Quantos prédios existem na rua de Martim Affonso. 2º Se estão todos collectados. 3º Quaes d'elles o foram em nome do major Antonio Eustachio Largacha. É como carece o supplicante do requerido para defesa de seu constituinte, que se acha detido na cadêa como responsável pelo roubo da alandega. Pede a V. S. que com urgência lhe mande dar a certidão pedida. E. R. M. santos, 7 de agosto de 1877. – O advogado, <i>José Emilio Ribeiro Campos</i>. Estava numa estampilha de 200 rs inutilisada na fôrma da lei. O Sr. escrivão passe a certidão requerida. Santos, 7 de agosto de 1877. – <i>F. Martins</i>. – Certifico que do livro de lançamento de imposto predial consta que foram collectadas 38 casas á rua de Martim Affonso n'esta cidade, numero total de casas n'essa rua, o que entre ellas foi collectado um armazém de uma porta, pertencente ao mahor Antonio Eustachio Largacha, no valor de 1:500\$, pagando o imposto correspondente de 1\$, e nenhuma outra casa ou prédio qualquer possui na referida rua o mesmo major Antonio Eustachio Largacha. Mesa das rendas em Santos, 7 de Agosto de 1877. – O escrivão, <i>Hugino José Botelho de Carvalho</i>. – Devidamente inutilisada estava uma estampilha de 200 rs. – D. 1\$, pagou. – <i>Martins</i>. Illm. Sr. presidente da camara municipal de Santos. – O abaixo assignado requer
--	---

		a V. S. que sirva-se determinar que o secretario lhe certifique em relatório o seguinte: 1º, se a rua do Consulado é ou não o antigo beco do Inferno; 2º, se o largo do Carmo, é ou não o antigo pátio da Cadêa Velha. E por carecer de certidão com urgência, pede a V. S. que se digne mandal-a passar. E. R. M. santos, 8 de agosto de 1877. – <i>Antonio Eustachio Largacha</i>. – Estava uma estampilha de 200 rs. inutilisada na forma da lei. – Como requer. Santos, 8 de agosto de 1877. – <i>Cockane</i>. presidente da camara municipal. – <i>José Proost de Souza</i>, vereador servinda de secretario da camara municipal desta cidade, verifiquei que pede o supplicante na petição retro, isto é, a nova denominação das referidas ruas. O referido é verdade do que dou fé. Santos, 9 de agosto de 1877. – <i>José Proost de Souza</i>, vereador secretario.” Advogado Ribeiro Campos.
1879		
26	2 de abril	Somos informados que ha alguns dias F. Paim, guarda-livros da fazenda Camorim, na freguezia de Jacarepaguá, ao passar pelo lugar denominado Curissica, foi assaltado por quatro individuos armados, aos quaes teve de entregar todo o dinheiro, relógio e objectos de valor que levava, para livrar-se dos assaltantes. Conta-nos que aquella fazenda pertence aos frades e acha-se arrendada a um particular, que não escrupulisa em ter como empregados individuos suspeitos, que são uma constante ameaça aos moradores da vizinhança. Accresce ainda que, nas proximidades d’aquelle lugar, existe um quilombo composto de escravos fugidos e desertores. Não ha muito tempo o Sr. padre Joaquim José de Valladares foi victima do roubo de 5:000\$, e o auctor do crime, que é conhecido, por alli tem apparecido sem se incommodado. O proprio subdelegado na noite de domingo ultimo foi aggreddido por dois salteadores, escapando á aggressão por se achar montado em um bom cavallo.
27	6 de agosto	João dos Santos Pinto No nosso ultimo artigo de 3 a 6 do corrente dissermos que esse miseravel, nojento e infante crapula Jose dos Santos Pinto tinha fugido da Covilha, onde cumprira sentença; vou, pois mostrar ao respeitavel publico como é que esse hediondo e lazareado cão aqui se acha. Em 1860 sahiu de Lisboa o navio Carolina, sendo commandante Manuel da Veiga Pegasso. Nas alturas de Cabo Verde um marinheiro fez queixa ao capitão Pegasso, que no porão do navio havia um homem escondido. Immediatamente o capitão mandou que o trouxessem á sua presença. Arrastado esse leproso – João dos Santos Pinto (que então dizia se chamar Antonio Saltaneiro, porém que era conhecido na calceta pelo (...ilegível)), e interrogado pelo capitão como é que elle achava-se no porão do navio, disse que o grumeto Pedro Saltaneiro, que era seu irmão, foi quem tinha o ?, e que elle tinha vindo para borda n’uma catraia que trazia carregamento para o navio Carolina. Perguntado pelo commandante porque é que elle assim procedia, disse que era para fugir do sorteio que tinha sido designado pelo (...ilegível); o capitão desconfiado mandou metter a ferros afim de entregal-o em S. Vicente ás auctoridades, mas Antonio Saltaneiro ou João dos Santos Pinto vendo-se perdido, confessou ao capitão que era ? que estava cumprindo sentença por crime de roubo, que já tinha cumprido quatro annos e faltavam dois, que o commandante o salvasse que elle promettia servir-o como um cão. O capitão, homem do mar de coração, teve compaixão d’esse infame disse-lhe que não o entregava á prisão, porém que elle havia de (...ilegível) marinheiro de bordo, e que a primeira que elle fizesse mandaria pôl-o a ferros, e que elle, capitão poria a ferros e elle proprio faria justiça. Chegava o navio

		Carolina ao Rio de Janeiro, conseguiu Antonio Saltaneiro ou João dos Santos Pinto, fugir do bordo, sendo acoutado por meu primo Joaquim das Neves Lima, para quem Saltaneiro trazia uma carta; contou-lhe todas as suas façanhas e disse que o seu crime era outro, mas que lhe tinha sido conveniente dizer, como acabo de expôr. Meu primo deu lhe casa, comida e arranjou-lhe um emprego na pedreira da Gloria/ no fim de um mez pagou esse miseravel João dos Santos Pinto (Então chamava-se João dos Santos Menezes) com a mais negra ingratidão os beneficios que por elle tinha feito, roubando a meu primo um milheiro com 42 libras e 288 em moedas portuguezas fugindo. Meu primo procurou, fez annuncios (Vide o Jornal do Commercio de outubro de 1863 não tenho presente o dia) e deu queixa á policia, << (e para provar o que vos digo ide á galeria das celebridades, que se acha na policia e lá encontrareis o retrato de João dos Santos Menezes ou João dos Santos Pinto) achavam-se na Estrella, trabalhando na fabrica de polvora; meu primo immediatamente para lá foi e não o encontrou mais, porém soube que elle tinha estado e que sahira por ter feito roubos a alguns de seus companheiros, levando um tiro de um d'elles, que podeis certiciar-vos, pois esse miserval ainda hoje tem as cicatrizes no quarto esquerdo; emfim, este já vai muito longo e não quero cançar aos meus leitores pois desejo que todos os meus artigos sejam lidos e por todos. No meu outro artigo motrar-vos-hei como foi que João dos Santos Pinto conseguiu arranjar uma preta fugida de um quilombo com a qual hoje vive na rua do Riachuelo. P.S – Depois d'este artigo feito li na Gazeta de hoje que João dos Santos Pinto pede ao publico que suspenda seu juizo que o que querem é desconcetual-o. Só rindo, e com boas gargalhadas; eu é que não me incomodo com isso, e continuarei a mostrar ao respeitável publico quem é esse hediondo bicho; tencioso, depois de terminar os meus artigos (com provas que levarei perante aos tribunaes) publical-os em folheto, se S. Ex. o Sr. Dr. Chefe de policia não nos livrar d'esse lazarento cão. S. Ex. se quer provas mande immediatamente, que este artigo ?, á cada de João dos Santos Pinto, rua do Riachuelo, dar uma minuciosa busca, e lá encontrará provas n'esse antigo e ovil, de quem é João dos Santos Pinto, (...ilegível) 47, g.30. ROMÃO JOSÉ DE LIMA. Rio, 5 de Agosto de 1879 (Continuaremos.)
28	5 de setembro	Foram despachados os requerimentos que se seguem: Pelo ministerio do imperio: José de Araujo Souza Medeiros. – Não ha que deferir. Josephina Joanna Adelaide Ribeiro. – Não ha que deferir por faltar á supplicante a idade legal. Pelo ministerio da justiça: Faustino Gonçalves Vieira pedindo pagamento da gratificação que lhe foi promettida pelos serviços prestados na extincção dos quilombos Bomba e S. Gabriel. – Requeira ao presidente da provincia do Rio de Janeiro. David Saxe Queirod propondo fornecer fardamento ao corpo da guarda urbana.- Indeferido. Pelo ministerio da agricultura: Andrade Filho & Almeida. – Mantenho o despacho de 28 de Agosto de 1878, e pelos mesmos fundamentos do anterior despacho, de 29 de Outubro de 1876. B.L. Garnier, pedindo pagamento de 27\$ do fornecimento de livros feitos á directoria do commercio da secretaria da agricultura. – Selle os documentos. Engenheiro João Crockatt de Sá Pereira de Castro, pedindo pagamento da differença de vencimento do engenheiro de 1º classe e chefe da secção da estrada de ferro de Paulo Affonso, que interinamente serviu do 1º de Agosto do anno proximo passado a 11 de Janeiro ultimo. – Indeferido. Pela presidencia da provincia do Rio de Janeiro:

		D. Anna Laurentina da Conceição Monteiro, pedindo para continuar a ser subvencionada a escola que rege no Arraial Grande. 2º districto da freguezia do Porto das Caixas, em Itaborahy. – Indeferido. Carlos Augusto de Oliveira Bastos, pedindo pagamento de diversos bilhetes de loteria- Pague-se. D. Carolina Fraga de Paula Machado, professora do Becco, em Campos, pedindo ser considerada vitalicia, - Esperado. Carregal & Bastos, pedindo que seja admittida a despacho na mesa provincial, a guia de café n. 21 procedente da recebedoria da cidade de Victoria. – Indererido, á vista das informações. Francisco José Dutra, professor da escola da freguezia de Itaypú, em Nictheroy, pedindo a gratificação extraordinária de 200\$ annuaes, por contar mais de 20 annos de exercicio. – Sim. Joaquim José de Mendes Pereira, professor da escola da cidade de S. Fidelis, pedindo ser considerado vitalicio.- Esperado. José Caetano dos Santos, pedindo entrega dos documentos instructivos do requerimento em que solicitou ser nomeado tabellião de Itaguahy. – Requeira do ministeria da justiça. Manuel Claudino de Oliveira, alferes hononario do exercito, pedindo para assentar praça no corpo, policial, conservando e fazendo o serviço da sua graduação. – Apresente-se á inspecção. Manuel Gomes da Silva, morador na villa de Mangaratiba, reclamando contra o arbitramento feito pela respectiva camara do imposto de uma casa de negocio que tem, no lugar denominado Praia de S. Braz,- Deferido. Manuel José do Valle, professor da escola da villa de Itaborahy, pedindo certidão da deliberação que o elevou á 3º classe, e bem assim quantos annos de magisterio contava quando foi jubilado.- Ao Sr. Dr. Secretario para providenciar. D. Manuela Angelina de Saldanha Faria, professora da escola de Itaóca na freguezia de S. Gonçalo em Nictheroy, pedindo ser considerada vitalicia. – Esperada. D. Maria da Piedade Ferrão Durão, professora da escola de Itahy, na freguezia da Aldèa de S. Pedro em Cabo frio, fazendo igual pedido. – Como requer. Vasconcellos & Filhos, recorrendo do arbitramento feito pela camara municipal de Mangaratiba á sua casa do negocio sita na Ingahyba – Deferido. D. Zalina Rosa da Silva, professora da escola do Pinhão em Itaborahy, pedindo ser considerada vitalicia. – Esperada.
29	14 de setembro	SESSÃO EM 13 DE SETEMBRO DE 1879 Presidencia do Sr. Dr. A. Bezerra de Menezes. – Secretario o Sr. Francisco augusto Pinto Peixoto. A meia hora depois do meio dia, prsentes o Srs. Drs. Bezerra de Menezes, Gervasio Mancebo, Teixeira Alves, Alvarenga Cunha, Ferreira Nobre, Evaristo da Veiga e Francisco Soares, abra-se a sessão. O Sr. presidente declara que, tenho sido, a ultima sessao excessivamente extensa, não foi possivel promptificar-se a respectiva acta para ser lida na presente. ORDEM DO DIA 1º parte.- Leitura de portarias e expediente. 2º parte- Pareceres de comissoes e propostas dos Srs. Vereadores. (...) Requerimentos: De Francisco Rossi, empreteiro dos trabalhos de aterro da rua D. Anna Nery, no Engenho Novo, pedindo serem-lhe adjudicadas as novas obras para a mesma rua resolvidas poteriormente, e no caso de não lhe ser deferida favoravelmente esta sua petição, quer permissao para abrir mao do contracto que ainda nao assignou; dignando-se a camara determinar que lhe seja restituída a quantia que depositou

		para garantia de sua proposta. – Ao Sr. Dr. Evaristo da Veiga, e em os mais papeis, com urgencia. De Joao Pereira de Lemos, pedindo que camara mande remover um boeiro que existe defronte de seus terreos á rua do Aqueduto n. 2 – A' directoria de obras a commissão respectiva. Do depositario publico, pedindo uma providencia contra a medida, que qualifica de illegal, apresentada pelo Sr. vereador Soares, na sessão de 3 do corrente, que prohiibe a remessa de vehiculos pata o deposito respectivo. – Ao Sr. vereador Soares, com os amis papeis relativos. De Antonio José de Souza Gomes, declarando que possuindo na ilha do Governador, no logar denominado Quilombo, uma fabrica de cal, é ignorando, visto achar-se a mesma situada além da decima urbana, se está ella sujeita a licença, por isso pode ser informado a respeito. – Tira a licença. (...)
30	7 de dezembro	Porto das Caixas ISACARIOTES (só) Eis-me outra vez em scena. Agora, sim, senhor, comquanto seja proscripto das regiões SALEMATICAS já que ?quidei cobre grosso que serviu para fazer dois termos, jogar e beber, a pontos de levar um tombo na porta do João. Que bem me importa com os que d'isso me encarregaram; a culpa foi d'esses que não me correram a pontapés. Impinjo pêtas de toda a sorte: Já disse que fiquei sem a BEBÊ, porque quiz; que quasi quebrei a cara do myope por causa do idiota (filho do patrão). É tudo mais assim. Sei que sou um papa-jantares, parasita e reptil nojento, mas o que querem? Calumniei em defesa dos benets, dizendo que não devem. Porém, aqui para nós, o meu ainda pertence ao cobre referido, e o do collega que mora no palacete para illudir a praça e mais tarde pregar o callo, ha de cheirar a molho. A luz electrica offusca-me, porque repelle os saltimbancos... e estas roscas duras de roer-se não queiram pegar no OBAR porque até o influente do planeta Leo está extumado. Sou finalmente um alho, e para finalizar ahi vai: COUPLETS Isto aqui não é quilombo, Nem Fernando de Noronha P'ra ser pasto de labregos Que têm perdido a vergonha. Na Gazeta nada pago, O dinheiro é liquidado, Como sou burro, recorro A o louco memoriado. Caixa de pinho e bolacha Vai defendendo os bonets, Vendo as arvores das patacas E arrancando o chulé. Já jui ponto, fui mendigo, Todos d'aqui sabem onde; Fui biographado ha dias E meu pai nunca foi conde! Tablcau.
31	14 de	PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO A presidencia sancconou:

	dezembro	O decreto 2.017 aprovando a despesa de 6:000\$ para a construção de uma ponte ligando a villa de Saquarema ao Jardim. O decreto 2.018 aprovando a despesa de 12:000\$ para os reparos precisos para reabrir ao transito publico as estradas que se dirigem do Quilombo até Cambotas. O decreto 2.019, concedendo seis meses de licença a Agostinho Maximo de Souza Barradas e Julio Frederico Conlor, 2º official e amanuense da administração provincial. O decreto 2.410 mandando desprender 40:000\$ afim de melhorar a estrada que da villa de Nova Friburgo vai á séde da freguezia do Sumidouro. O decreto 2.411 mandando deduzir da verba Obras Publicas 50:000\$ para auxiliar a conclusão da casa de caridade em construcção na cidade da Parahyba do Sul. O decreto 2.412 mandando deduzir da verda 30:000\$ para construcção de uma ponte sobre o rio Muriahé no arrial da freguezia de Nossa Senhora da Piedade da Lage, municipio de S. Fidelis. Sanccionou tambem o decreto 2.413 auctorisando a camara municipal da Barra-Mansa a contrahir um emprestimo de 30:000\$, a juro nunca maior de 9%, que será pago, como a amortisação, pelos saldos da receita da mesma camara. Foram despachados os seguintes requerimentos: Antonio Dias Paes Leme e outros fazendeiros, proprietario da fazenda e Sant'Anna, no municipio de Vassouras, pedindo permissão para atravessar com diversos pontos a estrada de rodagem de Belém ao Paty do alferes, com uma via ferrea, que construiram para uso de seu estabelecimento. – Deferido, nos termos das informações da directoria das obras publicas. Francisco Corrêa de Castro, porteiro da directoria da fazenda, pedindo a execução do decreto n. 2.377, que auctorisou a presidencia, com todos os vencimentos. – Como requer. Ernesto Emilio de Souza e Mello. Escrivão da collectoria de Capivary, pedindo ser removido para a de Araruama. – Como requer. Joaquim Ferreira dos Santos, escrivão da collcetoria de Araruama, pedindo sua aposentadoria – A vista do resultado da inspecção, não tem logar o que requer. Telasco Augusto Xavier, agente da estação de 2º classe da estrada de ferro de Cantagallo, pedindo mais de 60 dias de prazo para ultimar a sua fiança. – Concedo. José Maria Teixeira de Azevedo pedindo que se lhe passem duas certidões da nomeação da professora publica, D. Rufina Rodrigues de Brito Coutinho ou D. Rufina Coutinho. – Passe-se a certidão da nomeação.
1880		
32	09 de janeiro	Consta que em uma estalagem por cima de uma serraria a vapor, entrada pela praia, existe um quilombo de vagabundos, na rua de Santa Luzia, perto da Ajuda. Será bom pedir providencias. <i>Moralidades</i>
33	03 de março	Informam-nos que há em Iguassú um temivel quilombo denominado Bomba, onde se acoutam talvez 40 escravos fugidos que são protegidos por uns libertos, moradores na ilhota do Rio Sapucahy. Esses quilombolas trazem em completo desassocego e terror os moradores da visinhança, pois que em quadrilha organizada atacam frequentemente as fazendolas e situações dos arredores, saqueiam as pequenas propriedades e roubam tudo o que lhes fica mais á mão e lhes é facil de conduzir, dispondo para essas operações e guerrilhas de uma especie de esquadra composta de tres barcas, de nomes <i>Joaquim Pindora, Daniel e João Vicente</i>. De tal modo se tem constituido em potencia e dispõem de tanta força e recursos, que há tempos attacados por uma escolta composta por soldados de policia, os quilombolas a repelliram com vantagem, ficando e continuando senhores do

		terreno, e espalhando o terror e o panico pela visinhança. Relatando estes factos, que nos foram communicados por pessoa fidedigna, é intento nosso chamar para o caso a attenção de S. Ex. o Sr. Chefe de policia, pedindo-lhe que dê as providencias precisas, afim de que a tranquillidade e a paz sejam restituídas aos moradores d'aqueles logares, por esse modo presas d'aquella horda de barbaros.
34	19 de março	Informam-nos de que no quilombo do Bomba, estabelecido em terras da freguezia de Santo Antonio da Jacotinga, entre os rios Sarapuy e Iguassú, em dias da semana passada teve logar um horrendo sacrificio de um suhdito rebelde. O preto de nome Matheus, conhecido no quilombo por Antonio Macahé, foi morto por ordem do chefe e depois feito em pequenos pedaços. Um outro parceiro d'este infeliz, que tambem havia-se revoltado e que foi condemnado ao mesmo genero de morte, conseguiu fugir do acampamento. Sendo, porém, perseguido atirou-se ao Rio Sarapuy onde pereceu afogado. Acrescenta o nosso informante que, depois d'estas scenas, alguns moradores do quilombo, em numero de quarenta e tantos, embarcaram em oito canôas e transportaram-se para um outro acampamento que existe à margem do Rio Iguapy. Os moradores d'aquellas immediações pedem-nos para somente denunciar isto, por quanto já perderam todas as esperanças de que a nossa policia intente qualquer diligencia.
35	04 de junho	QUILOMBO DO CAMBOIM Constando ao Sr. Dr. Moniz Barreto, chefe de policia, que na freguezia de Jacarepaguá, alguns escravos fugidos, aproveitando-se do abandono em que se acha a fazenda denominada Camboim, alli haviam formado um quilombo que ia progressivamente, augmentando com desertores e criminosos, deliberou tomar as necessarias providencias para impedir a continuação de tão perigoso nucleo. Para esse fim o Sr. Dr. Felix da Costa, 3º delegado acompanhado por uma força de 30 praças do corpo militar de policia, sob o commando do alferes Vieira, seguiu, ás 8 ½ horas da noite de 1 do corrente, no trem da estrada de ferro, e desembarcou na estação do Tanque, onde o Sr. Cosme dos Reis, subdelegado da mesma freguezia, o esperava com alguns cidadãos, para auxiliarem a diligencia. Apesar da abundante chuva torrencial que cahiu durante essa noite, seguiu a diligencia para a referida fazenda da qual se aproximou perto das tres horas da madrugada. Alli chegada dividiu-se a força, seguindo uma parte com o subdelegado para cercar a casa de vivenda da fazenda e uma outra com o Dr. Delegado para as senzalas, onde constava que deveriam existir maior numero de quilombolas. Em grande distancia e na baixada de uma serra existiam as senzalas, e, para alli chegar o Sr. Dr. Felix e os que o acompanhavam, teve de atravessar picadas cercadas de espessas capoeiras de guaxima e por tremedaes que atolavam até aos joelhos, além da copiosa chuva torrencial que cahia sem cessar, e da completa escuridão. Ao chegar a diligencia ás senzalas reconheceu-se que os quilombolas tinham sido prevenidos de sua aproximação, por isso que acabavam de abandonar precipitadamente os casebres que habitavam, onde deixaram varios objectos, entre os quaes, roupas, chapéus e dinheiro, encontrando-se ainda fogo no centro dessa habitações. A força que seguiu com o subdelegado para cercar a casa de vivenda, ao chegar ás proximidades desta, foi presentida pelos quilombolas, que a receberam com animada fuzilaria, cujas descargas nenhum damno causaram, talvez porque a carga era de chumbo de caça. Depois de terem resistido por algum tempo os quilombolas, a força deu alguns

		tiros, e então elles, auxiliados pela escuridão da noite e conhecedores do terreno, conseguiram por-se em fuga, conseguindo-se apenas prender um preto. Ao amanhecer do dia seguinte deu-se rigorosa busca na casa, mas nada se encontrou. Em seguida mandou o Dr. Delegado fazer uma batida no matto próximo, e a 50 braças mais ou menos do logar em que houvera o tiroteio foi encontrado o cadaver de um preto, que apresentava dois ferimentos de balas, um no rosto e outro nos órgãos genitais. Esse preto, por informações obtidas pela auctoridade, consta que chamava-se Antonio, que era escravo de um individuo morador na rua do Ouvidor, que há 15 annos se achava fugido e que era o chefe do quilombo. O cadaver foi transportado para a freguezia para se fazer o corpo de delicto e ser dado á sepultura. Ante-hontem ás 9 ½ horas da noite regressou o Sr. Dr. Felix com a força que o acompanhou. Acredita-se que os quilombolas, cujo numero era de vinte e tantos, tiveram aviso de haver chegado da cidade a força, por algum dos moradores d'aquellas immediações, com muitos dos quaes entretinham relações e os dominavam por meio do terror.
36	24 de julho	A <i>Tribuna</i>, de S. Carlos do Pinhal, refere o seguinte: “Segundo dizem, no bairro do Quilombo, d'este municipio, em dias d'este mez, Manuel Vital duvidou com Moysés de tal. Este feriu aquelle com duas facadas e um tiro, resultando-lhe a morte immediatamente. O filho de Manuel Vital vem, desfecha um tiro no assassino de seu pai e recebe igualmente um tiro, falecendo ambos em consequencia dos ferimentos. A policia teve de proceder ao auto de corpo de delicto nos tres, e trata de averiguar o facto. Os assassinados eram homens dedicados ao trabalho, sendo o primeiro, chefe de numerosa familia.”
37	29 de julho	S. Fidelis MONTE VERDE Vaga pelas ruas e estradas d'aquella freguezia um individuo cor das trevas, que faz cousas que parece o diabo, pois que, segundo dizem, o diabo é negro. O tal preto velho traz a freguezia do Monte Verde em uma anguzada de intrigas. Elle quer saber de todos os negocios, de tudo elle sabe, é um filante de quatro costados, anda de casa em casa, almoça aqui e vai jantar acolá; se se trata de algum casamento, eis o tal negro fazendo cortejos ao noivo, tecendo-lhe elogios na presença para ver se fila alguma cousa. Achavamos bom que o povo d'aquella freguezia enxotasse aquelle parasita de suas reuniões, afim de que possa reinar a harmonia do visinho para com o visinho e dos patrões para com os empregados. Se fossemos a relatar as discordias que o tal negro tem plantado n'aquella freguezia, seria um nunca acabar!... Pede-se, portanto, ao Sr. Tenente-coronel J.A.P. Que, pelo amor de Deus, para a sua tranquillidade e de mais alguém, expilla aquella praga, que tanto tem prejudicado a sociedade monte-verdense. <i>O quilombo.</i>
38	30 de setembro	Noticiam nas folhas de Campinas que no bairro do Quilombo, entre as estações de Rebouças e Santa Barbara, logar pertencente ao districto d'aquella cidade, foi assassinado a golpes de fouce, por um individuo conhecido pelo nome de João do Telheiro, o mineiro Antonio Francisco Carlos do Nascimento, trabalhador de roça, empregado do lavrador Luiz de França. Consta que, entre a victima e o assassino, havia inimizade antiga, e que aggravou os animos uma discussão havida entre elles, em um michiron; no dia 25 em casa

		de João Barreto. O criminoso evadiu-se.
1881		
39	15 de janeiro	Notícia o <i>Pouso Alegre</i>, de Minas: “Fomos informados, por pessoa fidedigna, que na matta que se atravessa d'esta cidade para a freguezia do Congonhal, entre a casa de Jesuino dos Reis e a fazenda de José Coutinho, está se formando um quilombo de escravos fugidos, os quaes estão atacando os passageiros. Tanta assim que ha poucos dias a audacia de um d'esses escravos o levou ao ponto de assaltar na estrada de Francisco de tal, disparando contra elle um tiro de garucha, podendo felizmente a viticma escapar das garras d'esse malvado, depois de uma lucta travada entre ambos, e na qual fugira o mesmo escravo, esbordado.”
40	30 de março	DIVISÃO ELEITORAL Os círculos eleitoraes da província de Minas Geraes, approvados hontem pela commissão encarregada da divisão de districtos eleitoraes, são os seguintes: (...) 7º districto. – Barbacena (séde) com os municípios de Barbacena. Turvo e Piranga, comprehendendo as freguezias de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena, Barroso, Nossa Senhora da Conceição da Ibitipoca, Nossa Senhora das Dôres do Rio do Peixe, Santa Rita da Ibitipoca. Quilombo, S. Miguel e Almas de João Gomes, Nossa Senhora dos Remedios, Nossa Senhora do Desterro do Mello, Nossa Senhora da Conceição do Porto do Turvo, Senhor Bom Jesus do Bom Jardim. S. Vicente Ferrer, Nossa Senhora da Conceição de Carrancas, Nossa Senhora da Conceição do Piranga, Santo Antonio do Calambão. Nossa Senhora da Oliveira. Nossa Senhora da Conceição do Turvo, S. Caetano de Chopoto, Nossa Senhora da Piedade da Boa Esperança, Sant'Anna da Barra do Bacalhau, S. José do Chopotó, Nossa Senhora da Saude de Pinheiro, Nossa Senhora do Porto Seguro e Santo Antonio do Bacalhau. (População 99,232). (...)
41	30 de abril	Macacos PARA S. Ex. O SR. DR. CHEFE DE POLICIA DA PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO LER E PROVIDENCIAR N'este logarejo, povoado de pouca civilisação dão-se sempre casos dignos de censura, como vamos narrar: No logar do Quilombo há annos falleceu á beira da estrada uma mulher que ahi foi sepultada; como é de estylo collocaram uma cruz que tornou-se milagrosa, onde os devotos iam rezar por promessas ou milagres da dita cruz. Mais tarde uma mulher pobre, tambem fez uma promessa de ahi uma casinha e beneficiar o logar, o que conseguiu com sacrificio e esmolos; obteve do proprietario de logar commendador João Paulino de Azevedo e Castro, consentimento para fazer a dita casinha e ficou essa mulher conhecida como protectora da cruz e prestava-se a qualquer devoto que hia cumprir as suas promessas, e todos os annos havia ahi uma festa, que constava de uma ladainha e procissão, havendo sempre a melhor ordem, porque as auctoridades policiavam e nunca houve ahi a minima alteração na ordem publica. A nal(?) vendo alguém, que não é Careca, que d'ahi podia tirar um resultado pecuniario e de parceria com um tal Medina (que pelo nome não ?erca) entenderam de haver da mulher a chave da casinha, para assim se apossaram d'esta, o que não conseguiram porque a mulher tinha grande popularidade e

		insistiu em não entregar a chave; vendo essas aves de rapina que nada conseguiam, que já então estava o negocio tomando um caracter sério, recorreram ao subdelegado, Manuel Ignacio Cardoso, contando com a protecção de S. S.; esta auctoridade, fazendo os seus competentes inqueritos, veio ao conhecimento que esse negocio era o lucro além da immoralidade, ordenou a mulher que retirasse d'alli os seus parentes, assim como outros que tinham dadivas ou promessas; tudo se acabou na melhor ordem. Mais tarde passou a jurisdição de subdelegado ao Sr. Antonio Caetano de Andrade e então reviveu o negocio da cruz. Careca e Companhia, contando com a franqueza intellectual do Sr. Subdelegado, conseguiram que S. S. ahi viesse, onde se demorou tres dias com o seu competente escrivão, para reedificar o edificio que seu antecessor tinha condemnado por immoral, intimando a protectora da cruz a entregar os objectos que lhe pertenciam e que retirava por ordem do subdelegado Cardoso, sob pena de prisão, assim como a outras pessoas que ahi tinham objectos, as quaes negaram-se a entregar e estão ameaçadas de serem processadas por desobediencia. Estão as cousas neste pé, e no dia 3 de maio deve haver a festa e neste dia espera-se um conflicto, aonde podem haver mortes, porque os animos estão exacerbados e divididos em dois partidos., tudo devido a leviandade do Sr. Subdelegado que, devedendo respeitar os actos de seu collega, é o primeiro a desmoralisa-lo, para satisfazer caprichos de outros e esses outros tão pequeninos que é vergonhoso mencionar seus nomes. Por isso chamo a attenção de S. Ex. O Sr. Dr. Chefe de policia para providenciar e responsabilisar a auctoridade que serve-se do logar que occupa para vir com o facho destruidor fazer reviver o incendio extincto.
42	19 de julho	100\$000 DE GRATIFICAÇÃO Fugiu, no dia 10 do corrente, da fazenda do Quilombo, no municipio de Guaratingueta, o escravo João, pertencente a D. Joaquina Maria Nogueira da Gama, com os signaes seguintes: altura regular, cheio de corpo, bem preto, cara redonda, sem barba, bons dentes, usa cabellos crescidos e penteados; tem de 20 a 25 annos, é natural do Ceara, tendo a falla semelhante a dos cearenses, gratifica-se com a quantia acima a quem o prender e entregar, na corte a Baptista Belfort & C., ou, em Guaratinguetá, a João Baptista de Andrade.
43	20 de julho	100\$000 DE GRATIFICAÇÃO Fugiu, no dia 10 do corrente, da fazenda do Quilombo, no municipio de Guaratingueta, o escravo João, pertencente a D. Joaquina Maria Nogueira da Gama, com os signaes seguintes: altura regular, cheio de corpo, bem preto, cara redonda, sem barba, bons dentes, usa cabellos crescidos e penteados; tem de 20 a 25 annos, é natural do Ceara, tendo a falla semelhante a dos cearenses, gratifica-se com a quantia acima a quem o prender e entregar, na corte a Baptista Belfort & C., ou, em Guaratinguetá, a João Baptista de Andrade.
44	21 de julho	100\$000 DE GRATIFICAÇÃO Fugiu, no dia 10 do corrente, da fazenda do Quilombo, no municipio de Guaratingueta, o escravo João, pertencente a D. Joaquina Maria Nogueira da Gama, com os signaes seguintes: altura regular, cheio de corpo, bem preto, cara redonda, sem barba, bons dentes, usa cabellos crescidos e penteados; tem de 20 a 25 annos, é natural do Ceara, tendo a falla semelhante a dos cearenses, gratifica-se com a quantia acima a quem o prender e entregar, na corte a Baptista Belfort & C., ou, em Guaratinguetá, a João Baptista de Andrade.
45	22 de julho	100\$000 DE GRATIFICAÇÃO Fugiu, no dia 10 do corrente, da fazenda do Quilombo, no municipio de Guaratingueta, o escravo João, pertencente a D. Joaquina Maria Nogueira da

		Gama, com os signaes seguintes: altura regular, cheio de corpo, bem preto, cara redonda, sem barba, bons dentes, usa cabellos crescidos e penteados; tem de 20 a 25 annos, é natural do Ceara, tendo a falla semelhante a dos cearenses, gratifica-se com a quantia acima a quem o prender e entregar, na corte a Baptista Belfort & C., ou, em Guaratinguetá, a João Baptista de Andrade.
46	31 de julho	100\$ DE GRATIFICAÇÃO Fugiu, no dia 10 do corrente, da fazenda do Quilombo, no municipio de Guaratingueta, o escravo João, pertencente a D. Joaquina Maria Nogueira da Gama, com os signaes seguintes: altura regular, cheio de corpo, bem preto, cara redonda, sem barba, bons dentes, usa cabellos crescidos e penteados; tem de 20 a 25 annos, é natural do Ceara, tendo a falla semelhante a dos cearenses, gratifica-se com a quantia acima a quem o prender e entregar, na corte a Baptista Belfort & C., ou, em Guaratinguetá, a João Baptista de Andrade. Guaratinguetá, 10 de julho de 1881.
47	01 de agosto	100\$ DE GRATIFICAÇÃO Fugiu, no dia 10 do corrente, da fazenda do Quilombo, no municipio de Guaratingueta, o escravo João, pertencente a D. Joaquina Maria Nogueira da Gama, com os signaes seguintes: altura regular, cheio de corpo, bem preto, cara redonda, sem barba, bons dentes, usa cabellos crescidos e penteados; tem de 20 a 25 annos, é natural do Ceara, tendo a falla semelhante a dos cearenses, gratifica-se com a quantia acima a quem o prender e entregar, na corte a Baptista Belfort & C., ou, em Guaratinguetá, a João Baptista de Andrade. Guaratinguetá, 10 de julho de 1881.
48	02 de agosto	100\$ DE GRATIFICAÇÃO Fugiu, no dia 10 do corrente, da fazenda do Quilombo, no municipio de Guaratingueta, o escravo João, pertencente a D. Joaquina Maria Nogueira da Gama, com os signaes seguintes: altura regular, cheio de corpo, bem preto, cara redonda, sem barba, bons dentes, usa cabellos crescidos e penteados; tem de 20 a 25 annos, é natural do Ceara, tendo a falla semelhante a dos cearenses, gratifica-se com a quantia acima a quem o prender e entregar, na corte a Baptista Belfort & C., ou, em Guaratinguetá, a João Baptista de Andrade. Guaratinguetá, 10 de julho de 1881.
49	8 de novembro	MINAS GERAES Lê-se no Leopoldinense: << Nas immediações da freguezia da Piedade acaba de ser praticado um crime que prova com bastante clareza quanto é perigoso facilitar-se com escravos fugidos, quando homisiados em quilombos. Eis ahi o que se deu na noite do 1° do corrente em um rancho da lavoura do Sr. José Beraldo de Andrade Chaves apenas alguns kilometros distantes d'esta cidade. Achava-se n'esse logar asylado o preto Joaquim Capichaba, maior de 30 annos, que supõe-se pertencer ao Sr. Joaquim Gonçalves Castro, fazendeiro da Piedade. Por volta de Ave Maria, passando ahi um famulo do Sr. Beraldo, a toda pressa veio dar parte de tal encontro ao Sr. Justino Marques de Oliveira. Apezar de toda cantela, um grupo de pessoas capitaneadas por Antonio Justino Marques de Oliveira (filho de Justino), não conseguiu chegar ao rancho sem ser presentido pela matreiro quilombola. Acossado pelo intrepido mancebo. Joaquim Capichaba com uma fouce afiada quasi o matou, desfechando-lhe tremendo golpe. Sitiado e sem meios para a fuga, Antonio Justino engatilhou a garrucha e atirou sobre o feroz Capichaba, que cahiu instantaneamente morto no meio do rancho.

		O subdelegado de policia fez auto de corpo de delicto. São ainda do mesmo jornal as seguintes noticias: << Na fazenda denominada Alto Alegre, propriedade do Sr. João Izidoro Gonçalves Netto, deu-se domingo ultimo uma scena de sangue, que só as travessuras de uma criança poderiam ser della causadora. Acursio, crioulo, de 10 annos com o estouvamento proprio d'essa cidade, apanhou casualmente um revolver e com elle começara a brincar; d'esse entretenimento resultou o estampido de um tiro, cujo projectil, vazando o olho esquerdo da victima, ficou achatado na região occipital. Prestou os primeiros socorros ao enfermo o distincto medico Dr. Carvalho de Rezende. - Escrevem de S. Sebastião: <<Continúa o desrespeito ás leis e ás auctoridades. Lavra por toda parte a anarchia. Ainda ha poucos dias um estrangeiro, acompanhado por ebrios e vagabundos, foi ao eito de uma roçada, e amarrou os braços do pacifico lavrador F. Barnabé, e a toque de caixa levou o prisioneiro para o centro do povoado!
50	13 de novembro	MINAS GERAES ELEIÇÃO SENATORIAL Município de S. Paulo de Muriahé: <i>Freguezia de S. Paulo de Muriahé</i> – Canedo 73, Bretas 56, J. Penido 34, Martinho Campos 24, conde de Prados 20, Lima Duarte 19, barão de S. João Nepomuceno 19, Gama Cerqueira 19, bispo do Pará 10, J. Calmon 9, Evaristo Veiga 6 e Ignacio Martins 3. <i>Freguezia da Canhoeira Alegre.</i> – Canedo 38, Bretas 32, Penido 30, Lima Duarte 4, Ignacio Martins 4, Gama Cerqueira 3, J. Calmon 1, barão de S. João Nepomuceno 4, Bretas 20, J. Penido 18, Gama Cerqueira 3, Versiani 1 e coronel Bemvindo de Brito 1. <i>Freguezia de S. Sebastião da Mata.</i> – j. Penido 29, Canêdo 21, Cesario Alvim 14, Gama Cerqueira 19, Lima Duarte 8, Martinho Campos 5, Barão de S. João Nepomuceno 4, Bretas 3, J Calmon 2, Conde de Prados 2, bispo do Pará 2, Ignacio Martins 1 e Evaristo da Veiga 1. <i>Freguezia do Patrocinio do Muriahé.</i> – Barão de S. João Nepomuceno 10, Cannedo 7, Martinho Campos 2, Bretas 2, Penido 2 e bispo do Pará 2. <i>Freguezia do Descoberto.</i> – J. Penido 16, Bretas 16, Evaristo Veiga 16, barão de S. João Nepomuceno 15, Ignacio Martins 13, Lima Duarte 12, conde de Prados 2, bispo do Pará 2 e Martinho Campos 1. <i>Freguezia de Chapéu d'Uras.</i> – Loma Duarte, 17: Marcelino Tostes. 14; Martinho Campos, 13; barão de S. João Nepomuceno 7 e Dr. Calmon 5. Resultado conhecido, inclusive a votação das freguezias de Quilombo, Rio do Peixe, Santa Rita de Ibitipoca e Mello do Desterro: - Lima Duarte, 1527; Martinho Campos, 1301; barão de S. Nepomuceno, 892.
1882		
51	16 de fevereiro	DIARIO DAS CAMARAS Na sessão de hontem, da camara dos deputados, o Sr. Vieira de Andrade pediu ao Sr. presidente que fizesse distribuir na casa o projecto do Codigo Civil, apresentado pelo Sr. dr. Felicio dos Santos.

	Os Srs. barão de Canindé, Soares e Cruz obtiveram urgência para apresentar requerimentos sobre a estrada de ferro de Baturité, companhia de Carris Urbanos e negócios do Pará. Passando-se á ordem do dia foi aprovado, em uma só discussão, s requerimento do Sr. Ignacio Martins, o projecto n.2 d'este anno, que approva a pensão concedida so soldado Antonio José da Costa. Foram igualmente aprovados, em um só discussão, os projectos ns. 3, 4 e 5, concedendo igual favor aos soldados Jacintho Pereira Pinto e Antonio José de Senna, e elevando a pensão do tenente honorário Manuel Antonio da Silva. Foi aprovado em 3ª discussão o projecto que eleva a pensão da vivuva Pinheiro Guimarães, orando contra o Sr. Carvalho Rezende e a favor o Sr. Duque-Estrada. Foi submettido á 3ª discussão o projecto n.10, de 1882, concedendo um anno de licença com vencimentos ao Dr. Antonio Herculano de Souza Pandeira Filho, com duas emendas, concedendo igual favor aos juizes de direito de Alcantara e Corumbá. Oraram a favor os Srs. Gonçalves Ferreira, Gomes de Castro, Cantão, Duque-Estrada e Matta Machado e contra os Srs. Candido de Oliveira, Ignacio Martins e J. Penido. O Sr. Ildefonso de Araujo, na qualidade de membro da commissão que formulou o projecto de licença, seu algumas explicações sobre a matéria. Encerrada a discussão foi aprovado o projecto n.11, jubilando o conselheiro Elias José Pedrosa e ficou adiada a votação. Esgotada a matéria da ordem do dia, a camara occupou-se com as urgências. O Sr. BARÃO DE CANINDÉ diz que a hora está adiantada e, portanto, dirá poucas palavras, para justificar o projecto que vai apresentar. Está no espírito publico a necessidade palpitante e urgente que há de remediar-se as seccas que periodicamente soffre o Ceará. Os únicos meios até hoje apontados são os açudes e as estradas de ferro, communicando a capital e centro. Entre essas estradas há a de Baturité cuja renda liquida, embora pequena, permite desde já um começo do seu prolongamento. Quando se tratar da discussão d'esse projecto o orador manifestará os poderosos argumentos que tem em favor de suas idéias. Conclue mandando á mesa o seguinte requerimento, que é lido, julgado objecto de deliberação e enviado á respectiva commissão para dar parecer. << A assembléa geral resolve: Art. 1º Fica o governo auctorizado a mandar desde já proceder na estrada de ferro de Baturité a Cariry aos estudos preliminares e construcção da secção comprehendida entre Baturité e Quixeramobim. Art. 2º As despesas que se fizerem com os referidos estudos e construcção se effectuarão com a renda liquida da mesma estrada, já construída. Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario. (Assignados). – Barão de Canindé, - Ratisbona. – Thomaz Pompeu. – RodriguesJunior. – Antonio Pinto. – José Pompeu. – Metton. – Escragnollo Taunay. – Ignacio Martins. – Araujo Pinho. – Henrique Marques. – Olympio Valladão. – Tertuliano Henriques. – Manuel Carlos. – Montandon. – Candido de
--	--

	Oliveira. – João Caetano. – Carneiro da Sinha. – Soares. – Barão de Anadia. – Coelho e Campos. – Barão de Araçagy. – Cantão. – Zama. – Adriano Pimentel. – Manuel Peretti. – Silvino Brandão. – Martim Francisco Filho. – Souza Deão. – Guilherme Cruz. – Alcoforado Junior. – Gonçalves Ferreira. – Cruz Gouvêa. – Rodrigues Lima. – Preira Cabral. – Geminiano Brazil. >> O Sr. Soares manda á mesa um requerimento pedindo ao governo explicações sobre os motivos pelos quaes a Companhia de Carris Urbanos não tem até hoje observado o dee. N. 707 de 24 de agosto de 1878, cuja 5ª condição manda que aquella companhia, dentro do praso de três mezes, levante seus trilhos na rua de Theophilo Ottoni e Visconde de Inhauma e restabeleça o trafego nas de S. Pedro e General Camara. Este requerimento foi apoiado, ficando encerrada a discussão e adiada a votação por falta de numero. O Sr. Guilherme Cruz diz que, entre os actos que honram o gabinete de 28 de março, conta-se o jurídico aviso do ministareio do império de 27 de junho de 1881 á presidência do Pará, que até hoje não teve execução. Vai dirigir um requerimento ao governo perguntando os motivos por que não foi executado esse aviso. Também no seu requerimento pede providencias no sentido de extinguir um quilombo que há mas proximidades de Cametá. A discussão ficou encerrada e a votação adiada. Nada mais havendo a tratar o Sr. presidente levantou a sessão. No senado o Sr. Godoy mandou á mesa o seguinte projecto de lei, que foi remettido ás commissões de orçamento e agricultura para interpoem parecer: A assembléa geral resolve: Art. 1º Os direitos de exportação geral sobre o café ficam reduzidos a 3%. Art. 2º A tarifa da estrada de ferro de Pedro II terá uma reducção de 60% das actuaes sobre café, por tonelada métrica. O Sr. Cruz Machado justifica e manda á mesa o seguinte requerimento: << Requeiro que o senado convide á camara dos Srs. deputados para nomear uma commissão de cinco membros que, reunida á outra do senado, reveja o regulamento de 13 de agosto de 1881, que tem de ser approved pelo corpo legislativo, e proponha outras medidas qe a pratica haja demonstrado serem necessárias para a boa execução da lei de 9 de janeiro de 1881. << Que a commissão do senado seja de cinco membros nomeados pelo presidente do senado.>> É approved. Passa-se á ordem do dia, e entra em 3ª discussão a proposta do poder executivo, convertida em projecto de lei pela camara dos deputados, n. 126 de 1880, abrindo ao ministério do império um credito suplementar para a verba – Obras – do exercício de 1879-1880. Suscita-se uma pequena discussão, em que tomam parte os Srs. Barros Barreto, Junqueira e Laffayete.
--	---

	O Sr. Barros Barreto apresenta a seguinte emenda: << Supprima-se a emenda aprovada em 2ª discussão.>> É aprovada, bem como o projecto. Estando na ante-sala o Sr. ministro da marinha, são sorteados para recebel-o os Srs. José Bonifacio, Teixeira Junior e barão da Laguna. S. Ex. é introduzido no salão e toma assento na mesa. Entra em 2ª discussão a proposta de poder executivo, convertida em projecto de lei pela camara dos deputados, n.147 de 1880, abrindo u credito suplementar de 23:609\$116 ao ministério da marinha, para o exercício de 1879-1880. O Sr. Correia: - Ao tomar conhecimento com o nobre ministro da marinha, herdeiro de um grande nome, cujas gloriosas tradições tem sabido conservar, deve perguntar-lhe se o governo julga ainda preciso o credito de 23:609\$116 para a verba – Reformados? <i>O Sr. ministro da marinha:</i> precisa. O orador: - N'este caso há ainda motivo para a discussão, que se tornaria desnecessária se a resposta de S. Ex. fosse negativa, visto que das três verbas para as quaes o ex-ministro pediu augmento de credito unicamente de uma foi reconhecida a necessidade de augmento, reduzindo a camara dos deputados o pedido do nobre ex-ministro da marinha, de 354:575\$093 a 23:609\$116. Não pode deixar de louvar á commissão de orçamento da camara dos deputados, e o seu digno relator o Sr. conselheiro Andrade Pinto, que mostrou real interesse pela fazenda publica. A proposta foi lida no dia 20 de setembro e no dia 31 de outubro estava verificado que para as verbas – Munições de bocca e munições navaes – nenhuma necessidade havia de augmento de credito e que o augmento pedido para a verba – Reformados – devia ser reduzido a 23:609\$116. O engano que houve no pedido d'este credito resulta da maneira por que foram os créditos contados; começara(???) ser contados durante a resolução propositiva e acabaram no orçamento definitivo. Na apresentação d'esta proposta houve tão pouco cuidado que, pedindo-se uma auctorisação para o ministro da fazenda fazer a necessária operação de credito. Alem d'isso, pelo exame da camara, um mez depois da apresentação da proposta, se reconheceu que em vez de <i>déficit</i> havia saldo nas verbas – Munições de bocca e munições navaes. Da proposta apresentada apenas resta uma verba, para a qual ainda se diz que há necessidade de credito. No dia em que a proposta foi feita ainda essa verba podia ser accrescentada com o credito suplementar, porque corria o semestre adicional, as condições, porém, são hoje diversas em virtude do tempo decorrido. Trata-se de credores do estado que reclamam a importância, e que não foram solvidas por insufficiencia de verba. Para dividas da natureza d'esta, saldos a pagar, a lei de orçamento vigente permite credito suplementar para exercícios findos. Por que razão, pois, demorou o governo a sua decisão? Hoje o augmento de
--	--

		credito só pode ser concedido pelo parlamento, adoptando-se a medida proposta pela camara, a qual, porém, para ser executada há de locar-se em exercício encerrado e tão encerrado que o balanço provisório já está distribuído. Tem exposto as razões pelas quaes julga que se podia dispensar este credito. O Sr. MINISTRO DA MARINHA (Paula e Souza) diz que a explicação de se ter verificado que nas verbas – Munições de bocca e munições navaes – existia saldo em lugar de <i>déficit</i>, está na differença das datas em que foi feita a proposta e em que foi apresentado o parecer da commissão, parecer que foi lavrado á vista das informações que, n'esse período, recebeu de diversas províncias o ex-ministro da marinha, e que por elle foram presentes á commissão. O governo ainda precisa do credito para a verba – Reformados; e se o nobre ex-ministro pediu para Ella o augmento de 34 contos foi porque, pelo seu zelo, queria estar habilitado a occorrer aos serviços públicos, sem exceder os créditos concedidos. Julga o nobre senador pelo Paraná que essa despesa podia correr pela verba exercícios findos, entende, porém, o orador que o credito suplementar é mais regular. Encerrada a discussão retira-se o Sr. ministro, com as mesmas formalidades com que foi recebido. A proposta é approvada, requerendo o Sr. Meira dispensa de interstício. O senado approva em seguida as proposições concedendo diversos favores aos estudantes Alfredo Lopes da Costa Moreira, José Pereira da Graça Aranha e Manuel Pedro Villaboim. O Sr. Leão Velloso requer dispensa de interstício. Levanta se a sessão.
52	25 de abril	VENDE-SE Canjiquinha superior do quilombo (???) S. Sebastião a 1\$200 a garrafa e (???) para a mesma a 3\$ o pacote; no deposito da rua Sete Setembro ns. 5 B e 5 (???)
53	30 de junho	Juiz de paz de Nictheroy Para recommendar a candidatura de um celebre abolitionista ao juizado de paz do 1º districto de S. João Baptista, basta ter noticia do brilhante (???), que lhe fez o Dr. Cintra em resposta a um <i>habeas-corpus</i>, requerido pelo illustre candidato em favor de uns escravos de seu quilombo. Entre outras cousitas de arrepiar cabelo, disse que elle era useiro e veseiro em semelhante alicantí(??)s. Srs. eleitores, conquista-se um titulo de honra votando-se em tão digno candidato!... <i>Os votantes de Belem.</i>
54	04 de julho	Falleceu na freguezia de Nossa Senhora das Dores do Quilombo, município de Barbacena, província de Minas Geraes, D. Constança Candida Raymunda da Silva, na idade de 104 annos.
1883		
55	23 de Fevereiro	S. PAULO

		Refere o <i>Liberal</i> de S. Bento de Sapucahy: << No dia 11 do corrente rebentaram duas mangas d'agua nas immediações d'esta cidade, que causaram sérios estragos, fazendo extravasar o ribeirão do Aterrado, que inundou grande parte da rua do Cidadão Guimarães e todo o largo da Liberdade. << Esta enchente repentina durou apenas duas horas, e, no entanto, foi grande o terror que causou aos moradores d'aquella rua e largo, que escaparam a uma morte certa. << No bairro do Quilombo, onde cahiu uma das mangas houve prejuízos de roças e outras plantações; muitos pobres ficam alli sem alimento para si e seus filhos. << Na fazenda do Sr. tenente-coronel Francisco Gomes Vieira e Silva foram arrastados pela impetuosidade das águas, moinhos, senzalas, chiqueiros e roças, e na de seu filho, o Sr. Joaquim Gomes Vieira, também foram levadas algumas bemfeitorias e roças. << Felizmente não temos a registrar um só caso de morte.>>
56	11 de maio	DIARIO DAS CAMARAS Na camara dos Srs. Deputados, depois da leitura da acta e do expediente, o Dr. Cruz, obtendo urgencia por 15 minutos, justifica um requerimento sobre a estrada de ferro de Alcobaça, e manda á mesa um projecto de lei sobre a estrada de ferro do Madeira e Mamoré. O requerimento é o aprovado, e o projecto fica sobre a mesa para ter o devido destino. Passando-se á ordem do dia, continúa a 2º discussão do projecto sobre execuções commerciaes. Toma a palavra o Sr. Ratisbona, cujo discurso não nos foi possivel ouvir. São successivamente recebidos com as formalidades do estylo, e introduzidos no recinto, para apresentação dos relatorios dos ministerios a seu cargo, o Sr. ministro da agricultura e o Sr. ministro da guerra. Continuando a discussão do projecto, ora o Sr. Carneiro da Rocha, que adopta as idéas capitaes do projecto, não podendo, comtudo, concordar com algumas de suas disposições. S. Ex. requer o adiamento da discussão para sobre o projecto ser ouvida a comissão de justiça civil. Entrando o requerimento em discussão sobre elle a palavra os Srs. Gomes de Castro, ministro da justiça, Carneiro da Rocha, A. de Siqueira e Andrade Figueira, que apresenta um additamento para que o adiamento seja sem prejuizo da 2º discussão. A requerimento do Sr. Felicio dos Santos, é encerrada a discussão do requerimento, e, passando-se á votação, é aprovado o requerimento do Sr. Andrade Figueira, ficando prejudicado o do Sr. Carneiro da Rocha. Passando-se á 2º parte da ordem do dia, continúa a 3º discussão da proposta de fixação de forças de terra para o exercicio de 1883 a 1884. O Sr. Cantão, tendo ouvido o ministerio se acha em liquidação, quer aproveitar a discussão d'esta proposta para pedir ao nobre ministro da guerra explicações sobre alguns dos seus actos, sobre os quaes deseja ouvir o nobre ministro como ministro, visto que não gosta de bater-se com quem está morto. Um dos pontos que tem a considerar é o movimento que se tem dado no exercito, já mandando-se batalhões para provincias onde se fiz que a ordem está alterada, quando o presidente d'esta provincia diz que apenas para exemplo pede o auxilio da força publica, já mandando transferir batalhões de umas provincias para

	outras. O movimento da tropa é uma questão grave, que só é justificada, ou pela desconfiança do governo no exercito, ou pela necessidade de garantir-se a ordem publica. Deseja o orador saber se foi alguma d'estas causas que determinou a transferencia do 15° batalhão, do Ceará para o Pará, e do 11°, d'esta para aquella provincia. A uns tem o orador ouvindo que essa contradansa foi motivada por causas politicas; a outro pelos risco que no Ceará corria a ordem publica, por terem os officiaes do 15° posto os serviços á disposição das sociedades abolicionistas. Acredita o orador na primeira versão, porque dá-se que o presidente do Ceará foi candidato á deputação pelo Pará, disputando ao orador a cadeira que occupa na camara, e os officiaes do 11° recusaram-lhe o seu voto. Fosse, porém, qual fosse o motivo que determinou aquella transferencia, poder-se-hia ter chegado ao mesmo resultado sem grande sacrificio para os cofres publicos, como aconteceu. Emquanto o governo gasta os dinheiros publicos em transferencias de tropas, deixa sem pagamento os fornecimentos feito em diversas provincias e deixa de attender á serviços urgentissimos. Assim, a enfermaria militar de Pernambuco acha-se em deplorável estado; não tem camas, não tem colchões, é como o unico utensilio tem os doentes uma tigella, onde tomam os remedios, o caldo, o chá, o café, e até onde lavam as ulceras! Sabe mais o orador que pelo ministerio da guerra foi expedido um officio ao director do arsenal de guerra de Pernambuco, perguntando-lhe por ordem de quem haviam alli sido recebidos 5 mil pares de sapatos fabricados no presidio de Fernando de Noronha. Deixa á camara a apreciação do officio em que o nobre ministro da guerra revela a sua ignorancia sobre os negocios do ministerio a seu cargo. Não eram 5 mil, como diz o officio, mas 9 mil pares de sapatos, que em dezembro, quando por lá passou o orador, existiam no arsenal de Pernambuco; e entretanto o governo fornecia o exercito, comprando sapatos em outras partes. Ou os sapatos feitos no presidio servem, ou não servem: se servem, por que não os utiliza o governo? Se não servem, para que os recebe e arrecada? Deseja que o nobre ministro o informe do que ha a esse respeito; se ainda lá existem os sapatos, e se já sabem por ordem de quem foram recebidos. Desde que o orador no anno passado tomou parte no debate da fixação de forças, pugnou sempre pela justiça, das promoções, porque se ha ramo do serviço publico em que deve haver justiça é este. Entretanto, não tem havido, e para prova ahi estão as ultimas promoções em que foi promovido a alferes um sargento com paraça de 1881, quando existem sem promoção cadetes e sargentos com 10, 12 e 14 annos de bons serviços. Deseja tambem o orador, que o nobre ministro o informe se já se acha estabelecida no Pará a pharmacia militar que se mandou alli estabelecer. Consta-lhe que para lá já foi um pharmaceutico com todos os vencimentos; porém que a pharmacia ainda não está estabelecida; e que para, apparentar, o presidente da provincia mandara o pharmaceutico trabalhar na pharmacia com que se contractou o fornecimento. Deseja igualmente que o nobre ministro informe se acha mais economica a pharmacia militar ou o fornecimento. O Sr. Lourenço de Albuquerque,- Se o quinino ainda é muito caro no Pará, a pharmacia é mais barata. O orador. – E' tão caro como aqui. O Sr Ignacio Martins dá um aparte.
--	--

	O orador (com energia) conhece o alcance da ironia, porém repelle a insinuação; o cidadão a quem querem ferir, está muito elevado e é tão honrado como SS. EExs. o não são mais. Ainda mesmo que o facto a que alludem, fosse verdadeiro, nem o nobre ministro nem nenhum deputado liberal podia atirar a primeira pedra, porque no seu partido se praticam escandalos maiores. Vozes. – Neste ministerio mesmo. (Apoiados e sussurro nas galerias.) O orador, se não fosse o respeito que deve a si proprio, se não fosse o respeito que deve á cadeira que occupa, tomaria uma represalia que faria calar os nobres deputados. O Sr. Affonso Celso Junior (com força). – Exijo que a faça; não admitto ameaças!! O Sr. Lourenço de Albuquerque.- Se é commigo, cale-a que estou com medo. (A sessão torna-se n'este ponto quasi tumultuosa. O Sr presidente põe em movimento todas as campainhas que tem á sua disposição; a confusão é grande, os apartes cruzam-se de todos os lados, e dentre elles apenas se pôde ouvir o orador exclamar compungio: - Mas vosmecê é que tiverem a culpa). Proseguindo o seu discurso, o orador diz que o governo, continuando no seu systema do calote, deixa de pagar o que deve, gastando do superfluo, vindo depois pedir creditos para o dinheiro que lhe falta para o necessario. Ainda o anno passado o corpo legislativo recusou o credito para a expedição que tinha de ir ás Antilhas observar a passagem de Venus pelo disco solar, e o governo, em vez de uma expedição para que pedia credito, mandou duas: uma para as Antilhas outra para o Cabo de Horn, fazendo uma despesa para que não estava auctorisado. O Sr. Felicio dos Santos.- A expedição foi feita á custa de donativos particulares. O orador: Se o governo vier agora pedir credito para essa despesa, a camara não terá remedio senão homologal-o. O que é certo, é que o unico poder é o executivo, mas a culpa é a camara, que deixa usurpar a suas attribuições. O Sr. Rodrigues Junior é constrangido a tomar parte do debate, pelo discurso preferido pelo deputado, que começou fazendo graves censuras ao governo, por causa da transferencia do 15° batalhão, do Ceará para a provincia do Pará, e do 11° d'esta provincia para aquella; e accusando o presidente do Ceará, attribue a motivos menos signos a transferencia d'aquelle corpo, pedida por esse zeloso funcionario. Que o governo, a bem da ordem e da disciplina militar, é o competente para resolver a transferencia de corpos de umas para outras provincias, é principio tão commum que não precisa demonstral-o, e é ainda verdade que a permanencia de um corpo por muitos annos no mesmo lugar, concorre para affrouxar os laços da disciplina. O 15° ha muitos annos que estava no Ceará, e além dos officiaes, em não pequeno numero, quasi todas as praças eram filhas da provincia. A camara conhece a direcção inconveniente que por parte da Sociedade Emancipadora tem tido no Ceará a questão grave da emancipação dos escravos, já pretendendo evitar que os escravos sahissem da provincia, já pregando a revolta dos escravos, já dando couto a escravos fugidos, constituindo verdadeiros quilombos. Entretanto, a auctoridade nada podia fazer, porque a força publica estava connivente com a Libertadora, á qual se havia associado com a creação do Club Militar, do qual foi eleito presidente um dos directores d'aquelle sociedade, o qual por esse motivo recusou aquelle cargo. Em uma occasião em que um grupo que se intitulava abolicionista tentava evitar o embarque de escravos, o chefe da policia reclamou o auxilio da tropa, e o commandante do corpo tão demoradamente o remetteu, que quando chegou a força já os escravos haviam sido raptados pelos individuos que se achavam na
--	---

		praia. Este facto foi de tal ordem, que o Sr. Leão Velloso, então presidente d'aquella provincia, demittiu diversos funcionarios publicos e requisitou a transferencia do commandante do corpo, no que foi satisfeito, não se fazendo por essa occasião a remoção do corpo, por estar proximo o pleito eleitoral e não querer o governo que essa medida fosse attribuida a manejos politicos. A' vista do que acaba de expor, o 15º batalhão não podia deixar de ser removido, e injusto foi o nobre deputado attribuindo-a fins politicos. A discussão ficou adiada.
57	15 de junho	S. PAULO Para as corridas que se devem realizar no domingo, 17 do corrente, no Hypodromo Paulistano, estão inscriptos os seguintes animaes: 1ª corrida. – Guanaco e Pery. 2ª corrida. – Jeannot, Garibaldi e Kittie. 3ª corrida. – Regalia, Venus, Parasita e Alteza. 4ª corrida. – Cruzeiro do Sul, Campista II e Grã-Bretanha. 5ª corrida. – Gaúcho e Tabajara. 6ª corrida. – (???) - << Na corrida da fazenda denominada Mont-Serrat, entre as estações de Itupeva e Quilombo, na linha (?)ituana, no dia 6 do corrente, às 5 horas da tarde, segundo informam-nos, diz a <i>Provincia</i>, deu-se um horrível incêndio que reduziu a cinzas o madeiramento e dez casas de habitação de colonos. << Conta-nos, diz ainda a citada folha, que era horrível o espectaculo que apresentavam as pequenas casas ardendo em chammas e os pobres moradores afflictos por salvar os trastes de dentro, o que ao todo não conseguiram. >> - Na (ilegivel) de ante-hontem, lê-se o seguinte: << Os directores da companhia de gaz de S. Paulo, em Londres, declaram que o total liquido da renda levada á conta de lucros e perdas, no semestre que findou em Dezembro, foi de £5.834, que accrescentadas ás £180 cobradas de Mauá & C. e ás £922 do ultimo saldo (depois de pago em Outubro um dividendo de £4.000 e separando £1.000 para a reserva) fazem um total de £6.861 do qual elles propõem que se distribua um dividendo á razão de 10% ao anno, livre da taxa, o que equivale a £4.000, que se accrescentem £2.000 á conta da reserva, e que se transportem £864 ao credito de lucros e perdas.>> - Installou-se em Santos uma sociedade de beneficiencia italiana. - Constava ao <i>Diario de Santos</i>, ter havido no Alto da Serra uma altercação entre dous individuos, ficando um d'elles ferido com uma facada. - Correram animadíssimos em Campinas os festejos em commemoração do 3º anniversario da Sociedade Luiz de Camões. - Fallecera n'aquella cidade o conhecido fazendeiro capitão Francisco de Paula Vasconcellos Pinto. - No circo de cavallinhos, em Piracicaba, o artista Zilda cahiu do trapézio, offendendo levemente um braço.

		- Em Guaratinguetá falecera o Sr. Benedicto Antonio dos Santos. - Falleceram: em Santos, José Francisco Dias; e em Botucatú, o Sr. João Dias Baptista. - Entrou em julgamento, no jury de Campinas, o processo em que é réu o escravo Benedicto, de Luiz Antonio de Pontes Barbosa, accusado de crime de morte, na pessoa de José Dias Leite, praticado a 31 de outubro do anno passado. Defendido pelo Dr. Quirino, foi condemnado a soffrer a pena de cento e vinte açoites, substitutiva da de prisão com trabalhos e a trazer ferro ao pé durante um anno.
58	23 de julho	Escrevem do arraial de Quilombo á <i>Gazeta de Barbacena</i>: << No dia 13 do corrente, o vigário d'esta freguezia, João Baptista Calvo, em viagem para sua fazenda, recebeu pelas costas um tiro, empregando-se-lhe no dorso mais de 42 bacos de chumbo grosso e uma bala, que, atravessando os rins, chegou ao estomago. Acha-se em perigo de vida. Recahem as suspeitas em um protegido do mesmo vigário, que ultimamente foi por este despedido da fazenda, por falta de confiança.>>
59	29 de novembro	Acham-se concluídos os trabalhos da linha telephonica de Taubaté ao importante bairro do Quilombo, na extensão de 33 kilometros. Este melhoramento é devido á iniciativa do Sr. conselheiro Moreira de Barros, que não se tem poupado a engrandecer aquella cidade. Acham-se ligadas as casas de S. Ex., dos Srs. coronel José Gomes Vieira, Dr. Winther, Dr. José Ricardo Moreira de Barros com as fazendas dos mesmos senhores e a do Sr. Alberto Winther n'aquelle importante bairro. Foi dirigido o assentamento d'esta linha pelo Sr. Gomes de Oliveira, bem conhecido em trabalhos de idêntica natureza.
1884		
60	26 de janeiro	Recebemos, hontem, de Campos o seguinte telegramma: << Chegam-nos más noticias do Travessão. Ahi um quilombo de negros fugidos ameaça as povoações circumvisinhas. O espírito publico está aterrado. Pedem-se providencias ao presidente da província.>>
61	1 de fevereiro	O Mercantil PETROPOLIS, 30 DE JANEIRO DE 1884. Sr. redactor da <i>Gazeta de Noticias</i>. – Acabo de ler na parte noticiaria do <i>Mercantil</i> de hoje um formal desmentido ás noticias que fornei a essa redacção sobre o apparecimento de uma malta de ladrões que, além de vários roubos, têm causado sérios cuidados no meio d'esta pacata população, sem ao menos por desfastio, serem perseguidos pela nossa bondosa policia. Se o <i>Mercantil</i> de Petropolis, com o seu desmentido, viesse apenas chocar a pessoa do seu informante, daria este de barato o effeito da tal publicação; mas, tocando elle também na <i>Gazeta de Noticias</i>, como tentando esmagar a verdade que n'ella ficou gravada, é de meu dever consolidar aquellas minhas asserções com os nomes dos cidadãos que foram assaltados e também com alguns factos

		posteriores que confirmaram ainda mais a verdade do que informei: No quarteirão Rhenania foi preso por gente do povo um preto por nome Virginio, que foi visto acoutado no seu quilombo, onde foram encontrados vários objectos roubados. Este preto está na cadeia com conhecimento das auctoridades. - Hontem appareceram no palácio imperial mais dous pretos fugidos que foram por ordem de Sua Magestade o Imperador entregues ao delegado. - Também foram apanhados hontem outros dous pretos fugidos no quarteirão Ingleime e foram entregues na cadeia pelo Sr. José Domingues... Será possível que tudo isso ignore o <i>Mercantil</i>? Pois bem, agora vou apresentar ai seu redactor os seguintes nomes, que poderão servir para testemunharem os factos como ficaram escriptos: João da Fonseca. Este foi roubado. Christovão Klein, idem. Henrique Sindorí, idem. Julia Schmidt, idem. Joaquim Cardoso, idem. ... A vista d'estas provas peço ao Sr. redactor da <i>Gazeta de Noticias</i> uma quarentena infinita para o desmentido do <i>Mercantil</i>. <i>O seu informante.</i>
62	19 de abril	Abolicionista Cearense Em sessão de 17 da Sociedade Abolicionista Cearense, foi proposto e resolvido dar publicidade ao seguinte protesto contra a attitude tomada ultimamente pelo Diario do Brazil relativamente á intervenção da provincia do ceará no movimento libertador: << O Diario do Brazil, alludindo no seu numero de hoje a algumas palavras do chefe João Cordeiro, cuja denodada ? na questão que agita o paiz é mais que conhecida, imprudentemente declara que essas palavras devem ser consideradas pelos proprietarios ruraes como o grito de alarma e provoca-os a por-se a postos para repellirem a onda que os assoberba. Segundo o publicista que dirige esta folha << os abolicionistas ameaçam o paiz com a dissolução social e será de boa e previdente politica preparem-se para amontoar as ruinas sobre os demolidores. >> É a isto que elle chama << oppor um dique da consciencia publica á torrente dos insensatos. >> Ora, se ha insensatez, é facil ao publico avaliar onde tem ella a sua séde. Quem conhece o modo por que as idéas crescem, se transformam e concretisam-se, não deixará de surpreender-se diante de um movimento triumphante, com uma tão desarrazoada aggressão, para não dizer crimininosa e perversa. Chama-os o Diario do Brazil de anarchicos. Entretanto, que nome caberá a quem se levanta para aconselhar a revolta a homens que não comprehendem talvez a verdadeira marcha dos factos; a quem toca os clarins, convocando fazendeiros a ferir a lucta? Das duas uma: ou o Diario do Brazil é uma nova encarnação do D. Quixote, sendo obrigado a aceeditar o nome de organisador de quilombos ás avessas, ou está fazendo obra infernal, e n'este caso devemos chamar a attenção dos

		poderes publicos para o seu pocedimento revolucionario. Nós mantemo-nos na ordem e com e este protesto temos cumprido o nosso dever. O paiz está comnosco. Dr. F. M. de Mello Oliveira. José Onofre Muniz Ribeiro. Ildefonso Corrêa Lima. Adolpho Herbster Junior Frederico Severo. Joaquim Hermano de Castro Silva.
63	13 de maio	DIARIO DAS CAMARAS Abriu-se hontem, a sessão da camara dos deputados, sob a presidência do Sr. Moreira de Barros, assumindo-a logo depois o Sr. Lima Duarte. É lida a acta e posta em discussão. O Sr. Andrade Figueira. – Acaba de ser lido na acta que um requerimento ou proposta da commissão de policia foi, sem discussão, aprovado. Pelo theor d'essa proposta vê-se que Ella importa n'uma alteração de disposição expressa do regimento, que poderia ser feita, mas por meios regulares, e não da forma por que se surpreendeu a camara. Em nosso paiz, onde sempre são attendidas as observações que a mesa faz ao publico que assiste ás sessões, nas raras vezes em que elle se tem manifestado, não são precisas essas medidas coercitivas. O decoro da camara, a que allude o parecer da commissão de policia, será mantido pela compostura da própria camara, pela posição que cada um deputado deve manter. Esta medida, portanto, parece que teve por fim criar mais empregados encarregados da sua execução, e por consequência mais ordenados. Terminando, o orador estranha que uma maioria liberal proponha uma medida d'esta ordem, que restringe violentamente os direitos do cidadão. O Sr. PRESIDENTE explica que os cartões são distribuídos indistinctamente, e que a medida teve unicamente por fim regularisar a entrada das galerias, e não coactar os direitos do publico. O Sr. Carneiro da Cinha estava inscripto para fallar sobre estas irregularidades, no que foi precedido pelo seu amigo, e collega, o Sr. Andrade Figueira. Mas, attendendo á resposta do Sr. presidente, não póde deixar de fazer algumas considerações. Essa medida da commissão de policia fere o preceito constitucional de que as sessões das camaras serão publicas, e viola o regimento pela maneira irregular por que foi proposta. Faz diversas considerações a respeito e lamenta que o Sr. Lima Duarte, que tão poucos dias tem de trabalhar na camara, deixe entre os que o respeitam e acatam um documento tal, firmado com o seu nome e auctoridade. O Sr. Matta Machado (1º secretario) justifica e explica a medida. O Sr. Rodrigues Junior lamenta não ter havido sessão no sabbado, não só por ter sido uma infracção do regimento, como porque teria tido oportunidade de tratar do assumpto de que vai occipar-se. A camara que ouviu a leitura da celebre carta do Sr. presidente do conselho, tão fallada e commentada na imprensa, estes últimos dias, estranhou que os Srs.

	ministros, que na occasião estavam presentes, conservassem-se em silencio quando foram provocados e chamados á discussão: igual estranheza deve estar causando ao senado o silencio do Sr. presidente do conselho. Esse silencio pertinaz e calculado, em vista da grave accusação que lhe fez o Sr. Lafayette e que repelliu; esse silencio, em vista das interpeellações havidas, é injustificável. Esse procedimento é inqualificável, porque os homens sérios, na posição do Sr. Lafayette, não fazem accusações sem proval-as. Os que accusam e recusam-se á prova commettem um acto de cobardia e de falsidade. Responderá agora a algumas considerações exageradas no discurso pronunciado na sexta-feira pelo honrado senador pelo Rio-Grande do Sul. O Sr. Silveira Martins tomou a si o papel que competia ao Sr. Lafayette, e som essa pretensão quixotesca de ser elle n'este paiz o primeiro no patriotismo, no saber e na intelligencia, animado por esse attestado régio de character que lhe passaram, assumiu o direito de distribuir patentes de capacidade aos seus amigos e desaffectedos. Nada importam ao orador os conceitos apaixonados do Sr. Gaspar; elle tomou para si uma tarefa que o próprio Sr. Lafayette recusou-se: a demonstrar a tibieza da administração do orador na pasta da guerra. Advertido pelo Sr. presidente de que terminara a hora regiemntal, o orador requer e obtem urgência por meia hora, assumindo á presidência o Sr. Moreira de Barros. Continuando, repete o orador que não importa-se com a idolatria quixotesca que o honrado senador tem por sua própria pessoa; pensa S. Ex. que há quem se arreceie dos seus excessos de linguagem. Temam-n'a embora os rabinos de Granada, o orador não a teme; o Sr. senador tomou a si a defesa dos conceitos do Sr. Lafayette, conceitos que este senhor quis depois engulir, para substituir por outros encomiásticos, sem lembrar-se que o Sr. Lafayette não quis explicar as deficiências da administração do orador, que o presidente do conselho approvou e sustentou durante nove mezes. No seu precedente discurso disse o orador que o Sr. presidente do conselho não lhe merecia uma resposta, e repete-o porque despresa a incivilidade e abomina a insigne deslealdade de S. Ex. A má vontade do Sr. Gaspar para com o orador proveiu de não haver o orador attendido a certos pedidos do Sr. ministro do império, que é protegido e subalterno de S. Ex. Não é exacto que os seus amigos da província dissessem que os sentimentos do orador com o Sr. ministro do império provinham de outra causa, de não ser a que o orador vai apontar. Os dissentimentos com o Sr. ministro do império vieram por questões de promoções graduações transferências de commandantes da fronteira, o Sr. ministro do império, que é o <i>enfant gaté</i> do Sr. Lafayette, que servia-se de porta-voz nas mensagens, ás altas potencias do Rio Grande do Sul. As resistências do ex-ministro da guerra foram grandes; embora condescendesse como partidário, nunca queria nem podia ir além dos limites do justo. O pouco que é deve a si mesmo, á sua nobre província. A posição que assumiu na camara não podia ser outra. Os jornaes de hoje trazem a demissão do presidente e do vice-presidente do Ceará e a nomeação de um inimigo pessoal do orador que, por occasião da
--	--

	reeleição, apesar de se dizer liberal, muito trabalhou a favor do candidato conservador. O que serão as próximas eleições do Ceará? Não o sabe; apenas sabe que ainda está á testa da alta administração do Estado um homem que foge á prova de suas accusações e á responsabilidade de seus actos. O Sr. PRESIDENTE observa ao Sr. Duque Estrada, que pediu a palavra, que nada há em discussão, passa á ordem do dia, entrando em discussão a reforma judiciária. O Sr. Duque Estrada (<i>pela ordem</i>) julgando conveniente a continuação do debate, que é de máxima importância, declara que vai requerer o adiamento da discussão da reforma judiciária. O Sr. PRESIDENTE observa que o adiamento só pode ser proposto pelo deputado a quem couber a vez de fallar, e dá a palavra ao Sr. Mac-Dowel, orador inscripto. O Sr. Mac-Dowel começa o seu discurso discutindo os factos occorridos com grave desdouro para a nação, no intervallo das sessões parlamentares, e que têm sido trazidos a debate na discussão da lei de reforma judiciária. Refere-se em primeiro logar ás ordens religiosas, censurando a medida posta em execução pelo governo. Admitte a desapropriação unicamente no caso do preceito constitucional de utilidade publica; é conservador e sustenta esta doutrina, ao passo que os liberaes sustentam theorias absolutistas. No conflicto que o governo estabeleceu com o poder judiciário, louva o procedimento do juiz que recusou das execução ao regulamento. E contra o que allegou o nobre relator das commissões reunidas, invocando a disposição do Cod. Criminal que julga prevaricadora a auctoridade que exime-se a cumprir a lei, oppõe a lei de responsabilidade de ministros e conselheiros de Estado, que crimina o ministro que usurpar as attribuições do poder legislativo ou judiciário. E o regulamento, da forma por que está constituído, não podia ser feito senão por delegação legislativa. Passando a tratar da questão do elemento servil, o orador condemna o modo por que elle está sendo feito e censura o procedimento do governo que o deixa progredir amplamente e com a responsabilidade official sua e de seus delegados, e, entretanto, na falla do throno aconselha e promete fiel execução da lei. Entre outros, cita um facto occorrido na sua província, onde o presidente foi a uma festa e assignou um auto da libertação de uma colônia. Ou o delegado do governo declarava com esse auto que a Constituição do Imperio não tinha vigor n'aquelle logar, que nem uma freguezia é. Ou S. Ex. quis estabelecer um quilombo official ás portas da cidade. Quanto ás conhecidas e deploráveis occurrencias da rua do Lavradio, o orador concorda que Apulcho occupava uma posição infame na imprensa pornographica; mas desde que foi pedir a protecção da auctoridade, assumiu uma nova posição, a do individuo que pede á lei a garantia de sua vida, um dos direitos inauferíveis do cidadão. O que se póde aquilitar d'aquelle facto é que o governo, não tendo força para reprimir a sediação militar que previa, como Pilatos lavou as mãos e entregou o infeliz á malta de assassinos. Entretanto propriamente na discussão da matéria, o orador lamenta que este
--	--

	anno não estejam divididas no projecto, conforme fora prometido, a parte administrativa e a parte política. Faz algumas considerações sobre o arbítrio deixado ao governo para a nomeação dos magistrados. Acha isso uma medida perigosissima. E nem vale o argumento do Sr. relator, de que o gabinete tem responsabilidade d'essas nomeações perante o parlamento, porquanto o projecto contradicta-o estabelecendo o principio cego e absoluto da antiguidade para evitar as barguezas d'aquelle arbítrio. Combate largamente esta medida, observando que mesmo agora são muitos os actos de desmoralização e perseguição ao poder judiciário, cometidos pelas auctoridades governamentais. Demora-se ainda na analyse technica da matéria, e termina appellando para o patriotismo da camara, no intuito de fazer passar o presente projecto. Se porém, assim acontecer, dá pezames á nação pelas grandes calamidades que lhe devem advir da conversão em lei de semelhante proposta. A discussão fica adiada pela hora e entra em discussão o orçamento da agricultura. O Sr. barão de Guahy começa referindo-se a negócios que se deram na assembléa provincial da Bahia, e felicitando-se por ver restituído ao parlamento o seu collega Sr. Zama, que poderá explicar a coherencia do seu procedimento combatendo aqui a vitaliciedade do senado e propugnando lá pela do presidente d'aquella assembléa. Advertido pelo Sr. presidente, o orador cinge-se á matéria em discussão, e lamenta que a política de promessas, que julgou extincta com a cahida do gabinete Paranaguá, continue ainda, segundo se deprehende, do grande numero das que são feitas no relatório do Sr. ministro da agricultura. Não estava preparado para fallar hoje, o que faz pela falta superveniente do seu collega Taunay, ausência que muito lamenta e espera que seja breve. Por isso pede ao Sr. presidente, como órgão da camara, a sua benevolência para qualquer falta que porventura haja na sua exposição. Analysa o acto do governo nomeando um inspector para tratar de reformar o instituto bahiano de agricultura e a questão das marcas de fabrica. Demorando-se em considerações sobre o correio, acha que no Brazil se dá um facto virgem com relação a este serviço, que em todas as partes tem sido fonte de renda e entre nós se dá exactamente o contrario. Para provar a sua asserção lê as estatísticas de diversos paizes. Refere-se ainda ao serviço dos telegraphos e á estrada de ferro do Madeira e Mamoré, além de outros assumptos. Tratando da questão do elemento servil, o orador se declara pela emancipação da escravatura, mas dentro da lei, com a previsão dos prejuízos e abalos que Ella de chofre poderia causar. Desejava a determinação de um prazo fatal para a extincção do escravo. Faz mais diversas considerações, e termina repetindo ao governo a palavra que há poucos dias foi dita n'esta camara – <i>Laborare</i>. O Sr. PRESIDENTE convida aos Srs. 3º e 4º secretários a receberem o Sr ministro da guerra, que se acha na antesala. S. Ex. é introduzido, lê o seu relatório e retira-se com as mesmas formalidades.
--	---

		Continúa a discussão. O Sr. Peretti começa estranhando o pouco cuidado com que o governo tem feito concessões de engenhos centraes a pessoas completamente estranhas á agricultura, o que tem dado muito maus resultados. Nega que a garantia de juros a esses engenhos seja perfeitamente nominal. Conhece factos que provam o contrario, mas pede permissão para não citar nomes, contando-os apenas. Analysa também a questão referente aos melhoramentos do porto de Pernambuco. A repartição a que está affeito este serviço merece a atenção do nobre ministro; os empregados d'ella desviam-se completamente do fim a que deviam estar adstrictos, sujeitando-se á vontade de um funcionario superior que os occupa em fins políticos, dedicando-se ao partido liberal dominante. Alem d'isso, o pessoal é incapaz, e o material que se emprega nos diversos trabalhos é mau. Referindo-se ás obras publicas de sua província chama igualmente a atenção do governo para a ponte denominada <i>Buarque de Macedo</i>, que está em construcção há dois annos e tem apenas promptos alguns pilares. Demora-se na analyse de alguns serviços d'essas duas repartições, terminando o seu discurso na mesma ordem de observações. A discussão fica adiada pela hora. Levanta-se a sessão ás 4 horas e 30 minutos. ---
64	15 de junho	SANTO ANTONIO << O governador d'esta capitania, João de Souto Maior, por portaria datada de 13 de setembro de 1685, mandou abrir assento de praça a Santo Antonio, afim de seguir a sua viagem para a guerra dos Palmares, e proteger as armas reaes na conquista d'esse quilombo; e ao mesmo tempo expediu as necessárias ordens, para que se pagasse ao syndico do convento de Olinda o soldo e importância do fardamento que lhe competia. Vinte annos depois, em 30 de abril de 1717, expediu o conselho ultramarino uma provisão, confirmando-o no posto de tenente da fortaleza do Buraco, a que o promoveu o governador e capitão general d'esta capitania, D. Lourenço de ALmenda, vencendo então o soldo mensal de 2\$700. Em 1819, pretenderam os padres, a titulo de esmola, elevar a patente de Santo Antonioá de sargento-mór; porem vindo o respectivo requerimento a informar ao governador Luiz do Rego, por aviso de 3 de junho elle se oppoz a esta pretensão, como se vê de seu officio n.128 de 30 de agosto de 1819. É interessante o seguinte tópico d'este officio: << A esmola que estes religiosos pedem de soldo de sargento-mór, tendo gozado até agora da do saldo de alferes, parece-me excessiva, e muito mais porque, sendo pedida a titulo de postos conferidos a Santo Antonio, official que nunca morre, hão de necessariamente chegar um dia a gozar, debaixo d'este titulo, do soldo de marechal de exercito, e do que mais puderem inventar, e então serão sustentados á custa da Real Fazenda, o que me não parece preciso. Santo Antonio é o padroeiro d'esta província, e ainda hoje recebe o guardião do

		seu convento, na thesouraria de fazenda, o soldo mensal de 10\$5000, correspondente á sua patente, em virtude da provisão de 19 de novembro de 1850. >>
65	29 de junho	DIARIO DAS CAMARAS Hontem não houve sessão na camara dos deputados, por falta de numero. -- No senado, depois de lido o expediente, havendo numero legal de Srs. senadores, abriu-se a sessão sob a presidência do Sr. barão de Cotegipe. Approvada a acta da antecedente e não havendo apresentação de requerimentosd, projectos ou indicações, passou-se á ordem do dia. Procedeu-se á votação do orçamento da despeza do minterio da marinha para o exercício de 1884-85; foram approvadas algumas emendas da commissão sobre varias verbas, e o projecto assim emendado foi adoptado para ser devolvido á outra camara, indo antes á commissão de redacção. Foram rejeitadas todas as outras emendas offerecidas no correr da discussão, propondo diversas reformas e suppressões. Entrou em discussão o requerimento, em que o Sr. Martinho Campos pede informações ao governo sobre o motivo por que o coronel João Chrysotomo Ointo da Fonseca foi destituído do cargo de 3º suplente de juiz municipal da cidade de Paracatú, em Minas Geraes. Depois de algumas observações do Sr. Correia a que responde o Sr. Martinho Campos, foi posto a votos o requerimento e aprovado. Seguiu-se a 1ª discussão do parecer da commissão de legislação, sobre representações em que se pedem providencias contra as perturbações provenientes da propaganda abolicionista, parecer cuja conclusão é a seguinte: << Não dependendo o deferimento das ditas representações de providencias legislativas pois fazem respeitar os direitos individuaes, nas leis vigentes tem o governo meios de repressão, a commissão, confianfo que o mesmo governo, á vista dos factos, tomará as providencias legaes, é de parecer que as ditas representações sejam archivadas. >> O Sr. Martinho Campos observa que as representações, de que trata o parecer, mereciam mais detido exame por parte da commissão; mas a população já não se illude mais com a attenção que dos poderes públicos do Brazil merecem suas reclamações, está habituada a ver as mais instantes e dignas de consideração serem reputadas importunas e apenas exploradas pela opposição como arma de guerra, sem sinceridade e nem convicção. Entretanto ouvem-se os gritos de proletariados incendiários e desordeiros das cidades do Rio de Janeiro e do Recife, de cuja população o governo teme. O Brazil tem prosperado e continuará a prosperar, nem os Estados Unidos tiveram mais rápidos progressos nos primeiros 50 annos da sua independência. E com on systema actual de eleição o povo brasileiro pode ter o governo que quizer. O orador julgar-se-hia indigno do apoio de todos os lavradores das províncias do sul, se não acceitasse a sua defeza, sendo, como é, da mais rigorosa justiça: de elles merecem exprobação, é de não viverem mais alerta e não gritarem com mais energia do que gritam os socialistas do Brazil, os petroleiros, que formam a mor parte do chamado partido abolicionista e que, se os poderes públicos lhes

	prestassem a mão, produziriam um verdadeiro cataclysm nas instituições actuaes. O parecer da commissão o orador tem-no por insufficiente. A commissão nem sequer desceu a algumas individuações. Quaes as leis que são bastantes para obviar os males promovidos já e que continuam a promover os abolicionistas, que querem revolver tudo? Censura acremente o proceder da Escola Polytechnica, á qual estão confiados tantos moços, não para formar alli um centro de propaganda, mas para dar-lhes a instrução para que foi creada aquella escola; refere-se a reuniões alli feitas em nome da escola e a discursos revolucionários, que têm sido publicados e trazidos ao parlamento, assignados por professores, alguns dos quaes péssimos, alli injustamente collocados e conservados e que em vez de cumprirem suas obrigações, querem-se constituir em <i>mashorca</i>, com a intenção manifesta de aterrar a população e impor-lhe todas as suas loucuras e fantasias. Nota que propagandistas charlatães e embrusteiros, que nada respeitam, sirvam-se do nome do imperador, que não tem meios de impedir este abuso. Não conhece entes mais miseráveis e mais dignos da protecção do soberano do que os escravos; mas com a condição de que os que não são escravos possam contar com a sustentação dos seus direitos... O Sr. AFFONSO CELSO: - apoiado; não se há de sacrificar o Brazil aos escravos. ... Com a condição de que as outras classes tenham para garantir os seus direitos a legislação do Estado... O Sr. DANTAS: - No pensamento dos poderes públicos não está o contrario. ... e encontrem nos magistrados juizes e não chefes de clubs. A illustre comissão devia ao menos dizer quaes as leias de que podia usar o governo e que tem descurado. Isto importa uma censura ao governo. O orador é conhecido como escravocrata e gloria-se disto, primeiramente pelos interesses sociaes, políticos e econômicos do paiz, que defende, e depois por amor dos seus pobres negros, que serão as primeiras victimas do procedimento dos abolicionistas quequerem converter-nos em nação <i>lazaronis</i>. Em reuniões abolicionistas tem-se pregado abertamente a insurreição, o assassinato, a resistência armada. O Ceará, proclamado <i>terra de luz</i>, converteu-se em quilombo de escravos fugidos: na mesa do senado senta-se um honrado cidadão cujos escravos todos para lá fugiram. O orador descreve algumas d'essas reuniões e festas abolicionistas; menciona os meios violentos e reprovados que se empregaram no Ceará para a abolição; defende a demissão dada aos presidentes do Ceará e do Amazonas, accrescentando que deviam ter sido demittidos com a clausula: a bem do serviço publico. O Sr. FRANCO DE SÁ: - O presidente do Amazonas não foi demittido a pedido: nem no decreto, nem no <i>Diario Official</i> está esta declaração. Diz o orador que na seita abolicionista há indivíduos que accumularam fortuna, comprando e vendendo seus patrícios; falla contra o commercio da gente ladina do norte para o sul e mostra que procurou sempre obstar a isso. Contesta varias proposições enunciadas pelo Sr. Christiano Ottoni na sessão em que o actual ministério apresentou ao senado o seu programma; argue o Sr.
--	--

		senador Jaguaribe por certas opiniões que emite, sendo, como é um magistrado, e acrescenta que muitos juizes estão conspirados contra a tranqüilidade do paiz e, não obstante decisões dos tribunaes superiores, continuam nos seus julgamentos a substituir áquellas decisões a sua opinião pessoal(ilegível) do ódio de seita. Deseja que o Sr. presidente do conselho faça o que puder em bem dos escravos; mas aconselha-o a que se acautele contra inimigos da ordem publica, representantes aqui do partido socialista, que corrompe as entranhas da Europe e não deixa socego aos governos. Menciona o abuso que houve aqui com relação ao producto da <i>Kermesse</i>; sustenta a necessidade de reunirem-se os fazendeiros, como estão fazendo, e de tomarem providencias para sua defeza e mostra a conveniência de serem attendidos pelos poderes públicos, porque d'elles vem a riqueza do paiz. Conclue, fazendo algumas considerações sobre os proprietários de escravos, a condição dos ingênuos, os cálculos de mortalidade feitos pelo Sr. Christiano Ottoni e a opinião do mesmo senhor a respeito da indemnisação áquelles proprietários. A discussão ficou adiada pela hora e levantou-se a sessão. ---
66	14 de julho	COUSAS POLITICAS (...) E ahi vai, sem mais commentarios, o artigo de fundo do <i>Diario do Brazil</i> de hontem, sob a epigraphie <i>O caminho da emancipação</i>: << Vimos que a ideia da emancipação, <i>arremessada do alto do throno</i> na abertura da assembléa geral em 1867, e reproduzida na falla do throno de 1868, teve de descansar e esperar até 1871, por causa do rompimento entre um gabinete do partido liberal e a coroa, a qual, <i>para punir e escarmentar este partido</i>, lançou-se nos braços dos conservadores mais puritanos, dos mais decididos escravagistas. Depois <i>de bem surrados</i> os liberaes, <i>tratou-se</i> de levar a effeito a emancipação adiada, <i>enxotando</i> para este fim, de um modo original, os chefes conservadores, <i>promovendo</i> por meio dos Srs. Vicente e Inhomerim a criação abortada de um partido denominado <i>nacional</i>, e por intermédio do Sr. Rio Branco a divisão do partido conservador. Em uma obra, publicada em França, sobre a emancipação no Brazil, lê-se o seguinte trecho, que já transcrevemos: << O Imperador sempre <i>fez alarde</i> de seus sentimentos pessoas a favor da emancipação. Em 1864 libertou escravos por ocasião do casamento da princeza imperial e da princeza Leopoldina. Dois annos depois, em 1866, felicitou os beneditinos que, n'um capitulo geral, forraram os escravos da ordem, em numero de 1,600. Deu liberdade aos escravos que assentavam praça; afinal declarou publicamente em 1867 que para elle a emancipação completa era apenas questão de oportunidade e de fórma. Era, porem, necessário o remate do edificio; foi a tarefa da lei de 28 de setembro da escravidão no império do Brazil. >> O Sr. visconde do Rio-Branco, que ligou o seu nome a essa lei, havia-se mostrado no conselho de Estado pouco favorável á emancipação; e depois

	declarou que a Idea não fora sua, mas elle a acceitara. Não falta quem assevere e quem acredite que posteriormente <i>fizeram-se</i> mallogradas tentativas perante diversos ministérios para novas edições, correctas e augmentadas, da lei de 28 de setembro, desenvolvendo, ampliando e transformando as suas sabias disposições. Entretanto propagou-se e acreditou-se geralmente <i>que a coroa queria, a todo transe, fosse como fosse</i>, a emancipação; que para <i>favorecel-a de qualquer modo</i> não havia <i>violência, bandalheira e infâmia</i> que não <i>fossem</i> licitas, meritórias e <i>credoras garantidas de infallivel remuneração</i>. Imagina-se o effeito que isto produziria. Por outro lado, se os ministérios se abstinham de novas medidas emancipadoras, abstinham-se também, paralyzados <i>não sabemos por que influencia</i>, de cohibir e reprimir os abusos, desmandos e escândalos commetidos a bem da santa causa da emancipação; da qual não tardaram a apossar-se, <i>abroquellando-se com o patrocínio da coroa, os anarchistas e os gatunos</i>, como meio de subversão social, de revolução política e de lucro pecuniário. Segundo parece, n'esta questão a nobreza e generosidade dos intuitos caritativos e humanitários sobrelevam a circumspecção e conveniência dos escrúpulos constitucionaes e patrióticos; a coroa, fascinada pela sublime ambição de gloria, despresa e affronta quaesquer censuras a respeito de poder pessoal. A coroa afinal <i>conseguiu</i>, depois dos gabinetes Zacarias e Rio Branco, que a emancipação fosse novamente inserida nos programmas dos ministérios Paranguá, Lafayette e Dantas. A mesma Idea havia Ella francamente apresentado aos Srs. Saraiva, Sinimbú e Celso (como consta de suas declarações no senado), antes da organização do 6 de junho. <i>As animações directas e indirectas da coroa</i> fizeram empregar e prevalecer no Ceará <i>meios violentos e cynicos</i>, que até o honrado abolitionista Sr. Christiano Ottoni declarou não lhe excitarem enthusiasmo, e deram em resultado, não só a emancipação, á força e <i>pelo roubo official</i>, de todos os escravos do Ceará, como ficar este convertido em um grande Palmares, vasto quilombo refugio dos escravos de todas as províncias visinhas. De fórma semelhante, hoje desapprovada pela própria coroa, effectuou-se a emancipação forçada pelo governo, e do modo mais franco e impudente, de quase todos os escravos da província do Amazonas. Com a animação dada pela coroa aos abolitionistas do Rio de Janeiro para <i>continuem</i> a proceder dentro da legalidade, pouco faltou para deplorarmos as maiores e mais irremediáveis calamidades. Felizmente atalhou-se n'este município da corte resultado igual aos do Ceará e Amazonas, para o que concorremos, continuando a empregar os esforços que há muito despendíamos e só em um momento muito critico produziram impressão e começaram a ser approvados e applaudidos. A inquietação, o sobresalto e algumas scenas ensangüentadas que se seguiram aos festejos abolitionistas de 25 de março, concorreram para que a lavoura e o commercio se congregassem e organisassem associações por toda parte, como repetidas vezes havíamos aconselhado. E para que ninguém se illuda sobre o caminho que vai tomando a opinião publica a este respeito, pedimos attenção para os seguintes trechos da declaração que
--	---

		acaba de publicar um distincto agricultor, o Sr. Dr. Theophilo Ribeiro: << Fomos nós que, no primeiro dia das nossas sessões no Centro da Lavoura e Commercio, trouxemos o nome do imperante para a discussão, não nos termos exagerados que se attribue, mas n'aquelles em que julgamos que é permitido a todo cidadão d'este paiz apreciar os actos d'aquelles que representam no seio da nação uma delegação sua... << Tendo o Sr. Commendador Angelo Thomaz do Amaral proposto que o congresso representasse ao poder legislativo, levantámo-nos para impugnar a proposta d'este distincto delegado da lavoura, ponderando que de representações estavam cheios os archivos das duas casas do parlamento, onde alli dormiam o somno tranquillo dos justos, sem a menor vantagem para a nossa causa e razoável attenção da maior parte d'aquelles que, nossos mandatários no seio da representação nacional, têm de dar-nos conta do modo pelo qual cumpriram o elevado mandato; pelo que, se aos lavradores alli reunidos ainda occorresse o pensamento de representação, muito mais acertados andariam, dirigindo-se a S. Christóvão e pessoalmente communicando ao imperante suas idéas e aspirações, como <i>único poder real e opinião d'este paiz, e, demais, chefe não occulto do abolicionismo</i>. << Dissemos mais, porque terminamos declarando que, se estávamos firmes no propósito de defendermo-nos, devíamos obrar na mais absoluta communhão de vista, unificados pelo pensamento e pela acção, e não deslumbrados da possibilidade de revivermos as eras, alias gloriosas, de 31, tal fosse a natureza da aggressão: porque a defesa devia ser inteiramente proporcionada ao ataque. << Eis o que dissemos e ainda mantemos sem augmento nem diminuição. São mentirosas, portanto, quaesquer outras versões. >> Em seguida faremos algumas observações sobre o procedimento n'esta questão dos illustres Srs. Rio Branco, Paranaguá, Lafayette e Dantas, os chefes de gabinetes que adoptaram programmas emancipadores attribuidos á coroa. >>
67	16 de julho	TERRAS PARA A LAVOURA PROVINCIA DE S. PAULO Vende-se no município de Caçapava, província de S. Paulo, 169 ½ alqueires de terras, de primeira qualidade, e próprias somente para plantações de café livres de geada, sendo a maior parte de matas virgens, e poucos capoeirões, divididas, boas águas, e bons visinhos, junto á fazenda do <i>Quilombo</i>, hoje pertencente ao Banco, cujas terras d'essas Fazenda fazia parte, em logar denominado <i>Buracão</i>. Estas terras, há 20 dias, foram avaliadas a 200\$ o alqueire, pelos Srs. capitão Antonio Moreira Leite, tenente-coronel Antonio Ribas e Leopoldo Machado. O alqueire é de 50 braças de testada e 100 de fundos equivalendo a 500 braças quadradas, ou 24,200 metros quadrados. Dá-se a 150\$ o alqueire. Quem desejar poderá vel-as e tratar em S. José dos Campos, com Pedro C. dos Santos.
68	19 de julho	Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n'essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas

		doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d'esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. – <i>Manuel F. de Gouvêa Alves</i>. – Freguezia Quilombo, 2 de junho de 1884.
69	19 de julho	TERRAS PARA A LAVOURA PROVINCIA DE S. PAULO Vende-se no município de Caçapava, província de S. Paulo, 169 ½ alqueires de terras, de primeira qualidade, e próprias somente para plantações de café livres de geada, sendo a maior parte de matas virgens, e poucos capoeirões, divididas, boas águas, e bons vizinhos, junto á fazenda do <i>Quilombo</i>, hoje pertencente ao Banco, cujas terras d'essas Fazenda fazia parte, em logar denominado <i>Buracão</i>. Estas terras, há 20 dias, foram avaliadas a 200\$ o alqueire, pelos Srs. capitão Antonio Moreira Leite, tenente-coronel Antonio Ribas e Leopoldo Machado. O alqueire é de 50 braças de testada e 100 de fundos equivalendo a 500 braças quadradas, ou 24,200 metros quadrados. Dá-se a 150\$ o alqueire. Quem desejar poderá vel-as e tratar em S. José dos Campos, com Pedro C. dos Santos.
70	20 de julho	TERRAS PARA A LAVOURA PROVINCIA DE S. PAULO Vende-se no município de Caçapava, província de S. Paulo, 169 ½ alqueires de terras, de primeira qualidade, e próprias somente para plantações de café livres de geada, sendo a maior parte de matas virgens, e poucos capoeirões, divididas, boas águas, e bons vizinhos, junto á fazenda do <i>Quilombo</i>, hoje pertencente ao Banco, cujas terras d'essas Fazenda fazia parte, em logar denominado <i>Buracão</i>. Estas terras, há 20 dias, foram avaliadas a 200\$ o alqueire, pelos Srs. capitão Antonio Moreira Leite, tenente-coronel Antonio Ribas e Leopoldo Machado. O alqueire é de 50 braças de testada e 100 de fundos equivalendo a 500 braças quadradas, ou 24,200 metros quadrados. Dá-se a 150\$ o alqueire. Quem desejar poderá vel-as e tratar em S. José dos Campos, com Pedro C. dos Santos.
71	30 de julho	Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n'essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorrhóidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já

		não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d'esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. – <i>Manuel F. de Gouvêa Alves</i>. – Freguezia Quilombo, 2 de junho de 1884.
72	1 de agosto	Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n'essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d'esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. – <i>Manuel F. de Gouvêa Alves</i>. – Freguezia Quilombo, 2 de junho de 1884.
73	3 de agosto	Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n'essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d'esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. – <i>Manuel F. de Gouvêa Alves</i>. – Freguezia Quilombo, 2 de junho de 1884.
74	4 de agosto	Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n'essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d'esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. – <i>Manuel F. de Gouvêa Alves</i>. – Freguezia Quilombo, 2 de junho de 1884.
75	21 de outubro	Ao Exmo. Sr. ministro da justiça e presidente da província do Rio de Janeiro Na serra do Picú, em zona pertencente á freguezia de Campo Bello, município de Rezende existe um grande quilombo que traz em eminente perigo os fazendeiros visinhos e passageiros que transitam por aquella serra. Os escravos alli agglomerados tem já assaltado alguns transeuntes, entre elles o negociante Monteiro, que milagrosamente salvou-se, e devido á impunidade, seu numero cresce de dia em dia. É quase certo uma grande desgraça para os visinhos d'aquella zona, que quase todos os dias vêm suas casas assaltadas, sem opderem repellir por falta de meios. Pedimos a SS. EEx. Que attendam a reclamação já feita pelo juiz de paz de Campo Bello, e nos dê forças para bater aquellas mattas.

		<i>As victimas.</i>
76	22 de outubro	Ao Exmo. Sr. ministro da justiça e presidente da província do Rio de Janeiro Na serra do Picú, em zona pertencente á freguezia de Campo Bello, município de Rezende existe um grande quilombo que traz em eminente perigo os fazendeiros visinhos e passageiros que transitam por aquella serra. Os escravos alli agglomerados tem já assaltado alguns transeuntes, entre elles o negociante Monteiro, que milagrosamente salvou-se, e devido á impunidade, seu numero cresce de dia em dia. É quase certo uma grande desgraça para os visinhos d'aquella zona, que quase todos os dias vêm suas casas assaltadas, sem opderem repellir por falta de meios. Pedimos a SS. EEx. Que attendam a reclamação já feita pelo juiz de paz de Campo Bello, e nos dê forças para bater aquellas mattas. <i>As victimas.</i>
77	23 de outubro	Ao Exmo. Sr. ministro da justiça e presidente da província do Rio de Janeiro Na serra do Picú, em zona pertencente á freguezia de Campo Bello, município de Rezende existe um grande quilombo que traz em eminente perigo os fazendeiros visinhos e passageiros que transitam por aquella serra. Os escravos alli agglomerados tem já assaltado alguns transeuntes, entre elles o negociante Monteiro, que milagrosamente salvou-se, e devido á impunidade, seu numero cresce de dia em dia. É quase certo uma grande desgraça para os visinhos d'aquella zona, que quase todos os dias vêm suas casas assaltadas, sem opderem repellir por falta de meios. Pedimos a SS. EEx. Que attendam a reclamação já feita pelo juiz de paz de Campo Bello, e nos dê forças para bater aquellas mattas. <i>As victimas.</i>
78	24 de outubro	ASSEMBLÉA PROVINCIAL Na assembléa provincial houve hontem sessão, sob a presidência do Sr. Carlos Castrioto, vice-presidente, achando-se presentes 32 Srs. deputados. Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente, com uma reclamação do Sr. Pedro Luiz relativamente ao projecto n. 3322, que estadno em 2ª discussão foi rejeitado em 3ª, sem ter passado por aqueulla, como mandam o regimento e o acto addicional. Entende o reclamante que a votação deve ser considerada nulla e o projecto sujeito de novo á discussão, depois de consultada a casa, se assim determina o regimento. O Sr. PRESIDENTE declara que, tendo havido engano na votação do projecto n. 3322, que concede melhoramento de reforma ao capitão José Alexandre Ferreira, dá por nulla a referida votação e manda que o projecto volte á secretaria, afim de entrar de novo na ordem do dia. Passou-se á leitura do seguinte expediente: Projecto de Sr. Monteiro de Barros, consignando 20:000\$ para os reparos do que carece a igreja matriz da freguezia do Turvo, município do Pirahy.

	(ilegível) transmittindo as informações da directoria da instrução sobre o projecto n. 3575, que CREA uma escola para meninos no logar denominado Ipirangas. Outro, transmittindo por copia o da camara municipal de Itaborahy, em que pede a criação do logar de um guarda para a fonte publica. Outro, contendo informações pedidas, acerca das duas libertas Vicencia e Ludgera, cujos serviços foram arrematados em praça na cidade de Valença. Requerimento de Affonso Elesbino Ribeiro, escrivão do juízo municipal do termo de Rio Branco, pedindo pagamento de 77\$640 de custas judiciárias de que é o credor d'aquella municipalidade. O Sr. Heredia de Sá pede á commissão de orçamento municipal que attenda o mais breve possível, dando o seu parecer para uma proposta da camara municipal de Campos, pedindo augmento e equiparamento dos ordenados de seus empregados. Faz diversas considerações sobre os serviços a cargo daquella camara, e mostra o grande trabalho que têm os fiscaes em percorrer os seus extensos districtos, e pesado encargo que têm o secretario e o engenheiro que recebem honorários inferiores aos seus serviços. Chama particularmente a attenção da commissão para o augmento de ordenado do fiscal do 3º districto da cidade e dos fiscaes da freguezia dos Guarulhos, que recebem ordenados exíguos que não estão em relação com o grande terreno que tem de vigilar, sobre tudo na época das chuvas, em que são obrigados a percorrer as estradas e os rios para ver o estado dos caminhos e das pontes. Faz ainda outras considerações, e espera ver attendido o pedido da camara de Campos. O Sr. Antonio Leite diz que a província e a assembléa sabem que o presidente da província, o Sr. Dr. Cesario Alvim, não completou com a sua sancção o acto legislativo sobre a importante questão da transferencia da estrada de ferro de Cantagallo. A commissão de constituição e das leis julgou urgente o parecer sobre as razões da não sancção, visto que uma lei já votada pela assembléa o aceita pelo mesmo actual administrador da província decretou o ramal do Rio Bonito a Macahé, conditionalmente, isto é, se o contracto Gomes de Oliveira por qualquer circumstancia não fosse executado. N'estes termos, o porque se trata do assumpto de maior importância de entre todos aquelles de que a assembléa tomou conhecimento n'esta sessão, vem a commissão apresentar o seu parecer para cuja leitura pede licença. O orador lê o parecer (que vai publicar em outro logar) e declara que elle deve ter o destino do regimento. O Sr. Portella, pede dispensa da impressão do parecer, em avulso afim de entrar em discussão com brevidade. Foi approvedo o requerimento do Sr. Portella. Tendo-se esgotado a hora destinada ao expediente, e eindo passar-se á ordem do dia, o Sr. Candido Teixeira requer e é approveda a prorrogação da hora para leitura e approvação de dous requerimentos que se acham sobre a mesa. São lidos, apoiados e approvedos os seguintes requerimentos:
--	---

	Do Sr. Paes Leme: << Requeiro que se peçam ao presidente da província informações se a professora que actualmente lecciona a escola subvencionada do sexo feminino do Rodeio, está no caso de exercer o emprego. >> Do Sr. Candido Teixeira: << Requeiro que sejam solicitadas do governo da província as seguintes informações: << Qaues as providencias dadas para a extinctão do <i>quilombo</i> existente na serra do Picú, frqguezia de Campo Bello, município de Rezende, que tem trazido em grande alarma, por seus attentados, os habitantes d'aqueulla zona. >> O Sr. Alves da Silva lembra que, tendo pedido há dous dias preferênciã para um projecto sobre a estrada de ferro de Mangaratiba, ainda não fio attendido, apesar de aprovado o seu pedido pela assembléa. Chama para isso a attenção do Sr. presidente, que declara tomar em consideração a reclamação do orador. Passa-se á 1ª parte da ordem do dia. É approvedo em 3ª discussão o projecto n.3168, concedendo um anno de licença com todos os vencimentos ao professor publico Antonio José da Costa Velho, para tratar de sua saúde. Entra em 2ª discussão o projecto concendendo créditos supplementares ao presidente da província. O Sr. Portella, depois de justificar emendas ao projecto, pede que a discussão seja adiada até o dia 27, sem prejuízo da em que está. O Sr. Antonio Leite, membro da commissão, declara concordar com o adiamnto. São lidas diversas emendas, sendo approvedo o requerimento do Sr. Portella. Entra em 1ª discussão e é approvedo, depois de algumas observações dos Srs. Martinho Campos Filho e Pedro Luiz, o projecto n. 3179, relativo aos engenhos centraes de Cabo Frio. Entra em 2ª discussão o projecto n.3356, relativo ao cartório de Nova Friburgo. O Sr. Ralfeld discute largamente o projecto, lendo todos os documentos que o acompanham, ficando a discussão adiada pela hora. Passa-se á 2ª parte da ordem do dia. Continúa a 3ª discussão do orçamento municipal. São lidas e approvedas diversas emendas. O Sr. Pedro Luiz, depois de discutir o projecto e o parecer da commissão, manifesta-se contra esta e contra todas as emendas creando impostos, que não foram solicitados pelas respectivas camaras municipaes. Fallam ainda os Srs.: Martinho Campos, que justificou uma emenda, mandando que não seja approvedo o contracto feito pela camara municipal da Parahyba do Sul para a illuminação da cidade a luz eléctrica; e o Sr. Souza Pinto, que justificou uma emenda sobre o asylo Furquim, em Vassouras.
--	--

		A discussão ficou adiada. Levantou-se a sessão às 3 horas da tarde.
79	27 de novembro	PUBLICAÇÕES A PEDIDO A saúde no Quilombo Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n’essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d’esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. – <i>Manuel F. de Gouvêa Alves</i>. – Freguezia Quilombo, 2 de junho de 1884.
80	1 de dezembro	A saúde no Quilombo Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n’essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d’esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. – <i>Manuel F. de Gouvêa Alves</i>. – Freguezia Quilombo, 2 de junho de 1884.
81	3 de dezembro	A saúde no Quilombo Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n’essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d’esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. – <i>Manuel F. de Gouvêa Alves</i>. – Freguezia Quilombo, 2 de junho de 1884.
82	5 de dezembro	A saúde no Quilombo Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n’essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d’esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. – <i>Manuel F. de Gouvêa Alves</i>. – Freguezia

		Quilombo, 2 de junho de 1884.
83	8 de dezembro	A saúde no Quilombo Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n'essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d'esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. – <i>Manuel F. de Gouvêa Alves</i>. – Freguezia Quilombo, 2 de junho de 1884.
84	24 de dezembro	A policia deu caça n'um <i>quilombo</i> que existia em Queluz, S. Paulo, e prendeu cerca de oito escravos que se refugiavam alli. Estes escravos traziam todas as pessoas que moravam n'aquellas immediações em grande sobresalto, atacando e roubando constantemente nas fazendas.
1885		
85	26 de março	Eis aqui um curioso e notável caso de fecundidade, que provavelmente excitará o estudo e a observação dos competentes. Uma preta, escrava do Sr. José Estevão dos Reis, morador na freguezia do Quilombo, no município de Barbacena, deu á luz, em janeiro próximo passado, a quatro crianças, em um só parto; sendo três do sexo masculino e uma do sexo feminino. Das quatro crianaças a ultima falleceu vinte e quatro horas depois de nascida, as três outras sobreviveram e estão boas e robustas. O mais notável é que das quatro crianças duas são de cor preta, uma parda e a que falleceu era branca. Este phenomeno attrahiu a curiosidade dos visinhos, que em grande numero foram observal-o. A parturiente esteve em trabalho durante 24 horas e suas condições de saúde são excellentes.
86	6 de abril	Pinto, interrogado hontem pelo delegado, disse ser verdade ter ido a Piracicaba visitar sua irmã doente, indo de trolly tomar trem a Quilombo e não a Itaicy. Que trouxe de Piracicaba dinehiro para pagar letra de seu cunhado Dr. Antonio da Silva Moraes, não se lembrando da quantia, e ter realmente sido Setubal quem fez em S. Paulo a transacção, pagando as despesas de commissão.
87	19 de abril	A seguinte e triste noticia é narrada pela <i>Imprensa Ituana</i>: << No dia 10 do corrente, na fazenda denominada Quilombo, pretencente ao termo de Indaiatuba, n'esta comarca, o administrador da fazenda de José Alves de Araujo, por fútil motivo, mandou ao feitor José Teixeira que castigasse o preto Victorino, um dos melhores escravos, estimado por sua fidelidade e deligencia. O feitor fez ver que aquelle castigo era injusto, e recusou-se a applical-o. Á noite, quando o dito Victorino recolheu os escravos ao quadrado por ordem do administrador, que lhe dizia que ia castigal-o, como era natural, Victorino procurou

		escapar, pois tinha certeza de sua inocência; na luta, podendo arrancar a faca de um seu companheiro, pôde catubar seus agressores, conseguindo assim escapar-lhes. Em seguida foi apresentar-se ao filho de sua senhora, D. Francisca Amalia de Oliveira Camargo, a quem entregou-se á prisão, porque quando lhe contava o facto appareceu um negro, que trazia nas costas um dos offendidos, que d'ahi a pouco morreu. O escravo não se queixa de sua senhora nem de seus filhos, dizendo que são muito bons e quando se acham na fazenda tratam muito bem os escravos. >>
88	5 de maio	A saúde no Quilombo Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n'essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d'esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. MANUEL F. DE GOUVÊA ALVES. Freguezia Quilombo, 2 de junho de 1884.
89	7 de maio	A saúde no Quilombo Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n'essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d'esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. MANUEL F. DE GOUVÊA ALVES. Freguezia Quilombo, 2 de junho de 1884.
90	10 de maio	A saúde no Quilombo Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n'essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d'esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. MANUEL F. DE GOUVÊA ALVES.

		Freguezia Quilombo, 2 de junho de 1884.
91	11 de maio	A saúde no Quilombo Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n’essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d’esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. MANUEL F. DE GOUVÊA ALVES. Freguezia Quilombo, 2 de junho de 1884.
92	13 de maio	A saúde no Quilombo Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n’essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d’esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. MANUEL F. DE GOUVÊA ALVES. Freguezia Quilombo, 2 de junho de 1884.
93	6 de julho	Escrevem de Jundiahy ao <i>Correio de Campinas</i>: << Há um quilombo do escravos fugidos na fazenda denominada S. Simão, no districto de Jundiahy, distante umas 2 ½ léguas da estação de Itupeva, da qual é administrador o Sr. Francisco Bueno. Aos 29 do passado o Sr. Bueno ajuntou uma força de 15 paisanos e assaltou o quilombo, resultando d’este assalto a morte de um dos paisanos e a retirada dos mais, que deixaram o cadáver de seu companheiro nas mãos dos aquilombados. O Sr. Bueno communicou o occorrido ao delegado de policia de Jundiahy, por telegramma e pediu uma força para desalojar os aquilombados. O delegado respondeu-lhe immediatamente que não tinha a força precisa disponível e que não remetesse o cadáver para Jundiahy com as testemunhas do facto, e telegraphou ao chefe de policia, pedindo um destacamento para servir no caso. Este veio no dia 30 do passado em numero de 15 praças, commandadas por um tenente, e desembarcou em Jundiahy. No mesmo dia o delegado fez marchar o destacamento para a scena do distúrbio. << Chegado o destacamento ao sitio, o commandante fez o reconhecimento da situação das cousas, e communicou ao delegado que os escravos estavam entricheirados na matta e que não podia subjugal-os sem empregar os meios

		mais enérgicos. O delegado respondeu que fizesse uso das armas, mas o commandante, vendo que havia grande desproporção entre o numero das praças e dos fugidos, e que estes tinham uma immensa vantagem do terreno, julgou mais prudente não atacar o quilombo sem um reforço de praças, e voltou para Jundiahy, com o destacamento, hoje (2) de tarde. Diz o delegado que elle espera a chegada de um reforço sufficiente, de S. Paulo, amanhã, e fará seguir a força, assim augmentada, de novo á scena do distúrbio. A gente da visinhança do quilombo assevera que há 43 dos fugidos, e que o cadáver do infeliz paizano, que morreu no conflicto de 29 do passado, está lá a pequena distancia do quilombo, espetado n'um mastro para a admoestação dos temerários. >>
94	20 de agosto	ASSEMBLÉA PROVINCIAL ABERTA A SESSÃO, É LIDA E APPROVADA A ACTA DA SESSÃO ANTECEDENTE, DEPOIS DE ALGUMAS OBSERVAÇÕES DO SR. Laper. O Sr. Andrade Baena fundamenta em seguida um requerimento pedindo informações á presidência da província sobre a prisão de Carlos Duboe effectuada na cidade de Valença, por ordem do delegado de policia. Passando-se á ordem do dia, entra em discussão o projecto n.2629, declarando isentos de impostos os legados deixados n'esta província á Santa Casa de Misericórdia da corte. O Sr. Pedro Luiz manifesta-se a favor do projecto, ao qual dá o seu voto. O Sr. Martininho Campos Filho pede informações á commissão respectiva, para orientar o seu voto. O Sr. Marcellino Coelho, como relator da commissão, dá as informações pedidas. O Sr. Froes da Cruz combate o projecto, por entender que o favor concedido por elle deve ser para as casas de caridade da província. O Sr. Antão de Vasconcellos vota pelo projecto e pede o encerramento da discussão. Procedendo-se á votação, é o projecto approvedo. Entra em discusão o projecto n. 3563, declarando que a isenção concedida ao Asylo de Santa Izabel, em Petropolis, comprehende também três prédios da rua de D. Januaria. O Sr. Pedro Luiz pede o adiamento da discussão por oito dias. E em seguida approvedo o projecto n.3401, creando uma escola para o sexo feminino no logar denominado Lavras, depois de algumas observações dos Srs. Pedro Luiz e Harfeld. O Sr. presidente levanta a sessão e dá para ordem do dia de hoje: 3322 Approva o regulamento para o cemiterio publico em Vassouras. 3527 Reduz vencimentos de empregados da camara de S. Fidelis. 3347 Ponte sobre o rio Tinguá.

		3601 Eleva os vencimentos do medico de partido da comarca de Rezende. 2637 Approva o regimento interno da camara municipal de Valença. 3479 Ponte do Subaio. 3ª discussão dos projectos ns. 3359 Crea uma escola para o sexo masculino, no Quirino. 3433 Approva posturas da camara de Cabo Frio. 3451 Approva posturas da camara de Nova Friburgo. 3282 Approva outras posturas da mesma camara. 3191 Posturas sobre o fechamento das portas em Nictheroy. 2991 Abastecimento d'agua á barra de S. João. 1ª discussão dos projectos ns.: 3379 Ponte do Bom Sucesso. 3622 Sobre a pretenção de João Pereira de Novaes, acerca de isenção de décima para terrenos alagadiços que aterrara em Nictheroy. 2623 Crea uma escola para o sexo masculino em Barra Alegre. 3409 Ponte do Girau em Saquarema. 3625 Approvando a aposentadoria do engenheiro Graça Bastos. 3443 Approvando a concessão feita pela camara de Petropolis á estrada de ferro Principe do Grão-Pará. 3559 Crea a freguezia de Sant'Anna, na Barra do Pirahy. 3471 Desmembra a freguezia do Quilombo da freguezia da Ponte Nova e annexa á de Santa Maria Magdalena. 3598 Approva a proposta de redução de vencimentos de empregados da camara de Capivary.
95	22 de agosto	ASSEMBLÉA PROVINCIAL Aberta a sessão e aprovada a acta o Sr. Briggs apresenta o seguinte requerimento sobre o qual toma a palavra o Sr. Pedro Luiz, ficando a discussão addiada: << Requeiro que se solicitem do presidente da província as seguintes informações: 1ª Qual o numero de escolas que têm sido subvencionadas até á presente data, em virtude do n. 52, tit. 2º, art. 2º do orçamento vigente; 2ª Se tem sido observado o regulamento de 16 de dezembro de 1880 e no caso contrario, se foi expedido um outro regulamento: 3ª Se na concessão das subvenções a presidência tem obtido informações do Sr. director da instrucção publica; 4ª Qual o numero de alumnos matriculados n'estas escolas até o fim do 2º trimestre docorrente anno. >>

	Passando-se á ordem do dia entra em discussão o projecto n. 3332, approvando o regulamento organizado pela camara municipal de Vassouras, para o cemitério publico d'aqueulla cidade. O Sr. Souza Pinto, analysa detidamente os diversos artigos do projecto, mostrando a sua inconveniência e declara que lhe nega o seu voto. O Sr. Alves dos Santos defende as disposições do projecto a que dá o seu voto. A discussão ficou addiada pela hora. O Sr. presidente levanta a sessão e dá para a ordem do dia de hoje os projectos ns.: 3332 Approva o regulamento para o cemitério publico de Vassouras. 3527 Reduz vencimentos de empregados da camara de S. Fidelis. 3347 Ponte sobre o rio Tinguá. 3691 Eleva os vencimentos do medico de partido da comarca de Rezende. 2637 Approva o regimento interno da camara municipal de Valença. 3479 Ponte do Subaio. 3ª discussão dos projectos ns. 3359 Crea uma escola para o sexo masculino, no Quirino. 3434 Approva posturas da camara de Nova Friburgo. 3282 Approva outras posturas da mesma camara. 3191 Posturas sobre o fechamento das portas de Nictheroy. 2991 Abastecimento d'agua á barra de S. João. 3459 Estrada de ferro de Mangaratiba a Ponte Bella. 1ª discussão dos projectos ns.: 3379 Ponte do Bom Sucesso. 3622 Sobre a pretensão de João Pereira de Novaes, acerca de isenção de décima para terrenos alagadiços que aterrara em Nictheroy. 2623 Crea uma escola para o sexo masculino em Barra Alegre. 3409 Ponte do Girau em Saquarema. 3625 Approvando a aposentadoria do engenheiro Graça Bastos. 3143 Approvando a concessão feita pela camara de Petropolis á estrada de ferro Principe do Grao Pará. 2559 Crea a freguezia de Sant'Anna, na Barra do Pirahy. 3471 Desmembra a freguezia do Quilombo da freguezia da Ponte Nova e annexa á de Santa Maria Magdalena. 3598 Approva a proposta de reducção de vencimentos de empregados da camara de Capivary. 3466 Determina que 10% de todos os impostos municipaes e provinciaes sejam
--	---

		applicados á colonisação. 2649 Concerto da matriz do Porto das Caixas. 3594 Approva o código de posturas da camara municipal de Iguassú.
96	31 de outubro	Sob proposta do director geral dos correios, foram creadas as seguintes agencias de correio: na estação do Quilombo, estrada de ferro da companhia Ituana, província de S. Paulo; na freguezia de S. João Baptista, município de Bom Successo, província de Minas Geraes; na freguezia de Santa Rita do Rio Abaixo, município de S. João d'El-Rei, província de Minas-Geraes.
97	4 de dezembro	Todas as manhãs passa por Cascadura um preto velho, de nome Gabriel, que conta 110 annos de idade! Falla ainda bem e enxerga alguma cousa, não podendo senão andar enconstado a um pau e com uma pequena trouxa ás costas. Conta factos antigos que a nossa historia não cita e entre outros factos, conta que quando escravo em Angra dos Reis, esteve fugido nas mattas perto de vinte annos, em companhia de outros que formavam um quilombo. Viviam armados de espingardas pederneiras, de modo que quaquer pessoa que ousasse chegar perto ou havia de ser morta ou bastante espancada. Caminha vagorosamente quase cinco léguas, do Capão do Bispo a Jacarépaguá, fazendo a viagem de ida e volta. Isto é que é viver.
98	9 de dezembro	Escrevem do Sapé, a <i>Provincia</i>, em data de 2, que no Quilombo, município de Lenções, os três irmãos Antonio, Manuel e José Rizada, assassinaram barbaramente João Lucas, de quem tinham ódio, e para perpetrar o crime, convidaram-o para uma caçada. Foi na ocasião em que esperava a passagem de uma anta, que traiçoeiramente lhe dispararam tiros na cara, vindo a victima a succumbir instantaneamente. O estado do cadáver causava horror. Os assassinos lá estão acoutados por aquelles logares, ao que parece pouco receiosos da justiça da terra.
1886		
99	24 de janeiro	A saúde no Quilombo Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n'essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d'esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. MANUEL F. DE GOUVÊA ALVES. Freguezia Quilombo, 2 de junho de 1884.
100	27 de janeiro	ELEIÇÕES GERAES MINAS

		(...) 7º DISTRICTO <i>Município de Barbacena</i> II. Salles T. Guimarães Alvim Barbacena (*)69.....6.....45 João Gomes.....28.....10.....5 Remédios.....18.....4.....11 Barroso.....5.....3.....3 Quilombo.....17.....4.....26 S. Rita do Ibitipoca.....19.....16 Conceição do Ibitipoca.....29.....10 Rio do Peixe (Lima Duarte).23.....7 Total do município.....199.....60.....91 (*) Uma cédula em branco e não houve eleição na freguesia do Mello do Desterro. (...)
101	11 de fevereiro	QUILOMBO – MINAS Á PRAÇA Esteves, Irmãos & C. fazem sciente á praça e aos seus amigos e freguezes que, de commum accordo e na melhor harmonia dissolveram a sociedade que tinham n'este logar sob a firma supra, retirando-se o sócio Francisco Moreira de Andrade pago e satisfeito de seu capital e lucro; ficando todo o activo e passivo a cargo da nova firma – <i>Esteves Irmão</i>. Quilombo, 5 de janeiro de 1886.
102	13 de fevereiro	QUILOMBO – MINAS Á PRAÇA Esteves, Irmãos & C. fazem sciente á praça e aos seus amigos e freguezes que, de commum accordo e na melhor harmonia dissolveram a sociedade que tinham n'este logar sob a firma supra, retirando-se o sócio Francisco Moreira de Andrade pago e satisfeito de seu capital e lucro; ficando todo o activo e passivo a cargo da nova firma – <i>Esteves Irmão</i>. Quilombo, 5 de janeiro de 1886.
103	14 de fevereiro	QUILOMBO – MINAS Á PRAÇA Esteves, Irmãos & C. fazem sciente á praça e aos seus amigos e freguezes que, de commum accordo e na melhor harmonia dissolveram a sociedade que tinham n'este logar sob a firma supra, retirando-se o sócio Francisco Moreira de Andrade pago e satisfeito de seu capital e lucro; ficando todo o activo e passivo a cargo da

		nova firma – <i>Esteves Irmão</i> . Quilombo, 5 de janeiro de 1886.
104	18 de julho	S. PAULO 15 de julho Foi aqui muito bem recebida a noticia de estar nomeado presidente d'esta província o Sr. barão do Parnahyba. A maneira elevada por que o illustre paulista se tem desempenhado do encargo de administrador provincial interino constitue solida garantia do que d'elle se deve esperar a bem dos interesses d'esta província, sem as peãs e o natural escrúpulo que rodeiam e pesam sobre os governos provisórios. - A companhia <i>Predial Paulista</i>, que alguns estimáveis cavalheiros aqui residentes tratam de incorporar, esta encontrando franca e decidida aceitação. Sabemos que se acham já subscriptos mais de dois terços das acções representativas do respectivo capital, que é de 300:000\$000. - Segue amanhã para a corte, a tratar de negócios os particulares, o Sr. barão do Parnahyba. Durante a sua ausência assumirá a presidência da província o Sr. Dr. Elias Chaves, na qualidade de primeiro vice-presidente. A propósito dos quilombolas, que, há cerca de dous mezes, trazem em sobresalto os fazendeiros o município Jundiahy e Itú, lê-se na <i>Imprensa Ituana</i>, de ante-hontem: << A 10 do corrente e a requisição do fazendeiro Elias Antonio Pereira Mendes, seguiu para o bairro de Pirahy uma deligencia com o fim de prender alguns quilombolas, que de há muito lá se haviam estabelecido. Como de costume, acharam o quilombo abandonado e, passando a examinar as immediações, encontraram um cadáver, que fora recentemente coberto com uma porção de terra. O cadáver foi reconhecido ser de Elias, ex-escravo do Sr. Antonio Bueno; trazia os pés amarrados com cipó e a cabeça muito maltratada, sendo de suppor a existência de um crime. Sobre o montão de terra estava um sacco cheio de sementes, raízes, cabeças de cobras e outros objectos talvez de <i>feitiçaria</i>. Havia no rancho uma engenhoca de moer canna, o que denota não ser novo aquelle quilombo. Conta-nos que a policia foi informada do occorrido, mas ignoramos se já procedeu na forma da lei. >> - Sob a epigraphe <i>Horroroso</i>, lê-se na <i>Imprensa do Tietê</i>: << Deu-se hontem, nas immediações d'esta cidade, um desastre, que causou terror á nossa população. Entre a estação da via-ferrea e a do Cerquilho, existe uma chave na linha junto da qual estão fazendo um poço. Trabalhava hontem dentro do referido poço fuão Mineiro, entre as 2 para 3 horas da tarde, quando apparece na occasião Tobias, homem de idade avançada, liberto, montado em um burro, trazendo sobre o collo uma criança de dois annos e

		na garupa outra criança de uns dez mais ou menos, e o pobre homem aproxima-se mesmo montado a conversar com o referido Mineiro. Tobias, depois de algum tempo de prosa, despede-se e ao retirar-se felseia o animal, cahindo todos no precipício que mede mais de trinte palmos de profundidade! Aos gemidos abafados das victimas acodem algumas pessoas que presenciam o horrível espectáculo. Tratam então de socorros. Laçam o animal para tirar fora , e quando vinha elle em altura de uns quinze palmos rebenta o laço, cahindo o enorme volume sobre as victimas, que já se achavam muitíssimo maltratadas. Com a segunda queda do animal ficou a criança menor toda mutilada, sendo retirada sem vida. Das outras três pessoas Tobias achava-se agonizante, Mineiro muito maltratado e o menino maior ligeiramente contundido. >> - Nas obras que a Companhia Paulista mandou fazer no rio Mogy-guassú para a navegação fluvial, o trabalhador portuguezs José Dias Cavalheiro, diz o <i>Diario de Campinas</i>, estando ante-hontem a abrir um buraco em uma pedra por meio de uma broca, ao dar uma das pancadas, cahiu tão desastrosamente sobre a broca, que esta se lhe enterrou nas carnes á altura da cinta. Foi muito dolorosa para José Dias a extracção da broca, que lhe ficou presa ao corpo pelo lado superior, em virtude do rebordo causado pelas pancadas do martello. O infeliz está em tratamento no hospital da Sociedade de Beneficencia Portugueza de Campinas. - Diz o <i>Diario de Sorocaba</i> que existe na fabrica do Ypanema, em poder de Jacob Rusconi, carvoeiro italiano, uma besta pangaré que dá magnífico leite. Dá mais de duas garrafas por dia. Quando Rusconi deixa de tirar o agradável liquido, a besta fica doente e só consegue andar com difficuldade. O animal é bastante manso. O facto é garantido por testemunha de vista e pessoa criteriosa.
105	4 de agosto	ELEIÇÃO SENATORIAL O resultado conhecido da eleição para senador, a que se procedeu no dia 26 do corrente na província de Minas Geraes, é o seguinte: collegios de Antonio Dias, Ouro Preto, S. Bartholomeu, Casa Branca, Rio das Pedras, Itabira do Campo, Congonhas, Paraopéba, Entre Rios, S. Braz do Sussuhy, Queluz, Capella Nova, Itaverava, Cattas Altas, Lamin, Santo Amaro, Morro do Chapéu, Marianna, Conceição de Camargos, Infeccionado, Sumidouro, S. Caetano do Ribeirão, Cachoeira do Brumado, Furquim, Paulo Moreira, Barra Longa, Ponte Nova, Escalvado, Bicudos, Abre Campo, Itabira, Santa Barbara, S. Gonçalo do Rio Abaixo, Morro Grande, Cocães, Piracicaba, Cattas Altas do Matto de Dentro, Conceição, Morro do Pilar, Oliveira do Itambé, Suassuhy, Augustura, Chiador, Sarandahy, Sabará, Raposos, Pilar de Conginhas, Santo Antonio do Rio Acima, Curral d'El- Rei, Contagem, Venda Nova, Caethé, Roças Novas, Taquarussú, Santa Luzia, S. João d'El-Rei, Nazareth, S. José d'El-Rei, Prados, Carandahy, Lagoa Dourada, Lage, Bom Sucesso, Oliveira, Bomfim, Itatiayassú, Dorés de Conquista, Piedade dos Geraes, Barbacena, Barroso, Conceição do Ibitipóca,

		Santa Rita do Ibitipóca, Quilombo, João Gomes, Remédios, Desterro do Mallo, Turvo, Bom Jardim, S. Vicente, Madre de Deus, Conceição de Carrancas, Piranga, Calambao, Conceição do Turvo, S. Caetano do Chopotó, Piedade da Boa Esperança, Guaraciaba, Santo Antonio do Bacalhau, Ubá, Rio Branco, Sapé, Bagres, Tocantins, Pomba, Guarany, Mercês do Pomba, Porto de Santo Antonio, Bomfim do Pomba, Taboleiro, Dolores do Turvo, Viçosa, Araponga, Santa Luzia da Carangola, Leopoldina, Piedade, Conceição da Boa Vista, Rio Pardo, Pirapitinga, Cotaguazes, Capivara, S. APulo do Muriahé, Cachoeira Alegre, Patrocinio do Muriahé, S. Sebastião da MATta, Gloria, Limeira, Mar de Hespanha, Espirito Santo, Dolores de Monte Alegre, Além Parahyba, Juiz de Fóra, Chapéu d'Uvas, Chacara, S. Francisco de Paula, S. José do Rio Preto, S. Pedro d'Alcantara, Rio Novo, Piao, S. João Nepomuceno, Rio Preto, Santa Rita de Jacotiga, Pouso Alto, Picú, Passa Quatro, Capivary, Virginia, Itajubá, Pirangussú, S. Caetano da Vargem Grande, Soledade do Itajubá, S. José do Paraizo, Cachoeiras, Ouros, Consolação do CApivary, Sapucahy-Mirim, Christina, Carmo, Pedra Branca, Santa-Catharina, Baependy, Encruzilhada, S. Thomé, Conceição do Rio Verde, Ayuruoca, Bocaina, Livramento, Passa-Vinte, Pouso Alegre, Jaguar, Extrema, Campanha, Aguas Virtuosas, Lambary, Rio Verde, Motuca, S. Gonçalo, Alfenas, Machado, Carmo da Escaramuça, Tres Pontas, Vargem, Varginha, Lavras, Carmo da Cachoeira, Perdões, Formiga, Boa Esperança, Diamantina, Chapada, Rio Preto, Mendanha, Curymatahy, Gouveia, Dattas, Montes Claros, Serro e mais: Itapeçerica, Santa Rita do Sapucahy, Jacotinga, Monte Sião, Our Fino, Campo Mystico, Cabo Verde, Aventureiro, Canna Verde, Cachoeira do Campo, Serranos, Arripiados e S. Sebastião dos Affloctos: Total: votos Dr. Cesario Alvim.....5033 Conselheiro Carlos Affonso.....4776 Conselheiro Candido de Oliveira ...4594 Commendador Soares.....4511 Barão da Leopoldina.....4132 Dr. Ferreira da Veiga.....4040 Dr. Agostinho Bretas.....2408 Dr. Calmon.....1657
106	15 de setembro	Estão na corte os Srs.: Carlos Muller, negociante em S. José d'El-Rei; Baptista Martins da Costa, negociante em Itabira de Matto Dentro; Emilio José da Fonseca Manso, negociante no Quilombo; João Cardoso de Aguiar, negociante em Saquarema, e Antonio Vicente de Almeida e Sá, negociante em Mercês do Pomba.
107	18 de setembro	ASSEMBLÉA PROVINCIAL Na sessão de hontem, na hora do expediente, foram lidos: um officio do secretario da província, transmittindo, por cópia, a denuncia dada pelo promotor da Parahyba do Sul contra um dos conductores dos escravos de Domiciano Caetano do Valle, e um requerimento de Henrique Irineu de Souza e outros, desistindo da garantia de juros que pediram para abastecer a cidade de Petropolis de água potável e dar-lhe esgotos e iluminação. Foram julgados objecto de deliberação os projectos: auctorizando o presidente da província a despendar até 10:000\$ com os concertos da estrada da Corôa

		Grande, em Itaboraí á Itacurussá; auctorisando o presidente da província a despendar 25:000\$ para a construcção de um prédio para a camara municipal de Sant'Anna do Macacú, deduzindo-se 1:000\$ annualmente do subsidio d'aquella camara para indemnizar a província; concedendo privilegio por 60 annos sem garantia de juros ao engenheiro F. Siqueira de Queiroga, barão de Monteiro de Barros e Justiniano José de Miranda para um estrada de ferro de bitola estreita que, partindo do Sumidouro ou da barra de S. Francisco, vá terminar em um ponto qualquer da estrada de ferro de Cantagallo, á escola da empreza, de accordo com a administração da província, creando uma escola do sexo masculino em Pouso Secco, Rio Claro: auctorisando o presidente da província a despendar 10:000\$ com os reparos da matriz da freguezia de Nossa Senhora da Gloria, da cidade de Valença; considerando como estrada provincial, o prolongamento da de Tinguá; auctorizando o presidente a despendar a quantia necessária para os melhoramentos da estrada do Corrego do Prata ao Quilombo; creando uma escola em S. João da Barra; concedendo duas loterias para o hospital de S. João Baptista de Macahé; creando uma escola publica do sexo masculino em S. Bento, Iguassú. Foram lidos vários pareceres das commissões de agricultura, obras publicas e constituição. O Sr. Vieira da Fonseca requer que seja incluído na ordem do dia de hoje o projecto sobre concertos á capella de Matto-Grosso, em Saquarema. O Sr. Modesto apresentou um requerimento de Jeronymo Cordeiro de Araujo Lima, pedindo garantia de juros de 6% sobre o capital de 500:000\$ para um engenho central em S. Fidelis. O Sr. Antonio Leite fundamenta um requerimento, pedindo que os papeis relativos ao pedido do Banco Rural e Hypothecario sobre o pagamento de 404:607\$180 vão ao presidente da província. O orador considera a sentença do supremo tribuanl contraria ao direito expresso e julga que não procede o pedido do banco e que a província não deve pagar. Entrando-se na ordem do dia, o Sr. Pedro Luiz combate o projecto de estrada de ferro da Barra de S. Francisco a Theresopolis. A discussão ficou adiada.
1887		
108	13 de agosto	Nas proximidades de Jacutinga, província de Minas, algumas praças de policia, acompanhadas de diversos <i>capitães do matto</i>, deram um assalto a um quilombo, onde estavam muitos escravos fugidos. Como relata o correspondente do <i>Diario de Campinas</i>, os quilombolas offereceram tenaz resistência, travando-se luta renhida entre elles e a escolta. Foram mortos dous negros e uma negra, que faziam parte do quilombo, e um dos homens da escolta. Há diversos feridos, cujo numero ainda não é bem conhecido, nem tão pouco a gravidade dos ferimentos.
109	17 de outubro	<< Pedro Ribeiro Lobo de Alrcão, escrivão interino do juízo de paz da freguezia de Sant'Anna de Palmeiras, etc., etc. << Certifico que, revendo o livro 5º de notas, d'elle, á fla. 17 verso, consta a escriptura de constructo do teor seguinte: << Escriptura de contracto que fazem Joaquim José Alves e sua mulher D. Luiza Maria da Conceição, José Alves de Macedo e sua mulher D. Mariannaa José

		Soares, D. Maria Isabel do Nascimento, D. Anna Antonia de Jesus, Francisco José Laves de Lima e sua mulher, D. Rosa Lobo de Almeida Lima, como abaixo se vê: << Saibam quantos, etc., etc. no anno de nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1880, aos 17 dias do mez de maio n'esta freguezia, em casa de morada de Eduardo Rodrigues Paes Leme, logar denominado <i>Quilombo</i>, perante mim escrivão e as testemunhas assignadas, compareceram como outorgantes (seguem-se os nomes dos utorgantes já referidos) e como outorgado o <i>Dr. Manuel Peixoto de Lacerda Werneck</i>. Pelos outorgantes foi dito que são senhores e possuidores dos terrenos <i>vertentes para o rio S. Pedro</i>, e têm ajustado e contractado com o outorgado dr. <i>Manuel Peixoto de Lacerda Werneck</i> o seguinte: Primeiro, que em nome d'elles e com os poderes constantes dos instrumentos de procuração, o referido outorgado Dr. <i>Manuel Peixoto de Lacerda Werneck</i> promoverá <i>perante o governo geral ou quem melhores vantagens offerecer</i>, a sua venda dos ditos terrenos na sua totalidade ou tão somente as <i>vertentes para o dito rio de S. Pedro</i>, incluindo n'essas vendas os <i>prédios e quaesquer benfeitorias</i> encravadas, <i>esforçando-se para que uns e outros obtenham mais alto preço (!!!)</i>; segundo, disseram mais que haviam convencionado e contractado, como <i>pela presente</i> convencionam e contractam, que as despesas a fazer-se <i>com as necessárias diligencias</i> (quaes serão?) para a referida venda correrão tão somente por conta do outorgado <i>Doutor Manuel Peixoto de Lacerda Wrenecck</i>, menos as de medição ou demarcação, que serão feitas em comum, etc., etc. << Que para satisfação de todas estas despesas (?), diligencias e trabalhos (serão os discursos?) receberá o outorgado, Dr. Werneck, <i>metade do que produzir a venda</i> (50 por cento; como se serve bem á causa publica!), sendo a outra metade <i>liquida e livre</i> para os outorgantes, <i>na proporção da superfície</i> do terreno que a cada um pertencer, etc.; terceiro declaram mais que, em virtude das clausulas acima exaradas, <i>não poderão vender a terceiros sem sciencia e approvação do outorgado</i> os ditos terrenos, e caso o façam encorrerá aquelle ou aquelles dos outorgantes que o fizer <i>na multa de dois contos de réis (!)</i>. << E, assim, justos e contractados, etc., etc. E eu Pedro Ribeiro Lobo de Alarcão a subscrevo e assigno em publico e razo. Estava o signal publico – <i>Pedro Ribeiro Lobo de Alarcão</i>.
1888		
110	8 de janeiro	TELEGRAMMAS (...) Quilombo, 7 (S. Paulo) O Sr. José Estanolao do Amaral reuniu seus escravos e declarou-lhes que finda a colheita próxima, seriam libertos, recebendo desde já 10\$ mensalmente. Igual declaração fizeram Theophilo de Oliveira Camargo e a Exma Sra. D. Francisca Amalia da Silva Camargo, que possui mais de 400 escravos, dos quaes nem todos ficaram satisfeitos. São d'esta senhora os 58 escravos que fugiram e estão presos em Ití, d'onde, segundo elles declaram, não sahirão sem as respectivas cartas. (...)
111	25 de janeiro	TELEGRAMMAS (...)

		Quilombo, 24 (S. Paulo) O Sr. José Estanislao do Amaral reuniu seus escravos e entregou-lhes as cartas de liberdade incondicional. Esses escravos são em numero de 250, e quase todos ficaram na fazenda recebendo salários vantajosos. (Gazeta de Noticias.)
112	26 de fevereiro	A saúde no Quilombo Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n’essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d’esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. – <i>Manuel F. de Gouvêa Alves.</i> Fazenda do Quilombo, 2 de junho de 1884. (Depositarios ou agentes, Silva Gomes & Comp.)
113	1 de março	A saúde no Quilombo Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n’essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d’esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. – <i>Manuel F. de Gouvêa Alves.</i> Fazenda do Quilombo, 2 de junho de 1884. (Depositarios ou agentes, Silva Gomes & Comp.)
114	02 de março	ASSEMBLÉA PROVINCIAL DE S. PAULO Discurso pronunciado pelo Sr. conselheiro Duarte de Azevedo, na sessão de 21 de janeiro de 1887. 2° PARTE DA ORDEM DO DIA REOGAÇÃO DA LEI Entra em 1° discussão o projecto n. 11 d’este anno, revogando a lei de 1869 sobre prisão de escravos nas cadéas publicas. O Sr. Duarte de Azevedo:- Sr. presidente, não pretendia tomar a palavra sobre o projecto que se vai discutir; porém certas circumstancias que se deram hontem acerca de um requerimento, que tive a honra de apresentar á casa, e a provicação nominal, que me dirigiu o nobre deputado pelo 7° districto por uma pequena intervenção que tive no seu eloquente discurso, obrigam-me a occupar por alguns momentos a attenção d’esta honrada assembléa. Sr. presidente, quando requeri que o projecto do nobre deputado pelo 6° districto fosse remettido á commissão de constituição e poderes para sobre elle dar o seu parecer, declaro a V. Ex. com toda a lealdade que não foi meu pensamento

	embaraçar a discussão e menos a votação d'esse projecto. Cheguei mesmo a dizer que não duvidaria votar por elle, ou que pelo menos ainda não tinha opinião assentada sobre a materia. O meu intuito, quando formulei o requerimento, foi simplesmente evitar que a opinião publica fosse soprendida e sobresaltada, e que a provincia de S. Paulo suppuzesse que os seus legisladores e immediatos representantes cogitavam, revogando a lei de 7 de julho de 1869, armar a anarchia ou concitar nas fazendas a fuga dos escravos. Eu desejava, Sr. presidente, que a commissão de constituição e poderes estudasse o projecto e elaborasse um parecer, pelo qual fizéssemos sentir á provincia que não se tratava de medida alguma extraordinario tendente á abolição d a escravatura; que a suppressão da lei de 1869 tinha por fim retirar da legislação uma pura excrescencia, qual era a faculdade concedida pelo legislador provincial a empregados geraes, sobre processo policial ou administrativo de ordem puramente geral, sem por qualquer modo exauctorar os agentes do poder publico da sua jurisdição commum. Demais, senhores, se a lei de 1869 podia ser uma garantia para os senhores de escravos, e a sua suppressão o aniquilamento d'aquella garantia, eu desejava que se tornasse bem claro que a lei de 1869 não tem sido executada e que a medida recommendada na lei era absolutamente improficua; que, quaquer que seja o direito que tem o governo de applicar a força publica na apprehensão de escravos fugidos, a experiencia tem mostrado que n'esta provincia ao menos essa faculdade e aquelle expediente são completamente illusorios para impedirem a fuga dos escravos e a marcha da emancipação. Mas, Sr. presidente, já que toco n'este ponto, que é precisamente o da interpelação do honrado collega pelo 7º districto, permitta V. Ex. que em poucas palavras exponha as minhas opiniões, embora com o desgosto enorme de não concordar com V. Ex. na doutrina, que n'esta casa sustentou acerca do ponto em questão. Eu, Sr. presidente, que tenho tido a fortuna de acompanhar a V. Ex. no movimento geral da politica conservadora na provincia de S. Paulo; eu, que sou seu amigo devotado e soldado das ultimas fileiras do partido de que V. Ex. é illustre chefe, sinto grande constringimento, argumentando com o nobre deputado pelo 7º districto, sem ser coagido a contestar as asserções de V. Ex., cujas opiniões desejaria sempre applaudir. Argumentando com o nobre deputado, porque foi elle só quem collocou-me n'esta posição, bem que invertendo os nossos papeis. O nobre deputado disse muito bem que todo mundo era abolicionista, os conservadores, os liberaes, os republicanos; e d'este congraçamento, d'esta harmoni de pensamento, tirou, não sei porque artificios de logica, a conclusão de que não se podia mais pegar escravos fugidos! O nobre deputado não se encarregou de demonstrar a sua these... O Sr. C. Salles:- Não foi essa minha argumentação, perdoe-me; eu disse que quanto á intervenção indebita de força publica na prisao de escravos fugidos havia consenso unanimo na assembléa, porque esse foi o principio enunciado pelo presidente da casa, principio acceito sem reserva alguma pela bancada republicana. O Sr. D. de Azevedo:- Eu apprehendi o argumento do nobre deputado da seguinte forma: todos são concordes sobre a obra da emancipação e por conseguinte a prolicia não pode prender escravos fugidos. O Sr. C. Salles: - Não senhor. O Sr. D. de Azevedo:- Ora, descarnado d'esta maneira, o argumento do nobre deputado...
--	--

	O Sr. C. Salles:- Se V. Ex. permite, eu explico-me? O Sr. D. de Azevedo:- Pois não. O Sr. C. Salles:- Referindo-me a um aparte de V. Ex., eu disse que V. Ex. confundia os termos abolicionismo e emancipação e confessou que o partido conservador é emancipador; d'onde se concluia que o partido conservador é abolicionista. O Sr. D. de Azevedo:- Sim, senhor. Antes de entrar na minha demonstração vou dar á V. Ex. e á casa a razão do meu aparte. Eu disse que as palavras emancipação e abolicionismo significavam a mesma cousa; e na realidade significam, porque uma se refere á escravidão em si e outra á posição dos libertos. O acto da abolição é relativo á instituição que se trata de eliminar; o da emancipação refere-se aos individuos, que se excluem da instituição. Porém ser abolicionista não é outra cousa do que pretender a emancipação dos escravos, assim como ser emancipador é querer abolir a escravidão; abolindo-se a escravidão, é visto que os escravos ficam emancipados; emancipados os escravos, fica abolida a escravidão. (Apoiados e risadas.) Não vejo, portanto, que distincção haja entre as duas qualificações de abolicionista e emancipador quanto aos seus efeitos praticos. O Sr. C. Salles: - N'esse ponto estou de accôrdo. O Sr. D. De Azevedo: -E o nobre deputado ha de convir que, tratando-se da faculdade activa do legislador de extinguir a escravatura seria possivel exigirem-se maiores cautellas em beneficio dos proprietarios de escravos, do que exigiriam os que adoptassem a modesta denominação de emancipadores, porque estes talvez se contetassem com a mnumissão immediata sem condições, sem clausula, sem reservas... Isto quer dizer que os emancipadores podiam ser mais adiantados do que os abolicionistas. Sr. presidente, quando V. Ex. fallava declarou que reputava indebito o emprego da força publica na apprehensão de escravos, e foi n'esta parte apoiado pelo nobre deputado, residente em Capinas. Supponho, portando, que a argumentação de que V. Ex. usou é a mesma, de que serviria o nobre deputado para contestar ao governo o direito de applicar a força publica na apprehensão de escravos fugidos. (O Sr. C. Salles faz signal affirmativo.) Consequentemente, se eu conseguir debilitar as razões que V. Ex. adduziu, terei respondido ao nobre deputado pelo 7° districto. E' o que passo a fazer. Disse o illustre presidente da assembléa que a propriedade servil consiste no direito que tem o proprietario de escravos de exigir d'estes a prestação dos seus serviços; e a garantia que o Estado concede a este direito é assegurar a effectiva prestação dos serviços. Portanto, accrescentou o illustre chefe conservador, se o escravo fugir ou eximir-se da prestação de serviços, o emprego dos meios legais para coagil-o ao cumprimento d'esta obrigação incumbe exclusivamente ao proprio senhor. Perguntarei em primeiro logar, não á V. Ex. que não póde agora discutir commigo, mas ao nobre deputado que o apoia... O Sr. C. Salles:- Sou defendent. (Riso.) O Sr. D. de Azevedo:-... se o senhor do escravo tem o direito, no caso de fuga d'esta, de exigir pelos meios legais, sem intervenção do Estado, a prestação de serviços, quaes são esses meios legais? Qual é o processo para assegurar a effectiva prestação dos serviços? O Sr. C. salles:- Eu comprometto a causa da cadeira, porque acho que não existe,
--	---

	e é um dos pontos em que eu faço accusação aos partidos monarchicos. O Sr. D. de Azevedo:- Exigir pelos meios legais a prestação de serviços; mas, exigil-a de quem?... Do escravo? Por que meio?... Por acção? Porém em direito não se conhece acção do senhor contra o escravo pela razão evidente de que o escravo não tem pessoa juridica distincta da do senhor, da qual é representante forçado. E' possivel a acação do escravo contra o senhor em varios casos para segurança de algum direito que lhe é garantido, e mesmo para a obtenção da liberdade; mas acção do senhor contra o escravo para obrigar-o a servir é cousa que desconheço. O Sr. C. Salles:- Se V. Ex. permite, eu tentarei explicar o pensamento do seu correligionario. O Sr. D. de Azevedo:- V. Ex. explicará depois; deixe-me acabar a minha demonstração, porque sem certa tranquillidade não poderei formular meus argumentos. Conheço em direito uma acção contra o liberto, ou contra o escravo, que está na posse da liberdade, para convencer-o da sua qualidade de escravo, para a qual deve reverter em virtude de sentença; mas não conheço acção alguma em direito, nem é possivel que exista do senhor contra o escravo para obrigar-o a servir. Consequentemente, este meio é absolutamente arredado da discussão. Qual é o outro?... Acção contra pessoa, em cujo poder estiver o escravo? Mas n'este caso não é acção pela fuga, é acção contra o acoitamento, ou furto, ou roubo do escravo. O Sr. C. Salles:- Mas V. Ex. sabe que o direito do senhor sobre o escravo é o direito da violencia, o direito da força. O Sr. D. de Azevedo: - Eis ahi como os nobres deputados argumentam. O Sr. C Salles:- Perdão; é que estou servindo de tabella para V. Ex. carambolar no presidente. (Risadas geraes.) O Sr. D. de Azevedo:- V. Ex. vem com um argumento que é simples recurso oratorio e que a nada responde. Todos nós reconhecemos e já o direito romano dizia que a escravidão foi introduzida contra a natureza; mas foi introduzida, está no paiz, nós a possuímos a possuímos infelizmente, temel-a consagrada como instituição do nosso direito civil, e, portanto, já ve V. Ex. que não se póde argumentar contra as relações de direito deduzidas da propriedade escrava, com razões, como esta, de que a escravidão é uma violencia. Foi uma violencia, não ha duvida, porém a lei e o tempo a mantiveram até agora, e não é possivel desconhecer a sua existencia legal. (Apoiados.) Sr. presidente, o constringimento que tem sobre o deputado pelo 7º districto de responder ás minhas perguntas prevem da noção imperfeita que V. Ex. deu da propriedade servil. A propriedade servil não consiste sómente no direito que tem o senhor de exigir do escravo seus serviços, porque, se a propriedade servil fosse isso, ella se confundiria com o direito que o patrono tem de exigir serviços dos ingenuos, quaes creou a lei de 1871, que devem igualmente prestal-os aos senhores de sua mãis; confundir-se-hia com os direitos de domesticidade, com o quem tem o patrão sobre seus criados, ou os fazendeiros sobre seus colonos. Confundir-se-hia, enfim, com o direito sobre todos aquelles que estão sujeitos á prestação de serviços, ou por contracto ou por disposição de lei. Não, Sr. presidente, a propriedade servil infelizmente é mais do que isto; não se encerra em uma simples relação de direito pessoal ou de obrigação, como V. Ex. presume. A propriedade servil é a dominação mais completa que o homem pode exercer sobre o homem, porque a propriedade servil é infelizmente o dominio, e o dominio
--	---

	sobre o homem não consite só na faculdade de exigir serviços das pessoas sujeitas á nossa propriedade, mas na dominação de taes pessoas, que se equiparam a cousas, sob o aspecto exclusivo da propriedade, e são parcellas dos patrimonios privados. Consequentemente a propriedade servil é um direito real, não um direito pessoal, e, se o Estado garante este direito real, isto é, a dominação que tem o senhor sobre a pessoa do escravo, e não sobre seu trabalho unicamente, não pôde deixar fazer mau forte quando o escravo se arredar da companhia do seu senhor. O Sr. P. de Moraes: - Então deve o Estado tambem mandar prender os bois e cavallos que fugirem dos seus donos. (Risadas.) O Sr. D. Azevedo. – O Argumento não colhe, a propriedade servil é de natureza especial por seu objecto e valor, e pelas consequencias a que poderia dar logar a fuga dos escravos. Senhores, a faculdade, que tem o governo, de prender escravos fugidos não é uma novidade na nossa legislação, nem nos nossos costumes. V. Ex. deve conhecer as instrucções e portarias de 1824 e 1825, recommendando aos commissarios de policia a apprehensão e prisão dos escravos fugidos. A lei de 15 de outubro de 1827 incumbia aos juizes de paz o dever de destruir os quilombos e tomar as cautelas para que elles se não formassem. Esta disposição foi reproduzida na lei de 3 de dezembro de 1841 e no regulamento de 31 de janeiro de 1842. Os escravos nunca puderam viajar mesmo dentro das provincias sem passaporte, salvo sendo perfeitamente conhecidos; e o passaporte era exigido justamente pela conveniencia de se aprehenderem os escravos que estivessem arredados da companhia de seus senhores. Todas as disposições do evento fundam-se no facto da fuga dos escravos. Antigamente aprehendiam-se os escravos, cujos senhores não eram conhecidos, para o fim de serem vendidos, quando não reclamados dentro de certo praso, e ser o producto da venda recolhido ao thesouro e as thesourarias. Hoje ainda existe a mesma disposição, porém para um mais humanitario, de serem declarados, livres os escravos, cujos senhores não os reclamarem em tempo, provando o seu dominio. Por consequente a legislação está cheia de disposições relativas á apprehensão de escravos fugidos, não se pôde hoje negar faculdade do governo, sob o pretexto de que os escravos são simplesmente prestadores de serviços, como entendem V. Ex. e o nobre deputado pelo 7º districto. Não, Sr. presidente, elles ainda constituem objecto de patrimonio, sob o ponto de vista do dominio, sem qual não se poderia comprehender a lei de 15 de outubro de 1857, que define o furto de escravos como crime de roubo, e todo o direito existente, que reputa o escravo objecto de contractos e de successão. O Sr. C. Salles:- Essa generalidade do nobre deputado é que não tem applicação entre nós. O Sr. D. de Azevedo:- Porém, Sr. Presidente, na opposição que faço á doutrina de V. Ex. e do nobre deputado, que é quem eu estou contestando, é não a V. Ex. (risadas), ha um ponto em que felizmente estamos de accordo, e que completamente prejudica a questão sobre que divergimos, a qual ficará, portanto, puramente de doutrina, sem utilidade pratica ou sem interesse para a politica e administação do paiz. O ponto em que estou de accôrdo é o seguinte: qualquer que seja a faculdade que tenha o poder publico de apprehender escravos fugidos por meio da força publica, que não se pôde recusar a iso sem acto de rebeldia, esta faculdade, digo eu, por mais legitima que seja, é absolutamente improficua, n'esta provincia ao menos, em que ha mais de 100 mil escravos e onde não seria possivel que o governo apprehendesse os escravos, que fogem em massa, ainda que empregasse n'essa escusada tareda todo o exercito brasileiro.
--	--

		O Sr. A. Nogueira:- E quando os apprehendesse, o que faria d'elles? O Sr. D. de Azevedo:- E' mais um argumento; ainda que o exercito inteiro fosse sufficiente para isso, os escravos apprehendidos e entregues a seus senhores tornariam a fugir, e repetir-se-hia esta scena constantemente. Por conseguinte estou de pelno accôrdo com V. Ex. no ponto em que condemna a applicação da força publica na apprehensão de escravos fugidos. Creio que é impraticavel, que é um meio absolutamente inefficaz. O Sr. C Salles:- Eis o que eu chamei consenso unanime. O Sr. D. De Azevedo:- E' mais uma das rasões por que adopto o projecto do nobre deputado pelo 6° districto. Excrescencia na legislação, meio completamente inefficaz, sem execução possivel, sem referencia alguma com a libertação dos escravos, para a qua não promove expediente agum, essa lei é uma ameaça inutil e sem rasão plausivel de existencia. Não tenho, pois, motivo para negar o meu voto ao projecto do nobre deputado, uma vez que a provincia fique informada, como está sendo, das razões que assistem a essa deliberação; e pediria que me acompanhassem no voto, que pretendo dar ao projecto. (Muito bem! Muito bem.) O que eu observo com prazer, Sr. presidente, é que a idéa abolicionista vai caminhando triumphante. Quaesquer que sejam os tropeços que V. Ex. haja encontrado na sua propaganda, honra lhe seja feita, o seu nome, respeitado no presente, ha de ter a bonemerencia dos posteros. Vejo com prazer, Sr. presidente, que o movimento da emancipação ou do abolicionismo, como o quizerem chamar, caminha; e da minha parte ajudal-a-hei com os meus pequenos esforços, porque desde 1871, e n'esse tempo antes de V. Ex., estou alistado na honradissima cruzada. (Muito bem!) Dou mesmo os parabens aos nobres deputados da bancada liberal, que assim resguardam a memoria do seu partido de futuras recriminações. E, ao concluir, sinto com satisfação que está vingada a memoria de José Bonifácio. (Muito bem! Muito bem!) (Applausos das galerias. O Sr. presidente observa que as galerias não podem manifestar-se.) E vingada duplamente, senhores, por que a sua cadeira no senado é occupada hoje por um dos mais fervorososs apostolos da doutrina que elle defendia (muito bem!); e, alli, no seu partido, vejo levantada bem alto, saudada unisonamente a bandeira que elle tão gloriosamente sustentou. (Applausos prolongados nas galerias. Muito bem! Muito bem! O orador é cumprimentado por muitos Srs. Deputados e por grande numero de pessoas que assistiam á sessão.)
115	4 de março	A saúde no Quilombo Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n'essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d'esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. – <i>Manuel F. de Gouvêa Alves.</i>

		Fazenda do Quilombo, 2 de junho de 1884. (Depositarios ou agentes, Silva Gomes & Comp.)
116	9 de março	A saúde no Quilombo Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n’essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d’esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. – <i>Manuel F. de Gouvêa Alves.</i> Fazenda do Quilombo, 2 de junho de 1884. (Depositarios ou agentes, Silva Gomes & Comp.)
117	11 de março	A saúde no Quilombo Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n’essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d’esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. – <i>Manuel F. de Gouvêa Alves.</i> Fazenda do Quilombo, 2 de junho de 1884. (Depositarios ou agentes, Silva Gomes & Comp.)
118	15 de março	A saúde no Quilombo Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n’essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d’esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. – <i>Manuel F. de Gouvêa Alves.</i> Fazenda do Quilombo, 2 de junho de 1884. (Depositarios ou agentes, Silva Gomes & Comp.)
119	25 de março	A saúde no Quilombo Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n’essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios,

		comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d'esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. – <i>Manuel F. de Gouvêa Alves</i>. Fazenda do Quilombo, 2 de junho de 1884. (Depositarios ou agentes, Silva Gomes & Comp.)
120	25 de abril	No dia 8 do corrente foi barbaramente assassinado, no districto de Santo Antonio de S. José Acima, termo do Pará, província de Minas, o importante fazendeiro José Antonio de Faria. Suppõe-se que o auctor do crime é o seu escravizado de nome Virgolino. Em um quilombo, que há no referido districto e onde se reúnem escravizados de diversas fazendas e desordeiros de profissão, deu-se, segundo consta, o delicto.
121	25 de abril	A saúde no Quilombo Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n'essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d'esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. – <i>Manuel F. de Gouvêa Alves</i>. Fazenda do Quilombo, 2 de junho de 1884. Depositarios ou agentes, Silva Gomes & Comp.
122	4 de maio	Logo que S. A. a Princeza Imperial Regente terminou a leitura da Falla do Throno, rebentou dentro do recinto do senado uma verdadeira explosão de enthusiasmo. Os representantes da nação e o povo que alli se achava, bateram palmas, e durante mais de quinze minutos cahiu sobre SS> AA. Imperiaes uma verdadeira chuva de flores. Dentro do edificio do senado recebeu S. A. s Princeza Imperial Regente muitos ramos de flores naturaes, entre elles dois por parte da redacção e compositores do <i>Diario de Noticias</i>, e um de camélias, que lhe foi entregue pelo menino João Clapp Junior, em nome dos escravos homisiados no quilombo do Le BLon. Á sabida do senado foram SS. AA. Imperiaes immensamente victoriados pela compcata multidão que os aguardava. A rua estava juncada de flores e ramos. S. A. a Princeza Imperial Regente estava visivelmente commovida com a manifestação de que foi alvo, e de que não há memória n'este Imperio. A guarda de honra foi feita pelo 7º batalhão de infantaria.
123	4 de maio	ELEIÇÃO SENATORIAL DE MINAS (...) 7º DISTRICTO

		Em Quilombo o Sr. Carlos Affonso teve 32 e não 22 votos. <i>Ibitipoca</i> (Nossa Senhora da Conceição). - Cesario Alvim 24, Fidelis Botelho 21, Carlos Affonso 18, Santa Helena 8, Soares 6, Carlos Peixoto 3. <i>Rio do Peixe</i> (Nossa Senhora das Dores). - Cesario Alvim 45, Santa Helena 9, commendador Soares 6, Carlos Peixoto 6. (...)
124	20 de maio	A saúde no Quilombo Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n’essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d’esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. – <i>Manuel F. de Gouvêa Alves</i>. Fazenda do Quilombo, 2 de junho de 1884. Depositarios ou agentes Silva Gomes & C.
125	25 de maio	A saúde no Quilombo Ilms. Srs. Silva Gomes & C. – Rio de Janeiro. – De passeio n’essa corte, como sempre, fui atacado da enfermidade, o flagello da humanidade, que tão variados soffrimentos traz para as creaturas, fallo das hemorróidas, auctora de muitas doenças. Felizmente li o annuncio dos abençoados pós anti-hemorrhoidarios, comprei 2 vidros em a sua drogaria, e fiz uso. Creio que estou bom, porque já tenho saúde como há muitos annos não gosava. É pena que este medicamento já não esteja espalhado por todo o mundo em beneficio da humanidade, e para tal fim VV. SS. Podem fazer o uso que quizer d’esta carta. Sou de VV. SS. amigo e criado. – <i>Manuel F. de Gouvêa Alves</i>. Fazenda do Quilombo, 2 de junho de 1884. Depositarios ou agentes Silva Gomes & C.
126	31 de julho	No arraial de Quilombo em Manhuassú, Minas Geraes, foi assassinado a tiros, por José João e seu filho, o fazendeiro Daniel da Silva Pontes.
127	4 de agosto	O amável e sempre correcto Sr. José de Seixas Magalhães enviou ao redactor chefe d’esta folha umas delicadas camélias, colhidas n’aquelle celebre quilombo do Le BLon, que foi um minho de liberdade n’esse nefasto tempo em que no Brazil havia uma cousa que se chamava – escravo.
128	24 de setembro	NA GEMA DO BRASIL (Á PROCURA DO XINGÚ) <i>(Continuação)</i> XXIV

		(...) 22 de junho. Terreno arenoso e campo mais grosso. O campo cerado, diz-se por aqui, mesmo quando queimado, serve apenas para ir-se plantar batatas. Passámos o córrego do Quilombo e chegamos assim a território já tributário do Paranatinga. O diabo, salvo venta, diz-se que escreve em cortiços de abelhas; os bichos pretos, com o baixo-corpo do tamanho de uma mosca estriado de amarelo, não ferroam, mas são incrivelmente incommodos, pois não só seguram-se ao peito, formando verdadeiras condecorações, sujam as meias de preto, etc, como tem-se de esmagar seus corpos grossos, repugnantes, por toda a parte, por baixo da roupa. Quintiliano poz abaixo um tronco em que tinham casa; as abelhas novas têm gosto acido, refrescante. (...)
129	10 de outubro	ELEIÇÃO SENATORIAL DE MINAS Resultado da apuração dos collegios que abaixo publicamos e temos publicado: (...) 7º DISTRICTO Ouro Preto, 9 Resultado do collegio de Lima Duarte: Cesario Alvim 29, Carlos Affonso 27, Fidelis Botelho 27, Santa Helena 4, Barros Cobra 4, Carlos Peixoto 4, Felicio 2, Americo 2. Collegio de Quilombo: Felício 17, Brandão 17, Americo 17, Santa Helena 6, Barros Cobra 6, Carlos Peixoto 6, Cesario Alvim 1, Carlos Affonso 1, Fidelis Botelho 1. - Resultado publicado dos collegios de Barbacena, João Gomes, Santa Rita de Ibitipoca, Pinheiro, Cidade do Turvo, Guaraciaba, Dôres de PArahybuna, Tugurio, Madre de Deus, S. Vicente Ferrer e Livramento: Cesário Alvim 154, Felicio 133, Americo 130, Fidelis Botelho 110, Brandão 101, Carlos Affonso 94, Santa Helena 53, Carlos Peixoto 41, Barros Cobra 41, Horta Barbosa 3, A. Botelho 1, Fagundes 1, José de Oliveira 1, em branco 1. Não houve eleição em Sant'Anna do Barroso, Bom Jardim, Mello do Desterro. (...)
130	8 de novembro	AINDA UMA VEZ...AGUA! (...) As amostras de águas medicinaes colhidas pelo Sr. Augusto Cambraia em duas fontes situadas nos logares denominados <i>Quilombo</i> e <i>Rosa</i>, do município de Lenções, em S. Paulo, foram remetidas ao Sr. inspector geral de hygiene publica, para serem analysadas.
131	29 de novembro	Parahyba do Sul AOS EXMS. SRS. MINISTRO DA JUSTIÇA E PRESIDENTE DA PROVINCIA Já devem estar SS. EEx. bem tristemente convencidos de que este infeliz município está acephalo de policia.

		Para provai-o, ou para que tenham adquirido essa triste convicção, bastam os factos recentes, clamorosamente denunciados e commentados pela alta imprensa da côrte e que hão de ter-lhes sem duvida confrangido o coração:- o de haver sido preciso vir o chefe de policia a esta cidade para fazer exhumar e proceder a corpo de delicto no cadaver de um – assassinado – cuja morte o delegado de policia tivera o arrojo de attribuir em telegrammas, logo demestidos, e por elle assignados, á quêda do alto de uma pedreira; o de ter o mesmo chefe de policia ordena o ha quatro dia que fizesse seguir para Nictheroy uma pobre menina violentada em sua honra, afim de que alli se faça corpo de delicto no defloramento, por não ter a policia da terra coragem para realizar esse corpo de delicto, que affecta a pessoa improvisadamente poderosa por si, ou por sua familia, senão por alguns vintens que ostenta possuir!... Não é pois preciso adduzir factos novos, nem mesmo os das correrias vandalicas para prisões sem nenhum fomento de legalidade, o assalto da casa do respeitavel ancião Soares de Souza, que foi objecto de um telegramma de hontem para a Gazeta de Noticias, etc. etc. Ninguem, que tenha por aqui parado horas, deixa de ser logo impressionado pelo aviltamento da administação policial de que o proprio 1º supplente do delegado de policia disse em artigo de sua assignatura – que não faz caso; e que, sem exagero, é ora a encarnação da fraude, ora da imbecilidade, ora até mesmo... do alcoolismo. A população do municipio está bem certa de que não póde contar com a policia para garantir de sua vida e propriedade, e que, longe d'isto, é a policia actual um perigo permanente contra sua liberdade, e acha-se por isto em uma situação marasmatica de desalento e irritação; sendo que d'ahi principalmente (muito mais que da lei de 13 de maio que-salvo a indemnisação devida pela propriedade extincta por utilidade publica- era necessaria, embora fosse precipitada por não ter sido antecedida de medidas especiaes contra a vagabundagem) que provém a vertigem republicana que vai arrastando e offuscando o espirito dos homens mais reflectidos, circumspectos e ordeiros, do municipio, e que, força é reconhecer, está sendo sério perigo crescente contra a instituições. Que não declamamos sobre a desmoralisação da policia da Parahyba do Sul, fica de sobejo provado com a commemoração dos factos a que alludimos, e que são de estrondosa e authentica notoriedade. Invocamos, entretanto, a atenção de SS. EEx. para a peça que se segue, e que consiste na petição inicial de um processo de termo de segurança, intentado pelo tenente Peregrino Vieira Machado contra Francisco de Paula Miranda, inspector de quarteirão da freguezia da Bemposta e contra outros para por este meio garantir-se dos repetidos assaltos á sua propriedade, constantemente ameaçada por aquelle Miranda e uma horda de libertos ao seu serviço. N'essa peça inicial do processo, que actualmente se agita no fóro da Parahyba do Sul, e a que viu-se forçado como recurso extremo um cidadão da maior respeitabilidade, chefe da importante familia Vieira Machado e conhecidamente morado e generoso, verão SS. EEx. o estado de sobresalto, senão terror, em que se acham esse e os mais lavradores da freguezia da Bemposta, e simultaneamente terão a parcialidade acintosa do comportamento do subdelegado de policia da freguezia da Bemposta (Dr. Lazaro Gonçalves Corrêa do Couto), em relação aos factos relatados n'essa petição e que envolvem crime ignobil de furto por parte do seu inspector de quarteirão, que visto o vandalismo em que é tido, dir-se-hia antes... um eunucho... Não temos ligações com nenhum dos grupos que retalham a população do municipio, seja no intuito de idéas politicas, seja no intuito de interesses particulares, de influencia de pessoas ou outras de natureza inconfessáveis. O
--	--	--

		que queremos que a policia seja confiava a homens serios e que façam caso dos cargos, para que todos sintam-se garantidos em seus direitos, e consequentemente cessem os sobressaltos que amofinam os lavradores do municipio em relação ás hordas ou quilombos de libertos ociosos e ebrios, que entulham as estradas e praças dos povoados. Não temos outra preocupação, e é sobre a influencia exclusiva d'esta que imploramos a attenção de SS. EEx. Para o estado deploravel da policia do municipio. Atendam a SS. EEx. Á supplica fervorosa que n'este sentido lhes dirigimos, e não prestarão sómente alto serviço á população da Parahyba do Sul, mas sim tambem, ou principalmente, ás instituições politicas, á cuja conta vão sendo lançados, por erronea apreciação, os desvarios e relaxação da policia local. Parahyba do Sul, 23 de novembro de 1888. Cassandra.
--	--	---

ANEXO E – Periódico O Abolicionista (1881)

	DATA	DESCRIÇÃO
		1881
1	1 de Dezembro	CAÇADA DE ESCRAVOS Mais um fructo de escravidão. A caçada de quilombolas, e a morte d'estes à garrucha pelo primeiro capanga à espera de gratificação do fazendeiro! Leia-se o seguinte facto, referido pelo Leopoldinense: << Nas imediações da freguesia da Piedade acaba de ser praticado um crime que prova com bastante clareza quanto é perigoso-se facilitar-se com escravos fugidos, quando homisiados em quilombos. << Eis ahi o que se deu na noite de 1º do corrente, em um rancho da lavoura do Sr. José Beraldo de Andrade Chaves, apenas alguns quilômetros distante d'esta cidade. << Achava-se nesse logar asylado o preto Joaquim Capichava, maior de 30 annos, que supõe-se pertencer ao Sr. Joaquim Gonçalves Castro, fazendeiro da Piedade. << Por volta de ave-Maria, passando ahi um famu'o do Sr. Beraldo, a toda pressa veio da parte de tal encontro ao Sr. Justino Marques de Oliveira. << Apezar de toda cautela, um grupo de pessoas capitaneadas por Antonio Justino Marques de Oliveira (filho de Justino), não conseguiu chegar ao rancho sem ser pressentido pelo matreiro quilombola. Acossado pelo intrépido mancebo, Joaquim Capichaba com uma fouce aliada quasi o matou desfechando-lhe tremendo golpe. << Sitiado e sem meios para a fuga, Antonio Justino engatilhou a garrucha e atirou sobre o feroz Capichaba, que cahio instantaneamente morto no meio do rancho. << O subdelegado de policia fez auto de corpo de delicto. >>

ANEXO F – Periódico Revista Ilustrada (1888-1890)

DATA		DESCRIÇÃO
1888		
1	13 de Maio	Subscrição popular PARA OFERECER UMA PENNA DE OURO A ' PRINCEZA IMPERIAL Afim de assignar a lei da Abolição Honrado a nobre arrebatadora ideia, proposta pelo Dr. Luiz Pedro Drago, à redação do Paiz, para por meio de uma subscrição popular, com donativos de 500rs. por pessoa, se adquirir uma penna de ouro, para S. Alteza a Regente assignar a lei da libertação do Brasil; abrimos tambem, em nosso escriptorio, uma subscrição para esse patriotico fim. Em nossa opinião, cada casa de família do Rio de Janeiro devia trazer o seu concurso, abrangendo todas as pessoas, tornando-se esta manifestação eloquentíssima. Em nosso escriptorio, subscreveram os seguintes senhores, contribuindo com donativos na importancia de 68\$000rs, que, hoje mesmo foram entregue, à patriótica redação do Paiz: Angelo Agostini, Luiz de Andrade, Pereira Netto, Fritz Harling, Julio Harling, João Joaquim Mendes, Felix Ferreira da Motta, Antonio Leal Pimentel, Manoel Fernandes de Figueiredo, Antonio Ferreira Braga, Domingos José de Oliveira, Joaquim Dias Gonçalves, Luiz Antonio da Rocha, José Manoel de Araujo, Euzebio Manoel Dornas, Eduardo Agostini, Eugenio Agostini, Dr. Alvaro Alvim, D. Laura Agostini Alvim, D. Arminda de Andrade, D. Antonina de Andrade, Carlos de Andrade, D. Elvira Harling, D. Anna Maria Harling, D. Izabel Ramos Mendes, Armando Durval Mendes. André Gonçalves de Oliveira, Geraldo Bastos de Souza, Moraes, José Luiz Vianna, Joaquim Ignacio de Silva Corrêa, Francisco de S. P. Fernandes, Libanio José Nogueira, Leopoldo da Silva, Joaquim José Rodrigues, Antonio José de Silveira, Joaquim Ferreira de Oliveira, João Gomes da Silva, Gastão Lafayette Andrade, Dominique ThorinBtzler, D. Maria Izabel Betzler, Julio Dreyfus, Luiz da Fonseca Oliveira, D. Philomena Maioni, Antonio Machado Dias Carneiro, Fonseca Braga, José Lourenço da Silva, José Maia, Antonio Pinheiro, Augusto Pinto dos Santos, Joaquim de Souza Moreira, Eduardo Harling, Quilombo Leblond, José de Seixas Magalhães, Donato de Magalhães, Luiz de Magalhães, Luiz José de Magalhães, Bernardino de Novaes, João de Magalhães, Antonio de Seixas, João P. de Andrade, Juvencio de Magalhães, F.F. Braga, J. Joaquim Paz, Daniel J. P. Macedo, D. Antonietta Pedreira, João Macedo, Antonio P. dos Passos Ribeiro, D. Candida Macedo, Joaquim Palha de Faria Lacerda, F. Alves de Oliveira, José João Gonçalves, Antonio Miranda, Francisco Miranda, D. Julieta Miranda, Antonio Maia, Alberto Carvalho, Carlos T. Passos, Luiz Coutinho, D. Eliza Coutinho, Authero Thobias Reis, José d'Assumpção Macedo, D. Anna Emilia Macedo, Pinho, E. Bazin Eduardo Wanderley, D. Maria da Gloria, Rocha Leão Serpa, J. Ferreira Serpa Junior, Alberto Carlos dos P. Macedo, D. Amelia T. Costa, Zeferino Sebastião de Gouvêa, Antonio J. M. S. Andrade, A. Maria Carolina dos Sanios Andrade, Antonio José Teixeira Bastos, Baste Jules Ernest, João Tavares, Tavares Sobrinho, Julio Cesar da Dosta, J, Carneiro, E. Pinto Vieira, Manoel Duarte Pinheiro, A. Vianna, José Lopes dos Reis, A. Rego Vianna, J. Zeferino da Costa, D. Octavia da Costa, Zeferino Moreira dos Santos Andrade, Manoel Marques, D. Idalina P. Sequeira, Candido Vieira de Andrade, Julio Ferreira de Andrade, Antonio José Corrêa, D. Maria da Conceição Oliveira, Antonio Ferreira Lopes, 60\$000 essoal da typografia de J. Barboza & C.a, onde se imprime esta folha..... 8\$000/Total 68\$000

		(Continua.)
2	1 de Setembro	O Banquete do dia 26 Em hoara ao Dr. Antonio Bento, de passagem na côrte, apóz uma ausencia de dez anos, que ele gastou em abrir um tunnel que da escravidão fosse à liberdade, entendeu a Confederação Abolicionista, oferecer ao ilustre chefe paulista, entre outras provas de apreço, um baquete de 50 talheres de Hotel Globo. O salão de honra do hotel foi ornamentado com os estandartes das sociedades abolicionistas, e a meza, em fórmula de U, enfeitada com luxo e esplendor. Em uma sala, contigua à do banquete, tocava a musica do 1º regimento de infantaria. Afim de dar maior brilhantismo à festa, resolveu-se que, n'essa mesma reunião, fosse recebida a mensagem da imprensa oriental, felicitando a Confederação pela lei de 13 de Maio, assim como que se realizasse a entrega dos brindes, obtidos por subscrição popular, aos denotados abolicionistas Angelo Agostini e H. Lamouroux. Pouco depois das seis horas deu-se começo ao banquete, tomando a presidência o Sr. Senador Dantas, tendo à sua direita o Dr. Antonio Bento. Em seguida sentavam-se os Srs., senador Silveira da Motta, Cassio Farinha, Joaquim Nabuco, barão de Jaceguay, Dr. Joaquim José de Assis, Dr. Dermeval da Fonseca e Leopoldo Figueira. A' esquerda do Sr. Dantas estavam os Srs., Angelo Agostini, João Clapp, H. Lamouroux, Theodoreto Souto, deputado Jaguaribe, Seixas, Silva Lobo, Luiz de Andrade, Ignacio von Doellinger. Ao centro da mesa tomaram lugar os Sr. José Dantas, José Americo dos Santos, Vinhaes, Pardal Mallet, Campos da Paz, Ennes de Souza e Fernando Turchi, correspondente do Secolo de Milão. Toda a imprensa estava representada. O serviço do Hotel do Globo foi profuso e delicado. Ao servir-se o champgne, o Sr. Senador Dantas levantou-se e dirigiu o primeiro brinde ao Dr. Antonio Bento, fazendo exalçar os extraordinarios serviços do ilustre paulista à causa da abolição. O Sr. Senador Silveira da Motta brinda a imprensa oriental na pessoa do Sr. Cassio Farinha, e, fazendo o elogio da Confederação Abolicionista, classifica-a como a guarda do tabernáculo da liberdade e o mais importante fator da abolição em nossa patria. Acha que a imprensa oriental foi justa dirigindo suas saudações a esta sociedade, que tanto cooperou para a libertação dos escravizados. Seguiu-se com a palavra o Dr. Joaquim Nabuco, que pronunciou um discurso de imporaval eloquência, brindando os dous jornalistas estrangeiros – Angelo Agostini e H. Lamouroux. Narrando as principaes peripécias da campanha abolicionista, disse que o redactor do Rio News fora um dos convivas do banquete Hillard, assim como o tradutctor do manifesta da Sociedade Brasileira contra a escravidão, fazendo-o circular pelo mundo, ser conhecido no parlamento inglez e ter lugar no Blue-book. Quanto a Angelo Agostini, a sua acção fora extraordinaria. Era ele proprietario de um jornal, onde o desenho dava corpo e vida a todas as questões do nosso paiz. Era um jornal de prazer, um jornal das classes elevadas, um jornal caro. Os seus assignantes eram todos pessoas mais ou menos ligadas, por grandes interesses à sorte da escravidão. Pois bem, esse jornalista intrépido, guiado pelo seu coração e pelo seu character, desde o primeiro dia, tomou a si a defesa da causa do escravo, publicando na Revista Illustrada paginas que ficarão historicas, e que produziam o efeito de um ferro em braza. Sobranceiro aos prejuízos que isso lhe dava, pois os assignantes despediam-se às centenas ele continuava a fulminar a escravidão com os seus quadros impressionadores. Ninguem, como ele, viu rugir sobre a sua cabeça mais cóleras, mais odios, mais ameaças. Outrosim, ninguem mostrou por esses desabafos, um mais soberano desprezo. Um sentimento tem o orador n'esta ocasião: e é não poder dár o nome do

	compatriota, a quem tanto fez em prol da dignidade e do bom nome d'esta pátria! Mas, Angelo Agostini deve lembra-se de que está no Brazil desde creança e que esta é que é a sua patria. Dirige-lhe um appello, que sabe está no coração de todos os brasileiros: pede-lhe que, assim como aceitou as amarguras da lecta abolicionista aceite agora as responsabilidades ou as glorias da abolição... (Numerosos apoiados e bravos cobrem a voz do orador)... pede a Angelo Agostini, em nome dos seus companheiro de luctas... (bravos e palmas)... que se declare brasileiro. Ruidosos aplausos cobram as ultimas palavras do orador e todos se voltam para Angelo Agostini. Este, muito comovido, declara que de ha muito já era brasileiro pelo coração, e, que se não se naturalisou ha mais tempo, foi para não parecer que praticava esse acto por fraqueza ou por medo. Agora, porém, que a campanha está vencida, e diante do apelo honrosissimo que lhe faz o Dr. Joaquim Nabuco e da adhesão de todas as pessoas presentes, declára que se naturalisa brasileiro. Prolongadas salvas de palmas e vivas acolhem as palavras de Angelo Agostini. Todos os convivas se levantam e vão abraçar-o, cobrindo-o de flores. Durante alguns minutos reina no recinto o mais efusivo enthusiasmo. Ouvem se muitos apartes e aclamações, entre os quaes o seguinte, do nosso amigo Doellinger: - Este é o banquete da grande naturalisação. O deputado Jaguaribe brinda o nosso amigo Seixas, cidadão portuguez, que tomou grande parte na lucta abolicionista. Acha que quem compartilhou comnosco as agruras e os perigos d'essa incandescente campanha está ligado ao paiz por mais de um titulo. E o Sr. Seixas, todos o sabem, deu asylo a muitos escravos, que, de toda a parte chegavam foragidos, na sua chacara, hoje chamada o Quilombo Leblon. Termina, entre, ruidosas adhesões do auditorio, pedindo ao Sr. Seixas que se declare brasileiro. O Sr. Seixas accede, e é abraçado, com effusão, por todas as pessoas presentes. O Dr. Campos da Paz, brinda ao Sr. Senador Silveira da Motta, um dos nossos politicos, que mostrou mais pertinacia e constancia, na causa da abolição. O Sr. Silveira da Motta agradece e faz varias condiderações sobre a nossa actualidade politica. O Sr. Senador Dantas profere um discurso eloquentissimo, de véras arrebatador, brindando o principe da tribuna brasileira, Joaquim Nabuco. Conta algumas conversações que teve, com o Senador Nabuco de Araujo, essa gloria de nossa pateia e refere, que esse pae amantissimo, se sentia feliz por vêr que as suas preocupações, os seus trabalhos, haviam de ter um continuador na pessoa de seu filho . Em seguida, esboçando o papel politico de Joaquim Nabuco, e fazendo o auditorio extasiar-se, ante a sublimidade do quadro que descrevia, diz que Joaquim Nabuco soube honrar a memoria paterna, do mesmo modo que Pitt, souber honrar o nome de lord Chattam. Tonando-se maior do que seu pae! O Sr. Clapp, brinda o redactor d'esta folha. Este, agradece, e recordando que se falou em serviços no campo da acção e na imprensa, em prol da grande causa, brinda a um homem. que, n'esses dous campos, prestou serviços grandiosos: ao heróe da festa de hoje, ao isigne chefe abolicionista Antonio Bento. O Dr. Antonio Bento brinda os abolicionistas do Sul. O Dr. Nabuco brinda os do Norte, de cujos campos sahiu o homem providencial, que fez a lei de 13 de Maio. Trocam-se, ainda, muitos brindes, encerrando-se a festa depois da meia noite, fazendo o brinde de honra o Sr. senador Dantas, à Princeza Izabel e Redemptora e ao Imperador.
--	---

1889		
3	21 de Setembro	Em festa, mas em festa constante, tem estado o Atelier Moderno, onde o distinto paysagista Francisco Ribeiro pôz em exposição uns bellos quadros, de entre os quaes destaca-se o do historico Quilombo Leblon, quadro que constiue os cuidados do nosso amigo Seixas. Não obstante o frio humido que contrasta immenso com o calor com que o Sr. de Ouro Preto se tem comportado deante de tudo e todos, não obstante as lagrimas celestes que sobre nós têm cahido constantemente, talvez em signal de sentimento pelas desgraças que nos assolam, não obstante isso no edificio n. 45 da rua do Ouvidor têm affluido muitas pessoas, sendo todas accordes em admirar os trabalhos de um artista de talento, um dos mais dignos discipulos do saudoso Grimm.
4	28 de Setembro	Que Ribeiro não é uma mediocridade prova-o o quadro n. 1 – Quilombo do Leblon. O motivo d'este quadro é de uma flagrante ingratidão. E' a vista -quasi a vôo de passaro- da casa e chacara do Sr. José de Seixas Magalhães; e ter feito d'essa vista um quadro artistico aceitavel, é saber fazer muito. Imagine-se que para abranger o ponto principal do quadro, a linha do olhar do artista tinha de tomar, approximadamente, a direcção da de um angulo de 90 grãos, em relação à linha horisontal; imagine-se ainda que a terminação d'esse ponto principal era, nem mais nem menos que uma montanha núa, de côr pesada e sombria, que se levantava quasi a pique: e ter-se-ha, assim, uma idéa das difficuldades que o paysagista teve de vencer, para nos dar, a um tempo, a cópia fiel de certo lugar historico e um quadro razoavelmente artistico. E a prova de que o motivo é ingrato, é que o ponto principal anulla-se inteiramente e quasi desaparece diante do alteroso penhasco que o artista não podia deixar de tratar com muito cuidado, como tratou, pois, era para alli que convergiria, principalmente, a attenção do observador. O desenho em geral é muito esmerado em detalhes – e neste ponto o Ribeiro leva decidida vantagem sobre muitos paysagistas. Enfim, o Quilombo do Leblon seria, para nós, um quadro impeccavel, se não achassemos demasiadamente lavado e crú o verde do matto que se vê entre as duas montanhas; se não houvesse tanta simplicidade empastada, de máo effeito, nas pequenas arvores do primeiro plano e o mangueiral – ou cousa que o valha – do centro do quadro, igualdade que denota identidade de especie; se, neste massiço de arvores, não se notasse certa falta de perspectiva de tons, de modo que, pela força igual da côr que tem, parece ficar no mesmo plano e não acompanhar a linha fugitiva do terreno; e, se, finalmente, houvesse menos nudez e lisura no grande penedo principal. Este ultimo senão talvez não subsista no dia em que o artista copiou. Procuraremos obter a prova n'um dia bem secco e illuminado, pois foi em dias assim que o artista fez a sua obra. - Um quadro brilhante é o n. 3 – já pertencente ao notavel amator – Sr. Pinto Vieira. E' um d'estes trechos de natureza, que convidam a passar-se lá um dia de calor, em animado convescote (pic-nic), ouvindo o leve e fresco rumor da agua que, pacatamente, vai correndo, sem poder levar comsigo, mais que as folhas seccas que lhe vão cahindo na superficie... Está tocado com muito brilhantismo e audacia. O n. 13 – tambem comprado pelo referido amator – é um estudo mais consciencioso de predras musgosas e de caminho ensombrado por vegetação pujante. Apenas, a agua da cachoeira é um tanto espessa e empastada e não dá bem idéa de agua que corre com certa precipitação. - Ha diversos estudos e simples manchas, onde ha coisas muito boas; um dos melhoras, porém, é o estudo n. 20, em que ha notavel harmonia de côr, e uma estrada de roça, em plano inclinado, feita com bastante vigor artistico. - Onde o observador se póde deter é em frente ao n. 7 – Uma rua na Praia Formosa.

		Neste bello quadrinho – e em mais dois ou tres – vê-se – ainda que imperfeitamente – a maneira artistica do Ribeiro, a que acima alludimos, e que era infinitamente melhor.
1890		
5	15 de Maio	Aos pés da Republica, abertos em leque e n'um plano inclinado, todos os gloriosos estandartes das associações abolicionistas; no estrado inferior, sobre um montão de camelias e de ferros empregados para castigo dos ex-escravidados – as figuras da Imprensa e da Abolição sentadas e abraçadas, tendo por diadema um arco de flôres. Nas fraldas do carro, em oito escudos enramados de louros e saudades, liam-se os seguintes nomes de abolicionistas mortos: Senna Madureira, Alice Clapp, Joaquim Serra, Luiz Regadas, José Bonifacio, Ferreira de Menezes, Rio Branco e Euzebio de Queiroz; liam-se tambem os nomes dos principaes quilombos, entre os quaes apenas pudermos tomar nota destes: quilombo Leblon, quilombo do Cupim, quilombo Carlos de Lacerda, quilombo Patrocinio e quilombo Clapp. O conjuncto deste carro era verdadeiramente impressionador. Seguia-se outro não menos bello, que levava o riquissimo presente offerecido ao generalissimo Deodoro. No centro de dois triangulos erguia-se uma bonita columna e sobre ella a rica estatua de bronze, representando uma africana. Um dos filhos do Sr. Clapp empunhava o pavilhão nacional e uma duzia de creanças de côr jogavam flores sobre o povo. A pintura, de muito effeito, dava a este carro um aspecto brilhante e caracteristico. Os benemeritos directores de Confederação, precediam os dois carros, montados em soberbos cavallos e trazendo ao peito uma larga fita de gorgorão branco, franjada a ouro.
6	Fevereiro	CIDADE DA GAVEA Inauguraram-se domingo atrazado os trabalhos da Companhia Cidade da Gavea na parte de seus terrenos conhecidos pelo nome de Campo do Leblon. As nove horas em ponto partiram do largo da Carioca, em bondes especiaes, os convidados, seguidos da musica do 7º batalhão de infantaria, que, chegados as Tres Vendas, passaram para os carros que alli puzeram á sua disposição os Sr. directores da companhia. Apezar do sol e do calor terrível, muitos convidados e grande numero de curiosos seguiam a pé, atravessando o extenso areial, até a encosta do formoso morro, onde, em um altar adrede preparado, o vigário da freguezia da Gavea celebrou a missa, procedendo a benção do terreno. Em seguida usou da palavra o Dr. Del-Wechio, distincto engenheiro chefe dos trabalhos da companhia e demonstrou brilhantemente os benefícios que traria á população desta capital uma cidade balnear como aquella a que já se ia dar começo. Finda a cerimônia inaugural seguiu se o almoço á sombra de frondosas mangueiras, alinhadas em rua extensíssima que vae morrer perto á morada do nosso amigo Seixa Magalhães, um dos directores da companhia. Tomaram parte nesta deliciosa festa o representante do Sr. Presidente da Republica, o Dr. chefe de policia, os Srs. intendentes municipaes e grande numero de senhoras e cavalheiros da <i>élite</i> fluminense. Ao champagne foram trocados muitos brindes, e sendo o ultimo levantado pelo nosso collega do <i>Jornal do Commercio</i> á prosperidade da Companhia Cidade da

	Gavea. A festa, que só por si tinha um cunhode profunda sympathia, não nos deixou sem uma surpresa agradabilíssima, que mais ainda realçou-lhe o brilho. A maioria dos convidados, quando já se supunha <i>abandonada</i>, foi amavelmente conduzida á morada do Seixas Magalhães onde quatro lautas mezas, servidas com as iguarias mais finas que imaginar-se póde, a aguardavam para um novo combate. E de facto. O característico de intimidade que sempre distinguiu as reuniões do nosso amigo Seixas Magalhães predispoz o bom humor geral, e desnecessário se torna accrescentar o que aconteceu.. Palestrou-se alegremente, discursou-se, brincou-se, emfim as horas passaram como minutos, cantantes e algazarreantes, na mais adorável communhão familiar. Incontestavelmente coube ao nosso Seixas a nota principal da festa: foi elle quem a deu, alli no agasalho amistoso do seu lar, celebre pela gloriosa bandeira do Quilombo. Á companhia, pois, nossos agradecimentos, e ao Seixas, o magnífico Seixas de Magalhães, o primeiro fabricante de malas do mundo inteiro, um braço de quebrar ossos pelos momentos agradáveis que nos fez passar.
--	---